

# Coletânea de Atos Judiciais e Extrajudiciais do PJERJ

A presente Tabela se refere à compilação de normas por temas de interesses 1M.M. Dr. Juiz de Direito FABIO PORTO do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Ao escolher o tema no índice tem-se acesso à legislação correspondente.

Portal do Conhecimento / Legislação / Coletânea dos Atos Oficiais do PJERJ

Data da atualização: 05.07.2023

## ÍNDICE

### CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

#### ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

1. [Área de atuação e estrutura básica](#)
2. [Assinatura Digital](#)
3. [Atribuições](#)
4. [Autorização de Viagem Internacional](#)
5. [Banco de Dados da Corregedoria Geral da Justiça](#)
6. [Banco de Dados de Nascimento e Óbito](#)
7. [Banco Nacional de Mandados de Prisão](#)
8. [Casamento Comunitário](#)
9. [Cedes](#)

- [Revisão de Súmulas e Enunciados](#)
10. [Centrais para Prestação de Serviços de Atribuições Especiais da Justiça](#)
  11. [Central de Apoio à Justiça Itinerante](#)
  12. [Central de Aprendizagem](#)
  13. [Central de Assessoramento Criminal](#)
  14. [Central de Assessoramento Fazendário](#)
  15. [Central de Atendimento da Corregedoria Geral da Justiça](#)
  16. [Central de Audiência de Custódia](#)
  17. [Central de Avaliadores Judiciais](#)
  18. [Central de Cálculos Judiciais](#)
  19. [Central de Cumprimento de Mandados](#)
    - [Extravio](#)
    - [Núcleo de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores](#)
    - [Projeto Comarca](#)
    - [Projeto Malote Digital](#)
    - [Varas de Fazenda Pública](#)
  20. [Central de Cumprimentos de Mandados da Vara de Execuções Penais](#)
  21. [Central de Cumprimento de Mandados das Varas de Fazenda Pública](#)
  22. [Central de Depositário Judicial](#)
  23. [Central de Depuração de Dados - CDD](#)
  24. [Central de Distribuição, Cálculos, Partilhas, Avaliação e Testamentaria e Tutoria Judicial](#)
  25. [Central de Identificação de Fraudes Processuais - CENIF](#)
  26. [Central de Inventariantes Judiciais](#)
    - [Encaminhamento de Processos](#)
  27. [Central de Liquidantes Judiciais](#)
  28. [Central de Partilhas Judiciais](#)
  29. [Central de Planilhas Judiciais](#)
  30. [Central de Processos Judiciários](#)
  31. [Central de Registradores de Imóveis](#)
  32. [Central de Serviços Eletrônicos](#)
  33. [Central Eletrônica de Protestos do Estado do Rio de Janeiro – CENPROT RJ](#)
  34. [Central Judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica - CEJUVIDA](#)
  35. [Central Notarial de Autenticação Digital - CENAD](#)
  36. [Centro Cultural do PJERJ](#)

37. [Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC](#)
38. [Centro Judiciário de Solução de Conflitos – Vara da Infância, Juventude e Idoso](#)
39. [Comissão de Aplicação dos Recursos da Prestação Pecuniária](#)
40. [Comissão de Conflitos Fundiários](#)
41. [Comissão de Estudos](#)
42. [Comissão de Gestão do Teletrabalho](#)
43. [Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais](#)
44. [Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade de Serviços Judiciais](#)
45. [Comissão de Rastreamento do Sistema Informatizado de Distribuição](#)
46. [Comissão do Comissariado de Justiça da Corregedoria Geral da Justiça](#)
47. [Comissão Estadual dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher](#)
48. [Comissão Estadual dos Juizados Especiais](#)
49. [Comissão Judiciária de Articulação das Varas Cíveis - CECIV](#)
50. [Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - CEJEM](#)
51. [Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais - COJES](#)
52. [Comissão Judiciária para Erradicação do Sub-registro do Nascimento e Óbito](#)
53. [Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação \(COGEN\)](#)
54. [Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição](#)
55. [Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - COPRE](#)
56. [Comissão Interinstitucional do Estado do Rio de Janeiro para a criança e o adolescente vítima - CICA VRJ](#)
57. [Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais - CGPDP](#)
58. [Competência do Juiz Dirigente](#)

59. [Coordenação](#)
60. [Coordenadoria da Justiça Itinerante do Rio de Janeiro](#)
61. [Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar \(COEM\)](#)
62. [Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com Competência em Dívida Ativa \(CODIV\)](#)
63. [Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Infância e Juventude e do Idoso](#)
64. [Correio Eletrônico](#)
65. [Departamento de Gestão de Arrecadação](#)
66. [Diária a Magistrados e Servidores](#)
67. [Diária do Juiz Dirigente](#)
68. [Estrutura organizacional](#)
69. [Gestão de Segurança da Informação - GSI](#)
70. [Gestão Patrimonial](#)
71. [Grupo de Apoio ao Processamento de Arquivo - GAPA](#)
72. [Grupo de Apoio as Serventias - GAS](#)
73. [Grupo de Auxílio por Produtividade Excedente na 1ª Instância](#)
74. [Grupo Emergencial de Auxílio Programado Cartorário – GEAP-C](#)
75. [Grupo Emergencial de Auxílio Programado Cartorário – GEAP – Processo Eletrônico](#)
76. [Grupo de Sentenças](#)
77. [Grupo de Trabalho da Justiça Restaurativa – GT Restaurativa](#)
78. [Grupo de Trabalho Interinstitucional](#)
79. [Grupo de Trabalho para ações judiciais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Feminicídios](#)
80. [Grupo de Trabalho para conciliação e mediação](#)
81. [Grupo de Trabalho para Desenvolvimento de Atividades de Regularização Fundiária – GT - REFUND](#)
82. [Grupo de Trabalho para implementação do Repositório Arquivístico Digital](#)
83. [Grupo de Trabalho para modernização das custas, emolumentos e taxa judiciária](#)
84. [Grupo de Trabalho para Recuperação Judicial](#)
85. [Núcleo de Autuação](#)
86. [Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores](#)
87. [Núcleos de Justiça 4.0](#)

88. [Núcleo Permanente de Combate às Fraudes no Sistema dos Juizados Especiais - NUPECOF](#)
89. [Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos](#)
90. [Observatório Judicial de Violência contra a Mulher](#)
91. [Posto Avançado do Protocolo Geral das Varas](#)
92. [Planejamento Estratégico de Tecnologia e Informação - PETI](#)
93. [Projeto Malote Digital](#)
94. [Regime de Teletrabalho](#)
95. [Remoção](#)
96. [Serviço de Apoio ao Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente](#)
97. [Serviço de Certidões do Departamento de Suporte Operacional](#)
98. [Serviços Eletrônicos de Pessoas Jurídicas](#)
99. [Sistema Estadual de Identificação - SEI](#)
100. [Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA](#)
101. [Subcomissão de Coordenação Especializada de Métodos Autocompositivos](#)
102. [Subcomissão para Promoção de Medidas Protetivas – COPRO](#)
103. [Subcomissão para Promoção das Medidas Socioeducativas - CODUC](#)
104. [Subcomitê para Avaliação das Medidas Relacionadas à Execução Penal \(COMEP\)](#)
105. [Subcomitê para Avaliação das Medidas Relacionadas ao Ingresso de Presos Provisórios no Sistema Prisional \(COPEP\)](#)
106. [Testamentária e Tutoria Judicial](#)

## **FISCALIZAÇÃO E DISCIPLINA**

1. [Atos e Pareceres da CGJ](#)
2. [Conselho Nacional de Justiça](#)
  - [Ação de Improbidade Administrativa](#)
  - [Acesso ao Cadastro do CNJ](#)
  - [Administração Regional dos Sistema Corporativos](#)
  - [Assembleia Geral de Credores](#)
  - [Assistência à Saúde](#)
  - [Atividade Jurisdicional](#)

- [Audiências Concentradas Protetivas nas Varas de Infância, Juventude e Idoso](#)
- [Autorização Eletrônica de Viagem Nacional e Internacional de Crianças e Adolescentes](#)
- [Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP](#)
- [Cartório Extrajudicial](#)
- [Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB](#)
- [Certificação Digital](#)
- [Correição](#)
- [Cumprimento ao Ofício](#)
- [Cumprimento de Alvarás de Soltura](#)
- [Declaração de Vacância](#)
- [Denominação em atos judiciais](#)
- [Divisão de Monitoramento e Informações de Dados](#)
- [Funcionamento da Corregedoria Geral de Justiça](#)
- [Grupo de Fiscalização e Monitoramento](#)
- [Grupo de Sentença da Meta 2](#)
- [Identificação Biométrica e Emissão de Documentos para Pessoas Privadas de Liberdade](#)
- [Infância e Juventude](#)
- [Ingresso de autoridades judiciais em estabelecimentos penais](#)
- [Interceptação de comunicações telefônicas](#)
- [Juízo Digital](#)
- [Meta 2](#)
- [Métodos Consensuais de Solução de Conflitos](#)
- [Órgãos Colegiados Administrativos](#)
- [Padrões de Tecnologia da Informação](#)
- [Participação de Magistrados em Congressos](#)
- [Plataforma de Comunicações Processuais](#)
- [Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br](#)
- [Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto](#)
- [Princípio da Territorialidade](#)
- [Prioridade de processos](#)
- [Processo de Competência do Tribunal do Júri](#)
- [Processo de Recuperação Judicial](#)

- [Projeto Começar de Novo](#)
  - [Qualificação das Partes Processuais](#)
  - [Registro Civil das Pessoas Naturais](#)
  - [Serviço de Controle de Serventias Judiciais](#)
  - [Sessões por videoconferência e telepresencial](#)
  - Sistema DCP
  - [Sistema Justiça Aberta](#)
  - Sistema Nacional de Controle de Interceptações
  - Sistema Nacional de Informação de Registro Civil - SIRC
  - [Subcomissão de Numeração Única e Tabelas Processuais](#)
  - [Suspeição](#)
  - [Tabelas Processuais Unificadas](#)
  - [Tramitação de Processos](#)
  - [Vacância das Serventias Judiciais](#)
  - [Videoconferência](#)
3. [Comissão Permanente de Processo Disciplinar - COPPD](#)
  4. [Correição](#)
  5. [Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária](#)
  6. [Deveres Funcionais](#)
  7. [Fiscalização dos atos internos](#)
  8. [Greve](#)
  9. [Publicidade das indisponibilidades de bens](#)
  10. [Representação Regional da Interpol/RJ](#)
  11. [Responsabilidade disciplinar](#)
  12. [Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar](#)
  13. [Sistema de Monitoramento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas](#)

## **SERVENTIAS JUDICIAIS**

1. [Alienação Fiduciária](#)
2. [Alvará de soltura](#)
3. [Arquivo da DC-Polinter](#)
4. [Arquivo Eletrônico](#)
  - [Acessibilidade](#)
  - [Sistema de Cobrança](#)
5. [Arquivamento de Processo](#)

- [Arquivamento Definitivo](#)
- [Arquivamento Especial](#)
- [Arquivamento Provisório](#)
- [Autos Digitalizados](#)
- [Divisão de Processamento Especial e Arquivamento - DIPEA](#)
- 6. [Atendimento de Advogado](#)
- 7. [Atos Oficiais sob a vigência do Novo CPC](#)
- 8. [Atos Processuais Híbridos](#)
- 9. [Audiência de Instrução e Julgamento](#)
  - [Desvinculação de Magistrado](#)
  - [Limite Diário de apresentação de custodiados](#)
  - [Registro Digital do Depoimento das Partes](#)
- 10. [Audiência Virtual](#)
- 11. [Autuação e formação dos autos do processo](#)
  - [Capa de Processo](#)
- 12. [Autuação e formação dos autos do processo](#)
- 13. [Assessoria de Apoio ao Colegiado Crimina de 1ª Instância - AACC](#)
- 14. [Avisos da CGJ](#)
- 15. [Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP](#)
- 16. [Busca e Apreensão](#)
- 17. [Busca e apreensão de medicamentos](#)
- 18. [Cadastramento de Ordens Judiciais](#)
- 19. [Cadastro Nacional de Condenados por Atos de Improbidade](#)
- 20. [Cadastro Civil e Registro de Condutores](#)
- 21. [Cadastro de Administradores Judiciais – Lei Federal 11.101/05](#)
- 22. [Cadastro Nacional de Eleitores](#)
- 23. [Cadastro Presencial](#)
- 24. [Cancelamento de Protesto de Indevida Inscrição em Cadastro Restritivo](#)
- 25. [Carta de execução provisória](#)
- 26. [Carta de Sentença](#)
- 27. [Carta Precatória](#)
- 28. [Carta Rogatória](#)
- 29. [Central de Audiência de Custódia](#)
- 30. [Central de Cálculos Judiciais](#)
- 31. [Central de Cumprimento de Mandados](#)



32. [Central de Distribuição, Cálculos, Partilhas, Avaliação e Testamentária e Tutoria Judicial](#)
33. [Central de Identificação de Fraudes Processuais - CENIF](#)
34. [Central de Penas e Medidas Alternativas](#)
35. [Central de Serviços Eletrônicos](#)
36. [Centro de Mediação](#)
37. [Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais](#)
38. [Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania](#)
  - [Câmaras Privadas de Mediação e Conciliação](#)
39. [Centro Judiciário de Solução de Conflitos – Varas da Infância, Juventude e Idoso](#)
40. [Certidão/Cancelamento](#)
41. [Certidão/Custas](#)
42. [Certidão Eletrônica](#)
43. [Certificação Digital](#)
44. [Citação e Intimação](#)
45. [Citação e Intimação por Via Eletrônica](#)
  - [Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas](#)
46. [Classificação dos feitos Judiciais](#)
47. [Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça – Parte Judicial](#)
48. [Comissão](#)
  - [Comissão de Acompanhamento e Análise de Indicadores Judiciais de Primeira Instância](#)
  - [Comissão de Apoio à Qualidade dos Serviços Judiciais](#)
  - [Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais](#)
  - [Comissão de Fiscalização Interna de Prevenção de Acidentes](#)
  - [Comissão de Gestão de Teletrabalho \(COGET\)](#)
  - [Comissão de Jurisprudência do PJERJ](#)
  - [Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais \(COMAQ\)](#)
  - [Comissão de Processo Administrativo - COPPD](#)
  - [Comissão de Rastreamento do Sistema Informático de Distribuição](#)
  - [Comissão de Valorização da Primeira Infância](#)
  - [Comissão Estadual Judiciária de Adoção](#)
  - [Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional \(CEJAI\)](#)

- [Comissão Judiciária de Articulação das Varas de Família, Infância e Juventude e Idoso](#)
  - [Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais](#)
  - [Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados de Violência Doméstica contra a Mulher](#)
  - [Comissão Judiciária para Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e Óbito](#)
  - [Comitê de Estudo, Prevenção e Repressão a Fraudes no Sistema dos Juizados Especiais \(COJES\)](#)
  - [Comitê de Promoção de Igualdade de Gênero e Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual](#)
  - [Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais](#)
  - [Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico – CGPJe](#)
  - [Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição](#)
49. [Competências](#)
50. [Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça destinada aos Serviços Judiciais](#)
51. [Constituição em mora de devedor fiduciante](#)
52. [Consulta a Processo](#)
- [Cartório](#)
  - [Plantão Judiciário](#)
  - [Portal Eletrônico do PJERJ](#)
53. [Consulta Criminal Nacional](#)
54. [Convocação Judicial da Polícia Civil](#)
55. [Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar \(COEM\)](#)
56. [Coordenadoria Estadual Judiciária da Infância e Juventude - CEJJI](#)
57. [Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Dívida Ativa](#)
58. [Correição](#)
59. [Correspondência](#)
60. [Correspondência com A.R.](#)
61. [Criança e Adolescente](#)
62. [Cumprimento de Mandados](#)
63. [Cumprimento de Mandados das Varas de Fazenda Pública e Juizados Especiais](#)

#### 64. Custas

- Apuração de Valores
- Banco Digital
- Certidão Criminal
- Certificação das Custas
- Custas Faltantes
- Custas Judiciais
- Custas Processuais
- Desarquivamento de Processos Administrativos
- Digitalização de Documentos
- Execução Fiscal
- Expedição de Certidão
- Falências e Recuperações de Crédito
- Gravação de Ato Judicial
- GRERJ Eletrônica
- Isenção de Recolhimento
- Mandados de custas processuais oriundos de penhora on-line
- Meio Eletrônico
- Pedido de Reconsideração
- Processamento Judicial Eletrônico
- Publicações de Editais
- Recolhimento de Custas
- Tabelas Judiciais
- Taxa Judiciária

#### 65. Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes

#### 66. Depósito Judicial

- Honorários de Perito

#### 67. Depósito Público

#### 68. Desarquivamento de Processo

- Desarquivamento Eletrônico
- Dilação de Prazo de Atendimento
- GRERJ Eletrônica
- Processos Administrativos

#### 69. Diário da Justiça Eletrônico do PJERJ

- Assinatura digital

#### 70. Distribuição

- [Classificação dos Processos](#)
- [Competência](#)
- [Distribuição e Tramitação](#)
- [Expedição de Certidão Comprobatória do Exercício da Advocacia](#)
- [Expedição de Certidão de feitos judiciais](#)
- [Justiça Itinerante](#)
- [Manual de orientações para envio de documentos](#)
- [Ofício do Registro de Distribuição](#)
- [Ofício Eletrônico](#)
- [Portal Corporativo](#)
- [PROGER](#)
- [Redistribuição](#)
- [Registro de Distribuição](#)
- 71. [Distribuição Eletrônica](#)
- 72. [Distribuição Eletrônica por Dependência](#)
- 73. [Dívida Ativa](#)
- 74. [Enunciados da CGJ – Banco de Boas Práticas Cartorárias](#)
- 75. [Estagiários de Direito](#)
- 76. [Escrivão](#)
- 77. [Exame de DNA](#)
- 78. [Execução Fiscal](#)
- 79. [Execução Penal](#)
  - [Central de Cumprimento de Mandados](#)
  - [Núcleo de Fiscalização, Inspeção e Atendimentos Locais \(NUVEP\)](#)
- 80. [Falsificação](#)
- 81. [Financiamento Habitacional](#)
- 82. [Gratuidade](#)
  - [Atos Notariais](#)
  - [Reembolso](#)
- 83. [GRERJ Eletrônica](#)
  - [Mediação e Conciliação](#)
  - [Restituição do valor recolhido](#)
- 84. [Guia de Depósito pela Internet](#)
- 85. [Impedimento ou Suspeição](#)
- 86. [Improbidade Administrativa](#)
- 87. [Inclusão de Competência](#)

88. [Interceptação Telefônica](#)
89. [Intimação Pessoal do Estado do Rio de Janeiro](#)
90. [Juiz Auxiliar da CGJ](#)
91. [Juízo de Conciliação de Precatório](#)
92. [Juizado Especial Adjunto Criminal](#)
- [Processo Eletrônico](#)
93. [Juizado Especial Cível e Criminal](#)
- [Audiências](#)
  - [Autenticação de Documentos](#)
  - [Cadastro de e-mail](#)
  - [Cartas Precatórias](#)
  - [Central de Cumprimento de Mandados](#)
  - [Enunciados](#)
  - [Funcionamento](#)
  - [Gratuidade de Justiça](#)
  - [GRERJ Eletrônica](#)
  - [Grupo de Trabalho para avaliação dos JECs – GT JEC](#)
  - [Incidentes de Insanidade Mental e Dependência Toxicológica](#)
  - [Mandado de Pagamento](#)
  - [Núcleo de Distribuição, Autuação e Citação - NADAC](#)
  - [Postos de Atendimento](#)
  - [Prazo para Cumprimento de Sentença](#)
  - [Prazo para eliminação dos autos nos Juizados Cíveis](#)
  - [Prazos Processuais](#)
  - [Processo Eletrônico](#)
  - [Processo Judicial Eletrônico - Pje](#)
  - [Recolhimento de Custas](#)
  - [Remessa de Processos](#)
  - [Sistema de Monitoramento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas](#)
  - [Sistema Processo Judicial Eletrônico -Pje](#)
  - [Turmas Recursais](#)
94. [Juizado Especial Fazendário](#)
- [Audiências](#)
  - [Recolhimento de Custas](#)
95. [Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos](#)
96. [Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher](#)

- [Competência Territorial](#)
  - [Distribuição](#)
  - [Núcleo de Penas e Medidas Alternativas](#)
  - [Proibição de Cobrança de Custas](#)
  - [Sistema de Monitoramento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas](#)
97. [Juiz Dirigente de Núcleo Regional](#)
98. [Juntada](#)
99. [Justiça Itinerante](#)
100. [Leiloeiro Judicial](#)
- [Canal de Comunicação facilitado com os Leiloeiros](#)
  - [Resultado Financeiro](#)
101. [Livro Adicional Físico](#)
102. [Magistrado](#)
- [Acumulação de Funções](#)
103. [Livro Eletrônico](#)
104. [Malote](#)
- [Malote Digital](#)
105. [Mandado de Busca e Apreensão](#)
106. [Mandado de Pagamento](#)
107. [Mandado de Pagamento Eletrônico](#)
108. [Mandado de Penhora de Renda](#)
109. [Mandado de Prisão](#)
- [Processo Desmembrado](#)
110. [Mandado Eletrônico](#)
111. [Manual de Orientações para Envio de Documentos](#)
112. [Material de Consumo](#)
- [Estocagem](#)
  - [Agente Patrimonial](#)
113. [Medidas Cautelares](#)
- [Prisão Preventiva](#)
114. [Medida Liminar](#)
115. [Ministério Público](#)
- [Central de Inquérito](#)
116. [Mutirão Carcerário](#)
117. [Nomeação de Peritos](#)

118. [Núcleo de Ações Coletivas](#)
119. [Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas](#)
120. [Núcleos de Justiça 4.0](#)
121. [Núcleo de Valorização da Parentalidade](#)
122. [Núcleo Permanente de Combate às Fraudes no Sistema dos Juizados Especiais - NUPECOF](#)
123. [Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC](#)
124. [Núcleos Regionais da Corregedoria - NURS](#)
125. [Oficial de Justiça](#)
  - [Alvará de soltura](#)
  - [Citação, Intimação e Penhora](#)
126. [Oficial de Justiça Avaliador](#)
  - [Alvará de Soltura](#)
  - [Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores](#)
127. [Patrimônio Imobiliário](#)
128. [Penhora online](#)
129. [Perícias Criminais](#)
130. [Perícias Judiciais](#)
131. [Petição Eletrônica](#)
132. [Petição Inicial](#)
133. [Plantão Judiciário](#)
134. [Plantão Permanente](#)
135. [Polinter – Ordem de prisão e suas revogações](#)
136. [Precatório](#)
137. [Processo](#)
  - [Contrarrazões da Apelação](#)
  - [Custas Judiciais](#)
  - [Declínio de Competência](#)
  - [Digitalização de processos](#)
  - [Guarda/ Destinação](#)
  - [Eliminação](#)
  - [Juntada](#)
  - [Movimentação](#)
  - [Numeração](#)
138. [Processo Administrativo Eletrônico - SEI](#)

139. Processo Eletrônico

- Central de Arquivamento
- Consulta Processual Eletrônica
- Convolação em Processo Físico
- Custas
- Declínio de Competência
- Distribuição
- Execução
- Inquérito Policial
- Intimação de Parte
- Intimação Pessoal
- Mandado Judicial
- PJecor
- Petição Inicial
- Remessa dos Processos para o Arquivo
- Sistema PJE
- Tramitação

140. Processo Judicial

- Liquidação de Sentença

141. Protocolo

142. Recesso Forense

143. Regime de Mutirão Carcerário

144. Regime de Teletrabalho

145. Remessa de autos da Justiça Federal para a Justiça Estadual

146. Remessas de Expediente

147. Restauração

148. Restituição

149. Réu Preso

150. Sentença

- Carta de Execução de Sentença
- Comunicação de Sentença Penal Condenatória

151. Serventias Judiciais Híbridas

152. Serviço Centralizado de Digitalização

153. Serviço de Apoio ao Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente

154. Serviço de Informações Processuais - SEINP



155. [Serviço Estadual de Identificação - SEI](#)
156. [SIPEN – Sistema de Identificação Penitenciária](#)
157. [Sistema DCP](#)
  - [Cadastramento de Bens](#)
  - [Certidão de Débito](#)
  - [Processo com a Virtualização Finalizada - PRVFIN](#)
  - [Processos Remetidos ao Grupo de Sentença - PREGS](#)
  - [Sobrestamento do Processo](#)
158. [Sistema BACENJUD](#)
159. [Sistema Central de Mandados](#)
160. [Sistema CRC JUD](#)
161. [Sistema de Audiência de Custódia - SISTAC](#)
162. [Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário \(SISBAJUD\)](#)
163. [Sistema de Controle de Depósitos Judiciais - SISCONDJ](#)
164. [Sistema de Dispensa Eletrônica](#)
165. [Sistema de Informações e Identificação de Adolescentes \(SIIAD\)](#)
166. [Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis \(SREI\)](#)
167. [Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU](#)
168. [Sistema Eletrônico de Informações - SEI](#)
  - [Processo Administrativo Eletrônico](#)
169. [Sistema Estadual de Identificação – Módulo FAC-WEB](#)
170. [Sistema Estadual de Identificação - SEI](#)
171. [Sistema INFOJUD](#)
172. [Sistema Informatizado PJe Cor](#)
173. [Sistema INFOSEG](#)
174. [Sistema Laudo – WEB](#)
175. [Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA](#)
176. [Sistema Renajud](#)
177. [Sistema Serasajud](#)
178. [Sistema SIIAD](#)
179. [Sistema SISBAJUD](#)
180. [Sistema SPCJUD](#)
181. [Súmula de Jurisprudência Predominante](#)
182. [Súmulas do Tribunal de Justiça](#)
183. [Tabela de Fiança](#)
184. [Tabelamento – Impedimentos, Suspeição e Faltas](#)

185. [Tabelas Judiciais](#)
186. [Tabelas Processuais Unificadas - TPU](#)
187. [Testamenteiro e Tutor Judicial](#)
188. [Transformação do Agravo de Instrumento em Agravo Retido](#)
189. [Tribunal do Júri](#)
190. [Validação e autenticação de documentos e assinaturas eletrônicas](#)
191. [Vara Cível](#)
192. [Vara Criminal](#)
  - [Audiência de Custódia](#)
  - [Audiência por videoconferência](#)
  - [Central de Assessoramento Criminal](#)
  - [Centro Especializado de Atenção e apoio às vítimas de crimes e atos Infracionais](#)
  - [Classe/Assunto](#)
  - [Controle de Prazo Prescricional](#)
  - [Defensor Público](#)
  - [Digitalização e Virtualização de Processos](#)
  - [Incidentes de Insanidade Mental e Dependência Toxicológica](#)
  - [Intimação](#)
  - [Mandado de Prisão](#)
  - [Ofício de revogação de prisão - POLINTER](#)
  - [Processo Eletrônico](#)
  - [Registro dos Depoimentos](#)
  - [Réu Preso](#)
  - [Sentença](#)
  - [Sequestro de Bens](#)
  - [Sistema de Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas](#)
  - [Sistema FAC-WEB](#)
  - [Vara de Dívida Ativa](#)
193. [Vara de Execuções Penais](#)
  - [Agente Penitenciário](#)
  - [Apenado Estrangeiro](#)
  - [Audiência por Meio Eletrônico](#)
  - [Carta de Execução de Sentença](#)
  - [Cumprimento de Pena em Regime Semiaberto](#)

- [PROJUDI](#)
- [Subcomitê para Avaliação das Medidas Relacionadas à Execução Penal \(COMEP\)](#)
- 194. [Vara de Família](#)
  - [Pensão Alimentícia](#)
- 195. [Vara de Fazenda Pública](#)
- 196. [Vara de Infância, Juventude e Idoso](#)
  - [Adoção](#)
  - [Audiências Concentradas Protetivas](#)
  - [Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC](#)
  - [Equipe Técnica](#)
  - [Medidas Socioeducativas](#)
  - [Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes](#)
  - [Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe](#)
  - [Viagens de Crianças e Adolescentes](#)
- 197. [Vara de Órfãos e Sucessões](#)
- 198. [Vara de Registros Públicos](#)
- 199. [Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher](#)
- 200. [Vara Empresarial](#)
  - [Arbitragem](#)
  - [Cadastro de Administradores Judiciais](#)
- 201. [Vara Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente](#)
- 202. [Vara Especializada em Organização Criminosa](#)
- 203. [Videoconferência](#)
  - [Julgamento Virtual](#)
- 204. [Vista de Autos](#)

## **SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS**

1. [Abertura de Firma](#)
2. [Acervo documental](#)
3. [Alienação Fiduciária](#)
4. [Arquivo Geral do Poder Judiciário](#)
5. [Atendimento Prioritário](#)
6. [Atos Extrajudiciais](#)
  - [Atos Extrajudiciais Eletrônicos](#)

- [Papeis de segurança](#)
- 7. [Autenticação de Documentos e Reconhecimento de Firma](#)
- 8. [Averbação e Registro](#)
- 9. [Boletim Estatístico](#)
- 10. [Cadastro de informações relativas às escrituras](#)
- 11. [Carimbo Identificador](#)
- 12. [Cartório de Interdições e Tutelas](#)
- 13. [Cartório de Notas](#)
  - [Cartório de Registro de Imóveis](#)
    - [Apresentação de Guia de Recolhimento de ITBI](#)
    - [Banco de Indisponibilidade de Bens - BIB](#)
    - [Layout de Transmissão de Atos](#)
    - [Cobrança de emolumentos](#)
- 14. [Cartório de Registro Civil](#)
- 15. [Cartório de Registro Público](#)
- 16. [Centrais de Penas e Medidas Alternativas – CPMA](#)
  - [Equipes Técnicas Interdisciplinares](#)
- 17. [Central Eletrônica de Registros Públicos - CERP](#)
- 18. [Central Notarial de Autenticação Digital - CENAD](#)
- 19. [Certidão / Cancelamento](#)
- 20. [Certidão / Custas](#)
- 21. [Certidão Eletrônica](#)
- 22. [Certidão Negativa de Débito](#)
- 23. [Certidão Negativa Dos Feitos Judiciais](#)
- 24. [Certidão - Revalidação](#)
- 25. [Certidão – Solicitação Eletrônica](#)
- 26. [Cobrança de atos de reconhecimento de firmas e autenticações](#)
- 27. [Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça – Parte Extrajudicial](#)
- 28. [Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais](#)
- 29. [Comissão Permanente de Notários e Registradores](#)
- 30. [Comissão de Regulamentação e Regularização Fundiária](#)
- 31. [Comunicação Eletrônica de venda de veículos](#)
- 32. [Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça destinada aos Serviços Extrajudiciais](#)
- 33. [Cópias Reprográficas](#)

#### 34. Correição

#### 35. Custas e Emolumentos

- Geral
- Arquivamento de títulos e documentos
- Autorização de recolhimento pela serventia
- Carta de Sentença
- Comissão de Estudos
- Desarquivamento de Processos
- Devolução
- Emolumentos Cartorários
- Escritura de Inventário de Partilha
- Gratuidade de Justiça
- GRERJ
- GRERJ Eletrônica
- FUNDPERJ
- Fundo Especial do TJERJ
- Habilitação de Casamento
- Isenção de Pagamento
- Ofício de Registro e Distribuição
- Pareceres
- Protesto de Títulos
- Reconhecimento de Firma e Autenticações
- Registro de Imóveis
- Separação e divórcio consensual e inventário e partilha, por escritura pública
- Segunda Via de Documento
- Tabelas judiciais
- Tabelas extrajudiciais

#### 36. Declaração Dos Companheiros

#### 37. Desativação

#### 38. Designação dos responsáveis pelo expediente

#### 39. Direitos e deveres

#### 40. Distribuição Eletrônica

#### 41. Distribuidor Extrajudicial

- Sistema Extrajudicial Integrado dos Distribuidores Extrajudiciais

#### 42. Escritura Pública

- [Extinção de União Estável](#)
  - [Inventário e Partilha](#)
43. [Escrituração](#)
  44. [Etiquetas de Segurança](#)
  45. [Falsificação](#)
  46. [Ficha de atualização de dados do cartório](#)
  47. [Formulário Eletrônico - CNJ](#)
  48. [Funcionamento](#)
  49. [Funcionamento dos Serviços Notariais e Registrais](#)
  50. [Fundo de Apoio aos Registradores Civis das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro – FUNARPEN/RJ](#)
  51. [Gratuidade](#)
    - [Atos Extrajudiciais](#)
    - [Idosos](#)
    - [Notários](#)
    - [Pareceres](#)
  52. [Inspeções Preventivas](#)
  53. [Inventário Extrajudicial](#)
  54. [Infrações disciplinares e penalidades](#)
  55. [Lavatura de Escritura Pública](#)
    - [Inventário e Partilha](#)
    - [Promessa de Compra e Venda de Imóvel Hipotecado](#)
  56. [Livro Adicional](#)
  57. [Livro Adicional Eletrônico](#)
    - [Transmissão de Dados](#)
  58. [Livro De Protocolo](#)
  59. [Módulo de Apoio aos Serviços Extrajudiciais - MAS](#)
  60. [Malote Digital](#)
  61. [Obrigatoriedade de exigência de certidões dos Ofícios de Interdições e Tutelas](#)
  62. [Pareceres de assuntos diversos da CGJ](#)
  63. [Patrimônio Imobiliário](#)
  64. [Pedido de certidões vintenárias](#)
  65. [Posto De Atendimento Avançado](#)
  66. [Prestação de Serviços com Instituições Financeiras](#)
  67. [Protesto de Títulos](#)

[68. Registro Central de Testamento on-line - RCTO](#)

[69. Registro de Imóveis](#)

- [Área de Reserva Legal](#)
- [Arresto](#)
- [Atos de Averbação](#)
- [Cédula de Crédito Imobiliário](#)
- [Certidão de Registro de Imóveis](#)
- [Certidão Negativa de Débito](#)
- [Contratação](#)
- [Custas Extrajudiciais](#)
- [Escritura de Doação dom Reserva de Usufruto](#)
- [Fiscalização](#)
- [ITBI](#)
- [ITD](#)
- [Lei de Registros Públicos](#)
- [Manual de Integração Cartórios – SAEC/ONR](#)
- [Matrícula de Imóvel](#)
- [Oficial de Registro de Imóvel](#)
- [Posse](#)
- [Secretaria da Receita Federal do Brasil](#)
- [Serviço de Registro Eletrônico de Imóveis](#)
- [Sistema de Atendimento Eletrônico Compartilhado - SAEC](#)
- [Sistema Nacional de Cadastro Rural](#)
- [Títulos Eletrônicos](#)
- [Usucapião Extrajudicial](#)

[70. Registro de Títulos e Documentos](#)

- [Meio Eletrônico](#)
- [Princípio da Territorialidade](#)

[71. Regulamentação de recolhimento de contribuição previdenciária](#)

[72. Requisição de busca de registro de nascimento](#)

[73. Responsabilidade Civil e Criminal](#)

[74. Selo de Fiscalização](#)

- [Impressos de cartório](#)
- [Normatização do sistema de selos](#)
- [Pareceres](#)
- [Selo de Fiscalização Extrajudicial Digital](#)

## 75. Serventias Com Atribuições do RCPN

- [Geral](#)
- [Apostilamento de Haia](#)
- [Atestado de Óbito](#)
- [Averbação da alteração do nome dos genitores em registro de nascimento e no de casamento dos filhos](#)
- [Averbação de Divórcio](#)
- [Banco de Dados de Nascimento e Óbito](#)
- [Carta de Sentença](#)
- [Casamento Civil](#)
- [Casamento realizado fora da sede do cartório](#)
- [Central de Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais - CRC](#)
- [Certidão de Nascimento](#)
- [Comunicação de Óbito](#)
- [Conversão de União Estável em Casamento](#)
- [Criação de Sociedade Civil](#)
- [Cumprimento de decisão estrangeira homologada](#)
- [Declaração de Nascido Vivo](#)
- [Divórcio](#)
- [Divórcios de Casamentos realizados no exterior](#)
- [Elementos de Segurança para Expedição de Certidões](#)
- [Encerramento de Livro](#)
- [Erradicação do sub-registro de nascimento](#)
- [Expedição de Certidão](#)
- [Formulários padronizados do RECIVIL](#)
- [Fundo de Apoio aos Registradores Civis de Pessoas Naturais do Estado do RJ](#)
- [Habilitação de Casamento](#)
- [Informação de dados de óbitos ao INSS](#)
- [Layout para a transmissão de dados](#)
- [Livros de Registro](#)
- [Livro de Registro Provisório](#)
- [Prazos](#)
- [Proclamas de Casamento](#)
- [Reconhecimento de Firma](#)
- [Reconhecimento de Paternidade](#)



- [Registro Tardio de Nascimento](#)
  - [Resolução do Conselho Nacional de Justiça](#)
  - [Serviços Itinerantes de Registro de Nascimento e de Óbito](#)
  - [Sistema Nacional de Informações de Registro Civil](#)
  - [Unilateralidade](#)
76. [Serventias Com Atribuições do RCPJ](#)
- [Central dos Cartórios de Registro Civil](#)
  - [Livros Contábeis](#)
77. [Serviços Extrajudiciais com atribuição de Tabelionato de Notas](#)
78. [Servidores não remunerados pelos cofres públicos](#)
79. [Serviços Notariais](#)
- [Atividades](#)
  - [Aquisição de imóveis para uso exclusivo de Igrejas e Templos](#)
  - [Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados](#)
  - [Comissão de Notários e Registradores](#)
  - [Controle de Certidão Negativa de Débito](#)
  - [Cópias Reprográficas](#)
  - [Documentos Eletrônicos](#)
  - [Infração Disciplinar](#)
  - [Lavatura de Atos Notariais](#)
  - [Livro de Registro Diário de Receita e Despesa](#)
  - [Sistema de Comunicação Eletrônica de Venda de Veículos](#)
  - [ISS](#)
  - [Procurações em Causa Própria](#)
  - [Procuração para requerimento de Certidões](#)
  - [Requerimento de autorização para casamento](#)
  - [Sistema de declaração de herança por escritura pública](#)
  - [Tabelionato de Notas](#)
80. [Sistema e-Notariado](#)
81. [Sistema Integrado de Distribuidores Extrajudiciais](#)
82. [Sistema Justiça Aberta](#)
83. [Sistema Módulos de Apoio às Serventias Extrajudiciais - MAS](#)
84. [Tabela de Fiança](#)
85. [Tabelas Extrajudiciais](#)
86. [Taxa](#)

## 87. Transmissão de atos

### **MATÉRIA DE PESSOAL**

1. Atos da Vida Funcional
  - Assentamentos individuais
  - Atestado Médico
  - Carteira de identificação para os servidores inativos
  - Curso de Aperfeiçoamento
  - Exame Médico Periódico
  - Freqüência e horário
  - Identificação funcional
  - Informação do Grau de Escolaridade
  - Movimentação de servidor
  - Provimento de cargos
  - Remoção de Servidor
2. Direitos
  - Férias
  - Licenças
3. Benefícios
  - Auxílio-creche
  - Auxílio-educação
  - Auxílio-refeição e alimentação
  - Auxílio-locomoção
  - Auxílio-saúde
4. Averbação de comprovantes de escolaridade
5. Averbação do tempo de serviço
6. Cargos de direção e chefia
7. Comprovação de despesas
8. Paralisação das atividades
9. Processamento de Licenças e Férias em Geral
10. Reestruturação
11. Remuneração

### **PARECERES E DECISÕES ADMINISTRATIVAS**

## **GRUPO EMERGENCIAL DE AUXILIO PROGRAMADO – GEAP**

1. Hora Extraordinária

## **GRUPO REGIONAL ESPECIAL DE APOIO CARTORÁRIO – GREAC**

12. Criação
13. Afastamento do Juiz Titular

## **ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA – ESAJ**

1. Critérios para atribuição de pontos aos servidores

## **LEGISLAÇÃO**

### **ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PJERJ**

#### **Área de atuação e estrutura básica**

Parágrafo 5º. do artigo 4º. da CNCGJ  
(índice)

#### **Assinatura Digital**

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº. 02/2014 - Avisam aos Magistrados, Chefes de Serventia e Serventuários que atentem diligentemente para a confirmação da assinatura digital realizada nas petições eletrônicas, especialmente as petições iniciais, através da ferramenta denominada "Assinador Livre".  
(índice)

AVISO CGJ N. 760, DE 22/08/2011 - Avisa aos Magistrados que ainda não fazem uso institucional da assinatura digital, que e obrigatória a imediata retirada do 'e-token' junto a DGTEC, providencia que devera ser buscada através dos telefones que menciona. Republicado no DJERJ, ADM, de 26/08/2011, p. 24; de 29/08/2011, p. 19.  
(índice)

#### **Atribuições**

RESOLUÇÃO TJ/OE Nº. 46/2006 - Consolida a Estrutura Organizacional da Corregedoria Geral da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, o Regimento Geral de Atribuições de suas unidades administrativas, o Quadro de Cargos Comissionados e Funções Gratificadas, e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº. 14/1999 - Altera o artigo 7. do Provimento Nº. 35, de 1997.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº. 37/1998 - Fica acrescido de 2 novos incisos (XIII e XIV), o artigo 69 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº. 35/1997 - Dispõe sobre a atuação e a estrutura básica dos Núcleos Regionais da Corregedoria e dá outras providências.  
(índice)

### Autorização de Viagem Internacional

AVISO CGJ N. 35/2009 - Avisa que os requerimentos de autorização de viagem internacional devem ser registrados, ficando dispensados de autuação prévia, devendo a mesma ser realizada em até 30 dias após ser proferida a decisão judicial.  
(índice)

### Banco de Dados da Corregedoria Geral da Justiça

ATO EXECUTIVO TJ N. 3894, DE 18/08/2009 - Resolve implementar nova sistemática de inserção de dados nos sistemas de 1. Instância, cuidando-se para que todos os lançamentos sejam inseridos no sistema até o último dia útil do mês, quando se dará o fechamento da base de dados, vedadas alterações após este período.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 195, de 28/04/2009 - Avisa que atentem para a exatidão do CPF/CNPJ dos requeridos quando do encaminhamento de solicitação para publicidade das indisponibilidades de bens decretadas judicial ou extrajudicialmente.  
(índice)

### Banco de Dados de Nascimento e Óbito

PROVIMENTO CGJ Nº 02/2015 - Resolve que o Banco de Dados de Nascimento e Óbito, congregando as informações relativas aos atos de registros de nascimentos e óbitos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, administrado pelo Tribunal de Justiça,

passa a ser consultado através da rede mundial de computadores, no sítio da Corregedoria Geral da Justiça.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 47, DE 21/07/2011 - Resolve regulamentar a consulta ao Banco de Dados de Nascimento e Óbito, inclusive nos casos de processos em favor de pessoas hipossuficientes.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 41, DE 07/07/2010 - Resolve criar o Banco de Dados de Nascimento e Óbito, congregando as informações relativas aos nascimentos e óbitos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, administrado pelo Tribunal de Justiça e com amplitude Estadual, e da outras providencias.  
([índice](#))

### Banco Nacional de Mandados de Prisão

AVISO CGJ nº 573/2019 - Avisa sobre a concessão de acesso para servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES - BNMP 2.0 e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 678, DE 26/07/2011 - Avisa aos Magistrados das Varas com competência Criminal que o CNJ decidiu aprovar os termos de Resolução que institui e regulamenta o BNMP - Banco Nacional de Mandados de Prisão, editando-se assim a Resolução n. 137/2011 do CNJ.  
([índice](#))

### Casamento Comunitário

AVISO TJ nº 76/2013 - Avisa sobre o planejamento e execução de evento ambiental ou social, especialmente a celebração de casamento comunitário, que demande a atuação de Órgão do TJRJ e que não esteja previamente contemplado no planejamento anual.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO TJ N. 2, DE 28/01/2010 - Resolve que o casamento comunitário constitui um programa institucional do Poder Judiciário, de cunho social e educativo, que objetiva sensibilizar a população hipossuficiente sobre seus direitos, não constituindo uma política publica de regularização de estado civil, e de termina a necessidade de regulamentação do procedimento.  
([índice](#))

CEDES – Centro de Estudos e Debates  
Revisão de Súmulas e Enunciados

ATO EXECUTIVO TJ N. 3164, DE 10/07/2009 - Institui Grupo de Trabalho, vinculado a Diretoria-Geral do CEDES, encarregado de realizar estudos para revisão das sumulas e enunciados em vigor e elaborar novas propostas com vista a uniformização de entendimentos jurisprudenciais  
([índice](#))

Centrais para Prestação de Serviços de Atribuições Especiais da Justiça

RESOLUCAO TJ/OE N. 4, DE 22/03/2010 - Altera os artigos 70 e 71 da Resolução n. 5, de 24 de marco de 1977, para criar Centrais para prestação de serviços de atribuições especiais da Justiça.  
([índice](#))

Central de Assessoramento Criminal

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 17/2012 - Ficam criadas a Central de Assessoramento Criminal (CAC), a Central de Assessoramento Fazendário (CAF) e a Central de Apoio à Justiça Itinerante nos Novos Bairros do Rio de Janeiro, e dá outras providências.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ N. 10, DE 13/09/2011 - Resolvem alterar o artigo 1. do Ato Executivo TJ n. 1.831/2009.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ N. 2, DE 01/06/2011 - Resolvem alterar o Ato Executivo TJ n. 1.831/2009, e dá outras providencias.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ N. 695, DE 01/02/2011 - Resolve alterar a redação do art. 4. do Ato Executivo TJ n. 1.831/ 2009, para alterar a numeração do parágrafo único para parágrafo 1º. e incluir o parágrafo 2º.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 24, DE 26/04/2010 - Resolve extinguir a Central de Atendimento da Corregedoria-Geral da Justiça.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ Nº 1831, de 05/05/2009 - Institui a Central de Assessoramento Criminal e da outras providencias.  
([índice](#))

### Central de Apoio à Justiça Itinerante

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 17/2012 - Ficam criadas a Central de Assessoramento Criminal (CAC), a Central de Assessoramento Fazendário (CAF) e a Central de Apoio à Justiça Itinerante nos Novos Bairros do Rio de Janeiro, e dá outras providências.  
([índice](#))

### Central de Aprendizagem

PROVIMENTO CGJ Nº 30/2017 - Fica criada a Central de Aprendizagem no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça, vinculado ao Departamento de Suporte Operacional da Diretoria Geral de Administração.  
([índice](#))

### Central de Assessoramento Fazendário

PROVIMENTO nº 99/2016 - Desinstala a Central de Assessoramento Fazendário (CAF), cessa a remessa de feitos à unidade desinstalada e promove o retorno dos feitos do acervo às respectivas serventias de origem.  
([índice](#))

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 17/2012 - Ficam criadas a Central de Assessoramento Criminal (CAC), a Central de Assessoramento Fazendário (CAF) e a Central de Apoio à Justiça Itinerante nos Novos Bairros do Rio de Janeiro, e dá outras providências.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ N. 11, DE 13/10/2011 - Resolvem instituir a Central de Assessoramento Fazendário, tendo por finalidade o processamento, preferencialmente eletrônico, das ações civis públicas (Lei n. 7.347/85), ações civis de improbidade administrativa (Lei n. 8.429/92) e ações populares (Lei n. 4.717/65) que são da competência das Varas de Fazenda Publica da Comarca da Capital, e da outras providencias.  
([índice](#))

### Central de Atendimento da Corregedoria Geral da Justiça

AVISO CGJ N. 371, DE 01/06/2010 - Avisa que deverão ser retirados os cartazes com o telefone da extinta Central de Atendimento da CGJ que estão afixados nas paredes das serventias judiciais e extrajudiciais, descartando-os e substituindo-os pelo modelo disponibilizado no endereço eletrônico que menciona.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 23, de 16/03/2009 - Resolve criar a Central de Atendimento da Corregedoria Geral da Justiça, com a finalidade de receber críticas, sugestões, elogios e informações sobre o funcionamento das serventias judiciais e extrajudiciais, e da outras providencias.  
([índice](#))

### Central de Audiência de Custódia

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ n. 3/ 2020 - Designa órgão judicial ao qual ficará vinculada Central de Audiência de Custódia da Comarca da Capital, criada pela Resolução n. 29/ 2015, com a redação dada pela Resolução n. 14/ 2017, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.  
([índice](#))

### Central de Avaliadores Judiciais

ATO EXECUTIVO CONJUNTO N.º 12 /2016 - Dispõe sobre a desinstalação da Central de Avaliadores Judiciais da Comarca da Capital.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 102, DE 14/02/2011 - Avisa aos Magistrados, Escrivães, Titulares e Responsáveis pelo Expediente que os mandados de avaliação e os processos encaminhados a Central de Avaliadores Judiciais da Comarca da Capital não serão recebidos se desacompanhados da respectiva guia de remessa emitida pelo sistema informatizado DCP  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 336, DE 21/05/2010 - Avisa as serventias judiciais que quando da expedição de mandado para avaliação indireta e obrigatório o envio da informação que comunicou a impossibilidade da avaliação na forma direta, com o objetivo de identificar o Avaliador competente para o ato.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 325, DE 18/05/2010 - Avisa as serventias judiciais que e obrigatório o encaminhamento dos mandados de avaliação e dos processos a Central de Avaliadores Judiciais da Comarca da Capital através de guia de remessa de



documentos e guia de remessa de processos, emitidas pelo sistema informatizado DCP.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CGJ N. 666, DE 05/04/2010](#) - Cria a Central de Avaliadores Judiciais da Comarca da Capital a ser instalada por ato próprio do Corregedor-Geral da Justiça, designando o Juiz Auxiliar que menciona para assumir a função de Juiz Coordenador da referida Central.  
([índice](#))

### Central de Cálculos Judiciais

[AVISO CGJ nº 385 /2022](#) - Avisa aos Magistrados, secretários, chefes de serventia, substitutos de chefes de serventia e demais servidores sobre a forma como devem ocorrer os contatos com a Central de Cálculos na hipótese de intimação e reiteração de intimação referentes a processos a ela já disponibilizados.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 996, DE 20/12/2010](#) - Avisa que a Central de Cálculos Judiciais da Comarca da Capital efetua cálculos nos processos oriundos das Varas da Comarca da Capital, nas ações previdenciárias propostas contra o INSS em Comarcas onde inexistia Vara da Justiça Federal e nos processos de competência originária do Tribunal de Justiça, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 715, DE 15/09/2010](#) - Avisa que é vedada a remessa de processos a Central de Cálculos Judiciais da Comarca da Capital com exclusiva finalidade de cálculo de custas judiciais e taxa judiciária, excetuadas as hipóteses expressamente previstas no Aviso CGJ n. 738/2006, e das outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 634, DE 17/08/2010](#) - Avisa que compete a Central de Cálculos Judiciais da Comarca da Capital a realização dos cálculos de liquidação de sentença proferida em processo acidentário, de concessão ou de revisão de benefícios previdenciários, nos feitos que tramitam em todas as serventias do Estado.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CGJ N. 914, DE 14/05/2010](#) - Cria a Central de Cálculos Judiciais da Comarca da Capital, designando o Juiz Auxiliar que menciona para assumir a função de Juiz Coordenador da referida Central.  
([índice](#))

### Central de Cumprimento de Mandados

PORTARIA Nº. 2252/2023 - Resolve designar o juiz de direito que menciona para exercer a função de juiz coordenador da Central de Cumprimento de Mandados da Comarca de Duque de Caxias, sem prejuízo de suas atribuições.  
(índice)

PROVIMENTO nº 119/2016 - Amplia a atribuição das Centrais de Cumprimento de Mandados dos Fóruns Regionais da Comarca da Capital para o cumprimento de mandados urgentes emitidos pelos Juízos das Varas de Fazenda Pública e dos Juizados Especiais da Fazenda Pública da Comarca da Capital e dá outras providências.  
(índice)

AVISO nº 1027 / 2016 - Estabelece que os mandados judiciais deverão ser enviados de forma eletrônica para as Centrais de Cumprimento de Mandados e para os Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, sempre que houver indisponibilidade de emissão de guia de remessa no Sistema DCP.  
(índice)

AVISO CGJ N. 804/2013 - Avisa que é facultativa, no Sistema de Controle de Mandados - SCM, a lavratura de certidões pelos Oficiais de Justiça Avaliadores, a partir de 15 de julho de 2013, e dá outras providências  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 19/2013 - Resolve extinguir a Central de Cumprimento de Mandados da Dívida Ativa da Comarca da Capital, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ nº 127/2013 - Avisa aos Encarregados das Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis pelo cadastramento dos Mandados nas Serventias/Direção do Fórum e NAROJAS, que deverão observar o cumprimento do inciso I do art. 347 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça que veda a adoção do critério de divisão de tarefas em razão da matéria, devendo os Oficiais de Justiça Avaliadores receber os mandados em razão de sua área geográfica de atuação, independente da serventia de origem.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1301/2012 - Avisa aos Magistrados, Diretores das Centrais de Cumprimento de Mandados e Oficiais de Justiça Avaliadores da necessidade de estrita observância aos termos do Aviso CGJ nº 1284/2012, publicado em 29/10/2012.  
(índice)

AVISO CGJ N. 1022, DE 31/10/2011 - Avisa sobre todos os procedimentos que devem ser observados pelas Centrais de Cumprimento de Mandados da Comarca da Capital.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 816, DE 31/08/2011 - Avisa que as Centrais de Cumprimento de Mandados e as Centrais de Serviços Especiais que utilizam o Sistema SCM, ficam desobrigadas de usar o SISCOA quando da movimentação de mandados, permanecendo a obrigação em relação aos demais expedientes.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 677, DE 26/07/2011 - Avisa as Centrais de Cumprimento de Mandados com competência criminal que devem dar estrito cumprimento aos termos do Aviso CGJ n. 241/ 2010, sendo expressamente vedada a requisição do preso para o fim exclusivo de intimação, e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 78, DE 28/01/2011 - Avisa que a partir do dia 14 de fevereiro de 2011 o Projeto Malote Digital será implantado na Central de Cumprimento de Mandados das Varas de Família e de Órfãos e Sucessões, e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 1007, DE 23/12/2010 - Avisa que as Centrais de Cumprimento de Mandados e Serventias que utilizam o Sistema Central de Mandados passarão a ser monitoradas, periodicamente, através dos Relatórios expedidos pelo Sistema Central de Mandados (SCM), e dá outras providências.  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN88, DE 22/12/2010 - Dispõe sobre a fiscalização das Centrais de Cumprimento de Mandados - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN83, DE 15/10/2010 - Dispõe sobre normatização do procedimento a ser adotado para designação de encarregado pela Central de Mandados e seu substituto - Parecer.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 994, DE 17/12/2010 - Avisa aos Juizes Coordenadores das Centrais de Cumprimento de Mandados que é vedado o sistema de rodízio na função de Encarregado de Central de Cumprimento de Mandados, e dá outras providências.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 49, DE 24/08/2010 - Resolve alterar o artigo 2.º do Provimento CGJ n. 25/2006.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 25, DE 17/05/2006 - Extingue os NAROJAS que menciona e cria a Central de Cumprimento de Mandados das Varas Empresariais e de Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital e a Central de Cumprimento de Mandados dos Juizados Especiais da Comarca da Capital.

Art. 2. alterado pelo Provimento CGJ:

n. 49, de 24/08/2010. In: DJERJ, ADM, de 13/09/2010, p. 6.

(índice)

## Extravio

PROVIMENTO CGJ nº 09/2013 - Resolve que a serventia judicial poderá efetuar, excepcionalmente, a exclusão de mandados que forem encaminhados à Central de Mandados para cumprimento e não devolvidos pelo Analista Judiciário na Especialidade de Execução de Mandados, por motivo de roubo ou furto, desde que registrado o boletim de ocorrência, e dá outras providências.

(índice)

## Núcleo de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores

PROVIMENTO CGJ nº 69/2017 - Dispõe sobre atuação das Centrais de Cumprimento de Mandados, dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores; define as suas relações com os cartórios no período do recesso forense; e dá outras providências.

PROVIMENTO CGJ nº 65/2017 - Dispõe sobre atuação das Centrais de Cumprimento de Mandados, dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores; define as suas relações com os cartórios no período do recesso forense; e dá outras providências.

(índice)

## Projeto Comarca

PROVIMENTO CGJ N. 46, DE 09/07/2009 - Resolve modificar o artigo 1. do Provimento CGJ n. 20/2008 e acrescentar novas Centrais de Cumprimento de Mandados, e da outras providencias.

(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 39, DE 23/06/2010 - Resolve alterar o art. 1., incisos I e III do Provimento CGJ n. 46/2009; cria a Central de Cumprimento de Mandados da

Comarca de São Gonçalo, e dá outras providências.  
([índice](#))

### Projeto Malote Digital

[AVISO CGJ N. 126, DE 22/02/2011](#) - Avisa que a partir do dia 14 de março de 2011 o Projeto Malote Digital será implantado na Central de Cumprimento de Mandados dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca da Capital e dá outras providências.  
([índice](#))

### Varas de Fazenda Pública

[PROVIMENTO CGJ N. 68, DE 23/12/2010](#) - Resolve alterar o caput do art. 1. do Provimento CGJ n. 21/2007.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 21, DE 16/05/2007](#) - Resolve criar a Central de Cumprimento de Mandados das Varas de Fazenda Pública do fórum Central da Comarca da Capital, que serão coordenadas por Juiz de Direito indicado pelo Corregedor-Geral da Justiça, denominado Juiz Coordenador, e dá outras providências. Caput do art. 1. alterado pelo Provimento CGJ:n. 68, de 23/12/2010. In: DJERJ, ADM, de 17/01/2011, p. 9.  
([índice](#))

### Central de Cumprimento de Mandados da Vara de Execuções Penais

[PROVIMENTO CGJ Nº 126 / 2016](#) - Disciplina novos procedimentos para a Central de Cumprimentos de Mandados da Vara de Execuções Penais, em função da implantação do sistema eletrônico PROJUDI.  
([índice](#))

### Central de Cumprimento de Mandados das Varas de Fazenda Pública

[PROVIMENTO CGJ Nº 12/2013](#) - Resolve recriar e instalar a Central de Cumprimento de Mandados das Varas de Fazenda Pública e Juizados Especiais Fazendários da Comarca da Capital.  
([índice](#))

### Central de Depositário Judicial

[ATO CGJ SN58/2016](#) - Dispõe sobre apresentação de relatório sobre as atividades desenvolvidas pela Central de Depositário Judicial - CDJ.  
([índice](#))

[AVISO CGJ 1717/2016](#) - Avisa que deverá ser observada a parte final do disposto no §1º do artigo 840 do Código de Processo Civil, em relação aos bens móveis e imóveis que tenham sido remetidos à Central de Depositário Judicial - CDJ.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 1169, DE 24/11/2011](#) - Avisa as serventias judiciais que, na Comarca da Capital, a certificação das custas judiciais referentes a atuação do Depositário Judicial será realizada previamente pelos cartórios judiciais devendo o numero da guia utilizada ser informado a Central de Depositário Judicial - CDJ.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 889, DE 13/09/2011](#) - Avisa aos Magistrados, Escrivães Titulares ou Responsáveis pelo Expediente das Serventias Judiciais que e obrigatório fazer constar no texto dos mandados de penhora de renda o CNPJ das partes, quando for pessoa jurídica e o CPF, quando for pessoa física, bem como a ciência ao executado que devera comparecer a Central de Depositário Judicial da Comarca da Capital, e da outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 350, DE 25/05/2010](#) - Avisa as serventias judiciais que e obrigatório o encaminhamento de processos judiciais e ofícios destinados a Central de Depositário Judicial da Comarca da Capital através de guia de remessa de processos e de documentos, respectivamente, emitida pelo sistema informatizado DCP.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CGJ N. 915, DE 14/05/2010](#) - Cria a Central de Depositário Judicial da Comarca da Capital, designando o Juiz Auxiliar que menciona para assumir a função de Juiz Coordenador da referida Central.  
([índice](#))

#### Central de Depuração de Dados – CDD

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 11 /2015](#) - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos sobre a disponibilização a todos os Órgãos Jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro do acesso ao Sistema Estadual de Identificação - SEI para a consulta e emissão de folha de antecedentes criminais (FAC) e respectivo procedimento.  
([índice](#))

## Central de Distribuição, Cálculos, Partilhas, Avaliação e Testamentaria e Tutoria Judicial

ATO EXECUTIVO CGJ Nº 61/2013 - Instala a Central de Distribuição, Cálculos, Partilhas, Avaliação e Testamentaria e Tutoria Judicial, por transformação do Cartório do Distribuidor, Contador e Partidor, ambos da Comarca de Nova Iguaçu.  
([índice](#))

Central de Identificação de Fraudes Processuais - CENIF  
PROVIMENTO CGJ 91/2021 - Institui a Central de Identificação de Fraudes Processuais (CENIF).  
([índice](#))

PORTARIA CGJ 1471/2021 - Resolve designar membros para compor a Central de Identificação de Fraudes Processuais (CENIF).  
([índice](#))

## Central de Inventariantes Judiciais

ATO EXECUTIVO CGJ N. 997, DE 25/05/2010 - Cria a Central de Inventariantes Judiciais da Comarca da Capital, designando o Juiz Auxiliar que menciona para assumir a função de Juiz Coordenador da referida Central.  
([índice](#))

## Encaminhamento de Processos

AVISO CGJ N. 397, DE 10/06/2010 - Avisa as serventias judiciais que e obrigatório o encaminhamento de processos judiciais e demais documentos destinados a Central de Inventariantes Judiciais da Comarca da Capital através de guia de remessa de processo e documentos, emitida pelo sistema informatizado - DCP.  
([índice](#))

## Central de Liquidantes Judiciais

ATO EXECUTIVO CGJ N. 998, DE 25/05/2010 - Cria a Central de Liquidantes Judiciais da Comarca da Capital, designando o Juiz Auxiliar que menciona para assumir a função de Juiz Coordenador da referida Central.  
([índice](#))

## Central de Partilhas Judiciais

AVISO CGJ N. 337, DE 21/05/2010 - Avisa as serventias judiciais que e obrigatório o encaminhamento dos processos a Central de Partilhas Judiciais da Comarca da Capital através de guia de remessa de processos emitida pelo sistema informatizado DCP.

(índice)

### Central de Planilhas Judiciais

ATO EXECUTIVO CGJ N. 665, DE 05/04/2010 - Cria a Central de Partilhas Judiciais da Comarca da Capital a ser instalada por ato próprio do Corregedor-Geral da Justiça, designando o Juiz Auxiliar que menciona para assumir a função de Juiz Coordenador da referida Central.

(índice)

### Central de Processos Judiciários

AVISO TJ N. 10, DE 09/02/2012 - Avisa aos Magistrados que, a fim de agilizar a tramitação das comunicações processuais, a Marinha do Brasil criou a Central de Processos Judiciários, no endereço que menciona, com a função de receber e distribuir as comunicações oriundas de Poder Judiciário. Retificado no DJERJ, ADM, de 10/02/2012, p. 2.

(índice)

### Central de Processos Eletrônicos

PROVIMENTO CGJ nº 56/2018 - Resolve que as intimações e notificações por edital a cargo dos Oficiais de Registro de Imóveis deverão ser publicadas por meio da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis (Central de Registradores de Imóveis), que será mantida pela Associação dos Registradores de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro - ARIRJ.

(índice)

### Central de Registradores de Imóveis

PROVIMENTO CGJ nº 56/2018 - Resolve que as intimações e notificações por edital a cargo dos Oficiais de Registro de Imóveis deverão ser publicadas por meio da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis (Central de Registradores de Imóveis), que será mantida pela Associação dos Registradores de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro - ARIRJ.

(índice)

### Central Eletrônica de Protestos do Estado do Rio de Janeiro – CENPROT RJ



PROVIMENTO CGJ Nº 07 / 2017 - Autoriza o funcionamento da Central Eletrônica de Protestos do Estado do Rio de Janeiro - CENPROT-RJ, vinculada ao Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Rio de Janeiro - IEPTB-RJ. [\(índice\)](#)

### Central Judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica – CEJUVIDA

ATO EXECUTIVO nº 196/ 2019 - Altera o ato Executivo nº 2.610/2010 que criou a CEJUVIDA - Central Judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. [\(índice\)](#)

ATO EXECUTIVO Nº 69/2017 - Altera o ato Executivo nº 2.610/2010 que criou a CEJUVIDA - Central Judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. [\(índice\)](#)

AVISO Nº 39/2016 - Avisa aos Juízes que atuam no Plantão Judiciário do Fórum Central, que todos os casos relacionais à competência violência doméstica e familiar contra a mulher podem ser encaminhados à Central Judiciária de Abrigamento Provisório de Mulher Vítima de Violência Doméstica (CEJUVIDA), para análise prévia da situação. [\(índice\)](#)

ATO EXECUTIVO TJ N. 2610, DE 22/06/2010 - Cria a CEJUVIDA - Central Judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. [\(índice\)](#)

### Central Notarial de Autenticação Digital – CENAD

AVISO CGJ nº 345/2022 - implementação dos módulos Central Notarial de Autenticação Digital (CENAD), Autorização Eletrônica de Viagem (AEV), Reconhecimento de Assinatura Eletrônica em Documento Digital (e-Not Assina) e Reconhecimento de Firma por Autenticidade em procedimento de videoconferência, e dá outras providências. [\(índice\)](#)

### Centro Cultural do PJERJ

ATO EXECUTIVO TJ Nº 1650, de 17/04/2009 - Resolve criar o Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, que tem por finalidade a aproximação e a integração do Poder Judiciário junto à sociedade, através do desenvolvimento de atividades artísticas e culturais voltadas aos Magistrados, serventuários e público em geral.

(índice)

## Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania – CEJUSC

PORTARIA Nº. 2231/2023 - Resolve designar a juíza de direito que menciona para exercer a função de juíza coordenadora do CEJUSC da Regional de Jacarepaguá, sem prejuízo de suas atribuições, no período de 17 de julho a 05 de agosto de 2023.

(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 04/ 2023 - Instala o CEJUSC de Justiça Restaurativa da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas atribuição para os métodos restaurativos com competência sobre as demandas advindas da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas.

(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 03/ 2023 - Instala o CEJUSC de justiça restaurativa da comarca de Quissamã com atribuição para os métodos restaurativos com competência sobre as demandas advindas dos juízos da comarca de Quissamã.

(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 02/ 2023 - Instala o CEJUSC de Justiça Restaurativa da Comarca de Valença com atribuição para os métodos restaurativos com competência sobre as demandas advindas da Comarca de Valença.

(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 01/ 2023 - Resolvem instalar o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC de Justiça Restaurativa em Execução Penal.

(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 13/2022 - Instala o CEJUSC de Justiça Restaurativa do Fórum Regional da Leopoldina.

(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 10/ 2022 - Resolvem instalar o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Justiça Restaurativa da Capital (CEJUSC-CAPJR).

(índice)

RESOLUÇÃO OE Nº 12/2022 - Estabelece medidas necessárias ao cumprimento da política pública de tratamento adequado aos problemas jurídicos e aos conflitos de interesses previstas na Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça; na Lei nº 13.140/2015 (Lei da Mediação); e na Lei nº 13.105/2015.  
(índice)

AVISO CGJ 1106/2021 - Comunica a obrigatoriedade de conferência, pelas serventias judiciais, das custas correspondentes ao procedimento de mediação, antes do envio dos autos ao CEJUSC.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ n.º 07/2016 - Altera a Resolução TJ/OE 16/2014 e cria Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.  
(índice)

#### Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – Varas de Infância, Juventude e Idoso

RESOLUÇÃO OE nº 13/2022 - Dispõe sobre a criação do CEJUSC da Infância, Juventude e Idoso da Capital e implementação da Mediação e Justiça Restaurativa no âmbito das Varas da Infância, Juventude e Idoso.  
(índice)

#### Comissão de Aplicação dos Recursos da Prestação Pecuniária – COAPP

PORTARIA nº 978/2023 - Designa membros da Comissão de Aplicação dos Recursos da Prestação Pecuniária (COAPP).  
(índice)

AVISO COAPP Nº 01/ 2023 - Seleção de entidades para recebimento de verbas oriundas das prestações pecuniárias.  
(índice)

#### Comissão de Conflitos Fundiários

PORTARIA nº 1799/2023 - Designa membros para a Comissão de Conflitos Fundiários.  
(índice)

PORTARIA nº 1384/2023 - Designa membros para a Comissão de Conflitos Fundiários.  
(índice)

ATO EXECUTIVO Nº 05/ 2023 - Resolve Criar a Comissão de Conflitos Fundiários no âmbito deste Tribunal de Justiça.  
(índice)

### Comissão de Estudos

PORTARIA CGJ N. 4, DE 14/02/2011 - Resolve instituir, no âmbito da Corregedoria Geral de Justiça, Comissão de Estudos, com a finalidade de estudos, discussão e elaboração de manual que demonstre todos os emolumentos que devem compor os atos finais praticados pelos Serviços Extrajudiciais do Estado, e dá outras providências.  
(índice)

### Comissão de Gestão do Teletrabalho – COGET

PORTARIA nº 1444/2023 - Designa membros para a Comissão de Gestão do Teletrabalho para avaliação dos resultados apresentados pelas unidades organizacionais que adotarem o Regime Especial de Teletrabalho Remoto Externo  
(índice)

PORTARIA TJ nº 313 /2020 - Designa membros para a Comissão de Gestão do Teletrabalho (COGET).  
(índice)

### Comissão de Rastreamento do Sistema Informatizado de Distribuição

PORTARIA CGJ Nº 783/2017 - Altera a composição da Comissão de Rastreamento do Sistema Informatizado de Distribuição dos feitos nas Comarcas da Capital e do Interior do Estado do Rio de Janeiro (CORSI).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 16/2017 - Fica criada a Comissão de Rastreamento do Sistema Informatizado de Distribuição dos feitos nas Comarcas da Capital e do Interior do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

### Comissão do Comissariado de Justiça da Corregedoria da Justiça

PROVIMENTO Nº 24/CGJ/2013 - Resolve instituir a Comissão do Comissariado de Justiça da Corregedoria Geral da Justiça, formada por até cinco Comissários de

Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso, indicados pelo Chefe do Serviço de Apoio aos Comissários, e dá outras providências.  
([índice](#))

### Comissão Estadual dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

[ATO EXECUTIVO TJ Nº 2348, de 24/06/2009](#) - Resolve criar a Comissão Estadual dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - COJEM, e definir sua composição e competência.  
([índice](#))

### Comissão Estadual dos Juizados Especiais

[ATO NORMATIVO TJ N. 29, DE 17/11/2010](#) - Disciplina as atribuições e a composição da Comissão Estadual de Juizados Especiais (COJES).  
([índice](#))

### Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – CEJEM

[ATO EXECUTIVO Nº 1166/2013](#) - Institui a Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - CEJEM do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

### Comissão Judiciária de Articulação das Varas Cíveis – CECIV

[PORTARIA TJ Nº 986/2023](#) - Designa membros para a Comissão Judiciária de Articulações dos Juizados Especiais (COJES).  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO Nº 1786/2013](#) - Institui a Comissão Judiciária de Articulação das Varas Cíveis - CECIV do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

### Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais – COJES

PORTARIA nº 986/2023 - Designa membros para a Comissão Judiciária de Articulações dos Juizados Especiais (COJES).  
(índice)

PORTARIA TJ nº 1193/ 2021 - Altera a composição da Comissão Judiciária de Articulações dos Juizados Especiais (COJES).  
(índice)

PORTARIA nº 989/2021 - Designa membros para compor a Comissão Judiciária de Articulações dos Juizados Especiais (COJES).  
(índice)

PORTARIA nº 1297/ 2020 - Altera a composição da Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (COJES) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

ATO NORMATIVO COJES Nº 01/2019 - Regulamenta e estabelece critérios para designação e atuação dos Juízes Leigos junto aos Juizados Especiais e dá outras providências.  
(índice)

AVISO COJES nº 03/2018 - Dá nova redação ao item 1 do Aviso COJES 02/2016, em conformidade com a Lei 13.728/2018.  
(índice)

PORTARIA TJ nº 3794/2017 - Altera a composição da Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (COJES) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

AVISO COJES nº 10 /2017 - Avisa aos Juízes de Direito Titulares e/ou Juízes Substitutos em exercício nos Juizados Especiais Cíveis, que deverão ser encaminhadas cópias de todas as ações em que se verifiquem indícios, ainda que mínimos, de fraudes, de qualquer natureza, para a Comissão de Articulação dos Juizados Especiais (COJES) a fim de efetuar o registro e mapeamento de suas ocorrências, no Estado do Rio de Janeiro, bem como acompanhar as medidas adotadas pelos respectivos juízos.  
(índice)

PORTARIA nº 1.605/2016 - Altera a composição da Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (COJES) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

ATO EXECUTIVO Nº 1165/2013 - Institui a Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais - COJES do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

## Comissão Judiciária para Erradicação do Sub-registro do Nascimento e Óbito

PROVIMENTO CGJ nº 37/2023 - Altera a composição da Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e Óbito para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral (COSUR), instituída pelo Provimento CGJ nº 11/2023.  
(índice)

PORTARIA CGJ nº 1.767/2023 - Designa os membros para compor a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e Óbito, para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral (COSUR).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 11/2023 - Institui, no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça, a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e de Óbito, para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral (COSUR).  
(índice)

PORTARIA CGJ nº 683/2023 - Designa os membros para compor a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e de Óbito, para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral (COSUR).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 75/2021 - Institui, no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça, a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral (COSUR).  
(índice)

PORTARIA CGJ 1268/2021 - Designa os membros para compor a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral (COSUR).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 24/2015 - Resolve que a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral passa a observar a disciplina mencionada no tocante à sua composição e ao seu funcionamento.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 13/2012 - Resolve sobre a composição e funcionamento da Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral, criada no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro pelo Provimento nº 24/2009.  
([índice](#))

PORTARIA CGJ Nº 11/2012 - Resolve alterar a composição da Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral.  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN37, DE 15/02/2011 - Dispõe sobre a atualização da composição da Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-registro de Nascimento - Parecer.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 10, DE 16/02/2011 - Resolve que a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e a Adoção Unilateral, criada no âmbito da CGJ do Estado do Rio de Janeiro pelo Provimento n. 24/2009, passa a observar a presente disciplina no tocante a sua composição e ao seu funcionamento, e dá outras providências.  
([índice](#))

#### Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação (COGEN)

ATO NORMATIVO nº 27/2023 - Altera o Ato Normativo nº 11/2021, que instituiu o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação no 1º Grau de Jurisdição (COGEN-1º GRAU).  
([índice](#))

ATO NORMATIVO TJ 11/2021 - Institui o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação no 1º Grau de Jurisdição (COGEN-1º GRAU), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))



PORTARIA nº 1653/2023 - Designa membros para o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação no 2º Grau de Jurisdição (COGEN-2º GRAU).  
([índice](#))

ATO NORMATIVO nº 21/2023 - Altera o Ato Normativo nº 11/2021 que instituiu o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação (COGEN).  
([índice](#))

ATO NORMATIVO 11/2021 - Institui o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação no 1º Grau de Jurisdição (COGEN-1º GRAU), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO nº 86/2023 - Institui o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação no 2º Grau de Jurisdição (COGEN-2º GRAU).  
([índice](#))

PORTARIA nº 1441/2023 - Designa membros para o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP).  
([índice](#))

PORTARIA nº 1035/2023 - Altera a composição do Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação (COGEN).  
([índice](#))

PORTARIA nº 662/2023 - Designa membros para o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação (COGEN).  
([índice](#))

ATO NORMATIVO nº 07/2023 - Altera o Ato Normativo nº 11/2021 que instituiu o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação (COGEN).  
([índice](#))

ATO NORMATIVO 11/2021 - Institui o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero, de Apoio às Magistradas e Servidoras e de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (COGEN), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
([índice](#))

## Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais – CGPDP

[ATO NORMATIVO nº 26/2023](#) - Resolve alterar o Ato Normativo nº 24/2020.  
(índice)

[ATO NORMATIVO nº 24/2020](#) - Institui o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.  
(índice)

[PORTARIA TJ nº 1308/ 2021](#) - Altera a composição do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP).  
(índice)

[ATO NORMATIVO TJ nº 10/ 2021](#) - Altera o ato de instituição do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP).  
(índice)

[PORTARIA nº 588/2021](#) - Designa membros para o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP).  
(índice)

### Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

[PORTARIA nº 2244/2023](#) - Altera a composição do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.  
(índice)

[PORTARIA nº 2071/2023](#) - Designa membros para o Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.  
(índice)

[PORTARIA Nº 184/ 2023](#) - Altera a composição do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituído no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

[PORTARIA nº 1238/ 2022](#) - Altera a composição do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituído no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

PORTARIA TJ nº 2427/2021 - Altera a composição do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituído no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

PORTARIA nº 1960/ 2021 - Altera a composição do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituído no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ nº 119/ 2021 - Altera o Ato Executivo nº 105/2015 que instituiu o Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Resolução CNJ nº 194/2014 e suas alterações.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ nº 66/2021 - Altera o art. 2º, 3º e o art. 4º do Ato Executivo 105/2015 que instituiu o Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito deste Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Resolução CNJ nº 194/2014 e suas alterações.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ Nº 165/2019 - Designa os membros do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituído pela Resolução CNJ nº 194/2014.  
(índice)

ATO EXECUTIVO nº 87/2016 - Altera os incisos do artigo 3º do Ato Executivo nº 105/2015 que instituiu o Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

ATO EXECUTIVO nº 86/2016 - Altera os artigos 2º e 5º do Ato Executivo nº 4251/2011 que institui a Comissão de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (COSEG)  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ Nº 105/2015 - Institui o Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência e Qualidade dos Serviços  
Extrajudiciais – (COMAQ)

PORTARIA nº 2232/2023 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ).  
([índice](#))

PORTARIA nº 2005/ 2021 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais (COMEX) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

PORTARIA TJ nº 1444/2017 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais (COMEX) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

#### Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais

PORTARIA TJ nº 2232/2023 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ).  
([índice](#))

PORTARIA nº 1397/2023 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ).  
([índice](#))

PORTARIA nº 1173/2023 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ).  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO nº 42/202 - Reorganiza a Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO COMAQ Nº 01/ 2023 - Resolve fixar como limite para o envio de processos judiciais maduros ao Grupo de Sentença, os feitos distribuídos até o ano de 2021, observada a capacidade de desempenho mensal do referido grupo.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ 71/2022 - Reorganiza e consolida a Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais - COMAQ do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

ATO EXECUTIVO Nº 71/ 2022 - Institui a Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais - COMAQ do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

PORTARIA nº 1926/ 2022 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ).  
(índice)

PORTARIA nº 298/ 2022 - Dispensa membro da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ) e designa o respectivo substituto.  
(índice)

AVISO COMAQ Nº 01/ 2022 - Avisa aos juízes, chefes de serventias e substitutos que os juízos que tenham acervo de no mínimo 4 (quatro) mil processos poderão encaminhar para o Grupo de Sentença para fins de julgamento, os processos com até 1000 (mil) páginas e no máximo 5 (cinco) volumes distribuídos até o ano de 2020.  
(índice)

PORTARIA nº 2330/ 2021 - Dispensa membros da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ), designa os respectivos substitutos e designa Coordenação do Grupo de Sentença.  
(índice)

PORTARIA nº 2328/ 2021 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ).  
(índice)

PORTARIA nº 1424/ 2020 - Dispensa membros da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ) e designa os respectivos substitutos.  
(índice)

## Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – COPRE

ATO EXECUTIVO TJ Nº 163/2018 - Institui a Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (COPRE).  
(índice)

## Comissão Interinstitucional do Rio de Janeiro para a criança e o adolescente vítimas – CICA VRJ

PORTARIA CONJUNTA TJ/ CGJ nº 02/ 2021 - Altera a composição da Comissão Interinstitucional do Estado do Rio de Janeiro para a criança e o adolescente vítima (CICA VRJ).  
(índice)

PORTARIA CONJUNTA Nº 654/2021 - Designa membros para a Comissão Interinstitucional do Estado do Rio de Janeiro para a criança e o adolescente vítima (CICA VRJ).  
(índice)

## Competência do Juiz Dirigente

Artigo 65 e incisos da CNCGJ  
(índice)

## Coordenação

Parágrafo 4º. do artigo 4º da CNCGJ  
(índice)

## Coordenadoria da Justiça Itinerante do Rio de Janeiro

ATO EXECUTIVO nº 34/ 2021 - Criar a Coordenadoria da Justiça Itinerante do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

## Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM)

PORTARIA TJ nº 667/2023 - Designa membros para a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM).  
(índice)

[PORTARIA nº 1744/ 2021](#) - Altera a composição da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM).  
([índice](#))

[PORTARIA nº 1181/ 2021](#) - Altera a composição da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM).  
([índice](#))

[PORTARIA TJ nº 722/ 2020](#) - Altera a composição da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM).  
([índice](#))

[PORTARIA TJ nº 3757/2017](#) - Designa membro para a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM).  
([índice](#))

[PORTARIA TJ nº 3255/2017](#) - Designa membro para a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM).  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO TJ nº 182/2017](#) - Institui a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

#### Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com Competência em Dívida Ativa (CODIV)

[PORTARIA nº 2221/2023](#) - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
([índice](#))

[PORTARIA nº 1392/2023](#) - Altera a Composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
([índice](#))

[PORTARIA nº 1348/2023](#) - Altera a Composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
([índice](#))

[PORTARIA nº 1170/2023](#) - Altera a Composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
([índice](#))

[PORTARIA TJ nº 992/2023](#) - Designa membros para a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
([índice](#))

PORTARIA nº 2007/ 2021 - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
([índice](#))

PORTARIA nº 1951/ 2020 - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODIV).  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO nº 152/ 2020 - Altera o ato de instituição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODIV).  
([índice](#))

PORTARIA TJ nº 723/ 2020 - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODIV).  
([índice](#))

PORTARIA nº 1252/2019 - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODIV).  
([índice](#))

#### Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Infância e Juventude e do Idoso

PORTARIA TJ nº 984/2023 - Designa membros para a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CEVIJ).  
([índice](#))

PORTARIA TJ nº 1269/ 2022 - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CEVIJ).  
([índice](#))

PORTARIA nº 2577/ 2021 - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CEVIJ).  
([índice](#))

PORTARIA TJ nº 1663/ 2021 - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CEVIJ).



[\(índice\)](#)

[PORTARIA TJ nº 1249/ 2021](#) - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CEVIJ).

[\(índice\)](#)

### Correio Eletrônico

[AVISO CGJ Nº 193, de 27/04/2009](#) - Avisa sobre a consulta e manutenção diária das caixas de e-mails, e dá outras providencias.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº SN13, de 27/04/2009](#) - Dispõe sobre a capacidade de funcionamento das caixas de e-mail institucionais ou pessoais - Parecer. Processo n. 2009-106334. Juiz Auxiliar: Paulo Cesar Vieira de Carvalho Filho.

[\(índice\)](#)

### Departamento de Gestão de Arrecadação

[ATO NORMATIVO TJ N. 28, DE 19/11/2010](#) - Resolve que o Departamento de Gestão da Arrecadação, adotara o envio eletrônico de ofícios e demais comunicações aos Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos serviços extrajudiciais, para o regular tramite dos processos administrativos inseridos em suas atribuições, e dá outras providencias.

[\(índice\)](#)

### Diária a Magistrados e Servidores

[ATO NORMATIVO nº 30/2023](#) - Altera o Ato Normativo nº 12/2022, que dispõe sobre a concessão de diárias a Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO nº 15/ 2022](#) - Altera a redação do artigo 2º, do Ato Normativo nº 12/2022, que "Dispõe sobre a concessão de diárias a Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro".

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO nº 12/ 2022](#) - Dispõe sobre a concessão de diárias a Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO N.º 05/2013](#) - Dispõe sobre a concessão de diárias a Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

ATO NORMATIVO N.º 20/2012 - Resolve que os Magistrados titulares, em exercício cumulativo ou em auxílio, em comarcas que distam 50 km de sua sede e da residência ou, ainda, quando não contíguas, perceberão a gratificação de diárias, na proporção de 2 (dois) dias por semana, e dá outras providências.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO TJ N. 17, DE 29/06/2010 - Dispõe sobre a concessão de diárias a Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO TJ Nº 5/2009 - Dispõe sobre o pagamento de diárias aos Juízes de Direito e dá outras providências.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO TJ Nº. 4/2008 - Altera o art. 4. do Ato Normativo Nº. 4, de 19 de julho de 2005.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO TJ Nº. 4/2005 - Dispõe sobre a concessão de diárias a Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

AVISO TJ N. 45, DE 03/09/2009 - Avisa sobre as orientações que deverão ser obedecidas no pedido de concessão de diárias a Magistrados e servidores.  
([índice](#))

### Diária do Juiz Dirigente

AVISO nº 153/ 2022 - Avisa sobre novo Formulário e Manual de Solicitação de Diárias.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO TJ Nº. 1/2007 - Resolve alterar o art. 2º. do Ato Normativo TJ Nº. 06/2001, publicado no D.O. de 11/09/2001, e dá outras providências.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO TJ Nº. 6/2001 - Dispõe sobre o pagamento de diárias aos Juízes e dá outras providências.  
([índice](#))

### Estrutura organizacional

PROVIMENTO CGJ 42/2022 - Altera a redação do Art. 1º do Provimento CGJ nº 08/2021, que regulamenta o processamento de licenças em geral, férias, auxílios, disposição de servidor, remoção, permuta, teletrabalho e conflitos interpessoais nas

unidades e orienta os servidores em processo de adaptação, readaptação e redução da carga horária, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Administração Central e a nova reestruturação da Corregedoria.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 08 /2021 - Regulamenta o processamento de licenças em geral, férias, auxílios, disposição de servidor, remoção, permuta, teletrabalho e conflitos interpessoais nas unidades e orientar os servidores em processo de adaptação, readaptação e redução da carga horária, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Administração Central e a nova reestruturação da Corregedoria  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ Nº 13, de 22/07/2009 - Altera dispositivos do Ato Normativo TJ n. 4, de 19 de julho de 2005.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ N. 442/2009 - Resolve delegar aos Juízes Auxiliares da Presidência, sem prejuízo de suas atribuições, as competências que especifica, relativas ao processamento dos precatórios.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ N. 443/2009 - Resolve constituir a Comissão Especial do Tribunal de Justiça - FETJ, criado pela Lei Estadual n. 2.524/96.  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ N. 4/2009 - Resolve que cada Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição contara com a estrutura denominada 'Gabinete do Juízo' que será integrado pelo Secretário do Juiz, um Auxiliar de Gabinete e dois Assistentes de Gabinete, podendo ter auxílio de estagiários de Direito, e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 24/2009 - Resolve criar a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e a Adoção Unilateral no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça, e dá outras providências.

PROVIMENTO CGJ Nº 23/2009 - Resolve criar a Central de Atendimento da Corregedoria Geral da Justiça, com a finalidade de receber críticas, sugestões, elogios e informações sobre o funcionamento das serventias judiciais e extrajudiciais, e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 19/2009 - Transforma a Comissão de Estudos das Questões Extrajudiciais em Comissão Permanente de Notários e Registradores, e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 46/2008 - Resolve acrescentar a Seção I - Do Gabinete do Juízo, no Título I, do Capítulo V da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.

(índice)

RESOLUÇÃO TJ/ORGÃO ESPECIAL Nº 20/2008 - Ajusta a consolidação da Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, as atribuições administrativas de suas respectivas unidades, estabelece a lotação de seus cargos comissionados e funções gratificadas, e dá outras providências.

(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE Nº. 46/2006 - Consolida a Estrutura Organizacional da Corregedoria Geral da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, o Regimento Geral de Atribuições de suas unidades administrativas, o Quadro de Cargos Comissionados e Funções Gratificadas, e dá outras providências.

(índice)

### Gestão de Segurança da Informação – GSI

ATO NORMATIVO TJ N.º 08/2019 - Estabelece as normas para Gestão de Segurança da Informação (GSI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

(índice)

### Gestão Patrimonial

ATO NORMATIVO TJ N.12/2008 - Resolve alterar o parágrafo 2. do art. 13 do Ato Normativo TJ n. 16/2006.

(índice)

AVISO CGJ N. 428, DE 23/07/2009 - Avisa que fica revogado o Aviso CGJ n. 233/2009.

(índice)

AVISO CGJ N. 233, DE 03/07/2009 - Avisa aos Órgãos da Corregedoria que menciona que deverão indicar as suas unidades patrimoniais subordinadas e seus respectivos Agentes Patrimoniais Natos e Delegados, até o nível de Divisão, com as respectivas matrículas e códigos de quatro dígitos, através do sistema que identifica a unidade na solicitação de material via WEB.

(índice)

### Grupo de Apoio ao Processamento de Arquivo - GAPA

ATO EXECUTIVO TJ N. 106, DE 11/01/2011 - Altera os arts. 1. e 2. do Ato Executivo TJ n. 1658/2009, que instituiu o Grupo de Apoio ao Processamento do Arquivo - GAPA.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ N. 1658, DE 22/04/2009 - Fica instituído o Grupo de Apoio ao Processamento do Arquivo – GAPA diretamente vinculado ao Gabinete da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento - DGCON, tendo por finalidade prestar assessoramento ao Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes.  
(índice)

### Grupo de Apoio as Serventias – GAS

PORTARIA CGJ N. 8, DE 08/03/2010 - Extingue o Grupo de Apoio às Serventias - GAS e dá outras providências.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 33, de 16/03/2009 - Resolve criar o Grupo de Apoio as Serventias - GAS, com o objetivo de aumentar, temporariamente, o número de servidores nas serventias que estejam necessitando de auxílio na regularização dos serviços cartorários.  
(índice)

### Grupo de Auxílio por Produtividade Excedente na 1ª Instância

PROVIMENTO CGJ nº 88/2022 - Autoriza e regulamenta a criação de Grupos de Auxílio por Produtividade Excedente na 1ª Instância - GAPE e dá outras providências.  
(índice)

### Grupo Emergencial de Auxílio Programado Cartorário – GEAP-C

AVISO CGJ Nº 289 /2023 - Avisa que as unidades indicadas serão contempladas com GEAP-C - Grupo Emergencial de Auxílio Programado - Cartorário, pelo período mencionado, tendo como escopo processamento e digitação, com foco na redução do acervo.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 240/2023 - Avisa as unidades que serão contempladas com o GEAP-C - Grupo Emergencial de Auxílio Programado - Cartorário e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 198/2023 - Avisam que as unidades indicadas serão contempladas com GEAP-C - Grupo Emergencial de Auxílio Programado - Cartório, pelo período indicado, tendo como escopo processamento e digitação, com foco na redução do acervo, ou direcionado à resolução de questões peculiares, que estejam impactando os indicadores do cartório.

(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 19/2022 - Altera a redação do artigo 11 do Ato Executivo Conjunto nº 51/2013.

(índice)

ATO EXECUTIVO TJ nº 43/ 2021 - Altera o Ato Executivo TJ nº 221/2019 que dispõe acerca da criação do Grupo Emergencial de Auxílio Programado aos órgãos julgadores - GEAP Secretarias.

(índice)

AVISO CGJ Nº 966 /2020 - Comunica a abertura de prazo para inscrição de servidores interessados em participar do GEAP-C nas Centrais de Arquivamento, com experiência na realização de cálculos das custas finais processuais.

(índice)

AVISO CGJ Nº 852/2019 - Avisa aos juízes e chefes de serventias que as atividades do GEAP-c somente podem ser executadas fora do horário de expediente e que o pagamento da gratificação ao servidor é condicionado ao cumprimento das metas de produtividade estabelecidas pela CGJ.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 25 / 2019 - Define critérios para a intervenção do GEAP-C.

(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO Nº 03/2018 – Altera o Parágrafo 3º, do Artigo 9º e o Artigo 11º, do Ato Executivo Conjunto nº 51/2013.

(índice)

AVISO CGJ Nº 388/2016 - Regula sobre a permissão de trabalho extraordinário de Servidor que no âmbito da Corregedoria de Justiça, esteja submetido a pagamento de horas extras no regime de GEAP-C e que, por qualquer motivo não compareça e/ou se encontre afastado no seu horário regular de trabalho.

(índice)

AVISO CGJ N.º 1.189/2014 - Avisa sobre a redução do projeto GEAP-C.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 76/2015 - Regulamenta a jornada de trabalho e frequência dos servidores integrantes do GEAP C e revoga o Provimento nº 45/2013.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 19/2014 - Resolve vincular à Divisão de Processamento Especial e Arquivamento (DIPEA), que integra a Diretoria Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial (DGFAJ), a atribuição de administrar os processos de trabalhos pertinentes à gestão do GEAP C - Grupo Emergencial de Auxílio Programado Cartorário.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO Nº 51/2013 - Resolvem que ao Grupo Emergencial de Auxílio Programado Cartorário GEAP-C, criado pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 31, de 22/09/2004, fica atribuída a tarefa de regularizar os acervos cartorários.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 45/2013 - Regulamenta a jornada de trabalho e frequência dos servidores integrantes do GEAP-C.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 25/ 2012 - Resolve alterar o artigo 5º do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 31/2004.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ N. 5, DE 03/08/2011 - Resolvem regulamentar a atuação do Grupo Emergencial de Auxílio Programado Cartorário - GEAP-C, criado pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ n. 31/2004, cuja atribuição é auxiliar na regularização dos acervos cartorários.  
(índice)

AVISO CGJ N. 338, DE 26/05/2010 - Avisa aos Serventuários interessados em integrar o GEAP-C, que estará disponível na intranet a ficha de inscrição, que devera ser preenchida com as informações solicitadas e remetido o arquivo para a DGFAJ.  
(índice)

Grupo Emergencial de Auxílio Programado Cartorário – GEAP – Processo Eletrônico

ATO EXECUTIVO nº 151/ 2021 - Altera o Ato Executivo nº 134/2021, que criou o GEAP-PROCESSO ELETRÔNICO.  
(índice)

AVISO DGJUR 18/2021 - Avisa aos servidores participantes do GEAP-Processo Eletrônico da alteração que menciona.  
(índice)

### Grupo de Sentenças

ATO EXECUTIVO COMAQ nº 2/ 2023 - Resolve fixar como limite mínimo de envio de processos judiciais maduros ao Grupo de Sentença, o número de 30 (trinta) feitos distribuídos até o ano de 2021 por serventia remetente, observada a capacidade de desempenho mensal do referido grupo  
(índice)

### Grupo de Trabalho da Justiça Restaurativa – GT Restaurativa

PORTARIA TJ nº 1460/2016 - Designa membros para compor o Grupo de Trabalho da Justiça Restaurativa (GT-JUSTIÇA RESTAURATIVA) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

### Grupo de Trabalho Interinstitucional

PORTARIA TJ nº 683/2021 - Altera a composição do Grupo de Trabalho Interinstitucional para definir as bases da solução tecnológica de suporte ao Inquérito Policial Eletrônico (GT-INQUÉRITO POLICIAL ELETRÔNICO).  
(índice)

PORTARIA TJ nº 1234/ 2021 - Altera a composição do Grupo de Trabalho Interinstitucional para definir as bases da solução tecnológica de suporte ao Inquérito Policial Eletrônico (GT-INQUÉRITO POLICIAL ELETRÔNICO).  
(índice)

### Grupo de Trabalho para ações judiciais de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher e Feminicídios

ATO EXECUTIVO TJ n. 153/ 2020 - Resolve extinguir o Grupo de Trabalho para



análise e estudo dos dados estatísticos referentes às ações judiciais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Femicídios (GT- DADOS ESTATÍSTICOS).  
(índice)

PORTARIA nº 3971/ 2019 - Altera a composição do Grupo de Trabalho para análise e estudo dos dados estatísticos referentes às ações judiciais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Femicídios (GT-DADOS ESTATÍSTICOS).  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ nº 172/2019 - Altera o Ato Executivo nº 112/2019 que instituiu o GT-DADOS ESTATÍSTICOS.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ nº 112/2019 - Institui o Grupo de Trabalho para análise e estudo dos dados estatísticos referentes às ações judiciais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Femicídios (GT-DADOS ESTATÍSTICOS), no âmbito do Tribunal de justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

PORTARIA TJ nº 1615/2019 - Designa membros para o Grupo de Trabalho para análise e estudo dos dados estatísticos referentes às ações judiciais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Femicídios (GT-DADOS ESTATÍSTICOS).  
(índice)

#### Grupo de Trabalho para conciliação e mediação

CONVOCAÇÃO TJ N. 16, DE 01/12/2009 - Convoca os Juízes de Direito das Varas de Família para participarem do Encontro sobre Mediação, promovido pelo Grupo de Trabalho de Soluções Alternativas para Busca de Resolução de Conflitos e pelo Subgrupo de Trabalho de Conciliação e Mediação, a realizar-se no dia 10 de dezembro.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ Nº 2335, de 15/06/2009 - Resolve criar o Subgrupo de Trabalho para conciliação e mediação, com o fim de apresentar propostas e implementar laboratórios nos diversos segmentos jurisdicionais, comunitários, e melhorar a formação de conciliadores, e da outras providencias.  
(índice)

Grupo de Trabalho para Desenvolvimento de Atividades de Regularização Fundiária GT – REFUND

PORTARIA CONJUNTA TJ/CGJ nº 02/2023 - Designa membros para o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento de Atividades de Regularização Fundiária (GT-REFUND).  
(índice)

#### Grupo de Trabalho para implementação do Repositório Arquivístico Digital

PORTARIA nº 2573/ 2021 - Altera a composição do Grupo de Trabalho para implementação do Repositório Arquivístico Digital Confiável no TJRJ (GT-RDC-Arq).  
(índice)

#### Grupo de Trabalho para modernização das custas, emolumentos e taxa judiciária

ATO EXECUTIVO nº 42/ 2021 - Institui o Grupo de Trabalho para a elaboração de normas para a modernização das custas, emolumentos e taxa judiciária no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

#### Grupo de Trabalho para Recuperação Judicial

ATO EXECUTIVO TJ nº 222/2017 - Institui e designa os membros do Grupo de Trabalho para estabelecer procedimentos comuns entre as Varas Empresariais e o Sistema dos Juizados Especiais (GT-RECUPERAÇÃO JUDICIAL).  
(índice)

#### Núcleo de Autuação

PROVIMENTO CGJ N. 7, DE 07/02/2011 - Resolve que fica criado o Núcleo de Autuação junto ao Departamento de Distribuição no foro central da Comarca da Capital, e da outras providencias.  
(índice)

#### Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores

PROVIMENTO CGJ Nº 34/2019 - Regulamenta as atribuições do Núcleo de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital e altera a sua denominação.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 15/2019 - Institui e instala os Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital, da Auditoria da Justiça Militar, e do Serviço de Administração do Plantão Judiciário.  
(índice)

## Núcleos de Justiça 4.0

Aviso CGJ nº 312/2023 - Avisa que os 1º, 3º e 5º Núcleos de Justiça 4.0 - Saúde Pública e Juizado Especial da Fazenda Pública possuem competência concorrente no auxílio às Varas de Fazenda Pública e aos Juizados Especiais Fazendários e têm jurisdição em todo o território do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. (índice)

AVISO TJ nº. 31/ 2023 - Dispõe sobre atuação dos "Núcleos de Justiça 4.0" seu respectivo funcionamento. (índice)

ATO NORMATIVO Nº 03/ 2023 - Cria, define as matérias e estabelece a abrangência territorial do "9º Núcleo de Justiça 4.0 - DETRAN" do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Resolução TJ/OE nº 20/2021. (índice)

ATO NORMATIVO Nº 1/ 2023 - Cria, define as matérias e estabelece a abrangência territorial do "8º Núcleo de Justiça 4.0 - Direito Fazendário - Dívida Ativa do Estado e do Município do Rio de Janeiro" do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Resolução TJ/OE nº 20/2021. (índice)

ATO NORMATIVO nº. 19/ 2022 - Resolve que, a partir de 31 de outubro de 2022, o 1º, o 3º e o 5º "Núcleos de Justiça 4.0" do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro passam a auxiliar as Varas de Fazenda Pública e os Juizados Especiais da Fazenda Pública. (índice)

AVISO TJ Nº. 128/ 2022 - Avisa que a atribuição para oficiar nos processos que venham a ser remetidos para os Núcleos de Justiça 4.0, recém criados por este Tribunal de Justiça, continua sendo das Promotorias de Justiça com atuação perante os juízos originários daqueles processos, sendo tais órgão de execução, portanto, os destinatários de eventuais intimações dirigidas ao Ministério Público no bojo dos sobreditos feito. (índice)

ATO NORMATIVO TJ n. 09/ 2022 - Altera o Ato Normativo nº 02/2022. (índice)

ATO EXECUTIVO TJ n. 84/ 2022 - Altera o Ato Executivo nº 166/ 2021. (índice)

ATO NORMATIVO nº 24/ 2021 - Instala, define e estabelece as matérias e a abrangência territorial, do "2º Núcleo de Justiça 4.0" do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Resolução TJ/OE nº 20/2021  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO nº 166/ 2021 - Instala o 1º Núcleo de Justiça 4.0" do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na forma do artigo 2º da Resolução TJ/OE nº 20/2021.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO Nº 23/ 2021 - Define e estabelece as matérias e a abrangência territorial do "1º Núcleo de Justiça 4.0" do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Resolução TJ/OE nº 20/2021.  
([índice](#))

RESOLUÇÃO TJ/OE 20/2021 - Cria e regulamenta os "Núcleos de Justiça 4.0" do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

#### Núcleo Permanente de Combate às Fraudes no Sistema dos Juizados Especiais - NUPECOF

ATO EXECUTIVO TJ Nº 204/2018 - Dispõe sobre a criação do Núcleo Permanente de Combate às Fraudes no Sistema dos Juizados Especiais (NUPECOF).  
([índice](#))

#### Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos

PORTARIA nº 1171/2023 - Designa membros para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC).  
([índice](#))

RESOLUÇÃO TJ/OE Nº 21/2021 - Reorganiza o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) na estrutura organizacional do PJERJ, alterando os termos da Resolução TJ/OE/RJ nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial e da Resolução TJ/OE/RJ nº 02/2020.  
([índice](#))

PORTARIA TJ nº 1440/2017 - Altera a composição Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC)  
([índice](#))

## Observatório Judicial de Violência contra a Mulher

ATO EXECUTIVO Nº 327 /2015 - Institui o Observatório Judicial de Violência contra a Mulher.  
(índice)

## Posto Avançado do Protocolo Geral das Varas

PROVIMENTO CGJ Nº 40/2014 - Dispõe sobre a instalação de Posto Avançado do Protocolo Geral das Varas, vinculado ao PROGER do Fórum Central, e dá outras providências.  
(índice)

## Planejamento Estratégico de Tecnologia e Informação – PETI

RESOLUCAO TJ/OE N. 8, DE 03/05/2010 - Institui o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário.  
(índice)

## Projeto Malote Digital

PARECER CGJ N. SN31, DE 08/02/2011 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados acerca do acervo cartorário e sobre a situação dos celetistas em função do falecimento de Titular do Serviço Extrajudicial - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN29, DE 08/02/2011 - Dispõe sobre a acumulação de atividade notarial e de Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais no âmbito do Município do Rio de Janeiro - Parecer.  
(índice)

AVISO CGJ N. 78, DE 28/01/2011 - Avisa que a partir do dia 14 de fevereiro de 2011 o Projeto Malote Digital será implantado na Central de Cumprimento de Mandados das Varas de Família e de Órfãos e Sucessões, e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 59, DE 01/11/2010 - Cria o Projeto Malote Digital para Cumprimento de Mandados, que tem por escopo centralizar o cumprimento de mandados judiciais por Centrais de Cumprimento de Mandados instaladas em cada foro da Comarca da Capital, e da outras providências.  
([índice](#))

## Regime de Teletrabalho

RESOLUÇÃO CM nº 06/2019 - Dispõe sobre o Regime Especial de Teletrabalho Remoto Externo (RETE) no âmbito dos órgãos jurisdicionais de 2ª instância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 27/2019 - Dispõe sobre o Regime de Teletrabalho e a criação de metas de produtividade.  
([índice](#))

## Remoção

AVISO CGJ N. 154, DE 04/03/2010 - Ficam vedadas as remoções realizadas no âmbito dos Núcleos Regionais, porquanto as atribuições previstas nos artigos 1., 22 e 23 do Ato Normativo n. 03/2009 foram delegadas exclusivamente ao Corregedor-Geral de Justiça, e da outras providências.  
([índice](#))

## Serviço de Apoio ao Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 35/ 2019 - Institui o Protocolo de Depoimento Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 07/ 2019 - Instala polos regionalizados do Serviço de Apoio ao Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente e disciplina, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o procedimento a ser adotado no Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, nos moldes da Lei n. 13.431/2017(parte judicial).  
([índice](#))

## Serviço de Certidões do Departamento de Suporte Operacional

PROVIMENTO CGJ N. 79, DE 30/11/2009 - Resolve que as buscas de certidões de registro civil de pessoas naturais, criminais, cíveis, inventários, falências e execuções fiscais, determinadas em processos judiciais e extrajudiciais de qualquer natureza, deverão ser requeridas por autoridades competentes ao Serviço de Certidões do Departamento de Suporte Operacional da Corregedoria, pelo email institucional que informa, e da outras providencias.

(índice)

## Serviços Eletrônicos de Pessoas Jurídicas

PROVIMENTO CGJ nº 62/2018 - Resolve que fica autorizada a implementação do Módulo de Serviços Eletrônicos de Pessoas Jurídicas, da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Pessoas Jurídicas do Estado do Rio de Janeiro (Central PJRJ Digital), que a manterão e integrarão obrigatoriamente sob pena de responsabilidade funcional.

(índice)

## Sistema Estadual de Identificação – SEI

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 09/2018 - Dispõe sobre a obtenção de acesso ao Cadastro Civil do Sistema Estadual de Identificação - SEI para a consulta de dados biográficos e biométricos que compõe o registro de identificação civil do Estado do Rio de Janeiro.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 11 /2015 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos sobre a disponibilização a todos os Órgãos Jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro do acesso ao Sistema Estadual de Identificação - SEI para a consulta e emissão de folha de antecedentes criminais (FAC) e respectivo procedimento.

(índice)

## Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 33/ 2019 - Disciplina o cadastramento dos Juízes de Direito e aos Chefes de Serventia no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e dá outras providências.

(índice)

AVISO TJ nº 82/ 2019 - Avisa aos Senhores Magistrados com competência na matéria Infância e Juventude acerca da implantação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

Subcomissão de Coordenação Especializada de Métodos  
Autocompositivos

PORTARIA TJ nº 1440/2017 - Altera a composição Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC).  
(índice)

Subcomissão para Promoção das Medidas Protetivas (COPRO)

ATO EXECUTIVO TJ nº 135/2019 - Institui a Subcomissão para promoção das Medidas Protetivas (COPRO), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em assessoria e auxílio à Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CEVIJ).  
(índice)

Subcomissão para Promoção das Medidas Socioeducativas (CODUC)

PORTARIA nº 685/2021 - Altera a composição da Subcomissão para promoção das Medidas Socioeducativas (CODUC).  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ nº 134/2019 - Institui a Subcomissão para promoção das Medidas Socioeducativas (CODUC), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em assessoria e auxílio à Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CEVIJ).  
(índice)

Subcomitê para Avaliação das Medidas Relacionadas à Execução Penal  
(COMEP)

PORTARIA TJ/CI nº 664/2017 - Institui o Subcomitê para Avaliação das Medidas Relacionadas à Execução Penal (COMEP).  
(índice)



Subcomitê para Avaliação das Medidas Relacionadas ao Ingresso de  
Presos Provisórios no Sistema Prisional (COPEP)

PORTARIA TJ/CI nº 665/2017 - Institui o Subcomitê para Avaliação das Medidas Relacionadas ao Ingresso de Presos Provisórios no Sistema Prisional (COPEP).  
(índice)

Testamentaria e Tutoria Judicial

ATO EXECUTIVO CGJ N. 1228, DE 24/06/2010 - Resolve criar a Central de Testamentaria e Tutoria Judicial da Comarca da Capital, a ser instalada por ato próprio do Corregedor-Geral da Justiça, designando o Juiz Auxiliar que menciona para assumir a função de Juiz Coordenador da referida Central.  
(índice)

**FISCALIZAÇÃO E DISCIPLINA**

Atos e Pareceres da CGJ

PROVIMENTO CGJ Nº 28/2013 - Resolve revogar, no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça, todos os atos normativos que delegam atribuições aos Juízes Auxiliares da Corregedoria, bem como a qualquer serventuário.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN46, DE 24/08/2010 - Dispõe sobre a normatização de decisão do CNJ referente a vacância de serventias extrajudiciais - Parecer.  
(índice)

AVISO CGJ N. 653, DE 19/08/2010 - Resolve que ficam vedadas, no âmbito dos Núcleos Regionais, as designações para prestação de auxílio de servidores no cargo de Analista Judiciário na especialidade de Execução de Mandados, com ou sem prejuízo de suas funções, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ N. 611, DE 11/08/2010 - Avisa aos Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Encarregados, bem como aos seus substitutos, que deverão consultar e fazer a manutenção diária de suas caixas de correio eletrônico, a fim de que comunicações e manifestações sejam recebidas e prontamente respondidas, sob pena de responsabilidade disciplinar  
(índice)

PARECER CGJ N. SN11, DE 17/06/2010 - Dispõe sobre ilegalidade no protesto de letras de câmbio - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN10, DE 31/05/2010 - Dispõe sobre protesto de cheques prescritos - Parecer.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ N. 1, DE 10/02/2010 - Fica proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, nas instalações do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, e da outras providências.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN7, DE 31/03/2010 - Dispõe sobre a revogação do Ato Normativo TJ n. 3/2005 e da aprovação de novo Ato Oficial atualizando a normatização dos recursos computacionais no âmbito do Poder Judiciário - Parecer.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ Nº. 4467/2006 - Institui a Comissão Permanente de Processo Disciplinar e dá outras providências.  
(índice)

ATO TJ Nº. SN38/2004 - Parecer - Conduta incompatível com a função de colaboradores de justiça voluntários. (Processo nº. 6875/2003)  
(índice)

PARECER CGJ Nº. SN85/2007 - 9º. Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital. (Processo nº. 2007-135803)  
(índice)

PARECER CGJ Nº. SN41/2005 - Solicita providências em relação ao cumprimento do mandado de citação extraído. (Processo nº. 2005/148.737)  
(índice)

PARECER CGJ Nº. SN88/2004 - Informa instauração de inquérito policial que trata de estelionato com utilização de procuração falsa lavrada no 22º. Ofício de Notas. (Processo nº. 2000.227/03)  
(índice)

PARECER CGJ Nº. SN59/2004 - Requer providências concernentes a irregularidades cartorárias. (Processo Nº. 2003-213753)  
(índice)

PARECER CGJ Nº. SN58/2004 - Requer providências concernentes a irregularidades cartorárias. (Processo nº. 2003-153389)  
(índice)

PARECER CGJ N. SN21, DE 11/09/2009 - Dispõe sobre tabela de psicólogos e assistentes sociais designados para atuar nos órgãos judiciais - Parecer.  
(índice)

## Conselho Nacional de Justiça

### Ação de Improbidade Administrativa

AVISO CGJ nº 707/2022 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ N. 1031, DE 20/10/2011 - Avisa aos Magistrados com competência Fazendária sobre as informações necessárias sobre os processos já transitados em julgado que deverão ser fornecidas ao CNJ, por meio eletrônico, pelo Juízo responsável pela execução das sentenças condenatórias das ações de improbidade administrativa, e das outras providências. Republicado no DJERJ, ADM, de 23/02/2012, p. 17; de 24/02/2012, p. 7; de 27/02/2012, p. 37 e 38.  
(índice)

### Acesso ao Cadastro do CNJ

ATO TJ N. SN1, DE 18/01/2010 - Dispõe sobre a republicação na íntegra das Resoluções do CNJ ns. 77e 93 de 2009 e da Instrução Normativa CNJ n. 03/2009 - Parecer.  
(índice)

AVISO CGJ N. 994, DE 02/12/2009 - Avisa que os Juízes em atuação nos Juizados Especiais Criminais, de acordo com determinação do CNJ, estão desobrigados de efetuar o cadastro e preenchimento do 'Sistema Nacional de Controle e Interceptações no sítio do CNJ'.  
(índice)

AVISO CGJ N. 803, DE 14/10/2009 - Avisa aos Juízes de Direito em atuação nas Varas Criminais que procedam a alimentação do Banco de Dados do Conselho Nacional de Justiça, referente ao Sistema Nacional de Controle de Interceptações, com as informações que menciona.  
(índice)

AVISO CGJ N. 824, DE 09/10/2009 - Avisa que é obrigatória a observância da íntegra dos termos da Resolução CNJ n. 89/2009, e que nos juízos onde ocorrer mutirão, após a finalização dos trabalhos deve ser encaminhado relatório detalhado para o endereço eletrônico especificado.  
(índice)

AVISO TJ N. 64, DE 21/10/2009 - Avisa que já se encontra disponibilizado no site do Conselho Nacional de Justiça, o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, devendo os Juízes responsáveis pela execução das sentenças condenatórias atentar para a necessidade do cumprimento ao disposto na Resolução n. 44/2007 do CNJ.

(índice)

AVISO CGJ N. 824, DE 09/10/2009 - Avisa que é obrigatória a observância da íntegra dos termos da Resolução CNJ n. 89/2009, e que nos juízos onde ocorra mutirão, após a finalização dos trabalhos deve ser encaminhado relatório detalhado para o endereço eletrônico especificado.

(índice)

AVISO CGJ N. 803, DE 14/10/2009 - Avisa aos Juízes de Direito em atuação nas Varas Criminais que procedam à alimentação do Banco de Dados do Conselho Nacional de Justiça, referente ao Sistema Nacional de Controle de Interceptações, com as informações que menciona.

(índice)

AVISO TJ N. 35, DE 28/07/2009 - Avisa que o Conselho Nacional de Justiça expediu a Resolução n. 78/2009 instituindo o Prêmio Nacional de Estatísticas Judiciárias, que pode ser consultada no endereço eletrônico que menciona.

(índice)

AVISO TJ N. 22, DE 24/06/2009 - Avisa que fica prorrogado, para o dia 30 de abril de 2010, o prazo limite para que as Unidades Organizacionais procedam ao cadastramento em classes e assuntos dos processos em curso no âmbito do Poder Judiciário.

(índice)

AVISO CGJ N. 391, DE 02/07/2009 - Avisa aos Magistrados responsáveis por encaminhar dados ao Conselho Nacional de Justiça que a liberação de acesso aos sistemas do CNJ será realizada pela Divisão de Monitoramento Judicial - DIMOJ, através do Serviço de Coleta de Dados Judiciais - SECOJ, e das outras providências.

(índice)

AVISO CGJ N. 277, DE 26/05/2009 - Avisa aos Magistrados responsáveis por encaminhar dados ao Conselho Nacional de Justiça que a liberação de acesso aos sistemas do CNJ será realizada pela Divisão de Monitoramento Judicial - DIMOJ, através do Serviço de Coleta de Dados Judiciais - SECOJ, e das outras providências.

(índice)

## Administração Regional dos Sistemas Corporativos

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 05/2019 - Informa o órgão responsável pela administração regional dos sistemas corporativos do Conselho Nacional de Justiça.  
(índice)

#### Assembleia Geral de Credores

AVISO CGJ nº 828/2021 - Comunica a publicação no DJERJ da íntegra da Recomendação CNJ n.º 110/2021.  
(índice)

#### Assistência à Saúde

AVISO CGJ N. 332, DE 13/05/2010 - Avisa aos Magistrados, em especial, aqueles que exercem a judicatura em Juízos com atribuição para processar e julgar as Ações envolvendo Assistência à Saúde, que na forma da Recomendação n. 31 do CNJ, deverão observar as medidas sugeridas pelo CNJ, adotando-as sempre que possível.  
(índice)

#### Atividade Jurisdicional

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 02/ 2023 - Dispõe sobre as atividades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e seu respectivo funcionamento  
(índice)

#### Audiências Concentradas Protetivas nas Varas de Infância, Juventude e Idoso

AVISO CGJ nº 497/2021 - Comunica a publicação, no DJERJ, da íntegra do Provimento n.º 118 do Conselho Nacional de Justiça, de 29 de junho de 2021, que dispõe sobre as audiências concentradas protetivas nas Varas com competência na área da Infância e Juventude e revoga o Provimento nº 32, de 24 de junho de 2013, da Corregedoria Nacional de Justiça.  
(índice)

#### Autorização Eletrônica de Viagem Nacional e Internacional de Crianças e Adolescentes

AVISO CGJ nº 426 / 2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição de Notas no Estado do Rio de Janeiro, do inteiro teor do PROVIMENTO nº 100, de 26 de maio de 2020, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Autorização Eletrônica de Viagem nacional e internacional de crianças e adolescentes até 16 (dezesesseis) anos desacompanhados de ambos ou um de seus pais

[\(índice\)](#)

## Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP

[AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 18/ 2020](#) - Avisam aos Chefes das Serventias e Servidores do 1º Grau de Jurisdição sobre a obrigatoriedade de cadastro no sistema do Banco de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 573/2019](#) - Avisa sobre a concessão de acesso para servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES - BNMP 2.0 e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ nº 04/2019](#) - Avisa aos Senhores Magistrados acerca da falta de interoperabilidade momentânea com o BNMP 2.0 - Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - base de dados gerida pelo CNJ.

[\(índice\)](#)

[AVISO CONJUNTO nº 20/2018](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, com competência de família, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que, no caso de decretação de prisão do devedor de alimentos, a fixação do prazo de prisão no sistema do Banco nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0 deverá ser em dias corridos. Após o término do prazo de prisão informado no sistema do Banco nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, o mandado de prisão passará a constar como revogado automaticamente, caso não seja expedido um novo mandado de prisão, sem a necessidade de contramandado.

[\(índice\)](#)

[AVISO CONJUNTO nº 17/2018](#) - Avisa que na versão BNMP 2.0 não é mais realizado o recolhimento de mandados de prisão, e sim, a expedição de contramandados de prisão (texto 1504), além de detalhar o procedimento a ser adotado na eventual indisponibilidade do referido sistema.

[\(índice\)](#)

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 16/2018](#) - Avisa aos Senhores Magistrados acerca da desatualização da versão 1.0 do sistema do Conselho Nacional de Justiça denominado Banco Nacional de Monitoramento de Prisões.

[\(índice\)](#)

[AVISO CONJUNTO nº 15/2018](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, sobre a necessidade de cadastro no sistema do Conselho Nacional de Justiça denominado

[Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0. \(índice\)](#)

[AVISO CONJUNTOTJ/CGJ Nº 11/2018](#) - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Magistrados das Varas com competência Criminal e de Família do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) da obrigatoriedade da validação e confirmação dos mandados de prisão expedidos pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro a fim de encaminhar os mesmos ao sistema do Banco de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0.  
(índice)

[ATO NORMATIVO CONJUNTO nº 04/2018](#) - Disciplina o cadastramento obrigatório dos Magistrados no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0 do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.  
(índice)

### Cartório Extrajudicial

[AVISO TJ nº 39/ 2021](#) - Divulga a Portaria CNJ nº 33/2021, que determina a realização de inspeção para verificação do funcionamento da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito das atribuições do foro extrajudicial.  
(índice)

### Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB

[PORTARIA CGJ 558/2021](#) - Dispõe sobre dispensa e designação do gerenciamento da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, nos termos do Provimento CNJ nº 39/2014.  
(índice)

[PORTARIA CGJ nº 505/2023](#) - Dispõe sobre dispensa e designação para gerenciamento da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, nos termos do Provimento CNJ nº 39/2014.  
(índice)

### Certificação Digital

[AVISO TJ N. 98, DE 06/10/2010](#) - Avisa aos Desembargadores e Juízes que o CNJ providenciará a emissão de certificados digitais para todos os Magistrados do Poder Judiciário que ainda não possuem certificado digital AC-JUS ou aqueles cuja data de validade expirara em menos de um ano, conforme listagem que menciona, e dá outras providências.  
(índice)

## Cumprimento ao Ofício

AVISO TJ N. 74, DE 16/11/2009 - Avisa que, em cumprimento ao ofício encaminhado a este Tribunal pelo Egrégio Conselho Nacional de Justiça, faz publicar no DJERJ a íntegra da Portaria n. 242/09 de 16 de novembro de 2009 do CNJ.  
(índice)

## Correição

AVISO TJ Nº 79/2013 - Avisa aos Magistrados, Advogados, Titulares ou Responsáveis pelo Expediente das Serventias Extrajudiciais e Judiciais, Serventuários da Justiça e demais interessados que, em cumprimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça, faz publicar no DJERJ a íntegra das Portarias nº 83 e 84/2013 do CNJ.  
(índice)

AVISO TJ nº 78/2013 - Avisa aos Magistrados, Advogados, Titulares ou Responsáveis pelo Expediente das Serventias Extrajudiciais e Judiciais, Serventuários da Justiça e demais interessados que, em cumprimento à determinação do E. Conselho Nacional de Justiça faz publicar no DJERJ a íntegra da Portaria nº. 83/2013, do CNJ.  
(índice)

## Cumprimento de Alvarás de Soltura

ATO TJ N. SN10, DE 26/05/2010 - Dispõe sobre a publicação no DJERJ e disponibilização na intranet da Resolução n. 108/2010 do Conselho Nacional de Justiça - Parecer.  
(índice)

## Declaração de Vacância

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 18 /2017 - Avisa aos responsáveis pelo expediente interinos que o pedido de revisão das declarações de vacância, deverão ser encaminhadas para análise do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por ser o órgão que declarou as vacâncias com base no disposto na Resolução CNJ nº 80/2009.  
(índice)

## Denominação em atos judiciais

AVISO TJ N. 59, DE 08/10/2009 - Avisa aos Magistrados Criminais que evitem a denominação dada as operações policiais em atos judiciais, de acordo com a Recomendação CNJ n. 18/2008.



[\(índice\)](#)

## Divisão de Monitoramento e Informações de Dados (DIMID)

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 01/2014](#) - Avisam aos Juízes responsáveis por encaminhar dados ao Conselho Nacional de Justiça, que a Divisão de Monitoramento e Informações de Dados (DIMID) é o órgão responsável pela administração regional dos sistemas corporativos do CNJ, e dá outras providências.  
[\(índice\)](#)

## Funcionamento da Corregedoria Geral de Justiça

[AVISO TJ nº 39/2021](#) - Divulga a Portaria CNJ nº 33/2021, que determina a realização de inspeção para verificação do funcionamento da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito das atribuições do foro extrajudicial.  
[\(índice\)](#)

## Grupo de Fiscalização e Monitoramento

[ATO EXECUTIVO TJ N. 5746, DE 21/12/2009](#) - Resolve criar o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Rio de Janeiro, na forma do art. 5. e seus incisos da Resolução n. 96/2009 do Conselho Nacional de Justiça, e da outras providencias.  
[\(índice\)](#)

## Grupo de Sentença da Meta 2

[AVISO nº 25/2018](#) - Avisa aos Juízes e Servidores sobre os processos distribuídos até 2013, que se encontram arquivados provisoriamente e da necessidade de dar tratamento aos mesmos, para fins de cumprimento da Meta 2 do CNJ.  
[\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO TJ N. 6003, DE 01/12/2010](#) - Institui o Grupo de Sentença da Meta 2 do CNJ e da outras providências. Obs. Publicado incorretamente com a data de 24/12/2010 e retificado no DJERJ, ADM, de 15/12/2010, p. 8.  
[\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO TJ N. 5943, DE 16/11/2010](#) - Institui o Grupo de Sentença da Meta 2 do CNJ e da outras providências. Republicado no DJERJ, ADM, de 18/11/2010, p.4.  
[\(índice\)](#)

ATO EXECUTIVO TJ N. 5875, DE 12/11/2010 - Institui o Grupo de Sentença da Meta 2 do CNJ e da outras providências. Revogado pelo Ato Executivo TJ: n. 5.943, de 16/11/2010. In: DJERJ, ADM, de 17/11/2010, p. 6.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ N. 3265, DE 10/08/2010 - Modifica o art. 2. do Ato Executivo n. 3100/2010.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ N. 3100, DE 29/07/2010 - Institui o Grupo de Sentença da Meta 2 do CNJ e da outras providências.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO TJ N. 19, DE 19/07/2010 - Regula o procedimento de participação dos cartórios judiciais e da atuação do Grupo de Sentença dos Juízes de Direito, instituído de modo a possibilitar o cumprimento dos processos remanescentes da Meta 2 de 2009 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.  
([índice](#))

AVISO TJ N. 43, DE 10/05/2010 - Avisa aos Juízes de Direito que será formado um grupo de sentença para atuação na Meta 2 do CNJ, onde cada Magistrado devere prolatar no mínimo 60 sentenças de mérito de processos inclusos na Meta 2 do CNJ de outras serventias, sem prejuízo da produtividade da sua serventia, que será avaliada pela Administração e da outras providências.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ N. 5560, DE 07/12/2009 - Modifica o art. 3. do Ato Executivo TJ n. 5.203/2009.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ N. 5417, DE 30/11/2009 - Modifica o art. 3. do Ato Executivo TJ n. 5.203/09.  
([índice](#))

AVISO TJ N. 75, DE 19/11/2009 - Avisa que o Grupo de Sentença atuara somente nas serventias com acervo superior a 1000 (mil) processos e que tenham apresentado índice de produtividade elevada no cumprimento da Meta 2 do CNJ.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ N. 5297, DE 23/11/2009 - Modifica o art. 3. do Ato Executivo n. 5.203/09.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ N. 5292, DE 18/11/2009 - Modifica o art. 3. do Ato Executivo n. 5.203/09.

[\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO TJ N. 5203, DE 16/11/2009](#) - Institui o Grupo de Sentença da meta 2 do CNJ e da outras providências.

[\(índice\)](#)

### Identificação Biométrica e Emissão de Documentos para Pessoas Privadas de Liberdade

[PORTARIA nº 2257/ 2021](#) - Designa servidores para o recebimento, instalação e apoio de bens doados pelo CNJ correspondente a 06 (seis) kits para a realização da coleta de dados biométricos de pessoas privadas de liberdade.

[\(índice\)](#)

### Padrões de Tecnologia da Informação

[AVISO CGJ nº 1270/2018](#) - Avisa aos Titulares/Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que deverão adequar suas estruturas de informática aos padrões estabelecidos pelo Provimento CNJ n.º 74, de 31 de julho de 2018, até o dia 28 de janeiro de 2019.

[\(índice\)](#)

### Participação de Magistrados em Congressos

[AVISO TJ Nº 63/2013](#) - Avisa aos Magistrados que o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 170, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

### Plataforma de Comunicações Processuais

[AVISO TJ Nº 64/2019](#) - Avisa o lançamento oficial da Plataforma de Comunicações Oficiais pelo Conselho Nacional de Justiça.

[\(índice\)](#)

### Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br

[ATO SN1/2021](#) - Dispõe sobre Termo de Cooperação Técnica (index nº 1471708), que tem por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo da Plataforma Digital do Poder Judiciário -

PDPJ-Br, módulos Escritório Digital e Domicílio Eletrônico, entre o CNJ e o TJRJ -  
Decisão.  
(índice)

## Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto

AVISO TJ Nº 61/2019 - Avisa aos Magistrados que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio de ofício, solicita a participação deste Tribunal na pesquisa sobre o Diagnóstico Nacional sobre a Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto.  
(índice)

## Princípio da Territorialidade

AVISO CGJ N. 328, DE 05/05/2011 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais que a regra do art. 273-A, parágrafo 1. da Lei n. 6.015/1973, introduzida pela Lei n. 11.977/2009, tem aplicação abrangente, alcançando todos os parcelamentos de solo urbano e incorporações imobiliárias, não se limitando aos projetos incluídos no Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV  
(índice)

AVISO TJ N. 40, DE 26/04/2010 - Avisa que na forma da decisão exarada pelo Conselho Nacional de Justiça, deve ser observado por todos os Oficiais de Registros de Títulos e Documentos o princípio da Territorialidade.  
(índice)

## Infância e Juventude

AVISO TJ N. 75, DE 05/09/2011 - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de Infância e Juventude que, ressalvado os casos de acolhimento em caráter excepcional e de urgência realizado pela Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital, as Varas da Infância, da Juventude e do Idoso deverão observar o disposto no art. 36, do Ato Executivo TJ n. 4065/2009.  
(índice)

AVISO CGJ N. 452, DE 03/06/2011 - Avisa aos Cartórios de Notas que o CNJ editou a Resolução n. 131, publicada em 01/06/2011, revogando a Resolução n. 74/2009, e dispondo em seu art. 8., Parágrafo 1., que o documento de autorização de viagem de criança ou adolescente para o exterior pode ter a firma reconhecida por autenticidade ou por semelhança.  
(índice)

AVISO TJ N. 3, DE 18/01/2010 - Avisa aos Magistrados competentes a matéria de Infância e Juventude que a concessão de acesso aos sistemas de tecnologia da informação do Conselho Nacional de Justiça (CNA, CNCAA e CNAEL) será realizada

por intermédio do Serviço de Coleta de Dados Judiciais - SECOJ, e da outras providências.  
([índice](#))

### Ingresso de autoridades judiciais em estabelecimentos penais

[AVISO TJ nº 104/ 2022](#) - Divulga a edição da Recomendação CNJ nº 131/2022, que dispõe sobre o ingresso de autoridades judiciais em estabelecimentos penais.  
([índice](#))

### Interceptação de comunicações telefônicas

[AVISO TJ nº 101/ 2020](#) - Avisa aos Magistrados integrantes deste Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro que faz publicar, no DJERJ, a íntegra da Recomendação n.º 80 do Conselho Nacional de Justiça, de 05 de novembro de 2020, que versa sobre a observância do sigilo das informações nos procedimentos a serem adotados na interceptação de comunicações telefônicas, de informática e telemática.  
([índice](#))

### Juízo Digital

[ATO NORMATIVO TJ Nº 05/ 2023](#) - Dispõe sobre a adesão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao Juízo 100% Digital, conforme Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, alterada pela Resolução 481/2022, e dá outras providências.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO TJ Nº 28/ 2020](#) - Dispõe sobre a adesão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao Juízo 100% Digital, conforme Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, e dá outras providências.  
([índice](#))

### Meta 2

[AVISO TJ N. 66, DE 29/10/2009](#) - Avisa aos Juízes de Direito que esta formando um grupo de sentença, onde cada Magistrado devera prolatar no mínimo 60 sentenças de mérito de processos inclusos na Meta 2 do CNJ de outras serventias, sem prejuízo da produtividade da sua serventia, e da outras providencias.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 751, DE 05/10/2009 \(ESTADUAL\)](#) - Avisa que os mandados extraídos dos processos distribuídos ate 31 de dezembro de 2005 terão prioridade

sobre os demais, em razão da Meta2 do Conselho Nacional de Justiça, excetuando-se os casos de urgência, e da outras providências.  
([índice](#))

## Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

[AVISO TJ nº 69/ 2021](#) - Divulga a edição da Recomendação CNJ nº 100/2021, a qual recomenda o uso de métodos consensuais de solução de conflitos em demandas que versem sobre o direito à saúde.  
([índice](#))

## Órgãos Colegiados Administrativos

[ATO NORMATIVO TJ Nº 24/ 2022](#) - Altera o Ato Normativo TJ nº 3/2013, que regulamenta a criação e disposição dos Órgãos Colegiados Administrativos no âmbito da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO Nº 03/2013](#) - Regulamenta a criação e disposição dos Órgãos Colegiados Administrativos no âmbito da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

## Prioridade de processos

[AVISO CGJ Nº 208, DE 31/03/2011](#) - Avisa aos Magistrados que, sempre que identificarem processos de relevância social, deverão comunicar a Corregedoria Geral de Justiça, e da outras providências.  
([índice](#))

[AVISO TJ N. 60, DE 08/10/2009](#) - Avisa aos Magistrados que priorizem e monitorem permanentemente as demandas jurídicas envolvendo conflitos fundiários, de acordo com a Recomendação CNJ n. 22/2009.  
([índice](#))

## Processo de Competência do Tribunal do Júri

[AVISO TJ nº 06/ 2020](#) - Divulga a edição da Recomendação CNJ nº 55/2019, que apresenta orientações no tocante à gestão de processos de competência do Tribunal do Júri.  
([índice](#))

## Processo de Recuperação Judicial

AVISO TJ nº 74/ 2020 - Recomendação nº 72, de 19 de agosto de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.  
(índice)

### Projeto Começar de Novo

ATO NORMATIVO TJ N. 32, DE 21/12/2009 - Institui o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, dispõe sobre a instalação dos Conselhos da Comunidade e da outras providencias.  
(índice)

### Qualificação das Partes Processuais

AVISO CGJ Nº 466/2021 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, que o Provimento 61, de 17 de outubro de 2017, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional, foi alterado para inserção de parágrafo único no art. 3º e de modificação no caput do art. 4º.  
(índice)

### Suspeição

AVISO CGJ N. 168, DE 11/03/2010 - Avisa aos Magistrados que o Supremo Tribunal Federal deferiu medida liminar para suspender a eficácia da Resolução n. 82/2009 do Conselho Nacional de Justiça, no que diz respeito a obrigatoriedade de o Magistrado informar a Corregedoria-Geral da Justiça do respectivo Tribunal os motivos da decisão que reconheceu sua suspeição por razões de foro íntimo.

AVISO TJ N. 86, DE 18/12/2009 - Avisa aos magistrados de 1. e 2. Graus da existência da Resolução n. 82, de 09/06/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que trata do procedimento a ser seguido no caso de suspeição por motivo de foro íntimo  
(índice)

### Registro Civil das Pessoas Naturais

PROVIMENTO CNJ/CGJ N. 3, DE 07/11/2009 - Exclui itens das Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito e dá outras providências.  
(índice)

### Serviço de Controle de Serventias Judiciais

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 2/2012 - Avisam que o órgão responsável pela administração regional dos sistemas corporativos do CNJ é o Serviço de Controle de Serventias Judiciais (SECOJ) da Divisão de Monitoramento Judicial (DIMOJ), ao qual cabe a liberação dos respectivos acessos, e dá outras providências.  
([índice](#))

### Sessões por videoconferência e telepresenciais

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 03/ 2021 - Avisa que faz publicar, no DJERJ, a íntegra da Resolução n.º 354 do Conselho Nacional de Justiça, de 19 de novembro de 2020, que dispõe sobre o cumprimento digital de atos processuais e de ordens judiciais, regulamentando providências e procedimentos para a realização de sessões por videoconferência e telepresenciais, bem como para a realização de comunicação de atos processuais por meio eletrônico nas unidades jurisdicionais de primeira e segunda instância, a fim de dar maior celeridade na tramitação do processo judicial e efetividade na prestação jurisdicional.  
([índice](#))

### Sistema DCP

AVISO CGJ 30/2022 - Avisa aos Magistrados e às Serventias Judiciais do Estado do Rio de Janeiro sobre recomendação do Conselho Nacional de Justiça.  
([índice](#))

### Sistema Justiça Aberta

AVISO CGJ nº 366/2022 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
([índice](#))

AVISO CGJ nº 1.071/2021 - Avisa aos delegatários, titulares, interventores e responsáveis pelo expediente dos serviços extrajudiciais, bem como aos responsáveis pelos distribuidores, contadores e partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 517/2021 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
([índice](#))



[AVISO CGJ nº 796/2019](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 1345/2018](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o determinado no Provimento nº 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 527/2018](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o determinado no Provimento nº 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 379/2012](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais que, em caso de dúvidas quanto aos dados constantes do Sistema Justiça Aberta e sua atualização, poderão contatar o Conselho Nacional de Justiça no endereço eletrônico [justica.aberta@cnj.jus.br](mailto:justica.aberta@cnj.jus.br).  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 565, DE 14/04/2010](#) - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais que deverão manter permanentemente atualizados na pagina do CNJ os dados fornecidos ao Sistema Justiça Aberta, na forma que menciona.  
([índice](#))

### Sistema Nacional de Controle de Interceptações

[AVISO CGJ N. 547, DE 21/07/2010](#) - Avisa aos Magistrados em atuação em Serventia com competência criminal, que deverão regularizar a situação da mesma perante o Sistema Nacional de Controle de Interceptações - SNCI do CNJ, inclusive no período, de dezembro de 2008 ate esta data, e da outras providências.  
([índice](#))

### Sistema Nacional de Controle de Interceptações - SIRC

[AVISO 1/2023](#) – NUR 10 - Avisa, aos delegatários e responsáveis pelo expediente dos serviços extrajudiciais vinculados ao 10º NUR, que o atraso das comunicações obrigatórias devidas ao órgão previdenciário relativas ao Sistema Nacional de Informação de Registro Civil - SIRC, referente a atos realizados a partir de 01 (primeiro) de março de 2023, ensejará imediata instauração de procedimento

disciplinar, por infringência do disposto no art. 819, caput e §5º do CNCJ parte-extrajudicial, buscada a responsabilidade direta do gestor com base na norma inserta no art. 21 da Lei n. 8.935/1994 combinada com a do art. 129, CNCJ-parte extrajudicial.

[\(índice\)](#)

## Subcomissão de Numeração Única e Tabelas Processuais

[ATO EXECUTIVO TJ N. 4272, DE 14/09/2009](#) - Resolve criar a Subcomissão de Numeração Única e Tabelas Processuais do CNJ, com a finalidade de centralizar estudos, análises, dúvidas, sugestões sobre a implantação da numeração única e das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário Nacional, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

## Tabelas Processuais Unificadas

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 29/2017](#) - Esclarece aos Excelentíssimos Senhores Juízes, Servidores e demais auxiliares do Juízo que os processos cadastrados com a classe petição (código 241) devem ser corretamente reclassificados, de acordo com a tabela processual unificada de classes do CNJ.

[\(índice\)](#)

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ N. 1, DE 21/09/2011](#) - Avisam que é indispensável, desde o primeiro manuseio dos autos, a fiscalização pelo Magistrado da correta classificação por classes e assuntos dos processos e procedimentos judiciais efetivados pelo seu respectivo cartório e pelos Serviços de Distribuição, de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[CONVOCACAO TJ N. SN19, DE 01/10/2010](#) - Convoca os servidores lotados nas serventias que menciona, para participarem de treinamento visando a nova sistemática de distribuição e autuação de processos, notadamente no que diz respeito a utilização das Tabelas Processuais Unificadas do CNJ.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ N. 32, DE 26/03/2010](#) - Avisa que será implantada, a partir de 01/04/2010, no sistema DCP, que atende as serventias de primeira instância, a nova tabela de atos de Magistrados, em consonância com a tabela unificada de movimentos processuais instituída pela Resolução n. 46 do CNJ.

[\(índice\)](#)

PORTARIA CGJ N. 1, DE 26/01/2009 - Resolve que as tabelas instituídas pelo Ato Normativo Conjunto TJ/ CGJ n. 03/2008 suscitam a incidência das custas atinentes aos atos dos escrivães, elencadas nas tabelas que menciona.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ N. 3, DE 29/12/2008 - Implanta as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e da outras providências.  
([índice](#))

AVISO TJ N. 80, DE 10/12/2009 - Altera o Aviso TJ n. 79, de 30/11/2009.  
([índice](#))

AVISO TJ N. 61, DE 14/10/2009 - Convoca os Titulares ou Responsáveis pelos cartórios das Varas de competência Cível e Criminal do Foro Central da Comarca da Capital, para participarem de treinamento acerca da utilização das Tabelas Unificadas do CNJ e sua relação com a Tabela de Temporalidade de Documentos do PJERJ. Republicado no DJERJ, ADM, de 19/10/2009, p. 4; de 20/10/2009, p. 3.  
([índice](#))

#### Tramitação de Processos

AVISO TJ nº 03/ 2020 - Avisa sobre a edição da Recomendação CNJ nº 60/2019, que recomenda aos juízes estaduais que mantenham a tramitação de processos previdenciários propostos antes da eficácia da Lei nº 13.876/2019 na Justiça Estadual.  
([índice](#))

#### Vacância das Serventias Judiciais

PARECER CGJ N. SN68, DE 29/10/2010 - Dispõe sobre a normatização de decisão do CNJ referente a vacância de serventias extrajudiciais - Parecer.  
([índice](#))

#### Videoconferência

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 03/ 2022 - Divulga a Resolução CNJ nº 465/2022 que institui as diretrizes que deverão ser adotadas para a realização de videoconferências no âmbito do Poder Judiciário.  
([índice](#))

#### Comissão Permanente de Processo Disciplinar – COPPD

[PORTARIA CGJ 1634/2021](#) - Designa integrantes da COPPD - Comissão Permanente de Processo Disciplinar.  
([índice](#))

## Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 14/2018](#) - Divulga a Resolução CNPCP nº 03, de 07 de junho de 2018, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - Ministério da Justiça, que dispõe sobre as recomendações que visam à interrupção da transmissão do HIV, das hepatites virais, da tuberculose e outras enfermidades entre as pessoas privadas de liberdade.  
([índice](#))

## Correição

Artigos 69 a 75 da [CNCGJ](#)  
([índice](#))

Artigos 45 a 48 do [CODJERJ](#)  
([índice](#))

## Deveres Funcionais

[ATO NORMATIVO TJ Nº.3/2009](#) - Estabelece normas e diretrizes dos Atos funcionais dos Servidores do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, disciplinando os Direitos e Deveres e dá outras providências.  
([índice](#))

Artigos 39 a 40 do [DECRETO-LEI Nº. 220/1975](#) - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

Artigos 285 a 286 do [DECRETO Nº. 2479/1979](#) - Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

Artigos 124 a 126 da [CNCGJ](#)  
([índice](#))

## Fiscalização dos atos internos

[AVISO CGJ N. 302, DE 11/05/2010](#) - Avisa as Serventias Judiciais que, na Comarca da Capital, é obrigatória a expedição de um mandado de avaliação para cada bem imóvel ou para bens moveis localizados no mesmo endereço e, para endereços distintos, será expedido um mandado para cada localidade.

(índice)

AVISO CGJ N. 298, DE 10/05/2010 - Avisa que os Juízes Dirigentes dos Núcleos Regionais poderão designar servidores para prestação de auxílio sem prejuízo independentemente de prazo, e com prejuízo de suas funções pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, em decisão fundamentada e da outras providências.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 15/2008 - Determinam que os Juízes de Direito, Escrivães, Substitutos e Responsáveis pelo Expediente devem zelar pela manutenção dos serviços nas serventias judiciais, assegurando o adequado funcionamento de seus respectivos cartórios.

(índice)

AVISO CGJ Nº. 584/2007 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a correta atualização dos sistemas de 1. Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

(índice)

AVISO CGJ Nº. 504/2007 - Avisa aos Escrivães que, sob pena de responsabilidade, a partir de 17/09/2007 devem manter abertas as serventias no horário de funcionamento, e dá outras providências.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº. 24/2006 - Avisa aos oficiais de justiça avaliadores atuantes em serventias onde esteja implantado e em funcionamento o Sistema SCM que ficam desobrigados de entregar o relatório mensal das diligências de que participaram, e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ Nº. 678/2006 - Avisa que o fechamento do Livro Ponto deverá ser feito até as 15h30min, sendo que o Gabinete do Corregedor, bem como o DEIAC, procederão à intensa fiscalização quanto ao cumprimento deste ato, inclusive, podendo ser solicitado a qualquer momento do expediente junto às serventias, cópias de ponto diários a serem remetidos via fax.

(índice)

AVISO CGJ Nº. 60/1997 - Avisa aos senhores Titulares, responsáveis por expediente e demais servidores da Justiça que é obrigatória a reprodução do nome e do número de matrícula em todo e qualquer ato que venham a praticar e dá outras providências.

(índice)

## Greve

RESOLUÇÃO TJ/ÓRGÃO ESPECIAL Nº 28/2008 - Dispõe sobre as medidas judiciais que venham a ser requeridas em virtude de estado de greve deflagrado por servidores estaduais e municipais.

(índice)

Inspeção

PROVIMENTO CGJ Nº 30, de 08/04/2009 - Dispões sobre a realização de inspeções mensais nas unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

### Publicidade das indisponibilidades de bens

[AVISO CGJ Nº 195, de 28/04/2009](#) - Avisa que atendem para a exatidão do CPF/CNPJ dos requeridos quando do encaminhamento de solicitação para publicidade das indisponibilidades de bens decretadas judicial ou extrajudicialmente.

[\(índice\)](#)

### Representação Regional da Interpol/RJ

[AVISO TJ N. 8, DE 20/01/2010](#) - Avisa que se encontra disponível para consulta na Representação Regional da Interpol/RJ ferramenta utilizada para prisão de procurados/foragidos no exterior, informações sobre cadáveres não identificados e que possam ter usado identidades falsas, para recuperação de objetos de alto valor subtraídos, localização de pessoas desaparecidas e sobre atividades terroristas.

[\(índice\)](#)

### Responsabilidade Disciplinar

[PROVIMENTO CGJ N. 82, DE 04/11/2009](#) - Dispõe sobre o procedimento a ser seguido nos casos em que a apuração da responsabilidade funcional de servidor do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro resulte em abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

[\(índice\)](#)

Artigos 38 a 60 do [DECRETO-LEI Nº. 220/1975](#) - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

Artigos 287 a 303 do [DECRETO Nº. 2479/1979](#) - Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

Artigos 81 a 86 da [CNCGJ](#)

[\(índice\)](#)

### Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Artigos 61 a 82 do [DECRETO-LEI Nº. 220/1975](#) - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

Artigos 304 a 349 do [DECRETO Nº. 2479/1979](#) Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

Artigos 87 a 102 da [CNCGJ](#)  
[\(índice\)](#)

## Sistema de Monitoramento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas

[AVISO TJ/CGJ n.º 29/2018](#) - Avisam aos Magistrados, Chefes de Serventia e demais Serventuários, que detenham atribuição em matéria criminal, nas Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais e Juizados Especiais da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher que, como forma de efetiva implementação do Sistema de Monitoramento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas previsto no artigo 21 da Resolução TJ/OE n.º 39/2010, deverão alimentar o menu "Penas e Medidas da Parte e Cadastro de Prisões Provisórias" do Sistema de Distribuição e Controle de Processos - DCP, sempre que houver determinação para cumprimento de penas restritivas de direito e medidas alternativas a prisão, na exata dicção do artigo 44 do Código Penal Brasileiro.

[\(índice\)](#)

## SERVENTIAS JUDICIAIS

### Alienação Fiduciária

[PARECER CGJ N. SN57, DE 27/09/2010](#) - Dispõe sobre apuração de recusa de registro resumidor de contrato de alienação fiduciária em garantia - Parecer.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ Nº 18, de 09/06/2009](#) - Avisa sobre a obrigatoriedade do registro do contrato com cláusula de alienação fiduciária em garantia no Serviço do Registro de Títulos e Documentos para produzir efeitos probatórios contra terceiros, inclusive para eventual deferimento de liminar em ação de busca e apreensão.

[\(índice\)](#)

### Alvará de Soltura

[PROVIMENTO CGJ nº 30/2023](#) - Disciplina o cumprimento dos atos de comunicação processual em simultaneidade com os Alvarás de Soltura/Ordens de Liberação, pelos Oficiais de Justiça Avaliadores plantonistas, nas Centrais de Audiência de Custódia.

[\(índice\)](#)

AVISO CGJ Nº 82 /2021 - Avisa sobre os alvarás de soltura e as ordens de liberação emitidos nos sistemas informatizados deverão ter os referidos documentos e suas respectivas assinaturas eletrônicas validados nos sistemas informatizados utilizados por este Tribunal de Justiça, sob pena de responsabilidade funcional.

(índice)

AVISO CGJ nº 274/2020 - Avisa sobre o novo regramento para o sarqueamento dos alvarás de soltura, bem como quanto aos documentos a serem encaminhados à DC POLINTER pela Vara de Execução Penal e pelas serventias com atribuição em matéria criminal, violência doméstica e familiar contra mulher e de família.

(índice)

PORTARIA GMF n.º 01/2019 - Disciplina as diligências cartorárias após o cumprimento de alvarás de soltura que restarem prejudicados, ante a resolução CNJ 108, determina local para cumprimento de alvará de soltura, disciplina a entrada e permanência nas dependências dos cartórios das centrais e o preenchimento do SISTAC-CNJ.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº. 05/2017 - Recomendação para cumprimento do Alvará de Soltura.

(índice)

ATO SN140/2013 - Dispõe sobre a dispensa de expedição de Carta Precatória, quando for o caso, para cumprimento apenas do Alvará de Soltura dentro do Estado do Rio de Janeiro - Despacho.

(índice)

AVISO CGJ N. 316, DE 29/04/2011 - Avisa as Serventias Judiciais e Extrajudiciais sobre a obrigatoriedade de confirmação de expedição de autorização judicial para lavratura de escritura pública (alvará expedido há mais de 90 dias), no prazo de 48 horas, o que inclusive poderá ser feito através de e-mail, e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ N. 181, DE 17/03/2010 - Avisa as Varas com competência criminal que concedida liberdade ao réu, além da expedição do alvará de soltura, deverá ser determinado o recolhimento dos mandados de prisão, porventura expedidos, no mesmo processo, pelo Juízo que concedeu aquele benefício.

(índice)

AVISO CGJ Nº 19/2009 - Avisa que os juízos do Fórum Central, do Interior e dos Fóruns Regionais encaminharão suas mensagens para o endereço eletrônico que menciona, disponibilizado somente para sarqueamento de alvará de soltura, e dá outras providências.



[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 17/2009](#) - Resolve alterar os artigos 237 e 240 da nova Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, destinada aos serviços judiciais, cuja vigência esta suspensa pelo prazo de 90 dias.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 16/2009](#) - Resolve alterar os artigos 1. e 4. do Provimento CGJ n. 49/2008.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 49/2008](#) - Resolve que o sarqueamento de alvará de soltura será cumprido pelo Escrivão do Juízo que prolatar a decisão, o qual será operacionalizado através do correio eletrônico institucional da serventia, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

## Arquivo da DC-Polinter

[AVISO TJ N. 34, DE 31/03/2010](#) - Avisa, que a partir desta data, com relação a pesquisa dos Alvarás de Soltura pelo Serviço de Arquivo da DC-Polinter/RJ, devem ser observados os endereços eletrônicos que menciona.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ N. 29, DE 25/03/2010](#) - Avisa que a partir do dia 29 de marco de 2010, com relação a pesquisa dos Alvarás de Soltura pelo Serviço de Arquivo da DC-Polinter/RJ, devem ser observados os endereços eletrônicos que menciona. Retificado. In: DJERJ, ADM, de 30/03/2010, p. 2. Revogado pelo Aviso TJ: n. 34, de 31/03/2010. In: DJERJ, ADM, de 05/04/2010, p. 2. [\(índice\)](#)

## Arquivo Eletrônico

### Acessibilidade

[ATO NORMATIVO TJ N. 19, DE 02/09/2009](#) - Regula os procedimentos para garantir que todos os documentos disponibilizados na pagina virtual (sítio) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro atendam aos padrões de acessibilidade.

[\(índice\)](#)

## Sistema de Cobrança

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ N. 4, DE 12/01/2007](#) - Estabelece rotina para a implementação do sistema de cobrança dos processos judiciais por meio do Sistema de Distribuição e Controle Processual - Projeto Comarca para as serventias

judiciais de 1. instância Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO TJ N. 21, DE 09/09/2009](#) - Resolve alterar o Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ n. 04/2007.  
([índice](#))

## Arquivamento de Processo

### Arquivamento Definitivo

[RESOLUCAO TJ/OE N. 27, DE 03/10/2006](#) - Modifica a competência das varas cíveis da Comarca de Niterói e da outras providências. Art. 2. retificado no DORJ-III, S-I, de 19/10/2006, p. 34.  
([índice](#))

[RESOLUCAO TJ/OE N. 26, DE 18/11/2010](#) - Altera dispositivos da Resolução TJ/OE n. 22/2006, de 15 de agosto de 2006.  
([índice](#))

[RESOLUCAO TJ/OE N. 27, DE 18/11/2010](#) - Regula o arquivamento definitivo dos autos processuais de competência orfanológica e da outras providências.  
([índice](#))

### Arquivamento Especial

[AVISO CONJUNTO CGJ Nº 13 /2015](#) - Dispõe sobre o arquivamento especial dos processos judiciais sem andamento há mais de 5 (cinco) anos.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO TJ N. 14, DE 20/08/2009](#) - Resolve que o arquivamento especial poderá ser realizado, excepcionalmente, pela serventia judicial, independentemente de previa autorização da Superior Administração, desde que atendidos os requisitos que menciona, e da outras providências.  
([índice](#))

### Arquivamento Provisório

[PROVIMENTO CGJ Nº 36/2023](#) - Alteração das disposições previstas nos artigos 197, 198 e 199 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, e demais dispositivos que tratam do "arquivamento provisório".  
([índice](#))

[AVISO nº 25/2018](#) - Avisa aos Juízes e Servidores sobre os processos distribuídos até 2013, que se encontram arquivados provisoriamente e da necessidade de dar tratamento aos mesmos, para fins de cumprimento da Meta 2 do CNJ.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO Nº 19/2012 - Resolve alterar dispositivos do Ato Normativo TJ n. 14/2012.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO Nº 14/2012 - Regula o procedimento de desarquivamento no sistema e julgamento de casos idênticos em bloco dos processos arquivados provisoriamente sem baixa cadastrados como Processo Antigo pelo DEGEA.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO TJ N. 15, DE 20/08/2009 - Resolve determinar a adoção de providências visando ao julgamento dos processos que se encontram no arquivo provisório sem sentenças proferidas, nos termos estabelecidos na Meta n. 2, do Conselho Nacional de Justiça, e da outras providencias.  
([índice](#))

AVISO TJ N. 41, DE 25/08/2009 (ESTADUAL) - Avisa aos Magistrados e serventuários subgestores que esta disponibilizando o endereço eletrônico que menciona exclusivamente para o recebimento das dúvidas e sugestões suscitadas a partir da publicação dos Atos Normativos ns. 14, 15 e 16, e da outras providencias.  
([índice](#))

### Autos Digitalizados

AVISO TJ nº 26/ 2023 - Avisa aos magistrados, servidores, advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público e ao público em geral que o arquivamento dos Autos Físicos Digitalizados - AFD's por meio do sistema Arqweb passará a ser realizado pela DIMEX - Divisão de Movimentação de Expedientes.  
([índice](#))

### Divisão de Processamento Especial e Arquivamento – DIPEA

AVISO CGJ Nº 208/2012 - Avisa aos Titulares, Responsáveis pelo Expediente e servidores em geral das Varas Cíveis, Empresariais, de Família, de Fazenda Pública, de Registros Públicos e de Órfãos e Sucessões localizadas no Foro Central da Comarca da Capital que os processos deverão ser encaminhados ao DIPEA, nas condições descritas no Provimento n. 8/2012, obedecido o cronograma que menciona.  
([índice](#))

## Atendimento de Advogado

[AVISO CGJ nº 160/2023](#) - Avisa aos Juízes de Direito, Chefes de Serventia e demais Servidores do primeiro grau sobre a necessidade de observância do Ato Normativo Conjunto nº 02/2023 e dá outras providências.  
([índice](#))

## Atos Oficiais sob a vigência do Novo CPC

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 25/2018](#) - Avisa aos Desembargadores e Juízes de Direito e demais serventuários, quanto à inexigibilidade de tradução de documentos estrangeiros redigidos em Língua Portuguesa, conforme arts. 224, do Código Civil e 162, do Código de Processo Civil, bem como jurisprudência dos Tribunais Superiores.  
([índice](#))

[AVISO TJ Nº 76/2018](#) - Avisa aos magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis, bem como dos Juízos com competência em matéria fazendária e cível que foi determinada, nos termos do art. 982, I, do CPC/2015, a prorrogação da suspensão de todos os processos pendentes que menciona, individuais ou coletivos que tramitam neste Tribunal.  
([índice](#))

[AVISO TJ Nº 52/2018](#) - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis, bem como dos Juízos com competência em matéria fazendária e cível que foi determinada a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos que tramitam neste Tribunal, relacionados a pedido de pensão por morte de militar falecido após a EC 41/2003, seja em 1ª ou 2ª instância.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 07/2018](#) - Dispõe sobre o credenciamento de leiloeiros públicos e corretores de imóveis para, no âmbito de suas atribuições legais, a realização de leilão judicial, nas modalidades eletrônica, presencial e simultânea, bem como de alienação judicial por iniciativa particular no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

[AVISO TJ Nº 26/2018](#) - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis e aos Juízos com competência em matéria fazendária e cível, que o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas mencionado deixou de preencher o pressuposto negativo previsto no art. 976, § 4º do CPC/2015.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 2/2018 - Altera o Ato Normativo Conjunto nº 74, de 05 de novembro de 2015 e dá outras providências.  
([índice](#))

PORTARIA CGJ Nº 3209 / 2017 - Resolve aprovar as tabelas judiciais (Tabelas 01, 02 e 03), bem como a Tabela de Despesas de Processamento Eletrônico (Tabela 04) e a Tabela de Despesas no Âmbito Administrativo (Tabela 05), que acompanham a presente Portaria, com efeito a partir do dia 01 de janeiro de 2018.  
([índice](#))

AVISO TJ Nº 02/2018 - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis, bem como dos Juízos com competência em matéria fazendária e cível que foi determinada, nos termos do art. 982, I, do CPC/2015, a suspensão de todos os processos em curso neste Estado que envolvam as questões jurídicas que menciona.  
([índice](#))

AVISO n.º 635/2017 - Avisa aos juízes de direito, aos encarregados de Centrais de Cumprimento de Mandados, aos responsáveis por Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores e aos analistas judiciários na especialidade de execução de mandados, que não há vedação legal à atuação do Oficial de Justiça Avaliador em leilões presenciais determinados em processos oriundos dos Juizados Especiais Cíveis, desde que excepcionalmente, e, em cumprimento a decisão judicial motivada.  
([índice](#))

RESOLUÇÃO CONJUNTA TJ/CGJ nº 01/2017 - Dispõe sobre o recolhimento de custas em processos eletrônicos por ocasião da interposição de Recurso Inominado em sede de Juizados Especiais Cíveis e Fazendários e de Apelação Criminal em ação penal privada em sede de Juizados Especiais Criminais, alterando, parcialmente, o disposto na Resolução Conjunta TJ/CGJ nº 01/2015 e no Anexo V da Portaria de Custas Judiciais.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 48/2017 - Altera o texto do inciso XII do artigo 250 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 11/2017 - Dispõe sobre Escritura Pública de Inventário e Partilha de Bens.  
([índice](#))

AVISO CGJ nº 479/2017 - Avisa aos representantes das empresas e entidades públicas ou privadas os meios de cadastro para a informação e atualização do endereço de citação postal no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

ATO CGJ SN15/2017 - Dispõe sobre a liberação do texto de mandado via postal de execução de título extrajudicial nos termos do Código Processo Civil vigente, do qual deverá constar além da assinatura do magistrado a assinatura do chefe da serventia - Despacho.  
(índice)

AVISO TJ/COJES nº 05 /2017 - Avisa aos Magistrados com atuação nos Juizados Especiais Cíveis que deverá constar do dispositivo da sentença que, antes da prática de qualquer ato executivo, uma vez escoado o prazo de 15 dias previsto no art. 523 do CPC, sem que tenha havido o cumprimento da obrigação reconhecida na sentença, incidirá automaticamente a multa de 10% (dez por cento) a que se refere o artigo, e se procederá a intimação da parte credora, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO TJ/COJES 3/2017 - Avisa aos Senhores Magistrados com atuação nos Juizados Especiais Cíveis que deverá constar do dispositivo da sentença que, uma vez escoado o prazo de 15 dias previsto no art. 523 do CPC, sem que tenha havido o cumprimento da obrigação reconhecida na sentença, incidirá automaticamente a multa de 10% (dez por cento) a que se refere o artigo, bem como que o juízo procederá, de imediato, ao protesto extrajudicial da certidão de crédito elaborada pelo Cartório, na forma do art. 517 do CPC, o que deverá preceder à prática de qualquer outro ato executivo, salvo se a parte expressamente manifestar-se em sentido contrário.  
(índice)

AVISO TJ Nº. 14/2017 - Avisa aos Senhores Magistrados que, uma vez escoado o prazo de 15 dias a que se refere o art. 523 do NCPC e antes da prática de qualquer ato executivo, em especial a expedição de mandado de penhora e avaliação, promovam a intimação da parte credora, alertando-a sobre a eficiência e utilidade da adoção do procedimento do protesto do título judicial definitivo, determinando que se manifeste expressamente, no prazo de 5 (cinco) dias, quanto ao seu efetivo interesse na utilização do instrumento, na conformidade do art. 517 do NCPC e do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014, alterado pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 18/2016, publicado no D.J.E. em 11.11.2016.  
(índice)

ATO EXECUTIVO nº 86/2017 - Resolve extinguir o Grupo de Trabalho para Diagnóstico dos Impactos do Novo Código de Processo Civil e da Lei de Mediação no

Sistema de Justiça e no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (GTCIVMED).  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO nº 80/2017](#) - Resolve extinguir o Grupo de Trabalho para Estudo das Alterações Processuais decorrentes do novo Código de Processo Civil (GT-CPC).  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO 148/2016](#) - Institui o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - NUGEPRJ, por transformação do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos - NURERRJ.  
([índice](#))

[PROVIMENTO Nº 05 / 2017](#) - Altera o parágrafo 1º do artigo 22 do Provimento CGJ nº 23/2016, que regulamenta a usucapião extrajudicial.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO nº 176/2016](#) - Revoga o artigo 5º e altera os artigos 1º e 6º do Ato Executivo nº 148/2016 que instituiu o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - NUGEP-RJ.  
([índice](#))

[AVISO CGJ 1717/2016](#) - Avisa que deverá ser observada a parte final do disposto no §1º do artigo 840 do Código de Processo Civil, em relação aos bens móveis e imóveis que tenham sido remetidos à Central de Depositário Judicial - CDJ.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1687 /2016](#) - Dispõe sobre a intimação pessoal do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, bem como suas respectivas autarquias e fundações de direito público nos processos físicos e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1588 / 2016](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que a carta precatória expedida eletronicamente, em processo físico ou eletrônico, para este ou outro Estado, ensejará o recolhimento da notificação eletrônica, sem prejuízo das demais custas vigentes no último caso. Em processo físico, sendo necessária a digitalização de documento para sua instrução, será recolhido também o seu valor  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 05/2016](#) - Dispõe sobre a certificação de custas e tempestividade de recursos apresentados na Primeira Instância com base

no Novo CPC.  
([índice](#))

[PORTARIA CGJ N.º 2.683 / 2016](#) - Aprova as tabelas judiciais, bem como a Tabela de Despesas de Processamento Eletrônico e a Tabela de Despesas no Âmbito Administrativo.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 18/2016](#) - Dispõe sobre a alteração do Art. 2º do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ Nº 07/2014, que regula a emissão de Certidões de Crédito emitidas em Processos Judiciais para fins de protesto e dá outras providências.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 05/2016](#) - Dispõe sobre a certificação de custas e tempestividade de recursos apresentados na Primeira Instância com base no Novo CPC.  
([índice](#))

[AVISO nº 1506/2016](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição para Registro Civil de Pessoas Naturais do inteiro teor do Provimento nº 53, de 16 de maio de 2016, editado pela Corregedoria Nacional de Justiça.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO Nº 14/2016](#) - Resolvem instalar o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Comarca de Cabo Frio.  
([índice](#))

[ATO CGJ SN3/2016](#) - Dispõe sobre sugestão de atualização da Consolidação Normativa da Corregedoria da Justiça com base no Novo Código de Processo Civil - Decisão.  
([índice](#))

[PROVIMENTO nº 85/2016](#) - Dá nova redação ao artigo 352-R da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, acrescenta lhe parágrafo único e dá outras providências.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 83 / 2016](#) - Altera o artigo 205 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial e dá outras providências.  
([índice](#))

[RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 26/2016](#) - Altera o inciso II do art. 117 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, adequando-o ao disposto no art. 178 do Código de Processo Civil no tocante às atribuições do



Ministério Público nos conflitos de atribuição.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 76 / 2016 - Dispõe sobre a regularização e padronização do procedimento das buscas e apreensões previstas no parágrafo 12 do artigo 3º do Decreto-Lei 911/69, com a introdução da Lei 10.043/2014.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 153/2016 - Dispõe sobre o cadastro das câmaras privadas de conciliação e mediação nos termos da Resolução CNJ nº 125/2010 das Leis 13105/15 e 13.140/15 e sobre procedimentos de mediação e conciliação.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 145 /2016 - Regulamenta a capacitação e o cadastro de conciliadores e mediadores judiciais no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 144/2016 - Dispõe sobre a regulamentação da atividade de mediação e conciliação nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 17/2016 - Altera o artigo 142 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, adequando-o ao Novo Código de Processo Civil.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 14/2016 - Dispõe sobre a competência para o processamento e o julgamento das ações rescisórias e conflitos de competência entre Câmaras Cíveis de mesma competência distribuídos ao Órgão Especial no período antecedente à entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil e dá outras providências.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº13/2016 - Regulamenta o art. 932, inciso VIII, do CPC de 2015.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº12/2016 - Revoga o art. 3º, II, h, e o art. 29, II, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Altera ainda os arts. 22, II, 42, 46 e 51 do mesmo Regimento.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº10/2016 - Regulamenta a uniformização de jurisprudência e o procedimento de inclusão, revisão ou cancelamento de verbete sumular.  
(índice)

RESOLUÇÃO CM N.º 09 /2016 - Altera a Resolução CM nº 3/2011, para adequação aos termos da Lei Federal nº 13.105/2015, Novo Código de Processo Civil, no que diz respeito aos procedimentos para o cadastro de profissionais para atuação como peritos judiciais, e de órgãos técnicos ou científicos para indicação e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 36/2016 - Atualiza o Provimento CGJ nº 12/2009, ao disposto na Lei 13.105, de 16/03/2016 (Novo Código de Processo Civil), além de outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO Nº 29 / 2016 - Estabelece as rotinas que devem ser adotadas para o controle do prazo de cumprimento de mandados dos Oficiais de Justiça Avaliadores.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 23/2016 - Regulamenta a Usucapião Extrajudicial nos Serviços Notariais e de Registro de Imóveis no Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 102/2016 - Disciplina a implantação do Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas Públicas ou Privadas (SISTCADPJ) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, conforme o disposto no artigo 246, §§ 1º e 2º da Lei Federal 13.105, de 16 de março de 2015 e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 882/2016 - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que, na ação de execução de cotas condominiais, a taxa judiciária deverá incidir, inicialmente, apenas sobre as prestações vencidas, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 881/2016 - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que, na ação de adjudicação compulsória que tiver por objeto apenas parte ou parcela do bem imóvel, a taxa judiciária incidirá tão somente sobre a parte ou

parcela em questão, sem qualquer interferência do valor dado à causa, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 493 / 2016 - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que o recolhimento das custas referentes às contrarrazões de apelação cível, nos moldes do §1º, do art. 1009, do novo Código de Processo Civil, deve atender ao disposto na Tabela 01, inciso I, item 4, da Portaria de Custas Judiciais.  
(índice)

AVISO CGJ N. 492/2016 - Dispõe sobre o mandado de citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação nas ações de família  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 17/2016 - Altera o artigo 142 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, adequando-o ao Novo Código de Processo Civil.  
(índice)

ATO SN10/2016 - Dispõe sobre custas de contrarrazões de apelações - Decisão.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº13/2016 - Regulamenta o art. 932, inciso VIII, do CPC de 2015.  
(índice)

Aviso CGJ Nº 548/2016 - Dispõe sobre o desinteresse do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, conforme Ofício nº PG/GAB 031/2016 da Procuradoria-Geral do Município do Rio de Janeiro e Ofício nº 343-PG/2016 da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro em participar de audiências de conciliação e mediação de que dispõe o art. 334 da Lei 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil).  
(índice)

AVISO CGJ nº 547/2016 - Avisa que os mandados de avaliação judicial deverão ser cumpridos pelos oficiais de justiça avaliadores lotados nas Centrais de Cumprimento e Mandados e nos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores no âmbito das suas atribuições  
(índice)

AVISO TJ Nº 27 /2016 - Avisa aos Senhores Magistrados das Varas de competência Cível, de Família, Órfãos e Sucessões, Empresariais e Fazenda Pública, que, para cumprimento do disposto no artigo 167, CPC, na forma do Ato Normativo Conjunto TJ CGJ n.º 73/2016, será realizado o recadastramento dos conciliadores com atuação nesses Juízos.

(índice)

ATO CGJ SN3/2016 - Dispõe sobre sugestão de atualização da Consolidação Normativa da Corregedoria da Justiça com base no Novo Código de Processo Civil - Decisão.

(índice)

ATO CGJ SN3/2016 - Dispõe sobre sugestão de atualização da Consolidação Normativa da Corregedoria da Justiça com base no Novo Código de Processo Civil - Decisão.

(índice)

AVISO Nº 02/2016 - Avisa aos Juízes, Advogados, Chefes de Serventia ou Encarregados, Servidores, Partes e demais interessados que os prazos processuais em sede de JEC continuarão a ser contados em dias corridos, inaplicável o artigo 219 do NCPC, e dá outras providências.

(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO N.º 12 /2016 - Dispõe sobre a desinstalação da Central de Avaliadores Judiciais da Comarca da Capital.

(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 05/2016 - Dispõe sobre a certificação de custas e tempestividade de recursos apresentados na Primeira Instância com base no Novo CPC.

(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 50/2015 - Altera os artigos 3º, 97 e 98 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, adequando-os ao Novo Código de Processo Civil.

(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 49/2015 - Altera os artigos 75, 76, 77 e 78 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, adequando-os ao Novo

Código de Processo Civil.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 48/2015 - Revoga a alínea "d" do art. 6º, a alínea "c" do art. 6º-A, o art. 33 e parágrafo único e o art. 136 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Também altera os artigos 40, 81, 130 e 130-A do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, adequando-os ao Novo Código de Processo Civil.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 47/2015 - Altera os artigos 22, 131 e 132 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, adequando-os ao Novo Código de Processo Civil.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 46/2015 - Revoga o art. 205 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em adequação ao Novo Código de Processo Civil.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 45/2015 - Altera os arts. 3º, 22, 28, 124, 144, 179, 197, 200, 201, 202, 203 e 237 e revoga o art. 204 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em adequação ao Novo Código de Processo Civil.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 42/2015 - Altera o artigo 3º da Resolução TJ/OE/RJ Nº 03/2012, publicada no DJERJ de 07/03/2012.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 41/2015 - Altera os artigos 158, 159 e 160 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, adequando os ao Novo Código de Processo Civil.  
(índice)

ATO EXECUTIVO nº 138/2015 - Institui o Grupo de Trabalho para Estudo das Alterações Processuais decorrentes do novo Código de Processo Civil (GT- CPC).  
(índice)

## Atos Processuais Híbridos

AVISO TJ nº 93/ 2020 - Retifica o Aviso TJ nº 92/2020, que dispõe sobre realização de atos processuais híbridos.  
(índice)

AVISO TJ nº 92/ 2020 - Realização de atos processuais híbridos.  
(índice)

## Audiência de Instrução e Julgamento

PROVIMENTO Nº 39 / 2016 - Dispõe sobre a autuação de processos e certificação inicial de custas em Foros e Comarcas que não contem com lotação de servidores em Núcleo ou Central de Autuação e dá outras providências.  
(índice)

AVISO TJ N 43/2014 - Solicita aos Magistrados que, se possível, designem as audiências envolvendo Delegados de Polícia no primeiro horário da pauta, bem como encaminhem os mesmos, em caso de espera, às salas reservadas às testemunhas.  
(índice)

AVISO TJ N. 11, DE 26/01/2012 - Avisa a todos os Magistrados, em especial aos com jurisdição criminal, que sempre que possível e quando não houver prejuízo a celeridade processual as alegações finais orais e as sentenças prolatadas em audiência deverão ser reduzidas a termo pelo método tradicional, evitando-se a utilização do sistema de registro audiovisual das mesmas.  
(índice)

AVISO CGJ N. 963, DE 13/10/2011 - Avisa que as Requisições de Militares do Exército Brasileiro para Audiências deverão conter, além do nome do Militar, RG e Posto/Graduação, se disponíveis, bem como sejam encaminhadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias do Ato, se possível, e através do endereço eletrônico que menciona, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ N. 821, DE 31/08/2011 - Avisa que, nas ações penais públicas e subsidiárias da pública, os valores devidos pelos atos de fornecimento de CD com conteúdo da audiência realizada por meio de gravação audiovisual e de expedição de certidão com a transcrição da audiência serão recolhidos pelo réu, ao final do processo se condenado, e da outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 20/2009 - Resolve determinar que nas atas das audiências de instrução e julgamento sejam lançados os horários de início e de término da audiência.  
(índice)

### Desvinculação de Magistrado

AVISO CGJ nº 765/2013 - Avisa aos Magistrados e aos Titulares e Responsáveis pelo Expediente de todas as Serventias judiciais que deverão diligenciar para que conste dos processos judiciais, quando for o caso, certidão relativa à desvinculação do Magistrado que concluiu a audiência de instrução e julgamento e ao seu motivo, ou fazer consignar no relatório da sentença a causa que levou à desvinculação do Magistrado antecessor, e dá outras providências.  
(índice)

### Limite diário de apresentação de custodiados

ATO NORMATIVO TJ Nº 30/2020 - Altera e dá nova redação ao artigo 2º do Ato Normativo n.º 21 de 2020, reavaliando a limitação quantitativa de requisição diária para a apresentação de réus presos para a realização de audiências presenciais, além de salientar o prazo mínimo de antecedência entre a requisição do custodiado e a realização da audiência, estabelecido no artigo 5º da RES TJ/OE nº 45 de 2013.  
(índice)

### Registro Digital do Depoimento das Partes

RESOLUCAO TJ/OE N. 14, DE 21/06/2010 - Dispõe sobre a regulamentação do registro dos depoimentos das partes, do investigado, indiciado, autor do fato, ofendido e testemunhas pelos meios ou recursos de gravação digital audiovisual no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

### Audiência Virtual

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 28/ 2020 - Avisa aos magistrados e serventuários acerca do prazo de encerramento da disponibilização gratuita da ferramenta.  
(índice)

AVISO CGJ 840/2020 - Avisa sobre nova ferramenta disponível para o armazenamento de audiências realizadas pelas plataformas CISCO WEBEX e TEAMS.  
(índice)

## Autuação e formação dos autos do processo

AVISO CGJ Nº 38/2009 - Avisa que as Turmas Recursais, não se impõem deveres inscritos nas Resoluções 02, 06 e 11/2007 e dos Avisos 120 e 584/2007, devendo qualquer complementação se realizar por ocasião do retorno dos autos ao Juizado de origem.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 3/2008 - Implanta as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências.

(índice)

ATO NORMATIVO TJ Nº 10/2008 - Implanta as Tabelas Processuais Unificadas da Segunda Instância do Poder Judiciário e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ Nº. 589/2007 - Avisa que é obrigatória a correta numeração e rubrica de todas as folhas dos processos encaminhados ao Tribunal de Justiça, e dá outras providências.(índice)

ORDEM DE SERVIÇO TJ/VICE-PRESIDENCIA, 1 Nº 6, de 27/04/2009 - Resolve que nos recursos e medidas apresentados durante o plantão judiciário, a Secretaria procedera a autuação mesmo que não haja com provação do pagamento das custas judiciais no momento da distribuição, no âmbito da 1. Vice-Presidência.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 21/2008 - Fica criada a rotina de pré-cadastramento de petição inicial a ser utilizada exclusivamente por advogados com inscrição regular na OAB, cujo serviço estará disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

(índice)

PARECER CGJ Nº SN7/2008 - Dispõe sobre a cobrança de nome excedente no ato de distribuição quando presente a figura da representação. Processo n. 2008-051908.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 16/2008 - Resolve que a serventia judicial poderá efetuar, excepcionalmente, a exclusão da mensagem de petições a serem juntadas, que foram encaminhadas através dos serviços de Protocolo (PROGER'S) informatizados no sistema DCP, nos casos em que comprovadamente seja impossível a juntada física das petições.

(índice)



## Capa de Processo

AVISO CGJ N. 628, DE 04/09/2009 - Avisa sobre a estrita observância no resguardo da integridade das peças dos processos, bem como a manutenção da capa originária do Tribunal de Justiça, em razão da necessidade da digitalização de forma legível e integral dos autos remetidos eletronicamente pela Terceira Vice-Presidência ao Superior Tribunal de Justiça.  
([índice](#))

## Assessoria de Apoio ao Colegiado Criminal de 1ª Instância – AACC

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº. 07/2013 - Alterar o art. 1º do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 26/2012.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 26/2012 - Resolve instituir a Assessoria de Apoio ao Colegiado Criminal de 1ª Instância (AACC), ligada à Corregedoria Geral da Justiça, responsável pelo auxílio dos julgamentos colegiados em primeiro Grau de Jurisdição, e dá outras providências.  
([índice](#))

## Avisos CGJ

Aviso CGJ nº 327/2023 - Avisa que os processos eletrônicos que guardem afinidade, conexão ou continência, que impliquem na reunião dos feitos, deverão tramitar no mesmo sistema eletrônico e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 13/2023 - Avisam às/aos juíza(e)s de direito com competência em matéria de registro público e em registro civil de pessoas naturais que, até que esteja concluída a integração do Sistema Processo Judicial Eletrônico - Sistema PJe - e o Sistema de Acompanhamento Processual Eletrônico da 2ª Instância - Sistema eJUD - Módulo Conselho da Magistratura, os processos sujeitos ao reexame necessário e também os recursos voluntários, com previsão nas hipóteses do § 2º do art. 48 e do parágrafo único do art. 49, ambos da Lei Estadual nº 6.956/2015, deverão ser comunicados por ofício do respectivo juízo de direito ao Departamento de Processos do Conselho da Magistratura, por meio do endereço eletrônico mencionado, que providenciará a autuação no Sistema eJUD, a partir das peças processuais constantes no Sistema PJe.  
([índice](#))

AVISO CGJ nº 315/2023 - Comunica a necessidade de cumprimento dos preceitos do artigo 259, XXI, "a", do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial pelas serventias com competência criminal.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 281/2023](#) - Avisa aos Srs. Responsáveis pelo Expediente de serviços extrajudiciais vagos que as despesas continuadas não autorizadas previamente deverão ser restituídas ao erário.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 231/ 2023](#) - Avisa aos Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro acerca da necessidade de verificarem a regularidade de seus respectivos cadastros junto ao Sistema CRC JUD e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 217/2023](#) - Avisa que os magistrados plantonistas deverão, nas decisões referentes à internação de adolescentes, indicar se houve o preenchimento do formulário do Sistema de Identificação e Informação do Adolescente (SIIAD) a que faz menção o artigo 8º da Resolução Conjunta SEEDUC/TJ/2ª VP nº 1550/2021 e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 202/2023](#) - Avisa aos Juízes de Direito, Chefes de Serventia e demais Servidores do primeiro grau sobre a necessidade de intensificar ações visando à erradicação do sub-registro civil de nascimento.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 160/2023](#) - Avisa aos Juízes de Direito, Chefes de Serventia e demais Servidores do primeiro grau sobre a necessidade de observância do Ato Normativo Conjunto nº 02/2023 e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ 120/2023](#) - Avisa às serventias judiciais sobre o cadastramento dos órgãos auxiliares da Justiça para comunicação dos atos processuais no sistema PJe e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ 119/2023](#) - Avisa aos servidores lotados na Corregedoria Geral da Justiça e nos Núcleos Regionais sobre o procedimento de lançamento no Sistema dos Processos Eletrônicos (SEI), com os assuntos padronizados no MAN-DGAPO-009.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 98/2023](#) - Avisa aos gestores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que a consulta prévia ao histórico funcional a que se refere o inciso VI do artigo 107 do Código de Normas, parte Extrajudicial, desta Corregedoria Geral da Justiça, já se encontra disponibilizada no Sistema MAS.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ 79/2023](#) - Avisa que o valor presente no artigo 19 da Portaria CGJ nº 1.952/2022 corresponde ao somatório total das parcelas referentes ao preço final da escritura de inventário e partilha extrajudiciais, estando incluídos neste teto os

valores dos emolumentos, acréscimos legais, tributo, selos e consultas bancos de informações.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 78/2023](#) - Avisa que, em se tratando de transmissão de DOI, a numeração a ser utilizada no campo Livro, quando se tratar de livro eletrônico, será composta pelas letras ELETR, que esclarece tratar-se de ato eletrônico, seguido dos 03 primeiros dígitos do número sequencial de 08 dígitos atribuído ao ato.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 77/2023](#) - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente e demais interessados que o valor presente na nona nota integrante da Tabela 19, da Lei Estadual nº 9.873/2022 se aplica apenas aos Ofícios de Registro de Distribuição.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 02 /2023](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro sobre a necessária impressão do Código de Controle de Transmissão - CCT no termo de encerramento do livro físico.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 25/2023](#) - Avisa que, os Mandados de Prisão encaminhados às Centrais de Cumprimento de Mandados e aos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, quando o acusado se encontrar acautelado em Unidade Prisional, deverão ser cumpridos na forma presencial pelos Oficiais de Justiça Avaliadores.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 402/2022](#) - Avisa que faz publicar, em anexo, a íntegra da Resolução nº 287/2019, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 715/ 2022](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro sobre o teor do Provimento CNJ nº 137/2022.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 707/2022](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 399/2022](#) - Avisa sobre o Resultado do Prêmio Selo de Boas Práticas da Corregedoria Geral da Justiça.  
([índice](#))

[AVISO CGJ 560/2022](#) - Avisa aos delegatários, titulares, responsáveis pelo expediente e interventores de serviços extrajudiciais sobre a configuração de infração disciplinar, por violação aos arts. 25, caput e 43 da Lei nº 8.935/1994 e ao art. 13, § 6º, do CNCJ - Parte Extrajudicial, a adoção das práticas que menciona.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 522/2022](#) - Comunica às serventias judiciais sobre a necessidade da realização do cadastramento dos órgãos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

[AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 14/ 2022](#) - Avisam aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos que, em razão da adesão do TJRJ ao Acordo de Cooperação Técnica nº 028/2019 celebrado entre o CNJ, INSS e a SEPRT, encontra-se disponível o acesso ao Sistema do INSS "SAT Externo" e, a partir de 30/08/2022 não serão mais admitidos ofícios judiciais com pedido de informações dos cidadãos e segurados dirigidos ao INSS.  
([índice](#))

[AVISO CGJ 444/2022](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de serventia, servidores e demais interessados sobre a disponibilização de roteiro de acesso e utilização do sistema SIIAD no sítio eletrônico do Plantão Judiciário.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 421/2022](#) - Regulamenta as determinações do Provimento CNJ nº 130/2022 e dá outras providências  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 409/2022](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro acerca da obrigatoriedade de consulta diária ao novo Portal de Serviços, bem como do cumprimento das decisões proferidas nos processos que tramitam junto às Varas de Registros Públicos deste Estado, independentemente da expedição de ofício.  
([índice](#))

[AVISO CGJ 323/2022](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro sobre o lançamento do Manual "Aspectos Gerais Sobre as Prestações de Contas".  
([índice](#))

AVISO CGJ 293/2022 - Avisa aos Senhores Magistrados e Chefes de Serventias inclusas nos cronogramas para expansão da implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, que devem providenciar a inscrição de pelo menos dois servidores para capacitação na ESAJ.

(índice)

AVISO CGJ nº 26/2022 - Comunica o endereço eletrônico da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ) para o envio de expedientes e cumprimento de ordens judiciais.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 10/ 2022 - Dispõe sobre a obtenção de acesso, via WEB, para os magistrados e servidores, ao sistema eletrônico intitulado "SERASAJUD", a fim de possibilitar a realização de consultas de endereços e inclusões de anotações de dívidas processuais (art. 782, §3º do CPC) nas bases de dados da SERASA, além de ser a única ferramenta disponível para envio de ordens judiciais em geral, e acesso às respectivas respostas da SERASA, na forma do Termo de Adesão celebrado.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 09/ 2022 - Dispõe sobre a disponibilização de acessos, para os magistrados e servidores, ao Sistema SAT Externo, que comporta os dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), do Sistema de Benefícios (SISBEN), do Sistema de Administração de Benefícios Por Incapacidade (SABI), bem como de outro (s) cadastro (s) que vier (em) a substituí-lo (s), na forma da adesão deste TJERJ ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o CNJ, INSS e SEPRT.

(índice)

AVISO CGJ nº 37/2022 - Esclarece sobre a aplicação das orientações do Aviso CGJ nº 24/2022 estritamente aos serviços judiciais e dá outras providências.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº. 07/ 2022 - Avisam sobre a digitalização e virtualização dos processos físicos em trâmite nas serventias elencadas no anexo e dá outras providências.

(índice)

AVISO TJ Nº 30/ 2022 - Avisa sobre o cadastramento visando a concessão de acesso para Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro aos Sistemas de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD), Sistema de Informação ao Judiciário (INFOJUD), Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (INFOSEG), Sistema Portal JUD (VIVO), Sistema Infotim (TIM) e Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) pela DGJUR e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ nº 1105/2021 - Avisa que nas comarcas onde não houver Juizado Especial da Fazenda Pública ou juizados adjuntos instalados, a cobrança de custas processuais nos feitos fazendários que envolvam causa em valor de até 60 salários

mínimos deverá ser realizada na forma e nos momentos próprios estabelecidos na Lei nº 12.153/2009.

(índice)

AVISO CGJ 1010/2021 - Avisa às serventias judiciais e aos Serviços de Distribuição que, na hipótese de declínios de competência de processos que tramitem no sistema DCP para competência que já opere com o PJe, deverão ser encaminhadas pelas serventias judiciais todas as peças do processo ao respectivo Servido de Distribuição/NADAC e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ nº 1.000/2021 - Dá publicidade acerca da impossibilidade das Serventias Extrajudiciais vagas de prestarem serviços e realizarem despesas pelo uso da ferramenta Convem ou similares.

(índice)

AVISO CGJ nº 822/2021 - Avisa os Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro, a edição da Resolução nº 419 pelo Conselho Nacional de Justiça.

(índice)

AVISO CGJ nº 853 /2021 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, em especial com atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro que, ao realizarem o Apostilamento da Haia nos documentos, conforme requisição formulada pelas partes, deverão apor, no campo titular da apostila, o nome de todos os participantes do ato, em especial nas certidões de casamento, que obrigatoriamente deverá constar tanto o nome do cônjuge varão, quanto o nome do cônjuge virago.

(índice)

AVISO CGJ nº 819 / 2021 - Avisa a obrigatoriedade de se aplicar a modalidade "restrito" nos documentos e/ ou nos processos administrativos SEI nos casos abaixo.

(índice)

AVISO CGJ nº 499/2021 - Comunica que os processos com medidas protetivas de urgência já cumpridas devem ser arquivados provisoriamente na própria serventia.

(índice)

AVISO CGJ nº 649/2021 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais sobre a alteração do artigo 16 do Provimento CNJ nº 62/2017, que desobriga os Serviços Extrajudiciais de comunicarem a Corregedoria-Geral da Justiça acerca da inutilização de papel de segurança para aposição de Apostila de Haia.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 18/ 2021 - Avisa sobre a recomendação de gravação de atos processuais e atendimentos por videoconferência: "Balcão Virtual" e "Balcão Virtual Gabinete".  
(índice)

AVISO CGJ Nº 466/2021 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, que o Provimento 61, de 17 de outubro de 2017, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional, foi alterado para inserção de parágrafo único no art. 3º e de modificação no caput do art. 4º.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 487/2021 - Comunica que as citações e intimações ao INSS e demais autarquias e fundações públicas federais devem ser realizadas exclusivamente pelo portal eletrônico do TJRJ, através das caixas de intimação da PRF2 e PSFs correspondentes a cada localidade.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 536/2021 - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores de serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, do inteiro teor da Resolução nº 392, de 26 de maio de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, que alterou a Resolução CNJ nº 228/2016, que regulamentou a aplicação, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).  
(índice)

AVISO CGJ Nº 484/2021 - Avisa aos magistrados que, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, devem ser, obrigatoriamente, disponibilizados os links de acesso às audiências a serem realizadas na forma híbrida, ao Ministério Público, Defensoria Pública, aos advogados e às partes.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 517/2021 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 517/2021 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 15/ 2021 - Avisa sobre a recomendação de utilização, pelos magistrados, de dados de sensoriamento remoto e de informações obtidas por satélite na instrução probatória de ações ambientais cíveis e criminais, nos termos da Resolução CNJ nº 99/2021, de 21 de maio de 2021.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 16/ 2021 - Avisa sobre a digitalização e virtualização dos processos físicos em trâmite nas serventias elencados no anexo e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ nº 417/2021 - Avisa aos Magistrados e às Serventias Judiciais do Estado do Rio de Janeiro que as pesquisas de bens imóveis em nome de executados devem ser realizadas pelo Sistema de Penhora Online, que está sob administração da Central de Serviços Compartilhados do respectivo Estado, em [www.penhoraonline.org.br](http://www.penhoraonline.org.br) - módulo de "Pesquisa de Bens".

(índice)

AVISO CGJ nº 164/2021 - Avisa aos chefes de serventia, substitutos e responsáveis pelo lançamento da frequência das unidades judiciais de 1ª. Instância, que deverão registrar, por ocasião do lançamento da frequência no sistema WEB, o código "140 - Regime Especial de Teletrabalho Remoto Externo (RETE)" a todos os servidores que se encontram submetidos a tal regime, excetuando-se os que se encontram incluídos em RETE simplificado.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ/ 2VP nº 02/ 2021 - Avisam aos Magistrados, Responsáveis pelo Expediente, Secretários de Juízes e demais servidores em atuação nas serventias com competência criminal que, para que haja o efetivo tombamento junto aos juízos da Execução das Penas Privativas de Liberdade (VEP) e das penas restritivas de Direitos (VEPEMA), cujos juízos utilizam o sistema de informática - SEEU para processamento da execução das penas, as Cartas de Execução de Sentença deverão observar os requisitos mínimos obrigatórios descritos na Resolução CNJ nº 113, de 02 de abril de 2010, bem como àqueles exigidos na Resolução TJ/OE/RJ nº 07/2012, além da efetiva atualização junto ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0 - da situação prisional do apenado, com o lançamento necessário da manutenção ou não da sua prisão e do Regime de Pena imposto com o julgado.

(índice)

AVISO CGJ 162/2021 - Avisa que os alvarás de soltura e as ordens de liberação enviados aos plantões judiciários por qualquer Tribunal do país deverão, obrigatoriamente, ter as assinaturas eletrônicas validadas no respectivo sistema do Tribunal de origem, antes do seu cumprimento pelo agente público responsável, sob pena de responsabilidade funcional.



(índice)

AVISO CONJUNTO CGJ/2ª VICE 02/2021 - Avisam que, em aditamento ao Aviso Conjunto CGJ/2ª VICE nº 1/2021, devem ser observadas, para fins de execução do Acordo de Não Persecução Penal - ANPP, as regras estabelecidas nos artigos 285 a 292 do Código de Normas editado pela Corregedoria Geral da Justiça, esclarecendo que na Comarca da Capital e nos Fóruns Regionais, na hipótese de processos eletrônicos, enquanto não houver conexão entre os sistemas de informática, o Cartório do Juízo de conhecimento intimará o Promotor de Justiça celebrante/proponente da decisão homologatória do acordo, e este extrairá dos autos os arquivos necessários à instrução da execução, convertendo-os em formato PDF, se necessário, remetendo-os por e-mail (anpp.pep@mprj.mp.br) ao Promotor de Justiça com atribuição para a execução dos ANPPs, para cadastramento no sistema SEEU, deflagrando a execução.

(índice)

AVISO CGJ 154 / 2021 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais com atribuição para o Registro Civil de Pessoas Naturais e aos Chefes de Escrivanias Judiciais que nos processos judiciais de divórcio que tramitarem sob o pálio da gratuidade de justiça, após o trânsito em julgado da respectiva sentença, a carta de sentença deverá ser encaminhada por intermédio do malote digital, para registro, no Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais do 1º Ofício ou da 1ª subdivisão judiciária de cada comarca.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 10/ 2021 - Avisa sobre a obrigatoriedade de declaração das atividades de magistério exercidas pelos membros do PJERJ, nos termos da Resolução CNJ nº 34/2007.

(índice)

AVISO CGJ Nº 149 /2021 - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventia, Substitutos das unidades judiciais de 1ª instância, com competência criminal, que deverão, nos termos do disposto no art. 258, XXVIII, alíneas "a" e "b", do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, comunicar a sentença penal condenatória ao coordenador da Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP, por meio do "ofício de comunicação de resultado de processo para transferência de regime prisional" (andamento 52, texto 1523, do sistema informatizado), para que seja providenciada a transferência do condenado para o estabelecimento prisional compatível com o regime fixado, sendo desnecessária a remessa da sentença.

(índice)

AVISO CGJ nº 148/2021 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, com atribuição de Registros Cíveis de Pessoas Naturais, que prevalecem as atuais sistemáticas de comunicação à Justiça Eleitoral e ao Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade - CNCIAI (nos termos do art.

11 da Resolução Conjunta n. 06/2020), até que sejam ultimados o desenvolvimento e a adequação do sistema INFODIP.  
(índice)

AVISO CGJ 147/2021 - Avisa às Equipes Técnicas Interdisciplinares lotadas nos juizados com competência em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital que deverão identificar e qualificar as vítimas de violência doméstica para a formação de cadastro a ser sistematizado junto à COEM que promoverá a viabilização de Projeto para o engajamento destas no mercado de trabalho.  
(índice)

AVISO CGJ nº 143 /2021 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais que tenham em estoque material de consumo que contrarie as especificações do parágrafo 7º, do artigo 13, do Código de Normas desta Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial, que terão, a partir da publicação do presente Aviso, o prazo de 90 (noventa) para a sua utilização, findo o qual, se caracterizará como infração disciplinar o descumprimento do referido dispositivo.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 94/2021 - Avisa que os Mandados e Alvarás Judiciais emitidos nos sistemas informatizados deste Tribunal de Justiça, cujo objeto seja o levantamento de numerário, bem como os Mandados de Prisão deverão ter seus documentos e respectivas assinaturas eletrônicas validados e autenticados, sob pena de responsabilidade funcional.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 03/ 2021 - Avisa que faz publicar, no DJERJ, a íntegra da Resolução n.º 354 do Conselho Nacional de Justiça, de 19 de novembro de 2020, que dispõe sobre o cumprimento digital de atos processuais e de ordens judiciais, regulamentando providências e procedimentos para a realização de sessões por videoconferência e telepresenciais, bem como para a realização de comunicação de atos processuais por meio eletrônico nas unidades jurisdicionais de primeira e segunda instância, a fim de dar maior celeridade na tramitação do processo judicial e efetividade na prestação jurisdicional.  
(índice)

AVISO CGJ nº 63/2021 - Avisa sobre a dispensa da obrigatoriedade de realizar consulta ao SEEU, enquanto requisito para o cumprimento de alvarás de soltura, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ nº 37 / 2021 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, do inteiro teor do Provimento nº 85, de 19 de agosto de 2019, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030.

(índice)

AVISO CGJ nº 24/2021 - Avisa que, nos convites/intimações para audiências por videoconferência, deverão constar, além do número completo do processo, outros elementos identificadores.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 27 / 2020 - Avisa sobre a disponibilização de acesso ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) para magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

(índice)

AVISO CGJ nº 922 / 2020 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, com atribuição de notas, do Estado do Rio de Janeiro, que é livre a escolha do tabelião de notas pelo usuário, beneficiário da gratuidade prevista em lei e, desta forma, não é possível a distribuição dos atos gratuitos entre os serviços extrajudiciais, bem como não se admite a instalação de uma Central de Distribuição com esta finalidade.

(índice)

AVISO CGJ nº 914/2020 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que é expressamente proibida a prática de quaisquer atos notariais e registrais de atribuição exclusiva dos Serviços Extrajudiciais, por Cartórios, Tribunais e Juízes Eclesiásticos cuja atuação deve se limitar exclusivamente a realização de atos de cunho religioso.

(índice)

AVISO CGJ nº 904/2020 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça

(índice)

AVISO CGJ nº 851/2020 - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventia e demais servidores acerca das custas para impressão de petições eletrônicas para juntada em processos físicos.

(índice)

AVISO CGJ 840/2020 - Avisa sobre nova ferramenta disponível para o armazenamento de audiências realizadas pelas plataformas CISCO WEBEX e TEAMS.

(índice)

AVISO CGJ nº 839/2020 - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Magistrados e Ilustríssimos Senhores Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos de serventias e

demais interessados sobre a abrangência da atuação das Centrais de Tutoria Judicial e dá outras providências  
(índice)

AVISO CGJ nº 690/2020 - Avisa que, enquanto estiverem em vigor os artigos 18 e 19 do Ato Normativo Conjunto 25/2020, o peticionamento previsto não tem objeto específico e a digitalização dos processos não é obrigatória.  
(índice)

AVISO CGJ nº 689 / 2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais com atribuição para o Registro Civil de Pessoas Naturais e aos Chefes de Escrivanias Judiciais que, nos processos judiciais de divórcio que tramitarem sob o pálio da gratuidade de justiça, após o trânsito em julgado da respectiva sentença, deverá ser a Carta de Sentença encaminhada por intermédio do Malote Digital para registro no Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais que lavrou o assento à margem do qual será feita a averbação.  
(índice)

AVISO CGJ nº 671/2020 - Avisa, para que as serventias observem, na expedição dos mandados de pagamento, o disposto nos artigos 206-A e 440 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ nº 663/2020 - Avisa aos Encarregados pelas Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, seus substitutos, Oficiais de Justiça Avaliadores e demais servidores sobre a obrigatoriedade de utilização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU).  
(índice)

AVISO CGJ nº 661/2020 - Avisa sobre a obrigatoriedade de realizar a comunicação de resultado de processos criminais através do Sistema Estadual de Identificação - módulo FAC-WEB e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 660/2020 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos de Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais e de Violência Doméstica e Familiar de todo Estado sobre a alteração no procedimento de encaminhamento de Incidentes de Insanidade Mental e de Dependência Toxicológica ao Instituto de Perícias Heitor Carrilho - IPPH e do recebimento de laudos dos exames periciais.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 657/2020 - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente, não remunerados pelos cofres públicos, dos Serviços Extrajudiciais não oficializados/privatizados que está revogado o Aviso nº 673/2014, não sendo

permitido o pagamento ou a retenção de valores a título de 13º salário e terço constitucional de férias.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 597 /2020](#) - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de infância, juventude e idoso e na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher e respectivas equipes técnicas que as reuniões de grupos setoriais deverão ser telepresenciais, cumprindo ao magistrado decidir fundamentadamente a realização excepcional de atos presenciais, observando sempre as medidas de precaução previstas no Ato Normativo Conjunto nº 25/2020.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 596 /2020](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais com atribuição para o Registro Civil de Pessoas Naturais e aos Chefes de Serventias Judiciais que nos processos judiciais de divórcio que tramitarem sob o pálio da gratuidade de justiça, após o trânsito em julgado da respectiva sentença, deverá ser a Carta de Sentença encaminhada por malote digital ao Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais da residência da parte que fixou a competência do processo judicial, para registro, vedada a exigência de outros documentos para comprovar a gratuidade, quando estiver afirmada no ofício do juízo.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ 595 /2020](#) - Dispõe sobre a necessidade da observância dos parágrafos 3º e 4º do artigo 26-A da Consolidação Normativa - parte judicial.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ/CGJ nº 22/2020](#) - Avisa sobre a implantação do SISBAJUD, em substituição ao sistema BACENJUD, a partir de 08/09/2020.

[\(índice\)](#)

[AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 21/ 2020](#) - Avisa sobre a digitalização e virtualização dos processos físicos em trâmite nas Varas Criminais da Comarca da Capital e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 18/ 2020](#) - Avisam aos Chefes das Serventias e Servidores do 1º Grau de Jurisdição sobre a obrigatoriedade de cadastro no sistema do Banco de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0.

[\(índice\)](#)

[AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 17/ 2020](#) - Avisa sobre a retomada da digitalização e virtualização dos processos físicos das serventias abrangidas pelo Aviso Conjunto 17/2019 e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 16/ 2020](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, chefes de serventia e demais servidores que atuam na distribuição e autuação de

processos judiciais sobre a complementação, neste período de pandemia, da classificação dos processos com o assunto COVID - 19.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 577 /2020](#) - Avisa aos Magistrados, Servidores, Chefes de Serventia e Encarregados das Centrais e Núcleos de Dívida Ativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro acerca da cobrança das custas finais em processos de execução fiscal.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 575 / 2020](#) - Avisa que os expedientes relativos a processo eletrônico administrativo SEI já existente deverão ser protocolizados vinculados ao mesmo processo em referência e não distribuídos como novo processo eletrônico e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 566 /2020](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, com atribuição de Registros Cíveis de Pessoas Naturais, que deverão encaminhar as comunicações de óbito no prazo previsto no artigo 71, § 3º do Código Eleitoral, bem como manter atualizado o cadastro para acesso ao Sistema de Informações de Óbitos e de Direitos Políticos - INFODIP, sob pena de apuração de sanções cabíveis.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 553 /2020](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores das Serventias Extrajudiciais que o notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informará à Corregedoria Geral de Justiça, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos seis meses anteriores, de operação ou proposta de operação passível de comunicação à Unidade de Inteligência Financeira - UIF, conforme determina o artigo 17 do Provimento CNJ nº 88/2019 alterado pelo Provimento CNJ nº 90/2020.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 523/2020](#) - Avisa acerca da decisão do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Humberto Martins, proferida no Pedido de Providências nº 0005169-94.2020.2.00.0000, determinando a imediata suspensão, "pelas centrais eletrônicas de imóveis e de notas de todo o território nacional, [d]a realização de qualquer contrato ou convênio com a Caixa Econômica Federal, suas subsidiárias, controladas ou empresas por estas contratadas, para a inclusão dos custos operacionais, travestidos de 'taxas ou contribuições administrativas', pelo uso dos serviços prestados, nos termos do Provimento n. 107/2020, salvo os emolumentos fixados em lei estadual".

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 506/2020](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 447/2020](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais no Estado do Rio de Janeiro, do inteiro teor do Provimento nº 106, de 17 de junho de 2020, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a adoção e utilização, do sistema eletrônico - APOSTIL - distribuído pelo Conselho Nacional de Justiça, para a confecção, consulta e gestão de apostilamentos em documentos públicos, realizados em todas as serventias extrajudiciais do país  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 446 /2020](#) - Avisa aos Magistrados, chefes de serventia, demais servidores e interessados acerca de funcionalidades do sistema DCP.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 445 / 2020](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com atribuição para Registro de Imóveis no Estado do Rio de Janeiro para prevenir duplicidade de matrículas decorrente da ausência de baixa da matrícula originária relativamente aos desmembramentos de circunscrição imobiliária, ocorridos anteriormente ao Provimento CNJ nº 89, de 18 de dezembro de 2019, deverá a nova serventia comunicar, de ofício, à serventia de origem a abertura da nova matrícula para ns de baixa da originária, quando do primeiro ato a ser lançado na matrícula ou na hipótese de extração de certidão.  
([índice](#))

[AVISO CGJ 444/2020](#) - Avisa que os autos de prisão em flagrante recebidos pelos Plantões da Capital e do Interior deverão tramitar com a mesma numeração atribuída para a Central de Custódia a fim de se evitar duplicidade de numerações para o mesmo processo.  
([índice](#))

[AVISO CGJ 442/2020](#) - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventia e demais Servidores acerca dos procedimentos a serem adotados para o encaminhamento de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica Internacional em matéria cível.  
([índice](#))

[AVISO CGJ 441/2020](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais, que deverão observar os prazos estabelecidos pelo artigo 1º do Ato Executivo Conjunto nº 32/2013, que alterou a redação do artigo 6º do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 27/1999, e pelos artigos 194 e 196 da Consolidação Normativa desta Corregedoria, nos termos do Aviso CGJ nº 288/2018.

(índice)

AVISO CGJ Nº 439/2020 - Disponibiliza os fluxos de procedimentos administrativos relativos ao PJeCor aos Núcleos Regionais (NUR) da Corregedoria-Geral da Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ 438/2020 - Avisa aos Juízes de Direito com competência em Família, Cível e Órfãos e Sucessões da necessidade de cumprimento do Aviso CGJ n. 343/2018, o qual trata da vedação de novas nomeações para o Tutor Judicial da Testamentaria e Tutoria da Capital.  
(índice)

AVISO CGJ nº 436 /2020 - Avisa aos Juízes de Direito com competência em Infância e Juventude (matéria infracional) que, nas inspeções remotas às unidades para execução da medida socioeducativa de internação durante a pandemia, deverão verificar se está sendo garantido ao adolescente o direito à visitação virtual, nos moldes da Portaria DEGASE nº 839/2020.  
(índice)

AVISO CGJ nº 433/2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais que estão disponíveis, no sítio eletrônico desta Corregedoria Geral da Justiça, novos layouts para a transmissão dos atos extrajudiciais eletrônicos, acrescidos de campos de preenchimento obrigatório.  
(índice)

AVISO CGJ nº 430/2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente, Interventores de Serviços Extrajudiciais e responsáveis pelas entidades coordenadoras das Centrais Registras e Notariais do Estado do Rio de Janeiro, do inteiro teor do Provimento nº 107, de 24 de junho de 2020, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a proibição de cobrança de quaisquer valores dos consumidores finais dos serviços prestados pelas centrais cartorárias em todo o território nacional.  
(índice)

AVISO CGJ nº 427 / 2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais no Estado do Rio de Janeiro, do inteiro teor do Provimento nº 104, de 09 de junho de 2020, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre o envio de dados registraes, das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, diretamente ou por intermédio da Central de Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais - CRC, aos Institutos de Identificação dos Estados e do Distrito Federal, para fins exclusivos de emissão de registro geral de identidade.  
(índice)



AVISO CGJ nº 426 / 2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição de Notas no Estado do Rio de Janeiro, do inteiro teor do PROVIMENTO nº 100, de 26 de maio de 2020, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Autorização Eletrônica de Viagem nacional e internacional de crianças e adolescentes até 16 (dezesesseis) anos desacompanhados de ambos ou um de seus pais.  
(índice)

AVISO CGJ nº 424/2020 - Recomenda a priorização dos processos que seguem o rito da Lei 6858/80, e tramitam por processos autônomos.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 9/ 2020 - Avisam aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores e Juizes com competências cível, fazendária, criminal e execução penal, sobre a obrigatoriedade de alimentação do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI instituído pela Resolução nº 44 de 20.11.2007 com as alterações da Resolução 172 de 08.11.2013 do CNJ.  
(índice)

AVISO CGJ nº 418 /2020 - Avisa sobre a concessão de acesso para servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES - BNMP 2.0 e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ nº 416/2020 - Avisa sobre o novo regramento para o sarqueamento dos ofícios de liberação e dos mandados de desinternação dos adolescentes ou jovens em conflito com a lei, bem como quanto aos modelos dos documentos a serem adotados pelas serventias com atribuição em matéria de infância e juventude e sobre o procedimento de envio de documentos à SEPOL e cria o Banco Estadual de Mandados de Busca e Apreensão e Internação - BEMBAI.  
(índice)

AVISO CGJ nº 413 / 2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição de Notas no Estado do Rio de Janeiro, do inteiro teor do PROVIMENTO nº 100, de 26 de maio de 2020, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a prática de atos notariais eletrônicos utilizando o sistema e-Notariado, e cria a Matrícula Notarial Eletrônica-MNE.  
(índice)

AVISO CGJ nº 412 / 2020 - Avisa aos Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais que esta Corregedoria determina aos Oficiais de Registro Civil observem os prazos legais para as cargas dos registros recentes e pretéritos na Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC e ao Serviço de Informação do Registro Civil -SIRC, bem como a regularização das

inconsistências apontadas, sob pena de instauração de procedimento administrativo disciplinar.  
(índice)

AVISO CGJ nº 411/2020 - Avisa Juízes de Direito com competência em Infância, Juventude e Idoso que estão disponíveis no site da Corregedoria a relação das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro, organizada por comarca, de acordo com o Núcleo Regional.  
(índice)

AVISO CGJ nº 410 /2020 - Dispõe sobre a concessão de acesso aos Sistemas Módulo Criança e Adolescente.  
(índice)

AVISO TJ nº 50/ 2020 - Avisa sobre a disponibilidade e a política de distribuição das licenças do serviço de acesso remoto - SAR e dá outras providências.  
(índice)

AVISO TJ nº 49/ 2020 - Avisa aos Senhores (as) Magistrados (as), Chefes de Serventias, membros do Ministério Público, membros da Defensoria Pública, Advogados e Serventuários da Justiça que, além da condição prevista no art. 1º do Aviso TJ 47 de 28 de maio de 2020, está autorizado o encaminhamento à Central de Digitalização da Capital de processos físicos nas situações elencadas no art. 1º do presente Aviso.  
(índice)

AVISO CGJ nº 409 /2020 - Avisa aos Juízes de Direito com competência em Infância e Juventude (matéria infracional) que deverão informar ao Serviço de Apoio aos Comissários as providências adotadas em observância à Recomendação CNJ nº 62/2020 e ao item 2 da Orientação Técnica do CNJ para Inspeção pelo Poder Judiciário dos espaços de privação de liberdade no contexto da pandemia, bem como à Recomendação CGJ nº 01/2020.  
(índice)

AVISO TJ nº 47/ 2020 - Avisam aos Senhores (as) Magistrados (as), Chefes de Serventias, Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados e Serventuários da Justiça que atuam nas serventias judiciais sobre a autorização, em caráter excepcional e temporário, de encaminhamento dos processos físicos com audiência designada e agendamento realizado no sistema de videoconferência CISCO WEBEX à Central de Digitalização da Capital enquanto perdurar o período de vigência de estado de emergência, na forma do respectivo ato normativo editado por este Tribunal de Justiça, em razão da pandemia do CODIV-19 e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 407 / 2020 - Avisa aos Magistrados, Membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Delegados de Polícia, advogados e demais profissionais da rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que o Protocolo Voz, anexo, orienta os atos praticados para atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência para garantia da proteção integral, inclusive na vigência das medidas de distanciamento social em razão da COVID-19.  
(índice)

AVISO CGJ nº 401/2020 - Avisa aos Encarregados pelas Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, e Oficiais de Justiça Avaliadores, servidores e demais interessados sobre o correto procedimento a ser adotado para o cumprimento das medidas protetivas de urgência expedidas pelos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, durante o período de Plantão Extraordinário.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 396 /2020 - Dispõe sobre a necessidade de dar publicidade aos magistrados, que atuam em Varas com competência delegada da Justiça Federal em matéria previdenciária, dos termos Resolução nº TRF2- RSP-2020/00007.  
(índice)

AVISO TJ Nº 38/ 2020 - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventias, Defensoria Pública, Advogados e Serventuários da Justiça que atuam nas serventias judiciais acerca do procedimento a ser adotado para a expedição de mandados de pagamento.  
(índice)

AVISO CGJ 388/2020 - Avisam aos Magistrados, Chefes de serventia e Substitutos das unidades judiciais de 1ª instância, com competência criminal que deverão comunicar a sentença penal condenatória ao Coordenador da Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP, por meio do ofício de "Comunicação de Resultado de Processo para Transferência de Regime Prisional" (andamento 52, texto1523), para que seja providenciada a transferência do condenado para o estabelecimento prisional compatível com o regime fixado no dispositivo, sendo desnecessário o envio da sentença.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 368 /2020 - Dispõe sobre a suspensão das atividades presenciais do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rio Previdência, por período indeterminado, em virtude da pandemia do COVID-19, e da necessidade de as serventias de 1º grau encaminharem, nesse período, os mandados de intimação, notificação e citação exclusivamente através da plataforma do processo eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

AVISO CGJ nº 356/2020 - Avisa aos usuários dos serviços extrajudiciais, bem como aos delegatários, titulares, responsáveis pelo expediente e interventores, a criação de ferramenta online que permite a localização de firmas abertas nos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

AVISO CGJ nº 355 /2020 - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefe de Serviço do SEPJU, Chefes de Serventia, Encarregados das Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores e aos Oficiais de Justiça Avaliadores sobre a regularização de mandados judiciais no Sistema Central de Mandados (SCM).  
(índice)

AVISO CGJ nº 336/2020 - Avisa aos Senhores Chefes de Serventias quanto à observância dos Atos Normativos Conjuntos 7/2013 e 12/2014, que versam sobre procedimento para remessa dos autos físicos para o protocolo (DGJUR/SEPCA) de Segunda Instância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

AVISO CGJ nº 334/2020 - Avisa aos juízes, promotores de justiça, defensores públicos e advogados que nos processos de competência de Infância e Juventude e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que tramitem no Regime Diferenciado (REDAU) deverá ser utilizada a equipe técnica de plantão, consoante o Estatuto da Criança e Adolescente e recomendações da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM), apoiando acolhimentos, abrigamentos e demais contatos com a rede de proteção.  
(índice)

AVISO CGJ nº 328/2020 - Avisa que as petições para o plantão de primeira instância deverão ser protocolizadas exclusivamente pela via eletrônica, através do Portal do TJRJ.  
(índice)

AVISO CGJ nº 325/2020 - Avisa aos Senhores Encarregados das Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores e Oficiais de Justiça Avaliadores sobre o adequado cumprimento de mandados de intimação para regulação de vagas e de verificação de vagas para internação.  
(índice)

AVISO CGJ nº 298 /2020 - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de infância, juventude e idoso e respectivas equipes técnicas, que ficam suspensos todos os atendimentos e contatos de psicólogos, assistentes sociais e comissários

de justiça com o público externo ao Poder Judiciário, ressalvados aqueles necessários para a prática de atos considerados urgentes por decisão judicial.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 05/ 2020 - Disciplina o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), o disposto no art. 19 do Ato Normativo Conjunto nº 04/2020, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO TJ Nº 27/ 2020 - Avisa aos Senhores Magistrados, Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados, Servidores e demais interessados, acerca da suspensão das atividades da Justiça Itinerante do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

AVISO CGJ 297/ 2020 - Resolve que, enquanto perdurarem os efeitos do Ato Normativo Conjunto 04/2020, o peticionamento em processos físicos será realizado, excepcionalmente, por correio eletrônico direcionado à serventia, a quem caberá a impressão e juntada da petição.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 296 / 2020 - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventia e Serventuários da Justiça, que atuam nas serventias judiciais, que a decisão homologatória do Acordo de Não Persecução Penal deve ser integralmente lançada, no Sistema DCP, andamento 01 - conclusão ao juiz - decisão - tipo: 258 (ANPP), e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ 286/2020 - Avisa sobre a revogação do Aviso 1182/2019.  
(índice)

AVISO CGJ nº 285 / 2020 - Avisa aos Juízes de Direito do Estado do Rio de Janeiro que deverão comunicar a esta Corregedoria Geral da Justiça os casos de Registro Tardio nos quais não tenham sido observados os procedimentos administrativos de averiguação oficiosa de paternidade pelo Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, conforme determinados pelo artigo 746 da Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 04/ 2020 - Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como disciplina a concessão de Regime de Teletrabalho Externo especial - RETE aos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, nas situações excepcionais que menciona.

(índice)

[AVISO CGJ Nº 275 / 2020](#) - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventia das serventias criminais que caberá ao Juiz de Direito titular das respectivas varas criminais enviar ofício, conforme modelo mencionado, para o e-mail funcional (sei@mj.gov.br), solicitando o cadastramento da serventia judicial e do responsável pela unidade jurisdicional.

(índice)

[AVISO CGJ nº 274/2020](#) - Avisa sobre o novo regramento para o sarqueamento dos alvarás de soltura, bem como quanto aos documentos a serem encaminhados à DC POLINTER pela Vara de Execução Penal e pelas serventias com atribuição em matéria criminal, violência doméstica e familiar contra mulher e de família.

(índice)

[AVISO CGJ Nº 273 / 2020](#) - Dispõe sobre o recolhimento de custas processuais nas execuções fiscais municipais

(índice)

[AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 05/ 2020](#) - Avisa que, a partir do dia 17 de fevereiro de 2020, todas as citações e intimações de empresas públicas e privadas, ressalvadas as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão ser realizadas exclusivamente pela via eletrônica indicada no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (SISTCADPJ), salvo expressa determinação judicial para utilização de outro modo de citação ou intimação (art. 246, §1º, do Código de Processo Civil).

(índice)

[AVISO CGJ nº 171/2020](#) - Avisa sobre alteração no procedimento para comunicações de decisões judiciais endereçadas ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE pelas serventias judiciais da 1ª Instância.

(índice)

[AVISO CGJ nº 144/2020](#) - Avisa aos Chefes de Serventias, Encarregados pelas Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, Oficiais de Justiça Avaliadores, servidores e demais interessados sobre o correto preenchimento dos mandados de cumprimento de carta precatória e dos mandados de aditamento.

(índice)

[AVISO CGJ nº 109 /2020](#) - Avisa aos Delegatários e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais privatizados com atribuição de registro de distribuição e

Chefes de Serventias com atribuição de registro de distribuição, que ficam revogados o Aviso CGJ Nº 299/2017 e Aviso CGJ nº 1.607/2016.  
(índice)

ATO CGJ SN2/2020 - Dispõe sobre a revogação dos Avisos CGJ nºs 1607/2016 e 299/2017 - Decisão.  
(índice)

AVISO CGJ nº 83/2020 - Avisa aos Senhores Juízes de Direito, Chefes de Serventia e demais servidores, que o fornecimento de informações constantes no Cadastro Eleitoral às autoridades, dar-se-á exclusivamente por intermédio do Sistema de Informações Eleitorais - Siel, e dá outras providências  
(índice)

AVISO CGJ N. 61/2020 - Avisa que as consultas a processos públicos poderão ser realizadas mediante acesso ao Portal Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

AVISO CGJ 59/2020 - Avisa aos servidores lotados na Corregedoria Geral da Justiça e nos Núcleos Regionais sobre os procedimentos para remessa dos processos eletrônicos ao arquivo.  
(índice)

AVISO CGJ nº 57/2020 - Avisa aos Chefes de Serventia e demais servidores, quanto à imperiosa necessidade de cumprimento dos artigos 250, XIII e 271, XXIV da Consolidação Normativa - parte Judicial.  
(índice)

AVISO CGJ nº 25 / 2020 - Avisa aos Chefes de Serventia e demais servidores, que é obrigatório o lançamento do movimento 28 quando da determinação judicial de sobrestamento do processo.  
(índice)

AVISO CGJ nº 17/ 2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que deverão informar a Corregedoria Geral da Justiça pelo Sistema Malote Digital, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de a eventual omissão ser considerada falta funcional grave, passível de sanções administrativas, sobre as informações mencionadas.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 29/ 2019 - Dispõe sobre a divulgação do Provimento 84/19, do CNJ, bem como dos manuais de usuário da Plataforma E-NatJus aos magistrados de 1º e 2º graus com competência para processar e julgar ações que tenham por objeto o direito à saúde e aos coordenadores e vice-coordenadores dos Comitês Estaduais da Saúde do Poder Judiciário.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1569/2019 - Avisa aos Juízes Dirigentes dos Núcleos Regionais que a utilização do carro do NUR deverá observar os requisitos mencionados.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1.559/2019 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1551 /2019 - Avisa sobre a utilização do sistema Processo Judicial Eletrônico - Pje pelas Centrais de Cumprimento de Mandados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e pelos Núcleos de Apoio Recíproco aos Oficiais de Justiça Avaliadores - NAROJA.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1530 /2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro que deverão anexar ao Requerimento de Autorização para Casamento fora da Sede e/ou Circunscrição, uma planilha discriminando o total dos valores cobrados aos usuários a título de emolumentos.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1525 / 2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição para o Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro do inteiro teor da Recomendação nº 43, de 30 de outubro de 2019, da Corregedoria Nacional da Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1487 /2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais deste Estado que é vedado expedir certidão sobre fatos estranhos a sua atribuição, nos termos do artigo 33 da Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1.466/ 2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que, para a realização da Correição Ordinária Anual, os Serviços deverão emitir declaração informando se atendem aos critérios determinados no Provimento CNJ nº 74/2018.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1439/2019 - Avisa, com a observância às tabelas 01, 03 e 04 da



Portaria nº 2358/2018, desta E. Corregedoria, acerca das composições mencionadas.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1364/2019 - Avisa sobre os canais de atendimento aos quais devem ser dirigidas as requisições de certidões de distribuições criminais ou de informações de antecedentes criminais destinadas ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.  
(índice)

AVISO nº 1440/2019 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil de Pessoas Naturais que, independentemente do tempo decorrido, nas hipóteses de retificação documental por erro material do Serviço Extrajudicial sem pagamento dos emolumentos e acréscimos legais, que deverá providenciar a transmissão do resumo do ato ao Sistema 'MAS' - Módulo de Apoio às Serventias.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 25/ 2019 - Avisa sobre alteração do cronograma de digitalização e virtualização dos processos físicos em trâmite nas serventias elencadas no anexo do Aviso Conjunto 17 de 10 de julho de 2019, a partir de 18 de dezembro de 2019.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1369 / 2019 - Avisa sobre a impressão das atas diárias de distribuição.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1368/2019 - Avisa aos Juízes e Chefes de Serventias que a Corregedoria-Geral da Justiça iniciou a execução de projeto com ações direcionadas às unidades jurisdicionais de primeira instância, objetivando aumentar a produtividade e diminuir a taxa de congestionamento no primeiro grau.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1367/2019 - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de infância, juventude e idoso, e respectivas serventias e equipes técnicas, que deverão utilizar e alimentar os sistemas Módulo Criança e Adolescente (MCA) e Quero Uma Família para consulta e atualização dos dados de crianças e adolescentes acolhidos, bem como para consulta das informações do censo da população infantojuvenil acolhida, tendo em vista a relevância de tais ferramentas.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1322 / 2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que o Conselho Nacional de Justiça decidiu no Pedido de Providências nº 0002986-87.2019.2.00.0000 com base no artigo 236 da Constituição da República, que os

atos de autenticação de cópia de documento, reconhecimento de firma e outros, não estão incluídos, para fins de dispensa, nos regramentos da Lei nº 13726/2018, tampouco com a possibilidade de serem praticados com isenção de emolumentos.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1.321/2019 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais deste Estado que fica suspenso, na data de 22 de outubro de 2019, o prazo de transmissão do resumo dos atos extrajudiciais, previsto no artigo 196 da Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1319/2019 - Avisa que a conversão de união estável em casamento poderá ser requerida pelos conviventes, de comum acordo e a qualquer tempo, ao Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da Circunscrição de seu domicílio, facultada a possibilidade de que as partes elejam a via judicial para formulação do pedido.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1.305/2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que a Certidão Negativa de Débito (CND) e as Certidões de Regularidade Fiscal emitidas pela Receita Federal e pelo Município sede do Serviço deverão ser enviadas aos NURs competentes, no mês de julho de cada ano, com as respectivas confirmações de autenticidade.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1.303/2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que as solicitações para cancelamento, exclusão ou correlação de selos eletrônicos serão efetuadas, exclusivamente, no Módulo de Apoio ao Serviço - MAS.  
(índice)

AVISO nº 1295/2019 - Avisa aos Chefes de Serventias com atribuição para elaboração de contas e cálculos judiciais, que deverão cumprir, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, o determinado no artigo 365, inciso II, alínea c, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Parte Judicial, efetuando o cadastro no Sistema de Cálculos Judiciais - SCJ de todos os processos existentes nas respectivas serventias.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1273/2019 - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de infância, juventude e idoso para que divulguem nos terminais rodoviários e aéreos no âmbito de sua comarca as normas em vigor para viagens de crianças e adolescentes dentro do território nacional, na forma do anexo, bem como que sejam afixados cartazes nas dependências dos Juízos e do Plantão Judiciário da

Capital para esclarecimento ao público.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1272 /2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com atribuição para o Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro que deverão enviar diretamente os dados do Sirc, em cumprimento do disposto no art. 68 da Lei nº 8.212/91 e outras, utilizando para tal um dos outros meios de envio disponibilizados (Sirc Carga ou Sirc Web).

(índice)

AVISO CGJ 1271/2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro que deverão observar as novas regras e orientações para o reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva, estabelecidas pela Corregedoria Nacional de Justiça por intermédio do Provimento nº 83, de 14 de agosto de 2019, que alterou a Seção II do Provimento CNJ nº 63, de 14 de novembro de 2017, dando nova redação ao seu artigo 10 e acrescentando-lhe o artigo 10-A.

(índice)

AVISO CGJ 1247 /2019 - Dispõe sobre a necessidade de cadastramento no sistema processual de 1 instância (DCP), nos processos cujas vítimas são crianças ou adolescentes, juntamente com o código do tipo penal da ação correspondente, o assunto complementar crime/contravenção contra criança/ adolescente, código 10.950

(índice)

AVISO/CGJ 1.200 /2019 - Avisa sobre a delimitação das áreas de atuação no cumprimento de ordens judiciais pelos Oficiais de Justiça Avaliadores, na região metropolitana, no Serviço de Administração do Plantão Judiciário.

(índice)

AVISO CGJ nº 1199 /2019 - Avisa aos servidores lotados na Corregedoria e nos Núcleos Regionais sobre o procedimento de remessa dos processos eletrônicos para o arquivo e sobre o correto cadastro do Tipo de Processo no Sistema SEI.

(índice)

AVISO CGJ nº 1182/2019 - Avisa sobre vedação de encaminhamento para digitalização dos processos em fase de execução.

(índice)

AVISO CGJ nº 1081/ 2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição para o Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro do inteiro teor da Instrução Normativa STJ/GP nº 11, de 11 de abril de 2019, editada pelo Superior Tribunal de Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1177/ 2019 - Avisa aos Senhores Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição para o Registros de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro do inteiro teor da Recomendação nº 41/2019, editada pela Corregedoria Nacional de Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1173/2019 - Avisa aos Chefes de Serventias Mistas dos Distribuidores, Contadores e Partidores Oficializados deste Estado e demais interessados que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro não expedirá ofício postulando a prática de atos extrajudiciais gratuitos, conforme Aviso CGJ Nº 1.405/2018.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1068/2019 - Determina aos Juízes Dirigentes dos Núcleos Regionais e aos Juízes Coordenadores das Centrais de Cumprimento de Mandados e dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores que fiscalizem o cumprimento dos prazos de devolução de mandados dos oficiais de justiça avaliadores.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1058 / 2019 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil das Pessoas Naturais, que o Superior Tribunal de Justiça expediu a Instrução Normativa STJ/GP nº 11/2019, em vigor desde 15 de maio do corrente ano, regulamentando a disponibilização em meio eletrônico de carta de sentença para cumprimento de decisão estrangeira homologada, para eventual adequação no que diz respeito às averbações a que se refere o Provimento CNJ nº 51, de 22 de setembro de 2015, ou para outras providências que se fizerem necessárias.  
(índice)

AVISO CGJ 1153/2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro que se abstenham de promover a averbação de divórcio extrajudicial por declaração unilateral emanada de um dos cônjuges (Divórcio Impositivo), salvo nas hipóteses de Divórcio Consensual, Separação Consensual e Extinção de União Estável, previstas no artigo 733 do Código de Processo Civil.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1152 /2019 - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de infância, juventude e idoso para que divulguem nos terminais rodoviários e aéreos no âmbito de sua comarca as normas em vigor para viagens de crianças e adolescentes dentro do território nacional, na forma do anexo.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1007/2019 - Determina aos magistrados que forneçam dados sobre os mandados judiciais que deixaram de ser cumpridos em razão de periculosidade, em conformidade com o Provimento CGJ nº 22/2009.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 942/2019 - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventias e Serventuários da Justiça com atribuição em matéria criminal que deverão comunicar a decisão ou a prolação de sentença penal, após a preclusão ou o trânsito em julgado, aos órgãos mencionados.  
(índice)

AVISO Nº 941/ 2019 - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais deste Estado que se abstenham de praticar atos notariais ou registrais, de qualquer espécie, por intermédio de procuração em nome da pessoa que menciona.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 888/2019 - Dispõe sobre o funcionamento do NAROJA da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital, do NAROJA da Auditoria da Justiça Militar, e do NAROJA do Serviço de Administração do Plantão Judiciário.  
(índice)

AVISO CGJ nº 868/2019 - Dispõe sobre o cumprimento de ordens judiciais proferidas durante o plantão noturno no Serviço de Administração do Plantão Judiciário.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 17/2019 - Avisa sobre a digitalização e virtualização dos processos físicos em trâmites nas serventias elencadas.  
(índice)

AVISO CGJ nº 806/2019 - Dispõe sobre o correto procedimento para as intimações judiciais eletrônicas em matéria criminal, no que tange ao atendimento de promoções do Ministério Público.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 15 /2019 - Avisam quanto à inclusão e obrigatoriedade de todos os dados da qualificação, quando da expedição de ofício para desconto em folha de pagamento de pensão alimentícia no âmbito da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 852/2019 - Avisa aos juízes e chefes de serventias que as atividades do GEAP-c somente podem ser executadas fora do horário de expediente e que o pagamento da gratificação ao servidor é condicionado ao cumprimento das metas de produtividade estabelecidas pela CGJ.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO Nº 03/2019 - Disciplina a realização das audiências de custódia na hipótese de prisão em flagrante delito, por crimes militares assim definidos em lei, de policiais militares e bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO Nº 02/2019 - Determina o atendimento em regime de prioridade, no Sistema de Audiência de Custódia - SISTAC, das pessoas com deficiência, dos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e das gestantes, bem como dos policiais militares e dos bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

AVISO CGJ nº 796/2019 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 789/2019 - Dispõe sobre as rotinas do Plantão Judiciário de primeiro grau, e sua observância pelas unidades plantonistas, dispondo também sobre o aviso prévio dos Oficiais de Justiça das Centrais em plantão judiciário.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 757/ 2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais credenciados no Estado do Rio de Janeiro de que somente devem realizar o apostilamento do ato de reconhecimento de firma dos signatários de documentos particulares redigidos em idioma estrangeiro, quando este documento estiver acompanhado de tradução juramentada para o português, que deverá integrar, para todos os efeitos, o documento original, fazendo-se constar tal informação na apostila.  
(índice)

AVISO CGJ nº 756/2019 - Avisa que é desnecessário o envio de ofício ao TRE informando a decretação de interdição, salvo nas situações que ensejam regularização de direitos políticos.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 588/2019 - Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para a correta expedição de ofício eletrônico ao Distribuidor nos casos de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica  
(índice)

AVISO CGJ nº 573/2019 - Avisa sobre a concessão de acesso para servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES - BNMP 2.0 e dá outras providências.  
(índice)

AVISO nº 465/2019 - Avisa aos Chefes de Serventias, Encarregados pelas Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Apoio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, Oficiais de Justiça Avaliadores, servidores e demais interessados sobre o procedimento a ser adotado diante dos casos suspeitos de meningite em Unidades Prisionais do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

AVISO CGJ nº 400/2019 - Avisa aos Chefes de Serventias, Encarregados pelas Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Apoio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, Oficiais de Justiça Avaliadores, servidores e demais interessados que deverão observar os procedimentos a serem adotados pelas unidades organizacionais. (índice)

AVISO CGJ Nº 396 /2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro que deverão observar as regras e orientações do Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018, editado pela Corregedoria Nacional de Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 395 /2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro que deverão anexar ao Requerimento de Autorização para Casamento fora da Sede e/ou Circunscrição, uma planilha discriminada e total do valor cobrado aos usuários a título de emolumentos e reembolso de despesas.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 355/2019 - Avisa que é vedado limitar a quantidade de processos conclusos, sob pena de descumprir a lei processual vigente.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 268/2019 - Dispõe sobre o cumprimento da Resolução TJ/OE nº 7/2014.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 05/2019 - Informa o órgão responsável pela administração regional dos sistemas corporativos do Conselho Nacional de Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 125 / 2019 - Avisa aos Ofícios de Registro de Distribuição e Distribuidores quanto ao disposto no artigo 141, §2º, do ECA e no VII do artigo 43 da Lei Estadual nº 3350/99.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 99/2019 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que são gratuitos os atos requeridos pelas Associações de Apoio às Escolas - AAES.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 109/2019 - Orienta os Chefes de Serventia que tenham sob sua guarda agravos de instrumento, cadastrados na classe genérica 241 - Petição Cível, que procedam na forma abaixo.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1411 / 2018 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil das Pessoas Naturais, que no cumprimento de retificação, averbação, transcrição, cancelamento ou restauração de registro em decorrência de processo judicial, carta de sentença ou mandados, é vedada a autuação com a cobrança de emolumentos ou recebimento de reembolsos oriundos do FUNARPEN pela rubrica processo administrativo, fazendo jus tão somente à respectiva averbação.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1409 / 2018 - Avisa que os Juizados Especiais híbridos que não tem acervo físico em razão da virtualização, estão liberados do cumprimento do plantão diurno do recesso forense.  
(índice)

Aviso CGJ nº 1406 / 2018 - Dispõe sobre orientação aos Juízes Criminais sobre a importância na identificação do ilícito de feminicídio e solicitar o recadastramento no sistema (classe/assunto).  
(índice)



AVISO CGJ Nº 1405/2018 - Avisa que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro não mais expedirá ofício postulando a prática de atos extrajudiciais gratuitos, visto que não é exigido na legislação e no Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 27/2013.

(índice)

AVISO CGJ nº 1392/2018 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Tabelionatos de Notas, que deverão manter-se adimplentes na transmissão de dados para a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC, nos termos do art. 16, VIII do Provimento CNJ nº 18/2012, sob pena de abertura de processo administrativo disciplinar.

(índice)

AVISO CGJ nº 1165/2018 - Avisa aos titulares/delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro com atribuição notarial e de registro de imóveis que nos casos de lavratura de escrituras de doação com reserva de usufruto, e seu respectivo registro, será incluído na base de cálculo dos emolumentos o valor de 50% (cinquenta por cento) do bem imóvel para o ato de doação e o valor de 50% (cinquenta por cento) do bem imóvel, referente ao ato de reserva, respeitado o valor-teto da Tabela de Emolumentos.

(índice)

AVISO CGJ nº 1384/2018 - Avisa aos chefes de serventias e seus substitutos, encarregados e demais serventuários, lotados nas varas híbridas relacionadas que em razão da virtualização do acervo estão liberadas do cumprimento do plantão diurno do recesso forense.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 31/2018 - Dispõe sobre recomendação aos Juízes Criminais para realizarem, a seu critério e no âmbito de suas competências, audiência de custódia de réu preso, após alta médica hospitalar.

(índice)

AVISO CGJ Nº 1379/2018 - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventia e seus Substitutos, Encarregados, Serventuários e demais interessados que as Varas com competência cível podem enviar mandado de citação acompanhado de senha provisória, para acesso à petição inicial e demais documentos a ela anexados.

(índice)

AVISO CGJ nº 1378/ 2018 - Avisa aos chefes de serventia que tenham sob sua guarda agravos de instrumento, cadastrados na classe genérica 241 - Petição Cível, que procedam na forma que menciona.

(índice)

AVISO CGJ nº 1345/2018 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o determinado no Provimento nº 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

(índice)

AVISO CGJ nº 1324/2018 - Avisa aos Delegatários e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais privatizados com atribuição de registro de distribuição, bem como aos Chefes de Serventia com atribuição de registro de distribuição sobre a expedição gratuita de certidão de antecedentes criminais para os mediadores judiciais.

(índice)

AVISO TJ/CGJ n.º 29/2018 - Avisam aos Magistrados, Chefes de Serventia e demais Serventuários, que detenham atribuição em matéria criminal, nas Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais e Juizados Especiais da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher que, como forma de efetiva implementação do Sistema de Monitoramento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas previsto no artigo 21 da Resolução TJ/OE n.º 39/2010, deverão alimentar o menu "Penas e Medidas da Parte e Cadastro de Prisões Provisórias" do Sistema de Distribuição e Controle de Processos - DCP, sempre que houver determinação para cumprimento de penas restritivas de direito e medidas alternativas a prisão, na exata dicção do artigo 44 do Código Penal Brasileiro.

(índice)

AVISO CGJ nº 1270/2018 - Avisa aos Titulares/Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que deverão adequar suas estruturas de informática aos padrões estabelecidos pelo Provimento CNJ n.º 74, de 31 de julho de 2018, até o dia 28 de janeiro de 2019.

(índice)

AVISO CGJ nº 1176/2018 - Avisa que, estando o Serviço em negociação ou discutindo judicialmente com o Município a pertinência da relação jurídica de obrigação tributária referente ao ISSQN - artigo 34, parágrafo 12, inciso III da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Extrajudicial) - deverá encaminhar ao respectivo NUR a cada mês de julho, comprovante atualizado do acordo ou da demanda jurídica.

(índice)

AVISO Nº 87/2018 - Avisa aos Secretários de Câmaras e Responsáveis pelo Expediente das Serventias Judiciais de todo o Estado do Rio de Janeiro, bem como seus respectivos substitutos, que as Certidões de Débito, referentes aos valores devidos a título de custas/taxa judiciária no processo judicial, deverão ser enviadas

à Divisão de Cobrança Administrativa do Departamento de Gestão da Arrecadação (DICOB/DEGAR/DGPCF), observando o número correto do CPF/CNPJ correspondente à PARTE DEVEDORA.  
([índice](#))

[AVISO nº 86/2018](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Advogados, Promotores, Procuradores de Justiça, serventuários e demais Operadores do Direito de que, doravante, quaisquer expedientes que determinem bloqueio, desbloqueio e transferências de contas bancárias, referentes a valores arrecadados por meio de GRERJ, para crédito de pessoas físicas ou jurídicas, deverão ser recebidos diretamente pelo Protocolo da Presidência deste Tribunal de Justiça, mesmo que direcionados a demais órgãos administrativos e a servidores.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1192 /2018](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventia e seus Substitutos, Encarregados, Serventuários e demais interessados, da impossibilidade, sob qualquer hipótese, de transformação de processos virtuais em processos físicos ("desvirtualização").  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 1181 /2018](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Procuradoria Geral do Estado e do Município, Servidores, Advogados e demais interessados, que fica vedada a retirada pelas Partes e/ou Advogados dos procedimentos que estejam tramitando nos Cartórios dos Plantões Judiciais, para fins de extração de cópias reprográficas, exceto as Decisões e Sentenças dos Magistrados e Desembargadores e as manifestações do Ministério Público.  
([índice](#))

[AVISO TJ Nº 78/2018](#) - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis, bem como dos Juízos com competência em matéria fazendária e cível que a E. Seção Cível acolheu o recurso mencionado, para que no dispositivo do Acórdão que admitiu o IRDR passe a constar a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos que tramitam neste Tribunal, relacionados a pedido, revisão ou atualização de pensão por morte de militar falecido após a EC 41/2003, seja em 1ª ou 2ª instância.  
([índice](#))

[AVISO nº 1106 /2018](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil das Pessoas Naturais, que na hipótese da guia amarela do formulário da declaração de óbito apresentar alteração no preenchimento de seus campos em razão de desalinhamento entre as suas três vias, para dirimir dúvidas quanto às informações sobre o falecimento deverão fazer uso da cópia reprográfica da primeira via quando esta também lhe for apresentada.  
([índice](#))

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 25/2018 - Avisa aos Desembargadores e Juizes de Direito e demais serventuários, quanto à inexigibilidade de tradução de documentos estrangeiros redigidos em Língua Portuguesa, conforme arts. 224, do Código Civil e 162, do Código de Processo Civil, bem como jurisprudência dos Tribunais Superiores.

(índice)

AVISO CGJ Nº 1055/2018 - Avisa aos magistrados, chefes de serventia, substitutos e demais serventuários em exercício nos Juízos com competência para processar e julgar as ações de interdição na Comarca da Capital quanto à impossibilidade de indicação, nas designações da Tutoria Judicial e nos respectivos ofícios expedidos aos Cartórios de Interdições e Tutela, do nome de um dos servidores que exercem a função, devendo apenas apontar o termo "TUTOR JUDICIAL".

(índice)

AVISO CGJ Nº 1054/2018 - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventias e seus Substitutos, Encarregados e demais Serventuários, quanto ao teor do disposto nos art. 313, IX e § 6º, do Novo Código de Processo Civil e do art. 7º-A, da Lei nº 8.906/1994, tocante aos direitos assegurados às advogadas gestantes, lactantes e adotantes.

(índice)

AVISO CGJ Nº 1053 /2018 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil das Pessoas Naturais, que forneçam ao servidor da Secretaria Municipal de Saúde na rotina já estabelecida, uma cópia reprográfica da Declaração ao lavrarem Registros de Óbitos ocorridos em outras Unidades da Federação.

(índice)

AVISO CGJ Nº 1040 /2018 - Dispõe sobre o Ofício-Circular nº 344/GC/2018, do Exmo. Desembargador Corregedor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que encaminha para conhecimento e divulgação, cópia da Portaria Conjunta 83 de 19 de julho de 2018, editada por aquela Corte de Justiça, com o objetivo de regulamentar o recebimento e a expedição de cartas precatórias e ordem no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF.

(índice)

AVISO CGJ nº 1039/2018 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil das Pessoas Naturais, que o termo "unilateral" presente no artigo 14 do Provimento nº 63/2017, editado pela Corregedoria Nacional de Justiça, limita o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais a anotar apenas pai ou mãe socioafetivos, não possibilitando o registro de ambos ao mesmo tempo.

(índice)

AVISO CGJ nº 1028/2018 – Dispõe sobre os procedimentos para a concessão de acesso aos Sistemas Módulo Criança e Adolescente e Quero uma Família.

(índice)

AVISO CGJ Nº 1013 /2018 - Dispõe sobre o Ofício-Circular PR-RJ-00062684/2018, oriundo do Ministério Público Federal - Procuradoria da República - Rio de Janeiro - Secretaria Estadual da PR/RJ, que encaminha para conhecimento e divulgação, canal eletrônico para recebimento de informações e documentos de cunho administrativo de órgãos externos e pessoas jurídicas.

(índice)

AVISO TJ nº 70 2018 - Avisa aos magistrados, servidores, operadores do direito e ao público em geral que os recolhimentos de custas e taxa judiciária devem ser realizados apenas em GRERJ Eletrônica e que o levantamento de quantia depositada judicialmente em favor do devedor de custas e taxa judiciária, depende do prévio recolhimento em GRERJ do valor do tributo pelo interessado.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 22/2018 - Avisa aos Desembargadores e Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, representantes da Defensoria Pública, Advogados, Chefes de Serventias Judiciais de 1ª Instância e Secretários de Câmaras, e seus respectivos Substitutos que, na exata dicção das Resoluções CNJ nº 233/2016 c/c a Resolução CM/TJ nº 2/2018, somente poderão atuar nos processos que tramitam nos Órgãos Jurisdicionais que compõem esta Egrégia Corte, peritos que estejam devidamente habilitados e cadastrados no Cadastro Eletrônico Único de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos do Serviço de Perícias - SEJUD, vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

(índice)

AVISO Nº 948/2018 - Avisa aos delegatários, titulares, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro com atribuição notarial que é vedada a lavratura de Escrituras Públicas de Inventário Extrajudicial sem que tenha sido acessado o Registro Central de Testamento On-Line (RTCO) para pesquisar a existência de Testamento Público deixado pelo autor da herança e instrumentos de aprovação de Testamentos Cerrados, devendo ser juntada a certidão negativa expedida pelo módulo de

informação da CENSEC - Central Notarial de Serviços Compartilhados.  
([índice](#))

AVISO Nº 820/2018 - Avisa que é defeso aos titulares, delegatários, interventores e responsáveis pelo expediente dos serviços extrajudiciais deste Estado oferecer por intermédio de anúncios ou propagandas de seus serviços veiculadas em sites, ou qualquer outro meio de difusão, descontos, parcelamentos, reduções ou isenções dos emolumentos, salvo em decorrência de convênios institucionais, além do oferecimento de vantagem a pessoas alheias à atividade notarial com o objetivo de influenciar a decisão dos interessados quanto ao serviço escolhido.  
([índice](#))

AVISO CGJ nº 920 / 2018 – Avisa aos Registradores Cíveis e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais e demais interessados que, para elucidação do disposto no Art. 6º do Provimento CNJ Nº 63/2017, nos casos de emissão de segundas vias das Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito, fica desobrigada a apresentação de número de CPF.  
([índice](#))

AVISO CONJUNTO nº 20/2018 - Avisa aos Senhores Magistrados, com competência de família, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que, no caso de decretação de prisão do devedor de alimentos, a fixação do prazo de prisão no sistema do Banco nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0 deverá ser em dias corridos. Após o término do prazo de prisão informado no sistema do Banco nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, o mandado de prisão passará a constar como revogado automaticamente, caso não seja expedido um novo mandado de prisão, sem a necessidade de contramandado.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 826/2018 - Dispõe sobre as rotinas pertinentes aos processos judiciais em fase de liquidação de sentença que condenar a pagamento de quantia ilíquida, abrangendo a elaboração de cálculos, inclusive sobre as atribuições dos Contadores Judiciais, e também sobre a liquidação por arbitramento, e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 819/ 2018 - Dispõe sobre orientação às Serventias Judiciais, de que não se faz mais necessário o andamento "2 - remessa ao destinatário MP" após o lançamento do andamento "68 - envio do documento eletrônico" de "citação ou intimação" ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, nos processos judiciais eletrônicos de 1ª Instância.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 772 /2018](#) - Avisa aos órgãos da Defensoria Pública, Ministério Público, Fazenda Pública, aos Advogados e usuários em geral sobre a digitalização e virtualização dos processos físicos em trâmites nas serventias elencadas. (índice)

[AVISO TJ nº 27/2018](#) - Avisa aos advogados, defensores públicos, representantes do Ministério Público, chefes e/ou responsáveis pelo Serviço de Protocolo e Cadastro do 2º Grau de Jurisdição que deverão observar a obrigatoriedade de peticionamento pelo meio eletrônico. (índice)

[AVISO TJ Nº 26/2018](#) - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis e aos Juízos com competência em matéria fazendária e cível, que o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas mencionado deixou de preencher o pressuposto negativo previsto no art. 976, § 4º do CPC/2015. (índice)

[AVISO TJ Nº 52/2018](#) - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis, bem como dos Juízos com competência em matéria fazendária e cível que foi determinada a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos que tramitam neste Tribunal, relacionados a pedido de pensão por morte de militar falecido após a EC 41/2003, seja em 1ª ou 2ª instância. (índice)

[AVISO CGJ Nº 585/2018](#) - Recomenda quanto à adoção de endereço para citação e intimação. (índice)

[AVISO CGJ Nº 579 /2018](#) - Avisa que é vedado o agendamento de qualquer tipo de diligência via contato telefônico, dessa forma, a parte interessada/advogado deverá comparecer à Unidade Organizacional Especializada, para efetuar o referido agendamento no dia do Plantão do Oficial de Justiça Avaliador detentor da ordem. (índice)

[AVISO CGJ nº 527/2018](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o determinado no Provimento nº 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça. (índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 14/2018 - Divulga a Resolução CNPCP nº 03, de 07 de junho de 2018, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - Ministério da Justiça, que dispõe sobre as recomendações que visam à interrupção da transmissão do HIV, das hepatites virais, da tuberculose e outras enfermidades entre as pessoas privadas de liberdade.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 522/2018 - Avisa aos responsáveis pelo expediente dos serviços extrajudiciais vagos do Estado do Rio de Janeiro que deverão, no prazo que menciona, encaminhar a Divisão de Monitoramento Extrajudicial (DIMEX), declaração para esclarecimento do grau de parentesco com o anterior Titular / Delegatário / Responsável pelo Expediente do Serviço Extrajudicial.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 492/2018 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro com atribuição para registro imobiliário, que a utilização e o encerramento de livros em uso antes da vigência da Lei de Registros Públicos devem obedecer às regras do parágrafo único do artigo 295 da Lei nº 6.015/73.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 436/2018 - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, que deverão cumprir o disposto nos artigos 231, §6º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e artigos 246, §§ 3º e 4º e 250, IV, da Lei nº 6.015/73 e o disposto no Provimento CGJ nº 8/2016, para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham como objeto o registro, a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 431/2018 - Avisa aos titulares, delegatários, interventores e responsáveis pelo expediente dos serviços extrajudiciais deste Estado, que os requerimentos feitos por pessoa jurídica de direito público, com o objetivo de que sejam declaradas inexistentes e canceladas a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, ou feitos em desacordo com os artigos 221 e seguintes da Lei nº 6015/73, deverão ser encaminhados ao serviço responsável pela matrícula que irá submetê-los ao Juiz de Direito com atribuição para feitos dos registros públicos.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 430/2018 - Avisa aos delegatários, titulares, responsáveis pelo expediente e interventores das serventias extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que para a averbação de cancelamento da Cédula de Crédito Imobiliário - CCI, previsto nos artigos 24 da Lei Federal nº 10.931/2004 e 167, II, 2, da Lei Federal



nº 6.015/1973, quando apresentada em momento distinto da solicitação do cancelamento da garantia real, devem ser cobrados emolumentos com valor correspondente à averbação sem valor declarado.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 429/2018 - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, que deverão observar rigorosamente os ditames do artigo 195-A, parágrafo primeiro da Lei nº 6.015/73.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 428/2018 - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, que atentem para as disposições do artigo 171 e seu parágrafo único da Lei nº 6.015/73.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 09/2018 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de cadastramento e atualização mensal, por intermédio da ferramenta SISCONTA ELEITORAL do Ministério Público Federal, de dados relativos às inelegibilidades descritas no artigo 1º, I, "e" e "l", da Lei Complementar nº 64/90 (com redação dada pela Lei Complementar nº 135/2010), destinada aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores e Juizes com competência em matéria cível, fazendária, criminal e execução penal.  
(índice)

AVISO CONJUNTOTJ/CGJ Nº 11/2018 - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Magistrados das Varas com competência Criminal e de Família do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) da obrigatoriedade da validação e confirmação dos mandados de prisão expedidos pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro a fim de encaminhar os mesmos ao sistema do Banco de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 416/2018 - Avisa que nos casos de lavratura de escrituras de inventário e partilha será incluído na base dos emolumentos o valor da meação do cônjuge sobrevivente, respeitado o valor-teto.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 400/2018 - Avisa aos titulares/delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro com atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais, que a inclusão do número do CPF nos assentos de nascimento,

casamento e óbito caracteriza-se como uma anotação, não sendo selada, não havendo transmissão para o Banco de Dados do Selo Eletrônico de Fiscalização, e dá outras providências. [\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 352 2018](#) - Avisa que nos casos de registro de escrituras de inventário e partilha será incluído na base de cálculo dos emolumentos o valor da meação do cônjuge sobrevivente. [\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº289 /2018](#) - Avisa aos delegatários, titulares, interventores e responsáveis pelo expediente dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro, que foi concedida Medida Cautelar, ad referendum do Plenário do Supremo Tribunal Federal, determinando a imediata suspensão da eficácia do Provimento nº 66/2018, de 25 de janeiro de 2018, editado pelo Conselho Nacional de Justiça. [\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 240/2018](#) - Avisa aos titulares/delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro com atribuição de Notas e Registro de Títulos e Documentos, que encontra-se publicado no Portal Extrajudicial desta Corregedoria Geral da Justiça, no acesso Serviços - Layout do Selo Eletrônico, os novos layouts que menciona. [\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 203 /2018](#) - Avisa aos titulares, delegatários, interventores e responsáveis pelo expediente dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado, que não deverão mais encaminhar a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), as informações de que tratam o parágrafo único do artigo 80 da Lei nº 6015/73, e o artigo 68 da Lei nº 8212/91, de registros de óbitos. [\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 288 /2018](#) - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais, com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais, que deverão observar os prazos estabelecidos pelo artigo. 1º. do Ato Executivo Conjunto nº 32/2013, que alterou a redação do artigo 6º do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 27/1999, e pelos artigos 194 e 196 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça. [\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 254/2018](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais deste Estado, com atribuições

de Notas e de Registros de Imóveis, sobre as Certidões Negativas de Débitos Fiscais - CNDs.  
([índice](#))

[AVISO TJ Nº 26/2018](#) - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis e aos Juízos com competência em matéria fazendária e cível, que o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas mencionado deixou de preencher o pressuposto negativo previsto no art. 976, § 4º do CPC/2015.  
([índice](#))

[AVISO nº 25/2018](#) - Avisa aos Juízes e Servidores sobre os processos distribuídos até 2013, que se encontram arquivados provisoriamente e da necessidade de dar tratamento aos mesmos, para fins de cumprimento da Meta 2 do CNJ.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 236/2018](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes das Serventias das Varas de Fazenda Pública com atribuição para o processamento e julgamento das causas referentes ao Executivo Fiscal, Encarregado da Central de Cumprimento de Mandados das Varas de Fazenda Pública e Juizados Especiais da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Encarregados das Centrais de Cumprimento de Mandados dos Fóruns Regionais da Comarca da Capital e Oficiais de Justiça Avaliadores que fica ampliada a atribuição das Centrais de Cumprimento de Mandados dos Fóruns Regionais da Comarca da Capital para o cumprimento de mandados judiciais oriundos das Varas de Fazenda Pública com competência para processarem e julgarem os feitos atinentes ao Executivo Fiscal.  
([índice](#))

[AVISO TJ Nº 19 /2018](#) - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis, bem como dos Juízos com competência em matéria fazendária e cível que foi revogada a decisão de sobrestamento dos processos em curso neste Estado que envolvam a questão relativa mencionada.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 194/2018](#) - Recomenda aos Juízos de Direito, com competência em matéria criminal, a atualização dos endereços dos réus para fins de correta inserção dos dados na Carta de Execução de Sentença Penal, quando for expedida.  
([índice](#))

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 05/2018](#) - Avisam aos Magistrados com competência em matéria criminal que, nos termos da Resolução CNJ nº 162/2012, deverão comunicar a prisão de qualquer pessoa estrangeira à missão diplomática de seu país de origem ou, na sua falta, ao Ministério das Relações Exteriores, e ao Ministério da Justiça, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, e dá outras

providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 119/2018](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição em registro de imóveis acerca da forma como devem ser expedidas certidões que contenham informação sobre ônus reais e informação sobre ações reais e pessoais reipersecutórias.  
([índice](#))

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 04/2018](#) - Avisam aos Delegatários Titulares e aos Responsáveis pelo Expediente de Serviços Extrajudiciais que, em razão da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 3111/RJ, devem cessar imediatamente a cobrança dos acréscimos sobre os emolumentos previstos no art. 10, § 1º do Decreto-Lei Estadual nº 122/1969.  
([índice](#))

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 03/2018](#) – Dispõe sobre a necessidade de se observar a conta única cadastrada junto ao STJ, quando do bloqueio on line.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N.º 107/2018](#) - Avisa que as intimações da parte autora/exequente, no caso de autos paralisados há mais de 30 (trinta) dias, deverão ocorrer via postal, observado o teor do art. 192 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 86/2018](#) - Recomenda que sejam observados os ditames do Art. 328, da Lei nº 9.503/1997, em especial os §§ 14 e 15, antes do arquivamento dos processos.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 60/2018](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil das Pessoas Naturais, que deverão observar o cumprimento do artigo 2º da Lei Federal nº 8560/92, bem como do artigo 746 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
([índice](#))

AVISO TJ Nº 02/2018 - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis, bem como dos Juízos com competência em matéria fazendária e cível que foi determinada, nos termos do art. 982, I, do CPC/2015, a suspensão de todos os processos em curso neste Estado que envolvam as questões jurídicas que menciona.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 21/2017 - Avisam aos Desembargadores, Juízes de Direito com atribuição em Dívida Ativa, Membros do Ministério Público, representantes da Defensoria Pública, Advogados, Chefes de Serventias Judiciais que detenham a referida atribuição e seus respectivos Substitutos que os depósitos judiciais de valores referentes a tributos federais relacionados a processos no exercício da competência delegada deverão ser efetuados exclusivamente junto à Caixa Econômica Federal, na exata dicção da Lei n. 9.703/1998, Decreto n. 2.850/1998, Decreto n. 2.924/1999 e da Instrução Normativa SRF n. 141/1998, devendo, outrossim, ser providenciada a transferência à referida instituição financeira dos depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos federais, realizados em outras instituições, de acordo com o que dispõe o artigo 2º da Lei Federal n. 12.099/2009.

(índice)

AVISO CGJ 823 /2017 - Avisa aos Juízes de Direito com competência para a matéria de Infância e Juventude referente ao adolescente em conflito com a lei sobre as inspeções bimestrais em unidades de internação e semiliberdade e os relatórios de inspeção semestral, e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ Nº 822 / 2017 - Dispõe sobre o cumprimento das rotinas de autuação e juntada de petições, procurações e substabelecimentos, e a realização da imperiosa atualização no respectivo cadastro do processo no sistema informatizado, seja nos feitos físicos ou eletrônicos, e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ nº 819/2017 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro de Imóveis e Registro de Títulos e Documentos quanto ao disposto na Portaria Conjunta nº 1/2017 da Advocacia-Geral da União.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 20/2017 - Avisam aos desembargadores e juízes de direito, membros do Ministério Público, representantes da Defensoria Pública, advogados, chefes de serventias judiciais de 1ª Instância, respectivos substitutos que, em razão da decretação da Liquidação Extrajudicial Compulsória, em todos os

documentos, cadastros e publicações de interesse da seguradora liquidanda, deverá ser utilizada, obrigatoriamente, a expressão que menciona.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 19/2017 - Avisam aos Excelentíssimos Senhores Juízes que prestam informações ao CNJ da importância do correto e integral preenchimento dos dados referentes ao Cadastro de Inspeções de Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUIS) e ao Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL).  
(índice)

AVISO CGJ Nº 762/2017 - Dispõe sobre o acréscimo do Anexo XIV - CEJUSC na relação dos formulários mencionados na Portaria CGJ nº 2708/2017, de 30 de outubro de 2017, que determina a realização de Correição Geral Ordinária em todas as Serventias da Primeira Instância e Extrajudiciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 18 /2017 - Avisa aos responsáveis pelo expediente interinos que o pedido de revisão das declarações de vacância, deverão ser encaminhadas para análise do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por ser o órgão que declarou as vacâncias com base no disposto na Resolução CNJ nº 80/2009.  
(índice)

AVISO CGJ nº 698/2017 - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente, não remunerados pelos cofres públicos, dos Serviços Extrajudiciais não oficializados/privatizados que estão suspensos os efeitos dos Avisos CGJ nº 501/2017 e 511/2017.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 678/2017 - Dispõe sobre a necessidade de expedição imediata de guia de internação definitiva de adolescentes, em conflito com a Lei, após a decretação da medida em audiência.  
(índice)

AVISO CGJ nº 676/2017 - Dispõe sobre o recolhimento de custas nos feitos fazendários processados pelo rito sumaríssimo, na forma disposta na Lei Federal nº 12.153/2009, em Comarcas onde não houver Juizado Especial da Fazenda Pública ou juizados adjuntos instalados.  
(índice)

AVISO CGJ nº 666 /2017 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro sobre o prazo para a emissão de certidões eletrônicas.  
(índice)

AVISO CGJ nº 665/2017 - Avisa aos órgãos da Defensoria Pública, Ministério Público, Fazenda Pública, aos Advogados e usuários em geral sobre a digitalização e

virtualização dos processos físicos em trâmites nas serventias elencadas.  
([índice](#))

[AVISO TJ Nº 65/2017](#) - Avisa aos magistrados, escrivães, responsáveis pelo expediente, secretários de juízes e demais servidores em atuação nas serventias de 1ª Grau com competência Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, que torna-se sem efeito o Aviso n. 80/2015, devendo a partir de então, admitir-se, no sistema de Audiências de Custódia, o recebimento dos Autos de Prisão em Flagrante que tenham como objeto a apuração da prática de crimes relacionados à violência de gênero, a fim de que seja resguardado ao indiciado a realização da audiência de custódia.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 635/2017](#) - Avisa aos juízes de direito, aos encarregados de Centrais de Cumprimento de Mandados, aos responsáveis por Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores e aos analistas judiciários na especialidade de execução de mandados, que não há vedação legal à atuação do Oficial de Justiça Avaliador em leilões presenciais determinados em processos oriundos dos Juizados Especiais Cíveis, desde que excepcionalmente, e, em cumprimento a decisão judicial motivada.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 634/2017](#) - Dispõe sobre a cobrança da complementação das custas judiciais, quando houver pedido liminar a ser apreciado.  
([índice](#))

[AVISO TJ nº 65/2017](#) - Avisa aos magistrados, escrivães, responsáveis pelo expediente, secretários de juízes e demais servidores em atuação nas serventias de 1ª Grau com competência Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, que torna-se sem efeito o Aviso n. 80/2015, devendo a partir de então, admitir-se, no sistema de Audiências de Custódia, o recebimento dos Autos de Prisão em Flagrante que tenham como objeto a apuração da prática de crimes relacionados à violência de gênero, a fim de que seja resguardado ao indiciado a realização da audiência de custódia.  
([índice](#))

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 16/2017](#) - Avisam aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores e Juízes com competências cível, fazendária, criminal e execução penal, sobre a obrigatoriedade de alimentação do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI, instituído pela Resolução nº 44 de 20.11.2007 - CNCIAI com as alterações da Resolução nº 172 de 08.03.2013 do CNJ.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 598 / 2017](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade da capacitação dos Chefes de Serventias, na realização dos cursos junto à ESAJ.  
(índice)

[AVISO CGJ nº 554/2017](#) - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos Serviços de Distribuição da Comarca da Capital e dos Distribuidores, Contadores e Partidores das demais Comarcas do Estado do Rio de Janeiro, que deverão remeter ao Juízo da 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, no local que menciona, somente em caso positivo, certidão sobre o que consta em nome da massa falida.  
(índice)

[AVISO CGJ nº 501/2017](#) - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente, não remunerados pelos cofres públicos, dos Serviços Extrajudiciais não oficializados/privatizados que estão suspensos os efeitos do Aviso CGJ nº 1708/2014.  
(índice)

[AVISO CGJ 500/2017](#) - Avisa que as diligências de busca e apreensão de pessoas, de documentos e de coisas, bem como as diligências de condução a serem cumpridas em Comarca diversa daquela do Juízo prolator da ordem, poderão ser instrumentalizadas por mandado eletrônico, dispensando-se a expedição de Carta Precatória para tal fim.  
(índice)

[AVISO CGJ Nº 487/2017](#) - Dispõe sobre o envio das Cartas de Execução de Sentença referentes às Penas e Medidas Alternativas destinadas à Vara de Execuções Penais - VEP.  
(índice)

[AVISO CGJ nº 479/2017](#) - Avisa aos representantes das empresas e entidades públicas ou privadas os meios de cadastro para a informação e atualização do endereço de citação postal no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 11/2017](#) - Dispõe sobre Escritura Pública de Inventário e Partilha de Bens.  
(índice)

[ATO CGJ SN16/2017](#) - Dispõe sobre consulta de cobrança da extinção da união estável procedido por escritura pública - Decisão.  
(índice)



[AVISO TJ nº 45/2017](#) - Avisa que foi habilitada no portal eletrônico do Tribunal de Justiça a possibilidade de distribuição eletrônica por dependência de ações de execução de alimentos ou cumprimento de sentença de alimentos relativas a feitos que originalmente tramitaram no suporte físico.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 429/2017](#) - Avisa aos magistrados das Serventias Judiciais de 1ª Instância, com competência em infância, juventude e idoso e, aos servidores das respectivas Equipes Técnicas e Interdisciplinares, aos membros da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e aos membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, quanto aos procedimentos que deverão ser adotados para o encaminhamento dos formulários com os dados cadastrais e documentos de adolescentes em conflito com a lei ou em situação de vulnerabilidade social para a Central de Aprendizagem da Corregedoria Geral da Justiça.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 418/2017](#) - Avisa aos Senhores Juízes de Direito e Equipes Técnicas das Varas com competência na matéria de Infância e Juventude, sobre rotinas a serem implementadas para inserção de crianças e adolescentes no Sistema 'Quero uma Família'.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 378/2017](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o determinado no Provimento nº 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 362/ 2017](#) - Avisa aos responsáveis pelas Serventias Oficializadas dos Ofícios de Registro de Distribuição das Comarcas de Interior que os valores passíveis de cobrança para expedição de Certidões referentes ao ajuizamento de feitos, respeitando as normas inseridas nas Tabelas 16 e 19 da Lei Estadual nº 6.370/2012, de Custas Extrajudiciais e na legislação vigente, devem acompanhar os critérios mencionados.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 350/2017](#) - Avisa aos Senhores Juízes de Direito, Chefes de Cartório e demais servidores que o fornecimento de informações constantes no Cadastro Eleitoral às autoridades, dar-se-á exclusivamente por intermédio do Sistema de Informações Eleitorais - Siel, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N.º 336/2017](#) - Avisa que as diligências de busca e apreensão de pessoas, de autos, de documentos e de coisas, bem como as diligências de condução a serem cumpridas em Comarca diversa daquela do Juízo prolator da ordem, poderão ser instrumentalizadas por mandado eletrônico, dispensando-se a expedição de Carta Precatória para tal fim.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 317 / 2017](#) - Avisa aos Senhores Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição para de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas do inteiro teor do Provimento nº 59, de 03 de maio de 2017, editado pela Corregedoria Nacional de Justiça.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 299/2017](#) - Avisa aos Delegatários e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais privatizados com atribuição de registro de distribuição e Chefes de Serventias com atribuição de registro de distribuição, que deverão observar o disposto no Aviso CGJ nº 1.607/2017, que possui a finalidade de orientação, em caráter exemplificativo, as certidões que deverão ser gratuitas e as que não serão gratuitas.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 07/2017](#) - Dispõe sobre a obtenção de acesso ao Sistema Estadual de Identificação - SEI para a consulta e emissão de folha de antecedentes criminais (FAC) e seu respectivo procedimento.  
([índice](#))

[AVISO TJ/COJES 3/2017](#) - Avisa aos Senhores Magistrados com atuação nos Juizados Especiais Cíveis que deverá constar do dispositivo da sentença que, uma vez escoado o prazo de 15 dias previsto no art. 523 do CPC, sem que tenha havido o cumprimento da obrigação reconhecida na sentença, incidirá automaticamente a multa de 10% (dez por cento) a que se refere o artigo, bem como que o juízo procederá, de imediato, ao protesto extrajudicial da certidão de crédito elaborada pelo Cartório, na forma do art. 517 do CPC, o que deverá preceder à prática de qualquer outro ato executivo, salvo se a parte expressamente manifestar-se em sentido contrário.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 204/2017](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais e Interventores sobre o prazo para atualização do CNPJ.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 144/ 2017](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Tabelionatos de Notas, que deverão, no prazo máximo de três dias contados da

data da lavratura, encaminhar à respectiva Junta Comercial cópia do instrumento de procuração, e dá outras providências  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 143/2017](#) - Avisa aos Senhores Juízes de Direito, Chefes de Serventia, Equipes Técnicas Interdisciplinares de Serviço Social e Psicologia dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) do Estado do Rio de Janeiro sobre as atribuições e recomendações específicas dos Analistas Judiciários na especialidade de Assistente Social e de Psicólogo junto aos referidos Juizados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

[AVISO TJ Nº. 14/2017](#) - Avisa aos Senhores Magistrados que, uma vez escoado o prazo de 15 dias a que se refere o art. 523 do NCPC e antes da prática de qualquer ato executivo, em especial a expedição de mandado de penhora e avaliação, promovam a intimação da parte credora, alertando-a sobre a eficiência e utilidade da adoção do procedimento do protesto do título judicial definitivo, determinando que se manifeste expressamente, no prazo de 5 (cinco) dias, quanto ao seu efetivo interesse na utilização do instrumento, na conformidade do art. 517 do NCPC e do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014, alterado pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 18/2016, publicado no D.J.E. em 11.11.2016.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 112/2017](#) - Dispõe sobre instrução das comunicações de óbito instituídas pela Lei nº 13.114/2015.  
([índice](#))

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº. 05/2017](#) - Recomendação para cumprimento do Alvará de Soltura.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 62/2017](#) - Avisa que a efetivação de inclusões e retiradas de restrições judiciais em veículos automotores, bem como a obtenção de dados dos veículos deverão ser realizadas exclusivamente através do Sistema RENAJUD.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 60 / 2017](#) - Avisa aos Juízes com competência na matéria de Infância, Juventude e Idoso que a Portaria relativa ao Programa de Apadrinhamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deverá ser editada de acordo com o modelo em anexo.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 59 / 2017](#) - Dispõe que a intimação do Ministério Público, em processos físicos, não deverá ser feita por meio do andamento 68 (Envio de Documento Eletrônico) do sistema DCP, tendo em vista a necessidade de efetiva

remessa dos autos àquele órgão.  
(índice)

AVISO nº 51/2017 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Tabelionato de Notas prazo para alimentação de dados do CENSEC.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 03/2017 - Avisam aos Excelentíssimos Senhores Juizes que prestam informações ao CNJ qual o órgão responsável pela administração regional dos sistemas corporativos.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 02/2017 - Avisam aos Chefes de Serventias Judiciais de 1ª Instância, respectivos Substitutos e Diretores das Unidades Organizacionais que deverão comunicar à Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais - DGJUR qualquer alteração nos dados cadastrais das serventias judiciais e unidades de apoio à 1ª Instância, 2ª Instância e Presidência, bem como das unidades organizacionais da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 27 / 2017 - Adota critérios e regula o cronograma de remessas para envios de autos judiciais às Centrais/Núcleos de Arquivamento, passando a incluir definitivamente o acervo das varas com competência fazendária em matéria de Dívida Ativa Estadual e Municipal, nos termos deste Aviso.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 23/2017 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Tabelionato de Notas quanto à restrição disposta no artigo 9º da Lei Federal nº 8.935/94.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1717/2016 - Avisa que deverá ser observada a parte final do disposto no §1º do artigo 840 do Código de Processo Civil, em relação aos bens móveis e imóveis que tenham sido remetidos à Central de Depositário Judicial - CDJ.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1702/2016 - Avisa aos notários e registradores do Estado do Rio de Janeiro sobre a obrigatoriedade de cadastramento na Central de Certidões Eletrônicas ANOREG-RJ, visando a emissão de certidões eletrônicas e a implantação do sistema de registro eletrônico de imóveis (SREI).  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1687 /2016 - Dispõe sobre a intimação pessoal do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, bem como suas respectivas autarquias e

fundações de direito público nos processos físicos e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1686 / 2016](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o determinado no Provimento nº 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1679/2016](#) - Avisa que, a contar da data constante do anexo do Provimento 111/2016, a competência para distribuir todos os feitos da competência Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher passará ao distribuidor da comarca ou regional, inclusive para os feitos pendentes de distribuição e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1673/2016](#) - Avisa sobre a necessidade do cadastramento do endereço completo das personagens, com o CEP, no momento da distribuição da petição inicial pelo Portal Eletrônico ou pelo Distribuidor, bem como sobre a impossibilidade de alteração dos endereços na tela de confecção de mandados no sistema DCP.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1.672/2016](#) - Avisa aos Núcleos Regionais e aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente sobre o recadastramento obrigatório.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1658 / 2016](#) - Avisa sobre a necessidade de os oficiais de justiça avaliadores utilizarem, exclusivamente, o modelo de Auto de Penhora de Renda e Depósito, disponibilizado pelo Sistema SCM (texto 1324), quando a Central de Depositário Judicial for designada arrecadadora.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1617 / 2016](#) - Avisa aos Magistrados em atuação nos Juizados Especiais Cíveis sobre a decisão proferida nos autos do processo administrativo nº 2011-172505.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1616 / 2016](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição em Registro Civil de Pessoas Naturais acerca da inexistência de reconhecimento de firma nos casos que menciona.  
([índice](#))

[AVISO nº 1613 / 2016](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais deste Estado que, a

contar da publicação deste Aviso, deverão acessar diariamente o "Módulo Poder Público" da CRC da ARPEN-RJ, para atendimento das consultas e requisições existentes.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1612 / 2016](#) - Recomenda aos Senhores Magistrados que, na medida do possível, os processos físicos sejam retornados da conclusão, separados de acordo com as providências a serem tomadas, com o objetivo de reduzir o tempo de processamento dos feitos na serventia.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 1.607 /2016](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Serviços Extrajudiciais/Serventias com atribuição de registro de distribuição de observarem a Resolução TJ/CM/RJ n.º 03/2016, quando da cobrança de emolumentos relativos a expedição de certidões de feitos judiciais.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1590 /2016](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil das Pessoas Naturais, que as requisições de busca a Registros de Nascimento, Casamento e Óbito deverão ser encaminhadas diretamente aos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais, e dá outras providencias.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1588 / 2016](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que a carta precatória expedida eletronicamente, em processo físico ou eletrônico, para este ou outro Estado, ensejará o recolhimento da notificação eletrônica, sem prejuízo das demais custas vigentes no último caso. Em processo físico, sendo necessária a digitalização de documento para sua instrução, será recolhido também o seu valor

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 1577/2016](#) - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Magistrados e Ilustríssimos Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos em atuação nos Juízos com atribuição em matéria criminal e de família, nas Centrais de Cumprimento de Mandado, na Central de Custódia e nos Plantões Judiciários de todo Estado sobre alteração de uma das linhas telefônicas da DC Polinter para atendimento excepcional nas hipóteses de não cumprimento de ordens judiciais por questões técnicas.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1487/2016](#) - Avisa sobre a disponibilização, no sítio eletrônico deste Tribunal, do Sistema de Guia Eletrônica de Depósito Judicial.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1439 / 2016](#) - Avisa aos interessados sobre quais serventias judiciais de 1ª Instância utilizam a funcionalidade expedição de mandado de pagamento eletrônico.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1438 / 2016](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que a despesa de envio eletrônico de citação, intimação, ofício e notificação deverá ser adiantada pela parte/interessado requerente; a despesa da intimação eletrônica determinada, inclusive ex-officio, por decisão interlocutória, sentença, decisão final monocrática e acórdão deverá ser recolhida, ao final, pelo(s) sucumbente(s), conforme o decisum; o recolhimento das despesas citadas, nas ações penais públicas, nos Juizados Especiais e no mandado judicial eletrônico (este último quanto ao seu ofício eletrônico) deverá respeitar o estabelecido na legislação vigente.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1407 / 2016](#) - Revoga o Aviso CGJ nº 902/2016, que autorizava a distribuição e tramitação física dos processos oriundos de Notários e Registradores.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 1.491/2016](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição Notarial e Registral acerca dos documentos que podem ser aceitos como documento de identificação civil para a prática dos atos extrajudiciais. [\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1489/2016](#) - Avisa aos senhores Juízes de 1ª instância que os cartórios base da Justiça Itinerante não estão excluídos das Correições Gerais Ordinárias.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1487/2016](#) - Avisa sobre a disponibilização, no sítio eletrônico deste Tribunal, do Sistema de Guia Eletrônica de Depósito Judicial.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1470/2016](#) - Determina aos Titulares, Delegatários ou Responsáveis pelo Expediente dos Serviços com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais deste Estado que remetam àquela Associação, todas as certidões de nascimento e/ou casamento solicitadas por intermédio dos formulários padronizados do Recivil expedidos com base no Projeto da Diretoria de Políticas Penitenciárias do Ministério da Justiça denominado "Identidade Cidadã no Sistema Prisional".

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1457/2016](#) - Dispõe sobre a não utilização do texto 1322, do sistema DCP, para a Central de Depositário Judicial.

[\(índice\)](#)

AVISO CGJ Nº 1440 / 2016 - Dispõe sobre o envio dos documentos referentes às penas privativas de liberdade, medidas de segurança e livramento condicional, inclusive os aditamentos a CES Eletrônica, à Vara de Execuções Penais (VEP) obrigatoriamente por meio de Malote Digital.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1438 / 2016 - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que a despesa de envio eletrônico de citação, intimação, ofício e notificação deverá ser adiantada pela parte/interessado requerente; a despesa da intimação eletrônica determinada, inclusive ex-officio, por decisão interlocutória, sentença, decisão final monocrática e acórdão deverá ser recolhida, ao final, pelo(s) sucumbente(s), conforme o decisum; o recolhimento das despesas citadas, nas ações penais públicas, nos Juizados Especiais e no mandado judicial eletrônico (este último quanto ao seu ofício eletrônico) deverá respeitar o estabelecido na legislação vigente.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1407 / 2016 - Revoga o Aviso CGJ nº 902/2016, que autorizava a distribuição e tramitação física dos processos oriundos de Notários e Registradores.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1296/2016 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente das Serventias Judiciais e Extrajudiciais deste Estado, aos demais Serventuários, aos Senhores Advogados e ao público em geral, acerca de 03 (três) Comunicados encaminhados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo relacionados.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 21/2016 - Torna sem efeito o Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 17/2015, que determinava a transferência dos livros extrajudiciais anteriores a 1915 para o Arquivo Central do TJRJ.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1297 / 2016 - Avisa aos Juízes de Direito, Dirigentes de NUR, Chefes de Serventias, Secretários das Direções dos Fóruns, Responsáveis pelo Setor de Pessoal dos Núcleos Regionais e servidores que participam do Regime Especial de Trabalho à Distância sobre o procedimento a seguir.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1254 / 2016 - Dispõe sobre o Decreto Municipal nº 41.989, de 15/07/2016, que atribuiu ao Procurador Geral do Município do Rio de Janeiro a competência para receber citação em nome de suas autarquias e fundações



municipais.  
([índice](#))

[AVISO CGJ 1245/2016](#) - Avisa sobre a dispensa de obrigatoriedade de cadastro de e-mail, pelas pessoas físicas, em sede de Juizados Especiais Cíveis.  
([índice](#))

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 20/2016](#) - Avisam aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores e Juizes com competências cível, fazendária, criminal e execução penal, sobre a obrigatoriedade de alimentação do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI instituído pela Resolução nº 44 de 20.11.2007 com as alterações da Resolução 172 de 08.11.2013 do CNJ.  
([índice](#))

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 18 /2016](#) - Avisa aos Magistrados, Secretários dos Órgãos Julgadores, Chefes de Serventias/Substitutos e demais serventuários sobre a publicação do edital na rede mundial de computadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº1090 / 2016](#) - Avisa quanto à obrigatoriedade de cumprimento do art. 17 da Resolução TJ/OE nº 33/2014.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1074 / 2016](#) - Dispõe que as cópias para instrução de citação, notificação e intimação, em processos físicos ou eletrônicos, realizadas em prol da parte beneficiária da gratuidade de justiça, deverão ser fornecidas pela mesma na serventia judicial respectiva.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 1072 / 2016](#) - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Magistrados e Ilustríssimos Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos dos Juízos com atribuição em matéria de execução penal e criminal de todo o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro sobre os novos procedimentos para solicitação de transferência de pessoas estrangeiras condenadas no Brasil para seu país de nacionalidade.  
([índice](#))

[AVISO Nº 1065 / 2016](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição para registro de imóveis que o INCRA comunica o novo Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1028 /2016](#) - Regula o cronograma de remessa de autos às Centrais/Núcleos de Arquivamento, nos termos do anexo. Inclui os processos do contencioso eletrônico, transitado em julgado, das Varas da Fazenda Pública e demais Varas com competência tributária das Comarcas do interior, vedado os Executivos Fiscais e autos físicos.  
([índice](#))

AVISO nº 1027 / 2016 - Estabelece que os mandados judiciais deverão ser enviados de forma eletrônica para as Centrais de Cumprimento de Mandados e para os Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, sempre que houver indisponibilidade de emissão de guia de remessa no Sistema DCP.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 902 / 2016 - Dispõe sobre a distribuição e tramitação dos processos oriundos de Notários e Registradores até o desenvolvimento do perfil "Delegatário/Escrevente Substituto" no Portal de Serviços do TJRJ.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 883/2016 - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que, diante da nova redação do artigo 138 do Código Tributário Estadual, em caso de eventual necessidade de complementação do valor devido a título de taxa judiciária, apurada quando da certificação das custas iniciais na fase cognitiva, a parte autora deverá ser intimada para recolhimento imediato da diferença, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 882/2016 - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que, na ação de execução de cotas condominiais, a taxa judiciária deverá incidir, inicialmente, apenas sobre as prestações vencidas, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 881/2016 - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que, na ação de adjudicação compulsória que tiver por objeto apenas parte ou parcela do bem imóvel, a taxa judiciária incidirá tão somente sobre a parte ou parcela em questão, sem qualquer interferência do valor dado à causa, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ nº 547/2016 - Avisa que os mandados de avaliação judicial deverão ser cumpridos pelos oficiais de justiça avaliadores lotados nas Centrais de Cumprimento e Mandados e nos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores no âmbito das suas atribuições.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 493 / 2016 - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que o recolhimento das custas referentes às contrarrazões de apelação cível, nos moldes do §1º, do art. 1009, do novo Código de Processo Civil, deve atender ao disposto na Tabela 01, inciso I, item 4, da Portaria de Custas Judiciais.

(índice)

AVISO CONJUNTO Nº 16/2016 - Avisa que a ausência de boleto emitido nos terminais de autoatendimento ou por meio da Internet não configura justa causa para que se deixe de prestar o devido atendimento ao público.  
(índice)

AVISO Nº 901 / 2016 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o determinado no Provimento nº 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
(índice)

AVISO nº 814/2016 - Avisa aos Chefes de Serventias dos Cartórios do Distribuidor, Contador e Partidor das Comarcas do Interior, bem como, aos Serviços Extrajudiciais com atribuição para Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que as notas de distribuição deverão conter apenas a denominação da Pessoa Jurídica e os dados intrínsecos ao registro.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 724 / 2016 - Recomenda maior atenção à prerrogativa de os advogados dirigirem-se diretamente aos magistrados, nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado ou outra condição, observando-se a ordem de chegada.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 667/2016 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com competência registral a desnecessidade de apresentação da Certidão de Interdição e Tutela em nome dos outorgados compradores para registro de Instrumento Particular com força de Escritura Pública e/ou para Lavratura de Escrituras Públicas de Imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro Imobiliário-SFI.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 13/2016 - Avisam aos Magistrados, Chefes de Serventia, Secretários, Assessores e Servidores de Varas com competência para processar e julgar ações de adoção e de destituição do poder familiar, que procedam à marcação no DCP dos processos participantes do Programa 'Adoção em Pauta'.  
(índice)

AVISO nº 547/2016 - Avisa que os mandados de avaliação judicial deverão ser cumpridos pelos oficiais de justiça avaliadores lotados nas Centrais de Cumprimento e Mandados e nos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores no âmbito das suas atribuições.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 493/2016 - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que o recolhimento das custas referentes às contrarrazões de apelação cível, nos moldes do §1º, do art. 1009, do novo Código de Processo Civil, deve atender ao disposto na Tabela 01, inciso I, item 4, da Portaria de Custas Judiciais.  
(índice)

Aviso CGJ Nº 548/2016 - Dispõe sobre o desinteresse do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, conforme Ofício nº PG/GAB 031/2016 da Procuradoria-Geral do Município do Rio de Janeiro e Ofício nº 343-PG/2016 da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro em participar de audiências de conciliação e mediação de que dispõe o art. 334 da Lei 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil).  
(índice)

AVISO CGJ Nº 493 / 2016 - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que o recolhimento das custas referentes às contrarrazões de apelação cível, nos moldes do §1º, do art. 1009, do novo Código de Processo Civil, deve atender ao disposto na Tabela 01, inciso I, item 4, da Portaria de Custas Judiciais.  
(índice)

AVISO CGJ N. 492/2016 - Dispõe sobre o mandado de citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação nas ações de família  
(índice)

AVISO CGJ Nº 455 /2016 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, com atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais, que ainda não encaminharam a esta Corregedoria relatório do acervo, por meio do questionário disponibilizado no Sistema MAS, em observância ao Aviso 1146/2015, que enviem as informações no prazo de 30 dias.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 454 /2016 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, com atribuição notarial e registral quanto ao disposto na PORTARIA nº 1.949/2015, do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.  
(índice)

AVISO CGJ 420/2016 - Dispõe sobre a distribuição e tramitação do processo de Dúvida até o desenvolvimento do perfil "Delegatário/Escrevente Substituto" no Portal de Serviços do TJRJ.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 388/2016 - Regula sobre a permissão de trabalho extraordinário de Servidor que no âmbito da Corregedoria de Justiça, esteja submetido a pagamento de horas extras no regime de GEAP-C e que, por qualquer motivo não compareça e/ou se encontre afastado no seu horário regular de trabalho.  
(índice)

AVISO Nº 02/2016 - Avisa aos Juízes, Advogados, Chefes de Serventia ou Encarregados, Servidores, Partes e demais interessados que os prazos processuais em sede de JEC continuarão a ser contados em dias corridos, inaplicável o artigo 219 do NCPC, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 327/2016 - Convocação dos Serviços Extrajudiciais com atribuição Notarial, em todo o Estado do Rio de Janeiro, para apresentação do novo sistema de declaração de herança por escritura pública da SEFAZ-RJ.  
(índice)

AVISO CGJ nº 326/2016 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição em Registro Civil de Pessoas Naturais acerca dos procedimentos a serem adotados, em caso de falta de energia elétrica, para a emissão de Guias de Sepultamento.  
(índice)

Aviso CGJ Nº 311/2016 - Dispõe sobre a Recomendação Conjunta nº 01/2015 do Conselho Nacional da Justiça, da Advocacia Geral da União e do Ministério do Trabalho e Previdência Social pelos magistrados com competência previdenciária ou acidentária, nas ações judiciais que visem à concessão de benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio doença e auxílio acidente que dependam de prova pericial médica.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 310 / 2016 - Regula o cronograma de remessa de autos às Centrais/Núcleos de Arquivamento, nos termos do anexo. Inclui os processos do contencioso eletrônico, transitado em julgado, das Varas da Fazenda Pública e demais Varas com competência tributária das Comarcas do interior, vedado os Executivos Fiscais e autos físicos.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 302 / 2016 - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Magistrados e Ilustríssimos Senhores Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos em atuação nos Plantões Judiciários sobre a necessidade de indicação de dados ao Serviço de Distribuição, no envelope lacrado de prorrogação de medidas cautelares sigilosas de comunicações telefônicas, telemáticas e de informática.  
(índice)

AVISO nº 298/2016 - Estabelece que os mandados de avaliação judicial deverão ser cumpridos pelos oficiais de justiça avaliadores lotados nas Centrais de Cumprimento e Mandados da Comarca da Capital, no âmbito das suas atribuições, a partir de 01 de março de 2016.  
(índice)

AVISO CGJ/RJ Nº 230 / 2016 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com competência registral e notarial, a obrigatoriedade do atendimento ao disposto no artigo 25-A da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1391/2015 - Avisa que no declínio de competência de processo eletrônico deverá ser verificado se o juízo de destino também é híbrido ou eletrônico evitando o desperdício de papel na impressão.  
(índice)

AVISO CGJ nº 112/2016 - Estabelece o procedimento de agendamento de vagas no Depósito Público do Estado do Rio de Janeiro, durante a indisponibilidade do Sistema de informática.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 90 / 2016 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com competência registral e notarial, a manutenção do disposto na Consolidação Normativa acerca da apresentação de certidões de feitos ajuizados.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 50 / 2016 - Dispõe sobre a autorização para apresentação de cópias de instrumentos de mandato e substabelecimentos diretamente no balcão das serventias judiciais, desde que mediante petição de juntada devidamente assinada pelo constituído.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1813/2015 - Dispõe sobre a autorização aos PROGERS para rejeitar o protocolo de petições que não contenham assinatura original.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1963/2015 - Dispõe sobre a proibição de intimar a parte, já intimada pelo portal, novamente pelo Diário de Justiça Eletrônico, salvo determinação expressa do magistrado.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1962/2015 - Dispõe sobre o acesso, no sítio eletrônico deste Tribunal, à relação das normas e aos manuais do processo judicial eletrônico.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1960/2015 - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que a Divisão de Custas e Informações, da Diretoria Geral de Administração, da Corregedoria Geral da Justiça, imprimirá qualquer GRERJ solicitada pelos usuários diretamente em seu balcão de atendimento, excetuando-se aquelas referentes aos Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário, que extrapolam às atribuições funcionais da referida Divisão, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 10 /2015 - Recomenda que, na medida do possível, caso seja celebrado acordo antes da data designada para audiência, não seja o feito retirado de pauta, sendo o acordo homologado na presença das partes ou posteriormente à realização do referido ato.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 2046/2015 - Dispõe sobre o bloqueio do sistema informatizado para recebimento, pelos PROGERS, de petições físicas destinadas a processos eletrônicos em trâmite nas Turmas Recursais.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 2045 / 2015 - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Magistrados e Ilustríssimos Senhores Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos das Varas Criminais e de Família de todo Estado acerca da desnecessidade de envio à DC-POLINTER de ofício físico de recolhimento de mandado de prisão na hipótese de alvará de soltura vinculado.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1.960/2015 - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que a Divisão de Custas e Informações, da Diretoria Geral de Administração, da Corregedoria Geral da Justiça, imprimirá qualquer GRERJ solicitada pelos usuários diretamente em seu balcão de atendimento, excetuando-se aquelas referentes aos Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário, que extrapolam às atribuições funcionais da referida Divisão, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1813/2015 - Dispõe sobre a autorização aos PROGERS para rejeitar o protocolo de petições que não contenham assinatura original.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1812/2015 - Dispõe sobre a priorização, pelas serventias judiciais, das repetições de procedimentos cartorários que foram realizados com erro ou que, por engano, deixaram de ser realizados.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1807/2015 - Dispõe sobre a determinação do Superior Tribunal de Justiça de suspensão do processamento dos Recursos Especiais em trâmite nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1804/2015 - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventias/Substitutos que atuam nas Varas com atribuição em matéria criminal e de família da Comarca da Capital, da restrição de atendimento do Posto POLINTER, situado no Foro Central, na forma que dispõe.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 10 /2015 - Recomenda que, na medida do possível, caso seja celebrado acordo antes da data designada para audiência, não seja o feito retirado de pauta, sendo o acordo homologado na presença das partes ou posteriormente à realização do referido ato.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1779/2015 - Avisa aos Magistrados, Secretários, Chefes de Serventia e Substitutos de todos os Juízos com competência criminal e Distribuidores do Estado do Rio de Janeiro, que a partir do dia 09 de novembro de 2015, entrará em vigor o novo processamento previsto na Subseção XII, da Seção III, do Capítulo I, do Título I, da CNGJ sobre as medidas cautelares sigilosas de interceptação de comunicações telefônicas, telemáticas e de informática, estando disponibilizados na intranet pela DGTEC o Manual e os Vídeos de instrução.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 10 /2015 - Recomenda que, na medida do possível, caso seja celebrado acordo antes da data designada para audiência, não seja o feito retirado de pauta, sendo o acordo homologado na presença das partes ou posteriormente à realização do referido ato.  
(índice)

AVISO CCGJ nº 1611/2015 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de registro civil das pessoas naturais e demais interessados sobre a comunicação feita pela Santa Casa da Misericórdia acerca das solicitações de busca de óbitos.  
(índice)



AVISO CGJ nº 1314/2015 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição notarial quanto ao cumprimento obrigatório do Provimento CNJ nº 42/2014.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 18 /2015 - Dispõe sobre a Resolução nº 772/2015/DPGE, que regulamenta a participação da Defensoria Pública nas Audiências Criminais realizadas por Videoconferência.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 17/2015 - Avisa aos Delegatários, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais que deverão transferir ao Arquivo Central do TJRJ, às suas expensas, os livros extrajudiciais anteriores a 1915.  
(índice)

Aviso CGJ nº 1391/2015 - Avisa que no declínio de competência de processo eletrônico deverá ser verificado se o juízo de destino também é híbrido ou eletrônico evitando o desperdício de papel na impressão.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1282/2015 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição notarial e registral quanto aos eventos comunicados pelo CONSELHO FEDERAL DO COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1269/2015 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição notarial e registral quanto ao cumprimento obrigatório do Provimento CNJ nº 23/2012.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1168/2015 - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Magistrados e Ilustríssimos Senhores Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos que foi alterado o endereço para o encaminhamento ao Instituto Nacional de Identificação (INI), de expedientes solicitando Folhas de Antecedentes Criminais e/ou cientificando sobre o andamento/resultado de processos.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1154/2015 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição notarial e registral quanto ao cumprimento do artigo 11 do Provimento CNJ nº 45/2015 e revogação do Aviso CGJ nº 229/2014.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1153/2015 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição notarial e registral quanto ao cumprimento obrigatório do Provimento CNJ nº 45/2015.  
(índice)

AVISO CGJ nº 994/2015 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o determinado no Provimento nº 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 09 /2015 - Avisam aos senhores Chefes de Serventias Judiciais de 1ª Instância, respectivos Substitutos e Diretores das Unidades Organizacionais da CGJ que deverão comunicar ao Gabinete da Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais qualquer alteração nos dados cadastrais dos referidos setores e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 964/2015 - Dispõe sobre o encaminhamento à Seccional da OAB/RJ das cédulas de identidade profissional dos advogados e estagiários esquecidas nas serventias judiciais.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 909/2015 - Dispõe sobre a emissão da certidão prevista no art. 615-A do Código de Processo Civil pelas serventias judiciais de 1ª Instância.  
(índice)

AVISO CGJ nº 874/2015 - Avisa aos Srs. Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Srs. Desenvolvedores de sistemas de informatização/automação cartorária, que se encontra disponível para download no site [HTTPS://www3.tjrj.jus.br/seiss/sfe/index.html](https://www3.tjrj.jus.br/seiss/sfe/index.html), o novo layout de transmissão de atos da atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais.  
(índice)

AVISO Nº 648/2015 - Dispõe sobre a padronização da identidade visual da Corregedoria Geral da Justiça, a sua correta aplicação e utilização do logotipo em documentos, contextos gráficos e físicos, material de apoio de comunicação de projetos e eventos da Corregedoria.  
(índice)

AVISO nº 584/2015 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição para registro de imóveis que o INCRA comunica o aprimoramento do Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 741/2015 - Dispõe sobre a necessidade de observância da Recomendação nº 20/2015 do CNJ pelos magistrados com jurisdição na matéria infância e juventude.  
(índice)

AVISO CGJ 684/2015 - Avisa a aplicação integral da Resolução 02/2010 no âmbito da Corregedoria.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 585/2015 - Dispõe sobre o encaminhamento de expediente, recebido do Plantão Judiciário, que envolva adolescente apreendido em conflito com a lei.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 548/2015 - Avisa aos Magistrados e todas as Serventias com competência criminal do Estado do Rio de Janeiro, que deverão observar as diretrizes constantes nas Resoluções do CNJ n.134/2011 e do Conselho da Magistratura nº 04/2012, com relação ao depósito judicial de armas de fogo, munições ou qualquer outro artefato, incluídas as armas brancas, bem como à destinação do material apreendido, que não seja mais útil à persecução criminal.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 547/2015 - Dispõe sobre a necessidade de observação, pelos setores de Distribuição, PROGERS e demais serventias judiciais de 1ª Instância, do Ato Normativo TJ nº 09/2009, que estabelece normas e orientações para o recebimento e processamento da GRERJ Eletrônica Judicial.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 283/2015 - Avisa aos Magistrados e Serventias Judiciais com competência criminal em todo o Estado, que seja observado o disposto no art.63 da Lei 11.343/06 quanto ao perdimento de bens e valores advindos dos crimes tipificados na citada lei e que, em caso de decisão judicial neste sentido, o recolhimento dos valores seja feito em favor do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), através das orientações constantes do Portal do Ministério da Justiça, [www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br) pelo caminho Políticas sobre drogas - Fundo nacional Antidrogas - Recolhimento.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 190 /2015 - Consolida os correios eletrônicos para remessa das atas de plantão da Capital e do Interior.  
(índice)

AVISO CGJ nº 180/2015 - Avisa aos Exmos. Juízes Dirigentes dos Núcleos Regionais, aos Ilmos. Srs. Servidores das equipes dos respectivos Setores de Fiscalização e Disciplina, aos Ilmos. Srs. Titulares, Delegatários e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços extrajudiciais, bem como seus Substitutos da realização de evento do lançamento da distribuição eletrônica de atos extrajudiciais.  
(índice)

AVISO nº 42/2015 - Avisa aos Titulares, Delegatários, e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas, sobre o fornecimento de papel com itens de segurança por empresa contratada pela ARPEN-RJ.  
(índice)

AVISO CGJ nº 28/2015 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo expediente dos Serviços extrajudiciais com atribuição de Registro de Títulos e Documentos que se aplica o entendimento consolidado no item 10 do inciso V da Portaria CGJ 74/2013, no que tange à correção monetária do valor declarado, se já ultrapassado o prazo de 12 meses a contar de sua fixação, utilizando-se para tanto o mesmo índice previsto no artigo 3º da Lei Estadual nº 6370/2012 para fins de atualização do valor dos emolumentos (UFIR/RJ).  
(índice)

AVISO CGJ nº 2071/2014 - Avisa que as ações de interdições e tutelas distribuídas no Foro Central da Comarca da Capital deverão ser propostas perante os Juízos das Varas de Órfãos e Sucessões e não perante os Juízos das Varas de Família.  
(índice)

AVISO CGJ nº 2040/2014 - Avisa que, em caso de decretação de prisão durante o plantão, devem se efetivar, obrigatoriamente, a expedição, a assinatura eletrônica e o encaminhamento do respectivo mandado, a fim de possibilitar o imediato abastecimento da base de dados da POLINTER e o BNMP Banco Nacional de Mandados de Prisão e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1966/2014 - Avisa aos senhores Juízes de Direito, Chefes de Serventia e demais servidores que o mandado eletrônico deve ser encaminhado para as Centrais de Mandados acompanhados apenas dos documentos estritamente necessários para a realização da diligência.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1904/2014 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços de Registro de Títulos e Documentos que se encontram suspensos os efeitos da decisão proferida no processo CNJ nº 0001261-78.2010.2.00.0000 no que se refere à observância do princípio da territorialidade nas notificações extrajudiciais.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ no. 21/2014 - Avisam aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos, sobre a importância de ser observado o prazo de antecedência mínima de uma semana, previsto para a requisição de presos, de modo a que possam ser adotadas pelos órgãos competentes as providências operacionais e de segurança que se fizerem necessárias.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1780/2014 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais sobre a obrigatoriedade de observância dos prazos normativos para a transmissão dos atos extrajudiciais.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 20/2014 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos sobre consulta ao SIPEN - Sistema de Identificação Penitenciária e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1681/2014 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, na forma do Provimento CNJ nº 39/2014, a obrigatoriedade de complementação do cadastro e início de consulta à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1641/ 2014 - Avisa aos Senhores Magistrados, Advogados, Chefes de Serventia, Substitutos, Encarregados e demais Serventuários lotados nas Serventias Judiciais de Primeira Instância, que o recolhimento das custas/despesas referentes à expedição de mandado de pagamento em sede de Juizados Especiais deverá ser realizado apenas nos momentos em que é permitida a cobrança de custas nesse microsistema.  
(índice)

AVISO nº 1629/2014 - Avisa aos senhores Chefes de Serventia, substitutos e servidores em geral das Varas Eletrônicas e Híbridas que é dispensada a publicação no Diário Oficial Eletrônico das intimações direcionadas aos usuários cadastrados na forma do art. 2º da Lei 11.419 de 19 de dezembro de 2006.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1492/2014 - Avisa aos Juízes de Direito, Chefes de Serventia e demais servidores lotados nas serventias de 1º grau, que não deverão ser expedidos Ofícios ao Depósito Público do Estado do Rio de Janeiro, devendo os respectivos mandados serem encaminhados à Central de Mandados, a fim de que seja realizado o agendamento online pelo Sistema de Gestão de Depósito Público.  
(índice)

AVISO nº 1303/2014 - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Magistrados que possuam a competência infância e juventude que já se encontra disponível para preenchimento anual o "Questionário Eletrônico" de que trata o art. 4º, II do Provimento nº 36/2014 da Corregedoria Nacional de Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ N.º 1.189/2014 - Avisa sobre a redução do projeto GEAP-C.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1058/2014 - Dá ciência aos Serviços extrajudiciais a respeito dos Enunciados aprovados pelo Conselho da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

AVISO nº 1145/2014 - Avisa aos Senhores Magistrados, Advogados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos e demais interessados sobre providência visando corrigir distorções na compensação da distribuição.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1042 /2014 - Dispõe sobre o arquivamento de processos antigos que tenham como apenso processo secundário de restauração de Autos ou Agravo de Instrumento.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 997/2014 - Avisa sobre os procedimentos a serem adotados para a requisição de apresentação de Policiais Militares às Audiências e para a comunicação de eventuais ausências à Corregedoria Interna da Polícia Militar.

(índice)

AVISO CGJ Nº 995 /2014 - Dispõe sobre recurso hierárquico em face de decisão ou ato administrativo proferido por Juiz Dirigente de NUR.

(índice)

AVISO CGJ nº 989/2014 - Dá ciência aos Serviços extrajudiciais a respeito da publicação da Lei nº 5.740/2014 do Município do Rio de Janeiro.

Dá ciência aos Serviços extrajudiciais a respeito da publicação da Lei nº 5.740/2014 do Município do Rio de Janeiro.

(índice)

AVISO CGJ nº 673/2014 - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente, não remunerados pelos cofres públicos, dos Serviços Extrajudiciais não oficializados/privatizados que farão jus à elevação do limite de suas retiradas mensais, com o acréscimo de valores equivalentes à gratificação natalina e ao 1/3 de férias, observando se a receita mensal da serventia.

(índice)

AVISO CONJUNTO nº 13/2014 - Avisam aos Magistrados e Chefes de Serventia Judicial de 1ª Instância que a expedição de ofícios à SERASA EXPERIAN por meio eletrônico está disponibilizada apenas para processos das competências cível e juizado especial cível, e restrito, através de rotina eletrônica disponibilizada no sistema informatizado DCP.

(índice)

AVISO N. 418/2014 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventia Judiciais de todo o Estado do Rio de Janeiro, que o endereço e telefone das unidades competentes para cumprimento das cartas precatórias a serem cumpridas no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e o quadro dos Distritos Judiciários deverão ser acessados na página daquele Tribunal, por meio do banner intitulado Cartas Precatórias.

(índice)

AVISO N. 404/2014 - Avisa aos Chefes de Serventia de 1ª Instância, em especial aos dos Distribuidores Oficializados e aos Encarregados dos Setores de Distribuição, que é obrigatória a consulta diária ao Sistema Malote Digital e o gerenciamento das comunicações recebidas.

(índice)

AVISO Nº 358/2014 - Avisa aos Juizes de Direito da Capital e do Interior que, para o encaminhamento das Cartas Precatórias a serem cumpridas na Cidade de São

Paulo, devem ser observados os endereços que constam no Comunicado CG nº 07/2014.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 303 /2014](#) - Avisa aos Chefes de Serventias Judiciais eletrônicas ou híbridas que deverão encaminhar, via e-mail, relação dos processos eletrônicos conclusos ao Juiz Tabelar imediatamente após a sua abertura.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 143 / 2014](#) - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventia que nas comarcas em que não houver número suficiente de oficiais de justiça avaliadores para atender a demanda da dívida ativa, servidores públicos cedidos por força dos convênios já assinados poderão cumprir, exclusivamente, mandados de citação e intimação nas ações de execução fiscal, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº. 72/2014](#) - Avisa aos Juízes Dirigentes de Núcleos Regionais e Juízes Auxiliares que os recursos interpostos contra suas decisões devem ser remetidos ao Corregedor Geral para juízo de retratação e posterior encaminhamento ao Conselho da Magistratura.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 61/2014](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários e Responsáveis pelo Expediente dos serviços extrajudiciais, bem como aos Desenvolvedores de sistemas de informatização/automação cartorária, que se encontram disponíveis para download os layouts de transmissão dos extratos dos atos extrajudiciais.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 20 /2014](#) - Avisa aos Juízes de Direito, Chefes de Serventia e a todos os funcionários responsáveis pela remessa das atas de plantão da Capital e Comarcas do Interior, que elas deverão ser remetidas a Corregedoria, exclusivamente por e-mail, através do endereço eletrônico que menciona, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO Nº 15/2014](#) - Avisa aos Chefes de Serventia e demais servidores das serventias judiciais que deverão encaminhar às respectivas Centrais de Arquivamento, para certificação das custas finais e arquivamento definitivo, os processos eletrônicos distribuídos às Varas Cíveis, Empresariais, de Família, de Fazenda Pública, de Registros Públicos e de Órfãos e Sucessões, e dá outras providências.  
([índice](#))



ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ/VICE PRESIDÊNCIAS Nº 7/2013 - Estabelece normas, orientações e procedimentos para o trâmite do Processo Judicial Eletrônico - PJE, no âmbito da Segunda Instância Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO Nº 1604/2013 - Resolve constituir Grupo de Trabalho para estabelecer a lotação das Câmaras Criminais, com atribuição de estudar o impacto que a adoção do processo eletrônico no quantitativo de funcionários das unidades judiciais acarretará, e dá outras providências.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO Nº 1566/2013 - Institui o Grupo de Trabalho para Estudo e Implementação do Processo Judicial Eletrônico - PJE no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 35/2013 - Avisam aos Magistrados titulares e/ou em exercício nas Varas Criminais com competência do Tribunal do Júri, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, serventuários, advogados, partes e usuários em geral, que deverão adotar providências de forma a permitir que sejam realizadas sessões de Júri nas datas mencionadas.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 1.588/2013 (ESTADUAL) - Avisa aos Juízes e Serventuários designados para os plantões judiciários que, em caso de decretação de prisão durante o plantão, nesta mesma sede devem se efetivar, obrigatoriamente, a expedição, a assinatura eletrônica e o encaminhamento do respectivo mandado, e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO CGJ nº 1572/2013 - Avisa que a Corregedoria Nacional de Justiça divulgou a Orientação nº 06/2013, dispondo sobre a escrituração do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, conforme disciplina prevista no Provimento CNJ nº 34/2013.  
([índice](#))

AVISO CGJ nº 1528/2013 - Avisa que a Lei estadual nº 6.599/2013, publicada em 29/11/2013 e que alterou a Tabela 25 da Lei estadual nº 6.370/2012, entrará em vigor no dia 26 de fevereiro de 2014, e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 32/2013 - Avisa aos Chefes de Serventias Judiciais de 1ª Instância, respectivos substitutos e Diretores das Unidades Organizacionais da CGJ que deverão comunicar à Divisão de Monitoramento e Informações de Dados qualquer alteração nos dados cadastrais dos setores mencionados, e dá outras providências  
(índice)

AVISO CGJ nº 1.258/2013 - Avisa que, excepcionalmente, as Centrais de Mandados, NAROJAS e Oficiais de Justiça deverão receber fisicamente os mandados de intimação para devolução ou de busca e apreensão de autos.  
(índice)

AVISO CONJUNTO Nº. 29/2013 - Avisam aos magistrados que na hipótese de designação para atuar em mais de um Juízo (cumulação) deverão comunicar à Corregedoria Geral da Justiça os dias e horários que poderá ser encontrado nos respectivos gabinetes, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1208/2013 - Avisa que deverão afixar, em local visível e de maior circulação de pessoas, cartaz ou aviso contendo informação sobre o direito de realizar separação e divórcio consensuais, além de inventário e partilha de bens, por meio de escritura pública.  
(índice)

AVISO CGJ Nº: 1133/2013 - Publica no DJERJ a íntegra da Portaria nº 155/2013 do CNJ.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1119/2013 - Avisa aos Chefes de Serventias Judiciais, Substitutos e demais servidores lotados em serventias situadas em Comarcas onde funcione Central ou Núcleo de Autuação que, ao receberem os processos devidamente autuados, deverão, imediatamente, remetê-los à conclusão do Magistrado ou praticar o ato ordinatório cabível.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 08/2013 - Avisam aos Magistrados, Secretários de Órgão Julgador, Titulares, Responsáveis pelo Expediente, Encarregados e demais Serventuários lotados nas Secretarias de Órgão Julgador e Serventias Judiciais de Primeira Instância, com competência criminal, que a sentença penal condenatória deverá conter determinação ao Coordenador da Secretaria de Administração Penitenciária para providenciar a transferência do condenado para estabelecimento prisional compatível com o regime fixado na sentença, e dá outras providências.  
(índice)

[AVISO CGJ Nº 1033/2013](#) - Avisa que se encontra disponível no CNCA (Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas) o questionário eletrônico para os magistrados informarem os resultados estatísticos das "Audiências Concentradas".  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº. 917/2013](#) - Avisa que caberá aos Juízes Dirigentes dos Núcleos Regionais estabelecer contato com os Juízes de Direito das serventias judiciais de 1ª Instância, cuja lotação extrapole o quantitativo de servidores sugeridos na tabela constante do Relatório, cabendo a cada Juiz de Direito indicar o servidor a ser remanejado, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CONJUNTO Nº 26/2013](#) - Avisam que fica autorizado, até desenvolvimento de ferramenta adequada no portal do Tribunal de Justiça, o recebimento físico pelos protocolos de primeira e segunda instância nas condições que menciona, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CONJUNTO Nº 25/2013](#) - Avisam que o peticionamento inicial eletrônico de ações e recursos apresentados originariamente nos órgãos judiciários de segunda instância do Tribunal de Justiça realizado em duplicidade, quer em razão de falha de transmissão atribuída ao sistema, quer por erro do operador peticionante, deverá ser observado o procedimento que menciona, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº. 23/2013](#) - Avisa que do quantitativo de servidores estipulado pelo GTLOTAÇÃO está excluída toda a composição do Gabinete do Juízo, devendo ser observada a necessidade de cumprimento da determinação constante do § 1º do artigo 4º do Ato Normativo TJ nº 04/2009, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 22/2013](#) - Avisam aos Desembargadores e Juízes com competências cível, fazendária, criminal e execução penal, responsáveis por encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça os dados sobre a inclusão, alteração ou exclusão de dados no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI).  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 1.000/2013](#) - Avisa que os processos judiciais nos quais tenham sido prolatadas sentenças condenando ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação deverão permanecer em cartório pelo prazo mencionado, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CONJUNOT TJ/CGJ 975/2013](#) - Avisa que nas remoções de que trata o item 5.2 do Relatório Conclusivo da GTlotação, deverão ser observados pelos Eminentíssimos Juizes das Serventias Judiciais e Juizes Dirigentes dos Núcleos Regionais, caso seja necessária a indicação de servidores para remoção, os critérios objetivos mencionados, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO Nº 929/CGJ/2013](#) - Avisa que as certidões disponibilizadas no site na Corregedoria Geral da Justiça a que se refere o Aviso CGJ nº 952/2012 não desobriga as Serventias Judiciais de Primeira Instância de expedirem certidões minuciosas, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 0922/2013](#) - Informa a relação dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais que receberam reembolso conforme Lei Estadual nº 3001/98, processada pela Divisão de Monitoramento Extrajudicial no mês de julho, referente aos atos praticados gratuitamente até junho de 2013.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 0921/2013](#) - Informa a relação dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais que receberam reembolso conforme Lei Estadual nº 3001/98, processada pela Divisão de Monitoramento Extrajudicial no mês de julho, referente aos atos praticados gratuitamente até junho de 2013.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 901 /2013](#) - Avisa aos Magistrados com competência em matéria de Registro Civil, aos Titulares e Responsáveis pelo Expediente das respectivas Serventias judiciais e aos ilustres Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços de Distribuição de feitos judiciais, para fins de cumprimento do Provimento CGJ nº 16/2012 - Projeto Pai Presente, nas suas respectivas áreas de competência/atribuição sobre procedimentos a respeito do Projeto.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N 814/2013](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores das Serventias Extrajudiciais que estão disponíveis para download, com os devidos ajustes, o modelo padronizado do Livro Adicional Físico e a Tabela de Atos Codificados do Livro Adicional Eletrônico, nos endereços eletrônicos que menciona.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N 759/2013](#) - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente de todos os Serviços Extrajudiciais não oficializados/privatizados, não remunerados pelos cofres públicos e não amparados por decisões liminares individuais, que em observância à decisão proferida nos autos do Pedido de Providência nº 000384-41.2010.2.00.0000, estão restabelecidos os efeitos do Provimento CGJ nº 43/2010.

[\(índice\)](#)

[AVISO Nº 844/CGJ/2013](#) - Avisa aos Advogados, às partes, aos Escrivães, Responsáveis pelo Expediente e serventuários lotados nas serventias habilitadas para realizar o cadastro presencial, que o servidor que se recusar a efetuá-lo incorrerá em falta grave passível de punição, podendo os advogados e as partes, e devendo os Escrivães e Responsáveis pelo expediente, comunicar tal recusa à Corregedoria Geral da Justiça para as providências cabíveis.  
([índice](#))

[AVISO TJ/CGJ Nº 17/2013](#) - Avisam aos Magistrados, Titulares de Serventia, Responsáveis pelo Expediente e demais servidores lotados nas Serventias Judiciais de primeira instância, em especial as que detenham competência criminal ou que processem ações de improbidade administrativa, que deverão fornecer gratuitamente certidões de processos referidos em Certidões de Distribuições Segundo Grau de Jurisdição CNJ, consignando que a certidão se destina à complementação da informação fornecida pelo sistema.  
([índice](#))

[AVISO TJ/CGJ Nº 16/2013](#) - Avisam aos Magistrados, Titulares de Serventia, Responsáveis pelo Expediente e demais servidores lotados nas Serventias Judiciais de primeira instância, em especial as que detenham competência criminal ou que processem ações de improbidade administrativa, que deverão realizar o preenchimento, no sistema, dos dados relativos aos réus, eventualmente obtidos, como CPF, RG e filiação.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 766/2012](#) - Avisa que fica dispensada a juntada aos autos do termo de conclusão impresso, bastando o lançamento eletrônico da conclusão para fins de cumprimento do disposto no art. 246 da CNCJ, o que é obrigatório toda vez que os autos forem submetidos à conclusão.  
([índice](#))

[AVISO CGJ. Nº 765/2012](#) - Avisa que devem aceitar, para a prática do ato que assim o exigir, o comprovante de inscrição do CPF do interessado, expedido pelo site da Receita Federal, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 764/2012](#) - Avisa que devem aceitar para a prática do ato que assim o exigir, a Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imóvel, expedida pelo Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO Nº 429/ 2012](#) - Avisa aos Magistrados, Escrivães e Responsáveis pelo Expediente sobre a necessidade do correto cumprimento do art. 280, III, da Consolidação Normativa - Parte Judicial.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 732/2013 - Avisa aos Magistrados, Titulares de Serventia/ Responsáveis pelo Expediente das Serventias com competência criminal e de execução penal que devem cumprir rigorosamente o disposto na Resolução nº 162/2012 do Conselho Nacional de Justiça e nos artigos 283-A e 283-B da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

AVISO CONJUNTO Nº. 13/2013 - Avisam aos Magistrados que a íntegra do Termo de Cooperação Técnica com o objetivo de implementar o Projeto "Juiz na Comarca" se encontra no sítio eletrônico do TJRJ no caminho mencionado, onde o Magistrado deverá informar a data da audiência mais remota do respectivo Juízo, a fim de que a Presidência e a Corregedoria Geral da Justiça possam verificar medidas a serem adotadas em auxílio.  
(índice)

AVISO CGJ nº 583/2013 - Avisa aos Titulares, Delegatários e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Notariais do Estado do Rio de Janeiro que deverão cumprir o disposto no Provimento nº 18/2012 da Corregedoria Nacional de Justiça, em vigor desde o dia 02 de janeiro de 2013, procedendo à alimentação de dados junto à CENSEC nos prazos estabelecidos nos artigos 4º, 7º e 9º do referido Provimento, sob pena de instauração de processo administrativo disciplinar.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 580/2013 - Avisa aos Magistrados que, até o final do mês de junho do corrente exercício, na excepcional e justificada hipótese de não lhes ser possível utilizar o sistema RENAJUD mediante a sua assinatura digital e não havendo Serventuário do Juízo devidamente habilitado para a utilização do sistema nos termos do Provimento CGJ nº 31/2013, poderão requisitar a efetivação de consulta, inclusão e exclusão de restrições veiculares ao Serviço de Informações e Apoio a Convênios com intercâmbio de dados - SEIAC, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ nº 579/2013 - Avisa aos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais quanto à obrigatória utilização diária do sistema mencionado no Provimento CGJ nº 12- A/2012 e no Aviso CGJ nº 83/2012 para todas as comunicações eletrônicas entre os Serviços de RCPN e para a tramitação de dados oriundos das Unidades Interligadas, sob pena de caracterização de infração disciplinar.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 08/2013 - Avisam aos Magistrados, Secretários de Órgão Julgador, Titulares, Responsáveis pelo Expediente, Encarregados e demais Serventuários lotados nas Secretarias de Órgão Julgador e Serventias Judiciais de Primeira Instância, com competência criminal, que a sentença penal condenatória deverá conter determinação ao Coordenador da Secretaria de Administração

Penitenciária para providenciar a transferência do condenado para estabelecimento prisional compatível com o regime fixado na sentença, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO Nº 419/2013 - Avisa aos Titulares e Responsáveis pelo Expediente das Varas com competência Criminal e de Família que, antes da remessa às POLINTER de ofícios encaminhando Mandados de Prisão deverão se certificar, sob pena de apuração de responsabilidade funcional, de que os mesmos se encontram efetivamente acompanhados dos Mandados de Prisão a que se referem.  
(índice)

AVISO CGJ nº 367 /2013 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores das Serventias Extrajudiciais que a escrituração do Livro Adicional Físico e a transmissão do Livro Adicional Eletrônico referentes aos atos extrajudiciais praticados a partir de 21 de março de 2013, deverão obedecer às redefinições de faixas realizadas em razão da Lei Estadual nº 6.370/2012, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 323 /2013 - Avisa que os valores relativos aos procedimentos e atos dispostos no Inciso II da Tabela 01 são considerados em reais ("R\$") e não em UFIR, como informado pela Lei Estadual nº 6.369/2012.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 257/2013 - Determina aos Assistentes e Encarregados dos Núcleos Regionais que consultem, previamente, o CPLOT ao instruírem os procedimentos administrativos de remoção no âmbito do Núcleo Regional, a fim de viabilizar permuta com os demais servidores cadastrados, de modo a não comprometer o efetivo da lotação de origem do requerente, e, conseqüentemente a prestação jurisdicional na sua serventia.  
(índice)

AVISO CGJ N.º 256/2013 - Avisa sobre a edição, pelo Ministério das Comunicações, da Portaria nº 469, de 16/11/2012, que incluiu presos como remetentes da Carta Social, instrumento que permite o envio de correspondências gratuitas.  
(índice)

AVISO CGJ nº 186/2013 - Avisa aos serviços extrajudiciais relacionados que deverão cumprir a determinação do Conselho Nacional de Justiça, fornecendo, no prazo de 72 horas, todas as informações pendentes sobre produtividade e arrecadação no Sistema Justiça Aberta, sob pena de instauração de processo administrativo disciplinar, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 126/2013 - Avisa que o Guia CEP utilizado pelo Sistema SCM é a principal ferramenta para se fixar a atribuição para o cumprimento de mandados e, somente em casos de inexistência de registro, deverá ser observada a consulta ao sítio de logradouros do Município do Rio de Janeiro na internet, e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ Nº 125/2013 - Avisa sobre as rotinas a serem adotadas pelas Serventias envolvidas no processo de trabalho de digitalização, encaminhamento, recebimento, cumprimento e devolução dos Mandados Judiciais por meio eletrônico, e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ Nº 46/2013 - Avisa que fica prorrogado o prazo de utilização experimental das certidões padronizadas, passando a ser obrigatória a sua utilização a partir do dia 21 de janeiro de 2013, nos Sistemas que menciona.

OBS: Publicado Aviso CGJ 47/2013, com o mesmo teor deste aviso na mesma página.

(índice)

AVISO CGJ Nº 44/2013 - Avisa aos Magistrados, Titulares de Direção de Serventia judicial e Responsáveis pelo Expediente que os processos deverão ser encaminhados às Centrais de Arquivamento e ao Núcleo de Arquivamento observadas as competências e condições descritas nos artigos 229-A e 229-B da Consolidação Normativa (parte judicial), obedecendo ao cronograma que especifica.

(índice)

AVISO CGJ nº 22/2013 - Avisa aos Titulares/Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços extrajudiciais que fica autorizada a substituição do arquivamento físico de recibos e pedidos de certidões por sua digitalização, microfilmagem ou qualquer meio eletrônico, devendo ser observados os prazos previstos na Tabela de Temporalidade de Documentos do TJRJ, e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ Nº 773/2012 - Avisa à Divisão do Protocolo Geral (PROGER da Capital), às Serventias Judiciais do Estado, advogados e demais interessados, que foi suprimida a restrição de recebimento de recursos sujeitos a preparo, constante do Ato Executivo Conjunto 07/2001, quando remetidos pelo sítio do Tribunal de Justiça amparada na Lei 9.800/99.



[\(índice\)](#)

[AVISO Nº 1389/2012](#) - Avisa que todas as serventias notariais e de registro utilizam, desde agosto 2012, o sistema do selo digital de fiscalização, estando, com isso, o uso do selo autoadesivo abolido.

[\(índice\)](#)

[AVISO Nº 1.391/2012](#) - Avisa que o encaminhamento de processos às Centrais e Núcleos de Arquivamento sem a devida observância do que dispõem os §§ 1º e 2º do artigo 229-A da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, na redação que lhes foi dada pelo Provimento nº 67/2012, a partir de 1º de janeiro de 2013, acarretará responsabilidade funcional do servidor, com a consequente abertura de procedimento administrativo disciplinar.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1350/2012](#) - Avisa que fica prorrogado o prazo inicialmente estabelecido de utilização experimental das certidões padronizadas, passando a sua utilização ser obrigatória a partir do dia 14 de janeiro de 2013.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1330/2012](#) - Avisa aos Diretores das Centrais de Cumprimento de Mandados, Narojas e Escrivães/RE de Unidades Organizacionais de lotação de Oficiais de Justiça Avaliadores que os Alvarás de Soltura expedidos pela VEP - Vara de Execuções Penais lhes serão encaminhados por fax e já instruídos com o resultado da consulta ao SARQ POLINTER.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 1319/2012](#) - Avisa que os responsáveis pelos serviços notariais e de registro deverão alimentar semestralmente e diretamente, via internet, todos os dados no sistema "Justiça Aberta" até o dia 15 dos meses de janeiro e julho (ou até o próximo dia útil subsequente), devendo também manter atualizadas quaisquer alterações cadastrais, em até 10 dias após suas ocorrências, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1251/2012](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais quanto à obrigatoriedade de manter atualizadas as suas informações junto ao Sistema Justiça Aberta - CNJ, especialmente os dados sobre produtividade e arrecadação da serventia, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

AVISO CGJ nº 1192/2012 - Avisa aos Magistrados e aos Titulares e Responsáveis pelo Expediente de Serventias judiciais que a Procuradoria da Fazenda Nacional não tem atribuição para oficiar nos processos de natureza imobiliária de interesse da União Federal, a competência, nessas hipóteses, é da Advocacia Geral da União, cuja Procuradoria Regional na Comarca da Capital tem sede no endereço que menciona, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1.189/2012 - Avisa que os mandados encaminhados às Centrais de Cumprimento de Mandado deverão, necessariamente, conter a assinatura digital do Magistrado, observado o disposto nos artigos 352-B a 352-G da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1188 /2012 - Avisa que ao receber as guias de remessas de expediente, a Vara de Destino deverá fornecer recibo na própria guia bem como procederá a sua devolução imediatamente ao Serviço de Mensageria, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1182/2012 - Avisa aos Magistrados com competência em matéria de Registro Civil e aos Oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais que os Serviços de RCPN deverão encaminhar mensalmente, a partir de janeiro de 2013, até o dia 20 do mês seguinte ao vencido, relatório dirigido ao Juízo competente, contendo o número de registros de nascimento efetuados no mês de exercício, destacando o número de registros de nascimento com indicação e sem indicação de paternidade.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1181/2012 - Avisa aos Cartórios de Registro Civil e às serventias judiciais encarregadas da execução do Projeto Pai Presente que deverão ser levados ao Serviço de Distribuição do respectivo Foro para fins de inclusão no sistema DCP, no prazo de 15 dias, os procedimentos relativos às escolas ("Procedimento Escola - Pai Presente") que já foram autuados, na forma prevista no artigo 2º, §§ 1º e 2º do Provimento CGJ nº 16/2012, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1179/2012 - Avisa aos Magistrados dotados de competência para julgar as ações que versem sobre matéria de saúde, que quando possível e cabível, oficiem à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ao Conselho Federal de Medicina (CFM) e ao Conselho Federal de Odontologia (CFO), para se manifestarem acerca da matéria debatida dentro das atribuições de cada órgão, específica e respectivamente, sobre obrigações regulamentares das operadoras, medicamentos, materiais, órteses, próteses e tratamentos experimentais.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1.178/2012 - Avisa aos Magistrados e aos Titulares ou Responsáveis pelo Expediente das Serventias Judiciais que, em se tratando de mandado de penhora de renda em que se faça necessária a atuação da Central com atribuição de Depositário Judicial, é obrigatório fazer constar do texto do mandado o número do CPF ou CNPJ das partes, tornando-se sem efeito o Aviso CGJ nº 889/2011.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 981/2012 - Avisa a todos os funcionários responsáveis pela remessa das atas de plantão, sem prejuízo do envio eletrônico à Corregedoria, que as mesmas deverão ser remetidas à Defensoria Pública Estadual, à Secretaria de Segurança Pública e ao Ministério Público Estadual nos endereços eletrônicos mencionados, ficando vedada a remessa por ofício.  
(índice)

AVISO Nº 1030 /2012 - Avisa às Serventias Judiciais de primeira instância eletrônicas ou híbridas, bem como nos NADACs que atuem como Juizados eletrônicos ou híbridos, que é obrigatória a realização de cadastramento presencial de advogados ou partes, sob pena de responsabilidade funcional.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 974/2012 - Avisa que os ofícios a que se refere o artigo 250, inciso IV, alínea "b" da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral de Justiça, poderão ser assinados através de certificados eletrônicos pelos Titulares de Serventia e Responsáveis pelo Expediente, a partir da entrega dos certificados pela Presidência do Tribunal de Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 972/2012 - Avisa que a partir de 1º de outubro de 2012, petições e documentos, salvo ofícios, somente poderão ser encaminhados às serventias que menciona, pelo sistema eletrônico, sendo vedado o envio dos mesmos pelo meio físico, ressalvado o disposto no § 5º do artigo 11 da Lei nº 11.419/06 e a partir de 21 de agosto de 2012 petições e documentos, salvo ofícios, somente poderão ser encaminhados ao I Juizado Especial Cível da Barra da Tijuca pelo sistema eletrônico, sendo vedado o envio dos mesmos pelo meio físico, conforme disciplinado no § 2º do artigo 3º do Ato Normativo Conjunto nº 4/2012.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 814/2012 - Avisa que o requerimento de alvará é cabível, na forma de Lei n. 6.858/80, independentemente da existência de outros bens, de seu valor ou de processo de inventário e partilha, suscitando o recolhimento previsto na Portaria de Custas Judiciais da CGJ, nas hipóteses que menciona.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 898/2012 - Avisa aos Magistrados, Titulares ou Responsáveis pelo Expediente e servidores lotados nas Serventias Judiciais de primeira instância, em especial as que detenham competência criminal ou que processem ações de improbidade administrativa, que deverão fornecer todas as informações solicitadas pelos órgãos de segunda instância para elaboração de certidões, bem como fornecer gratuitamente certidões solicitadas por candidatos a cargos eletivos.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 802/2012 - Avisa que, a partir de 1º de Agosto de 2012, petições e documentos, salvo ofícios, somente poderão ser encaminhados aos I, II e III Juizados Especiais da Fazenda Pública da Comarca da Capital, pelo sistema eletrônico, sendo vedado o envio dos mesmos pelo meio físico, ressalvado o disposto no §5º do artigo 11 da Lei nº. 11.419/06.  
([índice](#))

AVISO N.º 829/ 2012 - Avisa que a intimação de parte(s) e/ou testemunha(s) em sede de procedimento administrativo pode ensejar os recolhimentos que menciona, baseados na Portaria de Custas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça.  
([índice](#))

AVISO TJ nº 95/2012 - Revoga a Convocação TJ nº 19/2012 referente ao treinamento na nova sistemática de distribuição e autuação de processos, notadamente no que diz respeito à utilização das Tabelas Processuais Unificadas do CNJ.  
([índice](#))

AVISO Nº 552/2012 - Avisa aos Magistrados, Escrivães e Responsáveis pelo Expediente das serventias judiciais que, prolatada sentença de interdição, a Vara dará ciência à Justiça Eleitoral através de ofício dirigido à Corregedoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, no endereço que menciona, sendo vedada a remessa diretamente às Zonas Eleitorais, e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 902, DE 27/09/2011 - Avisa que os processos que contenham determinação judicial para estudo social e/ou psicológico devem ser encaminhados pelos Cartórios das Varas de Família e Varas de Órfãos e Sucessões do Foro Central para a ETIC - Serviço Social do Foro Central no local que menciona.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 980, DE 16/12/2010 - Avisa a todas as Comarcas do Estado do Rio de Janeiro que é obrigatória a leitura por todos os Escrivães e Responsáveis pelo Expediente de todas as serventias judiciais do Estado do Rio de Janeiro do Ato Executivo TJ n. 5969/2010, publicado no DJERJ de 19/11/2010, e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 620, DE 17/08/2010 - Avisa as serventias judiciais que, prolatada sentença de interdição, a Vara dará ciência a Justiça Eleitoral através de ofício dirigido a Corregedoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro no endereço que menciona, e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ N. 585, DE 04/08/2010 - Avisa aos Escrivães, Responsáveis e Encarregados das Serventias que menciona que estão desobrigados de encaminhar os Boletins Estatísticos e dá outras providências.

(índice)

AVISO TJ N. 90, DE 01/10/2010 - Avisa que a designação de servidores para o cargo de Auxiliar de Gabinete, no 1. Grau, deve ser solicitada através de ofício a ser proto colado na Divisão de Protocolo da Corregedoria Geral de Justiça e da outras providências.

(índice)

### Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ/2ªVP/GPJ-RJ Nº 08/2023 - Dispõe sobre a regulamentação dos dados que alimentam o Banco Nacional de Monitoramento das Prisões 2.0 (BNMP2), no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, pelas serventias com competência criminal lato sensu e de família.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ/ 2ª VICE PRESIDÊNCIA nº 04/ 2022 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de alimentação direta dos dados processuais no sistema CNJ/BNMP - Banco Nacional de Monitoramento de Prisões.

(índice)

AVISO CGJ nº 490/2021 - Comunica que a Certidão por Morte (texto 1509) será inativada do Sistema DCP, cabendo às serventias informar, diretamente no Sistema BNMP, o nome do Presídio em que ocorreu o falecimento do detento.

(índice)

AVISO CGJ nº 418 /2020 - Avisa sobre a concessão de acesso para servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES - BNMP 2.0 e dá outras providências.

(índice)

### Busca e Apreensão – Decreto-Lei nº 911/69

PROVIMENTO CGJ Nº 76 / 2016 - Dispõe sobre a regularização e padronização do procedimento das buscas e apreensões previstas no parágrafo 12 do artigo 3º do Decreto-Lei 911/69, com a introdução da Lei 10.043/2014.  
(índice)

### Busca e apreensão de medicamentos

ATO EXECUTIVO TJ N. 3132, DE 08/07/2009 - Disciplina a busca e apreensão de medicamentos, insumos hospitalares e equipamentos médicos de suporte, no âmbito do Estado e do Município do Rio de Janeiro.  
(índice)

### Cadastramento de Ordens Judiciais

AVISO CGJ 132/2022 - Avisa sobre o procedimento a ser adotado para o cadastramento das ordens judiciais, nos casos em que não haja prévia comunicação acerca da existência de medidas a serem encaminhadas para cumprimento, em regime de urgência, após o horário regulamentar.  
(índice)

### Cadastro Civil e Registro de Condutores

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 12/2008 - Avisam que fica disponibilizado para os Magistrados, Escrivães e Secretários de Câmara o acesso a informações referentes ao Cadastro Civil e ao Registro de condutores, e da outras providências.  
(índice)

### Cadastro de Administradores Judiciais – Lei 11.101/05

PROVIMENTO CGJ Nº 24 /2023 - Confere nova redação aos artigos 3º e 4º, caput e parágrafo único, do Provimento CGJ nº 38/2022.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 82/2022 - Acrescenta o artigo 6º-A ao Provimento CGJ nº 38/2022.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 38 /2022 - Estabelece novas regras para o Cadastro de Administradores Judiciais da Lei Federal 11.101/05.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 56/2021 - Estabelece novas regras para o Cadastro de Administradores Judiciais da Lei Federal 11.101/05.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 23/2019 - Cria o Cadastro de Administradores Judiciais da Lei Federal 11.101/05.  
(índice)

### Cadastro Nacional de Condenados por Atos de Improbidade

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 9/ 2020 - Avisam aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores e Juízes com competências cível, fazendária, criminal e execução penal, sobre a obrigatoriedade de alimentação do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI instituído pela Resolução nº 44 de 20.11.2007 com as alterações da Resolução 172 de 08.11.2013 do CNJ.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 20/2016 - Avisam aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores e Juízes com competências cível, fazendária, criminal e execução penal, sobre a obrigatoriedade de alimentação do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI instituído pela Resolução nº 44 de 20.11.2007 com as alterações da Resolução 172 de 08.11.2013 do CNJ.  
(índice)

### Cadastro Nacional de Eleitores

AVISO CGJ N. 159, DE 24/06/2009 (ESTADUAL) - Avisa que os requerimentos relativos aos dados de caráter personalizado constantes do Cadastro Nacional de Eleitores, devem ser feitos através de ofício, devendo constar o endereço eletrônico institucional para o qual será enviada a resposta.  
(índice)

### Cancelamento de Protesto de Indevida Inscrição em Cadastro Restritivo

SÚMULA TJ Nº.144/2007 - Nas ações que versem sobre cancelamento de protesto, de indevida inscrição em cadastro restritivo de credito e de outras situações similares de cumprimento de obrigações de fazer fungíveis, a antecipação da tutela específica e a sentença serão efetivadas através de simples expedição de ofício ao órgão responsável pelo arquivo dos dados.  
(índice)

### Cadastro Presencial

ATO NORMATIVO TJ N. 30, DE 07/12/2009 - Estabelece normas e orientações para o cadastramento de usuários na forma presencial com vistas ao acesso aos autos e

prática de atos em processo eletrônico, conforme disposto no art. 1., parágrafo 2., inciso III, alínea 'a' da Lei n. 11.419 de 19 de dezembro de 2006, e das outras providências.

[\(índice\)](#)

### Carta de Execução Provisória

[AVISO TJ Nº. 38/2007](#) - Avisa aos Magistrados com competência em matéria criminal, que observem o disposto no art. 1. da Resolução Nº. 10/2007 do Órgão Especial e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

### Carta de Sentença

[AVISO CGJ 154 / 2021](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais com atribuição para o Registro Civil de Pessoas Naturais e aos Chefes de Escrivanias Judiciais que nos processos judiciais de divórcio que tramitarem sob o pálio da gratuidade de justiça, após o trânsito em julgado da respectiva sentença, a carta de sentença deverá ser encaminhada por intermédio do malote digital, para registro, no Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais do 1º Ofício ou da 1ª subdivisão judiciária de cada comarca.

[\(índice\)](#)

### Carta Precatória

[AVISO CGJ 703/2021](#) - Dispõe sobre a remessa de cartas precatória e declínios de competência para o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 578/2020](#) - Avisa, a pedido da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Rondônia, acerca das alterações no modo de distribuição de Cartas Precatórias eletrônicas de natureza cível no Tribunal de Justiça daquele Estado, e consequente mudança no Manual de Distribuição encaminhado anteriormente.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 144/2020](#) - Avisa aos Chefes de Serventias, Encarregados pelas Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, Oficiais de Justiça Avaliadores, servidores e demais interessados sobre o correto preenchimento dos mandados de cumprimento de carta precatória e dos mandados de aditamento.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 59/2018](#) - Normatiza o recebimento de Cartas Precatórias originárias de outros Estados pelos Serviços de Distribuição.

[\(índice\)](#)



AVISO CGJ Nº 1040 /2018 - Dispõe sobre o Ofício-Circular nº 344/GC/2018, do Exmo. Desembargador Corregedor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que encaminha para conhecimento e divulgação, cópia da Portaria Conjunta 83 de 19 de julho de 2018, editada por aquela Corte de Justiça, com o objetivo de regulamentar o recebimento e a expedição de cartas precatórias e ordem no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 116/2016 - Autoriza a distribuição física das Cartas Precatórias de Busca e Apreensão de Autos enquanto não for desenvolvida a ferramenta apropriada no sistema DCP e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 1588 / 2016 - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que a carta precatória expedida eletronicamente, em processo físico ou eletrônico, para este ou outro Estado, ensejará o recolhimento da notificação eletrônica, sem prejuízo das demais custas vigentes no último caso. Em processo físico, sendo necessária a digitalização de documento para sua instrução, será recolhido também o seu valor  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 1349/2014 - Dispõe sobre a remessa das cartas precatórias oriundas de plantões das comarcas do interior aos plantões da Comarca da Capital no SEPUJ - Serviço de Administração do Plantão Judiciário.  
([índice](#))

AVISO N. 418/2014 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventia Judiciais de todo o Estado do Rio de Janeiro, que o endereço e telefone das unidades competentes para cumprimento das cartas precatórias a serem cumpridas no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e o quadro dos Distritos Judiciários deverão ser acessados na página daquele Tribunal, por meio do banner intitulado Cartas Precatórias.  
([índice](#))

AVISO Nº 358/2014 - Avisa aos Juízes de Direito da Capital e do Interior que, para o encaminhamento das Cartas Precatórias a serem cumpridas na Cidade de São Paulo, devem ser observados os endereços que constam no Comunicado CG nº 07/2014.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 254/2012 - Avisa que, na expedição e encaminhamento de cartas precatórias por fax, aos Cartórios Distribuidores, é necessário certificar nos autos

principais o meio pelo qual a carta precatória foi enviada, devendo-se lançar o nome e matrícula do servidor que a recebeu, data e hora, bem como juntar aos autos o original da deprecata, vedando-se sua remessa por malote.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 887, DE 05/10/2011](#) - Avisa sobre a necessidade do correto preenchimento do formulário disponibilizado no Sistema DCP para o encaminhamento das Cartas Precatórias as Centrais de Cumprimento de Mandados ou aos Oficiais de Justiça Avaliadores, devendo constar obrigatoriamente, além do nome das partes e endereço da diligência, a finalidade a que se destina a Carta Precatória.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CGJ N. 1421, DE 29/09/2011](#) - Resolve que a carta precatória eletrônica somente será expedida no caso de as Serventias deprecante e deprecada possuírem equipamento necessário para sua expedição e recebimento. O sistema informatizado in formara quais Serventias dispõem desses meios, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 89, DE 07/02/2011](#) - Avisa aos Magistrados, Escrivães e Responsáveis pelo Expediente de competência Criminal e Família, que ao receberem Carta Precatória com a finalidade de cumprir mandado de prisão, utilizem o original expedido pelo Juízo Deprecante, se abstendo de expedir novo mandado prisional.  
([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN82, DE 21/12/2010](#) - Dispõe acerca do cumprimento de precatórias expedidas pela Justiça Federal para Comarcas que não sejam sede da respectiva Vara federal - Parecer.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 1005, DE 22/12/2010](#) - Avisa que as cartas precatórias expedidas pela Justiça Federal de vem ser cumpridas mesmo em se tratando de local abrangido pela competência do Juízo deprecante, excetuando-se as Comarcas que sejam sede de Vara Federal e observando o recolhimento das custas devidas, caso aparte não seja beneficiária da Justiça Gratuita.  
([índice](#))

[AVISO TJ N. 85, DE 18/12/2009](#) - Avisa aos Magistrados, membros da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Escrivães e Serventuários que o pagamento da taxa judiciária devida em cartas precatórias expedidas pelos entes fazendários de outros Estados, para cumprimento neste Estado, devesse ser efetuado pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, e das outras providências.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 765, DE 07/10/2009 - Avisa que as cartas precatórias remetidas para quaisquer Comarcas, inclusive para os Foruns Regionais, deverão ser endereçadas ao respectivo setor ou serviço de Distribuição do Juízo deprecado, a fim de possibilitar a distribuição proporcional de acordo com a competência.  
(índice)

### Carta Rogatória

AVISO CGJ 442/2020 - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventia e demais Servidores acerca dos procedimentos a serem adotados para o encaminhamento de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica Internacional em matéria cível.  
(índice)

### Central de Audiência de Custódia

RESOLUÇÃO OE nº 30/2022 - Dispõe sobre a alteração da redação da Resolução TJ/OE nº 05, de 14 de março de 2022.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE nº 05/2022 - Disciplina a celebração e a homologação, ou não, do Acordo de Não Persecução Penal no âmbito das Centrais de Audiências de Custódia - CEAC'S - a envolver os custodiados presos em flagrante delito.  
(índice)

AVISO 2ªVP nº 07/2021 - Avisa aos magistrados com competência criminal de forma lato sensu e de família, Chefes de serventias, Substitutos, Secretários e demais Servidores que poderão estabelecer contato direto, como meio de comunicação eficaz, com o Cartório da CEAC-Capital, através do e-mail funcional: [ceac.urgencia@tjrj.jus.br](mailto:ceac.urgencia@tjrj.jus.br).  
(índice)

AVISO 2ªVP nº 06/2021 - Avisa aos magistrados com competência criminal de forma lato sensu e de família, Chefes de Serventias, Substitutos, Secretários e demais Servidores que, em 22/11/2021, entrará em operação a alteração no sistema de informática deste Tribunal de Justiça, de forma a permitir, com a integração do sistema da Polícia Civil do Rio de Janeiro, que haja o encaminhamento eletrônico, pela autoridade policial, do registro de ocorrência policial relativo ao cumprimento do mandado de prisão diretamente à Central de Audiências de Custódia - CEAC - com competência na circunscrição territorial do juízo natural emitente da ordem judicial e pelo qual tramita o processo originário.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ n. 3/ 2020 - Designa órgão judicial ao qual ficará vinculada Central de Audiência de Custódia da Comarca da Capital, criada pela Resolução n. 29/ 2015, com a redação dada pela Resolução n. 14/ 2017, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.  
(índice)

## Central de Cálculos Judiciais

PORTARIA Nº. 1787/2023 - Resolve designar o juiz de direito que menciona para a função de juiz coordenador da Central de Cálculos Judiciais da Comarca da Capital, sem prejuízo de suas atribuições.

(índice)

AVISO CGJ nº 385 /2022 - Avisa aos Magistrados, secretários, chefes de serventia, substitutos de chefes de serventia e demais servidores sobre a forma como devem ocorrer os contatos com a Central de Cálculos na hipótese de intimação e reiteração de intimação referentes a processos a ela já disponibilizados.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 92/2021 - Estabelece regras para as Centrais de Cálculos da Capital e demais órgãos com a mesma atribuição.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 52/2020 - Altera a redação do artigo 1º, caput e §§ 1º e 2º, do Provimento CGJ nº 45/2020, substituindo a expressão "Central de Cálculos Judiciais" por "Contadoria Judicial".

(índice)

## Central de Cumprimento de Mandados

PORTARIA Nº. 2252/2023 - Resolve designar o juiz de direito que menciona para exercer a função de juiz coordenador da Central de Cumprimento de Mandados da Comarca de Duque de Caxias, sem prejuízo de suas atribuições.

(índice)

## Central de Distribuição, Cálculos, Partilhas, Avaliação e Testamentária e Tutoria Judicial

AVISO CGJ nº 839/2020 - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Magistrados e Ilustríssimos Senhores Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos de serventias e demais interessados sobre a abrangência da atuação das Centrais de Tutoria Judicial e dá outras providências

(índice)

ATO EXECUTIVO CGJ Nº 61/2013 - Instala a Central de Distribuição, Cálculos, Partilhas, Avaliação e Testamentaria e Tutoria Judicial, por transformação do Cartório do Distribuidor, Contador e Partidor, ambos da Comarca de Nova Iguaçu.

(índice)

### Central de Identificação de Fraudes Processuais – CENIF

PORTARIA CGJ 579/2023 - Designa membros para composição da Central de Identificação de Fraudes Processuais (CENIF).

(índice)

PROVIMENTO CGJ 91/2021 - Institui a Central de Identificação de Fraudes Processuais (CENIF).

(índice)

PORTARIA CGJ 1471/2021 - Resolve designar membros para compor a Central de Identificação de Fraudes Processuais (CENIF).

(índice)

### Central de Penas e Medidas Alternativas

AVISO CGJ nº 27/2023 - Comunica que as peças de processos físicos devem ser encaminhadas já digitalizadas pelas CPMA's aos juízos com competência criminal.

(índice)

ATO TJ CGJ SN32/2019 - Dispõe sobre convênio de cooperação mútua visando execução de medidas e penas restritivas de direito, mediante inspeção sobre o foco interdisciplinar da Central de Penas e Medidas Alternativas - CPMA - Decisão.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 09 /2019 - Resolve estabelecer critérios de atuação nas Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMA), para atendimento exclusivo à determinação para realização de estudos técnicos na fase de conhecimento de matéria criminal.

(índice)

AVISO CGJ Nº 200/ 2019 - Dispõe sobre o Controle Gerencial do Sistema das Centrais de Penas e Medidas Alternativas, no que concerne à inclusão de código próprio para alimentar o Sistema de Distribuição e Controle de Processos - DCP quando processos em execução na Vara de origem estiverem sobrestados aguardando o cumprimento da pena restritiva de direitos.

(índice)

### Central de Serviços Eletrônicos

PROVIMENTO CGJ nº 56/2018 - Resolve que as intimações e notificações por edital a cargo dos Oficiais de Registro de Imóveis deverão ser publicadas por meio da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis (Central de Registradores de Imóveis), que será mantida pela Associação dos Registradores de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro - ARIRJ.

[\(índice\)](#)

### Certidão/Cancelamento

[AVISO CGJ N. 112, DE 18/02/2010](#) - Avisa sobre cancelamento de numeração de certidão, e da outras pro vidências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 91, DE 03/02/2010](#) - Avisa sobre cancelamento de numeração de certidões, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

### Certidão Eletrônica

[AVISO CGJ nº 666 /2017](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro sobre o prazo para a emissão de certidões eletrônicas.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1702/2016](#) - Avisa aos notários e registradores do Estado do Rio de Janeiro sobre a obrigatoriedade de cadastramento na Central de Certidões Eletrônicas ANOREG-RJ, visando a emissão de certidões eletrônicas e a implantação do sistema de registro eletrônico de imóveis (SREI).

[\(índice\)](#)

### Certidão/Custas

[AVISO CGJ N. 952, DE 10/10/2011](#) - Avisa as Serventias Judiciais e Extrajudiciais que a Certidão para Fins de Licitação Pública, Financiamento, Concurso Público e outros, bem como sua respectiva GRERJ eletrônica deverão ser obtidas através de acesso ao Portal do Tribunal de Justiça, e da outras providencias.

[\(índice\)](#)

### Centro de Mediação

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 151/2016](#) - Inclui o § 5º no artigo 10º do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 73/2016.

[\(índice\)](#)

ATO EXECUTIVO TJ N. 3053, DE 28/07/2010 - Resolve que o Servidor Mediador cumpra expediente, três dias ao mês, no Centro de mediação a que esteja vinculado, e das outras providências.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ N. 5555, DE 10/12/2009 - Resolve instalar o Centro de Mediação do Fórum Central da Comarca da Capital, com competência para atender os casos encaminhados pelos Juizes de Direito das Varas de Família da Comarca da Capital.  
(índice)

#### Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais

AVISO TJ N. 48/ 2022 - Avisam aos Juizes, Chefes de Serventia e Servidores das Varas Criminais, Júris e Juizados Criminais que as vítimas de crimes e atos infracionais nos processos criminais em que estiverem envolvidas e o CAAV - Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais têm direito de obter informações e consultar os respectivos autos, na forma do artigo 201, § 2º, do Código de Processo Penal.  
(índice)

#### Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

PORTARIA Nº. 2231/2023 - Resolve designar a juíza de direito que menciona para exercer a função de juíza coordenadora do CEJUSC da Regional de Jacarepaguá, sem prejuízo de suas atribuições, no período de 17 de julho a 05 de agosto de 2023.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 04/ 2023 - Instala o CEJUSC de Justiça Restaurativa da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas atribuição para os métodos restaurativos com competência sobre as demandas advindas da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 03/ 2023 - Instala o CEJUSC de justiça restaurativa da comarca de Quissamã com atribuição para os métodos restaurativos com competência sobre as demandas advindas dos juizes da comarca de Quissamã.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 02/ 2023 - Instala o CEJUSC de Justiça Restaurativa da Comarca de Valença com atribuição para os métodos restaurativos com competência sobre as demandas advindas da Comarca de Valença.  
(índice)

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 01/ 2023](#) - Resolvem instalar o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC de Justiça Restaurativa em Execução Penal.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 13/2022](#) - Instala o CEJUSC de Justiça Restaurativa do Fórum Regional da Leopoldina.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 10/ 2022](#) - Resolvem instalar o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Justiça Restaurativa da Capital (CEJUSC-CAPJR).  
([índice](#))

[RESOLUÇÃO OE Nº 12/2022](#) - Estabelece medidas necessárias ao cumprimento da política pública de tratamento adequado aos problemas jurídicos e aos conflitos de interesses previstas na Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça; na Lei nº 13.140/2015 (Lei da Mediação); e na Lei nº 13.105/2015.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 144/2016](#) - Dispõe sobre a regulamentação da atividade de mediação e conciliação nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.  
([índice](#))

### Câmaras Privadas de Mediação e Conciliação

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 153/2016](#) - Dispõe sobre o cadastro das câmaras privadas de conciliação e mediação nos termos da Resolução CNJ nº 125/2010 das Leis 13105/15 e 13.140/15 e sobre procedimentos de mediação e conciliação.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 145 /2016](#) - Regulamenta a capacitação e o cadastro de conciliadores e mediadores judiciais no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

### Centro Judiciário de Solução de Conflitos – Vara da Infância, Juventude e Idoso



RESOLUÇÃO OE nº 13/2022 - Dispõe sobre a criação do CEJUSC da Infância, Juventude e Idoso da Capital e implementação da Mediação e Justiça Restaurativa no âmbito das Varas da Infância, Juventude e Idoso.  
([índice](#))

## Certificação Digital

AVISO TJ N.º 130/2012 - Avisa que será disponibilizado para o Escrivão ou Responsável pelo Expediente, em todas as Serventias Judiciais do Estado, 1 (um) certificado digital, conforme cronograma que especifica, e dá outras providências.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO TJ N.º 10/2012 - Regulamenta a utilização de Certificados Digitais nos termos previstos na Resolução n. 06/2012 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

AVISO TJ N. 62, DE 14/10/2009 - Avisa aos Magistrados de 1. grau que se encontra disponibilizado aos mesmos a obtenção de certificado digital, cuja utilização foi instituída através da Resolução TJ/OE n. 26/2008, e da outras providências.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ Nº 3747/2008 - Institui o novo sistema de Documentos da 2. Instancia - SDSI, assinados digitalmente pelos Desembargadores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

RESOLUCAO TJ/ORGAO ESPECIAL Nº 26/2008 - Institui as regras de utilização do certificado digital por Magistrados e Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

## Citação e Intimação

AVISO CGJ nº 425/2020 - Recomenda às serventias judiciais de primeira instância, que nos mandados de citação e intimação constem os contatos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 1379/2018 - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventia e seus Substitutos, Encarregados, Serventuários e demais interessados que as Varas com competência cível podem enviar mandado de citação acompanhado de senha provisória, para acesso à petição inicial e demais documentos a ela anexados.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 585/2018](#) - Recomenda quanto à adoção de endereço para citação e intimação.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 524 /2018](#) - Reitera sobre a proibição de intimar a parte, já intimada pelo portal, novamente pelo Diário de Justiça Eletrônico, salvo sob determinação expressa do Magistrado.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N.º 107/2018](#) - Avisa que as intimações da parte autora/exequente, no caso de autos paralisados há mais de 30 (trinta) dias, deverão ocorrer via postal, observado o teor do art. 192 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.

[\(índice\)](#)

[ATO CGJ SN22/2017](#) - Dispõe sobre solicitação de providências quanto aos Mandados de Intimação, expedidos pelos Juizados de Violência Doméstica e Família contra a Mulher, que são devolvidos sem cumprimento com certidão negativa por periculosidade - Despacho.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 479/2017](#) - Avisa aos representantes das empresas e entidades públicas ou privadas os meios de cadastro para a informação e atualização do endereço de citação postal no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

[ATO CGJ SN15/2017](#) - Dispõe sobre a liberação do texto de mandado via postal de execução de título extrajudicial nos termos do Código Processo Civil vigente, do qual deverá constar além da assinatura do magistrado a assinatura do chefe da serventia - Despacho.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1439 / 2016](#) - Avisa aos interessados sobre quais serventias judiciais de 1ª Instância utilizam a funcionalidade expedição de mandado de pagamento eletrônico.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1438 / 2016](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que a despesa de envio eletrônico de citação, intimação, ofício e notificação deverá

ser adiantada pela parte/interessado requerente; a despesa da intimação eletrônica determinada, inclusive ex-officio, por decisão interlocutória, sentença, decisão final monocrática e acórdão deverá ser recolhida, ao final, pelo(s) sucumbente(s), conforme o decum; o recolhimento das despesas citadas, nas ações penais públicas, nos Juizados Especiais e no mandado judicial eletrônico (este último quanto ao seu ofício eletrônico) deverá respeitar o estabelecido na legislação vigente.

(índice)

AVISO CGJ Nº 1074 / 2016 - Dispõe que as cópias para instrução de citação, notificação e intimação, em processos físicos ou eletrônicos, realizadas em prol da parte beneficiária da gratuidade de justiça, deverão ser fornecidas pela mesma na serventia judicial respectiva.

(índice)

AVISO CGJ Nº 492 / 2016 - Dispõe sobre o mandado de citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação nas ações de família.

(índice)

AVISO CGJ Nº 664 / 2016 - Dispõe sobre a intimação pessoal do Estado do Rio de Janeiro e de suas autarquias e fundações de direito público nos processos eletrônicos e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ N. 492/2016 - Dispõe sobre o mandado de citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação nas ações de família

(índice)

AVISO CGJ Nº 1963/2015 - Dispõe sobre a proibição de intimar a parte, já intimada pelo portal, novamente pelo Diário de Justiça Eletrônico, salvo determinação expressa do magistrado.

(índice)

AVISO CGJ Nº 1.963/2015 - Dispõe sobre a proibição de intimar a parte, já intimada pelo portal, novamente pelo Diário de Justiça Eletrônico, salvo determinação expressa do magistrado.

(índice)

AVISO CGJ Nº 614/2013 - Avisa aos Diretores das Centrais de Cumprimento de Mandados, Narojas, Titulares de Direção de Serventias/REs de Unidades Organizacionais e aos Oficiais de Justiça Avaliadores de todo o Estado do Rio de Janeiro que os atos de Citação/Notificação de Réus presos deverão ser efetivados tão logo sejam apresentados pela Unidade de Custódia.

(índice)

AVISO CGJ N. 38, DE 14/01/2010 - Avisa que nas ações movidas em face da LIGHT - Serviços de Eletricidade S/A, os atos de intimação, citação e ofícios poderão ser feitos nos endereços que menciona.  
(índice)

AVISO CGJ N. 943, DE 23/11/2009 - Avisa aos Titulares das Serventias sobre os procedimentos a serem adotados em caso de comparecimento espontâneo da parte ou de seu representante legal e havendo citação ou intimação a ser realizar nos autos.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 40, de 21/05/2009 - Resolve vedar o encaminhamento das intimações aos Oficiais de Justiça e/ou para Central de Mandados, para cumprimento dos atos de exclusiva responsabilidade da Defensoria Publica e do Ministério Público, e da outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 48/2008 - Resolve que para fins de citação e intimação, a serem praticadas através de Oficiais de Justiça Avaliadores, Comarca contigua será a área geográfica fronteira, de fácil comunicação, podendo ser caracterizada pelo todo ou parte da Comarca.  
(índice)

### Citação e Intimação por Via Eletrônica

AVISO TJ Nº 21/ 2020 - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventias e Serventuários da Justiça acerca do encaminhamento de intimações eletrônicas às Promotorias de Justiça de Investigação Penal das 1ª, 2ª e 3ª Centrais de Inquiridos, com área de atuação nas Comarcas do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu-Mesquita, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo e Queimados.  
(índice)

AVISO CGJ nº 806/2019 - Dispõe sobre o correto procedimento para as intimações judiciais eletrônicas em matéria criminal, no que tange ao atendimento de promoções do Ministério Público.  
(índice)

ATO CGJ SN274/2014 - Dispõe sobre projeto de elaboração dos mandados judiciais eletrônicos - Decisão.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 41/2014 - Regulamenta a remessa, pela via eletrônica, de mandados de notificação, intimação e/ou de citação dentro do Estado do Rio de Janeiro, quando não for hipótese de sua efetivação por via postal, vedando-se a

possibilidade de expedição de Carta Precatória para tais fins, e dá outras providências.  
([índice](#))

## Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas – SISTCADPJ

[AVISO TJ nº 43/ 2020](#) - Avisa aos representantes das pessoas jurídicas acerca da necessidade de cadastramento no SISTCADPJ - Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas a fim de possibilitar a citação e a intimação eletrônica.  
([índice](#))

## Classificação dos feitos Judiciais

[AVISO TJ N. 27, DE 25/06/2009](#) - Avisa que devem ser observados com rigor os critérios de classificação dos feitos judiciais em tramitação, de acordo com o que determina a Resolução CNJ n. 46, de 18 de dezembro de 2007, ante aos impactos trazidos aos relatórios estatísticos e a gestão de documentos do PJERJ.  
([índice](#))

## Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça – Parte Judicial

[PROVIMENTO CGJ nº 38/2023](#) - Confere nova redação aos dispositivos da CNCJGJ - Parte Judicial que continham em sua redação a indicação da versão 3.0 do BNMP.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 36/2023](#) - Alteração das disposições previstas nos artigos 197, 198 e 199 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, e demais dispositivos que tratam do "arquivamento provisório".  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ nº 33/2023](#) - Confere nova redação à Subseção IX da Seção V do Capítulo IV do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 315/2023](#) - Comunica a necessidade de cumprimento dos preceitos do artigo 259, XXI, "a", do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial pelas serventias com competência criminal.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 29/2023](#) - Altera a redação do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial. Revoga o inciso II do Artigo 199,

acrescenta o inciso VII ao Artigo 198 e altera a redação do inciso VIII do artigo 304.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 17/2023](#) - Altera o caput e inclui o parágrafo 4º no artigo 181 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 09/2023](#) - Altera a redação do inciso XXXI, do artigo 259 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - parte judicial.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ nº 03/2023](#) - Acrescenta os incisos XLII e XLIII ao Artigo 120, altera a redação do artigo 358 e revoga o parágrafo único do artigo 358, todos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ nº 02/2023](#) - Redefine e altera os comandos insculpidos no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, concernentes às ordens judiciais classificadas como urgentes pelo Juiz de Direito.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 01/2023](#) - Dar nova redação ao §5º do art. 396 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 83/2022](#) - Revoga o Provimento CGJ nº 82/2020 e institui o novo Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Judicial.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ nº 78 /2022](#) - Altera dispositivos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - parte judicial inerentes à Subseção XI - Do Arquivamento, e inclui rotinas a serem observadas pelos Juízos Fazendários, relativas à liquidação de precatórios, e pelos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, inerentes às medidas protetivas.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ nº 66/2022](#) - Redefine e altera os comandos insculpidos no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, concernentes às ordens judiciais classificadas como urgentes pelo Juiz de Direito.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 75/2022](#) - Altera o caput e os incisos I, II e II do art. 38 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ nº 70/2022](#) - Acrescenta ao § 2º do artigo 38-A do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial menção aos "registros de ocorrência policial de cumprimento de mandado de prisão".

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 64/2022](#) - Revoga o §2º e as respectivas alíneas do Art. 207 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - parte judicial.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ nº 54/2022](#) - Alterar a redação dos incisos V e VII do artigo 347, e acrescentar o parágrafo 4º ao artigo 366, ambos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ nº 61/2022](#) - Acrescenta os artigos 38-A e 38-B ao Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ nº 58/2022](#) - Revoga o §5º do Art. 39 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - parte judicial.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 48/2022](#) - Altera a redação do artigo 402; acresce o inciso X ao artigo 406 e revoga o inciso XX do artigo 366 e o artigo 407, todos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Parte Judicial, regulamentando a atuação dos Oficiais de Justiça Avaliadores no que concerne ao cumprimento de ordens judiciais quando o local da diligência é identificado como área inacessível em razão da periculosidade.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ nº 42/2022](#) - Altera a redação do artigo 5º, caput, incisos I a VIII e parágrafo único, artigo 6º, inciso I, alínea "a", artigo 26, parágrafo único, artigo 39, parágrafo 4º, artigo 40, parágrafo 4º, artigo 42, caput, artigo 198, parágrafo único, artigo 207, parágrafos 1º e 2º e artigo 317, incisos III e IV e suprime o inciso IX do art. 5º do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 28/2022](#) - Dispõe sobre o cumprimento das ordens judiciais por meios eletrônicos.

[\(índice\)](#)

PROVIMENTO CGJ nº 26/2022 - Altera disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, referentes às atribuições dos Assistentes Sociais, Psicólogos e Comissários de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 25/2022 - Altera a redação dos artigos 52 e seus parágrafos, 53, 54, 55, caput, 259, §§ 1º e 2º, 263, 264, 265 e 266, acrescenta os artigos 52-A, 52-B e 259-A, e os §§ 4º, 5º, 6º, incisos I e II, 7º, 8º, 9º e 10 ao artigo 52 e parágrafo único ao 53, e suprime o parágrafo 3º do art. 259, os parágrafos do art. 265, e o parágrafo único do art. 55, criando, ainda, os §§ 1º, 2º e 3º ao artigo 55, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO nº 15/2022 - Acrescenta ao Provimento CGJ nº 41/2020, a classe Reclamação Disciplinar (1301) e altera o caput do artigo 105, inclui os incisos I, II, III e IV, caput do artigo 106, caput do artigo 107 e inciso I, acrescenta § Único ao artigo 108, altera o § 1º do artigo 109, altera o caput do artigo 115 e inclui o § único, altera o §1º do artigo 42, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Judicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 18 /2022 - Disciplina o fornecimento de certidões e informações pelos órgãos que menciona e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 13 /2022 - Altera a redação do parágrafo 2º do artigo 206 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça-parte judicial referente às rotinas aplicáveis às Centrais e Núcleos de Arquivamento.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 08/2022 - Altera a redação do inciso III do art. 366 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, regulamentando a atribuição para designar Oficiais de Justiça Avaliadores para as áreas de atuação de cada CCM/NAROJA e para implantar o rodízio destas.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 5/2022 - Altera dispositivos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial) referentes às rotinas aplicáveis às Varas com competência em matéria Cível; Juizados Especiais Cíveis; NADAC e Dívida Ativa e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 120/2021 - Altera a redação do caput do artigo 79 e inciso XXII do artigo 116 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (parte judicial), incluindo o Balcão Virtual entre os meios de comunicação com as serventias.  
(índice)



PROVIMENTO CGJ 112/2021 - Altera a redação dos dispositivos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (parte judicial) em relação às nomenclaturas inerentes à função correicional.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 78 /2021 - Altera a redação do caput do artigo 217 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, bem como a do seu § 1º.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 73/2021 - Altera a redação do parágrafo 1º do artigo 110 e do parágrafo 1º do artigo 112 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 68/2021 - Altera a redação do artigo 413 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, bem como acrescenta o inciso IX ao artigo 348 do aludido Código de Normas.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 66/2021 - Inclui os parágrafos 1º, 2º e 3º ao artigo 362, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Parte Judicial; renumera o parágrafo único do artigo 375 para parágrafo segundo; acrescenta o parágrafo primeiro ao referido artigo 375 do aludido Código de Normas.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 64/2021 - Altera a redação do Inciso I do artigo 256 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - parte judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 61/2021 - Inclui o inciso XXIX no artigo 220 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 60/2021 - Altera a redação do inciso IX, do artigo 5º do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - parte judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 49 /2021 - Acrescenta os parágrafos 7º e 8º no artigo 486 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Judicial, e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 30/2021 - Confere nova redação ao art. 353 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, regulamenta a área de atuação dos Oficiais de Justiça Avaliadores lotados no Núcleo de Auxílio Recíproco

de Oficiais de Justiça Avaliadores do Serviço de Administração do Plantão Judiciário e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 27 /2021 - Altera a numeração do parágrafo 4º do artigo 245 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 26 /2021 - Resolve alterar o parágrafo 2º do artigo 33 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 21/2021 - Alterar a redação do caput artigo 380 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, do artigo 3º do Provimento CGJ nº 2/2021 e do parágrafo 1º do art. 3º do mesmo Provimento.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 11 /2021 - Altera o caput do artigo 95 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça - Parte Judicial e dá outras providências.  
(índice)

### Comissão

#### Comissão de Acompanhamento e Análise de Indicadores Judiciais de Primeira Instância

PORTARIA CGJ 256/2021 - Designa membros para comporem a Comissão de Acompanhamento e Análise de Indicadores Judiciais da Primeira Instância.  
(índice)

#### Comissão de Apoio à Qualidade dos Serviços Judiciais

RESOLUÇÃO CONSELHO DA MAGISTRATURA Nº 4, de 12/02/2009 - Resolve alterar o artigo 1. da Resolução CM n. 05/2006  
(índice)

#### Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais

ATO EXECUTIVO TJ N. 4675, DE 13/10/2009 - Resolve sobre a composição da Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais do Tribunal de Justiça.  
(índice)

Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais – COMAQ

PORTARIA TJ nº 2232/2023 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ).  
(índice)

PORTARIA nº 2232/2023 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ).  
(índice)

PORTARIA nº 1397/2023 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ).  
(índice)

PORTARIA nº 1173/2023 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ).  
(índice)

ATO EXECUTIVO nº 42/202 - Reorganiza a Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ 71/2022 - Reorganiza e consolida a Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais - COMAQ do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

PORTARIA nº 298/ 2022 - Dispensa membro da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ) e designa o respectivo substituto.  
(índice)

PORTARIA nº 2330/ 2021 - Dispensa membros da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ), designa os respectivos substitutos e designa Coordenação do Grupo de Sentença.  
(índice)

PORTARIA nº 2328/ 2021 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ).

(índice)

PORTARIA nº 1424/ 2020 - Dispensa membros da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ) e designa os respectivos substitutos.

(índice)

PORTARIA TJ Nº. 721/ 2020 - Substitui membros da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ) e designa os respectivos substitutos.

(índice)

PORTARIA TJ nº 793/2019 - Designa membros para a Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ).

(índice)

ATO EXECUTIVO TJ nº 85/2016 - Inclui representante da Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ) nas composições da COMAQ, da COJES, da COPAE e da COMAP.

(índice)

ATO EXECUTIVO Nº 1204/2013 - Institui a Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais - COMAQ do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

(índice)

#### Comissão de Rastreamento do Sistema Informático de Distribuição

PORTARIA CGJ Nº 783/2017 - Altera a composição da Comissão de Rastreamento do Sistema Informatizado de Distribuição dos feitos nas Comarcas da Capital e do Interior do Estado do Rio de Janeiro (CORSI).

(índice)

#### Comissão de Processo Administrativo – COPPD

AVISO CGJ 276 /2022 - Disponibiliza o fluxo de processo administrativo relativo ao PjeCor na Comissão de Processo Administrativo (COPPD) da Corregedoria Geral da Justiça.

(índice)

#### Comissão de Valorização da Primeira Infância

PORTARIA nº 1527/2023 - Designa membros para a Comissão de Valorização da Primeira Infância (COVPI).  
(índice)

PORTARIA nº 2528/ 2021 - Altera a composição da Comissão de Valorização da Primeira Infância (COVPI).  
(índice)

PORTARIA nº 2343/2021 - Altera a composição da Comissão de Valorização da Primeira Infância (COVPI).  
(índice)

PORTARIA nº 1661/ 2021 - Altera a composição da Comissão de Valorização da Primeira Infância (COVPI).  
(índice)

PORTARIA nº 1401/ 2021 - Altera a composição da Comissão de Valorização da Primeira Infância (COVPI).  
(índice)

PORTARIA TJ nº 1232/ 2021 - Altera a composição da Comissão de Valorização da Primeira Infância (COVPI).  
(índice)

#### Comissão Estadual Judiciária de Adoção

ATO EXECUTIVO TJ N. 1693, DE 20/04/2010 - Altera o artigo 36 do Capítulo I, do Título V, do Anexo I do Ato Executivo 4065/2009.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ N. 3721, DE 11/08/2009 - Designa Juiz de Direito como membro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado do Rio de Janeiro - CEJA.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ N. 3720, DE 11/08/2009 - Dispensa Juíza da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado do Rio de Janeiro - CEJA, em razão da promoção para o cargo de Desembargador.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ N. 4284, DE 14/09/2009 - Designa representante da Ordem dos Advogados do Brasil - RJ na Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado do Rio de Janeiro - CEJA.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ N. 4065, DE 28/08/2009 - Regulamenta os procedimentos da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providencias.  
(índice)

### Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI)

PORTARIA CEJAI Nº 01/2023 - Resolve delegar à juíza de direito mencionada, membro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional, a atribuição de presidir as sessões de julgamento, e à servidora mencionada, secretária executiva da comissão, a atribuição de assinatura dos certificados de continuidade e os certificados de conformidade, em caso de sua eventual ausência ou impedimento.

PORTARIA nº 1443/2023 - Designa membros para a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI).  
(índice)

PORTARIA nº 1443/2023 - Designa membros para a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI).  
(índice)

PORTARIA TJ nº 2428/2021 - Designa membro para a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI).  
(índice)

PORTARIA TJ Nº 3450/2017 - Altera a composição da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI).  
(índice)

### Comissão de Fiscalização Interna de Prevenção de Acidentes

PROVIMENTO CGJ N. 61, DE 01/09/2009 - Resolve instituir a Comissão de Fiscalização Interna de Prevenção de Acidentes - CFIPA, definida nas normas de Segurança e Medicina do Trabalho, e da outras providencias.  
(índice)

### Comissão de Gestão de Teletrabalho (COGET)

PORTARIA nº 1444/2023 - Designa membros para a Comissão de Gestão do Teletrabalho para avaliação dos resultados apresentados pelas unidades

organizacionais que adotarem o Regime Especial de Teletrabalho Remoto Externo (RETE).  
([índice](#))

[PORTARIA nº 1004/2021](#) - PORTARIA nº 1004/2021  
([índice](#))

[PORTARIA TJ nº 1820/ 2020](#) - Revoga a Portaria nº 1375/2020, publicada no DJERJ de 12/11/2020.  
([índice](#))

[PORTARIA TJ nº 1520/2020](#) - Altera a composição da Comissão de Gestão do Teletrabalho (COGET) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

[PORTARIA TJ nº 1375/2020](#) - Altera a composição da Comissão de Gestão do Teletrabalho (COGET).  
([índice](#))

#### Comissão de Jurisprudência do PJERJ

[ATO EXECUTIVO nº 168/2019](#) - Institui a Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (COJUS), estabelece sua composição e suas atribuições.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO nº 88/2023](#) - Altera o ato de instituição da Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (COJUS).  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO TJ N. 602, DE 10/02/2010](#) - Resolve autorizar a Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro a publicar no Diário da Justiça Eletrônico (DJERJ) os ementários de jurisprudência, e da outras providencias  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO TJ N. 4379, DE 17/09/2009](#) - Resolve alterar o artigo 3. e incluir artigo 4. ao Ato Executivo TJ n. 906/2007.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO TJ N. 998, DE 10/03/2009](#) - Designa Desembargador para presidir a Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça.

[\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO TJ N. 1308, DE 26/03/2009](#) - Designa Magistrados para compor a Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça.

[\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO TJ N. 906, DE 28/02/2007](#) - Dispõe sobre a competência e a composição da Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

### Comissão Judiciária de Articulação das Varas de Família, Infância e Juventude e Idoso - CEFIJ

[ATO EXECUTIVO Nº 1162/2013](#) - Institui a Comissão Judiciária de Articulação das Varas de Família, Infância e Juventude e Idoso - CEFIJ do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

### Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais

[AVISO COJES nº 01/2023](#) - Avisa que deve ser observado rigorosamente os termos do Ato Normativo Conjunto 08/2021, que determina a redução a termo pelo NADAC de petições iniciais e intercorrentes nos locais desprovidos de NPA.

[\(índice\)](#)

[PORTARIA nº 986/2023](#) - Designa membros para a Comissão Judiciária de Articulações dos Juizados Especiais (COJES).

[\(índice\)](#)

[PORTARIA TJ nº 1193/ 2021](#) - Altera a composição da Comissão Judiciária de Articulações dos Juizados Especiais (COJES).

[\(índice\)](#)

[AVISO COJES nº 01/2021](#) - Avisa aos Juízes de Direito integrantes do Sistema de Juizados Especiais a fixação das seguintes teses mencionadas conforme Anexos I e II.

[\(índice\)](#)



## Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados de Violência Doméstica contra a Mulher

AVISO COJES nº 10 /2017 - Avisa aos Juízes de Direito Titulares e/ou Juízes Substitutos em exercício nos Juizados Especiais Cíveis, que deverão ser encaminhadas cópias de todas as ações em que se verifiquem indícios, ainda que mínimos, de fraudes, de qualquer natureza, para a Comissão de Articulação dos Juizados Especiais (COJES) a fim de efetuar o registro e mapeamento de suas ocorrências, no Estado do Rio de Janeiro, bem como acompanhar as medidas adotadas pelos respectivos juízos.

(índice)

PORTARIA TJ Nº 1880/2017 - Altera a composição da Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CEJEM).

(índice)

## Comissão Judiciária para Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e Óbito

PROVIMENTO CGJ nº 37/2023 - Altera a composição da Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e Óbito para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral (COSUR), instituída pelo Provimento CGJ nº 11/2023.

(índice)

PORTARIA CGJ nº 1.767/2023 - Designa os membros para compor a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e Óbito, para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral (COSUR).

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 11/2023 - Institui, no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça, a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e de Óbito, para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral (COSUR).

(índice)

PORTARIA CGJ nº 683/2023 - Designa os membros para compor a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e de Óbito, para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral (COSUR).

(índice)

PORTARIA CGJ 1608/2021 - Altera a Portaria nº 1268/2021 que designou a composição da Comissão Judiciária para Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à adoção Unilateral (COSUR).  
([índice](#))

PORTARIA CGJ Nº 398/2019 - Resolve que a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e Óbito e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral passa a ter a composição mencionada.  
([índice](#))

PORTARIA CGJ Nº 2135/2017 - Resolve alterar a composição da Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e Óbito e, para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral.  
([índice](#))

PORTARIA CGJ Nº 1043/2017 - Resolve que a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e Óbito e, para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral passa a ter a composição mencionada.  
([índice](#))

PROVIMENTO Nº 25/2017 - Resolve instituir a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e Óbito, para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral, criada no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.  
([índice](#))

#### Comitê de Estudo, Prevenção e Repressão a Fraudes no Sistema dos Juizados Especiais

PORTARIA TJ nº 294/ 2022 - Altera a composição da Comissão Judiciária de Articulações dos Juizados Especiais (COJES).  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ nº 146/2017 - Institui o Comitê Interinstitucional de estudo, prevenção e repressão a fraudes no Sistema dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazendários do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

#### Comitê de Promoção de Igualdade de Gênero e Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual

ATO NORMATIVO nº 27/2023 - Altera o Ato Normativo nº 11/2021, que instituiu o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação no 1º Grau de Jurisdição (COGEN-1º GRAU).  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ 11/2021 - Institui o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação no 1º Grau de Jurisdição (COGEN-1º GRAU), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

PORTARIA nº 1653/2023 - Designa membros para o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação no 2º Grau de Jurisdição (COGEN-2º GRAU).  
(índice)

ATO NORMATIVO nº 21/2023 - Altera o Ato Normativo nº 11/2021 que instituiu o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação (COGEN).  
(índice)

ATO NORMATIVO 11/2021 - Institui o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação no 1º Grau de Jurisdição (COGEN-1º GRAU), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

ATO EXECUTIVO nº 86/2023 - Institui o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação no 2º Grau de Jurisdição (COGEN-2º GRAU).  
(índice)

PORTARIA nº 1421/2023 - Altera a composição do Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação (COGEN).  
(índice)

PORTARIA nº 162/2021 - Designa membros para o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Apoio às Magistradas e Servidoras (COGEN).  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ nº 02/2021 - Institui o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Apoio às Magistradas e Servidoras (COGEN), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

(índice)

## Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais

ATO NORMATIVO nº 26/2023 - Resolve alterar o Ato Normativo nº 24/2020.

(índice)

ATO NORMATIVO nº 24/2020 - Institui o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

(índice)

PORTARIA nº 1441/2023 - Designa membros para o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP).

(índice)

PORTARIA nº 2576/ 2021 - Altera a composição do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP).

(índice)

PORTARIA nº 988/2021 - Altera a composição do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP).

(índice)

ATO NORMATIVO nº 24/ 2020 - Institui o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

(índice)

PORTARIA TJ nº 1681/ 2020 - Designa membros para o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CGPDP).

(índice)

## Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico – CGPJe

ATO EXECUTIVO nº 47/2023 - Extingue o Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico (CGPJe/TJRJ).

(índice)

PORTARIA TJ Nº. 220/ 2022 - Altera a composição do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico (CGPJe/TJRJ).

(índice)

PORTARIA TJ nº 1252/ 2021 - Altera a composição do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico (CGPJe/TJRJ).

(índice)

ATO NORMATIVO Nº 04/2021 - Altera o Ato Normativo nº 15/2019, que instituiu o Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico (CGPJe/TJRJ).  
(índice)

ATO NORMATIVO Nº 15/ 2019 - Institui o Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico (CGPJe/TJRJ).  
(índice)

### Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

PORTARIA nº 2244/2023 - Altera a composição do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.  
(índice)

PORTARIA nº 2071/2023 - Designa membros para o Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.  
(índice)

PORTARIA nº 1238/ 2022 - Altera a composição do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituído no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

PORTARIA nº 1655/ 2021 - Designa os membros do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituído pela Resolução CNJ nº 194/2014, alterada em parte pela Resolução CNJ 283/2019.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ nº 66/2021 - Altera o art. 2º, 3º e o art. 4º do Ato Executivo 105/2015 que instituiu o Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito deste Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Resolução CNJ nº 194/2014 e suas alterações.  
(índice)

### Competências

RESOLUÇÃO TJ/OE n.º 35/2022 - Consolida os Juízos de Direito e Unidades Judiciárias do PJERJ, na forma do artigo 3º, § 3º da Lei 6.956/2015, com as alterações de competência realizadas pelo TJERJ, em observância ao §4º do mesmo artigo.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE n.º 24/2021 - Consolida os Juízos de Direito e Unidades Judiciárias do PJERJ, na forma do artigo 3º, § 3º da Lei 6.956/2015, com as alterações de competência realizadas pelo TJERJ, em observância ao §4º do mesmo artigo.  
(índice)

### Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça destinada aos Serviços Judiciais

PROVIMENTO CGJ 82/2020 - Revoga a Consolidação Normativa - parte judicial e cria o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 78 /2020 - Altera a redação dos parágrafos 4º, 5º e 6º, revoga o parágrafo 7º do artigo 356-D da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, Parte Judicial, e revoga os artigos 9, 10, 11, 12, 13 e 14 do Provimento CGJ nº 56/2020.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 74 / 2020 - Modifica o art. 245 e incisos, da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça, parte judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 73/2020 - Modifica a Seção I, capítulo III, Título I, Livro I, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, parte judicial, referente à função correicional.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 71/ 2020 - Acrescentar o parágrafo 6º ao artigo 13 da Seção I, do Capítulo I, do Título 1 do Livro II da Consolidação Normativa da Corregedoria, Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 67 /2020 - Altera o número do dispositivo introduzido como artigo 404-A, caput e parágrafos, na Consolidação Normativa - parte judicial por meio do Provimento nº 16/2020.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 66 / 2020 - Resolve acrescentar o parágrafo único ao artigo 75-B da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 62 /2020 - Altera os artigos 223, 229 e 290, da Consolidação Normativa Judicial do Estado do Rio de Janeiro.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 61/2020 - Acrescenta os parágrafos 1º a 6º ao artigo 115 da Consolidação Normativa - parte judicial, introduzindo o PJeCor.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 60/2020 - Altera o artigo 2º do Provimento CGJ nº 15/2020.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 55/2020 - Altera o disposto nos artigos 1º. e 7º., ambos do Provimento CGJ 15/2020.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 49/2020 - Altera a temática da Subseção VIII, da Seção I, do Capítulo I, do Título I, do Livro I da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, incluindo o artigo 206-A, para disciplinar a expedição de mandado de pagamento de honorários sucumbenciais e inclui o artigo 440 para disciplinar a expedição dos mandados de pagamento da remuneração dos leiloeiros, administradores judiciais e peritos.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 33 /2020 - Resolve incluir o parágrafo 12 no artigo 269 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 29 /2020 - Alterar a redação do Artigo 339 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, bem como incluir o parágrafo único ao referido artigo para padronizar a forma de envio e a forma de cumprimento de mandados judiciais referentes às ações de investigação de paternidade.  
(índice)

PROVIMENTO Nº 26/ 2020 - Altera a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - parte judicial, para alterar o inciso IV do art. 115, incluindo as alíneas de "a" a "o", para dispor sobre o conteúdo do relatório anual das atividades do NUR.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 25 / 2020 - Altera o inciso V, do art. 268, da Consolidação Normativa - parte judicial, adequando-a ao disposto no art. 1º, da Lei Federal 5.534/1968.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 24 /2020 - Revoga o §3º do Artigo 346 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 16 / 2020 - Altera a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, para incluir o art. 404-A e parágrafos, adequando-a às alterações oriundas das Leis 13.840/2019 e 13.886/2019.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 15/2020 - Altera a Subseção XIII da Seção I do Capítulo I do Título I do Livro II, dando nova redação a diversos dispositivos, e altera o inciso XVI do artigo 269, o artigo 271 e incisos, o artigo 280, o artigo 282 e artigo 337, todos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 14 / 2020 - Revoga o parágrafo único do art. 280 da Consolidação Normativa - parte judicial, criando em substituição os parágrafos 1º e 2º.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 05 / 2020 - Altera a Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça - parte judicial, para incluir o parágrafo 8º ao art. 183, para dispor sobre o termo de retirada para cópias (carga rápida).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 03 / 2020 - Altera o texto do parágrafo 2º do artigo 368 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça - parte judicial, e inclui seu parágrafo 4º.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 66 / 2019 - Altera a temática do Capítulo III, do Título I, do Livro II da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial) para disciplinar a operacionalidade das atividades cartorárias das Centrais de Audiência de Custódia (CEACs) e institui o Capítulo IV no qual estarão acondicionados os dispositivos sobre os Auxiliares do Juízo, com atuação dos peritos, leiloeiros e administradores judiciais.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 65 /2019 - Acrescenta os parágrafos 1º, 2º e 3º ao artigo 352-O da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO nº 60/2019 - Incluir os parágrafos 13 e 14 ao Artigo 356 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça para disciplinar a elaboração e o cumprimento de mandados de busca e apreensão de bens.  
(índice)



PROVIMENTO CGJ nº 55/2019 - Resolve alterar o artigo 425 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 54/2019 - Altera a redação do § 3º do artigo 352-D da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, Parte Judicial, e acrescenta os §§ 4º, 5º, 6º e 7º ao referido artigo.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 48 / 2019 - Insere o inciso XXX no art. 250, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 47 /2019 - Resolve que a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça - parte judicial - passa a vigorar com as alterações mencionadas.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 40/2019 - Resolve que as medidas cautelares materializadas no curso do Inquérito Policial (IP) ou do Auto de Prisão em Flagrante (APF) serão encaminhadas no bojo do procedimento criminal (IP ou APF) como petição intercorrente, não se admitindo a sua distribuição autônoma, com exceção das medidas cautelares de caráter sigiloso previstas no artigo 61 da Consolidação Normativa - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 39/2019 - Altera a redação do inciso XVII do artigo 271 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 35/2019 - Altera a redação do Artigo 343 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça para regulamentar o regime de plantão dos Oficiais de Justiça Avaliadores.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 33 / 2019 - Altera a redação do artigo 229-A da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - parte judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 32/2019 - Altera a redação das alíneas "a", "b" e "c", do parágrafo 2º, do artigo 352-B da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça para disciplinar a forma eletrônica de envio dos mandados às Centrais de Cumprimento de Mandados e aos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores (NAROJA), renumera e acrescenta parágrafos ao mesmo artigo.  
(índice)

PROVIMENTO nº 30/2019 - Acrescenta o parágrafo único ao Artigo 352-K da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, renumera o parágrafo único do Artigo 352-L e acrescenta o § 2º ao referido artigo.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 20 /2019 - Revoga os artigos 425, 426, 427, 428, 429, 430 e 431 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial - e o Provimento CGJ nº 23/2007.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 19/2019 - Altera a redação do Art. 344-A, revoga o seu Parágrafo único e alínea, e acrescenta os parágrafos 1º, 2º e 3º ao mencionado artigo da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, Parte Judicial.

PROVIMENTO CGJ Nº 18/2019 - Renumerar o parágrafo 3º do Art. 330 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, Parte Judicial, como parágrafo 4º, e acrescenta o parágrafo 3º ao referido artigo.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 17/2019 - Acrescenta o inciso X ao Artigo 348, bem como os §§ 6º e 7º ao artigo 402, o § 5º ao artigo 402-A, e o § 4º ao artigo 402-C, todos da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 16/2019 - Altera a redação do caput e do parágrafo 2º do artigo 402-A da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, bem como revoga o § 4º do referido dispositivo.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 14/2019 - Acrescentar o inciso XI, ao Artigo 348 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, de forma a disciplinar a atualização periódica das Relações de Associações de Moradores disponíveis no sítio eletrônico desta Corregedoria-Geral da Justiça.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 11 / 2019 - Altera a redação do parágrafo 3º do artigo 66, da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 53 /2018 - Altera a redação do caput e do parágrafo único do art. 352-R, do art. 402, §5º, do art. 402-A, §1º e do art. 404, todos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 52/2018 - Altera o parágrafo 3º do artigo 76 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 30 /2018](#) - Altera o artigo 364 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 26 / 2018](#) - Altera a redação do inciso III do artigo 345 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, para incluir os atos de prestação de auxílio pelos Oficiais de Justiça Avaliadores.  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 17 /2018](#) - Altera o caput do artigo 26-A da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 02/2018](#) - Acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao artigo 330 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial e renumera o antigo parágrafo único, que passa a constar como parágrafo 3º, mantendo a mesma redação.  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 01/2018](#) - Altera o inciso III do art. 21 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, tendo em vista a edição da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens.  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ 49/2017](#) - Dispõe sobre a exclusão do § 2º do art. 245- A da Subseção XIV, do Capítulo I, do Título I, do Livro II da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça - parte judicial.  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 48/2017](#) - Altera o texto do inciso XII do artigo 250 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
[\(índice\)](#)

PROVIMENTO CGJ Nº 47/ 2017 - Inclui o inciso X ao artigo 268 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça (parte judicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 43/2017 - Altera a redação do caput do artigo 352 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, de seus respectivos incisos e exclui o parágrafo 12, renumerando o antigo parágrafo 13.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 28/2017 - Altera a parte final do Artigo 344-A da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, e acrescenta o parágrafo primeiro ao referido artigo.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 21/2017 - Altera o artigo 297 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 18/2017 - Altera a redação do artigo 192 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, revoga e acrescenta parágrafos e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 04 / 2017 - Inclui parágrafo único ao artigo 275 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça - Parte Judicial à luz do que dispõe o artigo 2º da Resolução CNJ nº 108/2010.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 128/2016 - Altera a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial para estabelecer as rotinas que devem ser adotadas pelo Departamento de Depósito Público para a eliminação de bens acautelados.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 121/2016 - Altera o caput do artigo 399 e o caput do artigo 400, ambos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 120/2016 - Altera a redação do artigo 192 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, revoga e acrescenta parágrafos e dá outras providências.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 106/2016 - Acrescenta o artigo 344-A à Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, revoga o inciso VI do Aviso CGJ nº 125/2013 e dá outras providências.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 100/2016 - Altera o caput do artigo 247 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial e dá outras providências.  
([índice](#))

ATO CGJ SN45/2016 - Dispõe sobre alteração da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial - Decisão.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 95/2016 - Altera a Subseção XIV - Da carta precatória eletrônica (artigos 245-A a 245-G) da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial e dá outras providências.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 94 /2016 - Altera o parágrafo 11 do artigo 344 da Consolidação Normativa para adequá-la à Lei nº 13.146/2015 e à Resolução nº 230/2016 do CNJ.  
([índice](#))

ATO CGJ SN3/2016 - Dispõe sobre sugestão de atualização da Consolidação Normativa da Corregedoria da Justiça com base no Novo Código de Processo Civil - Decisão.  
([índice](#))

PROVIMENTO nº 85/2016 - Dá nova redação ao artigo 352-R da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, acrescenta lhe parágrafo único e dá outras providências.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 83 / 2016 - Altera o artigo 205 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial e dá outras providências.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 82 / 2016 - Resolve renumerar os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 805 para parágrafos 3º, 4º e 5º, respectivamente, da Consolidação Normativa Extrajudicial (Provimento CGJ Nº 12/2009) e acrescentar os parágrafos 1º e 2º ao referido artigo.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 74 / 2016 - Alterar a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, parte judicial, no que tange as rotinas a serem adotadas pela Central de Testamentária e Tutoria Judicial.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 63/2016 - Alterar a redação do artigo 331 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, Parte Judicial, de forma a disciplinar o recebimento obrigatório dos mandados judiciais no sistema informatizado, pelos Oficiais de Justiça Avaliadores, antes de iniciar a diligência.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 56/2016 - Acrescenta o artigo 352-R na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, de forma a estabelecer os procedimentos para o cumprimento dos mandados de avaliação provenientes dos Órgãos da Administração deste Tribunal de Justiça.

(índice)

PROVIMENTO nº 51 / 2016 - Acrescenta os artigos 352-K, 352-L, 352-M, 352-N, 352-O, 352-P e 352-Q na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, de forma a estabelecer os procedimentos para o cumprimento dos mandados de

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 32/2016 - Altera a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça Parte Judicial para estabelecer as rotinas que devem ser adotadas pelo Departamento de Depósito Público, para as hipóteses de alienação ou de descarte de bens que estejam sob a sua guarda.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 34 / 2016 - Acrescenta o Artigo 332-A na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, a fim de vedar aos oficiais de justiça avaliadores a realização de intimação por meio de contato telefônico.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 32 / 2016 - Altera a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça Parte Judicial para estabelecer as rotinas que devem ser adotadas pelo Departamento de Depósito Público, para as hipóteses de alienação ou de descarte de bens que estejam sob a sua guarda.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 20/2016 - Criar o parágrafo 3º no Art. 346 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça para normatizar a vedação de fornecimento de informação, por telefone ou e-mail, sobre mandado judicial. [\(índice\)](#)

ATO CGJ SN3/2016 - Dispõe sobre sugestão de atualização da Consolidação Normativa da Corregedoria da Justiça com base no Novo Código de Processo Civil - Decisão. [\(índice\)](#)

PROVIMENTO CGJ Nº 09 / 2015 - Dispõe sobre a atualização da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça Parte Judicial, ante a vigência do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015). [\(índice\)](#)

ATO CGJ SN3/2016 - Dispõe sobre sugestão de atualização da Consolidação Normativa da Corregedoria da Justiça com base no Novo Código de Processo Civil - Decisão. [\(índice\)](#)

PROVIMENTO CGJ Nº 04 / 2016 - Acrescenta e modifica artigos da Consolidação Normativa - parte judicial, visando à normatização do processo eletrônico. [\(índice\)](#)

PROVIMENTO CGJ Nº 85/2015 - Revoga os parágrafos 1º e 2º do artigo 352-E, altera a redação dos artigos 352-E, 352-F e 352-G, e acrescenta os artigos 352-H, 352-I e 352-J na Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça, de forma a estabelecer os procedimentos para a devolução dos mandados eletrônicos pelos oficiais de justiça avaliadores. [\(índice\)](#)

PROVIMENTO CGJ Nº 74/2015 - Altera o parágrafo único do artigo 352-D e acrescenta o parágrafo único ao artigo 192, ambos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, de forma a estabelecer parâmetros para a expedição de mandados direcionados aos oficiais de justiça avaliadores e para a classificação da ordem como urgente. [\(índice\)](#)

PROVIMENTO CGJ Nº 72/2015 - Dispõe sobre a alteração da redação no texto da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça - parte judicial para retirada da previsão de certificação das Indisponibilidades de Bens, em razão da existência do Banco de Indisponibilidade de Bens - BIB, dando outras providências. [\(índice\)](#)

PROVIMENTO CGJ Nº 68/2015 - Resolve incluir o inciso IX e alterar o § 2º, do art. 34, da Subseção VI; alterar os §§ 1º, 2º e 3º do art. 66; excluir o art. 67; renumerar o art. 68, que passará a constar como art. 67, com alterações no caput e os §§ 1º e 2º e exclusão do § 3º do antigo art. 68; renumerar o art. 69, que passará a constar como art. 68, com alterações do caput, do § 1º e exclusão do § 2º do antigo art. 69; incluir novo art. 69; alterar o art. 70; alterar o caput e o parágrafo único do art. 72, fazendo constar §§ 1º e 2º e alterar o art. 74, da Subseção XII, da Seção III, do Capítulo I, do Título I, do Livro I, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 67 / 2015 - Dispõe sobre a revogação do inciso VI do artigo 290 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 65/2015 - Altera as redações dos artigos 250, inciso XVII; e 345, incisos III e IV da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, para adequá-los à contagem de prazos em dias úteis.  
([índice](#))

Provimento CGJ N. 61/2015 - Altera o disposto no artigo 349 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça para permitir o cumprimento de ordens judiciais pelos oficiais de justiça avaliadores que desempenham a função de direção das Centrais de Cumprimento de Mandados.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 55/2015 - Altera a redação do artigo 336, 337 e 352 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça, para dispor sobre o prazo de cumprimento dos mandados judiciais pelos oficiais de justiça avaliadores.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 50/2015 - Dispõe sobre a inserção do artigo 183-A na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 43/2015 - Dispõe sobre a revogação do inciso VII do artigo 2º e da alteração da redação dos incisos I e II e do parágrafo único do artigo 3º, ambos da Seção I do Capítulo I do Livro I do Título I da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
([índice](#))



PROVIMENTO CGJ Nº 42/2015 - Dispõe sobre a alteração da redação dos artigos 207 a 219 da Subseção IX, da Seção I, do Capítulo I, do Título I, do Livro II da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça - parte judicial, por força do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 13/2015.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 41/2015 - Altera a redação do artigo 352 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, para normatizar o procedimento de registro no Livro de Agendamento de Diligências das Centrais de Cumprimento de Mandados e NAROJA.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 38/2015 - Dispõe sobre a alteração da redação no texto da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça - Parte Judicial para substituir as denominações anteriores por Chefe de Serventia.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 31/2015 - Dispõe sobre a alteração da redação do caput dos artigos 1º, 21 e 23, do parágrafo único do artigo 135 e do inciso III do artigo 305 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 23/2015 - Dispõe sobre a revogação do § 3º do art. 182 da CNCJG em razão da inexistência de previsão legal do Rol dos Culpados.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 19/2015 - Altera o inciso VI, do Art. 286 C, da Consolidação Normativa - Parte Judicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 09/2015 - Resolve alterar dispositivos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - parte extrajudicial (Provimento CGJ nº 12/2009).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 03 /2015 - Resolve suprimir o Inciso IV e acrescentar Parágrafo Único ao art. 280, do Livro II, Título I, Capítulo I, Seção II, Subseção VI, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 72 /2014 - Acrescenta e modifica artigos da Consolidação Normativa - parte judicial, visando à normatização do processo eletrônico nos seguimentos PROGER e Distribuição e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 71 /2014 - Altera a redação do caput - in fine - e dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 337 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

PROVIMENTO nº 58/2014 - Altera o parágrafo único do art. 373-B da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 56 /2014 - Resolve revogar os Provimentos CGJ nºs 47/2001, 15/2002, 16/2002, 63/2002, 98/2002, 48/2009 e 56/2010.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 55 /2014 - Resolve alterar os arts. 336 e 338 do Livro II, Título I, Capítulo III, Seção I, Subseção II da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 54 /2014 - Resolve alterar os parágrafos 3º, 4º e 5º do art. 2º, do Livro I, Título I, Capítulo I, Seção I, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 44 /2014 - Resolve criar o artigo 75-A da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 43/2014 - Resolve alterar os artigos 51, 53 caput, 54 caput e parágrafo único, 55 caput, 59 e 315 da Subseção X da Seção III do Capítulo I da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial.  
(índice)

[PROVIMENTO CGJ Nº 33 /2014](#) - Resolve alterar a redação do Artigo 399, II, alínea "f" da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 27 /2014](#) - Regulamenta a expedição de Certidão de Crédito adequando a Consolidação Normativa - parte judicial ao Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ 07/2014.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 26/2014](#) - Resolve alterar artigos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 17/2014](#) - Resolve criar o parágrafo 7º do art. 31 da Consolidação Normativa - Parte Judicial.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 76 /2013](#) - Resolve alterar o disposto no artigo 370 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO Nº 71/2013](#) - Resolve inserir o inciso XVI, do artigo 269 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 65 /2013](#) - Resolve alterar os artigos 352-B e 352-C da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 60 /2013](#) - Resolve unificar os textos dos incisos XXIII e XXIV, do artigo 267 do Provimento CGJ 11/2009.  
([índice](#))

[PROVIMENTO Nº 58/2013](#) - Resolve alterar a redação do parágrafo 8º do inciso XV, do artigo 269 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO Nº 54/2013](#) - Fica revogado o inciso I do artigo 290 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 53/2013](#) - Resolve alterar o artigo 225 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte judicial).

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 51/2013](#) - Resolve alterar a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral Da Justiça para incluir, no Livro II, Título I, Seção II, Subseção VI, art 271, o inciso XXX, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 50 /2013](#) - Resolve alterar artigos na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte judicial), que passam a vigorar com nova redação, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 44/2013](#) - Resolve alterar o artigo 109 do Provimento nº 12/2009 (Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial) e o artigo 135 do Provimento nº 11/2009 (Consolidação Normativa - Parte Judicial).

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 40 /2013](#) - Altera os parágrafos 3º., 4º. e 5º. do art. 269 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte judicial).

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 38/2013](#) - Resolve alterar artigo 79 do Provimento CGJ 11/2012.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 20/2013](#) - Altera o art. 229-A, § 1º, inciso I, da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral de Justiça (parte judicial).

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO N. 15/2013](#) - Altera o parágrafo único do artigo 252, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte judicial).

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N.º 14/2013](#) - Altera o parágrafo 4º, do artigo 229-A, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 13/2013](#) - Resolve incluir os artigos 283-A e 283-B na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ nº 10/2013](#) - Altera a redação do inciso III do artigo 347 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 7/2013](#) - Altera o inciso II do parágrafo 3º do artigo 336 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 04/2013](#) - Resolve alterar os artigos 229-A e 229-B da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO Nº 2/2013](#) - Resolve alterar os artigos 229-A e 229-B, todos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 75/2012](#) - Insere o inciso XVIII, no art. 23 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Judicial.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 72/2012](#) - Resolve alterar dispositivos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 69/2012](#) - Resolve alterar o artigo 342 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO Nº 68/2012](#) - Resolve alterar o artigo 229-B, caput e parágrafo único, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO Nº 67/2012 - Resolve alterar dispositivos do Provimento CGJ n. 11/2009 - Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 63/2012 - Resolve alterar a Subseção XIII da Seção I do Capítulo I do Título I do Livro II da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte judicial).  
(índice)

PROVIMENTO Nº 52/2012 - Resolve acrescentar o inciso XXVII ao artigo 250 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça (parte judicial).  
(índice)

PROVIMENTO Nº 41/2012 - Resolve incluir o § 4º no artigo 165 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
(índice)

PROVIMENTO N.º 36/ 2012 - Acrescenta o inciso IV no artigo 345 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
(índice)

PROVIMENTO Nº 30/2012 - Acrescenta o parágrafo 4º ao artigo 420 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N.º 29/2012 - Resolve alterar o § 11 do art. 352 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte judicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 27/2012 - Resolve acrescentar o Parágrafo único ao artigo 343 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 23/2012 - Resolve alterar o artigo 286 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte judicial) - Provimento CGJ n. 11/2009.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 22/2012 - Resolve incluir o artigo 236-A na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial) - Provimento CGJ n. 11/2009.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 20/2012 - Altera dispositivos do Provimento CGJ n. 11/2009 - Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 19/2012 - Resolve incluir os artigos 286-A a 286-C na Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça (Provimento CGJ n. 11/2009).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 8/2012 - Resolve incluir os arts. 229-A e 229-B na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 6/2012 - Resolve alterar o inciso III do art. 345 e o parágrafo 6. do art. 352 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 8, DE 27/02/2012 - Resolve incluir os arts. 229-A e 229-B na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 1, DE 10/01/2012 - Resolve alterar dispositivos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 68, DE 24/10/2011 - Resolve introduzir o artigo 295-A na Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral de Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 69, DE 05/10/2011 -Resolve alterar a Subseção III na Seção I do Capítulo III da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
Retificado no DJERJ, ADM, de 21/10/2011, p. 30.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 65, DE 29/09/2011 - Resolve inserir a Subseção XIV na Seção I do Capítulo I e a Subseção IV na Seção I do Capítulo III da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial), introduzindo os artigos 245-Aa 245-G e 352-B a 352-G.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 58, DE 06/10/2011 - Resolve alterar os arts. 150, 181 e 307 e incluir o art. 181-A na Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça (parte judicial). Retificado no DJERJ, ADM, de 17/10/2011, p. 22.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 64, DE 13/09/2011 - Altera a alínea 'h' do inciso 'I' do art. 375, alíneas 'd' e 'f' do inciso 'II' do art. 399, art. 401 e alínea 'i' do inciso 'I' do art. 411 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 61, DE 02/09/2011 - Resolve alterar o artigo 243, inciso I da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça - parte judicial. Retificado no DJERJ, ADM, de 15/09/2011, p. 22.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 60, DE 14/09/2011 - Resolve acrescentar os parágrafos 4. e 5. ao artigo 2. da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 59, DE 21/09/2011 - Resolve introduzir os arts. 224-A a 224-E na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 55, DE 11/08/2011 - Resolve alterar os arts. 354, inciso IV, alínea b, 355, incisos I e III e 360 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 54, DE 11/08/2011 - Resolve alterar o artigo 165 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça, parte judicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 53, DE 11/08/2011 - Altera os arts. 173, 177, 204, 250 e 262 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 50, DE 08/08/2011 - Ficam alterados os arts. 140 a 148 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, parte judicial.  
([índice](#))



PROVIMENTO CGJ N. 40, DE 12/07/2011 - Resolve alterar os arts. 26-A e 27, inciso VII, e acrescentar art. 26-B a Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 39, DE 11/07/2011 - Resolve alterar a Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça (parte judicial) para incluir o artigo 80-A.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 35, DE 25/07/2011 - Resolve alterar o inciso VI do art. 88 do Provimento CGJ n. 11/2009- Consolidação Normativa Judicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 34, DE 21/06/2011 - Resolve alterar o artigo 38 da Consolidação Normativa Judicial da Corregedoria Geral da Justiça.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 31, DE 06/06/2011 - Resolve acrescentar a alínea 'i' ao inciso III do art. 21 do Provimento CGJ n. 11/2009 (Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 25, DE 06/05/2011 - Resolve alterar o art. 31 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 22, DE 28/04/2011 - Resolve alterar o artigo 33 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 13, DE 15/03/2011 - Resolve alterar o artigo 166 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral de Justiça, e da outras providencias.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 3, DE 27/01/2011 - Resolve revogar o parágrafo 2. do art. 241 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral de Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN34, DE 16/02/2011 - Sugere que sejam acrescidas à atual Consolidação Normativa da CGJ novas disposições a fim de que as restrições contidas no caput dos arts. 219 e 648 não se apliquem aqueles que já fossem titulares de frações ideais de imóveis, mediante escrituras públicas lavradas anteriormente ao Provimento CGJ n. 12/2009 - Parecer.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 69, DE 23/12/2010](#) - Altera o caput do art. 248 da Consolidação Normativa Judicial, Provimento 11/2009  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 67, DE 20/12/2010](#) - Resolve revogar o parágrafo único do art. 251 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 62, DE 12/11/2010](#) - Resolve alterar os arts. 369 a 376 do Provimento CGJ n. 40/2010.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 61, DE 12/11/2010](#) - Resolve alterar os arts. 406 a 412 do Provimento CGJ n. 11/2009, destinado as serventias judiciais.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 58, DE 03/11/2010](#) - Resolve alterar o parágrafo 9. do art. 75 da Consolidação Normativa Judicial destinada aos serviços judiciais.  
([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN69, DE 03/11/2010](#) - Dispõe sobre a conveniência de se adaptar o texto da CNCJ, quanto ao seu art. 36, parágrafo 1., no tocante a comunicação eletrônica - Parecer.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 53, DE 24/09/2010](#) - Resolve alterar o artigo 1. do Provimento CGJ n. 39/2010  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 52, DE 16/09/2010](#) - Resolve alterar os artigos 406 a 412 do Provimento CGJ n. 11/2009.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 48, DE 24/08/2010](#) - Resolve alterar os arts. 402 e 405 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Judicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 51, DE 01/09/2010](#) - Altera o caput do art. 354 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial). Retificado no DJERJ, ADM, de 13/09/2010, p. 6.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 47, DE 18/08/2010 - Resolve alterar os arts. 399 e 400 do Provimento CGJ n. 11/2009 (Consolidação Normativa Judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 45, DE 06/08/2010 - Resolve alterar os artigos n. 181, 182, 259 e 260 da Consolidação Normativa Judicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 44, DE 02/08/2010 - Resolve que o art. 330 da Consolidação Normativa de Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial) fica acrescido dos parágrafos 1. e 2.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 40, DE 07/07/2010 - Resolve alterar os artigos 369 a 376 do Provimento CGJ n. 11/2009, destinada aos serviços judiciais.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 35, DE 11/06/2010 - Altera o inciso XVII, do artigo 271, da Consolidação Normativa destinada aos serviços judiciais.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 34, DE 02/06/2010 - Resolve alterar os artigos 362 a 365 do Provimento CGJ n. 11/2009.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 31, DE 25/05/2010 - Resolve alterar os artigos 385 a 401 do Provimento CGJ n. 11/2009, destinada aos Serviços Judiciais.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 17, DE 05/04/2010 - Resolve alterar os artigos 353 a 361 do Provimento CGJ n. 11/2009.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 18, DE 11/05/2010 -Resolve alterar os artigos 366 a 368 do Provimento CGJ n. 11/2009.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 27, DE 03/05/2010 - Resolve incluir o parágrafo 8. no art. 345 do Provimento CGJ n. 12/2009.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 20, DE 12/04/2010 - Resolve alterar o artigo 1. do Provimento CGJ n. 16/2010.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 22, DE 09/04/2010 - Resolve alterar o parágrafo 4. do art. 21 do Provimento CGJ n. 11/ 2009 (Consolidação Normativa Judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 13, DE 22/03/2010 - Resolve alterar o caput do artigo 182, bem como o inciso XVII do artigo 250, ambos do Provimento CGJ n. 11/2009 (Consolidação Normativa - parte judicial). Ementa retificada por erro na informação referente ao numero do Provimento alterado. In: DJERJ, ADM, de 05/04/2010, p. 21.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 12, DE 15/03/2010 - Resolve acrescentar o artigo 291-A ao Provimento CGJ n. 11/2009 (Consolidação Judicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 87, DE 21/12/2009 - Acresce os parágrafos 3., 4. e 5. ao artigo 77 do Provimento 11/ 2009 - Consolidação Normativa Judicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 84, DE 30/11/2009 - Resolve acrescentar o parágrafo 5. ao artigo 29, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, destinada aos Serviços Judiciais.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 83, DE 23/11/2009 - Resolve alterar o art. 75 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 77, DE 27/10/2009 - Resolve acrescentar ao artigo 352-A, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, seis novos parágrafos.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 69, DE 23/09/2009 - Resolve criar o artigo 352-A, na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 57, DE 20/08/2009 - Resolve criar o artigo 318-A, na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, cuja vigência se dará a partir do dia 24 de agosto de 2009.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 50, DE 24/07/2009 - Resolve que as Consolidações Normativas da Corregedoria Geral da Justiça, destinadas aos serviços judiciais e extrajudiciais, estabelecidas pelos Provimentos CGJ ns. 11/2009 e 12/2009,

respectivamente, entram em vigor em 14 de agosto de 2009. OBS: Republicado com nova data e alteração da vigência das Consolidações Normativas da Corregedoria Geral da Justiça para o dia 24/08/2009. In: DJERJ, ADM, de 14/08/2009, p. 173.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 12, DE 30/01/2009](#) - Resolve aprovar a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, destinada aos Serviços Extrajudiciais. Determinada sua vigência a partir de 24/08/2009 e republicado o texto consolidado da nova Consolidação Normativa da Corregedoria Geral para os serviços extrajudiciais. In: DJERJ, ADM, de 14/08/2009, p. 70.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 11, de 30/01/2009](#) - Resolve aprovar a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, destinada aos Serviços Judiciais. Determinada sua vigência a partir de 24/08/2009 e republicado o texto consolidado da nova Consolidação Normativa da Corregedoria Geral para os serviços judiciais. In: DJERJ, ADM, de 14/08/2009, p. 13.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 52, de 04/08/2009](#) - Resolve alterar o parágrafo 8. do artigo 36 da Nova Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, aprovada pelo Provimento CGJ n. 11/2009.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 50, DE 24/07/2009](#) - Resolve que as Consolidações Normativas da Corregedoria Geral da Justiça, destinadas aos serviços judiciais e extrajudiciais, estabelecidas pelos Provimentos CGJ ns. 11/2009 e 12/2009, respectivamente, entram em vigor em 14 de agosto de 2009.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº.11/2009](#) - Resolve aprovar a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, destinada aos Serviços Judiciais. Revoga a Resolução CGJ n. 2/2005.

[\(índice\)](#)

[RESOLUCAO CGJ Nº 2, de 28/04/2009](#) - Resolve prorrogar, por mais 90 (noventa) dias, a suspensão dos dispositivos relativos a Consolidação Normativa recentemente editada, revogando quaisquer disposições em contrario.

[\(índice\)](#)

## Consulta a Processo

### Cartório

AVISO TJ N. 33, DE 22/07/2009 - Avisa que estando os autos disponibilizados em Cartório ou Secretaria, o Advogado, mesmo sem mandato judicial, poderá examiná-los, desde que não esteja configurada quaisquer das hipóteses disciplinadas no art. 155 do Código de Processo Civil, bem como do parágrafo 1. do art.7., da Lei n. 8906/94, e da outras providencias.Republicado no DJERJ, ADM, de 14/08/2009, p. 2.

(índice)

### Plantão Judiciário

PARECER CGJ N. SN48, DE 17/12/2009 -Encaminha proposta de Portaria a ser implementada (Portaria n. 217/2009) - Parecer.

(índice)

### Portal Eletrônico do PJERJ

AVISO CGJ 687/2020 - Avisa que as consultas a processos judiciais públicos devem ser realizadas no Portal Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

(índice)

AVISO CGJ N. 61/2020 - Avisa que as consultas a processos públicos poderão ser realizadas mediante acesso ao Portal Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

(índice)

### Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM)

ATO EXECUTIVO nº 182/2017 - Institui a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

(índice)

### Coordenadoria Estadual Judiciária da Infância e Juventude

ATO EXECUTIVO TJ N. 5165, DE 12/11/2009 - Institui no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro a Coordenadoria Estadual Judiciária da Infância e da Juventude - CEIJ, órgão permanente de assessoria da Presidência do Tribunal.

### Consulta Criminal Nacional

AVISO TJ/ 2ª VP nº 05/2021 - Avisa sobre a ferramenta denominada "Consulta Criminal Nacional".  
([índice](#))

### Convocação Judicial da Polícia Civil

AVISO CGJ N. 77, DE 25/01/2010 - Avisa que a partir desta data as Serventias Judiciais deverão encaminhar os ofícios, para apresentação de Policiais Cíveis para as audiências, ao novo endereço eletrônico da Seção de Convocação Judicial da Polícia Civil que menciona.  
([índice](#))

### Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Dívida Ativa

PORTARIA nº 2221/2023 - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
([índice](#))

PORTARIA nº 1392/2023 - Altera a Composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
([índice](#))

PORTARIA nº 1348/2023 - Altera a Composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
([índice](#))

PORTARIA nº 1170/2023 - Altera a Composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
([índice](#))

PORTARIA TJ nº 992/2023 - Designa membros para a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
([índice](#))

PORTARIA nº 2261/ 2021 - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
(índice)

PORTARIA TJ nº 1303/ 2021 - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
(índice)

PORTARIA nº 2007/ 2021 - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
(índice)

PORTARIA nº 1951/ 2020 - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODIV).  
(índice)

ATO EXECUTIVO nº 152/ 2020 - Altera o ato de instituição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODIV).  
(índice)

PORTARIA TJ nº 723/ 2020 - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODIV).  
(índice)

PORTARIA nº 1252/2019 - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODIV).  
(índice)

PORTARIA TJ Nº4388/2017 - Designa membros para a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODIV).  
(índice)

## Correição

PORTARIA CGJ Nº1820/2023 - Determina a realização de Correição Extraordinária para verificação do funcionamento dos Juízos da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 11ª e 12ª Varas de Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 1748/2023 - Determina a realização de Correição Extraordinária para verificação do funcionamento do Juízo da 2ª Vara Cível de Teresópolis.  
(índice)

PORTARIA TJ Nº 1713/2023 - Determina a realização de Correição Extraordinária para verificação do funcionamento dos Juízos da 1ª, 10ª, 20ª e 32ª Varas Cíveis da Comarca da Capital.  
(índice)



[PORTARIA CGJ Nº 1704/2023](#) - Determina a realização de Correição Extraordinária para verificação do funcionamento dos Juízos da 1ª Vara Cível e 1ª Vara de Família Regionais da Pavuna  
([índice](#))

[PORTARIA CGJ nº 1639/2023](#) - Determina a realização de Correição Extraordinária para verificação do funcionamento do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital.  
([índice](#))

[PORTARIA Nº CGJ 1630/2023](#) - Determina a realização de Correição Extraordinária para verificação do funcionamento dos Juízos da 8ª, 36ª, 37ª e 41ª Varas Cíveis da Comarca da Capital  
([índice](#))

[PORTARIA Nº 04/2023](#) - Resolve designar o magistrado dirigente do 11º NUR, para presidir a Correição Geral 2023 - mês de junho, nos serviços notariais e registrais, bem como o servidor do setor de fiscalização do 11º NUR, que o acompanhará na diligência.  
([índice](#))

[PORTARIA Nº 03/2023](#) - 11º NUR - Resolve designar o magistrado dirigente do 11º NUR, para presidir a correição geral 2023 - mês de maio, nos serviços notariais e registrais, bem como o servidor do setor de fiscalização do 11º NUR, que o acompanhará na diligência.  
([índice](#))

[PORTARIA CGJ Nº 1434/2023](#) - Determina a realização de Correição Extraordinária para verificação do funcionamento no Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Resende.  
([índice](#))

[PORTARIA CGJ Nº 1433/2023](#) - Determina a realização de Correição Extraordinária para verificação do funcionamento no Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Resende.  
([índice](#))

[PORTARIA CGJ Nº 1395/2023](#) - Determina a realização de Correição Extraordinária para verificação do funcionamento no Juízo da 7ª Vara Cível da Comarca de Niterói.  
([índice](#))

[PORTARIA CGJ Nº 1.393/2023](#) - Determina a realização de Correição Extraordinária para verificação do funcionamento no Juízo da 5ª Vara de Família da Comarca de São Gonçalo.  
([índice](#))

[PORTARIA CGJ Nº 1.392/2023](#) - Determina a realização de Correição Extraordinária para verificação do funcionamento no Juízo da 3ª Vara Cível Regional de Alcântara da Comarca de São Gonçalo.  
([índice](#))

PORTARIA CGJ Nº 1251/2023 - Determina a realização de Correição Extraordinária para verificação do funcionamento no Juízo da 3ª Vara Cível Regional da Barra da Tijuca.  
(índice)

EDITAL CGJ nº 09/2023 - Faz saber aos interessados que foi determinada correição presencial na 7ª Vara Cível Regional da Barra da Tijuca, cujos trabalhos ficam delegados aos juízes auxiliares mencionados, e serão realizados no dia, horário e local mencionado  
(índice)

EDITAL CGJ nº 08/2023 - Faz saber aos interessados que foi determinada a realização de correição presencial na 4ª Vara Cível Regional da Barra da Tijuca, cujos trabalhos ficam delegados aos juízes auxiliares mencionados, e serão realizados no dia, horário e local mencionados.  
(índice)

PORTARIA NUR 1, Nº 01/2022 - Resolve designar a juíza dirigente do 1º Núcleo Regional para presidir as correições ordinárias nas serventias relacionadas e as equipes de fiscalização que farão o apoio.  
(índice)

PORTARIA CGJ nº 1446 /2020 - Determina a realização de Correição Geral Ordinária na forma do inciso XIX do artigo 22 e do artigo 23 da Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro (LODJ).  
(índice)

PORTARIA CGJ nº 606/2014 - Regulamenta a realização da Correição Geral Ordinária nas Serventias Judiciais de primeira instância e Extrajudiciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro  
(índice)

PORTARIA CGJ N. 606/2014 - Regulamenta a realização da Correição Geral Ordinária nas Serventias Judiciais de primeira instância e Extrajudiciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 11/2014 - Resolve que o relatório de correição extraordinária ou especial deverá ser assinado digitalmente pelo Magistrado que a presidir, o qual será responsável pela sua publicação no portal da Corregedoria Geral da Justiça, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ N. 517, DE 13/08/2009 - Avisa que determinou a instauração de Correição Extraordinária no Cartório do Testamenteiro e Tutor Judicial.

[\(índice\)](#)

[PORTARIA CGJ nº 173 /2023](#) - Determina a realização de Correição Geral Ordinária na forma do inciso XIX do artigo 22 e do artigo 23 da Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro (LODJ).

[\(índice\)](#)

[PORTARIA nº 01/2022/SFCD/7ºNUR](#) - Resolve que a correição ordinária nos serviços extrajudiciais integrantes do 7º NUR será presidida pelo Juiz Dirigente do 7º NUR, nas datas indicadas no anexo da Portaria CGJ nº 1828/2021, com apoio da equipe de fiscalização, cujo nome do responsável está indicado no anexo.

[\(índice\)](#)

[PORTARIA N. 01 /2022](#) - 13º NUR - Resolve designar para presidir as correições gerais nas serventias relacionadas, conforme quadro especificado.

[\(índice\)](#)

[PORTARIA 6º NUR- FISC/DISC nº 01/2022](#) - Resolve que a correição geral ordinária realizada física ou remotamente em todas as serventias extrajudiciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro na área de atribuição do 6º NUR será presidida pelo Juiz Dirigente do 6º Núcleo Regional.

[\(índice\)](#)

[PORTARIA Nº 01/2021/5º NUR/SFD](#) - Resolve designar o magistrado mencionado para proceder a todas as Correições Gerais nos Serviços Extrajudiciais subordinados ao 5º NUR, conforme os dados indicados.

[\(índice\)](#)

[PORTARIA CGJ nº 1828 /2021](#) - Determina a realização de Correição Geral Ordinária na forma do inciso XIX do artigo 22 e do artigo 23 da Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro (LODJ).

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 831/2021](#) - Dispõe sobre a Correição Geral Ordinária de 2021 nas unidades judiciais.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 859/2020](#) - Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de realização e de entrega do relatório de Correição Geral Ordinária de 2020.

[\(índice\)](#)

[PORTARIA CGJ 3009/2015](#) - Determina a realização de Correição Geral Ordinária na forma do inciso XIX do artigo 22 e do artigo 23 da Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro (LODJ).

[\(índice\)](#)

ATO CGJ SN13 - Dispõe sobre as Correições Gerais Ordinárias.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 47 / 2015 - Dispõe sobre as Correições Gerais Ordinárias, revogando o Provimento nº 70/2013.  
(índice)

### Correspondência

AVISO TJ nº 95/ 2021 - Divulga o inteiro teor da Portaria CNJ n. 63, de 20 de agosto de 2021, que determina a realização de correição extraordinária.  
(índice)

AVISO TJ N. 7, DE 25/01/2010 - Avisa que a partir de 26 de janeiro de 2010, de acordo com requerimento formulado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, toda correspondência referente a Carta de Sentença e demais informações relativas a presos e pessoas custodiadas, devem ser enviadas para o endereço que menciona.  
(índice)

### Correspondência com A.R.

AVISO TJ Nº 89/2013 - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventias e aos Serventuários, lotados nas serventias judiciais, que deverão ser observadas as regras contidas no Ato Normativo TJ nº 09/2009, bem como todas as demais normas que zelem pelo perfeito recolhimento das custas e despesas judiciais devidas, e dá outras providências.  
(índice)

### Criança e Adolescente

ATO EXECUTIVO CONJUNTO Nº 49/2013 - Resolvem alterar os Artigos 2º, 3º e 4º do Ato Executivo nº 4297/12.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 21/2013 - Resolvem alterar o Artigo 1º e seus parágrafos 4º e 6º; os parágrafos 1º e 2º do Artigo 2º; e os parágrafos 2º, 3º e 10º do Artigo 3º; e Art.8º do Ato Normativo Conjunto 09/2012.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1156/2013 - Avisa aos Magistrados que possuem a competência descrita no art. 92 do CODJERJ (Infância e Juventude) que foi liberado o acesso ao Sistema CNCA para a funcionalidade de exclusão/alteração de entidades de acolhimento, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO Nº 491/CGJ/2013 - Avisa aos Juízes de Direito com competência para a matéria referente ao adolescente em conflito com a lei que os relatórios de inspeção das unidades de execução de medidas socioeducativas sob sua responsabilidade deverão observar o modelo constante do anexo único deste Aviso.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº.21/2009 - Resolvem adotar o MCA - Modulo Criança e Adolescente, como banco de dados para o cadastramento das entidades de abrigo e das crianças e dos adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar, e da outras providencias.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº.20/2009 - Resolvem que a partir de 02 de fevereiro de 2009 não será admitida qualquer nova inserção no Projeto Comarca - DCP - no que se refere ao pretendente a adoção e informa que as telas já existentes e que se referem aos pretendentes serão excluídas, e da outras providencias.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 45/2008 - Resolve que o encaminhamento de criança ou adolescente, pela Autoridade Judiciária, para cumprimento de medida sócio-educativa em outra Comarca só poderá ser realizado através de carta precatória.  
(índice)

RESOLUÇÃO CONSELHO DA MAGISTRATURA Nº.7, de 12/02/2009 - Dá nova redação a Resolução 05/95 deste Conselho, que dispõe sobre a criação da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado do Rio de Janeiro e sua regulamentação.  
(índice)

### Cumprimento de Mandados

PROVIMENTO CGJ 117/2021 - Dispõe sobre a atuação das Centrais de Cumprimento de Mandados, dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores e dos Oficiais de Justiça Avaliadores e define as suas relações com as serventias judiciais no período do recesso forense, compreendido entre os dias 20 de dezembro de 2021 e 06 de janeiro de 2022 e dá outras providências.  
(índice)

AVISO Nº 1384/2012 - Avisa que deverão ser estritamente observadas as situações de urgência para cumprimento dos mandados, acarretando o seu descumprimento a abertura de procedimento administrativo disciplinar.  
(índice)

### Cumprimento de Mandados das Varas de Fazenda Pública e Juizados Especiais Fazendários

PROVIMENTO CGJ Nº 12/2013 - Resolve recriar e instalar a Central de Cumprimento de Mandados das Varas de Fazenda Pública e Juizados Especiais Fazendários da Comarca da Capital.  
(índice)

### Custas

#### Apuração de Valores

PROVIMENTO CGJ nº 45/2020 - Revoga o Provimento CGJ nº 15/2004 para disciplinar o momento da apuração dos valores das custas processuais e taxa judiciária nos feitos criminais encaminhados a Vara de Execuções Penais (VEP).  
(índice)

### Banco Digital

AVISO TJ nº 99/ 2021 - Dispõe sobre a possibilidade de pagamento de GRERJ no banco digital NUBANK.  
(índice)

### Certidão Criminal

PARECER CGJ N. SN19, DE 08/07/2010 - Dispõe sobre a obrigatoriedade ou não de recolhimento de custas para obtenção de certidões criminais para fins eleitorais - Parecer.  
(índice)

### Certificação das Custas

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 05/2016 - Dispõe sobre a certificação de custas e tempestividade de recursos apresentados na Primeira Instância com base no Novo CPC.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 05/2016 - Dispõe sobre a certificação de custas e tempestividade de recursos apresentados na Primeira Instância com base no Novo CPC.  
(índice)

AVISO CGJ N. 584, DE 04/08/2010 - Avisa as serventias judiciais que, na Comarca da Capital, a certificação das custas judiciais referentes aos atos praticados pelos Avaliadores Judiciais será realizada pelos cartórios judiciais devendo o numero da guia utilizada ser informado a central de Avaliadores Judiciais,e da outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ N. 301, DE 11/05/2010 - Avisa as serventias judiciais que, na Comarca da Capital, a certificação das custas judiciais devidas pela avaliação será realizada pela Central de Avaliadores Judiciais, a partir da data de sua instalação.  
(índice)

#### Custas Faltantes

ATO NORMATIVO TJ N. 24, DE 28/10/2010 - Determina que, na hipótese de recursos inadmitidos ou com manifestação de desistência do recorrente, nos quais seja constatada a existência de custas faltantes, deverão certificar as custas devidas, com a discriminação dos valores não recolhidos, certidão que devera ser remetida, em anexo ao processo ou as pecas enviadas, ao juízo originário de primeira instancia para cobrança imediata.  
(índice)

#### Custas Judiciais

AVISO Nº 87/2018 - Avisa aos Secretários de Câmaras e Responsáveis pelo Expediente das Serventias Judiciais de todo o Estado do Rio de Janeiro, bem como seus respectivos substitutos, que as Certidões de Débito, referentes aos valores devidos a título de custas/taxa judiciária no processo judicial, deverão ser enviadas à Divisão de Cobrança Administrativa do Departamento de Gestão da Arrecadação (DICOB/DEGAR/DGPCF), observando o número correto do CPF/CNPJ correspondente à PARTE DEVEDORA.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 634/2017 - Dispõe sobre a cobrança da complementação das custas judiciais, quando houver pedido liminar a ser apreciado.  
(índice)

PORTARIA CGJ N.º 94 / 2013 - Resolve aprovar as tabelas judiciais que acompanham a presente Portaria, com efeito a partir do dia 01 de janeiro de 2014,

incorporando a Lei Estadual n.º 3.350, de 29 de dezembro de 1999, já com as alterações feitas pela Lei nº 6.369, de 20 de dezembro de 2012.  
([índice](#))

[AVISO TJ Nº 89/2013](#) - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventias e aos Serventuários, lotados nas serventias judiciais, que deverão ser observadas as regras contidas no Ato Normativo TJ nº 09/2009, bem como todas as demais normas que zelem pelo perfeito recolhimento das custas e despesas judiciais devidas, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 103/2013](#) - Avisa da necessidade de estrita observância das diretrizes que menciona para a cobrança de custas judiciais e de taxa judiciária.  
([índice](#))

[AVISO TJ nº 106/2012](#) - Avisa que a partir do dia 21 de outubro de 2012, o recolhimento de custas e porte de remessa e/ou retorno de autos será feito por meio da GRU Cobrança - Ficha de Compensação, emitido exclusivamente no sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal, no endereço que menciona, substituindo a antiga GRU Simples.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 648/2012](#) - Avisa que as despesas com processo eletrônico referentes aos atos de realização de cópia digital de registros de audiência ou de processo eletrônico; transcrição de gravação eletrônica de audiência; encaminhamento físico de petição a processo eletrônico; digitalização de documentos; impressão de cópia de processo eletrônico; distribuição de processo eletrônico e envio eletrônico de citações, intimações, notificações e ofícios, devem ser recolhidas nas situações que menciona.  
([índice](#))

[AVISO Nº 646/2012](#) - Avisa aos Magistrados, Titulares ou Responsáveis pelo Expediente das Serventias Judiciais, Advogados, Serventuários da Justiça e demais interessados que, na hipótese de formulação dos pedidos cumulados de alteração de regime de bens e de partilha de bens, a taxa judiciária e as custas judiciais deverão ser recolhidas individualizadamente  
([índice](#))

[AVISO TJ N. 3, DE 06/01/2012](#) - Avisa que o desarquivamento de processos administrativos e o fornecimento de informações sob a forma de certidão pelos órgãos integrantes do Tribunal, devem ensejar os recolhimentos que menciona, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO TJ N. 2, DE 06/01/2012](#) - Avisa que a conferência de fotocópia de folha do Diário Oficial (impresso), artigos de periódicos contidos no acervo do Tribunal de Justiça, e de cópia extraída do Diário da Justiça Eletrônico, realizada pela Biblioteca,



enseja o recolhimento do valor mencionado por cópia conferida a ser realizado exclusivamente em GRERJ papel, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ N. 1, DE 06/01/2012](#) - Avisa que o fornecimento de cópias de documentos contidos em mídias diversas, por este Tribunal, enseja o recolhimento do valor mencionado a ser realizado em GRERJ papel, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO TJ N. 2, DE 06/01/2012](#) - Resolve que a solicitação, efetuada por advogado constituído nos autos, de cópia de decisão judicial não publicada, enseja a cobrança por todas as Serventias Judiciais e Secretarias de Órgãos Colegiados integrantes deste Tribunal, do valor mencionado por folha fotocopiada, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO TJ N. 1, DE 06/01/2012](#) - Resolve que a realização da cópia digital dos registros fonográficos ou audiovisuais de audiências suscitara o prévio recolhimento do valor que menciona, por copia, a titulo de despesas, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 4, DE 02/01/2012](#) - Avisa que as custas devidas nas execuções fiscais da Divida Ativados Municípios e do Estado, quando o debito tributário devido, bem assim as custas devidas ao Poder Judiciário forem pagos em conjunto, e os cálculos forem realizados pela própria entidade exequente são os que especifica.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ N. 107, DE 16/12/2011](#) - Avisa que a partir do dia 02 de janeiro de 2012 os recolhimentos, realizados através de GRERJ, somente serão recebidos pelo Banco Bradesco S/A, incluindo todas as modalidades de pagamento, e da outras providencias.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 80, DE 25/11/2011](#) - Regulamenta o recolhimento de custas e taxa judiciária nos Juizados Especiais Cíveis, Criminais, Turmas Recursais, Juizados Especiais de Fazenda Publica e nos Juizados Especiais da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 1169, DE 24/11/2011](#) - Avisa as serventias judiciais que, na Comarca da Capital, a certificação das custas judiciais referentes a atuação do Depositário Judicial será realizada previamente pelos cartórios judiciais devendo o numero da guia utilizada ser informado a Central de Depositário Judicial - CDJ.

[\(índice\)](#)

AVISO TJ N. 101, DE 30/11/2011 - Avisa que na exclusiva hipótese de processos cujas partes incumbidas do ônus de recolhimento das custas, taxa judiciária e acréscimos legais ostentarem o benefício da gratuidade de justiça, os Juizados Especiais Cíveis estão autorizados a determinar o arquivamento e a respectiva baixa dos referidos processos judiciais, e da outras providencias.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ N. 4934, DE 17/09/2011 - Resolve que o recolhimento de valores arrecadados e apreendidos comindiciados ou vinculados a procedimentos criminais deve ser efetuado em DARJ no código que menciona, e da outras providencias.  
(índice)

AVISO CGJ N. 952, DE 10/10/2011 - Avisa as Serventias Judiciais e Extrajudiciais que a Certidão para Fins de Licitação Publica, Financiamento, Concurso Público e outros, bem como sua respectiva GRERJ eletrônica deverão ser obtidas através de acesso ao Portal do Tribunal de Justiça, e da outras providencias.  
(índice)

AVISO CGJ N. 920, DE 30/09/2011 - Avisa aos Magistrados, Titulares ou Responsáveis pelas Serventias Judiciais e Extrajudiciais, advogados, serventuários e demais interessados da necessidade de observar as diretrizes para a cobrança das custas e taxa judiciária que menciona.  
(índice)

AVISO CGJ N. 577, DE 11/07/2011 - Avisa aos Distribuidores oficializados que deverão observar os termos do parecer publicado em 15/06/2011, e nesse sentido cobrar emolumentos para a expedição de quaisquer certidões requeridas por pessoas jurídicas, e da outras providências.  
(índice)

AVISO TJ N. 56, DE 30/06/2011 - Avisa que a extração da certidão de debito de que trata a Resolução Conselho da Magistratura 15/99 se faça de forma eletrônica e seja encaminhada diretamente ao DEGAR e não a Procuradoria da Divida Ativa do Estado.  
(índice)

AVISO CGJ N. 381, DE 20/05/2011 - Avisa aos Magistrados, Titulares ou Responsáveis pelo Expediente das Serventias Judiciais e Extrajudiciais, Advogados Serventuários da Justiça e demais interessados, da necessidade de estrita observância das diretrizes mencionadas para a cobrança de custas judiciais e de taxa judiciária, e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 16, de 23/03/2011 - Resolve que as custas processuais incidirão sempre que o interessado requerer a emissão de carta de sentença, na forma da lei, restringindo-se sua cobrança a apenas este ato, e da outras providências.

(índice)

PARECER CGJ Nº SN77, de 15/03/2011 - Dispõe sobre a necessidade de alteração do art. 166 da CNCJ que trata de custas judiciais - Parecer.

(índice)

### Custas Processuais

AVISO CGJ Nº 699/ 2013 - Avisa sobre as disposições que devem ser observadas em relação ao cálculo inicial da Taxa Judiciária incidente sobre os honorários advocatícios sucumbenciais.

(índice)

AVISO CGJ Nº 700/2013 - Avisa que as custas/despesas processuais referentes ao envio eletrônico de citações, intimações, notificações e ofícios deverão, a partir da publicação deste Aviso, atender ao valor disposto na Tabela nº 01, II, item 9, alínea "f", da Portaria CGJ nº 16/2013 (R\$ 13,75 - valor do ano de 2013), com recolhimento a ser efetuado na conta/código dos "Atos dos Escrivães" correspondente à serventia respectiva.

(índice)

### Desarquivamento de Processos Administrativos

AVISO CGJ N. 6, DE 04/01/2011 - Avisa que o desarquivamento de processos administrativos e o fornecimento de informações sob a forma de certidão devem ensejar os recolhimentos que especifica, e dá outras providências.

(índice)

### Digitalização de Documentos

ATO NORMATIVO TJ N. 25, DE 09/11/2010 - Resolve que a digitalização de documentos anexados a petição encaminhada por meio físico suscitara o prévio recolhimento de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos), por página digitalizada, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

## Execução Fiscal

[AVISO CGJ nº 577 /2020](#) - Avisa aos Magistrados, Servidores, Chefes de Serventia e Encarregados das Centrais e Núcleos de Dívida Ativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro acerca da cobrança das custas finais em processos de execução fiscal.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 273 / 2020](#) - Dispõe sobre o recolhimento de custas processuais nas execuções fiscais municipais.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ nº 8/2013](#) - Avisa que, a partir de 1º de fevereiro de 2013, todos os recolhimentos de custas e taxa judiciária devidas pelo trâmite das execuções fiscais ajuizadas pelo Município e pelo Estado do Rio de Janeiro devem ser realizados, exclusivamente, através de GRERJ eletrônica, estando revogado o Aviso TJ nº 12/2010.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 6, DE 07/01/2010](#) - Avisa sobre as custas devidas nas execuções fiscais da Dívida Ativa dos Municípios e do Estado, quando o débito tributário e as custas de vidas ao Poder Judiciário forem pagos em conjunto, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

## Expedição de Certidão

[AVISO CGJ Nº 370/2012](#) - Avisa que a expedição de certidão, motivada por manifesto erro cartorário, não enseja recolhimento de custas, desde que devidamente certificado pelo Titular ou Responsável pelo Expediente da Serventia, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 5, DE 07/01/2010](#) - Avisa aos Cartórios com atribuição de Distribuição Judicial sobre o valor a ser recolhido na expedição de certidão comprobatória do exercício da advocacia.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 43, de 03/10/2008](#) - Avisa que, na hipótese de processos judiciais com tramite paralisado, as intimações realizadas por Oficial de Justiça ou pela via postal, com o intuito de prosseguimento dos feitos, devem ter suas respectivas custas cobradas no corpo do próprio ato intimatório, e da outras providências. OBS: Publicado no DJERJ, ADM, de 26/01/2009, p. 37 como Aviso CGJ n. 43/2008.

[\(índice\)](#)

## Falências e Recuperações de Crédito

PROVIMENTO Nº 22 / 2016 - Dispõe sobre a comprovação do recolhimento de custas judiciais nas Habilitações de Crédito Tempestivas nas falências e Recuperações Judiciais.

[\(índice\)](#)

## Gravação de Ato Judicial

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 15/ 2022 - Dispõe acerca da cobrança de custas na disponibilização de gravação de ato judicial.

[\(índice\)](#)

## GRERJ Eletrônica

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ N. 1, DE 30/05/2011 - Resolvem que a expedição postal de citações, intimações, notificações e ofícios implica o recolhimento de R\$ 8,30 (oito reais e trinta centavos) por postagem, em GRERJ Eletrônica Judicial, sob o código que especifica, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

AVISO TJ N. 58, DE 29/06/2010 - Avisa que as GRERJs já utilizadas no mesmo processo, sem pagamento e com a validade expirada e com numeração inexistente terão seu registro bloqueado no sistema DCP, insuscetíveis de cadastramento pelo PROGER, pela Distribuição ou pelas serventias judiciais, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

AVISO CGJ N. 443, DE 23/06/2010 - Avisa que o recolhimento das custas pelos atos praticados pelos Avaliadores Judiciais da Comarca da Capital, devesse ser realizado em GRERJ Eletrônica Judicial, devendo o número da guia utilizada no recolhimento ser informado a Central de Avaliadores Judiciais, permitindo que seja certificado o recolhimento efetuado.

[\(índice\)](#)

ATO NORMATIVO TJ N. 8, DE 15/04/2010 - Altera o artigo 6. do Ato Normativo TJ n. 09/2009.

[\(índice\)](#)

ATO NORMATIVO TJ N. 9, DE 26/05/2009 - Estabelece normas e orientações para o recebimento e processamento da Guia de Recolhimento de Receita Judiciária Eletrônica - GRERJ Eletrônica instituída pelo Ato Normativo TJ n. 08/2009, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

ATO NORMATIVO TJ N. 8, DE 26/05/2009 - Institui novo tipo de Guia de Recolhimento de Receita Judiciária Eletrônica - GRERJ Eletrônica - para pagamento dos valores devidos na esfera judicial, e da outras providencias.  
([índice](#))

AVISO TJ N. 12, DE 10/02/2010 - Avisa que o recolhimento de custas e taxa judiciária devidas pelas execuções fiscais ajuizadas pelo Município do Rio de Janeiro, em caráter temporário, poderá ser realizado através de GRERJ papel ou de guia gerada no site que menciona.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO TJ N. 3, DE 29/01/2010 - Resolve que na hipótese de incidência de custas e de taxa judiciária a serem recolhidas por partes não assistidas por advogado em execuções fiscais, a serventia processante poderá, de imediato, auxiliá-las através da intranet, no preenchimento e impressão da GRERJ Eletrônica para o devido pagamento, e da outras providencias.  
([índice](#))

### Isenção de Recolhimento

PARECER CGJ N. SN80, DE 20/12/2010 - Dispõe sobre isenção de recolhimento de custas judiciais - Parecer.  
([índice](#))

### Mandados de custas processuais oriundos de penhora on-line

ATO NORMATIVO TJ nº 19/ 2021 - Dispõe sobre o encaminhamento obrigatório dos mandados de custas processuais destinadas a este Tribunal de Justiça, bem como dos valores dos demais entes integrantes da GRERJ, oriundos de penhora on-line, realizados pelos Juízos com competência em Dívida Ativa, ao DEGAR - Departamento de Gestão da Arrecadação.  
([índice](#))

### Meio Eletrônico

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 06/ 2021 - Dispõe sobre o recolhimento das despesas eletrônicas de digitalização de documentos e impressão de cópias nos mandados expedidos pela via postal em processos eletrônicos.  
([índice](#))

ATO SN47/2016 - Dispõe sobre dúvidas em cobrança de envios eletrônicos - Decisão.  
([índice](#))

### Pedido de Reconsideração

AVISO CGJ N. 22, DE 11/01/2011 - Avisa que a interposição do Pedido de Reconsideração previsto no art. 134 da Consolidação Normativa suscita o prévio recolhimento do valor que menciona, a ser efetuado em GRERJ papel, e da outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 7, DE 19/01/2010 - Resolve que a interposição do Pedido de Reconsideração previsto nos arts. 134 do Provimento CGJ n. 11/2009 e 108 do Provimento CGJ n. 12/2009 suscita o prévio recolhimento do valor que menciona, a ser efetuado em GRERJ.  
(índice)

### Processamento Judicial Eletrônico

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 09/2013 - Disciplina a regulamentação e o reajuste periódico dos valores referentes às custas e despesas de processamento judicial eletrônico e dá outras providências.  
(índice)

### Publicações de Editais

AVISO TJ N. 76, DE 17/08/2010 - Avisa as serventias judiciais integrantes da primeira instância, que os valores referentes a publicação de editais, não previamente recolhidos pelo autor beneficiário da Gratuidade de Justiça, deverão ser cobradas ao réu vencido que não possua o referido benefício, e da outras providências.  
(índice)

### Recolhimento de Custas

AVISO CGJ nº 488/2021 - Comunica sobre o recolhimento de custas no caso de envio de citações, intimações e notificações processuais através de aplicativos de mensagens ou qualquer outro meio eletrônico.  
(índice)

AVISO CGJ nº 676/2017 - Dispõe sobre o recolhimento de custas nos feitos fazendários processados pelo rito sumaríssimo, na forma disposta na Lei Federal nº 12.153/2009, em Comarcas onde não houver Juizado Especial da Fazenda Pública ou juizados adjuntos instalados.  
(índice)

### Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes

ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 09/2012 - Regulamentam o sistema de depoimento especial de crianças e adolescentes, a ser realizado em ambiente separado da sala de audiências, com participação de profissional especializado para atuar nessa prática, e dá outras providências.  
(índice)

### Depósito Judicial

AVISO TJ N. 47, DE 25/05/2010 - Avisa aos Magistrados que os depósitos judiciais em dinheiro devem, obrigatoriamente, ser feitos no Banco do Brasil.  
(índice)

### Honorários de Perito

AVISO TJ N. 52, DE 09/06/2010 - Avisa aos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro que a Procuradoria Federal Especializada do INSS necessita, para fins de concretização dos depósitos judiciais relativos a honorários periciais em ações acidentárias, dos elementos que menciona, indispensáveis à realização da despesa pública.  
(índice)

### Depósito Público

AVISO CGJ N. 591, DE 25/08/2009 - Avisa que, em razão da desativação do Deposito Publico de Niterói, a contar de 01/07/2009, todos os bens acautelados deverão ser direcionados para o Deposito Publico do Rio de Janeiro, no endereço que menciona.  
(índice)

### Desarquivamento de Processo

AVISO CGJ Nº 1.292/2012 - Avisa que os processos desarquivados permanecerão em Cartório, para consulta, pelo período de trinta dias, sendo reencaminhados ao arquivo na ausência de provocação das partes.  
(índice)

### Desarquivamento Eletrônico

ATO NORMATIVO TJ N. 12, DE 10/05/2010 - Resolve instituir o pedido de desarquivamento eletrônico de processos judiciais, por meio do preenchimento e pagamento da Guia de Recolhimento de Receita Judiciária Eletrônica - GRERJ Eletrônica - Pedido de Desarquivamento.  
(índice)



ATO TJ N. SN18, DE 23/11/2009 - Pedido de revogação do Ato Normativo n. 18 - Parecer.  
([índice](#))

AVISO TJ N. 54, DE 18/09/2009 - Avisa que o desarquivamento físico de processos judiciais, efetuado em razão das hipóteses estipuladas nos artigos 2., IV e 3. do Ato Normativo TJ n. 18/2009 suscita o recolhimento do valor de R\$ 19,37.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO TJ N. 18, DE 31/08/2009 - Regula o procedimento de desarquivamento no sistema e julgamento de casos idênticos em bloco dos processos arquivados provisoriamente de modo a possibilitar o cumprimento da Meta 2 do CNJ.  
([índice](#))

#### Dilação de Prazo de Atendimento

AVISO TJ N. 47, DE 03/09/2009 - Avisa que, em razão da crescente demanda e da limitação dos recursos disponíveis, poderá, excepcionalmente, haver dilação no prazo de atendimento dos pedidos de desarquivamento encaminhados ao Departamento de Gestão dos Acervos Arquivísticos - DEGEA.  
([índice](#))

#### GRERJ Eletrônica

AVISO CGJ Nº 1.370/2013 - Avisa sobre nova composição da GRERJ eletrônica referente ao desarquivamento de autos judiciais físicos, e dá outras providências.  
([índice](#))

#### Diário da Justiça Eletrônico do PJERJ

ATO EXECUTIVO TJ Nº 3134/2008 - Resolve que as pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesse em firmar contrato para recebimento do arquivo eletrônico do Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro deverão protocolar requerimento junto ao Serviço de Recebimento, Autuação e Movimentação da Diretoria Geral de Logística.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº. 2/2008 - Regulamenta a Resolução TJ/OE Nº. 10, de 05 de junho de 2008, que instituiu o Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - DJERJ e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 8/2008 - Avisam aos funcionários responsáveis pelo envio de publicações no DJERJ, que a partir de 29 de agosto de 2008, as matérias

que mencionarem o numero de inscrição de advogados na OAB e/ou o numero da distribuição ou autuação de processos deverão atender a padronização que menciona.

[\(índice\)](#)

[RESOLUÇÃO TJ/OE Nº. 10/2008](#) - Institui o Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - DJERJ e da outras providências.

[\(índice\)](#)

### Assinatura Digital

[ATO EXECUTIVO TJ N. 1356, DE 31/03/2010](#) - Altera o art. 1. do Ato Executivo n. 2.633/2008.

[\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO TJ N. 2633, DE 23/07/2008](#) - Resolve que estão autorizados a assinar digitalmente o Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário - DJERJ, o Chefe do Serviço de Disponibilização de Documentos - SEDID, o Diretor da Divisão de Organização de Acervos de Conhecimento - DICAC e o Diretor do Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento - DECCO, todos vinculados ao DGCON.

[\(índice\)](#)

### Distribuição

[PROVIMENTO CGJ Nº 60/2022](#) - Disciplina a distribuição para as Varas Especializadas em Organização Criminosa.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ nº 41/2022](#) - Revoga os artigos 2º e 3º e os respectivos parágrafos únicos do Provimento CGJ nº 63/2011.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 1369 / 2019](#) - Avisa sobre a impressão das atas diárias de distribuição.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1648/2013](#) - Avisa aos Magistrados, Diretores do DEDIS, Chefes das Serventias dos Distribuidores Oficializados e Encarregados dos Serviços de Distribuição, que as determinações de redistribuição de feitos, mesmo tidas como urgentes, não deverão ser realizadas após às 18 horas, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

AVISO CGJ nº 1092/2012 - Avisa aos Magistrados com competência em matéria de Registro Civil e aos Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços de Distribuição de feitos judiciais que os procedimentos previstos no Provimento CGJ nº 16/2012 (Projeto Pai Presente) dispensam a prévia identificação do número de CPF e de CNPJ, ficando para os mesmos excepcionada a regra do artigo 29 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
(índice)

AVISO CGJ N. 949, DE 07/10/2011 - Avisa aos advogados e publico em geral que, em virtude da edição da Resolução TJ/OE n. 29/2011, a partir de 05/10/2011, na Comarca da Capital, as petições iniciais das ações que versem sobre interesse de sociedade de economia mista Estadual e/ou Municipal, inclusive da CEDAE, deverão ser distribuídas a uma das Varas Cíveis ou Juizados Especiais Cíveis, vez que encerrada a competência das Varas de Fazenda Publica.  
(índice)

AVISO CGJ N. 803, DE 31/08/2011 - Avisa que, determinada a distribuição de petição inicial por dependência a processo em curso, e vedada a remessa do processo principal ao Departamento de Distribuição, sob pena de imediata devolução dos autos a serventia de origem para adequação a este aviso.  
(índice)

AVISO CGJ N. 458, DE 06/06/2011 - Avisa que o Comprovante de Situação Cadastral no CPF e a Certidão Conjunta Negativa, obtidos no sitio da Receita Federal na internet, são documentos aptos a substituir a copia do CPF exigida pelo art. 29,parágrafo 3. da Consolidação Normativa - parte judicial.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 187, DE 23/03/2011 - Avisa ao Departamento de Distribuição, Distribuidores, Serviços de Distribuição, que os autos eletrônicos impressos em papel e autuados na forma dos arts. 166 a 168 do CPC, oriundos de declínio de competência da Justiça Federal, dispensam manifestação do Juiz Distribuidor para serem distribuídos por tratar-se de expressa previsão legal.  
(índice)

### Classificação dos Processos

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 16/ 2020 - Avisa aos Senhores Magistrados, chefes de serventia e demais servidores que atuam na distribuição e autuação de processos judiciais sobre a complementação, neste período de pandemia, da classificação dos processos com o assunto COVID - 19.  
(índice)

### Competência

PROVIMENTO CGJ Nº 08/2023 - Renova a suspensão da distribuição de processos relativos à competência criminal comum para a 1ª Vara Criminal da Comarca de Campos dos Goytacazes.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 85/2022 - Disciplina a redistribuição dos acervos e distribuição dos feitos das serventias cujas competências foram alteradas pela Resolução OE 31/2022.

(índice)

AVISO CGJ Nº 1679/2016 - Avisa que, a contar da data constante do anexo do Provimento 111/2016, a competência para distribuir todos os feitos da competência Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher passará ao distribuidor da comarca ou regional, inclusive para os feitos pendentes de distribuição e dá outras providências.

(índice)

### Distribuição e Tramitação

AVISO CGJ Nº 1407 / 2016 - Revoga o Aviso CGJ nº 902/2016, que autorizava a distribuição e tramitação física dos processos oriundos de Notários e Registradores.

(índice)

AVISO CGJ Nº 902 / 2016 - Dispõe sobre a distribuição e tramitação dos processos oriundos de Notários e Registradores até o desenvolvimento do perfil "Delegatário/Escrevente Substituto" no Portal de Serviços do TJRJ.

(índice)

AVISO CGJ 420/2016 - Dispõe sobre a distribuição e tramitação do processo de Dúvida até o desenvolvimento do perfil "Delegatário/Escrevente Substituto" no Portal de Serviços do TJRJ.

(índice)

### Expedição de Certidão Comprobatória do Exercício da Advocacia

AVISO CGJ N. 21, DE 11/01/2011 - Avisa aos Cartórios com atribuição de Distribuição Judicial sobre o valor a ser recolhido na expedição de certidão comprobatória do exercício da advocacia.

(índice)

RESOLUCAO TJ/OE N. 21, DE 22/06/2010 - Fixa a competência dos órgãos jurisdicionais competentes para a apreciação dos feitos relativos a Infância e Juventude no Estado do Rio de Janeiro e da outras providências. Republicada no DJERJ, ADM, de 16/11/2010, p. 31.  
(índice)

### Expedição de Certidão de feitos judiciais

AVISO TJ N. 69, DE 05/08/2010 - Avisa que a expedição de certidões de feitos judiciais pelos Distribuidores Oficializados deste Estado será gratuita a partir da expedição deste Aviso.  
(índice)

### Justiça Itinerante

PROVIMENTO CGJ Nº 21/2013 - Revoga o Provimento CGJ 8/2013, devendo o arquivamento de processos da Justiça Itinerante dos Novos Bairros do Rio de Janeiro seguir a normatização fixada no Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ 03/2011.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 8/2013 - Resolve que ao ser encerrado definitivamente o processo no âmbito da Justiça Itinerante dos Novos Bairros da Cidade do Rio de Janeiro, o feito será distribuído para o Juízo que detenha competência ordinária, sendo imediatamente remetido à DIPEA, para arquivamento, e dá outras providências.  
(índice)

### Ofício do Registro de Distribuição

AVISO CGJ N. 213, DE 16/06/2010 - Avisa aos Ofícios de Registro de Distribuição e ao público em geral, que estão disponíveis no Sistema DCP novos modelos de certidão, conforme anexos que menciona.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 47, DE 04/08/2009 - Resolve sobre os requisitos obrigatórios que devem constar das certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais, a fim de inibir constrangimentos, decorrentes de registros inconsistentes, especialmente no tocante aos homônimos.  
(índice)

### Ofício Eletrônico

AVISO CGJ Nº 588/2019 - Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para a correta expedição de ofício eletrônico ao Distribuidor nos casos de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.

(índice)

## Portal Corporativo

AVISO Nº 1526/2013 - Avisa que, na distribuição feita pelo Portal Corporativo, as Centrais de Autuação deverão incluir em seus cálculos o valor a ser pago pela impressão das cópias necessárias à instrução do mandado de citação/intimação.

(índice)

## PROGER

PROVIMENTO CGJ Nº 46 /2017 - Dispõe sobre a absorção das atividades do Serviço de Distribuição e PROGER das 1ª e 2ª Varas da Infância, Juventude e Idoso da Capital pelos Cartórios da 1ª e 2ª Varas da Infância, Juventude e Idoso da Capital e dá outras providências.

(índice)

ATO EXECUTIVO CGJ N. 2677, DE 26/11/2010 - Determina que o processamento dos documentos que tramitam no DEDIS/PROGER será feito sem as verificações normativas constantes nas Rotinas Administrativas e Atos Normativos em vigor que regulamentam os processos de trabalho da Divisão de Protocolo Geral da Capital, e dá outras providências

(índice)

## Redistribuição

PROVIMENTO CGJ Nº 32/2023 - Revoga o parágrafo único do artigo 1º do Provimento CGJ nº 85/2022, e estabelece a redistribuição de todos os feitos entre os respectivos juízos para que se dê efetivo cumprimento ao estabelecido na Resolução OE nº 31/2022.

(índice)

## Registro de Distribuição

PROVIMENTO CGJ 18 /2022 - Disciplina o fornecimento de certidões e informações pelos órgãos que menciona e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ nº 1283/2015 - Avisa aos Ofícios de Registro de Distribuição e Distribuidores quanto ao disposto no artigo 141, §2º, do ECA.

(índice)

AVISO CGJ N. 809, DE 08/10/2010 - Avisa aos Titulares e Responsáveis pelos Serviços de Registro de Distribuição da Comarca da Capital que deverão ser observadas as rotinas que menciona.  
(índice)

## Distribuição Eletrônica

AVISO CONJUNTO CGJ/2ªVP nº 02/2022 - Avisam aos juízes, secretários, chefes de serventia e servidores das varas criminais, tribunais do júri, especializadas em organizações criminosas e especializada em crimes contra a criança e o adolescente que todas as denúncias e/ou os requerimentos dirigidos aos respectivos juízos somente poderão ser distribuídos eletronicamente pelo novo portal do TJRJ.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 46 /2019 - Resolve que o sistema informatizado de distribuição deverá ser organizado quanto aos grupos de distribuição na competência empresarial, da forma mencionada.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 2/2018 - Altera o Ato Normativo Conjunto nº 74, de 05 de novembro de 2015 e dá outras providências.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 74 /2015 - Torna híbrida toda a competência de Dívida Ativa, independente da existência de Central ou Cartório da Dívida Ativa.  
(índice)

AVISO TJ nº 45/2017 - Avisa que foi habilitada no portal eletrônico do Tribunal de Justiça a possibilidade de distribuição eletrônica por dependência de ações de execução de alimentos ou cumprimento de sentença de alimentos relativas a feitos que originalmente tramitaram no suporte físico.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 35/2015 - Resolve alterar os artigos 3º, 4º, 5º e 6º do Provimento nº 84/2014.  
(índice)

## Distribuição Eletrônica por Dependência

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 10/2019](#) - Disciplina a distribuição eletrônica por dependência dos Embargos do Devedor, dos Embargos à Execução e dos Embargos de Terceiros, propostos nos autos das Execuções Fiscais que originalmente tramitaram por meio físico.  
(índice)

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 52/2019](#) - Avisam aos Senhores Magistrados, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, Servidores, Advogados e demais interessados sobre a possibilidade de distribuição eletrônica por dependência.  
(índice)

### Dívida Ativa

[PROVIMENTO CGJ Nº 23/2023](#) - Estabelece regras para o cadastro de prepostos para atuarem nos juízos com competência de Dívida Ativa para arrecadação de valores em contas judiciais.  
(índice)

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 02/2023](#) - Dispõe sobre a suspensão do cronograma de implantação da expansão do Processo Judicial Eletrônico - PJe, na competência Dívida Ativa Municipal.  
(índice)

[PROVIMENTO CGJ Nº 32 /2022](#) - Estabelece regras para o cadastro de prepostos para atuarem junto aos juízos com competência de dívida ativa para arrecadação de valores em contas judiciais.  
(índice)

[AVISO TJ Nº 81/ 2021](#) - Avisa aos Senhores (as) Magistrados (as), Servidores, Advogados (as) e demais interessados que está disponível novo link de acesso à listagem de Convênios da Dívida Ativa na página da Diretoria Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição.  
(índice)

[PORTARIA nº 1925/ 2021](#) - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODAT).  
(índice)

[ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 2/2018](#) - Altera o Ato Normativo Conjunto nº 74, de 05 de novembro de 2015 e dá outras providências.  
(índice)

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 74 /2015](#) - Torna híbrida toda a competência de Dívida Ativa, independente da existência de Central ou Cartório da



Dívida Ativa.  
([índice](#))

[PORTARIA nº 286/2018](#) - Altera a composição da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODIV).  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO nº 271/2017](#) - Institui a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODIV) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 156/2016](#) - Torna híbrida toda a competência da Dívida Ativa Estadual do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 74 /2015](#) - Torna híbrida toda a competência de Dívida Ativa, independente da existência de Central ou Cartório da Dívida Ativa.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 372 / 2013](#) - Avisa que, nas execuções fiscais da Dívida Ativa dos Municípios e do Estado, quando o débito tributário devido ao Município ou ao Estado e as custas processuais devidas ao Poder Judiciário forem pagos em conjunto, e os cálculos forem realizados pela própria entidade exequente, as custas devidas são as que especifica.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 20, DE 11/01/2011](#) - Avisa que as custas devidas nas execuções fiscais da Dívida Ativa dos Municípios e do Estado, quando o debito tributário devido, bem assim as custas devidas ao Poder Judiciário forem pagos em conjunto, e os cálculos forem realizados pela própria entidade exequente são conforme a tabela que menciona.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 31, de 06/04/2009](#) - Resolve que a Fazenda Publica Estadual poderá protestar as Certidões de Divida Ativa em conformidade com os preceitos da Lei Federal n. 9.492/1997, e dá outras providencias.  
([índice](#))

## Enunciados da CGJ – Banco de Boas Práticas Cartorárias

ATO CGJ SN2/2021 - Enunciados da Corregedoria Geral da Justiça do Banco de Boas Práticas Cartorárias.  
(índice)

### Escrivão

RESOLUCAO CM N. 2, DE 27/01/2011 - Dispõe sobre o exercício da função de direção de serventia judicial (escrivão) de primeira instancia do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 54, DE 03/08/2009 - Resolve que nas conduções realizadas, inclusive antes do início do expediente forense, a cautela do conduzido ficara a cargo do Escrivão ou Responsável pelo Expediente do Juízo, que expediu o respectivo mandado.  
(índice)

### Estagiário de Direito

ATO EXECUTIVO CGJ N. 606, DE 30/03/2010 - Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos a supervisão, e a locação dos estagiários de Direito disponibilizados a Diretoria Geral de Fiscalização e Apoio as Serventias Judiciais.  
(índice)

### Exame de DNA

ATO EXECUTIVO TJ N. 601, DE 10/02/2010 - Resolve que o Juiz de Direito do Estado do Rio de Janeiro que, nos autos de demanda judicial, deferir a realização de exame de tipagem por DNA em pessoa presa, encaminhara, antes da expedição de mandado judicial a unidade prisional onde esta esteja acatuelada, a solicitação de agendamento da coleta de material biológico a DGJUR/DEINP/DIPEJ/ DNA, e da outras providencias.  
(índice)

### Execução Fiscal

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 36/ 2020 - Estabelece procedimentos de arquivamento a serem adotados nas Execuções Fiscais.  
(índice)

PARECER CGJ Nº SN3/2009 – Dispõe sobre levantamento de penhora em execução fiscal e cobrança de custas.  
Processo nº 2008-157580.

[\(índice\)](#)

## Execução Penal

[AVISO TJ nº 69/2018](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade da imediata comunicação ao juízo da execução penal da decisão do Tribunal que modificar a sentença predecessora, conforme a nova redação do Art. 1º da Resolução CNJ nº 113/2010.  
[\(índice\)](#)

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 14/2018](#) - Divulga a Resolução CNPCP nº 03, de 07 de junho de 2018, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - Ministério da Justiça, que dispõe sobre as recomendações que visam à interrupção da transmissão do HIV, das hepatites virais, da tuberculose e outras enfermidades entre as pessoas privadas de liberdade.  
[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 1072 / 2016](#) - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Magistrados e Ilustríssimos Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos dos Juízos com atribuição em matéria de execução penal e criminal de todo o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro sobre os novos procedimentos para solicitação de transferência de pessoas estrangeiras condenadas no Brasil para seu país de nacionalidade.  
[\(índice\)](#)

[RESOLUÇÃO TJ / OE / RJ Nº 07/2012](#) - Regulamenta o procedimento da Execução Penal no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.  
[\(índice\)](#)

## Central de Cumprimento de Mandados

[PROVIMENTO CGJ 94/2021](#) - Altera a lotação paradigma da Central de Cumprimento de Mandados da Vara de Execuções Penais e estabelece sua área de atribuição para cumprimento de mandados judiciais.  
[\(índice\)](#)

## Núcleo de Fiscalização, Inspeção e Atendimentos Locais (NUVEP)

[RESOLUÇÃO OE nº 09/2023](#) - Regionaliza as atividades da Vara de Execuções Penais e cria o Núcleo de Fiscalização, Inspeção e Atendimentos Locais (NUVEP), nos locais que menciona, e dá outras providências.  
[\(índice\)](#)

## Falsificação

AVISO CGJ N. 158, DE 24/06/2009 - Avisa as serventias judiciais e extrajudiciais que confirmem junto ao Forum da Comarca de Redenção, no Estado do Para, as Cartas Precato rias que determinam a busca e apreensão de bens, em razão da existência de varias falsificações, devendo em caso positivo da falsificação ser comunicado imediatamente a autoridade policial  
(índice)

### Financiamento Habitacional

PARECER CGJ Nº SN5, de 06/11/2008 - Dispõe sobre escritura de compra e venda e quitação de financiamento habitacional com alienação fiduciária em garantia. Processo n. 2008-213928.  
(índice)

### Gratuidade

PARECER CGJ Nº SN95, DE 31/03/2011 - Dispõe sobre posicionamento da Corregedoria Geral de Justiça a respeito do Ato Normativo TJ n. 17/2009 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ Nº SN94, DE 31/03/2011 - Dispõe sobre o cancelamento de protesto de titulo e sobre a extensão de gratuidade de justiça para a pratica de ato extrajudicial - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN26, DE 02/02/2011 - Dispõe sobre a necessidade de comprovação de hipossuficiência nos casos de pedido de gratuidade de justiça - Parecer.  
(índice)

### Atos Notariais

AVISO CGJ N. 837, DE 30/11/2009 - Avisa aos Juízes de Direito que façam constar, no corpo dos mandados, ofícios ou cartas de sentença, se ha extensão da gratuidade de justiça deferida nos autos judiciais aos emolumentos devidos para a prática dos atos registrais/notariais.  
(índice)

### Reembolso

PORTARIA CGJ 122/2022 - Resolve que para efeito de compensação dos atos gratuitos abrangidos pelo Fundo de Apoio aos Registradores Civis das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro - FUNARPEN/RJ, instituído pela Lei estadual nº 6.281/2012, e nos termos do que estabelece o artigo 8º do Ato Executivo Conjunto nº 27/2012 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o reembolso será realizado por cada ato praticado.  
(índice)

### GRERJ Eletrônica

[AVISO TJ nº 70 2018](#) - Avisa aos magistrados, servidores, operadores do direito e ao público em geral que os recolhimentos de custas e taxa judiciária devem ser realizados apenas em GRERJ Eletrônica e que o levantamento de quantia depositada judicialmente em favor do devedor de custas e taxa judiciária, depende do prévio recolhimento em GRERJ do valor do tributo pelo interessado.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 547/2015](#) - Dispõe sobre a necessidade de observação, pelos setores de Distribuição, PROGERs e demais serventias judiciais de 1ª Instância, do Ato Normativo TJ nº 09/2009, que estabelece normas e orientações para o recebimento e processamento da GRERJ Eletrônica Judicial.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1.370/2013](#) - Avisa sobre nova composição da GRERJ eletrônica referente ao desarquivamento de autos judiciais físicos, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 333/ 2013](#) - Avisa que as despesas, no âmbito do processamento eletrônico, relativas a "requisição de informações por meio eletrônico para a efetivação de penhora (por ato)", bem como relativas a "envio eletrônico de citações, intimações, notificações e ofícios" deverão ser recolhidas em GRERJ Eletrônica, no Código do Ato do Escrivão, conforme o código de cada Serventia.  
([índice](#))

[AVISO TJ n.º 150/2012](#) - Avisa que, a partir do dia 02 de janeiro de 2013, os recolhimentos que menciona deverão ser realizados obrigatoriamente em GRERJ eletrônica, disposta no site [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br), e dá outras providências.  
([índice](#))

### Mediação e Conciliação

[AVISO CGJ Nº 417/2016](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que o recolhimento das custas referentes aos procedimentos de mediação e conciliação deve atender ao disposto na Tabela 03, inciso XI, item 1, da Portaria de Custas Judiciais, e dá outras providências.  
([índice](#))

### Restituição do valor recolhido

[AVISO TJ nº 108/ 2021](#) - Dispõe e amplia a abrangência do Ato Normativo TJ nº 07/2021, estendendo às pessoas físicas e jurídicas a possibilidade de requerer a

restituição do valor recolhido por meio de GRERJ eletrônica, pelo Processo Eletrônico SEI, bem como a apresentação de procuração por terceiro.  
([índice](#))

## Guia de Depósito pela Internet

[AVISO CGJ N. 360, DE 25/05/2010](#) - Avisa que a emissão de guia de depósito pela internet, no sítio do Banco do Brasil e faculdade do advogado ou da parte, não podendo o cartório recusar-se a expedir a referida guia, e dá outras providências.  
([índice](#))

## Impedimento ou Suspeição

[PROVIMENTO CGJ nº 41/2022](#) - Revoga os artigos 2º e 3º e os respectivos parágrafos únicos do Provimento CGJ nº 63/2011.  
([índice](#))

[RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 05 /2021](#) - Altera o tabelamento das Comarcas de Entrância Comum para as substituições nos casos de impedimento, suspeição e faltas ocasionais.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO TJ Nº 1645, de 13/04/2009](#) - Resolve alterar o tabelamento nas Comarcas de 1. e 2. Entrâncias, transformando-as em quadro único para as substituições nos casos de impedimento, suspeição e faltas ocasionais, e dá outras providências.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO TJ Nº 2051/ 2012](#) - Resolve alterar o tabelamento nas Comarcas de 1. e 2. Entrâncias, transformando-as em quadro único, para as substituições nos casos de impedimento, suspeição e faltas ocasionais, e dá outras providências.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 63, DE 28/09/2011](#) - Resolve que, na hipótese de afirmação de impedimento ou suspeição por qualquer motivo, o Juiz de Direito determinará o encaminhamento do processo ao Juiz Tabelar, na forma da lei, cabendo ao Titular/Responsável pelo Expediente da Serventia em que foi proferida a decisão comunicar o fato a Corregedoria-Geral da Justiça, e dá outras providências.  
([índice](#))

## Improbidade Administrativa

AVISO CGJ Nº 778, de 11/12/2008 - Avisa que o Sistema Nacional das Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, referente a Resolução CNJ n. 44/2007, já esta disponível para acesso no endereço eletrônico do Conselho Nacional da Justiça, e da outras providencias.

(índice)

## Inclusão de Competência

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 34/ 2020 - Inclui a competência da infância, da juventude e do idoso das Varas, dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dos Juizados Especiais Adjuntos Criminais das Comarcas elencadas no anexo do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 24 de 05 de junho de 2020 e dá outras providências.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 33/ 2020 - Inclui a competência infância, da juventude e do idoso das Varas, dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dos Juizados Especiais Adjuntos Criminais das Comarcas elencadas no anexo do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 28 de 25 de junho de 2020 e dá outras providências.

(índice)

## Interceptação Telefônica

AVISO CGJ Nº 779, de 11/12/2008 - Avisa que o Sistema Nacional de Controle de Interceptações, referente a Resolução CNJ n. 59/2008, já esta disponível para acesso no endereço eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, e da outras providencias.

(índice)

AVISO CGJ Nº 665, de 28/10/2008 - Avisa aos Magistrados, com competência criminal, que deverão encaminhar mensalmente por meio eletrônico, em caráter sigiloso, os dados relativos a quantidade de interceptações telefônicas em andamento, e da outras providências.

(índice)

## Intimação Pessoal do Estado do Rio de Janeiro

AVISO CGJ Nº 1687 /2016 - Dispõe sobre a intimação pessoal do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, bem como suas respectivas autarquias e fundações de direito público nos processos físicos e dá outras providências.

(índice)

## Juiz Auxiliar da CGJ

PORTARIA CGJ Nº 504/2023 - Determina que os Juízes Auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça são substitutos naturais das delegações uns dos outros quando o titular da área estiver afastado legalmente.

(índice)

### Juízo de Conciliação de Precatório

ATO NORMATIVO TJ N. 31, DE 07/12/2009 - Implementa e regulamenta o Juízo de Conciliação de Precatório.

(índice)

### Juizado Especial Adjunto Criminal

#### Processo Eletrônico

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 21/ 2020 - Disciplina a implantação do processo eletrônico nos Juizados Especiais Criminais e no Juizado Adjunto Criminal da Comarca da Capital, e dá outras providências.

(índice)

### Juizado Especial Cível e Criminal

AVISO TJ/COJES nº 04/ 2020 - Avisa aos Juízes de Direito, Chefes de Serventia e demais Servidores do sistema dos Juizados Especiais que, enquanto não for retomado o atendimento aos jurisdicionados pelos Núcleos de Primeiro Atendimento dos Juizados Especiais Cíveis, ficam todas as Serventias dos Juizados Especiais orientadas a cumprir o disposto no § 3º do artigo 14 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995 quando provocadas em sua abrangência de competência, podendo ser utilizado o modelo formulário disponível no site do PJERJ, conforme endereço mencionado.

(índice)

### Audiências

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ/ COJES n. 04/ 2023 - Dispõe sobre a aplicação do Ato Normativo nº 05/2023 no âmbito do microsistema dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública.

(índice)

AVISO CONJUNTO CGJ/COJES Nº 01/2021 - Recomenda-se aos juízes e chefes de serventia do sistema dos Juizados Especiais Cíveis que providenciem imediato cadastro dos advogados que passam a patrocinar os interesses das partes no curso da demanda, em especial após a realização de audiência de conciliação, instrução e julgamento.

(índice)



AVISO COJES nº 02/2018 - Avisa aos juízes, advogados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como às partes em processos judiciais, que as audiências em juizados especiais serão gravadas em áudio e vídeo.  
(índice)

AVISO TJ N. 24, DE 24/02/2012 - Avisa aos Juízes de Direito com competência Cível e fazendária, incluindo os Juizados Especiais Cíveis, que a partir de 01/03/2012 as penhoras realizadas em desfavor da CEDAE devem ser efetuadas, preferencialmente, na conta corrente do Banco Bradesco que especifica.  
(índice)

AVISO CGJ N. 158, DE 10/02/2012 - Avisa que, na hipótese de interposição de recurso em face de decisões proferidas em processos virtuais que tramitam nos Juizados Especiais sediados fora do Complexo Judiciário da Comarca da Capital, são devidas as custas relativas ao porte de remessa e retorno que menciona.  
(índice)

### Autenticação de Documentos

AVISO TJ N. 91, DE 29/09/2010 - Avisa que ficam suspensos todos os processos em tramite em Juizados Especiais Criminais, nos quais tenha sido estabelecida controvérsia semelhante a dos autos da Reclamação n. 4.526 - DF (2010/0135673-7), até o julgamento final da suscitada Reclamação, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO TJ N. 78, DE 16/08/2010 - Avisa que ficam revogados os Avisos TJ (COJES) n. 59/2010 e n. 65/ 2010, e da outras providências.  
(índice)

AVISO TJ N. 65, DE 12/07/2010 - Avisa que a obrigatoriedade de autenticação referida no art. 1. do Aviso n. 59, de 01/07/2010, fica limitada aos instrumentos que menciona sempre que anexados por cópia, e da outras providências.  
(índice)

AVISO TJ N. 59, DE 30/06/2010 - Avisa que e obrigatória a autenticação dos documentos anexados, por xerox ou qualquer outro meio de reprodução, nas contestações formuladas perante os Juizados Especiais Cíveis, e dá outras providências.

Sobre a obrigatoriedade de autenticação referida no art. 1. ver Aviso TJ: n. 65, de 12/07/2010. In: DJERJ, ADM, de 14/07/2010, p. 2.  
(índice)

## Cadastro de e-mail

[AVISO CGJ 1245/2016](#) - Avisa sobre a dispensa de obrigatoriedade de cadastro de e-mail, pelas pessoas físicas, em sede de Juizados Especiais Cíveis.  
([índice](#))

[ATO CGJ SN31/2016](#) - Dispõe sobre a dispensa de obrigatoriedade de cadastro de e-mail, pelas pessoas físicas, em sede de Juizados Especiais Cíveis - Decisão.  
([índice](#))

## Cartas Precatórias

[AVISO CGJ N. 206A, DE 14/07/2010](#) - Avisa que as cartas precatórias dirigidas aos Juizados Especiais Cíveis de quaisquer Comarcas, Forum Central e Foruns Regionais deverão ser endereçadas ao respectivo NADAC ou, na inexistência deste, diretamente a Serventia de destino, e dá outras providências.  
([índice](#))

## Central de Cumprimento de Mandados

[PROVIMENTO CGJ nº 68 / 2017](#) - Dispõe sobre a extinção da Central de Cumprimento de Mandados dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca da Capital e dá outras providências.  
([índice](#))

## Enunciados

[ATO TJ N. SN5, DE 31/03/2010](#) - Enunciados atualizados ate o XXVI Forum Nacional de Juizados Especiais realizado em 25, 26 e 27 de novembro de 2009 - Fortaleza/CE.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 71, DE 28/09/2009](#) - Resolve transformar oficialmente o Núcleo de Primeiro Atendimento instalado no XVIII Juizado Especial Cível da Comarca da Capital em Núcleo de Distribuição, Autuação e Citação - NADAC vinculado ao Cartório do referido Juizado Especial Cível, e da outras providencias.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ Nº 1979, de 11/05/2009 - Delega as competências que menciona.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ Nº 653, de 13/02/2009 - Resolve alterar o art. 2. do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ n. 24/1999.  
(índice)

ATO TJ N. SN10, DE 09/07/2009 - Enunciados atualizados ate o Fórum Nacional de Juizados Especiais, realizado em São Luis, de 27 a 29 de maio de 2009.  
(índice)

AVISO CGJ N º 94, de 09/03/2009 - Avisa que nas petições iniciais, em sede de Juizado Especial Cível,devera constar, sempre que possível, o numero de contato telefônico da parte autora, bem como de seu patrono, caso haja.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 48, DE 22/07/2009 - Resolve estabelecer procedimentos para a padronização dos atos ordinatórios em sede de Juizados Especiais Cíveis.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 45, DE 07/07/2009 - Resolve sobre procedimentos que devem ser observados na autuação de Execuções de Títulos Judiciais, no que diz respeito a sentenças de autos eliminados nos termos do artigo 1., do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ n. 01/2005, nos Juizados Especiais Cíveis, e da outras providencias.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 1/2009 - Resolve que nos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Rio de Janeiro, inclusive adjuntos, os atos de mero expediente e as decisões não recorríveis poderão ser comunicados as partes, pela via telefônica, e da outras providencias.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 25/2009 - Resolve que todas as petições, laudos e demais pecas processuais (ofícios, precatórias, etc.) serão juntados aos autos, independente de despacho judicial, e da outras providencias.  
(índice)

RESOLUCAO CONSELHO DA MAGISTRATURA Nº 11, de 21/05/2009 - Resolve alterar a redação do parágrafo 2., do art. 2., da Resolução n. 06/2003 do Conselho da Magistratura.  
(índice)

## Funcionamento

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/COJES Nº 01/ 2020 - Regulamenta e estabelece o funcionamento dos Postos de atendimento dos juizados dentro dos aeroportos.  
(índice)

### Gratuidade da Justiça

AVISO TJ N. 42, DE 30/04/2010 - Avisa que na exclusiva hipótese de processos cujas partes incumbidas do ônus de recolhimento de custas, taxa judiciária e acréscimos legais ostentarem o benefício da gratuidade de justiça, os Juizados Especiais Cíveis, após a devida certificação das custas e verificação de débito igual ou inferior ao valor mencionado, estão autorizados a de terminar o arquivamento e a respectiva baixa dos referidos processos judiciais.  
(índice)

AVISO TJ Nº 63/2017 - Revoga o Aviso TJ nº 42, de 30 de abril de 2010.  
(índice)

### GRERJ Eletrônica

AVISO TJ n.º 150/2012 - Avisa que, a partir do dia 02 de janeiro de 2013, os recolhimentos que menciona deverão ser realizados obrigatoriamente em GRERJ eletrônica, disposta no site [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br), e dá outras providências.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN71, DE 22/03/2011 - Consulta sobre vinculação de GRERJ - Parecer. (índice)

ATO NORMATIVO TJ N. 4, DE 29/01/2010 - Resolve que nas hipóteses de incidência de custas e de taxa judiciária a serem recolhidas por partes não assistidas por advogado em processos em tramite nos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Violência Domestica, a serventia processante devesa, de imediato, encaminhar eletronicamente a certidão de debito ao Departamento de Gestão da Arrecadação (DEGAR), e da outras providencias.  
(índice)

AVISO TJ N. 48, DE 04/09/2009 - Avisa que fica vedada a utilização de GRERJ Eletrônica Judicial nas Turmas Recursais Cíveis e Criminais em suas hipóteses de competência originaria, e da outras providencias. Publicado também na p. 15.  
(índice)

## Grupo de Trabalho para avaliação dos JECs – GT JEC

ATO EXECUTIVO TJ Nº 335/2014 - Institui o GT-JEC para discutir as sugestões do relatório da pesquisa dos Juizados Especiais Cíveis.  
(índice)

### Incidentes de Insanidade Mental e Dependência Toxicológica

AVISO CGJ Nº 660/2020 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos de Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais e de Violência Doméstica e Familiar de todo Estado sobre a alteração no procedimento de encaminhamento de Incidentes de Insanidade Mental e de Dependência Toxicológica ao Instituto de Perícias Heitor Carrilho - IPHH e do recebimento de laudos dos exames periciais.  
(índice)

### Mandado de Pagamento

AVISO CGJ Nº 1645/2013 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventia que, nos Juizados Especiais Cíveis, eventual petição requerendo expedição de mandado de pagamento, em processo eliminado, deve ser autuada pela Serventia como processo secundário com a mesma classe do feito principal.  
(índice)

### Núcleo de Distribuição, Autuação e Citação – NADAC

AVISO CGJ N. 995, DE 17/12/2010 - Avisa aos Núcleos de Distribuição, Atendimento e Citação dos Juizados Especiais Cíveis que as intimações da Unimed-Rio sejam entregues no endereço que informa.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 9, DE 24/03/2010 - Resolve transformar oficialmente o Núcleo de Primeiro Atendimento instalado no XVII Juizado Especial Cível da Comarca da Capital em Núcleo de Distribuição, Autuação e Citação - NADAC vinculado ao Cartório do referido Juizado Especial Cível, e da outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 19, DE 05/04/2010 - Resolve transformar oficialmente o Núcleo de Primeiro Atendimento instalado no XVI Juizado Especial Cível da Comarca da

Capital em Núcleo de Distribuição, Autuação e Citação - NADAC vinculado ao Cartório do referido Juizado Especial Cível, e da outras providências.  
([índice](#))

### Postos de Atendimento

[ATO NORMATIVO n. 22/ 2023](#) - Altera o Ato Normativo 21/2010, dispondo sobre o gerenciamento dos Juizados Especiais Emergenciais nos Aeroportos  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 08 /2015](#) - Dispõe sobre o encerramento, no interior do Estado do Rio de Janeiro, dos serviços dos Postos de Atendimento do Sistema dos Juizados Especiais.  
([índice](#))

### Prazo para Cumprimento de Sentença

[AVISO TJ/COJES nº 05 /2017](#) - Avisa aos Magistrados com atuação nos Juizados Especiais Cíveis que deverá constar do dispositivo da sentença que, antes da prática de qualquer ato executivo, uma vez escoado o prazo de 15 dias previsto no art. 523 do CPC, sem que tenha havido o cumprimento da obrigação reconhecida na sentença, incidirá automaticamente a multa de 10% (dez por cento) a que se refere o artigo, e se procederá a intimação da parte credora, e dá outras providências.  
([índice](#))

### Prazo para Eliminação dos Autos nos Juizados Cíveis

[ATO EXECUTIVO TJ N. 5156, DE 11/11/2009](#) - Altera dispositivos do Ato Normativo Conjunto n. 01, de 06 de janeiro de 2005.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ N. 1, DE 06/01/2005](#) - Resolve que os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 180 dias da data do arquivamento definitivo.  
([índice](#))

### Prazos Processuais

AVISO Nº 02/2016 - Avisa aos Juízes, Advogados, Chefes de Serventia ou Encarregados, Servidores, Partes e demais interessados que os prazos processuais em sede de JEC continuarão a ser contados em dias corridos, inaplicável o artigo 219 do NCPC, e dá outras providências.  
(índice)

### Processo Eletrônico

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 21/ 2020 - Disciplina a implantação do processo eletrônico nos Juizados Especiais Criminais e no Juizado Adjunto Criminal da Comarca da Capital, e dá outras providências.  
(índice)

### Processo Judicial Eletrônico – Pje

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 08/ 2021 - Disciplina a Implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico - Pje nos Juizados Especiais Cíveis das Comarcas elencadas no anexo do presente ato e dá outras providências.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 38/ 2020 - Implanta o sistema Processo Judicial Eletrônico - Pje, nos Juizados Especiais Cíveis das Comarcas elencadas no anexo do presente ato e dá outras providências.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 35/ 2020 - Implanta o sistema Processo Judicial Eletrônico - Pje, nos Juizados Especiais Cíveis das Comarcas elencadas no anexo do presente ato e dá outras providências.  
(índice)

### Recolhimento de Custas

AVISO CGJ Nº 322 /2013 - Avisa que as custas relativas ao Procedimento Sumaríssimo, observado nos Juizados Especiais, deverão ser aquelas previstas na Tabela 02, item 1, em anexo à Lei Estadual nº 3.350/1999, com a alteração dada pela Lei Estadual nº 6.369/2012, e não aquelas previstas na Tabela 01, II, item 03, do mesmo anexo.  
(índice)

AVISO CGJ N. 345, DE 24/05/2010 - Avisa aos responsáveis pelo expediente dos Juizados Especiais Cíveis que deve ser observado o disposto na Resolução CGJ 08/2008, no que tange ao recolhimento das custas judiciais relativas ao Recurso Inominado, principalmente no que se refere a pedidos cumulados.

(índice)

## Remessa de Processos

AVISO COJES nº 04/2018 - Avisa aos Magistrados e Juízes Leigos que, diante da vedação contida no art. 4º, §2º da Resolução TJ/OE nº 35/2013, o novo fluxo dos Juizados Especiais Cíveis passará a impedir a remessa de processos aos juízes leigos visando a impossibilidade de apreciação de embargos à execução e embargos de declaração por parte destes.

(índice)

## Sistema de Monitoramento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas

AVISO TJ/CGJ n.º 29/2018 - Avisam aos Magistrados, Chefes de Serventia e demais Serventuários, que detenham atribuição em matéria criminal, nas Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais e Juizados Especiais da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher que, como forma de efetiva implementação do Sistema de Monitoramento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas previsto no artigo 21 da Resolução TJ/OE n.º 39/2010, deverão alimentar o menu "Penas e Medidas da Parte e Cadastro de Prisões Provisórias" do Sistema de Distribuição e Controle de Processos - DCP, sempre que houver determinação para cumprimento de penas restritivas de direito e medidas alternativas a prisão, na exata dicção do artigo 44 do Código Penal Brasileiro.

(índice)

## Sistema Processo Judicial Eletrônico – Pje

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 27/ 2020 - Implanta o sistema Processo Judicial Eletrônico - Pje, nos Juizados Especiais Cíveis das Comarcas mencionadas no art. 1º e dá outras providências.

(índice)

## Turmas Recursais

RESOLUÇÃO Conselho da Magistratura Nº 06/2018 - Dispõe sobre o Regimento Interno das Turmas Recursais e disciplina a Turma de Uniformização do Sistema de Juizados Especiais.

(índice)



RESOLUCAO CONSELHO DA MAGISTRATURA Nº 10, de 21/05/2009 - Resolve alterar a redação do parágrafo 1., do art. 1. e revogar o parágrafo 2. do mesmo artigo, da Resolução n. 8, de 25 de agosto de 2008, do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

## Juizado Especial Fazendário

ATO EXECUTIVO nº. 78/ 2020 - Instala o VII Juizado de Fazenda Pública da 4ª Região Administrativa Fazendária Especial, criado pela Lei 5.781 de 01 de julho de 2010.  
([índice](#))

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 07/2018 - Avisa aos chefes de serventia e demais serventuários, lotados nos Juizados Especiais de Fazenda Pública, que nas ações que o Estado ou suas autarquias e fundações forem réus as intimações deverão ser feitas eletronicamente, através do portal e não através de publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJERJ).  
([índice](#))

AVISO TJ Nº 19 /2018 - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis, bem como dos Juízos com competência em matéria fazendária e cível que foi revogada a decisão de sobrestamento dos processos em curso neste Estado que envolvam a questão relativa mencionada.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO Nº 3447/2013 - Resolve alterar o disposto no art. 10 do Ato Executivo TJ nº 6.340/2010.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 59/2012 - Extingue a Central de Cumprimento de Mandados das Varas de Fazenda Pública e Juizado Especial Fazendário da Comarca da Capital, e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 802/2012 - Avisa que, a partir de 1º de Agosto de 2012, petições e documentos, salvo ofícios, somente poderão ser encaminhados aos I, II e III Juizados Especiais da Fazenda Pública da Comarca da Capital, pelo sistema eletrônico, sendo vedado o envio dos mesmos pelo meio físico, ressalvado o disposto no §5º do artigo 11 da Lei nº. 11.419/06.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO Nº. 2854/2012 - Altera o disposto no artigo 10 do Ato Executivo TJ nº 6.340/2010.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO Nº 1649/2012 - Resolve alterar o caput do artigo 10 do Ato Executivo TJ nº 6.340/2010.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO Nº 6340 /2010 - Disciplina a Instalacao dos I, II e III Juizados Especiais da Fazenda Publica da Comarca da Capital e da outras providencias.  
([índice](#))

### Audiências

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ/ COJES n. 04/ 2023 - Dispõe sobre a aplicação do Ato Normativo nº 05/2023 no âmbito do microsistema dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública.  
([índice](#))

### Recolhimento de Custas

AVISO CGJ nº 1105/2021 - Avisa que nas comarcas onde não houver Juizado Especial da Fazenda Pública ou juizados adjuntos instalados, a cobrança de custas processuais nos feitos fazendários que envolvam causa em valor de até 60 salários mínimos deverá ser realizada na forma e nos momentos próprios estabelecidos na Lei nº 12.153/2009.  
([índice](#))

### Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos

RESOLUÇÃO TJ / OE / RJ Nº 20/2013 - Cria o Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos do Rio de Janeiro e dá outras providências.  
([índice](#))

### Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

AVISO CGJ 147/2021 - Avisa às Equipes Técnicas Interdisciplinares lotadas nos juizados com competência em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital que deverão identificar e qualificar as vítimas de violência

doméstica para a formação de cadastro a ser sistematizado junto à COEM que promoverá a viabilização de Projeto para o engajamento destas no mercado de trabalho.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 401/2020](#) - Avisa aos Encarregados pelas Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, e Oficiais de Justiça Avaliadores, servidores e demais interessados sobre o correto procedimento a ser adotado para o cumprimento das medidas protetivas de urgência expedidas pelos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, durante o período de Plantão Extraordinário.

[\(índice\)](#)

[ATO CGJ SN22/2017](#) - Dispõe sobre solicitação de providências quanto aos Mandados de Intimação, expedidos pelos Juizados de Violência Doméstica e Família contra a Mulher, que são devolvidos sem cumprimento com certidão negativa por periculosidade - Despacho.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 143/2017](#) - Avisa aos Senhores Juízes de Direito, Chefes de Serventia, Equipes Técnicas Interdisciplinares de Serviço Social e Psicologia dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) do Estado do Rio de Janeiro sobre as atribuições e recomendações específicas dos Analistas Judiciários na especialidade de Assistente Social e de Psicólogo junto aos referidos Juizados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 111 / 2016](#) - Determina que a distribuição da Competência Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher passe a ser realizada pelos Distribuidores e Serviços de Distribuição.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ 108/2016](#) - Dispõe sobre a competência concorrente entre o II e o IV Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[RESOLUÇÃO TJ / OE / RJ Nº 02/2014](#) - Resolve que os Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca da Capital terão, por distribuição, a competência definida no artigo 93, parágrafo 4º do CODJERJ e área territorial de atuação coincidente com a circunscrição das delegacias policiais do local da infração, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

## Competência Territorial

[RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 27/2016](#) - Altera a Resolução TJ/OE n.º 35/2014, com as alterações promovidas pela Resolução TJ/ OE n.º 15/2015, e consolida, na tabela anexa, as modificações de competência territorial dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que menciona.

[\(índice\)](#)

## Distribuição

[AVISO CGJ Nº 1679/2016](#) - Avisa que, a contar da data constante do anexo do Provimento 111/2016, a competência para distribuir todos os feitos da competência Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher passará ao distribuidor da comarca ou regional, inclusive para os feitos pendentes de distribuição e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

## Núcleo de Penas e Medidas Alternativas

[PROVIMENTO CGJ Nº 43/2018](#) - Dispõe sobre a criação do Núcleo de Penas e Medidas Alternativas do II e IV Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

[\(índice\)](#)

## Proibição de Cobrança de Custas

[PROVIMENTO CGJ Nº 8/2020](#) - Determina que, nas ações cíveis e medidas protetivas no âmbito dos Juizados Especiais da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, não sejam exigidas as custas processuais da mulher ofendida/vítima, em razão da declaração de inconstitucionalidade da Nota Integrante nº 15, da Tabela 02, da Lei Estadual nº 6.369/2012 (correspondente à Nota Integrante nº 16, da Tabela 02, da Portaria de Custas Judiciais) e do inciso I, do artigo 11, do Provimento CGJ nº 80/2011.

[\(índice\)](#)

## Sistema de Monitoramento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas

AVISO TJ/CGJ n.º 29/2018 - Avisam aos Magistrados, Chefes de Serventia e demais Serventuários, que detenham atribuição em matéria criminal, nas Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais e Juizados Especiais da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher que, como forma de efetiva implementação do Sistema de Monitoramento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas previsto no artigo 21 da Resolução TJ/OE n.º 39/2010, deverão alimentar o menu "Penas e Medidas da Parte e Cadastro de Prisões Provisórias" do Sistema de Distribuição e Controle de Processos - DCP, sempre que houver determinação para cumprimento de penas restritivas de direito e medidas alternativas a prisão, na exata dicção do artigo 44 do Código Penal Brasileiro.  
(índice)

### Juiz Dirigente de Núcleo Regional

PROVIMENTO CGJ N. 62, DE 21/09/2011 - Resolve que os Juízes de Direito Dirigentes dos Núcleos Regionais, com exceção do 1. NUR, indicarão 2 (dois) servidores, lotados nos seus respectivos NURs, para exercerem a função de Agente de Capacitação em Custas Judiciais, e da outras providencias. Republicado no DJERJ, ADM, de 10/10/2011, p. 16.  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ N. 2, DE 31/01/2011 - Regulamenta a gratificação pelo exercício da função de Juiz Dirigente de Núcleo Regional.  
(índice)

### Juntada

AVISO CGJ Nº 822 / 2017 - Dispõe sobre o cumprimento das rotinas de autuação e juntada de petições, procurações e substabelecimentos, e a realização da imperiosa atualização no respectivo cadastro do processo no sistema informatizado, seja nos feitos físicos ou eletrônicos, e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº29/2013 - Resolve restabelecer os efeitos da Portaria CGJ nº 22/2013.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 42, de 01/06/2009 - Resolve que todas as Varas deste Tribunal ficam obrigadas a juntarem as suas petições pendentes no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente ato, dando-se o devido processamento, e da outras providencias.  
(índice)

## Justiça Itinerante

RESOLUÇÃO OE nº 03/2022 - Modifica a Resolução TJ/OE nº 10, de 27/06/2004, que estabelece normas para o funcionamento da Justiça Itinerante.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 3/ 2022 - Implanta a distribuição eletrônica em os todos os Cartórios da Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ JI Nº 01/ 2021 - Disciplina a retomada do atendimento presencial com os ônibus da Justiça Itinerante e dá outras providências.  
([índice](#))

PORTARIA nº 1014/ 2021 - Designa o Coordenador do Programa da Justiça Itinerante do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 41/ 2020 - Torna híbridos os Cartórios da Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, implanta um projeto piloto para distribuição eletrônica e dá outras providências.  
([índice](#))

## Leiloeiro Judicial

PROVIMENTO CGJ Nº 25/2023 - Dispõe sobre credenciamento de leiloeiros públicos e corretores de imóveis, procedimentos para realização de leilão judicial, bem como de alienação judicial por iniciativa particular, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 22/2023 - Estabelece regras para a nomeação de peritos, bem como para a fiscalização da designação desses, dos leiloeiros e dos administradores judiciais.  
([índice](#))

ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 08/2018 - Altera o artigo 5º do Ato Normativo Conjunto nº 07/2018, que dispõe sobre o credenciamento de leiloeiros públicos e corretores de imóveis para, no âmbito de suas atribuições legais, a realização de leilão judicial, nas modalidades eletrônica, presencial e simultânea, bem como de alienação judicial por iniciativa particular no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 07/2018](#) – Dispõe sobre o credenciamento de leiloeiros públicos e corretores de imóveis para, no âmbito de suas atribuições legais, a realização de leilão judicial, nas modalidades eletrônica, presencial e simultânea, bem como de alienação judicial por iniciativa particular no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN55, DE 28/09/2010](#) - Dispõe sobre a regulamentação da alienação por iniciativa particular no âmbito da execução fiscal - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN53, DE 27/09/2010](#) - Dispõe sobre modificação dos editais de leilão publicados por cartório - Parecer.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO TJ N. 23, DE 11/09/2009](#) - Regula os procedimentos para o recolhimento dos resultados financeiros de leilões efetuados por leiloeiros públicos.

[\(índice\)](#)

#### Canal de Comunicação Facilitado com os Leiloeiros

[AVISO CGJ nº 387/2022](#) - Comunica a importância da existência de canal de comunicação facilitado com os leiloeiros.

[\(índice\)](#)

#### Resultado Financeiro

[ATO NORMATIVO TJ N. 27, DE 19/11/2010](#) - Resolve determinar que todos os resultados financeiros de leilões, excetuados aqueles decorrentes de leilões de objetos relacionados a processos criminais, vertidos a conta de depósitos judiciais, sejam recolhidos ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

#### Livro Adicional Físico

[AVISO CGJ Nº 1291/2012](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços extrajudiciais que a escrituração do Livro Adicional Físico, referente aos atos extrajudiciais praticados a partir de 1º de janeiro de 2013, deverá obedecer ao novo padrão disponibilizado no site da Corregedoria Geral da Justiça, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

#### Magistrado

#### Acumulação de Funções

AVISO COMAQ Nº 04/2021 - Avisa aos juízes que é vedado ao magistrado que se enquadre no disposto no art. 31 da lei 5535/09 receber auxílio do Grupo de Sentença, no juízo originário, durante o período de cumulação, independentemente do número de processos constantes do acervo, em observância ao disposto na Resolução CM 03/2013, art. 4º, inciso IV.

(índice)

### Livro Eletrônico

AVISO CGJ nº 78/2023 - Avisa que, em se tratando de transmissão de DOI, a numeração a ser utilizada no campo Livro, quando se tratar de livro eletrônico, será composta pelas letras ELETR, que esclarece tratar-se de ato eletrônico, seguido dos 03 primeiros dígitos do número sequencial de 08 dígitos atribuído ao ato.

(índice)

### Malote

ATO EXECUTIVO CONJUNTO Nº 28/2012 - Resolvem que os ofícios de requisição de informação dirigidos à 1ª Instância, como, exemplificativamente, para instrução de agravos de instrumento, habeas corpus e mandados de segurança, serão obrigatoriamente veiculados por meio eletrônico, através do sistema do Malote Digital, para a respectiva Serventia, e dá outras providências.

(índice)

ATO EXECUTIVO TJ N. 4191, DE 08/09/2009 - Resolve que as unidades de primeira e segunda instância do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote - SISCOMA, devem movimentar seus expedientes pelo referido sistema, vedado o encaminhamento de forma manual.

(índice)

### Malote Digital

AVISO CGJ nº 17/ 2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que deverão informar a Corregedoria Geral da Justiça pelo Sistema Malote Digital, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de a eventual omissão ser considerada falta funcional grave, passível de sanções administrativas, sobre as informações mencionadas.

(índice)

AVISO nº 1242 /2016 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais quanto às providências a serem adotadas no envio de MALOTE DIGITAL e da comunicação de contratação/



alteração de cargo/ rescisão de contrato de trabalho dos celetistas não remunerados pelos cofres públicos.  
(índice)

AVISO N. 441/2014 - Avisa aos Encarregados pelos Expedientes das Centrais de Serviços Especiais, criadas pela Resolução OE 04/2010, que a partir de 05 de maio de 2014, os ofícios endereçados aos Juízos deverão ser encaminhados por Malote Digital.  
(índice)

AVISO N. 404/2014 - Avisa aos Chefes de Serventia de 1ª Instância, em especial aos dos Distribuidores Oficializados e aos Encarregados dos Setores de Distribuição, que é obrigatória a consulta diária ao Sistema Malote Digital e o gerenciamento das comunicações recebidas.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº02/2013 - Avisam aos Secretários de Órgão Julgador, Titulares, Responsáveis pelo Expediente, Encarregados e demais Serventuários lotados nas Secretarias de Órgão Julgador e Serventias Judiciais de Primeira Instância, que a requisição de informações dirigidas à Primeira Instância para instrução de Agravos de Instrumento, Habeas Corpus e Mandados de Segurança, bem como suas respostas são obrigatoriamente veiculadas por meio eletrônico, através do malote digital, e dá outras providências.  
(índice)

#### Mandado de Busca e Apreensão

AVISO CGJ Nº 59,de 30/01/2009 - Avisa que nos mandados judiciais de busca e apreensão e/ou reintegração de posse de veículos depositados e acautelados no PATIO LEGAL, passara a constar que a não retirada do veículo, importara na incidência de diária e outras despesas previstas na lei.  
(índice)

#### Mandado de Pagamento

AVISO CGJ Nº 486/2021 - Avisa aos Juízes de Direito Titulares ou seus Substitutos legais, bem como aos Escrivães ou Responsáveis pelo Expediente das serventias judiciais do Estado do Rio de Janeiro que, se houver requerimento, o alvará e o mandado de pagamento poderão ser expedidos em nome do advogado que detenha poderes especiais para dar e receber quitação, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ nº 671/2020 - Avisa, para que as serventias observem, na expedição dos mandados de pagamento, o disposto nos artigos 206-A e 440 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

AVISO TJ nº 44/ 2020 - Avisa aos Senhores (as) Magistrados (as), Chefes de Serventias, Defensoria Pública, Advogados e Serventuários da Justiça que atuam nas serventias judiciais acerca do procedimento a ser adotado para a expedição de mandados de pagamento e outras providências afins.  
(índice)

AVISO TJ Nº 38/ 2020 - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventias, Defensoria Pública, Advogados e Serventuários da Justiça que atuam nas serventias judiciais acerca do procedimento a ser adotado para a expedição de mandados de pagamento.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 697/2012 - Avisa aos Titulares e Responsáveis pelo Expediente de todas as Serventias judiciais, aos membros da Defensoria Pública, Advogados e demais interessados, que passará a ser adotada a sistemática para o recebimento de valores por ordem judicial.  
(índice)

#### Mandado de Pagamento Eletrônico

AVISO CGJ Nº 1438 / 2016 - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que a despesa de envio eletrônico de citação, intimação, ofício e notificação deverá ser adiantada pela parte/interessado requerente; a despesa da intimação eletrônica determinada, inclusive ex-officio, por decisão interlocutória, sentença, decisão final monocrática e acórdão deverá ser recolhida, ao final, pelo(s) sucumbente(s), conforme o decisum; o recolhimento das despesas citadas, nas ações penais públicas, nos Juizados Especiais e no mandado judicial eletrônico (este último quanto ao seu ofício eletrônico) deverá respeitar o estabelecido na legislação vigente.  
(índice)

#### Mandado de Penhora de Renda

AVISO CGJ N. 398, DE 10/06/2010 - Avisa as serventias que e obrigatório fazer constar no texto dos mandados de penhora de renda o CNPJ das partes, quando for pessoa jurídica e CPF das partes, quando for pessoa física, bem como a ciência ao executado que devera comparecer a Central de Depositário Judicial da Comarca da Capital no endereço que menciona.  
(índice)

#### Mandado de Prisão

AVISO CGJ nº 25/2023 - Avisa que, os Mandados de Prisão encaminhados às Centrais de Cumprimento de Mandados e aos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, quando o acusado se encontrar acautelado em Unidade Prisional, deverão ser cumpridos na forma presencial pelos Oficiais de Justiça Avaliadores.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ 2ª VP Nº 04/ 2022 - Avisam aos magistrados, responsáveis pelo expediente, secretários de juízes e demais servidores em atuação nas serventias com competência criminal *latu sensu* e com competência de família, que as ordens judiciais elencadas nas alíneas do art. 2º da Resolução CNJ Nº 417 de 20/09/2021 devem ser expedidas obrigatoriamente, ainda que através do DCP, no Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP).  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1072 /2015 - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventias/Substitutos das Serventias com competência criminal e de família, de todo Estado do Rio de Janeiro, que, a comunicação à Polícia Federal sobre expedição e/ou recolhimento de mandados de prisões deverão ser encaminhados para a DELEMIG - Delegacia de Imigração/RJ, no endereço mencionado.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 800/2014 - Comunica procedimentos a serem adotados pelas Serventias com competência criminal, relativamente a mandados de prisão expedidos no BROffice ou Word durante a inoperância do sistema DCP - Distribuição e Controle de Processos ocorrida quando dos plantões judiciais realizados nos dias 28 (sábado) e 29 (domingo) de junho de 2014.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1.588/2013 (ESTADUAL) - Avisa aos Juízes e Serventuários designados para os plantões judiciais que, em caso de decretação de prisão durante o plantão, nesta mesma sede devem se efetivar, obrigatoriamente, a expedição, a assinatura eletrônica e o encaminhamento do respectivo mandado, e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 17/2008 - Resolve que devera constar no mandado prisional, informação sobre a existência de outras prisões decretadas contra o indiciado/acusado nos autos do processo, sua natureza e o local onde se encontra acautelado e dá outras providências.  
(índice)

## Processo Desmembrado

AVISO CONJUNTO CGJ/2ªVICE nº 01/2022 - Avisam que, nos processos desmembrados em que tenha sido expedido mandado de prisão no feito originário, deverão ser observados os procedimentos que menciona.  
(índice)

### Mandado Eletrônico

AVISO CGJ N.º 336/2017 - Avisa que as diligências de busca e apreensão de pessoas, de autos, de documentos e de coisas, bem como as diligências de condução a serem cumpridas em Comarca diversa daquela do Juízo prolator da ordem, poderão ser instrumentalizadas por mandado eletrônico, dispensando-se a expedição de Carta Precatória para tal fim.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1.390/ 2014 - Avisa aos Senhores Magistrados, Advogados, Chefes de Serventia, Substitutos, Encarregados e demais Serventuários lotados nas Serventias Judiciais de Primeira Instância, que deverão ser cobradas as despesas de digitalização e impressão, nas hipóteses de envio de mandados eletrônicos de citação, intimação e notificação para as Centrais de Cumprimento de Mandados/NAROJA de Comarca diversa ou da mesma Comarca, e dá outras providências.  
(índice)

### Manual de Orientações para Envio de Documentos

AVISO CGJ N. 544, DE 20/07/2010 - Avisa as Serventias Judiciais que o Manual de Orientações para envio de Documentos ao Departamento de Distribuição se aplica a todas as Serventias do Estado do Rio de Janeiro, sendo de observância obrigatória e dá outras providências.  
(índice)

### Material de Consumo

#### Estocagem

AVISO TJ N. 38, DE 11/08/2009 - Avisa as unidades organizacionais do Poder Judiciário que realizem avaliação dos materiais em estoque, mantendo-se apenas aqueles necessários as atividades do órgão pelo período de 30 (trinta) dias, a fim de evitar estoque excessivo, vencimento dos prazos de validade e desperdício de recursos públicos.  
(índice)

### Agente Patrimonial

AVISO TJ N. 49, DE 03/09/2009 - Resolve determinar que todas as unidades organizacionais - administrativas e judiciais - encaminhem no período de 08 a 11 de setembro do corrente ano, via email, as informações que solicita do Agente Patrimonial Nato, bem como do Agente Patrimonial Delegado, e das outras providências.  
(índice)

#### Medidas cautelares

ATO TJ N. SN16, DE 23/09/2011 - Dispõe sobre proposta de unificação e procedimento da distribuição das Medidas Protetivas de Urgência nos JVDMs nos moldes do que ocorre com as Medidas Cautelares - Parecer.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº. 6/2008 - Resolve modificar a rotina de processamento das medidas cautelares de caráter sigiloso em matéria criminal, que passam a ter nova regulamentação.  
(índice)

#### Prisão Preventiva

AVISO 2ªVP nº 01/2022 - Resolve recomendar aos magistrados que reavaliem, com a urgência necessária, as decisões em que a prisão preventiva do acusado foi decretada tão somente com base no reconhecimento fotográfico operado sem a observância do disposto no artigo 226 do CPP, realizado no bojo do procedimento investigatório respectivo, inclusive nos feitos suspensos na forma prevista no artigo 366 do CPP.  
(índice)

#### Medida Liminar

AVISO CGJ N. 557, DE 04/07/2011 - Recomenda aos Magistrados que, por ocasião do exame de pedidos liminares formulados em feitos possessórios coletivos, deduzidos por proprietários ou possuidores de imóveis rurais em face de trabalhadores rurais sem-terra, procedam a prévia oitiva do INCRA e do ITERJ  
(índice)

#### Ministério Público

#### Central de Inquérito

AVISO CGJ nº 57/2020 - Avisa aos Chefes de Serventia e demais servidores, quanto à imperiosa necessidade de cumprimento dos artigos 250, XIII e 271, XXIV da Consolidação Normativa - parte Judicial.  
(índice)

## Mutirão Carcerário

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ No. 19/2013 - Institui o regime de mutirão carcerário, relativo a presos provisórios, nas Serventias com competência Criminal, inclusive Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Auditoria Militar.  
(índice)

## Nomeação de Peritos

PROVIMENTO CGJ 68/2022 - Estabelece regras para a nomeação de peritos, bem como para a fiscalização da designação desses, dos leiloeiros e dos administradores judiciais.  
(índice)

## Núcleo de Ações Coletivas

ATO EXECUTIVO TJ nº 35/ 2022 - Dispõe sobre a criação do Núcleo de Ações Coletivas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.  
(índice)

## Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas

ATO EXECUTIVO 30/ 2023 - Dispõe sobre a integração do Núcleo de Ações Coletivas ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, além da respectiva comissão gestora no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.  
(índice)

PORTARIA nº 653/ 2023 - Estabelece a composição da Comissão de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (COGEPAC).  
(índice)

PORTARIA TJ nº 652/ 2023 - Estabelece a composição do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (NUGEPAC/RJ).  
(índice)

## Núcleos de Justiça 4.0

[Aviso CGJ nº 312/2023](#) - Avisa que os 1º, 3º e 5º Núcleos de Justiça 4.0 - Saúde Pública e Juizado Especial da Fazenda Pública possuem competência concorrente no auxílio às Varas de Fazenda Pública e aos Juizados Especiais Fazendários e têm jurisdição em todo o território do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. [\(índice\)](#)

[AVISO TJ nº. 31/ 2023](#) - Dispõe sobre atuação dos "Núcleos de Justiça 4.0" seu respectivo funcionamento. [\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO Nº 1/ 2023](#) - Cria, define as matérias e estabelece a abrangência territorial do "8º Núcleo de Justiça 4.0 - Direito Fazendário - Dívida Ativa do Estado e do Município do Rio de Janeiro" do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Resolução TJ/OE nº 20/2021. [\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO TJ n. 09/ 2022](#) - Altera o Ato Normativo nº 02/2022. [\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO TJ n. 84/ 2022](#) - Altera o Ato Executivo nº 166/ 2021. [\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO Nº 06/ 2022](#) - Define e estabelece as matérias e a abrangência do "4º Núcleo de Justiça 4.0 - Direito Ambiental/matéria cível" do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Resolução TJ/OE nº 20/2021. [\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO Nº 05/ 2022](#) - Define e estabelece as matérias e a abrangência dos "5º, 6º e 7º Núcleos de Justiça 4.0" do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Resolução TJ/OE nº 20/2021. [\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO TJ nº 02/ 2022](#) - Define e estabelece as matérias e a abrangência territorial do "3º Núcleo de Justiça 4.0" do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Resolução TJ/OE nº 20/2021. [\(índice\)](#)

[RESOLUÇÃO TJ/OE 20/2021](#) - Cria e regulamenta os "Núcleos de Justiça 4.0" do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. [\(índice\)](#)

### Núcleo de Valorização da Parentalidade

[PORTARIA CGJ 1682/2021](#) - Revoga a Portaria CGJ nº 206 / 2019. [\(índice\)](#)

PROVIMENTO CGJ Nº 86/2014 - Institui o Núcleo de Valorização da Parentalidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

#### Núcleo Permanente de Combate às Fraudes no Sistema de Juizados Especiais – NUPECOF

PORTARIA nº 991/2021 - Designa membros para o Núcleo Permanente de Combate às Fraudes no Sistema dos Juizados Especiais (NUPECOF).  
([índice](#))

#### Núcleo Permanente de Combate às Fraudes no Sistema dos Juizados Especiais – NUPEMEC

PORTARIA nº 1171/2023 - Designa membros para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC).  
([índice](#))

PORTARIA nº 1029/ 2021 - Designa membros para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC).  
([índice](#))

RESOLUÇÃO TJ/OE Nº 21/2021 - Reorganiza o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) na estrutura organizacional do PJERJ, alterando os termos da Resolução TJ/OE/RJ nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial e da Resolução TJ/OE/RJ nº 02/2020.  
([índice](#))

PORTARIA TJ nº 1440/2017 - Altera a composição Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC)  
([índice](#))

#### Núcleos Regionais da Corregedoria - NURS

PROVIMENTO CGJ 06/2021 - Dispõe sobre a estruturação dos Núcleos Regionais da Corregedoria (NURS)  
([índice](#))

Oficial de Justiça



AVISO CGJ nº 868/2019 - Dispõe sobre o cumprimento de ordens judiciais proferidas durante o plantão noturno no Serviço de Administração do Plantão Judiciário.  
(índice)

AVISO n.º 635/2017 - Avisa aos juízes de direito, aos encarregados de Centrais de Cumprimento de Mandados, aos responsáveis por Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores e aos analistas judiciários na especialidade de execução de mandados, que não há vedação legal à atuação do Oficial de Justiça Avaliador em leilões presenciais determinados em processos oriundos dos Juizados Especiais Cíveis, desde que excepcionalmente, e, em cumprimento a decisão judicial motivada.  
(índice)

ATO CGJ SN17/2017 - Dispõe sobre consulta quanto à atuação dos Oficiais de Justiça em apoio às sessões do Tribunal do Júri - Decisão.  
(índice)

PROVIMENTO Nº 77 / 2015 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de os oficiais de justiça avaliadores lavrarem as certidões no Sistema Central de Mandados (SCM).  
(índice)

PARECER CGJ N. SN23, DE 05/10/2009 - Dispõe sobre consulta acerca da vigência do Provimento CGJ n. 319/ 1992 - Parecer.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 329, de 22/06/2009 - Avisa que nos casos de necessidade de notificação, a que alude o parágrafo 1., do artigo 2., da Lei n. 8560/92, a obrigação do seu efetivo cumprimento e dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário, a partir da determinação do Magistrado.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 43, de 04/06/2009 - Resolve vedar o encaminhamento de convocações de atos de exclusiva responsabilidade da Defensoria Pública ou do Ministério Público, para Oficiais de Justiça e/ou Centrais de Mandados, e da outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 22/2009 - Dispõe sobre o procedimento a ser adotado pelos Oficiais de Justiça Avaliadores quando do cumprimento de mandados judiciais em áreas que apresentem dificuldade de acesso.  
(índice)

## Alvará de Soltura

AVISO CGJ Nº 1285/2012 - Avisa aos Oficiais de Justiça Avaliadores lotados em Unidades Organizacionais responsáveis pelo cumprimento de Alvarás de Soltura que deverão solicitar o cadastramento no Sistema de Identificação Penitenciária (SIPEN), no prazo de 48 horas, e as concessões de senhas de acesso serão requeridas através de formulário próprio disponibilizado na intranet, e dá outras providências.

(índice)

## Citação, Intimação e Penhora

AVISO CGJ N. 984, DE 17/12/2010 - Avisa aos Magistrados, Escrivães ou Responsáveis pelo Expediente que os mandados de citação, intimação e penhora realizados por oficiais de justiça que constarem no polo ativo ou passivo do Banco IBI S.A. sejam cumpridos, preferencialmente, no endereço que menciona e dá outras providências.

(índice)

## Oficial de Justiça Avaliador

AVISO CGJ Nº 319/2023 - Avisa aos Oficiais de Justiça Avaliadores sobre a necessidade de realizarem consulta aos principais aplicativos de localização de endereços e ao site dos Correios antes do cumprimento das ordens judiciais, assim como que as Serventias Judiciais devem observar integralmente o teor do disposto no artigo 370 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, Parte Judicial.

(índice)

AVISO CGJ Nº 291/2023 - Avisa aos Oficiais de Justiça Avaliadores sobre a obrigatória observância das normas vigentes nesta Corte acerca do diligenciamento e certificação de ordens judiciais cumpridas por meio eletrônico, e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ Nº 518/2022 - Avisa sobre a mandatária observância, por parte dos Oficiais de Justiça Avaliadores, das normas vigentes nesta Corte acerca do diligenciamento e certificação de ordens judiciais cumpridas por meio eletrônico.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 31/2022 - Regulamenta o ajuste dos prazos impostos aos Oficiais de Justiça Avaliadores nos sistemas informatizados, quando, por ato do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, for declarada indisponibilidade tecnológica

(índice)

PROVIMENTO CGJ 01/2022 - Dispõe sobre o cumprimento das ordens judiciais na vigência do Ato Executivo 06/2022.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 18/2021 - Dá nova redação aos artigos 8º e 9ª e revoga os incisos I, II, III e IV do artigo 8º do Provimento CGJ nº 84/2020.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 03/2021 - Dispõe sobre a atuação dos Oficiais de Justiça Avaliadores afastados das atividades presenciais por estarem inseridos no grupo de risco de contágio da COVID-19, bem como sobre os procedimentos a serem adotados pelos Encarregados das Centrais de Cumprimento de Mandados e pelos Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores para o controle da produtividade desses servidores.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 85 /2020 - Altera as redações dos artigos 3º, 15 e 16 do Provimento CGJ nº 84/2020.

(índice)

PORTARIA CGJ nº 494/2020 - Resolve designar para prestar auxílio ao plantão diurno e ao plantão noturno do Núcleo de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores do Serviço de Administração do Plantão Judiciário, os analistas judiciários na especialidade execução de mandados, lotados nas Centrais de Cumprimento de Mandados relacionadas, sem prejuízo das suas atribuições no órgão de origem, por tempo indeterminado a contar de 26/03/2020, na forma que menciona.

(índice)

AVISO CGJ nº 325/2020 - Avisa aos Senhores Encarregados das Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores e Oficiais de Justiça Avaliadores sobre o adequado cumprimento de mandados de intimação para regulação de vagas e de verificação de vagas para internação.

(índice)

AVISO/CGJ 1.200 /2019 - Avisa sobre a delimitação das áreas de atuação no cumprimento de ordens judiciais pelos Oficiais de Justiça Avaliadores, na região metropolitana, no Serviço de Administração do Plantão Judiciário.

(índice)

AVISO CGJ nº 1068/2019 - Determina aos Juízes Dirigentes dos Núcleos Regionais e aos Juízes Coordenadores das Centrais de Cumprimento de Mandados e dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores que fiscalizem o cumprimento dos prazos de devolução de mandados dos oficiais de justiça avaliadores.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 08/2019 - Acrescenta o Artigo 1º-A e parágrafo único ao Provimento CGJ nº 48/2018.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ n.º 48 /2018 - Disciplina o procedimento a ser adotado pelos Oficiais de Justiça Avaliadores ao lançarem no sistema informatizado desta Corte os resultados dos mandados devolvidos aos Cartórios.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 579 /2018 - Avisa que é vedado o agendamento de qualquer tipo de diligência via contato telefônico, dessa forma, a parte interessada/advogado deverá comparecer à Unidade Organizacional Especializada, para efetuar o referido agendamento no dia do Plantão do Oficial de Justiça Avaliador detentor da ordem.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 65/2017 - Dispõe sobre atuação das Centrais de Cumprimento de Mandados, dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores; define as suas relações com os cartórios no período do recesso forense; e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ 1658 / 2016 - Avisa sobre a necessidade de os oficiais de justiça avaliadores utilizarem, exclusivamente, o modelo de Auto de Penhora de Renda e Depósito, disponibilizado pelo Sistema SCM (texto 1324), quando a Central de Depositário Judicial for designada arrecadadora.  
(índice)

PROVIMENTO nº 51 / 2016 - Acrescenta os artigos 352-K, 352-L, 352-M, 352-N, 352-O, 352-P e 352-Q na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, de forma a estabelecer os procedimentos para o cumprimento dos mandados de  
(índice)

AVISO nº 547/2016 - Avisa que os mandados de avaliação judicial deverão ser cumpridos pelos oficiais de justiça avaliadores lotados nas Centrais de Cumprimento e Mandados e nos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores no âmbito das suas atribuições.  
(índice)

PROVIMENTO Nº 30 / 2016 - Estabelece a alteração do inciso VII, do Artigo 348 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, para dispor sobre a escala mensal de plantão diário de Oficiais de Justiça Avaliadores.  
(índice)

PROVIMENTO Nº 29 / 2016 - Estabelece as rotinas que devem ser adotadas para o controle do prazo de cumprimento de mandados dos Oficiais de Justiça Avaliadores. (índice)

PROVIMENTO CGJ nº 58/2015 - Determina o cumprimento das diligências de avaliação de bens pelos oficiais de justiça avaliadores nas comarcas onde não houver avaliador judicial. (índice)

ATO CGJ SN168/2013 - Dispõe sobre o correto procedimento a ser adotado quando os oficiais de justiça avaliadores não conseguirem cumprir as ordens judiciais no prazo estabelecido na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Decisão. (índice)

AVISO CGJ Nº 1301/2012 - Avisa aos Magistrados, Diretores das Centrais de Cumprimento de Mandados e Oficiais de Justiça Avaliadores da necessidade de estrita observância aos termos do Aviso CGJ nº 1284/2012, publicado em 29/10/2012. (índice)

#### Alvará de Soltura

PROVIMENTO CGJ nº 04/2023 – Disciplina o cumprimento dos Alvarás de Soltura e Ordens de Liberação pelos Oficiais de Justiça Avaliadores e dá outras providências. (índice)

#### Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores

PROVIMENTO CGJ Nº 34/2019 - Regulamenta as atribuições do Núcleo de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital e altera a sua denominação. (índice)

AVISO CGJ Nº 888/2019 - Dispõe sobre o funcionamento do NAROJA da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital, do NAROJA da Auditoria da Justiça Militar, e do NAROJA do Serviço de Administração do Plantão Judiciário. (índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 15/2019 - Institui e instala os Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores da Vara da Infância e Juventude da Comarca da

Capital, da Auditoria da Justiça Militar, e do Serviço de Administração do Plantão Judiciário.  
(índice)

### Patrimônio Imobiliário

AVISO CGJ Nº 246, de 14/05/2009 - Avisa aos Juizes de Direito, Cartórios de Notas e Registros Imobiliários que não compete a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a representação legal e extrajudicial da União nos processos e contratos relacionados ao seu patrimônio imobiliário, e da outras providencias.  
(índice)

### Penhora online

PORTARIA CGJ nº 520/2023 - Dispõe sobre dispensa e designação de Administrador Master dos sistemas Penhora Online e Ofício Eletrônico, nos termos do Provimento CGJ nº 41/2019.  
(índice)

AVISO CGJ nº 417/2021 - Avisa aos Magistrados e às Serventias Judiciais do Estado do Rio de Janeiro que as pesquisas de bens imóveis em nome de executados devem ser realizadas pelo Sistema de Penhora Online, que está sob administração da Central de Serviços Compartilhados do respectivo Estado, em [www.penhoraonline.org.br](http://www.penhoraonline.org.br) - módulo de "Pesquisa de Bens".  
(índice)

### Perícias Criminais

AVISO TJ N. 38, DE 20/04/2010 - Avisa que, a partir desta data, os ofícios de solicitações de pericias em materiais de áudio e vídeo deverão ser encaminhados diretamente ao Instituto de Criminalística Carlos Eboli - ICCE, a quem cabe a realização das pericias criminais.  
(índice)

### Perícias Judiciais

PROVIMENTO CGJ nº 40/2022 - Revoga o Provimento CGJ nº 296/1991 e o Aviso CGJ nº 39/2022.  
(índice)

### Petição Eletrônica

AVISO CGJ nº 851/2020 - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventia e demais servidores acerca das custas para impressão de petições eletrônicas para juntada em processos físicos.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ Nº 27/2018](#) - Avisa aos advogados, defensores públicos, representantes do Ministério Público, chefes e/ou responsáveis pelo Serviço de Protocolo e Cadastro do 2º Grau de Jurisdição que deverão observar a obrigatoriedade de peticionamento pelo meio eletrônico.  
[\(índice\)](#)

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº. 02/2014](#) - Avisam aos Magistrados, Chefes de Serventia e Serventuários que atentem diligentemente para a confirmação da assinatura digital realizada nas petições eletrônicas, especialmente as petições iniciais, através da ferramenta denominada "Assinador Livre".  
[\(índice\)](#)

## Petição Inicial

[ATO CGJ SN10/2017](#) - Dispõe sobre apresentação de petições físicas em processo eletrônico - Decisão.  
[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1813/2015](#) - Dispõe sobre a autorização aos PROGERS para rejeitar o protocolo de petições que não contenham assinatura original.  
[\(índice\)](#)

[Aviso CGJ Nº 1813/2015](#) - Dispõe sobre a autorização aos PROGERS para rejeitar o protocolo de petições que não contenham assinatura original.  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 37 /2014](#) - Resolve que as petições equivocadamente enviadas pelo Correio às serventias judiciais devem ser remetidas à conclusão.  
[\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO N. 08/2012](#) - Resolvem alterar os incisos I e II do artigo 2º do Ato Executivo Conjunto nº 07/2001.  
[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 810, DE 31/08/2011](#) - Avisa que as petições e documentos dirigidos aos órgãos jurisdicionais e administrativos do Tribunal poderão ser impressos em frente e verso das folhas, desde que a integridade do texto seja preservada.  
[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 203, DE 29/03/2010](#) - Avisa que as petições iniciais apresentadas para distribuição deverão conter a completa identificação das partes, de todos os autores e réus, conforme determina o caput do artigo 29 da Consolidação

Normativa, inclusive dos entes da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal e o Ministério Público, em quaisquer feitos onde figurem.  
(índice)

AVISO CGJ N. 165, DE 10/03/2010 - Avisa que as petições iniciais apresentadas para distribuição deverão conter a completa identificação das partes, de todos os autores e réus, conforme determina o caput do artigo 29 da Consolidação Normativa, e dá outras providências.  
(índice)

### Plantão Judiciário

AVISO CGJ 162/2021 - Avisa que os alvarás de soltura e as ordens de liberação enviados aos plantões judiciários por qualquer Tribunal do país deverão, obrigatoriamente, ter as assinaturas eletrônicas validadas no respectivo sistema do Tribunal de origem, antes do seu cumprimento pelo agente público responsável, sob pena de responsabilidade funcional.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 86 /2020 - Consolida as normas sobre a prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão judiciário, e estabelece regras para possibilitar a atuação das Equipes Técnicas Interdisciplinares.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 789/2019 - Dispõe sobre as rotinas do Plantão Judiciário de primeiro grau, e sua observância pelas unidades plantonistas, dispondo também sobre o aviso prévio dos Oficiais de Justiça das Centrais em plantão judiciário.  
(índice)

PROVIMENTO Nº 47/2018 - Dispõe sobre a impossibilidade das Equipes do Plantão Judiciário Noturno/Diurno de receberem no Cartório petições intercorrentes e demais documentos dirigidos a 1ª e 2ª instâncias, quando não comprovado o caráter de urgência.  
(índice)

AVISO CGJ nº 691/2014 -Avisa aos Juízes de Direito, Chefes de Serventia, Responsáveis pelo Expediente e demais Servidores sobre os critérios a serem observados para que os processos autuados no Plantão Judiciário possam ser listados na Ata impressa ao final do plantão.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO nº 10/2014 - Resolvem que a CEJUVIDA, integrada ao Plantão Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, realizará suas atividades mediante orientação técnico-jurídica da Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher - CEJEM.



[\(índice\)](#)

[RESOLUÇÃO TJ/OE 17/2014](#) - Consolida as normas sobre a prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão judiciário permanente.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ N. 42, DE 31/08/2009](#) -Avisa aos Juízes de Direito que as inscrições para o plantão judiciário serão realizadas exclusivamente via intranet/internet, na opção Serviços e Sistemas através de login e senha, o Manual encontra-se disponível na pagina do Tribunal.

[\(índice\)](#)

## Plantão Permanente

[RESOLUÇÃO TJ / OE / RJ Nº 17/2013](#) - Consolida as normas sobre a prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão judiciário permanente.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 403, DE 15/07/2009](#) - Avisa aos servidores do Serviço de Administração do Plantão Judiciário que em cada ato processual praticado no plantão devesse ser lançado o horário em que se realizou.

[\(índice\)](#)

[RESOLUCAO TJ/OE N. 2, DE 08/02/2010](#) - Consolida as normas sobre a prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão judiciário permanente.

[\(índice\)](#)

[RESOLUCAO TJ/ORGÃO ESPECIAL Nº 6, de 27/04/2009](#) - Consolida as normas sobre a prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão judiciário permanente.

[\(índice\)](#)

[RESOLUCAO TJ/ORGÃO ESPECIAL Nº 27/2008](#) - Consolida as normas sobre a prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão permanente.

[\(índice\)](#)

## Polinter – Ordem de Prisão e suas Revogações

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 05/2018](#) - Disciplina a obrigatoriedade aos Magistrados das Varas com competência Criminal e de Família do Tribunal de

Justiça do Estado do Rio de Janeiro para validarem e confirmarem os mandados de prisão expedidos, constantes no sistema da Polinter até 27 de janeiro de 2018, a fim de integrá-los ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0.  
([índice](#))

[AVISO TJ N. 58, DE 01/10/2009](#) - Avisa que a partir de 05 de outubro de 2009 toda correspondência endereçada à Divisão de Capturas e POLINTER relativa a Ordens de Prisão e suas Revogações deve ser enviada para o endereço que menciona, e dá outras providências.  
([índice](#))

## Precatório

[AVISO TJ N. 20, DE 02/03/2011](#) - Pagamento preferencial de precatórios a idosos e portadores de doença grave, previsto no parágrafo 2. do artigo 100 da Constituição Federal.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO TJ N. 5, DE 24/02/2011](#) - Resolve alterar o art. 5. do Ato Normativo TJ n. 8/2002.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO TJ N. 8, DE 23/08/2002](#) - Disciplina ordem cronológica própria para os precatórios judiciais definidos como de pequeno valor no art. 87, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.  
([índice](#))

## Processo

### Contrarrazões de Apelação

[ATO SN10/2016](#) - Dispõe sobre custas de contrarrazões de apelações - Decisão.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 493/2016](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que o recolhimento das custas referentes às contrarrazões de apelação cível, nos moldes do §1º, do art. 1009, do novo Código de Processo Civil, deve atender ao disposto na Tabela 01, inciso I, item 4, da Portaria de Custas Judiciais.  
([índice](#))

## Custas Judiciais

AVISO Nº 87/2018 - Avisa aos Secretários de Câmaras e Responsáveis pelo Expediente das Serventias Judiciais de todo o Estado do Rio de Janeiro, bem como seus respectivos substitutos, que as Certidões de Débito, referentes aos valores devidos a título de custas/taxa judiciária no processo judicial, deverão ser enviadas à Divisão de Cobrança Administrativa do Departamento de Gestão da Arrecadação (DICOB/DEGAR/DGPCF), observando o número correto do CPF/CNPJ correspondente à PARTE DEVEDORA.

(índice)

### Declínio de Competência

AVISO CGJ 1391/2015 - Avisa que no declínio de competência de processo eletrônico deverá ser verificado se o juízo de destino também é híbrido ou eletrônico evitando o desperdício de papel na impressão.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 31/2014 - Regulamenta o procedimento de declínio de competência de processos físicos para varas eletrônicas ou híbridas, bem como o declínio de competência de processos eletrônicos para varas físicas, e dá outras providências.

(índice)

### Digitalização de processos

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 12/2023 - Avisa sobre o cronograma e os procedimentos para a digitalização e virtualização dos processos físicos remanescentes em trâmite nas serventias judiciais e dá outras providências.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 10/2023 - Avisa sobre o cronograma e os procedimentos para a digitalização e virtualização dos processos físicos remanescentes em trâmite nas serventias judiciais e dá outras providências.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 05/2023 - Avisam sobre a preparação dos processos físicos para a reabertura do cronograma de digitalização dos autos remanescentes.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 24/ 2021 - Avisa sobre a digitalização e virtualização dos processos físicos de competência criminal em trâmite nas serventias relacionadas no Anexo da presente norma e dá outras providências.

(índice)

[AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 23/ 2021](#) - Avisa sobre a digitalização e virtualização dos processos físicos em trâmite nas serventias elencadas e dá outras providências.  
(índice)

### Guarda/ Destinação

[AVISO CGJ Nº 109/2019](#) – Orienta os Chefes de Serventia que tenham sob sua guarda agravos de instrumento, cadastrados na classe genérica 241 - Petição Cível, que procedam na forma abaixo.  
(índice)

### Eliminação

[ATO EXECUTIVO TJ N. 4363, DE 26/08/2010](#) - Autoriza a eliminação de processos julgados sem resolução do mérito, com baixa no registro de distribuição, em decorrência do cumprimento da Meta 2, de 2009, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.  
(índice)

### Juntada

[AVISO CGJ Nº 822 / 2017](#) - Dispõe sobre o cumprimento das rotinas de autuação e juntada de petições, procurações e substabelecimentos, e a realização da imperiosa atualização no respectivo cadastro do processo no sistema informatizado, seja nos feitos físicos ou eletrônicos, e dá outras providências.  
(índice)

### Movimentação

[AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 13/2023](#) - Avisam às/aos juíza(e)s de direito com competência em matéria de registro público e em registro civil de pessoas naturais que, até que esteja concluída a integração do Sistema Processo Judicial Eletrônico - Sistema PJe - e o Sistema de Acompanhamento Processual Eletrônico da 2ª Instância - Sistema eJUD - Módulo Conselho da Magistratura, os processos sujeitos ao reexame necessário e também os recursos voluntários, com previsão nas hipóteses do § 2º do art. 48 e do parágrafo único do art. 49, ambos da Lei Estadual nº 6.956/2015, deverão ser comunicados por ofício do respectivo juízo de direito ao Departamento de Processos do Conselho da Magistratura, por meio do endereço eletrônico mencionado, que providenciará a autuação no Sistema eJUD, a partir das peças processuais constantes no Sistema PJe.  
(índice)

[AVISO CGJ Nº 355/2019](#) - Avisa que é vedado limitar a quantidade de processos conclusos, sob pena de descumprir a lei processual vigente.

[\(índice\)](#)

## Numeração

[AVISO TJ N. 80, DE 26/08/2010](#) - Avisa que no preenchimento de quaisquer campos de documentos de recolhimento de valores que possuam número de processo/número de referência menor que 20 posições, deverão ser consignados no referido campo os 16 primeiros números de identificação do processo, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO TJ N. 25, DE 04/11/2009](#) -Regulamenta o procedimento de uniformização da numeração dos processos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

## Processo Eletrônico

[AVISO TJ nº 68/ 2020](#) - Avisa aos representantes das pessoas jurídicas acerca da necessidade de habilitação no sistema PJE a fim de possibilitar a citação e a intimação eletrônica neste sistema.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO TJ nº. 16/ 2020](#) - Modifica os dispositivos do Ato Normativo nº. 12/2020, na redação dada pelo Ato Normativo nº. 14/2020, em razão da edição da Portaria nº. 79/2020 do CNJ.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1551 /2019](#) - Avisa sobre a utilização do sistema Processo Judicial Eletrônico - Pje pelas Centrais de Cumprimento de Mandados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e pelos Núcleos de Apoio Recíproco aos Oficiais de Justiça Avaliadores - NAROJA.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 819/ 2018](#) - Dispõe sobre orientação às Serventias Judiciais, de que não se faz mais necessário o andamento "2 - remessa ao destinatário MP" após o lançamento do andamento "68 - envio do documento eletrônico" de "citação ou intimação" ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, nos processos judiciais eletrônicos de 1ª Instância.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 772 /2018](#) - Avisa aos órgãos da Defensoria Pública, Ministério Público, Fazenda Pública, aos Advogados e usuários em geral sobre a digitalização e

virtualização dos processos físicos em trâmites nas serventias elencadas.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 2/2018](#) - Altera o Ato Normativo Conjunto nº 74, de 05 de novembro de 2015 e dá outras providências.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 74 /2015](#) - Torna híbrida toda a competência de Dívida Ativa, independente da existência de Central ou Cartório da Dívida Ativa.  
([índice](#))

[ATO CGJ SN12/2016](#) - Dispõe sobre impossibilidade técnica dos atos de comunicação eletrônica em processos físicos - Decisão.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1.962/2015](#) - Dispõe sobre o acesso, no sítio eletrônico deste Tribunal, à relação das normas e aos manuais do processo judicial eletrônico.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO nº 138/2015](#) - Institui o Grupo de Trabalho para Estudo das Alterações Processuais decorrentes do novo Código de Processo Civil (GT- CPC).  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO nº 7/2015](#) - Altera o caput e acrescenta o § 4º ao art. 4º, do Ato Normativo Conjunto TJ nº 12/2013, que estabelece normas, orientações e procedimentos para o peticionamento eletrônico inicial e intercorrente no 2ª grau de Jurisdição e dá outras providências.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 07/2014](#) - Resolve que o desarquivamento de processo eletrônico enseja a cobrança, por todas as serventias judiciais e Secretarias de Órgãos Colegiados integrantes deste Tribunal, do valor indicado na Tabela 01, II, item 9, alínea "d", da Portaria de Custas Judiciais, com os devidos acréscimos legais.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO Nº 1/2014](#) - Resolve determinar que eventuais problemas surgidos nos processos eletrônicos, após serem virtualizados e distribuídos aos órgãos competentes, devem ser resolvidos no âmbito de suas Secretarias e Gabinetes,

junto ao setor de informática, em razão do que dispõe a legislação que regula o procedimento eletrônico, não mais podendo ser remetidos a esta Segunda Vice-Presidência, para intermediação junto àquele setor.  
([índice](#))

[AVISO CONJUNTO Nº 26/2013](#) - Avisam que fica autorizado, até desenvolvimento de ferramenta adequada no portal do Tribunal de Justiça, o recebimento físico pelos protocolos de primeira e segunda instância nas condições que menciona, e dá outras providências.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO TJ Nº 02/2013](#) - Resolve que a realização de cópia digital dos registros fonográficos ou audiovisuais de audiências suscitará o prévio recolhimento de R\$ 5,94 (cinco reais e noventa e quatro centavos), por cópia, a título de despesas, e dá outras providências.  
([índice](#))

[A V I S O TJ Nº 110/2012](#) - Avisa aos Magistrados que o Conselho Nacional de Justiça substituirá o sistema e-CNJ pelo Processo Judicial Eletrônico (PJ-e), a partir do final de setembro de 2012, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 970/2012](#) - Avisa que, em se tratando de processo eletrônico, é desnecessário o encaminhamento de ofício com senha provisória para que os Auxiliares do Juízo tenham acesso ao processo eletrônico, pois lhes é autorizado o acesso aos sistemas informatizados do Tribunal, para consulta, e dá outras providências.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO Nº 03/2012](#) - Resolve alterar o parágrafo único do artigo 3.º do Ato Normativo TJ n. 30, de 7 de dezembro de 2009.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO TJ Nº 01/2012](#) - Resolve que a realização da cópia digital dos registros fonográficos ou audiovisuais de audiências suscitará o prévio recolhimento do valor que menciona, por cópia, a título de despesas, e dá outras providências.  
([índice](#))

[RESOLUCAO TJ/OE N. 16, DE 30/11/2009](#) - Autoriza a implantação do processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.  
([índice](#))

OBS: Sobre a alteração no art. 28 do Regimento Interno do TJERJ (Resolução TJ/OE n. 20/2009) ver ERRATA publicada no DJERJ, ADM, de 08/01/2010, p. 106.  
([índice](#))

## Central de Arquivamento

[AVISO CGJ 59/2020](#) - Avisa aos servidores lotados na Corregedoria Geral da Justiça e nos Núcleos Regionais sobre os procedimentos para remessa dos processos eletrônicos ao arquivo.  
([índice](#))

[ATO CGJ SN6/2016](#) - Dispõe sobre regulação de processos eletrônicos enviados à Centrais e aos Núcleos de Arquivamento - Decisão.  
([índice](#))

## Consulta Processual Eletrônica

[AVISO TJ Nº 103 /2021](#) - Avisa sobre o novo visualizador de peças da consulta processual eletrônica do Novo Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

## Convolação em Processo Físico

[AVISO CGJ Nº 1192 /2018](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventia e seus Substitutos, Encarregados, Serventuários e demais interessados, da impossibilidade, sob qualquer hipótese, de transformação de processos virtuais em processos físicos ("desvirtualização").  
([índice](#))

## Custas

[RESOLUÇÃO CONJUNTA TJ/CGJ nº 01/2017](#) - Dispõe sobre o recolhimento de custas em processos eletrônicos por ocasião da interposição de Recurso Inominado em sede de Juizados Especiais Cíveis e Fazendários e de Apelação Criminal em ação penal privada em sede de Juizados Especiais Criminais, alterando, parcialmente, o disposto na Resolução Conjunta TJ/CGJ nº 01/2015 e no Anexo V da Portaria de Custas Judiciais.  
([índice](#))



## Declínio de Competência

AVISO CGJ 1391/2015 - Avisa que no declínio de competência de processo eletrônico deverá ser verificado se o juízo de destino também é híbrido ou eletrônico evitando o desperdício de papel na impressão.  
(índice)

AVISO Nº 1391/2015 - Avisa que no declínio de competência de processo eletrônico deverá ser verificado se o juízo de destino também é híbrido ou eletrônico evitando o desperdício de papel na impressão.  
(índice)

## Distribuição

AVISO TJ nº 55/2023 - Avisa sobre a manutenção da distribuição via sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe nas serventias já contempladas com a implementação do referido sistema.  
(índice)

Provimento CGJ Nº 36 /2019 - Resolve autorizar o Departamento de Distribuição a realizar a impressão apenas da primeira página da petição inicial de autos encaminhados através de mídia eletrônica em virtude de declínio de competência destinados a varas eletrônicas ou híbridas  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 2/2018 - Altera o Ato Normativo Conjunto nº 74, de 05 de novembro de 2015 e dá outras providências.  
(índice)

## Execução

AVISO CGJ nº 1182/2019 - Avisa sobre vedação de encaminhamento para digitalização dos processos em fase de execução.  
(índice)

## Inquérito Policial

PROVIMENTO CGJ nº 45/2019 - Resolve autorizar o recebimento físico dos Inquéritos Policiais e Termos Circunstanciados iniciados antes da implantação do processo eletrônico na Comarca.  
(índice)

## Intimação de Parte

ATO CGJ Nº SN38/2016 - Dispõe sobre dúvidas quanto a cobrança da intimação da parte em processo eletrônico - Decisão.  
(índice)

## Intimação Pessoal

AVISO CGJ Nº 664 / 2016 - Dispõe sobre a intimação pessoal do Estado do Rio de Janeiro e de suas autarquias e fundações de direito público nos processos eletrônicos e dá outras providências.  
(índice)

## Mandado Judicial

AVISO CGJ nº 557/2020 - Avisa sobre a possibilidade de disponibilização de senha provisória nos mandados judiciais expedidos para permitir a visualização dos documentos que instruem os processos eletrônicos pelas partes interessadas.  
(índice)

## Petição Inicial

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ 1ªVP/ 2ªVP/ 3ªVP/ CGJ nº 37/ 2020 - Altera os parágrafos 5º e 6º do art. 2º do Ato Normativo Conjunto nº 12/2013 e dá outras providências.  
(índice)

ATO CGJ SN10/2017 - Dispõe sobre apresentação de petições físicas em processo eletrônico - Decisão.  
(índice)

## Pjecor

Aviso CGJ nº 327/2023 - Avisa que os processos eletrônicos que guardem afinidade, conexão ou continência, que impliquem na reunião dos feitos, deverão tramitar no mesmo sistema eletrônico e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 35/2022 - Dá nova redação ao Anexo I do Provimento CGJ nº 41/2020.  
(índice)

AVISO CGJ 24/2022 - Disponibiliza os fluxos de procedimentos administrativos relativos ao PJeCor aos Núcleos Regionais (NURs) da Corregedoria Geral da Justiça, adequando os aos termos do Provimento CGJ nº 112/2021  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 58/2020 - Acrescenta ao anexo do Provimento CGJ 41/2020, que trata do PJeCor, as classes Ato Normativo e Representação por Excesso de Prazo.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 41/2020 - Implanta o sistema informatizado PJe Cor no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça e disciplina sua utilização.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 439/2020 - Disponibiliza os fluxos de procedimentos administrativos relativos ao PJeCor aos Núcleos Regionais (NUR) da Corregedoria-Geral da Justiça.  
(índice)

### Remessa dos Processos para o Arquivo

AVISO CGJ nº 166/2023 - Avisa aos servidores lotados na Corregedoria Geral da Justiça e nos Núcleos Regionais sobre os procedimentos para remessa dos processos eletrônicos ao arquivo.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1199 /2019 - Avisa aos servidores lotados na Corregedoria e nos Núcleos Regionais sobre o procedimento de remessa dos processos eletrônicos para o arquivo e sobre o correto cadastro do Tipo de Processo no Sistema SEI.  
(índice)

### Sistema PJE

AVISO 2ªVP nº 07/2023 - Avisa que nos recursos cujos processos são originários do PJe, a visualização das peças da 1ª instância será feita por meio do botão "peças do originário" ou do acesso direto ao sistema PJe pelo link mencionado.  
(índice)

AVISO CGJ 120/2023 - Avisa às serventias judiciais sobre o cadastramento dos órgãos auxiliares da Justiça para comunicação dos atos processuais no sistema PJe e dá outras providências.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 1/ 2023 - Disciplina a expansão da Implantação, somente na competência Dívida Ativa do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, nas unidades judiciais elencadas no presente ato e dá outras providências.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 21/ 2022 - Disciplina a expansão da Implantação, nas competências, Órfãos e Sucessões, Registro Civil e Registro Público, do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, nas unidades judiciais elencadas no presente ato e dá outras providências.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 20/2022 - Disciplina a expansão da Implantação, nos juízos de competência de Juizado Fazendários, do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, nas unidades judiciais elencadas no presente ato e dá outras providências.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 19/2022 - Disciplina a expansão da Implantação, somente na competência Dívida Ativa Municipal nas Varas Cíveis da Comarca de Niterói, do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, nas unidades judiciais elencadas no presente ato e dá outras providências.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 18/2022 - Disciplina a expansão da Implantação, na competência Empresarial - classe Recuperação Judicial, do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, nas unidades judiciais elencadas no presente ato e dá outras providências.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 17/2022 - Disciplina a expansão da Implantação, nas competências criminal e família, do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, atualiza o cronograma disposto no Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 13/2022, nas unidades judiciais elencadas no presente ato e dá outras providências.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 11/ 2022 - Disciplina a expansão da Implantação, na competência criminal, do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, nas unidades judiciais elencadas no presente ato e dá outras providências.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 08/ 2022 - Disciplina a expansão da Implantação, nas competências Empresarial e Fazenda Pública, do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, nas unidades judiciais elencadas no presente ato e dá outras providências.

(índice)

PROVIMENTO CGJ 17/2022 - Exclui do Anexo I do Provimento CGJ 41/2020 a classe que menciona, revoga o §2º do Provimento, e dá outras providências.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 04/ 2022 - Disciplina a expansão da Implantação, nas competências cível e acidentes do trabalho, do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, nas unidades judiciais elencadas no presente ato e dá outras providências.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 01/ 2022 - Disciplina a primeira fase da Implantação, na competência cível, do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, nas unidades judiciais elencadas no presente ato e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ 1010/2021 - Avisa às serventias judiciais e aos Serviços de Distribuição que, na hipótese de declínios de competência de processos que tramitem no sistema DCP para competência que já opere com o PJe, deverão ser encaminhadas pelas serventias judiciais todas as peças do processo ao respectivo Servido de Distribuição/NADAC e dá outras providências.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 40/2020 - Implanta o sistema Processo Judicial Eletrônico - Pje, na competência Infância, da Juventude e do Idoso das Comarcas elencadas no anexo do presente ato e dá outras providências.

(índice)

AVISO TJ nº 68/ 2020 - Avisa aos representantes das pessoas jurídicas acerca da necessidade de habilitação no sistema PJE a fim de possibilitar a citação e a intimação eletrônica neste sistema.

(índice)

## Tramitação

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 17/2019 - Avisa sobre a digitalização e virtualização dos processos físicos em trâmites nas serventias elencadas.

(índice)

## Processo Judicial

PROVIMENTO CGJ Nº 26/2019 - Resolve alterar o artigo 20 do Provimento CGJ n. 82/2009.

(índice)

## Liquidação de Sentença

AVISO CGJ Nº 826/2018 - Dispõe sobre as rotinas pertinentes aos processos judiciais em fase de liquidação de sentença que condenar a pagamento de quantia ilícida, abrangendo a elaboração de cálculos, inclusive sobre as atribuições dos Contadores Judiciais, e também sobre a liquidação por arbitramento, e dá outras providências.

(índice)

## Protocolo

AVISO CONJUNTO TJ Nº 20/2013 - Avisam aos responsáveis pelos Protocolos Gerais das Varas - PROGER e Protocolos Integrados das Comarcas do Interior ou Fórum Regionais que, nos termos do inciso II, do artigo 8 do Ato Normativo Conjunto n. 12/2013, a partir de 23 de Julho de 2013, o petiçãoamento direcionado a processos de segunda instância digitalizados e as petições iniciais somente serão aceitos por meio eletrônico, e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ Nº 336, de 23/06/2009 - Avisa aos Defensores Públicos, Promotores de Justiça, Procuradores do Estado e Município e seus estagiários que haverá no PROGER um guichê exclusivo para recebimento de petições das Instituições que representam, visando a agilização do serviço.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº. 8/2008 - Resolve alterar o artigo 1. do Provimento CGJ Nº. 09/2007, para incluir os Protocolos Gerais (PROGER) das Comarcas de Cachoeiras de Macacu e São João da Barra, e dá outras providências.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº. 9/2007 - Cria os Protocolos Gerais (PROGER) nas Comarcas que menciona, e dá outras providências.

(índice)

RESOLUCAO CGJ Nº. 11/2008 - Resolve alterar o disposto nos artigos 25, 26 e 33 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.

(índice)

## Recesso Forense

Aviso 2ªVP nº 12/2021 - Avisa aos magistrados, responsáveis pelo expediente, secretários de juízes e demais servidores lotados nos juízos plantonistas responsáveis pelo plantão diurno do interior, no período de recesso forense, que, em caso de prolação de decisão pelo juiz plantonista de internação provisória ou de semiliberdade, devem ser observados os requisitos impostos pelo art. 8º da

Resolução Conjunta SEEDUC/2VP nº 1.550/21, para recepção e análise do pedido de vagas pela Central de Vagas do DEGASE.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ nº 43/2019 - Dispõe sobre a atuação das Centrais de Cumprimento de Mandados, dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores e dos Oficiais de Justiça Avaliadores e define as suas relações com as serventias judiciais no período do recesso forense e dá outras providências  
([índice](#))

### Regime de Mutirão Carcerário

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº. 08/2014](#) - Institui o regime de mutirão carcerário, relativo a presos provisórios, nas Serventias com competência Criminal.  
([índice](#))

### Regime de Teletrabalho

[PROVIMENTO CGJ nº 14/2023](#) - Altera o parágrafo único do artigo 3º do Provimento CGJ nº 45/2022.  
([índice](#))

[ORDEM DE SERVIÇO CGJ 05/2022](#) - Resolve que, tão logo ocorra o deferimento para o ingresso do servidor no RETE parcial, o gestor da unidade de lotação deverá encaminhar mensagem eletrônica ao setor de pessoal do respectivo NUR, contendo as informações mencionadas.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ nº 59 /2022](#) - Dispõe sobre a implementação do Regime Especial de Teletrabalho Externo Parcial (RETE Parcial) nas unidades vinculadas à Corregedoria Geral da Justiça e dá outras providências.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 45/2022](#) - Dispõe sobre o Regime de Teletrabalho e a criação de metas de produtividade.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ 19/2022](#) - Trata da suspensão de novos deferimentos para ingresso de servidores no RETD e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 815 /2021](#) - Avisa sobre o procedimento a ser adotado pelos servidores em RETD que optarem pelo regime de home office.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 584/2021 - Avisa sobre a necessidade de cumprimento integral do Ato Executivo TJ nº 97/2021 e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 12/2021 - Regulamenta o procedimento relativo ao RETE e ao RETE simplificado.  
(índice)

RESOLUÇÃO CM nº 06/2019 - Dispõe sobre o Regime Especial de Teletrabalho Remoto Externo (RETE) no âmbito dos órgãos jurisdicionais de 2ª instância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 27/2019 - Dispõe sobre o Regime de Teletrabalho e a criação de metas de produtividade.  
(índice)

### Remessa dos autos da Justiça Federal para a Justiça Estadual

PARECER CGJ N. SN10, DE 09/03/2009 - Dispõe sobre a remessa de processos por Juízes Federais para a Justiça Estadual - Parecer.  
(índice)

### Remessas de Expediente

AVISO CGJ Nº 1188 /2012 - Avisa que ao receber as guias de remessas de expediente, a Vara de Destino deverá fornecer recibo na própria guia bem como procederá a sua devolução imediatamente ao Serviço de Mensageria, e dá outras providências.  
(índice)

### Restauração

AVISO CGJ N. 376, DE 30/06/2009 (ESTADUAL) - Avisa que desde 05/01/2009 toda Restauração de Autos deve ser distribuída em conformidade com a Tabela de Classes da Justiça Estadual prevista na Resolução 46 do CNJ, revogando o Aviso CGJ n. 326/2007.  
(índice)

### Restituição

AVISO CGJ N. 326, DE 22/06/2009 - Avisa que devem ser verificados, mensalmente, os autos e mandados fora de cartório com prazos superiores a trinta dias e intimado o detentor a restituí-los no prazo de 24 horas, e dá outras providências.



Retificado no DJERJ, ADM, de 09/07/2009, p. 8.  
([índice](#))

### Réu Preso

[AVISO TJ Nº 41/2018](#) - Avisa aos Juízes de Direito, Chefes de Serventias Judiciais e respectivos Substitutos, que observem, com especial acuidade, o que dispõe o artigo 1º da Resolução TJ/OE/RJ nº 45/2013, antes da requisição de presos.  
([índice](#))

### Sentença

[PORTARIA CGJ Nº 10/ 2012](#) - Altera o Anexo I da Portaria CGJ nº 35/2011, a fim de cessar a incidência de nova taxa judiciária no cumprimento de sentença (execução) e na impugnação ao cumprimento de sentença, e dá outras providências.  
([índice](#))

### Carta de Execução de Sentença

[AVISO CGJ Nº 194/2018](#) - Recomenda aos Juízos de Direito, com competência em matéria criminal, a atualização dos endereços dos réus para fins de correta inserção dos dados na Carta de Execução de Sentença Penal, quando for expedida.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 487/2017](#) - Dispõe sobre o envio das Cartas de Execução de Sentença referentes às Penas e Medidas Alternativas destinadas à Vara de Execuções Penais - VEP.  
([índice](#))

[RESOLUÇÃO CM Nº 03/2014](#) - Resolve que antes da expedição de carta de execução de sentença definitiva ou ofício de baixa deverá o chefe de serventia, sob pena de apuração de responsabilidade funcional, certificar a existência de valores, drogas, bens ou instrumentos do crime, apreendidos, abrindo imediata conclusão ao Juiz, e dá outras providências.  
([índice](#))

### Comunicação de Sentença Penal Condenatória

[AVISO CGJ Nº 149 /2021](#) - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventia, Substitutos das unidades judiciais de 1ª instância, com competência criminal, que deverão, nos termos do disposto no art. 258, XXVIII, alíneas "a" e "b", do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, comunicar a sentença

penal condenatória ao coordenador da Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP, por meio do "ofício de comunicação de resultado de processo para transferência de regime prisional" (andamento 52, texto 1523, do sistema informatizado), para que seja providenciada a transferência do condenado para o estabelecimento prisional compatível com o regime fixado, sendo desnecessária a remessa da sentença.

[\(índice\)](#)

### Serventias Judiciais Híbridas

[AVISO CGJ nº 1409 / 2018](#) - Avisa que os Juizados Especiais híbridos que não tem acervo físico em razão da virtualização, estão liberados do cumprimento do plantão diurno do recesso forense.

[\(índice\)](#)

### Serviço Centralizado de Digitalização

[Provimento CGJ nº. 07/2020](#) - Cria e disciplina o serviço centralizado de digitalização no Quarto e Décimo Terceiro Núcleos Regionais.

[\(índice\)](#)

### Serviço de Apoio ao Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente

[AVISO CGJ nº 185/2023](#) - Avisa aos Magistrados, Secretários, Chefes de Serventia e entrevistadores sobre o procedimento a ser adotado nas Audiências de Depoimento Especial.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 35/ 2019](#) - Institui o Protocolo de Depoimento Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 07/ 2019](#) - Instala polos regionalizados do Serviço de Apoio ao Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente e disciplina, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o procedimento a ser adotado no Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, nos moldes da Lei n. 13.431/2017(parte judicial).

[\(índice\)](#)

## Serviço de Informações Processuais

ATO NORMATIVO Nº.16/2012 - Resolve alterar o atendimento no Serviço de Informações Processuais - SEINP, que será prestado a pessoas idosas, e/ou com necessidades especiais, onde cada pessoa poderá consultar no máximo 5 processos, e dá outras providências.

(índice)

## Serviço de Pesquisa Jurídica

AVISO TJ N. 15, DE 10/02/2010 - Avisa que o fornecimento de cópias de documentos contidos em mídias diversas, pelo Tribunal, enseja o recolhimento do valor que menciona, por copia extraída, a ser realizado em GRERJ papel.

(índice)

## Serviço Estadual de Identificação – SEI

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 09/2018 - Dispõe sobre a obtenção de acesso ao Cadastro Civil do Sistema Estadual de Identificação - SEI para a consulta de dados biográficos e biométricos que compõe o registro de identificação civil do Estado do Rio de Janeiro.

(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 11 /2015 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos sobre a disponibilização a todos os Órgãos Jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro do acesso ao Sistema Estadual de Identificação - SEI para a consulta e emissão de folha de antecedentes criminais (FAC) e respectivo procedimento.

(índice)

## SIPEN – Sistema de Identificação Penitenciária

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 18/2014 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos sobre a obtenção de acesso ao Sistema de Identificação Penitenciária - SIPEN e respectivo procedimento.

(índice)

## Sistema DCP

Aviso CGJ nº 706/2022 - Dispõe sobre a distribuição física de inquéritos remanescentes do Ministério Público e com pedidos de arquivamento pelo sistema DCP.  
(índice)

AVISO TJ Nº 159/ 2022 - Avisa que os inquéritos físicos remanescentes, em tramitação no Ministério Público e com pedidos de arquivamento, serão distribuídos no sistema DCP de forma física e por meio dos distribuidores da capital e interior.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 272/2022 - Avisa sobre o novo parâmetro de texto do DCP, a ser utilizado para a confecção de mandado judicial concernente às medidas protetivas de urgência atinentes à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.  
(índice)

AVISO CGJ nº 493/2021 - Comunica às serventias que devem lançar, obrigatoriamente, o andamento processual "30" de início da execução no sistema DCP.  
(índice)

AVISO CGJ nº 483/2021 - Comunica sobre o correto preenchimento das informações pertinentes ao réu no sistema DCP, a fim de cumprir as determinações do Habeas Corpus Coletivo nº 165.704/DF.  
(índice)

AVISO CGJ nº 71/2021 - Informa sobre a padronização dos locais virtuais do sistema DCP, relativos às competências cível, criminal, de família e órfãos e sucessões, bem como sobre a apresentação de sugestões dos magistrados e chefes das serventias das referidas competências quanto à tabela final dos locais virtuais elaborada pela Corregedoria-Geral da Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ nº 564/2020 - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventia e demais Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - inclusive os servidores responsáveis pelo setor de distribuição processual deste Tribunal, de varas comuns e de juizados especiais - acerca da criação do assunto Auxílio Emergencial no sistema DCP.  
(índice)

AVISO CGJ nº 446 /2020 - Avisa aos Magistrados, chefes de serventia, demais servidores e interessados acerca de funcionalidades do sistema DCP.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJRJ/ CGJ Nº 14/ 2020 - Avisam aos magistrados e servidores que deverão observar o que dispõe o Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 13/2015,

principalmente no seu artigo 7º e parágrafos, no que se refere à emissão de certidões de débito ao Departamento de Gestão da Arrecadação (DEGAR/DGPCF), de forma eletrônica, através de rotina disponibilizada no Sistema de Distribuição e Controle Processual - DCP (Projeto Comarca), sem necessidade de intimação judicial prévia ao devedor, com o posterior encaminhamento dos autos ao arquivo definitivo, sem a baixa judicial.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 296 / 2020 - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventia e Serventuários da Justiça, que atuam nas serventias judiciais, que a decisão homologatória do Acordo de Não Persecução Penal deve ser integralmente lançada, no Sistema DCP, andamento 01 - conclusão ao juiz - decisão - tipo: 258 (ANPP), e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ 1247 /2019 - Dispõe sobre a necessidade de cadastramento no sistema processual de 1 instância (DCP), nos processos cujas vítimas são crianças ou adolescentes, juntamente com o código do tipo penal da ação correspondente, o assunto complementar crime/contravenção contra criança/ adolescente, código 10.950.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 16/2019 - Avisam aos Juízes de Direito com competência em Infância e Juventude Infracional, que o texto a ser utilizado para os Mandados de Busca e Apreensão de Crianças e Adolescentes do sistema DCP - código 247 - terá como preenchimento obrigatório os campos "data de nascimento da criança" e/ou "prazo de validade do Mandado de Internação".  
(índice)

AVISO CGJ Nº 200/ 2019 - Dispõe sobre o Controle Gerencial do Sistema das Centrais de Penas e Medidas Alternativas, no que concerne à inclusão de código próprio para alimentar o Sistema de Distribuição e Controle de Processos - DCP quando processos em execução na Vara de origem estiverem sobrestados aguardando o cumprimento da pena restritiva de direitos.  
(índice)

AVISO TJ nº 60 /2018 – Avisa aos Magistrados e aos Chefes de Serventias com competência fazendária que o ofício que comunica alterações em precatórios, relativas à titularidade, natureza do crédito e valor requisitado, nos termos do art. 6º § 1º do Ato Executivo Conjunto nº 11/2012, deverão ser encaminhadas à Presidência do Tribunal de Justiça pela via eletrônica, através do sistema informatizado DCP ou e-JUD, conforme se trate de processo originário da 1ª ou 2ª instância, sendo obrigatória a utilização do sistema institucionalizado para a expedição do ofício retificador.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 306/2018 - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventias e Servidores Responsáveis pelas Serventias Judiciais da Comarca da Capital, Regionais e Interior e demais interessados, a orientação de EXCLUSÃO dos procedimentos que não possam ser redistribuídos no Sistema de Distribuição e Controle de Processos (DCP), originários dos Plantões Judiciais. [\(índice\)](#)

AVISO CGJ Nº 59 / 2017 - Dispõe que a intimação do Ministério Público, em processos físicos, não deverá ser feita por meio do andamento 68 (Envio de Documento Eletrônico) do sistema DCP, tendo em vista a necessidade de efetiva remessa dos autos àquele órgão. [\(índice\)](#)

ATO CGJ SN39/2016 - Dispõe sobre a não utilização do texto 1322, do sistema DCP, para a Central de Depositário Judicial - Decisão. [\(índice\)](#)

AVISO CGJ Nº 1457/2016 - Dispõe sobre a não utilização do texto 1322, do sistema DCP, para a Central de Depositário Judicial. [\(índice\)](#)

ATO CGJ SN39/2016 - Dispõe sobre a não utilização do texto 1322, do sistema DCP, para a Central de Depositário Judicial - Decisão. [\(índice\)](#)

AVISO Nº 538/CGJ/2013 - Avisa aos Juízes, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, serventuários, Advogados, Procuradores do Estado, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública que a partir de 02 de maio estará disponível no Sistema DCP a citação/intimação eletrônica dos entes públicos estaduais para as serventias com processo eletrônico, devendo ser utilizada a rotina própria do andamento 68 do Sistema, e dá outras providências. [\(índice\)](#)

AVISO Nº 537/CGJ/2013 - Avisa aos Juízes, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente e serventuários, que a partir de 02 de maio, nos feitos de competência fazendária, no primeiro movimento realizado no Sistema DCP, a serventia, nos feitos em curso, e os distribuidores ou centrais de autuação, nos feitos novos, deverão atualizar o CNPJ do(s) ente(s) estatal(is) que figurar(em) no polo passivo da relação processual. [\(índice\)](#)

AVISO CGJ nº 1481/2012 - Avisa aos Titulares, Responsáveis pelo Expediente dos Distribuidores Contadores e Partidores DCP's e dos Serviços Extrajudiciais Oficializados que deverão observar as diretrizes em relação ao registro dos recolhimentos eletrônicos, e dá outras providências. [\(índice\)](#)

AVISO CGJ Nº 1154 / 2012 - Avisa que é obrigatório o lançamento dos andamentos no sistema DCP quando do início da execução (andamento - 30), eventual suspensão desta (andamento - 46) ou prosseguimento da mesma (andamento - 47) na forma contida na orientação constante da intranet no "link" que menciona.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 1.152/2012 - Avisa que é obrigatório o lançamento do texto integral da sentença no sistema DCP, conforme preceitua o § 2º do artigo 181-A, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ nº 2757/2012 - Resolve que todos os Juízos do Estado do Rio de Janeiro, com competência para julgar crimes afeitos ao Tribunal do Júri, decorrentes de violência doméstica contra a mulher, deverão determinar que suas serventias cadastrem o assunto complementar nº 10949, no sistema DCP, visando à priorização de seus julgamentos e a melhor extração de dados estatísticos.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 55, DE 19/01/2012 - Avisa que, diante da impossibilidade de utilização do DCP, os Mandados, Ofícios e Atas de Plantão deverão ser confeccionados pelo BOffice ou Word e os Alvarás de Soltura deverão ser sarqueados por fax, através dos telefones da Polinter e da SEAP que menciona, e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO TJ N. 105, DE 14/12/2011 - Avisa as Varas exclusivamente eletrônicas que as nomeações dos peritos, pertencentes ao cadastro da Divisão de Perícias Judiciais, deverão ser lançadas no sistema projeto comarca - DCP, de modo a possibilitar a vinculação do perito ao processo judicial, e da outras providências.  
([índice](#))

AVISO TJ N. 32, DE 26/03/2010 - Avisa que será implantada, a partir de 01/04/2010, no sistema DCP, que atende as serventias de primeira instância, a nova tabela de atos de Magistrados, em consonância com a tabela unificada de movimentos processuais instituída pela Resolução n. 46 do CNJ.  
([índice](#))

AVISO TJ N. 82, DE 15/12/2009 - Avisa sobre a obrigatoriedade de alimentação precisa do Sistema DCP até o dia 30 de dezembro, informando o motivo da permanência dos processos constantes da Meta 2 do CNJ, a fim da elaboração automatizada do relatório determinado no art. 14 do Ato Normativo TJ n. 16/09.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 73, DE 07/10/2009 - Dispõe sobre a nova sistemática de distribuição e classificação de processos no âmbito da 1. Instância do Tribunal de Justiça, de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Justiça.  
(índice)

AVISO TJ N. 26, DE 08/07/2009 - Avisa que na apresentação ao protocolo, de petição que conte com recolhimento em GRERJ Eletrônica, pertinente a processos sem cadastro no sistema DCP, a vinculação da referida petição ao processo se dará apenas quando do cadastramento do feito no sistema DCP, pela serventia em que tramitar o processo.  
(índice)

#### Cadastramento de Bens

AVISO CGJ N. 300, DE 11/05/2010 - Avisa as serventias judiciais que é obrigatório o cadastramento dos bens, objeto das ações propostas, no sistema informatizado DCP, previamente a expedição de mandado de avaliação.  
(índice)

#### Certidão de Débito

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 13 /2015 - Ratifica a Certidão de Débito criada através do Ato Normativo Conjunto nº 04/2007 e norteia a rotina de cobrança de débitos dos processos judiciais por meio do Sistema de Distribuição e Controle Processual - DCP - Projeto Comarca para as serventias judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

#### Processo com a Virtualização Finalizada – PRVFIN

AVISO TJ nº 57/ 2023 - Avisa que os processos com virtualização concluída se encontram no local virtual "Processo Com a Virtualização Finalizada - PRVFIN" do sistema DCP, estando aptos para movimentação.  
(índice)

#### Processos Remetidos ao Grupo de Sentença – PREGS

AVISO COMAQ nº 03/ 2022 - Avisa aos juízes que a remessa de processos ao grupo de sentença através do DCP deve ser realizada através da inclusão dos autos no local virtual - "PREGS (Processos Remetidos ao Grupo de Sentença)", utilizando-se no campo "destinatário" o código 202 (Grupo de Sentença), sendo certo que a remessa pelo sistema DCP não exclui a necessidade de envio da guia de remessa ao Grupo de Sentença através do e-mail.  
(índice)



AVISO COMAQ nº 05/2021 - Avisa aos juízes que, em 10 de outubro de 2021, a DGTEC criou e encontra-se disponível no DCP, o local virtual "PREGS - Processos Remetidos ao Grupo de Sentença", o qual deverá ser lançado obrigatoriamente pelas serventias nos processos a serem remetidos ao Grupo de Sentença.  
(índice)

### Sobrestamento do Processo

AVISO CGJ nº 25 / 2020 - Avisa aos Chefes de Serventia e demais servidores, que é obrigatório o lançamento do movimento 28 quando da determinação judicial de sobrestamento do processo.  
(índice)

### Sistema BACENJUD

AVISO TJ nº 09/ 2020 - Avisa aos Senhores Magistrados, Advogados e demais interessados a criação pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro de nova conta exclusiva para bloqueios judiciais de numerários, para fins de buscas e penhoras perante o Sistema BACENJUD.  
(índice)

### Sistema Central de Mandados

AVISO CGJ nº 355 /2020 - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefe de Serviço do SEPJU, Chefes de Serventia, Encarregados das Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores e aos Oficiais de Justiça Avaliadores sobre a regularização de mandados judiciais no Sistema Central de Mandados (SCM).  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1658/2015 - Estabelece obrigatoriedade de cadastramento e atualização das áreas de atuação dos oficiais de justiça avaliadores no Sistema Central de Mandados (SCM) e a alocação desses servidores nas respectivas áreas.  
(índice)

PROVIMENTO Nº 77 / 2015 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de os oficiais de justiça avaliadores lavrarem as certidões no Sistema Central de Mandados (SCM).  
(índice)

### Sistema CRC JUD

[AVISO CGJ Nº 231/ 2023](#) - Avisa aos Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro acerca da necessidade de verificarem a regularidade de seus respectivos cadastros junto ao Sistema CRC JUD e dá outras providências.  
([índice](#))

### Sistema de Audiência de Custódia – SISTAC

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO Nº 02/2019](#) - Determina o atendimento em regime de prioridade, no Sistema de Audiência de Custódia - SISTAC, das pessoas com deficiência, dos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e das gestantes, bem como dos policiais militares e dos bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

### Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD

[AVISO TJ nº 165/ 2022](#) - Avisa aos Magistrados (as), e Serventuários da Justiça e demais usuários do novo Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD), que tendo recebido o Ofício Circular nº 86/2022 da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, informa que caso seja necessário o envio de informações às instituições financeiras por e-mail, evitem a utilização de e-mails não institucionais.  
([índice](#))

### Sistema de Controle de Depósitos Judiciais – SISCONDJ

[AVISO TJ nº 136/ 2022](#) - Avisa aos magistrados, servidores, advogados, procuradores e órgãos auxiliares da justiça que será implantado em de 31 de outubro de 2022 o sistema web SISCONDJ do Banco do Brasil para gestão dos depósitos judiciais, contas judiciais e alvarás/mandados de pagamento.  
([índice](#))

### Sistema de Dispensa Eletrônica

[ATO NORMATIVO Nº 02/ 2023](#) - Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

### Sistema de Informações e Identificação de Adolescentes (SIIAD)

[AVISO CGJ nº 217/2023](#) - Avisa que os magistrados plantonistas deverão, nas decisões referentes à internação de adolescentes, indicar se houve o preenchimento

do formulário do Sistema de Identificação e Informação do Adolescente (SIIAD) a que faz menção o artigo 8º da Resolução Conjunta SEEDUC/TJ/2ª VP nº 1550/2021 e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO CONJUNTO 2ªVP/CGJ nº 01/2021](#) - Dispõe sobre a obtenção de acesso ao Sistema de Informações e Identificação de Adolescentes (SIIAD) e o respectivo procedimento.

[\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO TJ nº 134/2019](#) - Institui a Subcomissão para promoção das Medidas Socioeducativas (CODUC), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em assessoria e auxílio à Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CEVIJ).

[\(índice\)](#)

### Sistema INFOJUD

[AVISO CGJ nº 838/2021](#) - Comunica a implementação de integração de sistemas, pela qual o Poder Judiciário passa a ter acesso às informações da Decred (Declaração de Cartões de Crédito) por meio do Infojud (Informações ao Judiciário).

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ nº 32/2012](#) - Avisa aos Magistrados que o CNJ nos autos que menciona recomendou a estes que antes de determinar a citação por edital, tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meio dos convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, como o INFOJUD e o INFOSEG, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ N. 26, DE 15/02/2012](#) - Avisa aos Magistrados e servidores usuários do sistema INFOJUD da assinatura de termo aditivo ao Convenio INFOJUD entre o CNJ e a Secretaria da Receita Federal do Brasil para solicitação de informações da Receita Federal, a critério de cada Magistrado, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

### Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI)

[PROVIMENTO CGJ Nº 45/2017](#) - Institui e regulamenta a implantação do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) no Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

### Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU

AVISO CGJ nº 63/2021 - Avisa sobre a dispensa da obrigatoriedade de realizar consulta ao SEEU, enquanto requisito para o cumprimento de alvarás de soltura, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ nº 663/2020 - Avisa aos Encarregados pelas Centrais de Cumprimento de Mandados, Responsáveis Administrativos dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, seus substitutos, Oficiais de Justiça Avaliadores e demais servidores sobre a obrigatoriedade de utilização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU).  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ nº. 10/ 2020 - Dispõe sobre a implantação e utilização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ nº 1/ 2020 - Dispõe sobre a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

### Sistema Eletrônico de Informações – SEI

ATO NORMATIVO TJ n.º 19/ 2020 - Institui e implantar o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro -SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.  
(índice)

ORDEM DE SERVIÇO DGFEX nº 07 /2020 - Resolve que os Núcleos Regionais deverão utilizar, apenas, o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) para tramitação dos processos administrativos relativos à matéria extrajudicial.  
(índice)

### Processo Administrativo Eletrônico –SEI

AVISO CGJ 119/2023 - Avisa aos servidores lotados na Corregedoria Geral da Justiça e nos Núcleos Regionais sobre o procedimento de lançamento no Sistema dos Processos Eletrônicos (SEI), com os assuntos padronizados no MAN-DGAPO-009

(índice)

AVISO CGJ nº 819 / 2021 - Avisa a obrigatoriedade de se aplicar a modalidade "restrito" nos documentos e/ ou nos processos administrativos SEI nos casos abaixo.

(índice)

AVISO CGJ nº 575 / 2020 - Avisa que os expedientes relativos a processo eletrônico administrativo SEI já existente deverão ser protocolizados vinculados ao mesmo processo em referência e não distribuídos como novo processo eletrônico e dá outras providências.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 31/2019 - Dispõe sobre a implantação, no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, do processo administrativo eletrônico, operacionalizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), e dá outras providências.

(índice)

#### Sistema Estadual de Identificação – Módulo FAC-WEB

AVISO CGJ nº 661/2020 - Avisa sobre a obrigatoriedade de realizar a comunicação de resultado de processos criminais através do Sistema Estadual de Identificação - módulo FAC-WEB e dá outras providências.

(índice)

#### Sistema Estadual de Identificação – SEI

ATO NORMATIVO CONJUNTO 2ªVP/CGJ nº 02/2021 - Dispõe sobre a obtenção de acesso ao cadastro criminal do Sistema Estadual de Identificação - SEI, para a consulta e emissão de folha de antecedentes criminais (FAC) e seu respectivo procedimento.

(índice)

#### Sistema Informatizado PJe Cor

AVISO CGJ Nº 320/2023 - Altera o fluxo dos procedimentos administrativos em tramitação pelo sistema de informática - PJeCor - de Correição Ordinária para que haja a fiscalização de retorno pelos Núcleos Regionais disciplinados pelo Aviso CGJ nº 24/2022.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 13/ 2022 - Disciplina a expansão da Implantação, nas competências criminal e família, do sistema Processo Judicial

Eletrônico - PJe, nas unidades judiciais elencadas no presente ato e dá outras providências.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 41/2020](#) - Implanta o sistema informatizado PJe Cor no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça e disciplina sua utilização.  
([índice](#))

### Sistema INFOSEG

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 06/ 2022](#) - Dispõe sobre o procedimento de cadastramento de acesso ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública - SINESP INFOSEG.  
([índice](#))

[AVISO TJ nº 32/2012](#) - Avisa aos Magistrados que o CNJ nos autos que menciona recomendou a estes que antes de determinar a citação por edital, tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meio dos convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, como o INFOJUD e o INFOSEG, e dá outras providências.  
([índice](#))

### Sistema Laudo – WEB

[AVISO CGJ nº 830/2021](#) - Avisa sobre a concessão de acesso para magistrados e servidores ao sistema LAUDO/WEB e dá outras providências.  
([índice](#))

### Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 33/ 2019](#) - Disciplina o cadastramento dos Juízes de Direito e aos Chefes de Serventia no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO TJ nº 82/ 2019](#) - Avisa aos Senhores Magistrados com competência na matéria Infância e Juventude acerca da implantação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

### Sistema RENAJUD

[Aviso CGJ nº 329/2023](#) - Comunica a nova versão do RENAJUD, na plataforma digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br), via marketplace.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 05/ 2022](#) - Disponibiliza para os órgãos jurisdicionais do Tribunal de Justiça o acesso ao Sistema de Restrição Judicial de Veículos Automotores - RENAJUD.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 62/2017](#) - Avisa que a efetivação de inclusões e retiradas de restrições judiciais em veículos automotores, bem como a obtenção de dados dos veículos deverão ser realizadas exclusivamente através do Sistema RENAJUD.  
([índice](#))

[ATO CGJ SN6/2017](#) - Dispõe sobre obtenção de dados de veículos automotores por meio de consulta ao RENAJUD - Decisão.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 31/2013](#) - Disponibiliza para os órgãos jurisdicionais do Tribunal de Justiça, o acesso ao Sistema de Restrição Judicial de Veículos Automotores - RENAJUD, ferramenta eletrônica que interliga o Poder Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN com o fim de possibilitar consultas e o envio, em tempo real, de ordens judiciais eletrônicas de inserção e de retirada de restrição de veículos automotores na Base Índice Nacional (BIN) do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAAM.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 78, DE 29/10/2009](#) - Resolve disponibilizar para os Órgãos jurisdicionais do Tribunal de Justiça, o acesso ao Sistema de Restrição Judicial de Veículos Automotores - RENAJUD, com o fim de possibilitar consultas e o envio, em tempo real, de ordens judiciais eletrônicas de inserção e retirada de restrição de veículos automotores na Base Índice Nacional (BIN) do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAAM, e da outras providências.  
([índice](#))

[AVISO TJ N. 64, DE 07/07/2010](#) - Avisa aos Magistrados que, encontram-se os mesmos cadastrados no sistema INFOJUD, o qual permite o acesso aos bancos de dados cadastrais e econômico-fiscais da Receita Federal do Brasil e a consulta ao referido sistema se dará através de certificado digital na internet.  
([índice](#))

## Sistema Serasajud

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 10/ 2022](#) - Dispõe sobre a obtenção de acesso, via WEB, para os magistrados e servidores, ao sistema eletrônico intitulado

"SERASAJUD", a fim de possibilitar a realização de consultas de endereços e inclusões de anotações de dívidas processuais (art. 782, §3º do CPC) nas bases de dados da SERASA, além de ser a única ferramenta disponível para envio de ordens judiciais em geral, e acesso às respectivas respostas da SERASA, na forma do Termo de Adesão celebrado.

[\(índice\)](#)

### Sistema SIIAD

[AVISO CGJ 444/2022](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de serventia, servidores e demais interessados sobre a disponibilização de roteiro de acesso e utilização do sistema SIIAD no sítio eletrônico do Plantão Judiciário.

[\(índice\)](#)

### Sistema SISBAJUD

[AVISO TJ nº 51/2023](#) - Avisa sobre ajustes realizados pela equipe técnica do Sisbajud no módulo de reiteração de ordem, conhecido como "Teimosinha".

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ nº 33/ 2021](#) - Avisa aos Senhores (as) Magistrados (as), Chefes de Serventias, Defensoria Pública, Advogados e Serventuários da Justiça que atuam nas serventias judiciais que resolve alterar a parte final do art. 7º do Aviso 44/2020, uma vez que eventuais ordens de bloqueios ou desbloqueios em conta corrente de devedores são encaminhadas via sistema Sisbajud em substituição ao sistema Bacenjud.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ/CGJ nº 22/2020](#) - Avisa sobre a implantação do SISBAJUD, em substituição ao sistema BACENJUD, a partir de 08/09/2020.

[\(índice\)](#)

### Sistema SPCJUD

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 15/ 2022](#) - Dispõe sobre a disponibilização de acesso ao Sistema SPCJUD, para os Magistrados e Servidores, que possibilitará consulta cadastral, consulta de inadimplência nas bases SPC e parceria, inclusão de inadimplência (artigo 782, § 3º CPC) e exclusão das inadimplências, na forma da celebração do Acordo de Cooperação firmado entre este TJERJ e o SPC Brasil.

[\(índice\)](#)

### Súmula de Jurisprudência Predominante



SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE N. SN1, de 26/02/2010 - Súmula da Jurisprudência Predominante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Republicada. In: DJERJ, ADM, de 21/10/2010, p. 5. (índice)

SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE N. SN1, de 26/02/2008 - Súmula da Jurisprudência Predominante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Republicada (atualizada) no DJERJ de 16/09/2010, Caderno ADM, p. 10. (índice)

SUMULA DA JURISPRUDENCIA PREDOMINANTE N. SN1, DE 26/02/2008 - Súmula da Jurisprudência Predominante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. (índice)

### Súmulas do Tribunal de Justiça

SÚMULA 270/2011 - O prazo do art. 523, do CPC, conta-se da ciência do advogado do executado acerca do demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, apresentado pelo credor em execução definitiva. (índice)

SÚMULA TJ N.247/2011 - A multa do artigo 1021 § 4º., do CPC, não exclui a sanção por litigância de má-fé. (índice)

SÚMULA TJ N.238/2011 - Consideram-se protelatórios embargos de declaração opostos sem o recolhimento da multa prevista no art. 1021, § 4º, do CPC. (índice)

SÚMULA TJ N. 166/2011 - A intimação pessoal, de que trata o art. 485, § 1º., do CPC, pode ser realizada sob a forma postal. (índice)

SÚMULA TJ N. 165/2011 - A pena de litigância de má-fé pode ser decretada, de ofício, nas decisões monocráticas proferidas com base no art. 932, III e IV, do CPC, observado o disposto nos seus arts. 9º. e 10. (índice)

SÚMULA TJ N. 67/2004 - A cobrança antecipada do valor residual (VRG) pelo arrendador, não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil (LEASING), podendo, para a solução do litígio, ser utilizada tanto a ação reintegratória específica com possível liminar, como a ação ordinária, com eventual antecipação de tutela, se preenchidos os requisitos da tutela provisória. (índice)

SÚMULA TJ N. 41/2002 - Quando vencido, o beneficiário da Justiça gratuita deve ser condenado nos encargos sucumbenciais, na forma do art. 98, §2º. do CPC de 2015.

(índice)

### Tabela de Fiança

AVISO TJ N. 61, DE 13/07/2011 - Divulga a tabela de fiança, corrigida pela BTN de julho de 2011.

(índice)

AVISO TJ N. 53, DE 14/06/2011 - Divulga a tabela de fiança, corrigida pela BTN de junho de 2011.

(índice)

AVISO TJ N. 43, DE 23/05/2011 - Divulga a tabela de fiança, corrigida pela BTN de abril de 2011.

(índice)

AVISO TJ Nº 31, DE 11/04/2011 - Divulga a tabela de fiança, corrigida pela BTN de abril de 2011.

(índice)

### Tabelamento – Impedimento, Suspeição e Faltas

RESOLUÇÃO TJ / OE / RJ Nº 25/2013 - Altera o tabelamento nas Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias para as substituições nos casos de impedimento, suspeição e faltas ocasionais, e dá outras providências.

(índice)

### Tabelas Judiciais

PORTARIA CGJ Nº 1.946 / 2022 - Resolve aprovar as Tabelas Judiciais (Tabelas 01, 02 e 03), a Tabela de Despesas de Processamento Eletrônico (Tabela 04) e a Tabela de Despesas no Âmbito Administrativo (Tabela 05), bem como seus ANEXOS I ao V e o Manual de Orientação ao Usuário, com efeito a partir do dia 05 de janeiro de 2023.

(índice)

PORTARIA CGJ Nº 1.945 / 2022 - Resolve aprovar as Tabelas Judiciais (Tabelas 01, 02 e 03), a Tabela de Despesas de Processamento Eletrônico (Tabela 04) e a Tabela de Despesas no Âmbito Administrativo (Tabela 05), bem como seus ANEXOS I ao V e o Manual de Orientação ao Usuário, com efeito do dia 01 de janeiro de 2023 até o dia 04 de janeiro de 2023.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 226 / 2022 - Resolve aprovar as Tabelas Judiciais (Tabelas 01, 02 e 03), a Tabela de Despesas de Processamento Eletrônico (Tabela 04) e a Tabela de Despesas no Âmbito Administrativo (Tabela 05), bem como seus Anexos I ao V e o Manual de Orientação ao Usuário, com efeito a partir do dia 09 de março de 2022.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 1.872 / 2021 - Resolve aprovar as Tabelas Judiciais (Tabelas 01, 02 e 03), a Tabela de Despesas de Processamento Eletrônico (Tabela 04) e a Tabela de Despesas no Âmbito Administrativo (Tabela 05), bem como seus Anexos I ao V e o Manual de Orientação ao Usuário, com efeito a partir do dia 01 de janeiro de 2022.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 1.807 / 2020 - Resolve aprovar as Tabelas Judiciais, a Tabela de Despesas de Processamento Eletrônico e a Tabela de Despesas no Âmbito Administrativo que acompanham a presente Portaria com efeito a partir do dia 01 de janeiro de 2021.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 2.882 / 2019 - Resolve aprovar as Tabelas Judiciais, a Tabela de Despesas de Processamento Eletrônico e a Tabela de Despesas no Âmbito Administrativo que acompanham a presente Portaria com efeito a partir do dia 01 de janeiro de 2020.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 2.357 / 2018 - Resolve aprovar as tabelas judiciais, bem como a Tabela de Despesas de Processamento Eletrônico e a Tabela de Despesas no Âmbito Administrativo, que acompanham a presente Portaria, com efeito a partir do dia 01 de janeiro de 2019.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 3209 / 2017 - Resolve aprovar as tabelas judiciais (Tabelas 01, 02 e 03), bem como a Tabela de Despesas de Processamento Eletrônico (Tabela 04) e a Tabela de Despesas no Âmbito Administrativo (Tabela 05), que acompanham a presente Portaria, com efeito a partir do dia 01 de janeiro de 2018.  
(índice)

PORTARIA CGJ N.º 2.683 / 2016 - Aprova as tabelas judiciais, bem como a Tabela de Despesas de Processamento Eletrônico e a Tabela de Despesas no Âmbito Administrativo.  
(índice)

PORTARIA CGJ N.º 4.592 / 2015 - Resolve aprovar as tabelas judiciais que acompanham a presente Portaria com efeito a partir do dia 01 de janeiro de 2016.  
(índice)

PORTARIA CGJ N.º 16/ 2013 - Resolve aprovar as tabelas judiciais que acompanham a presente Portaria, com efeito a partir do dia 21 de março de 2013, incorporando a Lei Estadual n.º 3.350, de 29 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 6.369, de 20 de dezembro de 2012.  
(índice)

PORTARIA N.º 68 / 2012 - Resolve aprovar as tabelas judiciais que acompanham a presente portaria, com efeito a partir do dia 1º de janeiro de 2013, incorporando a Lei Estadual nº 3350 de 29 de dezembro de 1999.  
(índice)

PORTARIA CGJ N. 83, DE 22/12/2010 - Resolve aprovar as tabelas judiciais que acompanham a presente portaria, com efeito a partir do dia 1. de janeiro de 2011, incorporando a Lei Estadual n. 3.350, de 29 de dezembro de 1999.  
(índice)

PORTARIA CGJ N. 218, DE 29/12/2009 - Resolve aprovar as tabelas judiciais que acompanham a presente portaria, com efeito a partir do dia 1. de janeiro de 2010, incorporando a Lei Estadual n. 3350 de 29 de dezembro de 1999.  
(índice)

### Tabelas Processuais Unificadas – TPU

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 05/2023 - Resolvem que constituem a base fundamental dos critérios de coleta de dados estatísticos as Tabelas Processuais Unificadas (TPU), por meio das quais foram definidas as classes, os assuntos, os movimentos e os documentos processuais, criadas pela Resolução CNJ nº 46/2007 e implantadas nesse Tribunal de Justiça pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 03/2008.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 01/2011 - Avisam que é indispensável, desde o primeiro manuseio dos autos, a fiscalização pelo Magistrado da correta classificação por classes e assuntos dos processos e procedimentos judiciais efetivados pelo seu respectivo cartório e pelos Serviços de Distribuição, de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, e dá outras providências.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 03/2008 - Implanta as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências.  
(índice)

## Testamenteiro e Tutor Judicial

AVISO nº 25/2023 - Avisa que os servidores na condição de Testamenteiros e Curadores Judiciais da Central de Curadoria Judicial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro exercerão todas as atribuições inerentes às funções de Testamenteiro e Curador Judicial.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 401/2021 - Avisa que os servidores mencionados, na condição de Testamenteiros e Tutores Judiciais da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, exercerão todas as atribuições inerentes à função do Testamenteiro e Tutor Judicial.  
(índice)

AVISO CGJ 923 / 2020 - Avisa sobre a vedação definitiva de novas nomeações de tutor judicial e de testamenteiro judicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 50, DE 24/08/2010 - Altera o art. 1. do Provimento CGJ n. 20/2007.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 20, DE 12/04/2010 - Resolve alterar o artigo 1. do Provimento CGJ n. 16/2010.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 16, DE 31/03/2010 - Altera o Provimento CGJ n. 68/2009.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 68, DE 21/09/2009 - Resolve sobre a organização e unificação das tarefas realizadas pelo Testamenteiro e Tutor Judicial, através da implementação das rotinas que especifica.  
(índice)

## Taxa Judiciária

AVISO CGJ Nº 389/2022 - Comunica que a isenção de custas nos procedimentos de Exceção de Pré-Executividade e Embargos em Ação Monitória não abrange a taxa judiciária.

[\(índice\)](#)

[PORTARIA CGJ Nº 278/2022](#) - Modifica a redação atual do parágrafo terceiro, do artigo primeiro, da Portaria CGJ nº 1863/2021.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 883/2016](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que, diante da nova redação do artigo 138 do Código Tributário Estadual, em caso de eventual necessidade de complementação do valor devido a título de taxa judiciária, apurada quando da certificação das custas iniciais na fase cognitiva, a parte autora deverá ser intimada para recolhimento imediato da diferença, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 882/2016](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que, na ação de execução de cotas condominiais, a taxa judiciária deverá incidir, inicialmente, apenas sobre as prestações vencidas, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 881/2016](#) - Avisa aos Senhores Magistrados, Escrivães, Responsáveis pelo Expediente, Serventuários, Advogados e demais interessados que, na ação de adjudicação compulsória que tiver por objeto apenas parte ou parcela do bem imóvel, a taxa judiciária incidirá tão somente sobre a parte ou parcela em questão, sem qualquer interferência do valor dado à causa, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

### Transformação do Agravo de Instrumento em Agravo Retido

[AVISO CGJ N. 459, DE 06/06/2011](#) - Avisa aos Titulares das Serventias das Varas Cíveis, de Fazenda Pública, de Família, de Órfãos e Sucessões, de Registros Públicos e Empresariais da Comarca da Capital (incluindo os Fóruns Regionais) que os agravos de instrumento baixados ao 1. Grau de Jurisdição que tiverem sido definitivamente julgados, poderão ser encaminhados a DIPEA, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO TJ Nº. 2923/2008](#) - Resolve que, quando se tratar de transformação do Agravo de Instrumento em Agravo Retido, as Secretarias dos Órgãos Julgadores remeter aos respectivos autos ao Juízo da causa, onde serão apensados aos principais, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

### Tribunal do Júri

ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 32 / 2019 - Dispõe sobre a adoção de procedimentos voltados à otimização dos julgamentos das ações penais relacionadas a crimes dolosos contra a vida pelos Tribunais do Júri.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 35/2013 - Avisam aos Magistrados titulares e/ou em exercício nas Varas Criminais com competência do Tribunal do Júri, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, serventuários, advogados, partes e usuários em geral, que deverão adotar providências de forma a permitir que sejam realizadas sessões de Júri nas datas mencionadas.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ nº 2757/2012 - Resolve que todos os Juízos do Estado do Rio de Janeiro, com competência para julgar crimes afeitos ao Tribunal do Júri, decorrentes de violência doméstica contra a mulher, deverão determinar que suas serventias cadastrem o assunto complementar nº 10949, no sistema DCP, visando à priorização de seus julgamentos e a melhor extração de dados estatísticos.  
(índice)

#### Validação e autenticação de documentos e assinaturas eletrônicas

AVISO CGJ Nº 94/2021 - Avisa que os Mandados e Alvarás Judiciais emitidos nos sistemas informatizados deste Tribunal de Justiça, cujo objeto seja o levantamento de numerário, bem como os Mandados de Prisão deverão ter seus documentos e respectivas assinaturas eletrônicas validados e autenticados, sob pena de responsabilidade funcional.  
(índice)

#### Vara Cível

AVISO CGJ Nº 1379/2018 - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventia e seus Substitutos, Encarregados, Serventuários e demais interessados que as Varas com competência cível podem enviar mandado de citação acompanhado de senha provisória, para acesso à petição inicial e demais documentos a ela anexados.  
(índice)

AVISO TJ Nº 26/2018 - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis e aos Juízos com competência em matéria fazendária e cível, que o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas mencionado deixou de preencher o pressuposto negativo previsto no art. 976, § 4º do CPC/2015.  
(índice)

AVISO TJ Nº 52/2018 - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis, bem como dos Juízos com competência em matéria fazendária e cível que foi determinada a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos que tramitam neste Tribunal, relacionados a pedido de pensão por morte de militar falecido após a EC 41/2003, seja em 1ª ou 2ª instância. [\(índice\)](#)

AVISO TJ Nº 65/2017 - Avisa aos magistrados, escrivães, responsáveis pelo expediente, secretários de juízes e demais servidores em atuação nas serventias de 1ª Grau com competência Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, que torna-se sem efeito o Aviso n. 80/2015, devendo a partir de então, admitir-se, no sistema de Audiências de Custódia, o recebimento dos Autos de Prisão em Flagrante que tenham como objeto a apuração da prática de crimes relacionados à violência de gênero, a fim de que seja resguardado ao indiciado a realização da audiência de custódia. [\(índice\)](#)

AVISO TJ N. 24, DE 24/02/2012 - Avisa aos Juízes de Direito com competência Cível e fazendária, incluindo os Juizados Especiais Cíveis, que a partir de 01/03/2012 as penhoras realizadas em desfavor da CEDAE devem ser efetuadas, preferencialmente, na conta corrente do Banco Bradesco que especifica. [\(índice\)](#)

## Vara Criminal

ATO TJ SN8/2018 - Dispõe sobre aprovação do fluxo automatizado processual das Varas Criminais - Decisão. [\(índice\)](#)

AVISO CONJUNTOTJ/CGJ Nº 11/2018 - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Magistrados das Varas com competência Criminal e de Família do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) da obrigatoriedade da validação e confirmação dos mandados de prisão expedidos pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro a fim de encaminhar os mesmos ao sistema do Banco de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0. [\(índice\)](#)

AVISO CGJ Nº 194/2018 - Recomenda aos Juízos de Direito, com competência em matéria criminal, a atualização dos endereços dos réus para fins de correta inserção dos dados na Carta de Execução de Sentença Penal, quando for expedida. [\(índice\)](#)



[AVISO CGJ Nº 2026 / 2015](#) - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Magistrados e Ilustríssimos Senhores Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos das Varas com atribuição em matéria criminal sobre a alteração relativa aos mandados de prisão expedidos com caráter restrito a partir do dia 02/12/2015 e dá outras providências.  
(índice)

[AVISO CGJ Nº 1073 /2015](#) - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventias/Substitutos das Serventias com competência criminal, de todo Estado do Rio de Janeiro, que as decisões cujo tipo seja sobre "conversão de prisão em flagrante em prisão preventiva" deverão ser inseridas no DCP, com preenchimento do segundo Parâmetro do Texto 1271, conforme Manual do Usuário disponibilizado na intranet.  
(índice)

[AVISO CGJ Nº 283/2015](#) - Avisa aos Magistrados e Serventias Judiciais com competência criminal em todo o Estado, que seja observado o disposto no art.63 da Lei 11.343/06 quanto ao perdimento de bens e valores advindos dos crimes tipificados na citada lei e que, em caso de decisão judicial neste sentido, o recolhimento dos valores seja feito em favor do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), através das orientações constantes do Portal do Ministério da Justiça, [www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br) pelo caminho Políticas sobre drogas - Fundo nacional Antidrogas - Recolhimento.  
(índice)

[AVISO TJ nº 57/2014](#) - Avisa aos Juízes de Direito em exercício nas Varas Criminais da Comarca da Capital que os Delegados de Polícia, deverão ser encaminhados à sala 911-A onde aguardarão, de forma reservada, o início das audiências.  
(índice)

[AVISO CGJ Nº 22/2014](#) - Avisa aos Juízes de Direito, Chefes de Serventia, Substitutos e demais servidores lotados em serventias com competência em matéria criminal sobre a necessidade de estrita observância dos termos da Resolução CNJ nº 66/2009, e dá outras providências.  
(índice)

[AVISO TJ 38/2013](#) - Avisa aos Magistrados com competência criminal que o Conselho Nacional de Justiça disponibilizou em seu sítio eletrônico ferramenta denominada "Calculadora de Prescrição da Pretensão Executória", acessível no endereço que menciona.  
(índice)

[AVISO Nº 733/2012](#) - Avisa aos Magistrados, Titulares de Cartório e Responsáveis pelo Expediente de serventias com competência Criminal e de Família que, na hipótese do alvará de soltura restar prejudicado, deverá ser verificado se a restrição procede ou não, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO TJ Nº 54 /2012 - Avisa aos Magistrados das Varas Criminais que deverão observar o Aviso TJ nº 38/2010, encaminhando ao ICCE os ofícios de solicitação de perícias de áudio e vídeo, e solicita que os mesmos se abstenham de remeter à Presidência do Tribunal pedidos de celebração de convênio com entidades privadas para a realização das referidas perícias.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 750, DE 17/03/2010 - Avisa as Varas com competência criminal que o código constante no Aviso CGJ n. 209/2005, destinado ao recolhimento de valores devidos ao FUNPEN, deverá ser substituído pelo novo código que menciona.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 241, DE 20/04/2010 - Avisa as serventias com atribuição criminal, que as intimações de qualquer natureza, de acusados que se encontram custodiados, deverão ocorrer obrigatoriamente no local de acautelamento do preso, mediante expedição do respectivo mandado, e da outras providências.  
([índice](#))

#### Audiência de Custódia

ATO EXECUTIVO CONJUNTO Nº 03/2019 - Disciplina a realização das audiências de custódia na hipótese de prisão em flagrante delito, por crimes militares assim definidos em lei, de policiais militares e bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 31/2018 - Dispõe sobre recomendação aos Juízes Criminais para realizarem, a seu critério e no âmbito de suas competências, audiência de custódia de réu preso, após alta médica hospitalar.  
([índice](#))

#### Audiência por videoconferência

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/2ª VP 17/2022 - Altera os procedimentos para realização e agendamento de audiências por videoconferência em processos criminais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

#### Central de Assessoramento Criminal

AVISO CGJ nº 833/2021 - Avisa aos Senhores Magistrados e Servidores, com competência criminal, sobre a devolução dos processos em trâmite na Central de Assessoramento Criminal aos juízos de origem, após o término da instrução.  
([índice](#))

## Centro Especializado de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais

AVISO TJ Nº 134/2021 - Avisa aos magistrados com competência criminal que foi publicado o Ato Executivo TJ nº 162/2021, objetivando em caso necessário o encaminhamento das vítimas para o Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, na forma da Resolução nº 386/2021 do CNJ.  
(índice)

### Classe/Assunto

Aviso CGJ nº 1406/2018 - Dispõe sobre orientação aos Juízes Criminais sobre a importância na identificação do ilícito de feminicídio e solicitar o recadastramento no sistema (classe/assunto).  
(índice)

### Controle de Prazo Prescricional

AVISO CGJ N. 216, DE 09/04/2010 – Avisa aos órgãos jurisdicionais com competência criminal, em especial as varas criminais, que façam constar dos autos ou do sistema informatizado DCP, as informações para o controle do prazo de prescrição que menciona.  
(índice)

AVISO CGJ N. 211, DE 31/03/2010 - Avisa aos Juízes de Direito com competência criminal sobre a necessidade de cumprir o determinado na Instrução Normativa n. 1/2010 da Corregedoria Nacional de Justiça e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 145, de 02/03/2010 - Avisa as Varas com competência criminal de todo o Estado que deverão promover a alimentação do sistema de Distribuição e Controle de Processos (DCP - Projeto Comarca), quanto ao cadastramento de prisões provisórias, e da outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ N. 985, DE 23/11/2009 - Avisa que é necessário que os Juízos com competência criminal, ao expedirem ofícios ao Tribunal Regional Eleitoral, informando sobre a existência de condenação transitada em julgado, façam constar do corpo do ofício os dados que menciona.  
(índice)

AVISO CGJ N. 982, DE 30/11/2009 - Avisa aos Juizes de Direito com competência criminal que e obrigatória a observância da integra dos termos da Resolução CNJ n. 96, de 27 de outubro de 2009, e que deverão encaminhar a Corregedoria relatório circunstanciado contendo as informações que menciona.  
(índice)

### Defensor Público

AVISO CGJ N. 167, DE 06/02/2012 - Avisa aos Magistrados, Titulares/Responsáveis pelo expediente e Oficiais de Justiça Avaliadores de competência criminal que, na hipótese de o réu preso, apresentado para citação/notificação, optar por ser assistido pela Defensoria Pública, deveser encaminhado imediatamente ao Defensor Público em exercício no Juízo. Retificado no DJERJ, ADM, de 15/02/2012, p. 27.  
(índice)

### Digitalização e Virtualização de Processos

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 21/ 2020 - Avisa sobre a digitalização e virtualização dos processos físicos em trâmite nas Varas Criminais da Comarca da Capital e dá outras providências.  
(índice)

### Incidentes de Insanidade Mental e Dependência Toxicológica

AVISO CGJ Nº 660/2020 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos de Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais e de Violência Doméstica e Familiar de todo Estado sobre a alteração no procedimento de encaminhamento de Incidentes de Insanidade Mental e de Dependência Toxicológica ao Instituto de Perícias Heitor Carrilho - IPHH e do recebimento de laudos dos exames periciais.  
(índice)

### Intimação

AVISO CGJ N. 206, DE 31/03/2010 - Avisa as serventias com atribuição criminal, que as intimações de qualquer natureza, de acusados que se encontram custodiados, deverão ocorrer obrigatoriamente no local de acautelamento do preso, mediante expedição do respectivo mandado, e da outras providências.  
(índice)

### Mandado de Prisão

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 05/2018 - Disciplina a obrigatoriedade aos Magistrados das Varas com competência Criminal e de Família do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para validarem e confirmarem os mandados de prisão expedidos, constantes no sistema da Polinter até 27 de janeiro de 2018, a fim de integrá-los ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0.  
([índice](#))

### Ofício de Revogação de Prisão – POLINTER

AVISO CGJ N. 492, DE 05/07/2010 - Avisa às Varas com competência criminal que a comunicação da revogação de prisão a POLINTER deveria ser efetuada através de ofício, em duas vias para a unidade, constando o n. do processo, o nome do reu/indiciado e a razão de não ser mais necessário o cumprimento do mandado de prisão, e dá outras providências.  
([índice](#))

RESOLUCAO TJ/OE N. 21, DE 22/06/2010 - Fixa a competência dos órgãos jurisdicionais competentes para a apreciação dos feitos relativos a Infância e Juventude no Estado do Rio de Janeiro e da outras providências.  
([índice](#))

### Processo Eletrônico

PARECER TJ SN1/2018 - Dispõe sobre proposta de modificação e implantação do sistema de processo eletrônico nas Varas Criminais com simplificação e automatização das rotinas de trabalho - Parecer.  
([índice](#))

### Registro dos Depoimentos

RESOLUÇÃO TJ / OE / RJ Nº 16/2013 - Altera e consolida a Resolução TJ/OE nº 14/2010 e dispõe sobre a regulamentação do registro dos depoimentos das partes, do investigado, indiciado, autor do fato, ofendido e testemunhas, pelos meios ou recursos de gravação digital audiovisual no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

### Réu Preso

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ/ 2VP nº 02/ 2022 - Revoga o Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ/2VP nº 02/2021, cujo regramento alterou a limitação quantitativa para requisição diária de réus presos e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO 2ªVP nº 04/2022 - Avisa aos juízes criminais que deverão, no prazo de cinco dias úteis a contar da publicação deste, apresentar listagem das audiências não realizadas, em razão da não apresentação dos presos, apesar de devidamente requisitados, nos meses de fevereiro e março do corrente ano.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ nº 17/2021 - Disciplina a realização da Audiência de Custódia no âmbito do TJ/RJ para toda a pessoa presa.  
(índice)

AVISO 2VP nº 03/2021 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, na requisição de réus presos junto ao GSE/SOE/SEAP para participação de audiências presenciais, deverão ser estritamente observadas as rotas e dias, por comarcas, previamente estabelecidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em conjunto com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP/RJ).  
(índice)

### Sentença

AVISO CGJ 388/2020 - Avisam aos Magistrados, Chefes de serventia e Substitutos das unidades judiciais de 1ª instância, com competência criminal que deverão comunicar a sentença penal condenatória ao Coordenador da Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP, por meio do ofício de "Comunicação de Resultado de Processo para Transferência de Regime Prisional" (andamento 52, texto1523), para que seja providenciada a transferência do condenado para o estabelecimento prisional compatível com o regime fixado no dispositivo, sendo desnecessário o envio da sentença.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 942/2019 - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventias e Serventuários da Justiça com atribuição em matéria criminal que deverão comunicar a decisão ou a prolação de sentença penal, após a preclusão ou o trânsito em julgado, aos órgãos mencionados.  
(índice)

### Sequestro de Bens

AVISO TJ nº 01/2021 - Avisa aos Magistrados que atuam na área criminal deste Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro que faz publicar, no DJERJ, a íntegra da Resolução n.º 356 do Conselho Nacional de Justiça, de 27 de novembro de 2020, que versa sobre os procedimentos a serem aplicados na alienação antecipada de bens apreendidos, sequestrados ou arrestados em procedimentos criminais e dá outras providências.  
(índice)

## Sistema de Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas

AVISO TJ/CGJ n.º 29/2018 - Avisam aos Magistrados, Chefes de Serventia e demais Serventuários, que detenham atribuição em matéria criminal, nas Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais e Juizados Especiais da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher que, como forma de efetiva implementação do Sistema de Monitoramento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas previsto no artigo 21 da Resolução TJ/OE n.º 39/2010, deverão alimentar o menu "Penas e Medidas da Parte e Cadastro de Prisões Provisórias" do Sistema de Distribuição e Controle de Processos - DCP, sempre que houver determinação para cumprimento de penas restritivas de direito e medidas alternativas a prisão, na exata dicção do artigo 44 do Código Penal Brasileiro.

(índice)

## Sistema FAC-WEB

AVISO CGJ nº 661/2020 - Avisa sobre a obrigatoriedade de realizar a comunicação de resultado de processos criminais através do Sistema Estadual de Identificação - módulo FAC-WEB e dá outras providências.

(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ N. 2, DE 23/02/2012 - Resolvem disponibilizar para os órgãos jurisdicionais de 1. instância, com competência em matéria criminal e violência doméstica e familiar contra a mulher, o acesso ao sistema FAC-WEB, para consulta criminal, requisição e emissão de Folhas de Antecedentes Criminais (FAC), e comunicação de resultados de processos ao IFP, tudo de forma online, e dá outras providências.

(índice)

## Vara de Dívida Ativa

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 21/2017 - Avisam aos Desembargadores, Juízes de Direito com atribuição em Dívida Ativa, Membros do Ministério Público, representantes da Defensoria Pública, Advogados, Chefes de Serventias Judiciais que detenham a referida atribuição e seus respectivos Substitutos que os depósitos judiciais de valores referentes a tributos federais relacionados a processos no exercício da competência delegada deverão ser efetuados exclusivamente junto à Caixa Econômica Federal, na exata dicção da Lei n. 9.703/1998, Decreto n. 2.850/1998, Decreto n. 2.924/1999 e da Instrução Normativa SRF n. 141/1998, devendo, outrossim, ser providenciada a transferência à referida instituição financeira dos depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos federais, realizados em outras instituições, de acordo com o que dispõe o artigo 2º da Lei Federal n.

12.099/2009.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO nº 271/2017](#) - Institui a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODIV) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

[PROVIMENTO Nº 28/2012](#) - Resolve desmembrar, para fins cadastrais e de sistema informatizado, as competências fazenda pública e dívida ativa.  
([índice](#))

### Vara de Execuções Penais

[AVISO CGJ Nº 155 /2021](#) - Avisa que os e-mails destinados à Vara de Execuções Penais (VEP) devem ser encaminhados exclusivamente à [veprj@tjrj.jus.br](mailto:veprj@tjrj.jus.br).  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ nº 40/2020](#) - Disciplina a requisição de presos à SEAP, para participação de audiência em meio virtual, pela Vara de Execuções Penais e pelas serventias com atribuição em matéria criminal, violência doméstica e familiar contra mulher e de família.  
([índice](#))

[AVISO TJ nº 57/2016](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade da imediata comunicação ao juízo da execução penal da decisão do Tribunal que modificar a sentença predecessora, conforme a nova redação do Art. 1º da Resolução CNJ nº 113/2010.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 1440 / 2016](#) - Dispõe sobre o envio dos documentos referentes às penas privativas de liberdade, medidas de segurança e livramento condicional, inclusive os aditamentos a CES Eletrônica, à Vara de Execuções Penais (VEP) obrigatoriamente por meio de Malote Digital.  
([índice](#))

[ATO CGJ SN36/2016](#) - Dispõe sobre aditamentos a CES Eletrônica, os quais deverão ser enviados à Vara de Execuções Penais (VEP) obrigatoriamente por meio de malote digital - Decisão.  
([índice](#))



RESOLUCAO TJ/OE N. 19, DE 22/06/2010 - Resolve reorganizar os serviços de processamento das execuções penais a fim de adequá-los as modificações ocorridas na Estrutura da Administração Penitenciária.  
(índice)

### Agente Penitenciário

ATO SN53/2019 - Dispõe sobre convênio objetivando a disponibilização de agentes penitenciários para a VEP entre o Estado do Rio de Janeiro - Secretaria de Administração Penitenciária e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Decisão.  
(índice)

### Apenado Estrangeiro

PROVIMENTO CGJ N. 58, DE 20/08/2009 - Resolve que caberá a Vara de Execuções Penais, especificamente quanto aos apenados estrangeiros, remeter a Delegacia de Imigração da Polícia Federal os dados referentes ao registro inicial de cálculo de pena e quaisquer alterações posteriores, e da outras providências.  
(índice)

### Audiência por Meio Eletrônico

PROVIMENTO CGJ Nº 63 / 2020 - Revoga o Provimento CGJ nº 40/2020.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 40/2020 - Disciplina a requisição de presos à SEAP, para participação de audiência em meio virtual, pela Vara de Execuções Penais e pelas serventias com atribuição em matéria criminal, violência doméstica e familiar contra mulher e de família.  
(índice)

### Carta de Execução de Sentença

AVISO CGJ Nº 487/2017 - Dispõe sobre o envio das Cartas de Execução de Sentença referentes às Penas e Medidas Alternativas destinadas à Vara de Execuções Penais - VEP.  
(índice)

### Cumprimento de Pena em Regime Semiaberto

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 06 /2015 - Institui o regime de Mutirão Carcerário na Vara de Execuções Penais, relativo aos apenados que cumprem pena em Regime Semiaberto.  
(índice)

## PROJUDI

PROVIMENTO CGJ Nº 126 / 2016 - Disciplina novos procedimentos para a Central de Cumprimentos de Mandados da Vara de Execuções Penais, em função da implantação do sistema eletrônico PROJUDI.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ/nº 74/2016 - Dispõe sobre a migração dos registros do sistema SCP para o PROJUDI, bem como a expansão da recepção das Cartas de Sentença no sistema PROJUDI pela Vara de Execuções Penais.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ/nº 48 /2015 - Dispõe sobre expedição de cartas de sentença de execução penal pelas Varas Criminais para expansão do PROJUDI, sistema de processamento eletrônico, da Vara de Execuções Penais.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ/nº 19/2015 - Dispõe sobre a implantação do PROJUDI, sistema de processamento eletrônico, no âmbito da Vara de Execuções Penais.  
(índice)

Subcomitê para Avaliação das Medidas Relacionadas à Execução Penal  
(COMEP)

PORTARIA TJ/CI Sistema Carcerário nº 1.576/2017 - Altera a composição do Subcomitê para Avaliação das Medidas Relacionadas à Execução Penal (COMEP).  
(índice)

## Vara de Família

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 09/ 2021 - Avisa aos Juízos com competência Criminal, de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de Família e de Infância e Juventude que o agendamento das audiências de Depoimento Especial passará a ser realizado exclusivamente junto ao Serviço de Apoio ao Depoimento Especial da Criança e Adolescente.  
(índice)

AVISO CONJUNTOTJ/CGJ Nº 11/2018 - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Magistrados das Varas com competência Criminal e de Família do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) da obrigatoriedade da validação e confirmação dos mandados de prisão expedidos pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro a fim de encaminhar os mesmos ao sistema do Banco de Monitoramento de Prisões- BNMP 2.0.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 05/2018 - Disciplina a obrigatoriedade aos Magistrados das Varas com competência Criminal e de Família do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para validarem e confirmarem os mandados de prisão expedidos, constantes no sistema da Polinter até 27 de janeiro de 2018, a fim de integrá-los ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0.  
(índice)

AVISO CGJ nº 405/2014 - Avisa aos Juízes com competência nas matérias de Registro Civil, Família, Infância, Juventude e Idoso que não existe, no âmbito da organização dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais, o "Livro de Registro Provisório de Nascimento ou de Óbito".  
(índice)

AVISO CGJ nº 942/2012 - Avisa aos Juízes das Varas de Família e aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais e dos Serviços de Distribuição, que deverão observar o disposto no Provimento CGJ n. 19/2011 e n. 09/2012, no tocante aos requerimentos de registro tardio de nascimento.  
(índice)

AVISO Nº 733/2012 - Avisa aos Magistrados, Titulares de Cartório e Responsáveis pelo Expediente de serventias com competência Criminal e de Família que, na hipótese do alvará de soltura restar prejudicado, deverá ser verificado se a restrição procede ou não, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ N. 1, DE 07/01/2011 - Avisa as Varas com competência de Família, Idoso e Órfãos e Sucessões que é obrigatório o encaminhamento a Central de Partilhas Judiciais da Comarca da Capital de cópia da guia impressa da GRERJ eletrônica, juntamente com o processo a que se refere.  
(índice)

### Pensão Alimentícia

PARECER CGJ Nº SN88, DE 17/03/2011 - Dispõe sobre indicação de banco para pagamento de pensão alimentícia - Parecer.  
(índice)

## Vara de Fazenda Pública

AVISO CGJ 422/2020 - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventias, Defensoria Pública, Advogados e Serventuários da Justiça que atuam nas serventias judiciais com competência fazendária, acerca da prioridade na expedição dos Precatórios.

(índice)

AVISO TJ nº 23/2019 - Avisa aos Magistrados e Juízos com competência fazendária sobre a solicitação do Conselho Nacional de Justiça para que encaminhem informações acerca dos processos em tramitação com decisões judiciais que determinam a suspensão de grandes obras públicas em todo território nacional, cujo valor da obra seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

(índice)

AVISO TJ nº 60 /2018 - Avisa aos Magistrados e aos Chefes de Serventias com competência fazendária que o ofício que comunica alterações em precatórios, relativas à titularidade, natureza do crédito e valor requisitado, nos termos do art. 6º § 1º do Ato Executivo Conjunto nº 11/2012, deverão ser encaminhadas à Presidência do Tribunal de Justiça pela via eletrônica, através do sistema informatizado DCP ou e-JUD, conforme se trate de processo originário da 1ª ou 2ª instância, sendo obrigatória a utilização do sistema institucionalizado para a expedição do ofício retificador.

(índice)

AVISO TJ Nº 26/2018 - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis e aos Juízos com competência em matéria fazendária e cível, que o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas mencionado deixou de preencher o pressuposto negativo previsto no art. 976, § 4º do CPC/2015.

(índice)

AVISO TJ Nº 52/2018 - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis, bem como dos Juízos com competência em matéria fazendária e cível que foi determinada a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos que tramitam neste Tribunal, relacionados a pedido de pensão por morte de militar falecido após a EC 41/2003, seja em 1ª ou 2ª instância.

(índice)

AVISO CGJ nº 236/2018 - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes das Serventias das Varas de Fazenda Pública com atribuição para o processamento e julgamento das causas referentes ao Executivo Fiscal, Encarregado da Central de Cumprimento de Mandados das Varas de Fazenda Pública e Juizados Especiais da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Encarregados das Centrais de Cumprimento de Mandados dos Fóruns Regionais da Comarca da Capital e Oficiais de Justiça Avaliadores que fica ampliada a atribuição das Centrais de Cumprimento de Mandados dos Fóruns

Regionais da Comarca da Capital para o cumprimento de mandados judiciais oriundos das Varas de Fazenda Pública com competência para processarem e julgarem os feitos atinentes ao Executivo Fiscal.  
([índice](#))

[AVISO TJ Nº 19 /2018](#) - Avisa aos Magistrados do Egrégio Órgão Especial, das Câmaras Cíveis, bem como dos Juízos com competência em matéria fazendária e cível que foi revogada a decisão de sobrestamento dos processos em curso neste Estado que envolvam a questão relativa mencionada.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 59/2012](#) - Extingue a Central de Cumprimento de Mandados das Varas de Fazenda Pública e Juizado Especial Fazendário da Comarca da Capital, e dá outras providências.  
([índice](#))

[PROVIMENTO Nº 28/2012](#) - Resolve desmembrar, para fins cadastrais e de sistema informatizado, as competências fazenda pública e dívida ativa.  
([índice](#))

[AVISO TJ N. 24, DE 24/02/2012](#) - Avisa aos Juízes de Direito com competência Cível e fazendária, incluindo os Juizados Especiais Cíveis, que a partir de 01/03/2012 as penhoras realizadas em desfavor da CEDAE devem ser efetuadas, preferencialmente, na conta corrente do Banco Bradesco que especifica.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 581, DE 30/06/2011](#) - Avisa que na ausência de determinação em contrario no julgado, nos cálculos das condenações impostas a Fazenda Publica devesse haver estrita observância ao disposto no art. 1.-F da Lei 9494/97 a partir da entrada em vigor da Lei 11.960/2009 que deu nova redação ao mencionado dispositivo legal.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 56, DE 04/10/2010](#) - Resolve que as portarias baixadas pelos Juízos com competência em matéria fazendária, para efeito de disciplinar a rotina e a pratica de atos ordinatórios pela respectiva serventia judicial, devem observar o modelo apresentado em anexo.  
([índice](#))

### Vara de Infância, Juventude e Idoso

[AVISO CGJ nº 152/2023](#) - Avisa aos Juízes de Direito com competência em Infância, Juventude e Idoso sobre a revogação da Recomendação CGJ nº 01/2020 e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CEVIJ Nº 01/ 2022](#) - Avisa aos magistrados com competência em Infância, Juventude e do Idoso e às suas respectivas equipes, que deverá ser retirado o sigilo às partes do processo, de arquivos referentes a pareceres, informações, laudos e relatórios em processos que tramitam em seus juízos, logo após carregá-los no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE), exceto em casos que o juiz responsável avalie ser o sigilo indispensável.

[\(índice\)](#)

[AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 09/ 2021](#) - Avisa aos Juízos com competência Criminal, de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de Família e de Infância e Juventude que o agendamento das audiências de Depoimento Especial passará a ser realizado exclusivamente junto ao Serviço de Apoio ao Depoimento Especial da Criança e Adolescente.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ nº 05/2021](#) - Divulga a Recomendação CNJ nº 81/2020, que propõe procedimentos ao tratamento de pessoas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade e adolescentes em conflito com a lei com deficiência auditiva e/ou visual, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito da justiça criminal e justiça da infância e juventude.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 597 /2020](#) - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de infância, juventude e idoso e na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher e respectivas equipes técnicas que as reuniões de grupos setoriais deverão ser telepresenciais, cumprindo ao magistrado decidir fundamentadamente a realização excepcional de atos presenciais, observando sempre as medidas de precaução previstas no Ato Normativo Conjunto nº 25/2020.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 436 /2020](#) - Avisa aos Juízes de Direito com competência em Infância e Juventude (matéria infracional) que, nas inspeções remotas às unidades para execução da medida socioeducativa de internação durante a pandemia, deverão verificar se está sendo garantido ao adolescente o direito à visita virtual, nos moldes da Portaria DEGASE nº 839/2020.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ n.º 26/ 2020](#) - Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos Juízos com competência na matéria infância e juventude relativos à habilitação para adoção no que se refere ao Sistema Nacional de Adoção.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 416/2020](#) - Avisa sobre o novo regramento para o sarqueamento dos ofícios de liberação e dos mandados de desinternação dos adolescentes ou jovens em conflito com a lei, bem como quanto aos modelos dos documentos a serem

adotados pelas serventias com atribuição em matéria de infância e juventude e sobre o procedimento de envio de documentos à SEPOL e cria o Banco Estadual de Mandados de Busca e Apreensão e Internação - BEMBAI.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 411/2020](#) - Avisa Juízes de Direito com competência em Infância, Juventude e Idoso que estão disponíveis no site da Corregedoria a relação das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro, organizada por comarca, de acordo com o Núcleo Regional.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 409 /2020](#) - Avisa aos Juízes de Direito com competência em Infância e Juventude (matéria infracional) que deverão informar ao Serviço de Apoio aos Comissários as providências adotadas em observância à Recomendação CNJ nº 62/2020 e ao item 2 da Orientação Técnica do CNJ para Inspeção pelo Poder Judiciário dos espaços de privação de liberdade no contexto da pandemia, bem como à Recomendação CGJ nº 01/2020.  
([índice](#))

[RECOMENDAÇÃO CGJ nº 01 /2020](#) - Recomenda aos Juízes de Direito com competência na área da Infância, Juventude e Idoso que, durante o período de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, realizem inspeções remotamente, através de telefone e e-mail, nas unidades de execução de medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei, bem como nas instituições para acolhimento institucional de crianças/adolescentes e de longa permanência de idosos.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 407 / 2020](#) - Avisa aos Magistrados, Membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Delegados de Polícia, advogados e demais profissionais da rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que o Protocolo Voz, anexo, orienta os atos praticados para atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência para garantia da proteção integral, inclusive na vigência das medidas de distanciamento social em razão da COVID-19.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 334/2020](#) - Avisa aos juízes, promotores de justiça, defensores públicos e advogados que nos processos de competência de Infância e Juventude e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que tramitem no Regime Diferenciado (REDAU) deverá ser utilizada a equipe técnica de plantão, consoante o Estatuto da Criança e Adolescente e recomendações da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM), apoiando acolhimentos, abrigamentos e demais contatos com a rede de proteção.  
([índice](#))

AVISO CGJ nº 1367/2019 - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de infância, juventude e idoso, e respectivas serventias e equipes técnicas, que deverão utilizar e alimentar os sistemas Módulo Criança e Adolescente (MCA) e Quero Uma Família para consulta e atualização dos dados de crianças e adolescentes acolhidos, bem como para consulta das informações do censo da população infantojuvenil acolhida, tendo em vista a relevância de tais ferramentas.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1152 /2019 - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de infância, juventude e idoso para que divulguem nos terminais rodoviários e aéreos no âmbito de sua comarca as normas em vigor para viagens de crianças e adolescentes dentro do território nacional, na forma do anexo.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 125 / 2019 - Avisa aos Ofícios de Registro de Distribuição e Distribuidores quanto ao disposto no artigo 141, §2º, do ECA e no VII do artigo 43 da Lei Estadual nº 3350/99.  
(índice)

AVISO nº 23/2015 - Avisa aos Senhores Magistrados das Varas de Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital, que, nos termos do art. 3º, § 2º, da Lei 6956/2015 (LODJ) c/c arts. 96 e 98, II, b, da Resolução 01/75 (CODJERJ), ficam mantidas, até que sobrevenha Resolução do Colendo Órgão Especial, a competência do juízo orfanológico para processar e julgar as causas de interdição e as de tutela.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE Nº 6/2018 - Ajusta a regra do inciso I do artigo 51 da Lei Estadual nº 6.956/2015 (Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro) ao disposto no artigo 98 da Lei nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), incluindo-se, na competência dos Juízos de Direito em matéria da Infância e da Juventude, a de processar, julgar e praticar todos os atos concernentes aos direitos de crianças e adolescentes que estejam em situação irregular ou de risco, na forma prevista nas respectivas legislações.  
(índice)

AVISO CGJ 823 /2017 - Avisa aos Juízes de Direito com competência para a matéria de Infância e Juventude referente ao adolescente em conflito com a lei sobre as inspeções bimestrais em unidades de internação e semiliberdade e os relatórios de inspeção semestral, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 429/2017 - Avisa aos magistrados das Serventias Judiciais de 1ª Instância, com competência em infância, juventude e idoso e, aos servidores das respectivas Equipes Técnicas e Interdisciplinares, aos membros da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e aos membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, quanto aos procedimentos que deverão ser adotados para o encaminhamento dos formulários com os dados cadastrais e documentos de



adolescentes em conflito com a lei ou em situação de vulnerabilidade social para a Central de Aprendizagem da Corregedoria Geral da Justiça.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 418/2017](#) - Avisa aos Senhores Juízes de Direito e Equipes Técnicas das Varas com competência na matéria de Infância e Juventude, sobre rotinas a serem implementadas para inserção de crianças e adolescentes no Sistema 'Quero uma Família'.

([índice](#))

[AVISO TJ Nº 17/2017](#) - Avisa aos Senhores Juízes de Direito com competência na matéria de Infância e Juventude, que se encontra disponível no site do Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), na página do Cadastro Nacional de Adoção (Novo), a Pesquisa aos usuários do CNA.

([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 60 / 2017](#) - Avisa aos Juízes com competência na matéria de Infância, Juventude e Idoso que a Portaria relativa ao Programa de Apadrinhamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deverá ser editada de acordo com o modelo em anexo.

([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 81 / 2016](#) - Inclui um parágrafo único no artigo 3º do Provimento 66/2016, permitindo a substituição do relatório nele previsto, pelo Relatório elaborado pelo Ministério Público, em cumprimento à Resolução 71/2011 do CNMP.

([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ nº 66 / 2016](#) - Regulamenta a fiscalização das entidades de atendimento a crianças, adolescentes e idosos e dá outras providências.

([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 05/2015](#) - Institui a identificação dos autos dos processos que envolvam pessoas idosas consistente na afixação de fita adesiva na cor verde, na lateral superior dos autos, a fim de propiciar o controle da tramitação especial exigida pela Lei 10.741/03.

([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 741/2015](#) - Dispõe sobre a necessidade de observância da Recomendação nº 20/2015 do CNJ pelos magistrados com jurisdição na matéria infância e juventude.

([índice](#))

AVISO CGJ nº 405/2014 - Avisa aos Juízes com competência nas matérias de Registro Civil, Família, Infância, Juventude e Idoso que não existe, no âmbito da organização dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais, o "Livro de Registro Provisório de Nascimento ou de Óbito".  
(índice)

AVISO CGJ nº177 /2014 - Avisa aos Magistrados com atuação nas Varas de Infância e Juventude, que após a realização das "Audiências Concentradas", deverão informar os resultados estatísticos destas em questionário eletrônico disponível no CNCA (Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas), impreterivelmente até o último dia de cada semestre.  
(índice)

AVISO TJ Nº. 103/2013 - Avisa aos Juízes de Direito com competência em matéria de Infância e Juventude que, a partir de 02 de janeiro de 2014, o Centro de Socioeducação (CENSE) Irmã Assunción de La Gándara Ustara, será a unidade do DEGASE responsável por receber os adolescentes do sexo masculino de sua área de abrangência, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO Nº 128 /CGJ/2013 - Avisa aos Juízes com competência na matéria da Infância, da Juventude e do Idoso que o Serviço do Comissariado e/ou Setores onde os Comissários de Justiça tiverem atuação deverão ser coordenados somente por Analistas Judiciários desta especialidade, sendo vedada a delegação da chefia ou coordenação a Analistas Judiciários sem especialidade, de outra especialidade, Técnico Judiciário ou Titular de Direção da Serventia.  
(índice)

AVISO TJ Nº 12/2013 - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de Infância e Juventude, que, nas execuções das multas decorrentes das infrações administrativas previstas na Lei 8069/90, em que os bens penhorados não forem arrematados, os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, deverão ser provocados, a fim de adjudicarem tais bens, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO Nº 993 CGJ/2012 - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria da infância e da juventude (adolescente em conflito com a lei) que os relatórios de inspeção semestral realizada nas unidades de execução de medida socioeducativa em meio aberto, deverão ser encaminhados ao Serviço de Apoio aos Comissários de Justiça da CGJ, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO Nº 993 CGJ/2012 - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria da infância e da juventude (adolescente em conflito com a lei) que os relatórios de inspeção semestral realizada nas unidades de execução de medida socioeducativa

em meio aberto, deverão ser encaminhados ao Serviço de Apoio aos Comissários de Justiça da CGJ, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

AVISO Nº. 99/2012 - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de Infância e Juventude, que, visando resguardar os princípios previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, as audiências de continuação deverão ser designadas quando da realização das audiências de apresentação.

[\(índice\)](#)

AVISO CGJ N. 613, DE 19/07/2011 - Avisa aos Magistrados, Escrivães e Responsáveis pelo expediente das Varas com competência de Infância e Juventude que devem dar estrito cumprimento aos termos do parágrafo 5. do artigo 269 da CNCJ, quando for o caso.

[\(índice\)](#)

AVISO CGJ N. 1, DE 07/01/2011 - Avisa as Varas com competência de Família, Idoso e Órfãos e Sucessões que é obrigatório o encaminhamento a Central de Partilhas Judiciais da Comarca da Capital de cópia da guia impressa da GRERJ eletrônica, juntamente com o processo a que se refere.

[\(índice\)](#)

AVISO CGJ N. 953, DE 06/12/2010 - Avisa as Varas com competência de Infância e Juventude que deverão promover a alimentação do sistema de Distribuição e Controle de Processos (DCP), quanto ao cadastramento de internações provisórias, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

## Adoção

AVISO CGJ nº 146/2021 - Avisa aos Juízes de Direito com competência na área da Infância e Juventude, que é recomendável, no caso de deferimento de adoção, que seja oficiado ao DETRAN e à Receita Federal determinando o cancelamento do RG ou do CPF do adotado ou determinando a alteração do nome dos pais nos atuais documentos.

[\(índice\)](#)

## Audiências Concentradas Protetivas

ATO NORMATIVO nº 18/2023 - Dispõe sobre a reavaliação, por audiência concentrada, da situação de todas as crianças e adolescentes inseridos em programa de acolhimento familiar ou institucional e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

AVISO TJ Nº 04/ 2023 - Dispõe sobre a reavaliação da situação de todas as crianças e adolescentes inseridos em programa de acolhimento familiar ou institucional e dá outras providências.  
(índice)

AVISO TJ Nº 120/ 2022 - Dispõe sobre a reavaliação, por audiência concentrada, da situação de todas as crianças e adolescentes inseridos em programa de acolhimento familiar ou institucional e dá outras providências.  
(índice)

AVISO TJ n º 73/ 2022 - Dispõe sobre a reavaliação, por audiência concentrada, da situação de todas as crianças e adolescentes inseridos em programa de acolhimento familiar ou institucional e dá outras providências.  
(índice)

AVISO TJ Nº 34/ 2022 - Dispõe sobre a reavaliação, por audiência concentrada, da situação de todas as crianças e adolescentes inseridos em programa de acolhimento familiar ou institucional e dá outras providências.  
(índice)

AVISO TJ Nº 113/ 2021 - Dispõe sobre a reavaliação, por audiência concentrada, da situação de todas as crianças e adolescentes inseridos em programa de acolhimento familiar ou institucional e dá outras providências.  
(índice)

AVISO TJ Nº 113/ 2021 - Dispõe sobre a reavaliação, por audiência concentrada, da situação de todas as crianças e adolescentes inseridos em programa de acolhimento familiar ou institucional e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ nº 497/2021 - Comunica a publicação, no DJERJ, da íntegra do Provimento n.º 118 do Conselho Nacional de Justiça, de 29 de junho de 2021, que dispõe sobre as audiências concentradas protetivas nas Varas com competência na área da Infância e Juventude e revoga o Provimento nº 32, de 24 de junho de 2013, da Corregedoria Nacional de Justiça.  
(índice)

#### Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 09/ 2022 - Resolvem instalar o Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC da Infância, Juventude e Idoso da Capital implementação da Mediação e Justiça Restaurativa no âmbito das Varas da Infância, Juventude e Idoso.  
(índice)

#### Equipe Técnica

AVISO CGJ nº 163/2023 - Avisa aos Juízes de Direito com competência em Infância

e Juventude quanto a necessária atuação de membro da equipe técnica do Juízo na hipótese contida no §3º, do art. 1º, da Recomendação CNJ nº 139/2022.  
(índice)

## Medidas Socioeducativas

CONVOCAÇÃO CONJUNTA TJ/ 2ª VP Nº 08/2021 - Convocam os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito com competência socioeducativa para debaterem a Resolução Conjunta SEEDUC/2ª VP nº 1550/2021 e o fluxo para internação do adolescente em unidades socioeducativas, desde a sua apreensão pela polícia civil até o encaminhamento da decisão à Central de Vagas, na data e local referidos.  
(índice)

AVISO CONJUNTO 2ªVP/CGJ nº 06/2021 - Avisam a todos os magistrados, responsáveis pelo expediente, secretários e demais servidores sobre a necessidade, ao atuarem com competência infracional, inclusive nos plantões judiciais, de que seja observado o teor da Resolução Conjunta SEEDUC/2VP nº 1.550/2021.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ/2VP Nº 03 /2021 - Disciplina a padronização a ser adotada pelos juízos com competência em infância e juventude na área infracional do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para expedição dos mandados de liberação em audiência de apresentação, busca e apreensão, de internação provisória, sanção e definitiva, de desinternação e de contramandado de busca e apreensão.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 14/2019 - Altera o artigo 12, parágrafo 5º, do Ato Normativo Conjunto nº 16/2013, que estabelece normas gerais para o atendimento do adolescente em conflito com a lei, na internação provisória e no cumprimento das medidas socioeducativas pelo Poder Judiciário.  
(índice)

ATO CGJ SN131/2013 - Dispõe sobre a execução das medidas socioeducativas no Estado do Rio de Janeiro, com base na Resolução nº 165/2012 do CNJ e na Lei n. 12.594/2012 - Despacho.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 16/2013 - Resolvem estabelecer normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, do adolescente em conflito com a lei, na internação provisória e no cumprimento das medidas socioeducativas.  
(índice)

## Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes

PORTARIA Nº 2233/2023 - Resolve designar a juíza de direito que menciona para exercer a função de juíza coordenadora do CEJUSC da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital, sem prejuízo de suas atribuições.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 09/2023 - Resolvem instalar o Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente - NUDECA, na Comarca de Paracambi, consoante o disposto no Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 7/2019, que funcionará no respectivo fórum.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 18/2022 - Resolvem instalar o Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente - NUDECA, na Comarca de Santa Maria Madalena, consoante o disposto no Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 7/2019, que funcionará no respectivo fórum.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 15/2022 - Resolvem instalar o Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente - NUDECA, no Fórum da Comarca de Rio Claro, consoante o disposto no Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 7/2019, que funcionará no respectivo fórum.  
(índice)

AVISO CGJ 43/2022 - Avisa aos magistrados, secretários, chefes de serventia e entrevistadores sobre as audiências de depoimento especial.  
(índice)

AVISO CGJ 43/2022 - Avisa aos magistrados, secretários, chefes de serventia e entrevistadores sobre as audiências de depoimento especial.  
(índice)

## Sistema Processo Judicial Eletrônico – Pje

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 14/ 2022 - Finaliza a implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico - Pje, na competência da Infância, da Juventude e do Idoso nas Comarcas elencadas no anexo do presente ato e dá outras providências  
(índice)

## Viagens de Crianças e Adolescentes

AVISO CGJ nº 1273/2019 - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de infância, juventude e idoso para que divulguem nos terminais rodoviários e aéreos no âmbito de sua comarca as normas em vigor para viagens de crianças e adolescentes dentro do território nacional, na forma do anexo, bem como que sejam afixados cartazes nas dependências dos Juízos e do Plantão Judiciário da Capital para esclarecimento ao público.  
(índice)

#### Vara de Órfãos e Sucessões

AVISO nº 23/2015 - Avisa aos Senhores Magistrados das Varas de Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital, que, nos termos do art. 3º, § 2º, da Lei 6956/2015 (LODJ) c/c arts. 96 e 98, II, b, da Resolução 01/75 (CODJERJ), ficam mantidas, até que sobrevenha Resolução do Colendo Órgão Especial, a competência do juízo orfanológico para processar e julgar as causas de interdição e as de tutela.  
(índice)

AVISO CGJ N. 1, DE 07/01/2011 - Avisa as Varas com competência de Família, Idoso e Órfãos e Sucessões que é obrigatório o encaminhamento a Central de Partilhas Judiciais da Comarca da Capital de cópia da guia impressa da GRERJ eletrônica, juntamente com o processo a que se refere.  
(índice)

#### Vara de Registros Públicos

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 157/2016 - Implanta o processo eletrônico no ajuizamento dos feitos de competência de Registros Públicos da Comarca da Capital e do Interior e dá outras providências.  
(índice)

#### Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

AVISO CGJ nº 499/2021 - Comunica que os processos com medidas protetivas de urgência já cumpridas devem ser arquivados provisoriamente na própria serventia.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 09/ 2021 - Avisa aos Juízos com competência Criminal, de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de Família e de Infância e Juventude que o agendamento das audiências de Depoimento Especial passará a ser realizado exclusivamente junto ao Serviço de Apoio ao Depoimento Especial da Criança e Adolescente.  
(índice)

AVISO CGJ 147/2021 - Avisa às Equipes Técnicas Interdisciplinares lotadas nos Juizados com competência em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital que deverão identificar e qualificar as vítimas de violência doméstica para a formação de cadastro a ser sistematizado junto à COEM que promoverá a viabilização de Projeto para o engajamento destas no mercado de trabalho.  
(índice)

AVISO CGJ nº 960 /2020 - Avisa que os pedidos de medidas protetivas previstos na Lei 11.340/2006 encaminhadas por meio do aplicativo "Maria da Penha Virtual" serão distribuídos pelo Departamento de Distribuição do Fórum Central ao respectivo Juizado de Violência Doméstica da Comarca da Capital.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 660/2020 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos de Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais e de Violência Doméstica e Familiar de todo Estado sobre a alteração no procedimento de encaminhamento de Incidentes de Insanidade Mental e de Dependência Toxicológica ao Instituto de Perícias Heitor Carrilho - IPHH e do recebimento de laudos dos exames periciais.  
(índice)

AVISO CGJ nº 597 /2020 - Avisa aos Juízes de Direito com competência na matéria de infância, juventude e idoso e na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher e respectivas equipes técnicas que as reuniões de grupos setoriais deverão ser telepresenciais, cumprindo ao magistrado decidir fundamentadamente a realização excepcional de atos presenciais, observando sempre as medidas de precaução previstas no Ato Normativo Conjunto nº 25/2020.  
(índice)

AVISO CGJ nº 334/2020 - Avisa aos juízes, promotores de justiça, defensores públicos e advogados que nos processos de competência de Infância e Juventude e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que tramitem no Regime Diferenciado (REDAU) deverá ser utilizada a equipe técnica de plantão, consoante o Estatuto da Criança e Adolescente e recomendações da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM), apoiando acolhimentos, abrigamentos e demais contatos com a rede de proteção.  
(índice)

AVISO TJ Nº 65/2017 - Avisa aos magistrados, escrivães, responsáveis pelo expediente, secretários de juízes e demais servidores em atuação nas serventias de 1ª Grau com competência Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, que torna-se sem efeito o Aviso n. 80/2015, devendo a partir de então, admitir-se, no sistema de Audiências de Custódia, o recebimento dos Autos de Prisão em Flagrante que tenham como objeto a apuração da prática de crimes relacionados à violência de gênero, a fim de que seja resguardado ao indiciado a realização da audiência de custódia.  
(índice)



## Vara Empresarial

AVISO TJ nº 91/2019 - Recomendação nº 57, de 22 de outubro de 2019, da Corregedoria Nacional de Justiça.

(índice)

AVISO CGJ nº 554/2017 - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos Serviços de Distribuição da Comarca da Capital e dos Distribuidores, Contadores e Partidores das demais Comarcas do Estado do Rio de Janeiro, que deverão remeter ao Juízo da 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, no local que menciona, somente em caso positivo, certidão sobre o que consta em nome da massa falida.

(índice)

## Arbitragem

RESOLUCAO TJ/OE N. 20, DE 22/06/2010 - Dispõe sobre a atribuição as Varas Empresariais de competência para apreciar questões relativas a arbitragem e procedimentos correlatos.

(índice)

## Cadastro de Administradores Judiciais

PROVIMENTO CGJ Nº 56/2021 - Estabelece novas regras para o Cadastro de Administradores Judiciais da Lei Federal 11.101/05.

(índice)

## Vara Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente

ATO EXECUTIVO TJ Nº. 101/ 2022 - Instala a Vara Especializada em Crimes Contra a Criança e o Adolescente (VECA), e dá outras providências.

(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE nº 19/2022 - Criar a 1ª Vara Especializada em Crimes Contra a Criança e o Adolescente (VECA), por transformação da 38ª Vara Criminal da Comarca da Capital e dá outras providências.

(índice)

## Vara Especializada em Organização Criminosa

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº. 12/ 2022 - Instala a 2ª e a 3ª Varas Especializadas em Organização Criminosa, e dá outras providências.

(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE Nº 20/2022 - Dispõe sobre a criação dos juízos da 2ª e 3ª Varas Especializadas em Organização Criminosa no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, altera a Resolução TJ/OE nº 10/2019, e dá outras providências.  
(índice)

### Videoconferência

ATO NORMATIVO TJ/ COJES nº 01/2023 - Dispõe sobre a realização de sessões virtuais, presenciais e por videoconferência no âmbito das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ nº 21/ 2022 - Divulga a Resolução CNJ nº 465/2022 que institui as diretrizes que deverão ser adotadas para a realização de videoconferências no âmbito do Poder Judiciário com a alteração em seu artigo 2º, nos termos da Resolução CNJ nº 481, de 22 de novembro de 2022.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 59/2020 - Regulamenta, no âmbito da primeira instância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o despacho por videoconferência entre advogados e magistrados.  
(índice)

### Julgamento Virtual

Portaria nº 02/2023 - Disciplina o julgamento virtual e por videoconferência na Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.  
(índice)

Portaria nº 01/2023 - Disciplina o julgamento virtual e por videoconferência na Seção de Direito Público do tribunal de justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.  
(índice)

### Vista de Autos

AVISO TJ N. 33, DE 22/07/2009 - Avisa que estando os autos disponibilizados em Cartório ou Secretaria, o Advogado, mesmo sem mandato judicial, poderá examiná-los, desde que não esteja configurada quaisquer das hipóteses disciplinadas no art. 155 do Código de Processo Civil, bem como do parágrafo 1. do art.7., da Lei n. 8906/94, e da outras providencias.  
(índice)

## SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

### Abertura de Firma

PARECER CGJ N. SN61, DE 06/10/2010 - Dispõe de consulta sobre abertura de firma apresentando CTPS - Parecer.  
([índice](#))

### Acervo documental

AVISO CGJ Nº 304, de 08/06/2009 - Avisa sobre o prazo para o completo encerramento das atividades das sucursais dos serviços notariais que foram extintos pelo Provimento.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 38, de 05/05/2009 - Resolve extinguir as sucursais das Serventias Extrajudiciais providas após a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, e da outras providencias.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 663/2008 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais e Distribuidores do Estado que o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro se prontificou a receber o acervo documental para guarda, conservação e consulta, e da outras providências  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 539/2008 - Avisa aos responsáveis pelos Cartórios Extrajudiciais e Distribuidores do Estado que deverão remeter a Corregedoria Geral da Justiça, no prazo que menciona, levantamento de acervo documental existente, anterior a 1908, e da outras providências.  
([índice](#))

### Alienação Fiduciária

AVISO TJ Nº 20, de 15/06/2009 - Avisa que deve ser observada a obrigatoriedade do prévio registro dos contratos de alienação fiduciária em garantia e penhor, a fim de produzirem os seus efeitos constitutivos, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, inclusive para eventual deferimento de liminar em ação de busca e apreensão, e da outras providencias.  
([índice](#))

AVISO TJ Nº 18, de 09/06/2009 - Avisa sobre a obrigatoriedade do registro do contrato com clausula de alienação fiduciária em garantia no Serviço do Registro de Títulos e Documentos para produzir efeitos probatórios contra terceiros, inclusive para eventual deferimento de liminar em ação de busca e apreensão.  
([índice](#))

### Arquivo Geral do Poder Judiciário

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 21/2016](#) - Torna sem efeito o Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 17/2015, que determinava a transferência dos livros extrajudiciais anteriores a 1915 para o Arquivo Central do TJRJ.  
([índice](#))

### Atendimento Prioritário

[AVISO CGJ N. 186, DE 12/03/2010](#) - Avisa aos Serviços Extrajudiciais que deverão garantir atendimento prioritário as pessoas maiores de 60 anos, as grávidas, as pessoas com crianças no colo e aos portadores de deficiência, salvo para as prenotações.  
([índice](#))

### Atos Extrajudiciais

#### Atos Extrajudiciais Eletrônicos

[AVISO CGJ nº 433/2020](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais que estão disponíveis, no sítio eletrônico desta Corregedoria Geral da Justiça, novos layouts para a transmissão dos atos extrajudiciais eletrônicos, acrescidos de campos de preenchimento obrigatório.  
([índice](#))

### Papeis de Segurança

[AVISO CGJ Nº 111 / 2016](#) - Avisa a obrigatoriedade de constarem nos papeis de segurança instituído pelo Provimento 01/2016, holografia e numeração de controle.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ Nº 01 / 2016](#) - Regulamenta o uso de papel de segurança para prática de atos extrajudiciais deste Estado.  
([índice](#))

### Autenticação de Documentos e Reconhecimento de Firma

[PROVIMENTO CGJ nº 29/2022](#) - Altera o layout de transmissão de atos extrajudiciais de autenticação, reconhecimento de firma por semelhança e reconhecimento de firma por autenticidade.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 967, DE 07/10/2011](#) - Avisa as Serventias Extrajudiciais que a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) informatizada e o Cartão de Identificação do Trabalhador, emitidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego,

podem ser aceitos como documento de identificação civil para a prática dos atos extrajudiciais.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN56, DE 14/03/2011](#) - Solicita informação se e necessário reconhecimento de firma por autenticidade em alteração contratual e quanto a autenticação de documento estrangeiro - Parecer.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 817, DE 15/10/2010](#) - Avisa aos serviços notariais que deverão observar o disposto no artigo 2. da Resolução CNJ n. 74/2009, no tocante a obrigatoriedade de reconhecimento de firma por autenticidade em documento de autorização de viagem de menor para o exterior.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 63, DE 11/11/2010](#) - Resolve alterar o parágrafo 2. do artigo 546 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 761, DE 27/09/2010](#) - Avisa aos Tabelionatos de Notas que o reconhecimento de firma do Coordenador Geral da SUSEP, nas cartas de vinculação ou desvinculação de imóveis oferecidos em garantia de provisões técnicas a cargo de companhias seguradoras, deve ser realizado por semelhança, não se exigindo o seu reconhecimento por autenticidade.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN52, DE 27/09/2010](#) - Dispõe sobre aparente conflito de normas sobre autenticação de documentos extrajudiciais - Parecer.

[\(índice\)](#)

### Averbação e Registro

[AVISO CGJ Nº 673 /2008](#) - Avisa aos Tabelionatos de Notas que informem aos interessados, quando da lavratura de escrituras de compra e venda de bem imóvel, para que forneçam copia autenticada da guia de pagamento do imposto de transmissão.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº. 477/2008](#) - Avisa aos Oficiais de Registro de Imóveis sobre a obrigação de fiscalizar o uso de escritura de compra e venda de fração ideal, com formação de condomínio civil, como instrumento de viabilização da criação de loteamentos irregulares, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº. 478/2008](#) - Avisa aos Cartórios de Notas que devem abster-se de lavrar atos notariais que tratem de alienação de frações ideais, sempre que revelem

a ocorrência de fraude a legislação relacionada ao parcelamento do solo, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº. 437/2007](#) - Avisa aos Cartórios de Registro de Imóveis que no caso de incorporação total de uma empresa por outra, o ato a ser praticado e de averbação e não de registro, conforme o artigo 234 da Lei nº 6.404/76.

[\(índice\)](#)

## Boletim Estatístico

[PROVIMENTO CGJ Nº 64/2012](#) - Resolve dispensar os Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro das transmissões do Boletim Estatístico Extrajudicial Eletrônico a partir do mês de outubro de 2012, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO NUR, 8 Nº 11/2008](#) - Avisa que os Relatórios Estatísticos de Mandados cumpridos pelos Oficiais de Justiça Avaliadores deverão se encaminhados mensalmente ao Setor de Fiscalização e Disciplina, e informa as Comarcas que estão em aberto.

[\(índice\)](#)

[RESOLUCAO CGJ Nº 12/2008](#) - Resolve instituir o Boletim Extrajudicial Eletrônico, de utilização obrigatória em todos os Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº. 506/2007](#) - Avisa que os serviços extrajudiciais ficam autorizados a imprimir apenas as páginas do livro adicional e do boletim estatístico que forem preenchidas.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº. 78/2007](#) - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais que o Livro Adicional e o Boletim Estatístico Extrajudicial físicos deverão ser confeccionados a contar de fevereiro de 2007, nos moldes dos layouts atualizados.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº. SN193/2007](#) - Dispõe sobre o novo modelo de boletim estatístico extrajudicial - Parecer. (Processo nº 2006.115806).

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº. SN72/2007](#) - Arrecadação devida a Mútua dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro no período de janeiro/04 a julho/04. (Processo nº. 2006-243168).

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº. SN68/2007](#) - Encaminha o documento de visão do Projeto - Livro Adicional Eletrônico. (Processo nº. 2006-259612).

[\(índice\)](#)

PARECER CGJ Nº. SN34/2007 - Solicita adiamento do prazo estabelecido na Resolução Nº. 01/07 e Aviso 78/07 pelos fatos e fundamentos aclarados. (Processo nº. 2007-46.401).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN19/2007 - Informa ausência dos boletins dos atos extrajudiciais referente aos meses de julho a dezembro/02. (Processo nº. 2003-022833).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN15/2007 - Informa sobre Serventias Extrajudiciais que deixaram de encaminhar o Boletim Estatístico Extrajudicial, bem como os Formulários de Controle de Selos. (Processo nº. 2.007-37.544).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN147/2006 - Presta informações ref. Boletins Estatísticos dos atos extrajudiciais do cartório do 4º. Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital. (Processo nº. 2000-085029).  
([índice](#))

#### Cadastro de informações relativas às escrituras

PROVIMENTO CGJ Nº. 1/2007 - Resolve criar o cadastro de informações relativas às escrituras lavradas na forma da Lei Federal Nº. 11.441/2007, administrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de amplitude Estadual, e dá outras providências.  
([índice](#))

#### Carimbo Identificador

AVISO CGJ N. 620, DE 09/09/2009 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais que deverão atentar-se a aplicação correta do carimbo identificador da serventia extrajudicial, não aplicando-o em hipótese alguma sobre o numero do selo de fiscalização/ou o seu respectivo numero aleatório.  
([índice](#))

#### Cartório de Interdições e Tutelas

AVISO CGJ Nº 1054/2018 - Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventias e seus Substitutos, Encarregados e demais Serventuários, quanto ao o teor do disposto nos art. 313, IX e § 6º, do Novo Código de Processo Civil e do art. 7º-A, da Lei nº 8.906/1994, tocante aos direitos assegurados às advogadas gestantes, lactantes e adotantes.  
([índice](#))

#### Cartório de Notas

Aviso CGJ Nº 85/2023 - Avisa aos delegatários, titulares, responsáveis pelo expediente e interventores de serviços extrajudiciais com atribuição de notas sobre a vedação de cobrança por atos de comunicação.  
(índice)

### Cartório de Registro de Imóveis

PARECER CGJ N. SN107, DE 06.04.2011 - Dispõe sobre dúvidas quanto à necessidade de apresentação de contrato de compra e venda para registro de imóvel - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN40, DE 11/08/2010 - Dispõe sobre o restabelecimento de igualdade de valores entre as tabelas do Registro de imóveis e dos Ofícios de Notas - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN47, DE 15/12/2009 - Dispõe sobre procedimento de registro de escritura em que figuram vários compradores de um único imóvel - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN45, DE 04/12/2009 - Consulta sobre Lei Estadual n. 5.358/2008 que alterou dispositivos da Resolução n. 5/1977 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN44, DE 04/12/2009 - Dispõe sobre a segurança jurídica dos contratos imobiliários face ao art. 476 da CNGCJ e visando cumprimento pelos Registros de Imóveis - Parecer.  
(índice)

PORTARIA CGJ N. 207, DE 23/11/2009 - Resolve que a atuação dos registradores de imóveis no procedimento extrajudicial de legitimação de posse regula-se por esta portaria.  
(índice)

AVISO CGJ N. 939, DE 03/11/2009 - Avisa aos Titulares das Serventias Extrajudiciais com atribuição de registro de imóveis que devem fazer constar nos atos de registros imobiliários, quando for o caso de incidência, o número do Alvará de autorização e a data do pagamento do laudêmio.  
(índice)

AVISO CGJ N. 703, DE 24/09/2009 - Avisa as serventias extrajudiciais com atribuição de Notas e Registro de Imóveis que a partir de 03 de novembro de 2009 deverão transmitir seus respectivos atos na forma dos novos layouts que visam a adequação do Sistema 'Link do Selo ao Ato' ao Provimento CGJ n. 67/2009, e da outras providencias.  
(índice)



AVISO CGJ N. 687, DE 17/09/2009 - Avisa aos Serviços Extrajudiciais, com atribuição de Registro de Imóveis, para que confirmem junto ao 3. Tabelionato de Notas da Comarca de Anápolis no Estado de Goiás, a autenticidade das escrituras lavradas pelo referido serviço.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 473, DE 24/07/2009 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais de Registro de Imóveis que a Prefeitura do Rio de Janeiro está desenvolvendo um sistema informatizado para prestação das informações referentes a revisão de numeração e de nomenclatura dos logradouros, e da outras providencias.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 451, DE 29/07/2009 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais que a partir de 10 de agosto estarão disponíveis no site da Corregedoria Geral de Justiça os novos layouts para transmissão das Certidões de Ônus Reais do Registro de Imóveis.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 421, DE 22/07/2009 - Avisa aos Oficiais de Registro de Imóveis que deverão cumprir o parágrafo 1. do art. 237-A da Lei n. 6.015/73 somente nas situações indicadas na Lei n. 11.977/2009 - Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.  
([índice](#))

AVISO TJ N. 19, DE 09/06/2009 (ESTADUAL) - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais, principalmente aqueles com atribuições de registro imobiliário, por decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça, que se encontra em pleno vigor o Ato Executivo TJ n. 2.343, de 02 de junho de 2009.  
([índice](#))

#### Apresentação de Guia de Recolhimento de ITBI

PARECER CGJ N. SN22, DE 30/09/2009 - Dispõe sobre exigência notarial para lavratura de escritura de compra e venda (ITBI) - Parecer.  
([índice](#))

#### Banco de Indisponibilidade de Bens

AVISO CGJ Nº 995/2012 - Avisa sobre os atos notariais e registrais relativos a bens imóveis, sujeitos à consulta ao Banco de Indisponibilidade de Bens e às informações relativas a escrituras lavradas na forma da Lei n. 11.441/2007, por força dos arts. 242, inciso VI, alínea "h", e 421, § 5º da Consolidação Normativa (parte extrajudicial).  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 487, DE 13/06/2011 - Define os atos notariais e registrais relativos a bens imóveis sujeitos a consulta ao Banco de Indisponibilidade de Bens e as informações relativas a escrituras lavradas na forma da Lei n. 11.441/2007.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN58, DE 18/02/2011](#) - Dispõe sobre lançamento de dados no Banco de Indisponibilidade de Bens pela Corregedoria Geral de Justiça - Parecer. [\(índice\)](#)

[AVISO TJ N. 109, DE 14/12/2010](#) - Avisa aos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, que deverão regularizar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste aviso, os recolhimentos devidos pelas consultas junto ao Banco de Indisponibilidade de Bens ou ao Cadastro de Informações relativas as escrituras reguladas pela Lei Federal n. 11.441/2007, e da outras providências. [\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN67, DE 26/10/2010](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade da consulta ao Banco de Indisponibilidade de Bens - BIB e pela cobrança da mesma, apesar desta já ter sido realizada quando da lavratura da escritura - Parecer. [\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 67, DE 21/09/2009](#) - Resolve criar o Banco de Indisponibilidade de Bens - BIB, administrado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. [\(índice\)](#)

#### Layout de Transmissão de Atos

[AVISO CGJ N. 153, DE 05/04/2010](#) - Avisa aos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro de Imóveis que está disponível para download no endereço que menciona o novo layout de transmissão de atos, cuja obrigatoriedade de transmissão se iniciara a partir de 03 de maio de 2010. [\(índice\)](#)

#### Cobrança de emolumentos

[AVISO CGJ N. 184, DE 17/03/2010](#) - Avisa aos Oficiais de Registro de Imóveis que, nos títulos apresentados para Registro em que figurem vários adquirentes, a cobrança de emolumentos devese ater estritamente ao número de atos a serem praticados pelo serviço independentemente do número de participantes do negócio jurídico celebrado. [\(índice\)](#)

#### Cartório de Registro Civil

[PROVIMENTO CGJ Nº 127/2016](#) - Altera o inciso II do art. 270 da CNCJ, em razão da decisão do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, contida no Ofício CRE nº231/2016, datado de 04 de maio de 2016, e revoga o Aviso nº 1253/2016. [\(índice\)](#)

## Cartório de Registro Público

PARECER CGJ N. SN69, DE 18/03/2011 - Solicita apuração e regularização das divergências em atos prática dos por cartórios de registro publico - Parecer. [\(índice\)](#)

## Centrais de Penas e Medidas Alternativas – CPMA

### Equipes Técnicas Interdisciplinares

PROVIMENTO CGJ N. 15, DE 31/03/2010 - Altera o parágrafo único do art. 2. do Provimento CGJ n. 80, de 25/11/2009. [\(índice\)](#)

PROVIMENTO CGJ N. 80, DE 25/11/2009 - Resolve que as Equipes Técnicas Interdisciplinares serão formadas por Assistentes Sociais e Psicólogos, tendo como finalidade auxiliar os juízos no âmbito de sua atribuição, e dá outras providências. [\(índice\)](#)

## Central Eletrônica de Registros Públicos – CERP

AVISO CGJ nº 423/2020 - Dispõe sobre a validade das certidões eletrônicas expedidas pelos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Central Eletrônica de Registros Públicos - CERP, desde que devidamente validadas nos moldes do provimento CGJ 89/2016. [\(índice\)](#)

## Central Notarial de Autenticação Digital – CENAD

AVISO CGJ nº 345/2022 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais sobre a implementação dos módulos Central Notarial de Autenticação Digital (CENAD), Autorização Eletrônica de Viagem (AEV), Reconhecimento de Assinatura Eletrônica em Documento Digital (e-Not Assina) e Reconhecimento de Firma por Autenticidade em procedimento de videoconferência, e dá outras providências. [\(índice\)](#)

## Certidão / Cancelamento

AVISO CGJ N. 91, DE 03/02/2010 - Avisa sobre cancelamento de numeração de certidões, e da outras providências. [\(índice\)](#)

AVISO CGJ Nº 307, de 15/06/2009 - Avisa sobre cancelamento de numeração de certidões, e dá outras providencias. [\(índice\)](#)

AVISO CGJ Nº 161, de 07/04/2009 - Avisa sobre cancelamento de numeração de certidões, e da outras providencias.  
(índice)

### Certidão / Custas

AVISO CGJ N. 519, DE 11/08/2009 - Avisa aos cartórios extrajudiciais sobre alteração dos funcionários credenciados para solicitação de isenção de emolumentos cartorários, em nome do Centro Comunitário de Defesa da Cidadania.  
(índice)

AVISO CGJ N. 474, DE 03/08/2009 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais sobre alteração dos funcionários credenciados para solicitação de isenção de emolumentos cartorários, em nome do Centro Comunitário de Defesa da Cidadania.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN20, DE 13/08/2009 - Dispõe sobre cobrança de emolumentos pela prática de atos extrajudiciais e previsão de gratuidade e isenção - Parecer.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 319, de 15/06/2009 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais e demais interessados sobre procedimento a ser observado na expedição e remessa de certidões ao endereço do requerente, por via postal, e o correto recolhimento dos emolumentos devidos.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 31, de 15/01/2009 - Avisa aos Tabelionatos de Notas sobre a disponibilização, pela Secretaria Municipal de Fazenda, de serviço para confirmação da autenticidade das Certidões de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imóvel, e da outras providencias.  
(índice)

AVISO CGJ Nº. 497/2007 - Avisa especialmente aos Ofícios de Distribuição, e as Serventias Extrajudiciais que a isenção prevista no art. 44, caput, da Lei 3.350/99 não engloba a extração das certidões previstas no parágrafo 3. do mesmo art. da Lei.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 727, de 28/12/2007 - Avisa sobre cancelamento de numeração de certidões, e da outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 697, de 17/12/2007 - Avisa que os Oficiais de Registro estão obrigados a cumprir o artigo 510 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça e da outras providências.  
(índice)

PARECER CGJ Nº SN47/2008 - Dispõe sobre a exigência de Certidão de Ônus Reais para registro de convenção de condomínio no Registro Geral de Imóveis - Parecer.(Processo: 2008-067023).  
(índice)

PARECER CGJ Nº. SN23/2008 - Dispõe sobre cobrança de custas na transformação de área comum de prédio em área de uso exclusivo (Processo Nº. 2006-320618.)  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN21/2008 - Dispõe sobre fornecimento de recibo pela realização de atos notariais - (Processo Nº. 2006-226325).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN20/2008 - Dispõe sobre recolhimento de custas pela expedição de certidões em razão de equívocos cartorários - (Processo Nº. 2008-023807).  
([índice](#))

### Certidão Eletrônica

Aviso CGJ nº 100/2023 - Avisa sobre a impressão de certidão e a materialização de certidão eletrônica notarial.  
([índice](#))

AVISO CGJ nº 332/2022 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que todas as certidões extraídas de registros de nascimento, óbito e natimortos lavrados na República de Singapura passaram, a partir de 29 de maio de 2022, a ser emitidas em formato digital, e dá outras providências.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 89/2016 - Regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais deste Estado.  
([índice](#))

### Certidão Negativa de Débito

PARECER CGJ N. SN70, DE 16/11/2010 - Dispõe sobre a necessidade de apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND) para o registro e escritura de servidão administrativa - Parecer.  
([índice](#))

AVISO NUR, 1 N. 1, DE 15/01/2009 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais relacionados sobre a necessidade de comprovação do recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº. 173/2008 - Avisa sobre Certidão Negativa de Débitos, da empresa que menciona, com validade suspensa e não devendo ser aceita em hipótese alguma.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº. 14/2005 - Resolve que o Responsável pelo Expediente ou Interventor deverá remeter para a Corregedoria, até o dia 20 de cada mês, a prestação de contas referente a sua administração.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 61/2001](#) - Dispõe sobre o cumprimento das disposições contidas no Provimento Nº. 23 de 2000, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº. 50/2001](#) - Altera a redação do art. 3. do Provimento 23/2000.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº. 23/2000](#) - Resolve que os cartórios extrajudiciais devem remeter à Corregedoria relação atualizada dos escreventes das respectivas serventias, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

### Certidão Negativa dos Feitos Judiciais

[PARECER Nº. SN63/2007](#) - Solicita que as certidões negativas de ações sejam tiradas pela internet de forma unificada grátis. (Processo nº. 2006-273081).

[\(índice\)](#)

### Certidão – Revalidação

[AVISO CGJ nº 973/2020](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que, em razão do disposto no artigo 1º e seus parágrafos do Provimento CGJ 32/2020, mantido pelo disposto no parágrafo 1º do artigo 38 do Provimento CGJ 42/2020, deverão observar os itens mencionados.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ nº 32/2020](#) - Dispõe sobre o procedimento de revalidação das certidões de feitos de jurisdição contenciosa ajuizados, de certidões fiscais, de interdições e tutelas e as certidões de ônus reais, cuja validade expirarem durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).

[\(índice\)](#)

### Certidão – Solicitação Eletrônica

[AVISO CGJ Nº.60, de 29/01/2009](#) - Avisa que fica autorizada adoção do procedimento de solicitação eletrônica de certidão, através dos sites disponibilizados pelos Serviços Extrajudiciais, podendo a certidão ser retirada no local ou entregue via Correios, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

## Cobrança de atos de reconhecimento de firmas e autenticações

AVISO CGJ Nº. 98/2007 - Avisa sobre os valores a serem cobrados nos atos de reconhecimento de firmas e autenticações.

(índice)

## Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça – Parte Extrajudicial

PROVIMENTO CGJ nº 27/2023 - Altera a redação do inciso VIII, "2" do artigo 225, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 26/2023 - Altera a redação do parágrafo 4º, do artigo 505 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 21/2023 - Altera a redação do caput, do artigo 963, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº16/2023 - Altera a redação do inciso IV, do parágrafo 1º, do artigo 628, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.

(índice)

PROVIMENTO CGJ 6/2023 - Altera o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial e dá outras providências.

(índice)

PROVIMENTO 87/2022 - Aprova o novo Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.

(índice)

PROVIMENTO CGJ 77/2022 - Dispõe sobre a alienação, por escritura pública, de bens integrantes de acervo hereditário, altera a redação do artigo 556 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial e lhe acrescenta os artigos 308-A, 308-B, 308-C, 556-A e 556-B e dá outras providências.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 56/2022 - Revoga o artigo 417 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 39/2022 - Alterar o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial, para incluir o § 3º ao artigo 134.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 06/2022 - Revoga o artigo 603, caput e parágrafo único, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 06/2022 - Revoga o artigo 603, caput e parágrafo único, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 115 /2021 - Acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao artigo 51-A, altera a redação da alínea 'b' de seu inciso III e modifica a redação do artigo 53-B, todos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 108/2021 - Inclui os parágrafos 1º e 2º ao artigo 435 do Código de Normas - Parte Extrajudicial  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 106/ 2021 - Insere o Capítulo XV, no Título IX, Livro III do Provimento CGJ nº 12/2009 (Código de Normas - Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 96/2021 - Inclui os parágrafos 1º e 2º ao artigo 792 do Código de Normas desta CGJ - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 83/2021 - Acrescenta o artigo 734-A, ao Capítulo III, do Título 1V do Livro III, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 76/2021 - Revoga o parágrafo 4º, do artigo 765, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.



(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 69/2021 - Altera a redação do artigo 239-A no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 46 /2021 - Inclui o artigo 239-A no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.

(índice)

Provimento nº 38/2021 - Revoga o artigo 82, caput do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial e dá outras providências

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 40/2021 - Acrescenta o inciso VIII ao artigo 31 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial e dá outras providências.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 39/2021 - Altera a redação do inciso IV e acrescenta incisos e parágrafos ao artigo 51-G do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial e dá outras providências.

(índice)

PROVIMENTO CGJ 36/2021PROVIMENTO CGJ 36/2021 - Altera a redação do artigo 69 e seus parágrafos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial e dá outras providências.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 35/2021 - Renumerar o parágrafo único, passando a constar como § 1º, e inclui o § 2º, ao artigo 825 do Provimento CGJ nº 87/2020 (Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial).

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 28/2021 - Altera a redação do caput do artigo 224-B do Provimento CGJ nº 87/2020 (Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial)

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 24/2021 - Altera a redação dos artigos 48, caput e § 3º e seu inciso II, 51-E, 51-F, caput e 63, caput, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial e dá outras providências.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 20/2021 - Altera o artigo 1.018 e seus parágrafos do Provimento CGJ nº. 87/2020 (Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça-Parte Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ nº 15/2021 - Resolve acrescentar os parágrafos quarto e quinto, ao artigo 241, bem como os parágrafos sétimo e oitavo, ao art. 431, todos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ nº 04/2021 - Altera a redação do parágrafo 2º do artigo 134 do Código de Normas da Corregedoria, Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
([índice](#))

### Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais

PORTARIA TJ nº 2357/ 2021 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais (COMEX) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

PORTARIA nº 2327/ 2021 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais (COMEX) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

PORTARIA nº 2005/ 2021 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais (COMEX) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

PORTARIA TJ nº 1729/ 2021 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais (COMEX) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

PORTARIA TJ nº 1237/ 2021 - Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais (COMEX) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

PORTARIA TJ nº 1219/ 2021 -Designa membros para a Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais (COMEX) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

PORTARIA nº 849/2019 - Designa membros para a Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais (COMEX) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

#### Comissão Permanente de Notários e Registradores

PORTARIA CGJ N. 220, DE 28/12/2009 - Resolve nomear para integrarem a Comissão Permanente de Notários e Registradores da Corregedoria Geral da Justiça os Oficiais de Registro que menciona.  
(índice)

#### Comissão de Regularização e Regulamentação Fundiária

PROVIMENTO CGJ N. 65, DE 21/09/2009 - Resolve instituir a Comissão de Regulamentação de Regularização Fundiária Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça, cuja finalidade é assessorar o Corregedor Geral da Justiça na regulamentação, processamento e fiscalização da atividade registral, destinada a regularização fundiária.  
(índice)

#### Comunicação Eletrônica de venda de veículos

PROVIMENTO CGJ N. 10, DE 30/01/2009 - Resolve autorizar a adoção, pelos serviços extrajudiciais com atribuição de notas, do Sistema de Comunicação Eletrônica de Venda de Veículos (CONVEM), a partir do Acordo de Cooperação Técnica n. 01/2007, celebrado entre a entidade em tela e o DENATRAN.  
(índice)

#### Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça destinada aos Serviços Extrajudiciais

PROVIMENTO CGJ nº 13/2023 - Altera a redação do caput do artigo 1451 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 39/2022 - Alterar o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial, para incluir o § 3º ao artigo 134.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 34/2021 - Altera o parágrafo quinto do artigo 344 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 87/2020 - Altera o título da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Extrajudicial) para Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Extrajudicial), bem como acrescenta/altera normas nele contidas.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 83/2020 - Altera os artigos 196, I e II; 736, §5º e 786, §§ 2º e 3º da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 77/2020 - Altera o título da Seção II do Capítulo II do Título I do Livro II, bem como o artigo 47; artigo 48, parágrafo 1º, parágrafo 3º em seu inciso IV, parágrafo 5º e parágrafo 6º; artigo 50; artigo 51; artigo 52, caput; artigo 53; e acrescenta o artigo 47-A; artigo 47-B; artigo 48, parágrafo 3º, incisos V, VI e VII, parágrafo 7º e parágrafo 8º; artigo 49; artigo 51-A; artigo 51-B; artigo 51-C; artigo 51-D; artigo 51-E; artigo 51-F; artigo 51-G; artigo 51-H; artigo 51-I; artigo 51-J; artigo 51-K; parágrafos 1º e 2º ao artigo 52; artigo 52-A; artigo 52-B; artigo 53-A; artigo 53-B; e artigo 53-C; todos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 71/ 2020 - Acrescentar o parágrafo 6º ao artigo 13 da Seção I, do Capítulo I, do Título 1 do Livro II da Consolidação Normativa da Corregedoria, Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 70 /2020 - Altera o caput do artigo 16 e exclui o parágrafo único, acrescenta o artigo 16-A e §§ 1º e 2º à Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 66 / 2020 - Resolve acrescentar o parágrafo único ao artigo 75-B da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 64/2020 - Altera o inciso I e inclui o §4º, ambos do artigo 875 da Seção única do Capítulo IV do Título VII do Livro II da Consolidação

Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 62 /2020 - Altera os artigos 223, 229 e 290, da Consolidação Normativa Judicial do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 55/2020 - Altera o disposto nos artigos 1º. e 7º., ambos do Provimento CGJ 15/2020.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 54 /2020 - Alterar o caput do art. 800 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º, acrescentando-lhe o 4º; alterar o caput do art. 814, renumerar o seu parágrafo único para 1º e acrescentar-lhe os parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º; alterar o caput e o parágrafo único do art. 815 e alterar o art. 816, todos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 51/2020 - Acrescenta o parágrafo único ao artigo 4º; o § 5º ao artigo 13 e altera os § 3º e § 4º do artigo 13 da Seção I do Capítulo I do Título I do Livro II da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Extrajudicial); altera o título da seção I; o artigo 73; o caput dos artigos 66, 69, 70, 76, 77 e 79; os §§ 1º, 2º e 3º do artigo 77 e acrescenta os §§1º, 2º e 3º ao artigo 69; o parágrafo único ao artigo 76; o artigo 76-A; o §4º ao artigo 77; o artigo 77-A; e os incisos I ao X ao artigo 79 da Seção I do Capítulo III do Livro II da mesma norma.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 46/ 2020 - Acrescenta os parágrafos 3º, 4º e 2º ao artigo 44 da Seção I do Capítulo II do Título I do Livro II da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 44/ 2020 - Acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao artigo 587 A do Capítulo VIII do Título III da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 13/2020 - Acrescenta o parágrafo 4º ao artigo 438 do Capítulo II do Título III da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
(índice)

ATO CGJ SN8/2020 - Dispõe sobre o acréscimo do parágrafo 4º ao art. 438, do Capítulo II, do Título III, do Livro III da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Extrajudicial) - Decisão.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 37/ 2020 - Acrescentar os parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º ao artigo 994, do Capítulo IV, e os parágrafos 14, 15, 16 e 17 ao artigo 1004 do

Capítulo VII, todos do Título IX do Livro III da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 29 /2020 - Alterar a redação do Artigo 339 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, bem como incluir o parágrafo único ao referido artigo para padronizar a forma de envio e a forma de cumprimento de mandados judiciais referentes às ações de investigação de paternidade.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 28/2020 - Alterar a redação do artigo 395, caput e parágrafo 2º, do artigo 936 e do artigo 956, todos do Provimento nº 12/2009 - Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 24 /2020 - Revoga o §3º do Artigo 346 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 17 / 2020 - Acrescenta o parágrafo 5º ao artigo 746 do Capítulo III do Título IV da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 12/2020 - Alterar os parágrafos 1º e 3º artigo 135 da Seção I, do Capítulo VI, do Título I, do Livro II da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 06/2020 - Altera o art. 184 da Seção I, do Capítulo VIII do Livro II da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
(índice)

ATO CGJ SN4/2020 - Dispõe sobre a publicação de Provimento, para alteração do art. 184 da CNCJGJ - Parte Extrajudicial, a fim de determinar que o antigo Titular/Delegatário ou Responsável pelo Expediente apresente o relatório de "Selos não Utilizados" extraído do Módulo de Apoio ao Serviço - MAS, no ato da transferência de acervo - Decisão.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 04/2020 - Acrescentar o artigo 587-A à Seção V, do Capítulo VII, do Título III, do Livro III da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.

(índice)

ATO CGJ SN3/2020 – Dispõe sobre publicação de Provimento para acrescentar o artigo 587-A à Seção V, do Capítulo VII, do Título III, do Livro III da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Extrajudicial) - Decisão.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 1/2020 - Resolve dar nova redação ao artigo 46 da Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 67 / 2019 - Acrescenta o artigo 802-A e 802-B e seus parágrafos ao Capítulo VI do Título IV da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 64/2019 - Acrescenta o parágrafo 1º ao artigo 837 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Extrajudicial).

(índice)

PROVIMENTO nº 62/2019 - Acrescenta o artigo 402-A da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça, Parte Extrajudicial.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 61/2019 - Altera dispositivos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial (Provimento CGJ nº 12/2009).

(índice)

PROVIMENTO nº 60/2019 - Incluir os parágrafos 13 e 14 ao Artigo 356 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça para disciplinar a elaboração e o cumprimento de mandados de busca e apreensão de bens.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 53 /2019 - Resolve que a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça - Parte Extrajudicial - passa a vigorar com as alterações mencionadas.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 49/2019 - Altera os artigos 786 e 790 da Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 35/2019 - Altera a redação do Artigo 343 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça para regulamentar o regime de plantão dos Oficiais de Justiça Avaliadores.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 32/2019 - Altera a redação das alíneas "a", "b" e "c", do parágrafo 2º, do artigo 352-B da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça para disciplinar a forma eletrônica de envio dos mandados às Centrais de Cumprimento de Mandados e aos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores (NAROJA), renumera e acrescenta parágrafos ao mesmo artigo.  
(índice)

PROVIMENTO nº 30/2019 - Acrescenta o parágrafo único ao Artigo 352-K da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, renumera o parágrafo único do Artigo 352-L e acrescenta o § 2º ao referido artigo.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 29/2019 - Altera o art. 46 e acrescenta o art. 46-A da Seção II, do Capítulo II do Livro II da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 17/2019 - Acrescenta o inciso X ao Artigo 348, bem como os §§ 6º e 7º ao artigo 402, o § 5º ao artigo 402-A, e o § 4º ao artigo 402-C, todos da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 16/2019 - Altera a redação do caput e do parágrafo 2º do artigo 402-A da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial, bem como revoga o § 4º do referido dispositivo.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 14/2019 - Acrescentar o inciso XI, ao Artigo 348 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, de forma a disciplinar a atualização periódica das Relações de Associações de Moradores disponíveis no sítio eletrônico desta Corregedoria-Geral da Justiça.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 03/2019 - Resolve alterar o artigo 538 e §§ 1º e 2º da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Extrajudicial) e incluir os §§ 4º e 5º ao referido artigo.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 63/ 2018 - Altera o parágrafo 2º do artigo 719 do Provimento CGJ nº. 12/2009 (Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial).  
(índice)



PROVIMENTO CGJ nº 57/2018 - Alterar a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial, para inserir os artigos 513-A e 513-B e acrescentar os §§3º e 4º ao artigo 539 do Provimento nº 12/2009.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 55 /2018 - Altera o Art. 754 do Provimento 12/2009  
(Consolidação Normativa Extrajudicial)  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 46/ 2018 - Altera o artigo 69 do Provimento CGJ nº 12/2009  
(Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial) acrescentando-lhe o parágrafo único.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 45 / 2018 - Altera o artigo 749 do Provimento CGJ nº.  
12/2009 (Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 37/2018 - Acrescenta o parágrafo 13 ao artigo 14 do Provimento nº 12/2009 - Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 27/2018 - Acrescenta o parágrafo 3º ao artigo 220-A da Consolidação Normativa Geral da Justiça - Parte Extrajudicial  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 20/2018 - Exclui o parágrafo único do artigo 362, modifica a redação do item 03, da alínea "g", do inciso VI do artigo 242 acrescentando-lhe o parágrafo 5º, todos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ 19/2018 - Resolve alterar a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 11/2018 - Altera o §1º do artigo 796 do Provimento CGJ nº. 12/2009  
(Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 07/2018 - Acrescenta os parágrafos 3º e 4º ao artigo 701 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 52/2017 - Dispõe sobre cobrança de emolumentos para a distribuição fora do prazo estabelecido.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 038/2017 - Altera o parágrafo 6º do artigo 760 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 37 /2017 - Dispõe sobre alteração da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
(índice)

ATO CGJ SN18/2017 - Dispõe sobre proposta de alteração do Provimento CGJ 12/2009 (Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial) - Decisão.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 24/2017 - Altera a redação do parágrafo 1º (incluindo-lhe dois incisos) do artigo 286 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 21/2017 - Altera o artigo 297 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 18/2017 - Altera a redação do artigo 192 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, revoga e acrescenta parágrafos e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 17 / 2017 - Resolve revogar o parágrafo 3º do artigo 736, bem como, o artigo 737 e seus parágrafos 1º e 2º, da Consolidação Normativa Extrajudicial (Provimento CGJ Nº 12/2009).  
(índice)

PROVIMENTO Nº 10/2017 - Resolve alterar os artigos 521 a 524 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 09/2017 - Altera o parágrafo 5º do artigo 632 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 01/2017 - Altera o artigo 14 da Consolidação Normativa do Estado do Rio de Janeiro, acerca do horário de funcionamento dos Serviços Extrajudiciais.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 120/2016 - Altera a redação do artigo 192 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, revoga e acrescenta parágrafos e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 109/2016 - Resolve alterar o artigo 681 do Provimento CGJ Nº. 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 107 / 2016 - Resolve acrescentar os parágrafos 1º, 2º e 3º ao artigo 356-B da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 102/2016 - Altera o parágrafo 3º do artigo 546 e o inciso IV do artigo 622, da Consolidação Normativa da Corregedoria do Estado do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO nº 106/2016 - Acrescenta o artigo 344-A à Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, revoga o inciso VI do Aviso CGJ nº 125/2013 e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 94 /2016 - Altera o parágrafo 11 do artigo 344 da Consolidação Normativa para adequá-la à Lei nº 13.146/2015 e à Resolução nº 230/2016 do CNJ.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 90 /2016 - Inclui os parágrafos 3º, 4º e 5º no artigo 801 e modifica o inciso III do artigo 488 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO nº 85/2016 - Dá nova redação ao artigo 352-R da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, acrescenta lhe parágrafo único e dá outras providências.  
(índice)

ATO CGJ SN3/2016 - Dispõe sobre sugestão de atualização da Consolidação Normativa da Corregedoria da Justiça com base no Novo Código de Processo Civil -

Decisão.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 82 / 2016 - Resolve renumerar os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 805 para parágrafos 3º, 4º e 5º, respectivamente, da Consolidação Normativa Extrajudicial (Provimento CGJ Nº 12/2009) e acrescentar os parágrafos 1º e 2º ao referido artigo.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 80 / 2016 - Altera o artigo 43 e parágrafo 3º do artigo 48 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 58 /2016 - Resolve acrescentar o inciso IV e alterar ordenação da redação dos incisos do art. 196 do Provimento CGJ Nº 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 56/2016 - Acrescenta o artigo 352-R na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, de forma a estabelecer os procedimentos para o cumprimento dos mandados de avaliação provenientes dos Órgãos da Administração deste Tribunal de Justiça.  
(índice)

PROVIMENTO nº 51 / 2016 - Acrescenta os artigos 352-K, 352-L, 352-M, 352-N, 352-O, 352-P e 352-Q na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, de forma a estabelecer os procedimentos para o cumprimento dos mandados de  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 31/2016 - Inclusão do parágrafo 3º ao artigo 286 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 27 /2016 - Inclui o artigo 369-A na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 21/ 2016 - Altera o parágrafo 4º do artigo 34 da Consolidação Normativa da Corregedoria - Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 20/2016 - Criar o parágrafo 3º no Art. 346 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça para normatizar a vedação de fornecimento de informação, por telefone ou e-mail, sobre mandado judicial.

(índice)

ATO CGJ SN3/2016 - Dispõe sobre sugestão de atualização da Consolidação Normativa da Corregedoria da Justiça com base no Novo Código de Processo Civil - Decisão.  
(índice)

PROVIMENTO nº 08/2016 - Acrescenta o inciso XXXVII ao artigo 499; o inciso XXXX ao artigo 563; e o inciso IV ao artigo 579, todos da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

ATO CGJ SN3/2016 - Dispõe sobre sugestão de atualização da Consolidação Normativa da Corregedoria da Justiça com base no Novo Código de Processo Civil - Decisão.  
(índice)

PROVIMENTO nº 02 / 2016 - Altera a redação do artigo 731 e inclui os artigos 731-A a 731-J da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 85/2015 - Revoga os parágrafos 1º e 2º do artigo 352-E, altera a redação dos artigos 352-E, 352-F e 352-G, e acrescenta os artigos 352-H, 352-I e 352-J na Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça, de forma a estabelecer os procedimentos para a devolução dos mandados eletrônicos pelos oficiais de justiça avaliadores.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 84 / 2015 - Resolve alterar os artigos 185 e 186 do Provimento CGJ Nº. 12/2.009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 75 / 2015 - Altera a redação do artigo 286, §1º, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 74/2015 - Altera o parágrafo único do artigo 352-D e acrescenta o parágrafo único ao artigo 192, ambos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, de forma a estabelecer parâmetros para a expedição de mandados direcionados aos oficiais de justiça avaliadores e para a classificação da ordem como urgente.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 65/2015 - Altera as redações dos artigos 250, inciso XVII; e 345, incisos III e IV da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, para adequá-los à contagem de prazos em dias úteis.  
([índice](#))

Provimento CGJ N. 61/2015 - Altera o disposto no artigo 349 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça para permitir o cumprimento de ordens judiciais pelos oficiais de justiça avaliadores que desempenham a função de direção das Centrais de Cumprimento de Mandados.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ nº 56/2015 - Altera a redação dos artigos 880 e 883, parágrafo único, da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 55/2015 - Altera a redação do artigo 336, 337 e 352 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça, para dispor sobre o prazo de cumprimento dos mandados judiciais pelos oficiais de justiça avaliadores.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ nº 52/2015 - Altera o artigo 15 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 36/2015 - Resolve acrescentar inciso IV e parágrafo único ao art. 253 do Provimento CGJ Nº. 12/2.009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO nº 29/2015 - Altera a redação do artigo 242, VI, h, item 3; do artigo 250 e do §5º do artigo 421, todos da Consolidação Normativa da Corregedoria  
([índice](#))

PROVIMENTO Nº 27/2015 - Consolidação Normativa da Corregedoria - Geral da Justiça (parte extrajudicial). Alteração do Artigo 283.  
([índice](#))

PROVIMENTO Nº 18/2015 - Consolidação Normativa da Corregedoria - Geral da Justiça (parte extrajudicial). Alteração dos Artigos 598 e 599 por força da nova legislação ambiental - Lei nº 12.651/2012, alterada pela Lei nº 12.727/2012 - que revogou a Lei nº 4.771/65 (Código Florestal).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 09/2015 - Resolve alterar dispositivos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - parte extrajudicial (Provimento CGJ nº 12/2009).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 84/2014 - Resolve instituir, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a partir do dia 02 de março 2015, a distribuição eletrônica dos atos extrajudiciais, bem como dos títulos judiciais translativos de direitos reais e contratos particulares translativos de direitos reais.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 83/2014 - Atualização da disciplina do artigo 421 da Consolidação Normativa da CGJ - parte extrajudicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 80/2014 - Atualização da disciplina das alíneas b e c do artigo 178, § 4º, inciso I da Consolidação Normativa da CGJ - parte extrajudicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 78/2014 - Resolve alterar artigos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - parte extrajudicial (Provimento CGJ nº 12/2009).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 72 /2014 - Acrescenta e modifica artigos da Consolidação Normativa - parte judicial, visando à normatização do processo eletrônico nos seguimentos PROGER e Distribuição e dá outras providências.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 71 /2014 - Altera a redação do caput - in fine - e dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 337 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 57/2014 - Atualiza, para fins sistemáticos, as regras da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - parte extrajudicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 56 /2014 - Resolve revogar os Provimentos CGJ nºs 47/2001, 15/2002, 16/2002, 63/2002, 98/2002, 48/2009 e 56/2010.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 50 /2014 - Altera a redação de artigos da Consolidação Normativa da CGJ (parte extrajudicial) para fins de adequação das suas regras ao Provimento CNJ nº 37/2014.

(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 38/2014 - Resolve alterar o disposto no artigo 799 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça-Parte Extrajudicial.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 36 /2014 - Altera a redação do artigo 203, caput; do artigo 360, § 1º; do artigo 704, § 1º; do artigo 761, § 7º; do artigo 896, § 1º; do artigo 941, §1º, do artigo 958, ; e revoga os incisos II e III do artigo 386, todos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 35/2014 - Revoga o artigo 712 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 33 /2014 - Resolve alterar a redação do Artigo 399, II, alínea "f" da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 32/2014 - Resolve alterar o artigo 178 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - parte extrajudicial (Provimento CGJ n.º 12/2009), a fim de inserir o inciso III no § 4º, desmembrar o inciso I do § 5º, reenumerando-se os demais e incluir o ato de desistência no § 8º, inciso I, alínea b.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 26/2014 - Resolve alterar artigos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 18/2014 - Resolve incluir no artigo 976 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial (Provimento CGJ n.º 12/2009) o § 4º.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 16/2014 - Resolve acrescentar ao artigo 297 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial os §§ 1º, 2º e 3º.

(índice)



PROVIMENTO CGJ Nº 13 /2014 - Resolve incluir o artigo 793-A, incisos I, II, III e IV e parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, e o artigo 793-B e parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - parte extrajudicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 12 /2014 - Resolve alterar a redação do parágrafo 6º do artigo 345 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial (Provimento nº 12/2009).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 3 /2014 - Resolve alterar a redação do parágrafo 4º do artigo 420 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial (Provimento nº 12/2009).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ nº 02/2014 - Resolve alterar o disposto no artigo 799 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO Nº 75/ 2013 - Resolve alterar o art. 288 do Provimento nº 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO Nº 74/ 2013 - Resolve alterar o disposto no § 1º do Art. 14 do Provimento nº 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO Nº 73/ 2013 - Resolve excluir o parágrafo único do art. 799 do Provimento nº 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 67 /2013 - Resolve modificar o disposto nos artigos 589, 618, 638 (caput) e o parágrafo único do artigo 620, todos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO Nº 64/2013 - Resolve alterar dispositivos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial (Provimento 12/2009).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 59/2013 - Resolve alterar o artigo 239 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 57/2013 - Resolve que o artigo 350 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - parte extrajudicial - passa a vigorar com nova redação.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 51/2013 - Resolve alterar a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral Da Justiça para incluir, no Livro II, Título I, Seção II, Subseção VI, art 271, o inciso XXX, e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 42/2013 - Resolve renumerar os parágrafos referentes ao art. 177 do Provimento nº 12/2009 (Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial), a partir do parágrafo 4º, a fim de incluir, entre os atuais parágrafos 4º e 5º, mais um parágrafo ao referido artigo.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 41 /2013 - Revoga o disposto no artigo 589 e parágrafo único da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 39/2013 - Resolve alterar o art. 45 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO Nº 35/2013 - Resolve incluir o parágrafo 2º no artigo 127 do Provimento CGJ nº 12/2009 (Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 33/2013 - Altera o artigo 732 e seus parágrafos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 27/2013 - Resolve alterar o inciso I do art. 806 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 25 /2013 - Altera o artigo 765 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 23/2013 - Resolve alterar o artigo 773-C da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 03/2013 - Altera e acresce dispositivos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça - parte extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO Nº 01/2013 - Acrescenta à Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial, Título IV, Capítulo III, os artigos 750-A, 750-B, 750-C e 750-D.  
(índice)

PARECER SN107/2012 - Dispõe sobre prazo para apresentação de informações sobre produtividade e arrecadação pelos Cartórios Extrajudiciais conforme determina o Sistema Justiça Aberta do CNJ - Parecer.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 74/2012 - Altera o art. 382, parágrafo 1º, inciso XVIII, alínea "f" da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - parte extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO Nº 73/2012 - Altera o parágrafo 20 do artigo 731 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 62/2012 - Resolve alterar a redação do caput do artigo 828 e de seu parágrafo segundo, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 61/2012 - Resolve incluir parágrafo único no artigo 8º da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 60/2012 - Resolve alterar dispositivos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 58/2012 - Resolve incluir novo parágrafo no artigo 701 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 57/2012 - Altera a redação do parágrafo quarto dos artigos 219 e 648 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 56/2012 - Resolve incluir novo parágrafo (§ 1º) no artigo 629 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial), alterando se a numeração dos parágrafos subsequentes.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº48/2012 - Resolve alterar dispositivos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 47/2012 - Resolve alterar dispositivos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 46/2012 - Resolve alterar dispositivos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO Nº 30/2012 - Acrescenta o parágrafo 4º ao artigo 420 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 19/2012 - Resolve incluir os artigos 286-A a 286-C na Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça (Provimento CGJ n. 11/2009).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 18/2012 - Resolve modificar o art. 893, parágrafo 1º da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial) - Provimento 12/2009.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 14/2012 - Resolve alterar dispositivos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte extrajudicial (Provimento CGJ n. 12/2009).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 12/2012 - Resolve alterar dispositivos da Consolidação normativa da Corregedoria Geral da Justiça, parte extrajudicial (Provimento CGJ n. 12/2009).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 11/2012 - Resolve alterar os artigos 241 e 286 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº 10/2012 - Resolve alterar o artigo 745 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 3, DE 09/01/2012 - Resolve inserir os artigos 18-A, 356-A e parágrafo único ao art. 397 no Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa da CGJ - Parte Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 87, DE 01/12/2011 - Resolve alterar a Tabela de Pagamento de Reembolso das Certidões, conforme previsto nos artigos 208 e 209 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 86, DE 02/12/2011 - Resolve acrescentar o parágrafo 11 ao art. 344 do Provimento n. 12/2009 (Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Esta do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 83, DE 28/11/2011 - Resolve incluir os parágrafos 1. e 2. no art. 6 e alterar o parágrafo 5. do art. 48 do Provimento n. 12/2009 (Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - parte extrajudicial).  
([índice](#))  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 72, DE 14/10/2011 - Resolve alterar o artigo 149 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 71, DE 13/10/2011 - Resolve alterar o inciso I do artigo 387 e o artigo 405 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial). Retificado no DJERJ, ADM, de 19/10/2011, p. 15.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 46, DE 20/07/2011 - Resolve incluir o parágrafo 3. ao art. 438 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça – Parte Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 41, DE 11/07/2011 - Resolve alterar o parágrafo 5. do art. 34 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - parte extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 33, DE 15/06/2011 - Resolve acrescentar o inciso III ao artigo 115 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 32, DE 13/06/2011 - Resolve alterar o art. 328 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial), e dá outras providências.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 30, DE 30/05/2011 - Resolve que fica alterado o parágrafo 5. do art. 201 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça- Parte Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 29, DE 25/05/2011 - Resolve modificar a redação dos parágrafos 6. e 8. e revogar o parágrafo 7. do artigo 720 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa da Corregedoria da Justiça - Parte Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 28, DE 25/05/2011 - Resolve modificar a redação dos arts. 154 e 159 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 27, DE 12/05/2011 - Resolve alterar o parágrafo 2. do art. 421 e o parágrafo 2. do art. 705-A da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte extrajudicial).

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 24, DE 03/05/2011](#) - Resolve alterar os arts. 701, 761 e seu parágrafo 1. e 938 da Consolidação Normativa (parte extrajudicial), Provimento CGJ n. 12/2009.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 17, DE 28/03/2011](#) - Resolve incluir o inciso VI no parágrafo 6. do art. 178 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 12, DE 01/03/2011](#) - Resolve alterar o artigo 655 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 6, DE 19/01/2011](#) - Altera a redação do parágrafo 7., suprime o teor do parágrafo 9. e renumera o parágrafo 10 para 9. do art. 981 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte extrajudicial).

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN34, DE 16/02/2011](#) - Sugere que sejam acrescidas a atual Consolidação Normativa da CGJ novas disposições a fim de que as restrições contidas no caput dos arts. 219 e 648 não se apliquem aqueles que já fossem titulares de frações ideais de imóveis, mediante escrituras publicas lavradas anteriormente ao Provimento CGJ n. 12/2009 - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 1, DE 17/01/2011](#) - Resolve alterar o parágrafo 4. do art. 731 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte extrajudicial).

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 66, DE 07/12/2010](#) - Resolve alterar dispositivos do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa - parte extrajudicial).

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 64, DE 22/11/2010](#) - Resolve alterar os arts. 44, 48 e 64 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).

[\(índice\)](#)

PROVIMENTO CGJ N. 63, DE 11/11/2010 - Resolve alterar o parágrafo 2. do artigo 546 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN69, DE 03/11/2010 - Dispõe sobre a conveniência de se adaptar o texto da CNCJ, quanto ao seu art. 36, parágrafo 1., no tocante a comunicação eletrônica - Parecer  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN62, DE 08/10/2010 - Dispõe sobre pedido de revogação do art. 109, II, da Consolidação Normativa da CGJ - Parecer.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 57, DE 06/10/2010 - Resolve alterar o art. 745 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 55, DE 28/09/2010 - Resolve alterar a redação do caput do art. 250 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 53, DE 24/09/2010 - Resolve alterar o artigo 1. do Provimento CGJ n. 39/2010  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 52, DE 16/09/2010 - Resolve alterar os artigos 406 a 412 do Provimento CGJ n. 11/2009.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 46, DE 04/08/2010 - Resolve incluir os parágrafos 1. a 4. no art. 245 do Provimento CGJ n. 12/2009, Consolidação Normativa Extrajudicial.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 44, DE 02/08/2010 - Resolve que o art. 330 da Consolidação Normativa de Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial) fica acrescido dos parágrafos 1. e 2.  
([índice](#))



[AVISO CGJ N. 519, DE 09/07/2010](#) - Avisa aos Serviços Extrajudiciais que deverão cumprir com rigor o disposto nos artigos 197 e 200 da CNCJ, no que concerne a transmissão tempestiva de dados ao link do Selo ao Ato, sob pena da imediata adoção das medidas disciplinares cabíveis.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 42, DE 06/07/2010](#) - Resolve acrescentar o artigo 977-A na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Extrajudicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 38, DE 21/06/2010](#) - Resolve alterar o art. 250 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial).  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 34, DE 02/06/2010](#) - Resolve alterar os artigos 362 a 365 do Provimento CGJ n. 11/2009. Retificado no DJERJ, ADM, de 23/06/2010, p. 13.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 33, DE 20/05/2010](#) - Resolve alterar o artigo 255 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça), destinada aos Serviços Extrajudiciais. ([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 32, DE 20/05/2010](#) - Resolve alterar os artigos 529; 539, caput; 563, incisos XIII e XIV do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça), destinada aos Serviços Extrajudiciais.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 60, DE 20/05/2010](#) - Resolve alterar o artigo 255 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça), destinada aos Serviços Extrajudiciais.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 29, DE 18/05/2010](#) - Resolve alterar o artigo 435 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça) destinada aos Serviços Extrajudiciais.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 17, DE 05/04/2010](#) - Resolve alterar os artigos 353 a 361 do Provimento CGJ n. 11/2009.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 25, DE 03/05/2010](#) - Resolve inserir adequadamente o inciso I do art. 420, suprimindo-o do art. 424, ambos do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 26, DE 05/05/2010 - Resolve alterar o parágrafo 1. do artigo 420 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, destinada aos serviços extrajudiciais.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 27, DE 03/05/2010 - Resolve incluir o parágrafo 8. no art. 345 do Provimento CGJ n. 12/2009.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 21, DE 05/04/2010 - Resolve alterar os arts. 154 e 159 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 11, DE 04/03/2010 - Altera os arts. 372 e 373 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 10, DE 26/02/2010 - Altera o art. 920 do Provimento CGJ n.12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 5, DE 12/01/2010 - Resolve alterar o artigo 720, parágrafo 5. do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 4, DE 14/01/2010 - Resolve alterar o parágrafo 12 do art. 34 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 12, DE 30/01/2009 - Resolve aprovar a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, destinada aos Serviços Extrajudiciais. Revoga a Resolução CGJ n. 2/2005.  
Retificado no DJERJ, ADM, de 05/02/2009, p. 104; de 06/02/2009, p. 63.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 88, DE 21/12/2009 - Resolve alterar os arts. 719 e 720 do Provimento CGJ n. 12/2009, que aprovou a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça destinada aos Serviços Extrajudiciais.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ N. 2, DE 21/12/2009 - Resolve alterar o artigo 542 do Provimento CGJ n. 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 1, DE 21/12/2009](#) - Resolve incluir os parágrafos 1. a 4. no art. 287 do Provimento CGJ nº. 12/2009 (Consolidação Normativa Extrajudicial).  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 83, DE 23/11/2009](#) - Resolve alterar o art. 75 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN36, DE 06/11/2009](#) - Dispõe sobre consulta ao artigo 345, parágrafos 5. e 6. da nova Consolidação Normativa da Corregedoria - Parecer.  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 77, DE 27/10/2009](#) - Resolve acrescentar ao artigo 352-A, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, seis novos parágrafos.  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 72, DE 05/10/2009](#) - Resolve alterar dispositivos do Provimento CGJ n. 12/2009 que aprovou a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça para os Serviços Extrajudiciais.  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 69, DE 23/09/2009](#) - Resolve criar o artigo 352-A, na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 64, DE 28/08/2009](#) - Resolve alterar o Provimento CGJ n. 12/2009, que aprovou a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça destinada aos Serviços Extrajudiciais.  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 57, DE 20/08/2009](#) - Resolve criar o artigo 318-A, na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, cuja vigência se dará a partir do dia 24 de agosto de 2009.  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 12, DE 30/01/2009](#) - Resolve aprovar a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, destinada aos Serviços Extrajudiciais.  
[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 50, DE 24/07/2009](#) - Resolve que as Consolidações Normativas da Corregedoria Geral da Justiça, destinadas aos serviços judiciais e extrajudiciais, estabelecidas pelos Provimentos CGJ ns. 11/2009 e 12/2009, respectivamente, entram em vigor em 14 de agosto de 2009.  
[\(índice\)](#)

PROVIMENTO CGJ Nº.12, de 30/01/2009 - Resolve aprovar a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, destinada aos Serviços Extrajudiciais. Revoga a Resolução CGJ n. 2/2005.  
(índice)

RESOLUCAO CGJ Nº 2, de 28/04/2009 - Resolve prorrogar, por mais 90 (noventa) dias, a suspensão dos dispositivos relativos a Consolidação Normativa recentemente editada, revogando quaisquer disposições em contrário.  
(índice)

### Cópias reprográficas

AVISO CGJ Nº. 502/2007 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais que fica terminantemente proibida a extração de cópias reprográficas remuneradas para cliente ou para o público em geral, sob pena de falta disciplinar grave, em caso de descumprimento.  
(índice)

### Constituição em mora de devedor fiduciante

PROVIMENTO CGJ nº 44/2017 - Altera a redação dos Anexos 1, 2 e 3 do Provimento CGJ nº 02/2017.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 02/2017 - Regulamenta procedimento de constituição em mora do devedor fiduciante pelos serviços extrajudiciais deste Estado.  
(índice)

### Correição

PORTARIA Nº 05/2023 - Resolve designar o magistrado dirigente do 11º NUR, para presidir a Correição Geral 2023 - mês de julho, nos serviços notariais e registrais, bem como o servidor do setor de fiscalização do 11º NUR, que o acompanhará na diligência.  
(índice)

PORTARIA CGJ nº 173 /2023 - Determina a realização de Correição Geral Ordinária na forma do inciso XIX do artigo 22 e do artigo 23 da Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro (LODJ).  
(índice)

PORTARIA Nº 04/2023 - Resolve designar o magistrado dirigente do 11º NUR, para presidir a Correição Geral 2023 - mês de junho, nos serviços notariais e registrais, bem como o servidor do setor de fiscalização do 11º NUR, que o acompanhará na diligência.  
(índice)

PORTARIA Nº 03/2023 – 11º NUR - Resolve designar o magistrado dirigente do 11º NUR, para presidir a correição geral 2023 - mês de maio, nos serviços notariais e registrais, bem como o servidor do setor de fiscalização do 11º NUR, que o acompanhará na diligência.

(índice)

PORTARIA Nº 001/2023 - 12º NUR - Resolve que a correição ordinária nos serviços extrajudiciais será realizada pela juíza dirigente do 12º NUR, podendo ser acompanhada pela equipe de fiscalização do NUR.

(índice)

PORTARIA Nº 02/2023 - 13º NUR - Resolve designar para presidir as correições gerais nas serventias relacionadas, conforme quadro especificado, observando-se as regras do artigo 15 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial.

(índice)

PORTARIA nº 01/2023 – NUR 7 - Resolve que a correição ordinária nos serviços extrajudiciais integrantes do 7º NUR será presidida pelo juiz dirigente do 7º NUR, nas datas indicadas no anexo da Portaria CGJ nº 173/2023, com apoio da equipe de fiscalização.

(índice)

PORTARIA 26/2023 – 4º NUR - Resolve que a correição ordinária nos serviços extrajudiciais integrantes do 4º NUR será presidida pelo juiz de direito dirigente do 4º NUR, ou pelo (a) juiz (a) em exercício, nos casos de afastamentos do juiz titular, nas datas indicadas no anexo da Portaria CGJ nº 173/2023 e ratificadas no anexo desta Portaria, com o apoio da equipe de fiscalização.

(índice)

PORTARIA Nº 01/2023 - 6º NUR - Resolve que a correição ordinária nos serviços notariais e de registros, incluindo suas sucursais, postos de atendimento, unidades interligadas e nas centrais estaduais na área de atribuição do 6º NUR será presidida pela juíza dirigente do 6º Núcleo Regional.

(índice)

PORTARIA Nº 01/2023 - 13º NUR - Resolve designar para presidir as correições gerais nas serventias relacionadas, conforme quadro especificado.

(índice)

PORTARIA Nº 02/2023 - Resolve dispor que a Correição Geral Anual Extrajudicial neste 8º Núcleo Regional será realizada pelo Juiz Dirigente ou pelo (a) Juiz(a) Dirigente em exercício no NUR, nos casos de afastamentos do Juiz titular, auxiliado pelo servidor mencionado que atua no Setor de Fiscalização e Disciplina, ou por

outro(s) servidor(es) que venha (m) a substituí-lo em decorrência das ausências legais ou de eventuais impedimentos.  
([índice](#))

[PORTARIA Nº 01/2023](#) - Resolve que a correição ordinária nos serviços extrajudiciais do 9º NUR será realizada pela juíza dirigente do NUR, ou pelo (a) juiz(a) dirigente do 9º NUR em exercício, nos casos de afastamentos da juíza titular, acompanhada da equipe de fiscalização e disciplina do NUR.  
([índice](#))

[PORTARIA Nº 01/2023/6º NUR](#) - Resolve que a correição ordinária nos serviços notariais e de registros, incluindo suas sucursais, postos de atendimento, unidades interligadas e nas centrais estaduais na área de atribuição do 6º NUR será presidida pela juíza dirigente do 6º Núcleo Regional.  
([índice](#))

[PORTARIA Nº 01/2023/5º NUR](#) - Resolve designar o juiz dirigente do 5º NUR para proceder a todas as correições gerais nos serviços extrajudiciais subordinados ao 5º NUR.  
([índice](#))

[PORTARIA Nº 01/2023 / 3º NUR](#) - Resolve que a correição ordinária nos serviços extrajudiciais será realizada pelo juiz de direito dirigente do 3º NUR, juiz de direito titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Petrópolis, assessorado pela equipe de fiscalização  
([índice](#))

[PORTARIA N. 03/2022](#) - Resolve designar para presidir as correições gerais nas serventias relacionadas, conforme quadro abaixo especificado.  
([índice](#))

[PORTARIA 3/2021](#) - Resolve que a correição ordinária nos serviços extrajudiciais será realizada pela Juíza dirigente deste NUR podendo ser acompanhada pela equipe de fiscalização do 12º NUR.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 1.466/ 2019](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que, para a realização da Correição Ordinária Anual, os Serviços deverão emitir declaração informando se atendem aos critérios determinados no Provimento CNJ nº 74/2018.  
([índice](#))

[PORTARIA CGJ N. 606/2014](#) - Regulamenta a realização da Correição Geral Ordinária nas Serventias Judiciais de primeira instância e Extrajudiciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

## Custas e Emolumentos

### Geral

AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 04/2018 - Avisam aos Delegatários Titulares e aos Responsáveis pelo Expediente de Serviços Extrajudiciais que, em razão da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 3111/RJ, devem cessar imediatamente a cobrança dos acréscimos sobre os emolumentos previstos no art. 10, § 1º do Decreto-Lei Estadual nº 122/1969.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 362/ 2017 - Avisa aos responsáveis pelas Serventias Oficializadas dos Ofícios de Registro de Distribuição das Comarcas de Interior que os valores passíveis de cobrança para expedição de Certidões referentes ao ajuizamento de feitos, respeitando as normas inseridas nas Tabelas 16 e 19 da Lei Estadual nº 6.370/2012, de Custas Extrajudiciais e na legislação vigente, devem acompanhar os critérios mencionados.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 96/2013 - Resolve incluir na Portaria CGJ nº 74, publicada em 09 de agosto de 2013, o item 19 do Título V.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 95/2013 - Resolve aprovar as tabelas de emolumentos extrajudiciais que acompanham a presente Portaria, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2014, incorporando as Tabelas da Lei Estadual n.º 3.350, de 29/12/1999, com redação modificada pela Lei Estadual nº (índice)  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 74/2013 - Resolve aprovar, para efeito de divulgação, os entendimentos consolidados na matéria relativa à cobrança de emolumentos pelos Serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, na forma do artigo 12 da Lei 6.370, de 20 de dezembro de 2012, e dá outras providências.  
(índice)

ATO EXECUTIVO CONJUNTO n.º 27/2012 - Dispõe sobre o recolhimento e o reembolso do valor dos emolumentos na prática dos atos extrajudiciais, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 1172/2012 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais sobre credenciamento de funcionários autorizados a solicitar isenção de emolumentos cartorários, em nome do Centro Comunitário de Defesa da Cidadania.

(índice)

AVISO CGJ nº 1100/2012 - Avisa aos Serviços Extrajudiciais Oficializados e Privatizados que, na forma do Aviso CGJ nº 908/2011, estão autorizados a receber, diretamente dos interessados, os emolumentos e acréscimos legais em virtude dos atos que praticarem, fornecendo-lhes recibo no caso de Serviço Extrajudicial Oficializado, cujos recolhimentos serão feitos obrigatoriamente, tanto pelos Serviços Extrajudiciais Oficializados (emolumentos e acréscimos legais), como pelos Serviços Extrajudiciais Privatizados (acréscimos legais), no primeiro dia de normalização do serviço bancário, conforme exegese dos artigos 140, III, c/c artigo 132, ambos da CNECJ.

(índice)

AVISO TJ N. 3, DE 06/01/2012 - Avisa que o desarquivamento de processos administrativos e o fornecimento de informações sob a forma de certidão pelos órgãos integrantes do Tribunal, devem ensejar os recolhimentos que menciona, e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ N. 3, DE 02/01/2012 - Avisa sobre os valores que deverão ser cobrados nos atos de reconhecimento de firmas e autenticações nos Cartórios Extrajudiciais.

(índice)

AVISO CGJ N. 920, DE 30/09/2011 - Avisa aos Magistrados, Titulares ou Responsáveis pelas Serventias Judiciais e Extrajudiciais, advogados, serventuários e demais interessados da necessidade de observar as diretrizes para a cobrança das custas e taxa judiciária que menciona.

(índice)

AVISO CGJ N. 853, DE 06/09/2011 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais sobre alteração de funcionários credenciados e descredenciados para solicitação de isenção de emolumentos cartorários, em nome do Centro Comunitário de Defesa da Cidadania.

(índice)

AVISO CGJ N. 649, DE 27/07/2011 - Avisa aos Magistrados, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Juizados Especiais Cíveis que a isenção prevista no art. 54 da Lei n. 9.099/95 não alcança os emolumentos devidos para a prática de atos extrajudiciais, de modo que deverão fazer constar expressamente das cartas de sentença, ofícios ou mandados judiciais que a parte interessada faz jus a gratuidade de justiça para a prática do ato extrajudicial.

(índice)

AVISO CGJ N. 381, DE 20/05/2011 - Avisa aos Magistrados, Titulares ou Responsáveis pelo Expediente das Serventias Judiciais e Extrajudiciais, Advogados



Serventuários da Justiça e demais interessados, da necessidade de estrita observância das diretrizes mencionadas para a cobrança de custas judiciais e de taxa judiciária, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO TJ Nº 21, de 24/06/2009](#) - Avisa que a GRERJ Eletrônica Judicial estará disponível na pagina principal de seu sitio [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br), a partir de 29/06/2009, e apresenta o novo modelo de impressão, feito em uma única via.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO TJ Nº 9, de 26/05/2009](#) - Estabelece normas e orientações para o recebimento e processamento da Guia de Recolhimento de Receita Judiciária Eletrônica - GRERJ Eletrônica instituída pelo Ato Normativo TJ n. 08/2009, e da outras providencias.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO TJ Nº 8, de 26/05/2009](#) - Institui novo tipo de Guia de Recolhimento de Receita Judiciária Eletrônica - GRERJ Eletrônica - para pagamento dos valores devidos na esfera judicial, e da outras providencias.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 36, de 30/01/2009](#) - Resolvem alterar a redação do art. 6. do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ n. 27/1999.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 39/2009](#) - Avisa que as ações ajuizadas por idosos demandam o prévio recolhimento de custas judiciais, emolumentos de registro/baixa e de taxa judiciária, exceto se intentadas por idosos maiores de 65 anos e que recebam até 10 salários mínimos, ressalvadas a concessão de gratuidade de justiça e as demandas propostas pelo Ministério Público.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 668/2008](#) - Avisa quanto a inexistência de obrigatoriedade de aceitação de cheque, nos Serviços Extrajudiciais privatizados, para pagamento de emolumentos, e da outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 520/2008](#) - Avisa que o processo judicial de sobrepartilha de bens relacionados a patrimônio inventariado originalmente por escritura publica suscita a incidência das custas judiciais, emolumentos e taxa judiciária, e da outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº. 41/2008](#) - Avisa sobre a forma de preenchimento da GRERJ, com relação a distribuição dos feitos judiciais, revoga o Aviso CGJ Nº. 789/2006, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº. 27/2008](#) - Avisa que as determinações de penhora, arresto, seqüestro e indisponibilidade de bens, decorrentes de ordens judiciais, não

dispensam o prévio pagamento dos emolumentos devidos por parte do requerente do ato de constrição, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº. 171/2007](#) - Institui o novo modelo da Guia de Recolhimento de Receita Judiciária - GRERJ - Especial para Executivos Fiscais do Município do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº. 163/2007](#) - Institui o novo modelo da Guia de Recolhimento de Receita Judiciária - GRERJ para recebimento das receitas do Poder Judiciário destinadas ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça e as demais instituições autorizadas.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº. 634/2007](#) - Avisa que, a partir do dia 01/01/2008, o preenchimento da Guia de Recolhimento de Receita Judiciária (GRERJ) deve utilizar os códigos discriminados no verso do novo modelo, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

#### Arquivamento de títulos e documentos

[PROVIMENTO CGJ Nº. 15/2007](#) - Resolve que as serventias extrajudiciais com atribuição de notas e de registro imobiliário estão autorizadas a exigir a apresentação e entrega, para fim de arquivamento, de cópias autenticadas dos documentos de identificação e constituição do(s) outorgante(s) e outorgado(s), e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

#### Autorização de recolhimento pela serventia

[RESOLUÇÃO CGJ Nº. 14/2007](#) - Resolve incluir o parágrafo 10 ao art. 163 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.

[\(índice\)](#)

[RESOLUÇÃO CNJ Nº. 35/2007](#) - Disciplina a aplicação da Lei nº. 11.441/07 pelos serviços notariais e de registro.[\(índice\)](#)

#### Carta de Sentença

[PROVIMENTO CGJ N. 16, DE 23/03/2011](#) - Resolve que as custas processuais incidirão sempre que o interessado requerer a emissão de carta de sentença, na forma da lei, restringindo-se sua cobrança a apenas este ato, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN81, DE 23/03/2011](#) - Dispõe sobre o procedimento de autenticação das peças que instruem carta de sentença a ser averbada ou registrada em Serviço Extrajudicial - Parecer.

[\(índice\)](#)

## Comissão de Estudos

[PORTARIA CGJ N. 4, DE 14/02/2011](#) - Resolve instituir, no âmbito da Corregedoria Geral de Justiça, Comissão de Estudos, com a finalidade de estudos, discussão e elaboração de manual que demonstre todos os emolumentos que devem compor os atos finais praticados pelos Serviços Extrajudiciais do Estado, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

## Desarquivamento de Processos

[AVISO CGJ N. 4, DE 07/01/2010](#) - Avisa as Serventias Extrajudiciais sobre os valores a serem recolhidos no desarquivamento de processos administrativos e fornecimento de informações sob a forma de certidão.

[\(índice\)](#)

## Devolução

[PARECER CGJ N. SN67, DE 21/03/2011](#) - Dispõe acerca de procedimento para devolução de emolumentos relativos ao registro de formal de partilha pago pelo valor máximo da tabela de custas - Parecer.

[\(índice\)](#)

## Emolumentos Cartorários

[AVISO CGJ Nº 84/2013](#) - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais, para fins de atualização, sobre o descredenciamento e credenciamento dos funcionários autorizados a solicitar a isenção de emolumentos cartorários, em nome do Centro Comunitário de Defesa da Cidadania.

[\(índice\)](#)

## Escritura de Inventário e Partilha

[AVISO CGJ 79/2023](#) - Avisa que o valor presente no artigo 19 da Portaria CGJ nº 1.952/2022 corresponde ao somatório total das parcelas referentes ao preço final da escritura de inventário e partilha extrajudiciais, estando incluídos neste teto os valores dos emolumentos, acréscimos legais, tributo, selos e consultas bancos de informações.

[\(índice\)](#)

## Gratuidade de Justiça

PARECER CGJ Nº SN95, DE 31/03/2011 - Dispõe sobre posicionamento da Corregedoria Geral de Justiça a respeito do Ato Normativo TJ n. 17/2009 - Parecer. ([índice](#))

PARECER CGJ Nº SN94, DE 31/03/2011 - Dispõe sobre o cancelamento de protesto de título e sobre a extensão de gratuidade de justiça para a prática de ato extrajudicial - Parecer. ([índice](#))

ATO NORMATIVO TJ N. 17, DE 26/08/2009 - Unifica e consolida os procedimentos para concessão da gratuidade de justiça na prática de atos extrajudiciais, nas hipóteses autorizadas por Lei. ([índice](#))

#### GRERJ

PROVIMENTO CGJ N. 7, DE 19/01/2010 - Resolve que a interposição do Pedido de Reconsideração previsto nos arts. 134 do Provimento CGJ n. 11/2009 e 108 do Provimento CGJ n. 12/2009 suscita o prévio recolhimento do valor que menciona, a ser efetuado em GRERJ. ([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ N. 5735, DE 17/12/2009 - Altera os arts. 2. e 3. do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ 163/2007. ([índice](#))

AVISO CGJ Nº.40/2009 - Avisa aos Serviços Extrajudiciais que deverão remeter semanalmente a primeira via da Guia de Recolhimento de Receita Judiciária (GRERJ), inclusive de seu modelo eletrônico, ao Departamento de Gestão da Arrecadação - DEGAR, e da outras providencias. ([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ N. 4200, DE 09/09/2009 - Resolve alterar o os artigos 1. e 13 do Ato Executivo TJ n. 2647/2003. ([índice](#))

ATO EXECUTIVO TJ N. 2647, DE 22/07/2003 - Institui o modelo de Guia de Recolhimento de Receita oriunda de Co-branca Administrativa - GRERJ Administrativa, e da outras providências. Arts. 1. e 13 alterados pelo Ato Executivo TJ: ([índice](#))

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº. 163/2007 - Institui o novo modelo da Guia de Recolhimento de Receita Judiciária - GRERJ para recebimento das receitas do

Poder Judiciário destinadas ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça e as demais instituições autorizadas.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 416, DE 21/07/2009](#) - Avisa sobre valor a ser recolhido, em GRERJ, pela expedição de certidão comprobatória do exercício da advocacia.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ N. 28, DE 03/07/2009](#) - Avisa que será vedado o recolhimento concomitante, em única GRERJ Eletrônica Judicial, de custas referentes a carta precatória expedida e cumprida neste Estado e as atinentes ao processo judicial na qual a carta foi requerida, facultando-se o ressarcimento dos valores recolhidos.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº. 634/2007](#) - Avisa que, a partir do dia 01/01/2008, o preenchimento da Guia de Recolhimento de Receita Judiciária (GRERJ) deve utilizar os códigos discriminados no verso do novo modelo, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

### GRERJ Eletrônica

[AVISO CGJ nº 1481/2012](#) - Avisa aos Titulares, Responsáveis pelo Expediente dos Distribuidores Contadores e Partidores DCP's e dos Serviços Extrajudiciais Oficializados que deverão observar as diretrizes em relação ao registro dos recolhimentos eletrônicos, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO TJ N. 23, DE 20/10/2010](#) - Resolve alterar os arts. 4. e 6. do Ato Executivo TJ n. 4033/2009.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ N. 84, DE 18/12/2009](#) - Avisa que a partir de 01 de janeiro de 2010 todos os recolhimentos de custas, taxa judiciária e acréscimos legais, deverão ser realizados obrigatoriamente em GRERJ Eletrônica, disposta no site [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br) com exceção dos recolhimentos citados, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO TJ N. 4033, DE 26/08/2009](#) - Resolve instituir, de forma obrigatória, para os serviços extrajudiciais privatizados, a Guia de Recolhimento de Receita Judiciária eletrônica - GRERJ eletrônica, para pagamento dos valores devidos ao FETJ e demais recolhimentos que especifica, e da outras providências

[\(índice\)](#)

### FUNDPERJ

[AVISO CGJ Nº. 44/2008](#) - Avisa sobre os procedimentos a serem adotados pelas serventias extrajudiciais oficializadas, no recolhimento dos emolumentos em favor do FETJ, FUNPERJ e FUNDPERJ, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ/DPGE Nº. 5/2007](#) - Regulamenta a Lei Estadual 4.664/05, que instituiu o Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Poder Judiciário.

[\(índice\)](#)

[RESOLUÇÃO TJ/VP, 3 Nº. 4/2007](#) - Resolve que, a partir de 15 de fevereiro, incidirá acréscimo sobre as custas e os emolumentos dos atos extrajudiciais, instituído pelo inciso II do art. 4º. da Lei Estadual nº. 4.664/2005, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº. 441/2007](#) - Avisa às serventias extrajudiciais sobre as tabelas de emolumentos que deverão ser utilizadas na cobrança dos atos que menciona.

[\(índice\)](#)

### Fundo Especial do TJERJ

[ATO EXECUTIVO Nº 5367/2013](#) - Dá nova redação ao inciso I do artigo 2º do Ato Executivo nº 2647/2003, relativo aos parcelamentos de débitos devidos ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça, em procedimento administrativo.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 570/2012](#) - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente dos serviços extrajudiciais vagos, nas condições que especifica, sobre a necessidade de transferir para o FETJ ( Provimento CGJ nº 43/2010), até o dia 10 do mês seguinte, o valor da diferença entre a receita líquida da serventia e o teto do funcionalismo público, na ordem de 90,25% dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN23, DE 19/01/2011](#) - Dispõe sobre a inconstância constatada nos recolhimentos referente são percentual de 20% devido ao FETJ determinado pela Lei n. 3.217/1999- Parecer.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 82, DE 31/01/2011](#) - Avisa que os valores decorrentes das multas previstas nos artigos 436, parágrafo 2. e 442 do Código de Processo Penal devem ser recolhidos em favor do FETJ, e da outras providencias.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ N. 57, DE 29/06/2010](#) - Avisa aos Juízos e Serventias das Comarcas da Capital e do Interior que o Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ aprovou seis novos Enunciados Administrativos, e modificou a redação de alguns Enunciados

que, acrescidos aos anteriores, faz publicar para ciência dos interessados. Republicado no DJERJ, ADM, de 05/07/2010, p. 2; de 06/07/2010, p. 2.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO TJ N. 11, DE 04/05/2010](#) - Resolve alterar o disposto no art. 6. do Ato Executivo Conjunto n. 27/1999, mediante o acréscimo de alínea, e da outras providências.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ N. 27, DE 10/06/1999](#) - Regulamenta o recolhimento do acréscimo de vinte por cento sobre os emolumentos dos atos extrajudiciais, a ser depositado em favor do Fundo Especial do Tribunal de Justiça.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO TJ N. 22, DE 09/09/2009](#) - Disciplina o procedimento para pedido de restituição de valor, referente a receita, judicial ou administrativa, recolhido indevida ou excessivamente ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO TJ N. 12, DE 06/07/2009](#) - Determina que todos os resultados financeiros de leilões, vertidos a conta de depósitos judiciais, sejam recolhidos do Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ, na conta corrente do Banco Itaú que menciona, e da outras providências.  
([índice](#))

[AVISO TJ N. 31, DE 22/07/2009](#) - Avisa sobre a obrigatoriedade do reembolso do auxílio pericial ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça, que consta no artigo 4. da Resolução CM n. 20/2006, e da outras providências.  
([índice](#))

### Habilitação de Casamento

[AVISO CGJ nº 1439/2019](#) - Avisa, com a observância às tabelas 01, 03 e 04 da Portaria nº 2358/2018, desta E. Corregedoria, acerca das composições mencionadas.  
([índice](#))

### Isenção de Pagamento

[ATO SN1/2023](#) - Dispõe sobre verificação da situação apresentada pelos serviços extrajudiciais vinculados em relação aos requisitos necessários para a isenção de emolumentos devidos para a prática de atos extrajudiciais - Despacho.  
([índice](#))

[AVISO 2/2023](#) - Avisa aos delegatários e responsáveis pelo expediente dos serviços extrajudiciais vinculados ao Décimo Núcleo Regional sobre a necessidade do estrito cumprimento das normas legais relativas aos pedidos de gratuidade de emolumentos devidos pela prática de atos extrajudiciais.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 572 /2012](#) - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais sobre credenciamento e descredenciamento de funcionários autorizados a solicitar isenção de emolumentos cartorários, em nome do Centro Comunitário de Defesa da Cidadania.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 810, DE 13/10/2010](#) - Avisa aos Magistrados que deverão fazer constar das cartas de sentença, ofícios ou mandados judiciais, quando for o caso, a isenção no pagamento do valor dos emolumentos em razão da extensão da gratuidade de justiça para a prática dos atos extrajudiciais  
([índice](#))

#### Ofício de Registro de Notas

[AVISO CGJ nº 77/2023](#) - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente e demais interessados que o valor presente na nona nota integrante da Tabela 19, da Lei Estadual nº 9.873/2022 se aplica apenas aos Ofícios de Registro de Distribuição.  
([índice](#))

#### Pareceres

[PARECER CGJ N. SN44, DE 22/02/2011](#) - Dispõe sobre isenção no pagamento de emolumentos para efeito de emissão de certidão pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN36, DE 17/02/2011](#) - Dispõe sobre esclarecimentos acerca dos valores cobrados a título de emolumentos para a lavratura de procuração e escritura de compra e venda - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN35, DE 16/02/2011](#) - Dispõe sobre a revisão dos valores dos emolumentos estabelecidos na Tabela 09 da Portaria CGJ n. 84/2010 - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN46, DE 07/12/2009](#) - Dispõe sobre revisão do valor dos emolumentos referentes as notificações praticadas no registro de títulos e documentos - Parecer  
([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN43, DE 30/11/2009](#) - Requer providências concernentes a cobrança excessiva de emolumentos - Parecer.



[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN35, DE 09/11/2009](#) – Dispõe sobre cobrança de custas - Parecer.  
[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº SN45/2008](#) - Consulta referente a cobrança de emolumentos de registro de loteamento com as aberturas das necessárias matrículas – (Processo n. 2008-161115.)  
[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº. SN44/2008](#) - Dispõe sobre isenção de emolumentos na aquisição de imóveis da CEHAB, financiados pelo SFH - Parecer. (Processo Nº. 2008-190347).  
[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº. SN271/2007](#) - Dispõe sobre isenção de emolumentos referentes ao protesto de títulos. (Processos ns. 2007-159707. 2007-264140. 2007-250018. 2007-183145. 2007-219813)  
[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº. SN268/2007](#) - Dispõe sobre custas de averbação ou prenotação pela comunicação entre Tabelionatos - Parecer. Processo Nº. 2005-170267.  
[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº. SN267/2007](#) - Dispõe sobre procedimento na emissão de certidão de escritura sem o selo de fiscalização obrigatório - Parecer. Processo Nº. 2006-200280.  
[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº. SN299/2007](#) - Dispõe sobre devolução de emolumentos - Parecer. (Processo Nº. 2005-072685). [\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº. SN254/2007](#) - Dispõe sobre cobrança de emolumentos na autenticação de documentos - Parecer. (Processo nº. 2004-098075).  
[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº. SN242/2007](#) - Dúvida quanto à cobrança de emolumentos - Parecer. (Processo Nº. 2007-071083).  
[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº. SN239/2007](#) - Dispõe sobre cobrança de emolumentos por escritura pública - Parecer. (Processo Nº. 2007-063288).  
[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº. SN230/2007](#) - Dispõe sobre custas para a lavratura de escritura pública – Parecer. (Processo Nº. 2007-148377).  
[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº. SN199/2007](#) - Dispõe sobre diferença no recolhimento de emolumentos - Parecer. (Processo nº 2005-236597).  
[\(índice\)](#)

PARECER CGJ Nº. SN54/2007 - Dúvidas sobre cobrança de custas referentes a recurso julgado deserto em sede de Juizado Especial . (Processo Nº. 2006.273058)  
(índice)

PARECER CGJ Nº. SN26/2007 - Reclamação. (Processo nº. 2006-278674).  
(índice)

PARECER CGJ Nº. SN157/2006 - Solicita manifestação acerca do novo valor legal dos emolumentos das notificações extrajudiciais. (Processo nº. 2006- 026402; 2006 - 026429; 2005 - 204225; 2005 - 28938; 2005 - 021718; 2005 - 011.00428; 2002 - 131424 e 2006 - 149211).  
(índice)

### Protesto de Títulos

ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 07/2014 - Dispõe sobre a atualização das regras previstas no Ato Executivo Conjunto nº 27/99, no que concerne à cobrança de emolumentos e dos acréscimos legais nos atos de protesto de títulos, incluindo a extensão da disciplina do Ato Normativo TJ nº 11/2010 para o protesto dos títulos executivos judiciais definitivos.  
(índice)

### Reconhecimento de Firma e Autenticações

AVISO CGJ N. 23, DE 11/01/2011 - Avisa sobre os valores que deverão ser cobrados nos atos de reconhecimento de firmas e autenticações nos Cartórios Extrajudiciais.  
(índice)

AVISO CGJ N. 666, DE 19/08/2010 - Avisa as Serventias Extrajudiciais, com atribuição de notas, que diante de um numero de reconhecimentos de firma solicitados por uma só pessoa, causando, desta forma, estranheza, que se efetue o levantamento de duvida ao Juiz de Direito competente.  
(índice)

AVISO CGJ N. 929, DE 17/11/2010 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais com atribuição de notas que devem cumprir o que determina o Aviso CGJ n. 666/2010, quando receberem vários pedidos de reconhecimento de firma por uma só pessoa.  
(índice)

AVISO CGJ N. 666, DE 19/08/2010 - Avisa as Serventias Extrajudiciais, com atribuição de notas, que diante de um numero de reconhecimentos de firma solicitados por uma só pessoa, causando, desta forma, estranheza, que se efetue o levantamento de duvida ao Juiz de Direito competente.  
(índice)

AVISO TJ N. 51, DE 28/05/2010 - Avisa que a conferência de fotocópia de folha de Diário Oficial (impresso), artigos de periódicos contidos no acervo do Tribunal e de cópia extraída do DJERJ, realizada pela Biblioteca, enseja o recolhimento do valor que menciona, por cópia conferida, a ser realizado exclusivamente em GRERJ papel, e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ N. 3, DE 07/01/2010 - Avisa sobre os valores que deverão ser cobrados nos atos de reconhecimento de firmas e autenticações, nos Cartórios Extrajudiciais.

(índice)

### Registro de Imóveis

PARECER CGJ N. SN56, DE 22/09/2010 - Dispõe sobre o reexame do teor do Aviso CGJ n. 421/2009, em relação a aplicação do parágrafo 1. do artigo 237-A da Lei n. 6015/73 - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ N. SN24, DE 21/07/2010 - Dispõe sobre a cobrança de custas e emolumentos estabelecida pelo Aviso CGJ n. 84/2010, referente ao PMCMV - Parecer.

(índice)

AVISO CGJ N. 84, DE 27/01/2010 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais que os registros de imóveis e tabelionato de notas permaneçam cobrando os emolumentos dos atos que praticam nos moldes da legislação estadual e dos atos administrativos pertinentes, independentemente do advento do Programa Minha Casa Minha Vida.

(índice)

### Separação e divórcio consensual e inventário e partilha, por escritura pública

AVISO TJ N. 109, DE 14/12/2010 - Avisa aos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, que deverão regularizar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste aviso, os recolhimentos devidos pelas consultas junto ao Banco de Indisponibilidade de Bens ou ao Cadastro de Informações relativas as escrituras reguladas pela Lei Federal n. 11.441/2007, e dá outras providências.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº. 13/2007 - Resolve que os atos que não possuam qualquer disposição acerca de partilha de bens, independentemente da expressa estipulação de pensão alimentícia, suscitam a aplicação do item Nº. 1, II, da Tabela 07 (escrituras sem valor declarado) da Portaria Nº. 823/2006, com os devidos acréscimos legais, e dá outras providências.  
(índice)

### Segunda Via de Documento

PARECER CGJ N. SN36, DE 04/08/2010 - Dispõe sobre cobrança de custas no tocante a expedição de segunda via de certidão - Parecer.  
(índice)

### Tabelas judiciais

PORTARIA CGJ Nº. 54/2008 - Aprova as tabelas judiciais, com efeito a partir de 01/01/2009, incorporando a Lei Estadual n. 3.350/99.  
(índice)

### Tabelas extrajudiciais

PORTARIA CGJ N. 219, DE 29/12/2009 - Resolve aprovar as tabelas extrajudiciais que acompanham a presente Portaria, com efeito a partir do dia 1. de janeiro de 2010, incorporando a Lei Estadual n. 3350 de 29 de dezembro de 1999.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº. 55/2008 - Dispõe Aprova as tabelas extrajudiciais, com efeito a partir de 1. de janeiro de 2009, incorporando a Lei Estadual n. 3350 de 29 de dezembro de 1999.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº. 2/2007 - Dispõe sobre a regulamentação da sistemática de cálculo dos emolumentos referentes aos atos notariais e registrais correlacionados à Lei Nº. 11.441/07.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº. 823/2006 - Aprova as tabelas extrajudiciais, com efeito a partir de 01/01/2007 incorporando a Lei Estadual Nº. 3.350/99.  
(índice)

### Declaração dos Companheiros

RESOLUÇÃO CGJ Nº. 6/2007 - Revoga os artigos 403-A e 403-B da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

### Desativação

PROVIMENTO CGJ Nº 5/2008 - Resolve incluir o artigo 394-B e seus parágrafos 1. a 6. na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.

[\(índice\)](#)

## Designação dos responsáveis pelo expediente

[AVISO CGJ N. 775, DE 04/10/2010](#) - Avisa aos responsáveis pelo expediente das Serventias Extrajudiciais que não integram os quadros do Poder Judiciário na forma do artigo 47 da Consolidação Normativa, que se encontram suspensos os efeitos dos artigos 2.º a 5.º do Provimento CGJ n. 43/2010, e das outras providências.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 43, DE 19/07/2010](#) - Resolve que os responsáveis pelo expediente das serventias extrajudiciais declaradas vagas pelo CNJ permanecem a frente da administração do serviço, de forma precária e interina, sempre em confiança do Poder Público responsável pela designação, até que a respectiva unidade venha a ser assumida por delegado aprovado em concurso público, e das outras providências.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº. 26/2000](#) - Estabelece critérios para designação de responsáveis pelo expediente de serviços notariais e de registros vagos, na hipótese de não existência do substituto, nos termos do parágrafo segundo, do artigo 39, da Lei Nº. 8.935/94.

[\(índice\)](#)

## Direitos e deveres

Artigos 28 a 30 da [LEI Nº. 8.935/1994](#) - Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.

[\(índice\)](#)

Artigos 31 a 36 da [LEI Nº. 8.935/1994](#) - Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro

[\(índice\)](#)

## Distribuição Eletrônica

[PROVIMENTO CGJ Nº 35/2015](#) - Resolve alterar os artigos 3º, 4º, 5º e 6º do Provimento nº 84/2014.

[\(índice\)](#)

## Distribuidor Extrajudicial

[AVISO CGJ Nº 1407 / 2016](#) - Revoga o Aviso CGJ nº 902/2016, que autorizava a distribuição e tramitação física dos processos oriundos de Notários e Registradores.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 902 / 2016](#) - Dispõe sobre a distribuição e tramitação dos processos oriundos de Notários e Registradores até o desenvolvimento do perfil "Delegatário/Escrevente Substituto" no Portal de Serviços do TJRJ.  
([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN62, DE 11/03/2011](#) - Dispõe sobre pedido de autorização para distribuição de ato notarial fora do prazo previsto pela CNCJG - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN61, DE 11/03/2011](#) - Dispõe sobre pedido de autorização para distribuição de ato notarial fora de prazo previsto pela CNCJG - Parecer  
([índice](#))

### Sistema Extrajudicial Integrado dos Distribuidores Extrajudiciais

[AVISO CGJ nº 1481/2012](#) - Avisa aos Titulares, Responsáveis pelo Expediente dos Distribuidores Contadores e Partidores DCP's e dos Serviços Extrajudiciais Oficializados que deverão observar as diretrizes em relação ao registro dos recolhimentos eletrônicos, e dá outras providências.  
([índice](#))

### Escritura Pública

#### Extinção de União Estável

[ATO CGJ SN16/2017](#) - Dispõe sobre consulta de cobrança da extinção da união estável procedido por escritura pública - Decisão.  
([índice](#))

### Inventário e Partilha

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ Nº 11/2017](#) - Dispõe sobre Escritura Pública de Inventário e Partilha de Bens.  
([índice](#))

### Escrituração

[AVISO CGJ Nº 318, de 08/06/2009](#) - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais sobre a escrituração e transmissão dos Livros Adicionais Físico e Eletrônico, na atribuição de

Registro de Imóveis e de Registro Civil de Pessoas Naturais, e o correto recolhimento dos emolumentos.

[\(índice\)](#)

## Etiquetas de Segurança

[PROVIMENTO CGJ nº 42/2014](#) - Regulamenta o uso de etiquetas de segurança pelos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

## Falsificação

[AVISO CGJ N. 158, DE 24/06/2009](#) - Avisa as serventias judiciais e extrajudiciais que confirmem junto ao Forum da Comarca de Redenção, no Estado do Para, as Cartas Precato rias que determinam a busca e apreensão de bens, em razão da existência de varias falsificações, devendo em caso positivo da falsificação ser comunicado imediatamente a autoridade policial.

Regulamenta o uso de etiquetas de segurança pelos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

## Ficha de atualização de dados do cartório

[AVISO CGJ N. 820, DE 28/10/2009](#) - Avisa as Serventias Extrajudiciais que estão disponíveis no sitio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro os novos formula rios de pedidos de selos, da ficha cadastral cartorária e do modelo do livro de monitoramento de controle de selos.

[\(índice\)](#)

## Formulário Eletrônico – CNJ

[AVISO CGJ nº 334/2022](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro acerca dos formulários eletrônicos elaborados pela Corregedoria Nacional de Justiça para prestar informações sobre os emolumentos percebidos.

[\(índice\)](#)

## Funcionamento

[LEI Nº. 8.935/1994](#) - Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondendo sobre serviços notariais e de registro.

[\(índice\)](#)

## Funcionamento dos Serviços Notariais e Registrais

[Provimento CGJ nº 47/2021](#) - Prorroga, no âmbito dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, a vigência do Provimento CGJ nº 17/2021.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 29/ 2021 - Altera a redação do artigo 2º, § 3º, e nele inclui os §§ 13º e 14º, do Provimento CGJ nº 17/2021 que regula o funcionamento dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (Sars-CoV2).

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 47/2020 - Altera e prorroga as providências determinada no Provimento CGJ nº 42/2020, em decorrência do Provimento CNJ nº 105/2020 e Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 25/2020.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 42/2020 - Regulamenta o funcionamento dos Tabelionados de Notas e de Protesto de Títulos e Documentos de Dívidas, e dos Ofícios de Registros do estado do Rio de Janeiro, durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (Sars-CoV2), alterando e consolidando o Provimento CGJ no 31, e dá outras providências.

(índice)

#### Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais do Rio de Janeiro – FUNRPEN/RJ

PORTARIA CGJ Nº 11/2023 - Resolve que, para efeito de compensação dos atos gratuitos abrangidos pelo Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro - FUNARPEN/RJ, instituído pela Lei estadual nº 6.281/2012, e nos termos do que estabelece o artigo 8º do Ato Executivo Conjunto nº 27/2012 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o reembolso será realizado por cada ato praticado, observando-se a tabela em anexo.

(índice)

PORTARIA CGJ Nº 167/2019 - Resolve que, para efeito de compensação dos atos gratuitos abrangidos pelo Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro - FUNARPEN/RJ, instituído pela Lei estadual nº 6.281/2012, e nos termos do que estabelece o artigo 8º do Ato Executivo Conjunto nº 27/2012 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o reembolso será realizado por cada ato praticado, observando-se a Tabela em anexo.

(índice)

#### Gratuidade

ATO NORMATIVO TJ N. 17, DE 14/07/2011 - Dispõe sobre a exoneração e dispensa



de ocupantes de cargos de provimento em comissão e funções gratificadas integrantes da estrutura da Assessoria Direta aos Desembargadores.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO TJ N. 12, DE 04/07/2011](#) - Resolve acrescentar o parágrafo 5. ao art. 1. e alterar o paragrafo4. do mesmo artigo no Ato Normativo TJ n. 17/2009.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº. 508/2007](#) - Avisa sobre a necessidade de apresentação de declaração justificada de ausência de condições financeiras, para a obtenção de gratuidade da lavratura das escrituras de inventário, separação e divórcio, e dá outras providências.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ/DPGE Nº. 5/2007](#) - Regulamenta a Lei Estadual 4.664/05, que instituiu o Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Poder Judiciário.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ/DPGE Nº. 4/2006](#) - Decidem que, a partir do dia 1º. de julho de 2006, incidirá o acréscimo de 5 por cento sobre os emolumentos dos atos extrajudiciais, instituído pelo inciso III do art. 4º. da Lei Estadual Nº. 4.664/05, que será recolhido por meio de GRERJ, em favor do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

### Atos Extrajudiciais

[AVISO NUR10 N. 2/2023](#) - Avisa aos delegatários e responsáveis pelo expediente dos serviços extrajudiciais vinculados ao Décimo Núcleo Regional sobre a necessidade do estrito cumprimento das normas legais relativas aos pedidos de gratuidade de emolumentos devidos pela prática de atos extrajudiciais.  
([índice](#))

### Idosos

[ATO TJ N. SN8, DE 20/04/2010](#) – Dispõe sobre a gratuidade na pratica de atos extrajudiciais para maiores de 65 anos que percebam ate 10 salários mínimos – Parecer.  
([índice](#))

### Notários

[AVISO CGJ N. 837, DE 30/11/2009](#) - Avisa aos Juizes de Direito que façam constar, no corpo dos mandados, ofícios ou cartas de sentença, se ha extensão da gratuidade de justiça deferida nos autos judiciais aos emolumentos devidos para a prática dos atos registrais/notariais.  
([índice](#))

### Pareceres

PARECER CGJ Nº. SN25/2008 - Dispõe sobre gratuidade de justiça para pessoa maior de 65 anos e com insuficiência de renda – (Processo Nº. 2007-281270).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN204/2007 - Dispõe sobre a aplicabilidade do Provimento CGJ Nº. 26/2007 – Parecer. (Processo Nº. 2007-167812).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN43/2007 - Encaminha cópia de expediente protocolizado junto à Corregedoria da Defensoria Pública. (Processo nº. 2.006-035476).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN37/2007 - Suscita dúvida perante o Juízo de Direito da Vara de Registros Públicos da Comarca da Capital, em razão de trinta e quatro pedidos de isenção de emolumentos. (Processos nº. 2.007-007818, 2.007-010507 e 2.007-010506).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN27/2007 - Requer providências quanto à cobrança indevida de emolumentos feita pelo Cartório da 14ª. CRCPN. (Processo nº. 2006-243.343).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN11/2007 - Presta informações sobre a necessidade de gratuidade das publicações dos Cartórios de RCPN. (Processo nº. 2.007 – 040674).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN175/2006 - Solicita reembolso dos atos de registro de nascimento e assento de óbito praticados gratuitamente no mês de agosto de 2006. (Processo nº. 270.118/06).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN96/2006 - Nova Iguaçu 7ª. Vara Cível. (Processo nº. 2006-230036).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN82/2006 - Dúvida quanto à aplicabilidade da decisão conjunta proferida nos procs. adm. 62368/05 e 139529/05-CGJ, em relação à taxa judiciária. (Processo nº. 2005/283409).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN148/2006 - Requer se abstenha de promover o pagamento de reembolso dos valores especificados, referentes atos gratuitos, a atual Responsável pelo Expediente que não possui legitimidade. (Processos nº. 2005-179.702 - Apensos 2005-267.389, 2005-176.476 e 2005-154.392).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN100/2005 - Gratuidade de Justiça deferida apenas para um requerente. (Processo nº. 2005/136880).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN59/2005 - Abrangência do Aviso 400/2002 - CGJ - Cartas de Adjudicação. (Processo nº. 2005/165486).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN56/2005 - Extração de cópias - Gratuidade de Justiça. (Processo nº. 2004/207718).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN27/2005 - Solicita informar se a gratuidade prevista no inciso V, art. 43 da Lei Nº. 3.350/99 e art. 1º. do Decreto-Lei nº. 1.537/77, se aplica a matéria formulada. (Processo nº. 2005-136757).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN10/2005 - Certidões - cópias - custas. (Processo nº. 2002-152694).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN56/2004 - Despesas judiciais. (Processo nº. 2004-024334).  
([índice](#))

### Inspeções Preventivas

AVISO CGJ Nº 969/2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais que, sem prejuízo dos procedimentos fiscalizatórios de rotina, será implantado o calendário anual de inspeção preventivas nos Serviços Extrajudiciais deste Estado.  
([índice](#))

ATO CGJ SN5/2019 - Dispõe sobre a implantação do calendário anual de inspeções preventivas - Decisão.  
([índice](#))

### Inventário Extrajudicial

AVISO Nº 948/2018 - Avisa aos delegatários, titulares, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro com atribuição notarial que é vedada a lavratura de Escrituras Públicas de Inventário Extrajudicial sem que tenha sido acessado o Registro Central de Testamento On-Line (RTCO) para pesquisar a existência de Testamento Público deixado pelo autor da herança e instrumentos de aprovação de Testamentos Cerrados, devendo ser juntada a certidão negativa expedida pelo módulo de informação da CENSEC - Central Notarial de Serviços Compartilhados.  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN60, DE 05/10/2010 - Dispõe de consulta sobre o advogado ser impedido pelos serviços de notas de atuar em causa própria em inventario extrajudicial - Parecer.  
([índice](#))

## Infrações disciplinares e penalidades

AVISO CGJ Nº. 231/2000 - Avisa que, noticiada a ocorrência de irregularidades na prática de atos notariais e registrais por prepostos dos Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores, será imediatamente instaurado procedimento apuratório, e dá outras providências.  
(índice)

## Lavratura de Escritura Pública

AVISO CGJ Nº 667/2016 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com competência registral a desnecessidade de apresentação da Certidão de Interdição e Tutela em nome dos outorgados compradores para registro de Instrumento Particular com força de Escritura Pública e/ou para Lavratura de Escrituras Públicas de Imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro Imobiliário-SFI.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN20, DE 12/07/2010 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de certidão de interdições e tutelas para lavrar escritura - Parecer.  
(índice)

AVISO CGJ N. 694, DE 16/09/2009 -Avisa sobre os procedimentos a serem observados na lavratura de escrituras publicas nos Cartórios Extrajudiciais com atribuição de Notas.  
(índice)

## Inventário e Partilha

AVISO CGJ Nº 416/2018 - Avisa que nos casos de lavratura de escrituras de inventário e partilha será incluído na base dos emolumentos o valor da meação do cônjuge sobrevivente, respeitado o valor-teto.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 352 2018 - Avisa que nos casos de registro de escrituras de inventário e partilha será incluído na base de cálculo dos emolumentos o valor da meação do cônjuge sobrevivente.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN74, DE 22/11/2010 - Dispõe sobre escritura de cessão de direitos - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN59, DE 06/10/2010 - Dispõe sobre a necessidade de alvará judicial na cessão de direitos hereditários no corpo da escritura pública de inventário e partilha -Parecer.  
([índice](#))

### Promessa de Compra e Venda de Imóvel Hipotecado

PARECER CGJ N. SN72, DE 23/11/2010 - Dispõe sobre legislação que autoriza a lavratura de escritura de promessa de compra e venda de imóvel hipotecado, bem como da cobrança de emolumentos para a realização de atos notariais - Parecer.  
([índice](#))

### Livro Adicional

AVISO CGJ Nº. 496/2008 - Avisa que os serviços extrajudiciais ficam autorizados a imprimir as páginas do Livro Adicional, bem como imprimir e enviar o Boletim Estatístico Extrajudicial, ambos contendo apenas os atos efetivamente praticados, e dá outras providências.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº. 506/2007 - Avisa que os serviços extrajudiciais ficam autorizados a imprimir apenas as paginas do livro adicional e do boletim estatístico que forem preenchidas.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº. 78/2007 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais que o Livro Adicional e o Boletim Estatístico Extrajudicial físicos deverão ser confeccionados a contar de fevereiro de 2007, nos moldes dos layouts atualizados.  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN68/2007 - Encaminha o documento de visão do Projeto - Livro Adicional Eletrônico. (Processo nº. 2006-259612).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN39/2007 - Encaminha o documento de visão do projeto - Livro Adicional Eletrônico. (Processo nº. 259.612/06). ([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN34/2007 - Solicita adiamento do prazo estabelecido na Resolução Nº. 01/07 e Aviso 78/07 pelos fatos e fundamentos aclarados. (Processo nº. 2007-46.401).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN8/2007 - Encaminha para aprovação novo 'layout' do 'Livro Adicional Eletrônico'. (Processo nº. 103.801/2006).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN2/2007 - Encaminha documento de visão do Projeto Livro Adicional Eletrônico. (Processo nº. 259.612/06).  
([índice](#))

RESOLUÇÃO CGJ Nº. 1/2007 - Resolve instituir o Livro Adicional Eletrônico de utilização obrigatória em todas as serventias extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.  
(índice)

### Livro Adicional Eletrônico

#### Transmissão de Dados

PROVIMENTO CGJ Nº 7/2014 - Resolve que os serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro ficam dispensados da transmissão do Livro Adicional Eletrônico e da escrituração do Livro Adicional físico, referentes aos atos praticados a partir de 10 de março de 2014, inclusive.  
(índice)

AVISO CGJ N. 906, DE 11/11/2010 - Avisa aos cartórios extrajudiciais que deverão regularizar, no prazo de 30 dias, as transmissões do Livro Adicional Eletrônico e do Boletim Eletrônico Extrajudicial.  
(índice)

### Livro de Protocolo

RESOLUCAO CGJ Nº. 12/2007 - Altera o art. 515 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
(índice)

### Módulo de Apoio aos Serviços Extrajudiciais – MAS

AVISO TJ nº 93/2019 - Convoca os servidores efetivos ativos e inativos do PJERJ, titulares do plano de saúde AMIL, que possuam dependentes no plano e que pretendam declará-los na próxima Declaração Anual de Imposto de Renda, para informar o(s) número(s) do(s) CPF(s) do(s) respectivo(s) dependente(s) no prazo de 60 (sessenta) dias, com o objetivo de que seja possível a este Tribunal prestar corretamente essa informação à Receita Federal, bem como emitir os demonstrativos anuais para o imposto de renda compatíveis com a DIRF.  
(índice)

AVISO nº 1440/2019 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil de Pessoas Naturais que, independentemente do tempo decorrido, nas hipóteses de retificação documental

por erro material do Serviço Extrajudicial sem pagamento dos emolumentos e acréscimos legais, que deverá providenciar a transmissão do resumo do ato ao Sistema 'MAS' - Módulo de Apoio às Serventias.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1.303/2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que as solicitações para cancelamento, exclusão ou correlação de selos eletrônicos serão efetuadas, exclusivamente, no Módulo de Apoio ao Serviço - MAS.  
(índice)

ATO CGJ SN3/2018 - Dispõe sobre as dificuldades enfrentadas pelos serviços quando da implantação da nova versão 3.2 do Módulo de Apoio ao Serviço Extrajudicial - MAS, que entrou em produção no dia 03/10/2018 - Decisão.  
(índice)

### Malote Digital

PROVIMENTO CGJ nº 45/2014 - Dispõe sobre a utilização pelos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro do Sistema Hermes - Malote Digital, para recebimento de ofícios e demais correspondências oficiais.  
(índice)

### Obrigatoriedade de exigência de certidões dos Ofícios de Interdições e Tutelas

AVISO CGJ Nº. 19/1999 - Avisa que, quando da lavratura de atos de Transmissão de Direitos Reais, é obrigatória a exigência das certidões dos ofícios de interdições e tutelas, sob pena de responsabilidade.  
(índice)

### Pareceres de assuntos diversos da CGJ

PARECER CGJ SN1/2022 - Dispõe sobre publicação de Provimento que revoga o art. 603 da CNCGJ - Parte Extrajudicial - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN3/2020 - Dispõe sobre alteração da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial - Parecer.  
(índice)

PARECER SN2/2020 - Dispõe sobre o procedimento a ser adotado pelos oficiais de justiça avaliadores para o cumprimento dos mandados não classificados como "urgentes", dirigidos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Parecer. (índice)

PARECER SN1/2020 - Dispõe sobre a necessidade de fomentar o cadastramento de pessoas jurídicas no SISTCADPJ - Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas - para fins de recebimento de citações e intimações eletrônicas - Parecer. (índice)

PARECER SN3/2020 - Dispõe sobre a disponibilização e da política de distribuição das licenças do serviço de acesso remoto SAR - Parecer. (índice)

PARECER SN2/2020 - Dispõe sobre a criação de regras de priorização de digitalização de autos físicos para fins de realização de audiência remota via ambiente CISCO WEBEX - Parecer. (índice)

PARECER SN1/2020 - Dispõe sobre a necessidade de fomentar o cadastramento de pessoas jurídicas no SISTCADPJ - Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas - para fins de recebimento de citações e intimações eletrônicas - Parecer. (índice)

PARECER TJ/CGJ SN1 - Dispõe sobre implantação do Sistema PJe nas Varas da Infância, da Juventude e do Idoso com o novo modelo de gestão do Judiciário - Parecer. (índice)

PARECER CGJ SN7/2019 - Dispõe sobre consulta a respeito da obrigatoriedade de distribuição de testamento em que foi autorizada judicialmente a lavratura de escritura pública de inventário e partilha, nos termos do art. 701 da Consolidação Normativa desta CGJ (Parte Extrajudicial) - Parecer. (índice)

PARECER CGJ SN6/2019 -Dispõe sobre cumprimento do Provimento nº 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça - Parecer. (índice)

PARACER CGJ SN5/2019 - Dispõe sobre a implementação do QR CODE nas certidões de feitos judiciais cíveis e executivos fiscais - Parecer. (índice)

PARECER CGJ SN4/2019 - Dispõe sobre efetivação de distribuição compensatória na proporção 2 x 1, pelo período de 1 (um) ano entre a Vara de Família e a Vara de



Família, Infância, Juventude e Idoso, respectivamente, das Comarcas de Macaé e Nova Friburgo - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN2/2019 - Dispõe sobre concessão de gratuidade de emolumentos em favor das Associações de Apoio às Escolas - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN45/2018 - Dispõe sobre a criação da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados pelos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN44/2018 - Dispõe sobre a mudança na forma de atuação da Defensoria Pública relativa ao encaminhamento dos assistidos para a prática de atos extrajudiciais gratuitos - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN42/2018 - Dispõe sobre cobrança de emolumentos para a lavratura de escritura de doação com reserva de usufruto - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN41/2018 - Dispõe sobre valores dos emolumentos devidos para registro de Cédula de Crédito Bancária - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN40/2018 - Dispõe sobre a regulamentação da publicação de notificação de edital por meio eletrônico no sítio da Associação dos Registradores de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro - ARIRJ - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN39/2018 - Dispõe sobre cumprimento da obrigação determinada pelo Provimento CNJ nº 24/2012 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN38/2018 - Dispõe sobre a expedição gratuita de certidão de antecedentes criminais para os mediadores judiciais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN37/2018 - Dispõe sobre a regulamentação da recepção, pelos Serviços de Registro de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro, de títulos eletrônicos oriundos de entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação e do Sistema de Financiamento Imobiliário - Parecer.  
(índice)

[PARECER CGJ SN36/2018](#) – Dispõe sobre adequação das estruturas de informática dos Serviços Extrajudiciais aos padrões estabelecidos no Provimento CNJ nº 74/2018 - Parecer.  
(índice)

[PARECER CGJ SN35/2018](#) - Dispõe sobre padronização dos procedimentos relativos a Certidão Negativa de Débitos FGTS/INSS a serem adotados nos Serviços Extrajudiciais e a realização anual da Correição Ordinária - Parecer.  
(índice)

[PARECER CGJ SN34/2018](#) - Dispõe sobre implementação do projeto de Certidão Eletrônica de Registro de Distribuição dos e Feitos Judiciais expedida pelos Distribuidores, Contadores e Partidores - DCP do Estado do Rio de Janeiro - Parecer.  
(índice)

[PARECER CGJ SN33/2018](#) - Dispõe sobre implementação do sistema QR CODE - Parecer.  
(índice)

[PARECER CGJ SN32/2018](#) - Dispõe sobre atualização dos Módulos do Sistema Integrado Extrajudicial - Parecer.  
(índice)

[PARECER CGJ SN31/2018](#) -Dispõe sobre atualização dos Módulos do Sistema Integrado Extrajudicial - Parecer.  
(índice)

[PARECER CGJ SN 30/2018](#) - Dispõe sobre alteração da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Parte Extrajudicial) - Parecer.  
(índice)

[PARECER CGJ SN29/2018](#) - Dispõe sobre proibição da lavratura de escritura de "união poliafetiva" pelas Serventias Extrajudiciais - Parecer.  
(índice)

[PARECER CGJ SN28/2018](#) - Dispõe sobre recomendações conjuntas emitidas pelas Promotorias de Justiça de Fundações a todos os Ofícios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas - RCPJ do Estado do Rio de Janeiro - Parecer.  
(índice)

[PARECER CGJ SN27/2018](#) - Dispõe sobre a intimação de todas as Corregedorias de Justiça dos Tribunais Estaduais para cientificarem os responsáveis pelas unidades dos serviços extrajudiciais de Notas sobre o Provimento nº 56/2016 do Conselho Nacional de Justiça, bem

como da obrigatoriedade de promover a alimentação do Registro Central de Testamentos On-Line - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN26/2018 - Dispõe sobre mecanismos de fiscalização correcional para os atos praticados por parte dos Tabelionatos de Notas em todo o território nacional - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN23/2018 - Dispõe sobre a Certidão de Feitos Judiciais para a lavratura das escrituras públicas - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN21/2018 - Dispõe sobre acompanhamento do cumprimento da Meta 15 do CNJ, que tem o escopo de realizar levantamento detalhado sobre a existência de nepotismo na nomeação de interinos no serviço extrajudicial revogando os atos de nomeação em afronta ao princípio da moralidade - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN20/2018 - Dispõe sobre averbação de cancelamento da Cédula de Crédito Imobiliário - CCI - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN/19 - Dispõe sobre acompanhamento do cumprimento da Meta 09 do CNJ, que tem o escopo de entabular junto à ouvidoria do Tribunal o detalhamento das reclamações em relação aos Serviços Extrajudiciais apresentando no site do Tribunal estatísticas trimestrais - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN18/2018 - Dispõe sobre acompanhamento do cumprimento da Meta 03 do CNJ, que tem o escopo de realizar fiscalização contábil, financeira, trabalhista e tributária nos Serviços Extrajudiciais, em especial nos Serviços com interinos - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN16/2018 - Dispõe sobre acompanhamento da Meta 18 do CNJ - fiscalização dos registros e matrículas de imóveis rurais - Lei 6739/1979 - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN15/2018 - Dispõe sobre acompanhamento da Meta 17 do CNJ - fiscalização da matéria referente à posse indígena nos serviços extrajudiciais - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN 14/2018 - Dispõe sobre acompanhamento da Meta 19 do CNJ - fiscalização do cumprimento dos dispositivos da Lei 6.015/1973 - Parecer. (índice)

PARECER CGJ SN13/2018 - Dispõe sobre cobrança de emolumentos sobre a meação no registro de escrituras de inventário e partilha - Parecer. (índice)

PARECER CGJ SN12/2018 - Dispõe sobre base de cálculo para a cobrança de emolumentos no registro de escritura pública de inventário, partilha e adjudicação pelo serviço extrajudicial - Parecer. (índice)

PARECER CGJ SN9/2018 - Dispõe sobre alteração da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Extrajudicial) - Parecer (índice)

PARECER CGJ SN7/2018 - Dispõe sobre orientação aos Serviços Extrajudiciais com atribuições Notariais e de Registro de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro das hipóteses em que são exigidas ou dispensadas as Certidões Negativas de Débito - CNDs - Parecer. (índice)

PARECER CGJ SN6/2018 - Dispõe sobre comunicado aos serviços extrajudiciais autorizados a prestar o serviço de apostilamento de documentos públicos - Parecer. (índice)

PARECER CGJ SN5/2018 - Dispõe sobre a forma como devem ser expedidas certidões que contenham informação sobre ônus reais e informação sobre ações reais e pessoais reipersecutórias - Parecer. (índice)

PARECER CGJ SN3/2018 - Dispõe sobre observância do Princípio da Territorialidade nas notificações extrajudiciais - Parecer. (índice)

PARECER CGJ SN1/2018 - Dispõe sobre pretensão de aferir a legalidade do fornecimento de informações relativas aos atos praticados e respectiva arrecadação dos Serviços Extrajudiciais, como disposto na Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso a Informações Públicas - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN50/2017 - Dispõe sobre procedimento referente a notificação usucapião extrajudicial - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN 49/2017 - Dispõe sobre inclusão na Consolidação Normativa desta Corregedoria Geral de Justiça (Parte Extrajudicial) de regramento da questão envolvendo o pagamento dos emolumentos devidos ao Distribuidor, por atos lavrados a qualquer tempo pelos Serviços Extrajudiciais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN34/2017 - Dispõe sobre uniformidade dos prazos de entrega e a segurança dos usuários ao solicitar a certidão pela via eletrônica - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN31/2017 - Dispõe sobre publicação de aviso dirigido aos Cartórios Distribuidores para que passem a encaminhar juízo, somente em caso positivo, o que constar em nome da massa falida - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN30/2017 - Dispõe sobre instituição e regulamentação do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis - SREI no Estado do Rio de Janeiro - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN29/2017 - Dispõe sobre publicação de Provimento a fim de alterar os Anexos 1, 2 e 3 do Provimento CGJ nº 02/2017 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN26/2017 - Dispõe sobre sugestão de alteração da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN23/2017 - Dispõe sobre a natureza jurídica do "Termo de Arrolamento de Bens e Direitos" previsto no art. 64, parágrafo 5º da Lei nº 9.532/87 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN22/2017 - Dispõe sobre esclarecimentos acerca da cobrança ou não de custas nas certidões expedidas pelos DCPs - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN21/2017 - Dispõe sobre esclarecimentos acerca da cobrança ou não de custas nas certidões expedidas pelos DCPs - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN20/2017 - Dispõe sobre a revogação do Aviso TJ nº 60/2017 que está em desacordo com o Ato Normativo Conjunto nº 8/2017 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN19/2017 - Dispõe sobre o aditamento do Provimento CNJ nº 48/2016, que trata do sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN17/2017 - Dispõe sobre adequação das normas desta Egrégia Corregedoria ao Enunciado nº 77, aprovado na I Jornada Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios, pelo Conselho da Justiça Federal - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN16/2017 - Dispõe sobre publicação de Aviso a fim de determinar aos Delegatários do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Tabelionato de Notas que deverão, no prazo máximo de três dias contados da data da lavratura, encaminhar à respectiva Junta Comercial cópia do instrumento de procuração - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN15/2017 - Dispõe sobre atualização das composições de valores dos atos de registro civil de pessoas naturais sujeitos a reembolso, constantes da TABELA DE REEMBOLSO - FUNARPEN - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN14/2017 - Dispõe sobre suspensão provisória dos serviços do Sistema SARQ-POLINTER - cumprimento de alvará de soltura expedido - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN11/2017 - Dispõe sobre alteração da Consolidação Normativa da Corregedoria para melhor adequação e cumprimento das determinações judiciais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN10/2017 - Dispõe sobre expedição de Provimento para regulamentar a emissão, pelos Serviços do RCPN, de certidão de inteiro teor por uso do meio reprográfico vinculada a todos os elementos formais do ato - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN9/2017 - Dispõe sobre alteração do parágrafo 5º do art. 632 da CNCJG - Parte Extrajudicial - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN8/2017 - Dispõe sobre alteração de artigos da Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial para regular o Protesto de Títulos do Estado do Rio de Janeiro - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN5/2017 - Dispõe sobre consulta sobre a possibilidade de alteração do parágrafo 1º do art. 22 do provimento CGJ nº23/2016 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN4/2017 - Dispõe sobre edição de provimento visando regulamentar o procedimento de intimação para constituição em mora do devedor fiduciante - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN3/2017 - Dispõe sobre esclarecimento acerca da cobrança de emolumentos para o registro da convenção de condomínio e sua averbação na matrícula da unidade - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN2/2017 - Dispõe sobre apuração de irregularidades dos serviços extrajudiciais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN1/2017 - Dispõe sobre a possibilidade de se estender o funcionamento dos Serviços Extrajudiciais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN76/2016 - Dispõe sobre novo Estudo de Lotação, a vigorar em 2017, para ser aplicado às serventias judiciais de 1ª instância e às Centrais de Mandados e NAROJA's - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN74 - Dispõe sobre materialização de documentos eletrônicos públicos e particulares - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN72/2016 - Dispõe sobre autorização de cobrança de emolumentos pela prática de alterações efetivadas mediante ofício eletrônico nos dados das distribuições judiciais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN57/2016 - Dispõe sobre a reavaliação do teor do Provimento 66/2016 - Parecer.  
(índice)

PARECER GJ SN68/2016 - Dispõe sobre uniformização de entendimentos acerca do fornecimento de certidões cíveis e criminais por parte dos Serviços Extrajudiciais, de forma a cumprir as determinações judiciais, administrativas e legais sobre a matéria - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN66/2016 - Dispõe sobre solicitação de autorização para instalação de Unidade Interligada - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN64/2016 - Dispõe sobre as requisições de busca de Registro de Nascimento, Casamento e óbito - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN63/2016 - Dispõe sobre Nota Técnica INCRA/DF/DFC/nº 02/2016 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN62/2016 - Dispõe sobre edição de Aviso para fins de dar ciências aos serviços extrajudiciais sobre o Provimento nº 53/16 e de Provimento alterando o inciso III do artigo 488 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN61/2016 - Dispõe sobre recusa de aceitação da Carteira de Identidade Especial, expedida conforme Lei Complementar nº 75/1993, para ato de abertura de firma - Parecer.  
(índice)



PARECER CGJ SN60/2016 - Dispõe sobre o projeto que institui as certidões eletrônicas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN57/2016 - Dispõe sobre a reavaliação do teor do Provimento 66/2016 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN56/2016 - Dispõe sobre procedimento iniciado pelo Serviço de Pessoal Extrajudicial (SEPEX) para análise da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial, em virtude da alteração do parágrafo 4º do artigo 34.  
(índice)

PARECER CGJ SN52/2016 - Dispõe sobre esclarecimento acerca da obrigatoriedade de lançamento de valores relacionados aos fundos legais e ao respectivo prazo para vinculação, nos atos afetos aos Juízes de Paz - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN51/2016 - Dispõe sobre recebimento dos malotes digitais encaminhados pelas Serventias Extrajudiciais sem a documentação necessária, prevista nos art. 34, parágrafos 8º e 9º e art. 48 parágrafos 3º e 4º da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN49/2016 - Dispõe sobre proposta de Provimento desta Corregedoria-Geral da Justiça cuja finalidade é de dispensar os Juízes com atribuição da Infância, Juventude e do Idoso da necessidade de apresentar trimestralmente à Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro cópias dos relatórios de inspeção às entidades de atendimento de crianças, adolescentes e idosos que promoverem - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN48/2016 - Dispõe sobre consulta acerca de autenticação do documento da junta comercial - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN40/2016 - Dispõe sobre informação do Serviço de Controle de Serventias Extrajudiciais (SECEX), acerca da revogação dos efeitos das liminares que suspendiam decisão do Corregedor Nacional de Justiça, tendo sido negados seguimento aos pedidos, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, com a consequente anotação no Sistema Histórico de Serventias (SHS) dos serviços extrajudiciais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN38/2016 - Dispõe sobre procedimento iniciado em razão de ofício do INCRA, em que requer a publicação de Aviso aos registradores de imóveis informando sobre o novo Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR – Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN37/2016 - Dispõe sobre procedimento iniciado em razão de ofício do INCRA, em que requer a publicação de Aviso aos registradores de imóveis informando sobre o novo Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR – Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN36/2016 - Dispõe sobre procedimento de intimação por meio de contato telefônico pelos Oficiais de Justiça Avaliadores - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN35/2016 - Dispõe sobre consulta acerca da exigibilidade de apresentação de Certidão de Interdição e Tutelas nos casos de escrituras públicas de inventário de que trata a Lei nº 11.441/07 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN33/2016 - Dispõe sobre consulta acerca de como proceder em relação às distribuições extrajudiciais dos Títulos de Registro Civil das Pessoas Jurídicas RCPJ, tendo em vista o fato do Serviço do Ofício Único da Comarca de Rio das Flores ter encaminhado as Notas de Distribuições Eletrônicas desses Títulos apenas com o nome do apresentante formal do título e que os dados dos demais participantes, como nome dos representantes legais, secretários, etc. estão sendo lançados no campo destinado às observações - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN 32/2016 - Dispõe sobre consulta acerca da obrigatoriedade de apresentação de Certidões de Interdições e Tutelas por compradores de imóveis em contratos garantidos por alienação fiduciária - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN28/2016 - Avisam aos Magistrados, Chefes de Serventia, Secretários, Assessores e Servidores de Varas com competência para processar e julgar ações de adoção e de destituição do poder familiar, que procedam à marcação no DCP dos processos participantes do Programa 'Adoção em Pauta'.  
(índice)

PARECER CGJ SN27/2016 - Dispõe sobre encaminhamento de minuta de regulamentação do usucapião urbano - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN24/2016 - Dispõe sobre pedido de reconsideração da Portaria CGJ 1087/2015 - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN23/2016 - Dispõe sobre edição de Aviso para fins de avisar aos delegatários, titulares e responsáveis pelo expediente dos serviços extrajudiciais com atribuição notarial e registral quanto ao disposto na Portaria nº 1.949/2015, do Ministério da Justiça - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN19/2016 - Dispõe sobre proposta de alteração do art. 330 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN16/2016 - Dispõe sobre novo sistema de declaração de herança por escritura pública da SEFAZ-RJ.

(índice)

PARECER CJG SN14/2016 - Dispõe sobre orientação aos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais para remessa de listagem de óbitos - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN13/2016 - Dispõe sobre o descarte de documentos em obediência ao prazo estabelecido na Tabela de Temporalidade da Corregedoria Geral da Justiça - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN12/2016 - Dispõe sobre procedimento iniciado em razão de ofício encaminhado pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ, no intuito de requerer informações acerca do procedimento adotado pelos Oficiais de Registro de Imóveis quando provocados pela FUNAI para registro de terras indígenas demarcadas; a aplicação do artigo 231, § 6º da Constituição Federal, do artigo 246, §§ 3º e 4º e do artigo 250, V da Lei 6.015/73; e sobre as normas administrativas locais que tratam da questão.

(índice)

PARECER CGJ SN10/2016 - Dispõe sobre Grupo de Trabalho Multidisciplinar - GTM criado com a finalidade de se elaborar um modelo de qualidade a ser utilizado de

maneira uniforme pelos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN), através de propostas de modernização, organização espacial e alocação otimizada dos recursos humanos - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN9/2016 - Dispõe sobre aprovação da sugestão e a publicação de Aviso para determinar a utilização obrigatória da figura holográfica e da numeração de controle como itens de segurança do papel de segurança a ser utilizado pelos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro nos termos do Provimento CGJ nº 01/2016 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN6/2016 - Dispõe sobre interrupção de energia elétrica e autorização para emissão de guia - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN5/2016 - Dispõe sobre procedimento iniciado em razão da necessidade de adequar o funcionamento das Unidades Interligadas, em consonância com as exigências do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN4/2016 - Dispõe sobre procedimento para adequação do artigo 731 e parágrafos, da Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial, ao Provimento 28/2013 do Conselho Nacional de Justiça - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN3/2016 - Dispõe sobre procedimento iniciado em razão da atualização das composições dos valores dos atos de registro civil de pessoas naturais sujeitos a reembolso, constantes da tabela de reembolso - FUNARPEN, publicada pela Portaria CGJ nº 46/2013, em virtude da publicação da Portaria CGJ nº 4.593/2015, que atualizou os valores das Tabelas de emolumentos instituídas pela Lei Estadual nº 6370/2012, para o ano de 2016 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN67/2015 - Dispõe sobre procedimento a ser adotado pela serventia ao receber no balcão, de advogados e estagiários, cópia de procuração ou substabelecimento para juntada imediata, para fins de retirada de determinados documentos - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN66/2015 - Dispõe sobre alteração dos artigos 185 e 186 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN65/ 2015 - Dispõe sobre convênio firmado entre a Secretaria da Receita Federal e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro - ARPEN/RJ, que amplia serviços gratuitos relativos ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN44/2015 - Dispõe sobre dúvida levantada pelos registradores aos Juízos das Varas de Registro Público acerca da validade de escritura pública levada a registro, a fim de permitir a atuação do Tabelião de Notas como assistente simples do apresentante da escritura pública - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN39/2015 - Dispõe sobre publicação de Aviso aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de registro civil das pessoas naturais acerca da busca de óbitos - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN33/2015 - Dispõe sobre gratuidade na emissão de certidões para procedimentos referentes à adoção - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN32/2015 - Dispõe sobre realização de eventos comunicados pelo Conselho Federal do Colégio Notarial do Brasil - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN30/2015 - Dispõe sobre normas relativas à manutenção e escrituração dos Livros Diário Auxiliar, Visitas e Correições e Controle de Depósito Prévio pelos Titulares, Delegatários e Responsáveis pelo Expediente de Serviços Extrajudiciais no Cartório de Notas e Registros Públicos - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN28/2015 - Dispõe sobre sugestão de registro de óbito - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN27/2015 - Dispõe sobre projeto de digitalização dos acervos dos livros de RCPN - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN25/2015 - Dispõe sobre cancelamento de registro de compra e venda com devolução de emolumentos - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN23/2015 - Dispõe sobre alteração da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Parte Extrajudicial - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN21/2015 - Dispõe sobre sugestão de edição de provimento para incluir no artigo 253 da Consolidação Normativa um inciso determinando aos Oficiais e Notários que obrigatoriamente procedam à consulta no Sistema de Registros de óbitos antes da prática de atos notariais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN16/2015 - Dispõe sobre sugestão de edição de Provimento revogando o artigo 283 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte extrajudicial) - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN14/2015 - Dispõe sobre sugestão de edição de Provimento para nova organização da Comissão Judiciária para Erradicação do Sub-registro de Nascimento e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN8/2015 - Dispõe sobre procedimento a ser observado no ato de lavratura de substabelecimento de procuração, esta lavrada em outra comarca há mais de um ano - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN7/2015 - Dispõe sobre cotação e cobrança de emolumentos para os atos de registro, retificação e cancelamento na distribuição de atos notariais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN6/2015 - Dispõe sobre encaminhamento de petição de documentos - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN5/2015 - Dispõe sobre alteração da CNCJ, a fim de atualizá-la quanto aos órgãos destinatários das vias de mandados de prisão expedidos por meio eletrônico - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN4/2015 - Dispõe sobre o Banco de Nascimento e Óbito administrado pelo Tribunal de Justiça - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN 218/2014 - Dispõe sobre edição de provimento para alteração da estrutura da Divisão de Apoio Técnico Disciplinar (DIATI) - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN 216/2014 - Dispõe sobre solicitação de regulamentação da Portaria Interministerial SEDH/MJ nº 1537/2014 no que concerne à utilização de papel de segurança na confecção das certidões relativas aos atos de registro civil - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN 214/2014 - Dispõe sobre publicação de Provimento disciplinando a distribuição eletrônica dos atos extrajudiciais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN 199/2014 - Dispõe sobre publicação de Provimento para atualizar a disciplina dos artigos 136 e 431 da Consolidação Normativa da CGJ - parte extrajudicial - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN192/2014 - Dispõe sobre solicitação de regularização de propriedade e transferência de registros - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN190/2014 - Dispõe sobre encaminhamento de sentença acerca da remuneração dos interinos em serviços extrajudiciais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ 183/2014 - Dispõe sobre publicação de Aviso informando aos Serviços Extrajudiciais a obrigatoriedade de consulta à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN 180/2014 - Dispõe sobre cobrança indevida de emolumentos para a lavratura de escritura de compra e venda de imóvel - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN 178/2014 - Dispõe sobre sugestão de edição de ato normativo a fim de regulamentar a instalação de Unidades Interligadas nos Institutos Médicos Legais para efeito de realização, com maior agilidade e eficiência, dos registros de óbito - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN214/2014 - Dispõe sobre publicação de Provimento disciplinando a distribuição eletrônica dos atos extrajudiciais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN2012/2014 - Dispõe sobre disponibilização dos dados do "link do Selo ao Ato" e do Selo Eletrônico, referentes aos registros de nascimento, óbito e casamento, a fim de abastecer o Banco de Dados da Central de Registro Civil do Estado do Rio de Janeiro - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN209/2014 - Dispõe sobre autorização para instalação de posto de atendimento de RCPN - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN207/2014 - Dispõe sobre cobrança excessiva de emolumentos para registro de instrumento particular com efeito de escritura pública de compra e venda e financiamento do primeiro imóvel - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN203/2014 - Dispõe sobre sugestão de alterações na CNCGJ referente a protesto de títulos e outros documentos de dívida - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN201/2014 - Dispõe sobre sugestão de alterações na CNCGJ referente a protesto de títulos e outros documentos de dívida - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN200/2014 - Dispõe sobre possibilidade do Serviço notarial proceder ao reconhecimento de firma lançada em documento com data posterior ao momento do ato de reconhecimento - Parecer.  
(índice)



PARECER CGJ SN194/2014 - Dispõe sobre sugestão de edição de Aviso para dar ciência aos Serviços extrajudiciais que deverão cumprir o prazo normativo para a transmissão dos atos notariais e registrais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN193/2014 - Dispõe sobre sugestão de implantação de sistema de aquisição de laudos de exame de corpo delito pela via informatizada conforme projeto piloto implantado - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN192/2004 - Dispõe sobre solicitação de regularização de propriedade e transferência de registros - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN191/2014 - Dispõe sobre alteração da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Judicial no que tange à normatização do processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN190/2014 - Dispõe sobre sugestão de publicação de Aviso para suspender os efeitos do Ato Normativo Conjunto CGJ nº 24/2013 e dos Avisos CGJ nº 759/2013 e 673/2014 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN189/2014 - Dispõe sobre sugestão de edição de Provimento para fins de alteração do caput, parágrafo primeiro e parágrafo segundo do artigo 337 da CNCJG - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN187/2014 - Dispõe sobre remoção de OJAS para a Central de Cumprimento de Mandados - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN185/2014 - Dispõe sobre cumprimento de cartas precatórias via sistema malote digital - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN183/2014 - Dispõe sobre publicação de Aviso informando aos Serviços Extrajudiciais a obrigatoriedade de consulta à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN180/2014 - Dispõe sobre cobrança indevida de emolumentos para a lavratura de escritura de compra e venda de imóvel - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN179/2014 - Dispõe sobre recolhimento das custas/despesas referentes à expedição de mandado de pagamento em sede de Juizados Especiais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN177/2014 - Dispõe sobre solicitação de autorização para funcionamento de unidade interligada - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN176/2014 - Dispõe sobre irregularidade na cobrança do valor exigido para realizar o registro de um imóvel adquirido pelo Sistema Financeiro de Habitação e no cancelamento da prenotação - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN175/2014 - Dispõe sobre reorganização das competências de família, criança, adolescente e idoso da comarca de Belford Roxo - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN169/2014 - Dispõe sobre sugestão de alteração da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial) para autorizar a celebração de contratos de locação de bens imóveis pelo Juiz Coordenador das Centrais de Inventariantes com posterior ciência, apenas, ao Juiz da causa - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN167/2014 - Dispõe sobre procedimento de regularização fundiária - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN166/2014 - Dispõe sobre divergências entre algumas regras da Consolidação Normativa da CGJ e as normas do Ato Executivo Conjunto nº 07/2014, o qual cuida da cobrança de emolumentos e acréscimos legais nos atos de protesto de títulos, incluindo a extensão da disciplina do Ato Normativo Conjunto nº 11/2010 para o protesto de títulos executivos judiciais definitivos - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN165/2014 - Dispõe sobre inadequação e incorreção em diversos Provimentos em vigor e sugestão de revogação - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN164/2014 - Dispõe sobre proposta para implementação do "Projeto de atuação interdisciplinar no enfrentamento da violência sexual contra a mulher, a criança e o adolescente" - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN163/2014 - Dispõe sobre ato de registro imobiliário de título judicial (sentença de usucapião) - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN162/ 2014 - Dispõe sobre cobrança indevida de emolumentos para a lavratura de escritura de compra e venda de imóvel - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN 161/2014 - Dispõe sobre procedimento de regularização fundiária - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN159/2014 - Dispõe sobre cobrança de emolumentos no ato de cancelamento de protesto de título - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN157/2014 - Dispõe sobre publicação de Provimento para o fim de adequar as normas da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte extrajudicial) ao Provimento CNJ nº 37/2014 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN156/2014 - Dispõe sobre sugestão de publicação de Aviso dirigido aos Serviços de RCPN para ciência da nova padronização das comunicações de óbito endereçadas à Justiça Eleitoral - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN154/ 2014 - Dispõe sobre edição de Aviso, dirigido aos Serviços extrajudiciais, dando-lhes ciência da publicação da Lei municipal nº 5.740/2014 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN145/2014 - Dispõe sobre impedimento de carga nos autos do processo - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN142/2014 - Dispõe sobre publicação de Provimento regulamentando a utilização por todos os Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro do Sistema Hermes - Malote Digital, a fim de receber ofícios e correspondências oficiais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN138/2014 - Dispõe sobre prioridade no andamento das Ações Penais que tratam de crimes de abuso e exploração sexual, tortura e maus tratos de crianças e adolescentes - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN137 - Dispõe sobre estudo das providências para implantação da Central Nacional de Indisponibilidade de bens - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN136/2014 - Dispõe sobre recusa no recebimento de petições - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN134/2014 - Dispõe sobre publicação de Provimento disciplinando a utilização de etiquetas de segurança pelos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN133/2014 - Dispõe sobre implantação do Sistema do Malote Digital para os Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, conforme dispõe o Provimento nº 25/2012 do Conselho Nacional de Justiça - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN132/2014 - Dispõe sobre cobrança de emolumentos em processo de habilitação de casamento - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN130/2014 - Dispõe sobre expedição de Aviso dirigido aos Serviços Extrajudiciais a fim de ressaltar os Enunciados aprovados pelo Conselho da Magistratura - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN129/2014 - Dispõe sobre consulta acerca do procedimento com o processo principal quando restaurado e recebido um numero incidente havendo ausência física do principal - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN122/2014 - Dispõe sobre solicitação para que a saúde dos presos seja avaliada e os Juízos Criminais informados quando o réu padecer de doença infectocontagiosa e que as audiências sejam realizadas por videoconferência - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN121/2014 - Dispõe sobre cobrança indevida de emolumentos para a lavratura de Escritura Declaratória de União Estável - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN118/2014 - Dispõe sobre edição de novo Provimento alterando a redação do parágrafo único do artigo 799 da CNCJ, a fim de tornar necessário o envio de comunicação negativa tão somente aos órgãos públicos onde se faz necessária tal informação - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN115/2014 - Dispõe sobre edição de Aviso, dirigido aos Serviços extrajudiciais, dando-lhes ciência da publicação da Lei municipal nº 5.740/2014 - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN113/2014 - Dispõe sobre cobrança indevida de emolumentos para a lavratura de procuração - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN105/2014 - Dispõe sobre consulta acerca do procedimento de petições recebidas por meio do Correio - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN102/2014 - Dispõe sobre publicação de Provimento para o fim de adequar as normas da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte extrajudicial) aos Provimentos nº 64/2012 e 07/2014 - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN105/2014 - Dispõe sobre consulta acerca do procedimento de petições recebidas por meio do Correio - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN102/2014 - Dispõe sobre publicação de Provimento para o fim de adequar as normas da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte extrajudicial) aos Provimentos nº 64/2012 e 07/2014 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN96/2014 - Dispõe sobre consulta de necessidade de vista ao MP para posterior conclusão - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN95/2014 - Dispõe sobre autorização para instalação de unidade interligada - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN92/2014 - Dispõe sobre sugestão de edição de Provimento para alterar o Artigo 399, II, alínea "f" da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN 87/2014 - Dispõe sobre sugestões a respeito da obrigatoriedade de formação de pastas de mandado de pagamento e a necessidade de rubricar as folhas dos livros de vista de autos aos advogados, o de remessa a advogado dativo e à defensoria Pública - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN86/2014 - Dispõe sobre publicação de Aviso recomendando a utilização pelos Serviços de RCPN do Estado do Rio de Janeiro do comunicador eletrônico disponibilizado pela ARPEN/RJ - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN85/2014 - Dispõe sobre disponibilização da nova planta contendo as delimitações das áreas geográficas de atuação dos Serviços de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, em atenção ao que dispõe a Lei estadual nº 6.206/2012 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN84/2014 - Dispõe sobre dúvida sobre declaração de convivência marital pos mortem - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN83/2014 - Dispõe sobre publicação de Aviso a fim de complementar o Aviso CGJ nº 759/2013, que trata do Teto Remuneratório aplicado aos Responsáveis pelo Expediente Interinos - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN82/2014 - Dispõe sobre negativa de gratuidade em escritura - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN81/2014 -Dispõe sobre exigibilidade da indicação de CNPJ constante no art. 29 da Consolidação Normativa - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN80/2014 - Dispõe sobre reclamação acerca de cobrança de valores excessivos por ocasião da lavratura e registro de escrituras de compra e venda - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN78/2014 - Dispõe sobre publicação de Aviso visando esclarecer aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro a correta utilização do dígito identificador do Livro a ser utilizado nos atos de casamento, em consonância com os Provimentos do CNJ nº 02 e 03/2009, bem como o Provimento da CGJ nº 88/2009 - Parecer.

PARECER CGJ SN69/ 2014 - Dispõe sobre publicação de aviso a fim de divulgar junto aos Serviços Extrajudiciais e aos usuários em geral, que os emolumentos relativos às averbações de patrimônio de afetação devem ser cobrados com valor correspondente aos atos de averbação sem valor declarado - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN57/2014 - Dispõe sobre solicitação de autorização da Corregedoria Geral da Justiça para o exercício das atividades de conciliação, mediação e arbitragem, a cargo dos Oficiais de Registro Civil no âmbito dos respectivos Serviços extrajudiciais, cobrando-se emolumentos pelos serviços prestados nessas áreas, com base na Tabela de Emolumentos prevista na Lei estadual 6370/2012 - Parecer.

(índice)

PARECER CGJ SN56/2014 - Dispõe sobre a publicação de Aviso destinado aos Magistrados que atuam nas áreas de Registro Civil, Família, Infância, Juventude e Idoso, alertando para a inexistência de Livro de Registro Provisório de Nascimento ou de Óbito e recomendando a observância do Provimento CGJ nº 19/2011 - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ SN 51/2014 - Dispõe sobre atualização de endereço para envio de cartas precatórias - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ SN 50/2014 - Dispõe sobre correta cobrança de emolumentos para a prática de ato registral - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ SN48/2014 - Dispõe sobre publicação de Provimento para o fim de adaptar a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça aos termos do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014 - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ SN45/2014 - Dispõe sobre consulta a respeito das regras que regem a lavratura de escrituras públicas de divórcio, inventário e partilha - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ SN43/2014 - Dispõe sobre expedição de certidões de distribuição de feitos judiciais - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ SN42/2014 - Dispõe sobre prática de atos de registro e averbação sobre valores de emolumentos e acréscimos pagos - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ SN40/2014 - Dispõe sobre solicitação de normatização de remessa de autos de processos eletrônicos entre juízes que atuam em varas virtuais - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ SN37/2014 - Dispõe sobre propostas e sugestões da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro - ANOREG/RJ, por ocasião da vigência da Lei estadual nº 6.370/2012, para o intento de uniformizar os entendimentos acerca da cobrança de emolumentos - Parecer.  
([índice](#))



[PARECER CGJ SN 36/2014](#) - Dispõe sobre esclarecimentos acerca da interpretação e aplicação dos valores dos emolumentos pagos na lavratura de Escritura de Inventário, Partilha e Divórcio, previstos na Lei Federal nº 11.441/2007, principalmente após a vigência da Lei Estadual nº 6.490/2013, que limita o valor das custas extrajudiciais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN33/2014](#) - Dispõe sobre esclarecimentos a respeito do alcance da regra prevista no art. 345, parágrafo 1º da Consolidação Normativa da CGJ, parte extrajudicial - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN31/2014](#) -Dispõe sobre esclarecimento acerca do procedimento para confirmação de escrituras públicas pelos serviços de registros de imóveis - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN30/2014](#) - Dispõe sobre esclarecimentos acerca da possibilidade de emissão de certidões pelos Registros de Imóveis com a busca feita nominalmente - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN29/2014](#) - Dispõe sobre exigência, no ato de abertura de firma, de apresentação de cópias autenticadas dos documentos de identidade e de CPF - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN28/2014](#) - Dispõe sobre metas de nivelamento das Corregedorias - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN27/2014](#) - Dispõe sobre negativa de pedido vista de autos fora do cartório - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN26/2014](#) - Dispõe sobre consulta acerca da negativa de vigência da Lei Complementar n. 123/2006 - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN14/2014](#) - Dispõe sobre obrigatoriedade do preenchimento dos resultados estatísticos das audiências concentradas - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN13/2014](#) - Dispõe sobre sugestão de devolução às partes do valor cobrado indevidamente e aplicação de multa em dobro em favor do FETJ - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN11/2014](#) - Dispõe sobre envio dos atos para fins de distribuição por parte dos serviços extrajudiciais situados no Município de Mesquita - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN9/2014](#) - Dispõe sobre exigência de cópia autenticada da guia de recolhimento do imposto de transmissão ou laudêmio - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN9/2014](#) - Dispõe sobre exigência de cópia autenticada da guia de recolhimento do imposto de transmissão ou laudêmio - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN8/2014](#) - Dispõe sobre obrigatoriedade de comunicação de óbitos ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Órgão de Identificação do Estado por parte dos cartórios extrajudiciais - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN7/2014](#) - Dispõe sobre integração do Sistema DCP com o sistema informatizado da PCERJ - Polinter, relativo aos procedimentos eletrônicos de envio, recolhimento e comunicação de cumprimento de mandados de prisão - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN286/2013](#) - Dispõe sobre a Resolução nº 175/2013 do CNJ, que veda às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN285/2013](#) - Dispõe sobre a Resolução nº 175/2013 do CNJ, que veda às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ SN284/2013](#) - Dispõe sobre alteração do artigo 288 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte extrajudicial) - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN283/2013](#) - Dispõe sobre o procedimento adotado quando houver necessidade de expedição de mandado de pagamento em processo arquivado e descartado - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN282/2013](#) - Dispõe sobre reclamações referentes à recusa dos escrivães e chefes de serventia em permitirem que os advogados sejam intimados das publicações em cartório - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN275/2013](#) - Dispõe sobre implementação de posto de atendimento de registro de nascimento - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN274/2013](#) - Dispõe sobre divulgação da Orientação n. 6 do CNJ - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN273/2013](#) - Dispõe sobre não reconhecimento de casamento coletivo - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN271/2013](#) - Dispõe sobre sugestão de expedição de Aviso, dirigido aos Serviços de Registro de Títulos e Documentos e aos usuários em geral, informando sobre a vigência da Lei estadual nº 6.599, de 28 de novembro de 2013.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN270/2013](#) - Dispõe sobre dúvidas a respeito de iniciais eletrônicas - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN268/2013](#) - Dispõe sobre indício da prática do delito previsto no art. 108 do Estatuto do Idoso - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN267/2013](#) - Dispõe sobre a regulamentação do processamento das correções ordinárias no âmbito dos NUR's - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN264/2013](#) - Dispõe sobre solicitação para autorização de transferência do acervo notarial - Parecer.

[\(índice\)](#)

PARECER CGJ SN260/2013 - Dispõe sobre cancelamento do registro do protesto das letras de câmbio domiciliadas e sem aceite, efetivado sem o recolhimento do valor de emolumentos e acréscimos legais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN259/2013 - Dispõe sobre averbação de penhora junto ao registro de imóveis - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN257/2013 - Dispõe sobre cobrança pelas consultas ao Banco de Indisponibilidade de Bens e ao Banco de escrituras da Lei 11.441/2007 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN256/2013 - Dispõe sobre consulta acerca de ato de averbação de cancelamento de hipoteca do serviço de registro de imóveis - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN255/2013 - Dispõe sobre revogação do artigo 589 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte extrajudicial - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN254/2013 - Dispõe sobre pedido formulado pelos Juízes de Direito das Varas Criminais da Comarca da Capital, com o intuito de obter a reconsideração da decisão que dispõe que os oficiais de justiça não realizem o pregão das audiências - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN250/2013 - Dispõe sobre prévio registro do instrumento de sinal e princípio de pagamento nos casos de escritura de compra e venda - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN240/2013 -Dispõe sobre o direito de realizar divórcio consensual por meio de escritura pública - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN238/2013 - Dispõe sobre solicitação de autorização para a utilização de chancela mecânica - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN 234/2013 - Dispõe sobre solicitação de dispensa de impressão de sentenças - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN229/2013 - Dispõe sobre solicitação à Corregedoria Geral da Justiça de providências junto aos Serviços do Registro Civil das Pessoas Naturais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN228/2013 - Dispõe sobre lavratura de escritura de compra e venda - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN213/2013 - Dispõe sobre publicação de ato normativo contemplando as modificações e simplificações que visam a padronização da cobrança de emolumentos - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN198/2013 - Dispõe sobre o Provimento CNJ nº 34/2103, que determina a obrigatoriedade de abertura e escrituração diária do Livro de Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, assim como do Livro de Controle de Depósito Prévio para os Serviços extrajudiciais com atribuição que demande o depósito prévio de emolumentos - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN193/2013 - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos serviços extrajudiciais não oficializados/privatizados encaminharem anualmente a declaração das contribuições previdenciárias, referentes aos seus servidores estatutários não remunerados pelos cofres públicos - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN188/2013 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de averbação das áreas de reserva legal, enquanto não estiver implementado o Cadastro Ambiental Rural na forma da Lei 12.651/2012 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN163/2013 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de averbação das áreas de reserva legal, enquanto não estiver implementado o Cadastro Ambiental Rural na forma da Lei 12.651/2012 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN152/2013 - Dispõe sobre o Provimento CNJ nº 30/2013 que disciplina a recepção e o protesto de cheques com o objetivo de evitar fraudes - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN242/2013 - Dispõe sobre verificação de regularidade de recolhimentos efetuados ao FETJ E FUNARPEN - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN240/2013](#) - Dispõe sobre o direito de realizar divórcio consensual por meio de escritura pública - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN236/2013](#) - Dispõe sobre horário de expediente e atendimento - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN217/2013](#) - Dispõe sobre procedimentos de conversão de união estável em casamento nas ações sociais promovidas pelo Tribunal de Justiça ou no trabalho da Justiça Itinerante - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN232/2013](#) - Dispõe sobre liberação de acesso ao Sistema CNCA para a funcionalidade de exclusão/alteração de entidades de acolhimento - Parecer e Decisão.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN229/2013](#) - Dispõe sobre solicitação à Corregedoria Geral da Justiça de providências junto aos Serviços do Registro Civil das Pessoas Naturais - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN211/2013](#) - Dispõe sobre recusa de registro de nascimento - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN196/2013](#) - Dispõe sobre sugestão de proposta de alteração normativa no sentido de tornar obrigatória a averbação, à margem do título originário, da existência de ato notarial posterior - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN193/2013](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos serviços extrajudiciais não oficializados/privatizados encaminharem anualmente a declaração das contribuições previdenciárias, referentes aos seus servidores estatutários não remunerados pelos cofres públicos - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN190/2013](#) - Dispõe sobre a Orientação CNJ nº 04/2013 relativa à desnecessidade de preenchimento da coluna "CID" no campo 40 da Declaração de Óbito do Ministério da Saúde para efeito de lavratura de assento de óbito no Serviço de RCPN - Parecer.

[\(índice\)](#)

PARECER CGJ SN220/2013 - Dispõe sobre participação de chefe de serventia no GEAP-C - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN183/2013 - Dispõe sobre estudo para alteração do artigo 109 da Consolidação Normativa da CGJ (parte extrajudicial) e do artigo 135 da Consolidação Normativa da CGJ (parte judicial) - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN 69/2013 - Dispõe sobre a possibilidade de a parte acompanhar o oficial de justiça avaliador durante a realização de ato processual construtivo - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN219/2013 - Dispõe sobre necessidade de encaminhamento dos autos de execução fiscal ao contador judicial antes da citação - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN218/2013 - Dispõe sobre prazo para encaminhamento de processo ao arquivo - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN217/2013 - Dispõe sobre procedimentos de conversão de união estável em casamento nas ações sociais promovidas pelo Tribunal de Justiça ou no trabalho da Justiça Itinerante - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN215/2013 - Dispõe sobre prioridade na tramitação de inquérito e processos criminais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN214/2013 - Dispõe sobre solicitação de autorização para utilização de nova rotina destinada a dar conhecimento às partes interessadas sobre as baixas processuais tão logo elas ocorram - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN213/2013 - Dispõe sobre publicação de ato normativo contemplando as modificações e simplificações que visam a padronização da cobrança de emolumentos - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN212/2013 - Dispõe sobre medidas protetivas de urgência. Não recebimento por servidor do plantão judiciário - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN11/2013](#) - Dispõe sobre recusa de registro de nascimento - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN210/2013](#) - Dispõe sobre deferimento de protocolo de petição por meio físico em processo eletrônico - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN209/2013](#) - Dispõe sobre deferimento de protocolo de petição por meio físico em processo eletrônico - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN207/2013](#) - Dispõe sobre encaminhamento de dados da Primeira Instância ao Sistema Justiça Aberta pela Corregedoria Geral da Justiça através da DGTEC - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN206/2013](#) - Dispõe sobre pedido de auxílio a ser prestado pelo Grupo de Apoio Cartorário (GEAP C) - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ SN203/2013](#) - Dispõe sobre esclarecimentos sobre diligências de busca e apreensão de crianças e adolescentes em outras comarcas e a respectiva condução ao juízo prolator da ordem - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER SN198/2013](#) - Dispõe sobre o Provimento CNJ nº 34/2103, que determina a obrigatoriedade de abertura e escrituração diária do Livro de Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, assim como do Livro de Controle de Depósito Prévio para os Serviços extrajudiciais com atribuição que demande o depósito prévio de emolumentos - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER SN188/2013](#) - Dispõe sobre tornar facultativa a lavratura de certidões pelos oficiais de justiça avaliadores através do Sistema de Controle de Mandados (SCM) - Parecer.

[\(índice\)](#)



[PARECER SN187/2013](#) - Altera o tabelamento nas Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias para as substituições nos casos de impedimento, suspeição e faltas ocasionais, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[PARECER SN194/2013](#) - Dispõe sobre a recusa de serventias em efetuar o cadastro presencial, conforme determinação nos Atos Normativos TJ nºs 30/2009 e 11/2011

[\(índice\)](#)

[PARECER SN193/2013](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos serviços extrajudiciais não oficializados/privatizados encaminharem anualmente a declaração das contribuições previdenciárias, referentes aos seus servidores estatutários não remunerados pelos cofres públicos.

[\(índice\)](#)

[PARECER SN56/2013](#) - Dispõe sobre a apresentação de réus presos nos atos de citação/notificação pela Unidade de Custódia.

[\(índice\)](#)

[PARECER SN176/2013](#) - Dispõe sobre apresentação de certidões de regularidade previdenciária a cargo dos serviços extrajudiciais.

[\(índice\)](#)

[PARECER SN175/2013](#) - Dispõe sobre a exigência de comprovação da regular inscrição junto ao Conselho Regional de Administração pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ao proceder ao registro de empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem a atividade de Administrador, como atividade preponderante - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER SN173/2013](#) - Dispõe sobre procedimento a ser adotado com relação à cobrança dos emolumentos relativos aos atos do programa "Minha Casa Minha Vida" - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER SN168/2013](#) - Dispõe sobre solicitação para alteração da redação do art. 773-C da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte extrajudicial) - Parecer.

[\(índice\)](#)

PARECER SN166/2013 - Dispõe sobre análise de eventual atuação dos Oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais na conciliação pré-processual do sistema dos Juizados Especiais - Parecer.  
(índice)

PARECER SN163/2013 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de averbação das áreas de reserva legal, enquanto não estiver implementado o Cadastro Ambiental Rural na forma da Lei 12.651/2012 - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN160/2013 - Dispõe sobre convênio a ser firmado com a Secretaria Estadual de Saúde para que possa ser viabilizado o acesso ao Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) - Parecer.  
(índice)

PARECER SN136/2013 - Dispõe sobre a 3ª fase de implantação do Projeto Pai Presente - Parecer.  
(índice)

PARECER SN118/2013 - Dispõe sobre solicitação para alteração da redação do art. 773-C da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça (parte extrajudicial) - Parecer.  
(índice)

PARECER SN107/2013 - Dispõe sobre solicitação de complementação de reembolso dos atos gratuitos de nascimento e óbito praticados pelo Serviço do RCPN do 1º Distrito da Comarca de Saquarema - Parecer.  
(índice)

PARECER SN174/2013 - Dispõe sobre a regulamentação do funcionamento da Central Eletrônica de Registro Civil do Estado do Rio de Janeiro, a partir de 1º de julho de 2013 - Parecer.  
(índice)

PARECER SN10/2013 - Dispõe sobre a necessidade de cumprimento do Provimento nº 18/2012 da Corregedoria Nacional de Justiça por parte dos Serviços de Notas no que se refere à alimentação dos dados junto à CENSEC para viabilizar a migração desses dados - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN 517/2013 - Dispõe sobre procedimentos relativos às procurações e escrituras lavradas nos Serviços de Registro de Imóveis - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN25/2013 - Dispõe sobre cumprimento do art. 3. do Provimento 23/2012 do CNJ no que se refere à abertura de matrícula de imóveis por parte dos Serviços de Registro Imobiliário - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN12/2013 - Dispõe sobre sugestão de expedição de Portaria, dirigido aos Serviços de Registro de Títulos e Documentos e aos usuários em geral, informando sobre a vigência da Lei estadual nº 6.599, de 28 de novembro de 2013.  
(índice)

PARECER CGJ SN8/2013 - Dispõe sobre obrigatoriedade de comunicação de óbitos ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Órgão de Identificação do Estado por parte dos cartórios extrajudiciais - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN583/2012 - Dispõe sobre encaminhamento aos Serviços de Protesto de Títulos de letras de cambio sem aceite, emitidas com base em cheques prescritos, furtados, extraviados, pelas empresas de cobrança - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN107/2012 - Dispõe sobre prazo para apresentação de informações sobre produtividade e arrecadação pelos Cartórios Extrajudiciais conforme determina o Sistema Justiça Aberta do CNJ - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN513/2011 - Dispõe sobre regularização de reembolso de atos gratuitos de nascimento e óbito no Cartório de RCPN da 1. Zona Judiciária da Comarca de Niterói - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ SN 400/2011 - Dispõe sobre a revisão da Portaria CGJ nº 207/2009 referente a regularização fundiária - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN53, DE 01/03/2011 - Dispõe sobre impedimento de memorial de incorporação quando há penhora sobre o imóvel - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN47, DE 28/02/2011 - Sugere que a divisão de custas continue elaborando e entregando aos advogados o GRERJ a ser pago - Parecer  
(índice)

PARECER CGJ N. SN43, DE 22/02/2011 - Dispõe sobre procedimento iniciado através de ofício expedido pela Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis - DRFA, que versa sobre falso reconhecimento de firma - Parecer. [\(índice\)](#)

PARECER CGJ SN37/2011 - Dispõe sobre proposta de alteração da composição da Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral - Parecer. [\(índice\)](#)

PARECER CGJ N. SN25, DE 19/01/2011 - Dispõe acerca da conveniência de se desmembrar a estatística dividindo-as em duas partes: certidão judicial e certidão extrajudicial - Parecer. [\(índice\)](#)

PARECER CGJ N. SN24, DE 07/02/2011 - Sugere que a comunicação de mandados de prisão a Polinter seja feita apenas pelo Juízo Deprecante - Parecer. [\(índice\)](#)

PARECER CGJ N. SN22, DE 24/01/2011 - Dispõe sobre recolhimento de multa pelo jurado faltante - Parecer. [\(índice\)](#)

PARECER CGJ N. SN21, DE 27/01/2011 - Dispõe sobre a limitação de horários para o cumprimento de alvarás de soltura - Parecer. [\(índice\)](#)

PARECER CGJ N. SN19, DE 18/01/2011 - Dispõe sobre declaratória de nulidade de sentença proferida em juízo arbitral e faz remessa a CGJ devido a irregularidades verificadas nos autos - Parecer. [\(índice\)](#)

PARECER SN46/2010 - Dispõe sobre a normatização de decisão do CNJ referente à vacância de serventias extrajudiciais. [\(índice\)](#)

PARECER CGJ N. SN86, DE 15/12/2010 - Dispõe sobre suscitação de dúvida referente a aparente conflito de normas - Parecer. [\(índice\)](#)

PARECER CGJ N. SN85, DE 17/12/2010 - Dispõe sobre sugestão para servidor com idade igual ou maior de 60 anos possam optar em atender ao público - Parecer. [\(índice\)](#)

PARECER CGJ N. SN84, DE 29/11/2010 - Dispõe sobre mudança de endereço para recepção de ordens judiciais - Parecer. [\(índice\)](#)

PARECER CGJ N. SN81, DE 20/12/2010 - Dispõe sobre estudos desenvolvidos para elaboração da Nova Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça com atribuição na matéria judicial - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN77, DE 15/12/2010 - Dispõe sobre sugestão de mudança no procedimento para reconhecimento de firma - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN65, DE 04/10/2010 - Dispõe sobre suspensão de serviço de busca e disponibilização de transporte de processos judiciais entre o Fórum e o Ministério Público -Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN64, DE 26/10/2010 - Dispõe acerca da competência para a pratica de ato registral concernente a limites territoriais diferentes - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN58, DE 29/09/2010 - Dispõe sobre consulta relativa a distribuição e expedição de certidão de protesto de título - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN54, DE 22/09/2010 - Dispõe sobre cobrança de custas pelo registro de compra e venda com alienação fiduciária, na qual figura como credora fiduciária Cooperativa Habitacional - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN50, DE 20/09/2010 - Dispõe sobre a disponibilização de processos fora de cartório exclusivamente para feitura de cópias - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN48, DE 24/08/2010 - DJERJ, ADM 5 (15) - 10/09/2010  
Dispõe sobre o ingresso de advogados em cartórios e salas de audiência - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN35, DE 04/08/2010 - Dispõe sobre localização de acervo cartorário para extração de certidão de escritura de Condomínio - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ N. SN39, DE 06/08/2010 - Dispõe sobre a concessão de prioridade na tramitação de feito para advogado - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN41, DE 11/08/2010](#) - Dispõe sobre liberação de reembolso retidos em função de não comprovação de recolhimentos previdenciários - Parecer. ([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN33, DE 03/08/2010](#) - Dispõe sobre protesto de título sacado por empresa de crédito, tendo por base a emissão de cheque prescrito - Parecer. ([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN32, DE 30/07/2010](#) - Dispõe sobre restabelecimento de igualdade de valores entre as tabelas dos registros de imóveis e dos ofícios de notas através de nova portaria - Parecer. ([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN31, DE 30/07/2010](#) - Dispõe sobre o recolhimento dos percentuais referentes ao FETJ - Parecer. ([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN30, DE 30/07/2010](#) - Dispõe sobre a cobrança de custas para a lavratura de escrituras - Parecer. ([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN29, DE 30/07/2010](#) - Dispõe quanto a cobrança para expedição de escritura de divórcio - Parecer. ([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN28, DE 22/07/2010](#) - Dispõe sobre a cobrança de emolumentos para o registro de partilha-Parecer. ([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN27, DE 26/07/2010](#) - Dispõe quanto a medidas adotadas por cartórios para retirada de processos por advogados - Parecer. ([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN26, DE 26/07/2010](#) - Dispõe acerca da obrigatoriedade do reconhecimento das firmas dos signatários de papéis no registro de títulos e documentos - Parecer. ([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN24, DE 21/07/2010](#) - Dispõe sobre averbação de destituição do poder militar familiar - Aviso CGJ n. 540/2009 - Parecer. ([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN23, DE 21/07/2010](#) -Dispõe sobre a exigência de tradução juramentada para autenticar copia de passaporte - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN22, DE 21/07/2010](#) - Dispõe sobre exigência de alvará para elaboração de escritura - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN18, DE 05/07/2010](#) - Dispõe sobre conflito de normas acerca da autenticação de peças de formal de partilha - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN17, DE 29/06/2010](#) - Dispõe sobre regulamentação da alienação por iniciativa particular como forma de expropriação de bens no procedimento da execução por quantia certa - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN15, DE 22/06/2010](#) - Dispõe sobre requerimento de expedição de norma exigindo certidão de nascimento atualizada para habilitação de casamento - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN14, DE 02/06/2010](#) - Dispõe sobre proposta apresentada para realização de audiências de adolescentes acusados de cometimento de atos infracionais dentro das unidades do DEGASE - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN37, DE 06/11/2009](#) - Dispõe sobre a licitude de lavratura de testamento publico - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN31, DE 29/10/2009](#) - Dispõe sobre pedidos de gratuidade de certidões - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN30, DE 30/10/2009](#) - Dispõe sobre retificação de distribuição de escritura - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN19, DE 07/08/2009](#) - Dispõe sobre o registro de contratos de financiamento de veículos automotores na forma resumida - Parecer. Juiz Auxiliar: Alexandre de Carvalho Mesquita.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN18, DE 06/07/2009](#) - Dispõe sobre cobrança de emolumentos no registro de compra e venda de imóvel por vários compradores - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº SN6/2009](#) - Dispõe sobre a cobrança de ISS dos Notários e Oficiais de Registro.

(Processo n. 2008-221348).

[\(índice\)](#)

PARECER CGJ Nº SN2/2009 - Dispõe sobre caracterização de ato notarial e cobrança de emolumentos (Processo n. 2007-030849).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº SN50/2008 - Consulta sobre cobrança de custas na publicação de editais de leilões nos Juizados Especiais Cíveis - Parecer. (Processo n. 2008-250747).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN30/2008 - Dispõe sobre o registro de Ata de Diretoria.(Processo Nº. 2008-051929).

([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN29/2008 - Dispõe sobre a possibilidade de permitir aos Cartórios de Registro Civil a prática de atos de notas. (Processo Nº. 2000-145428).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN31/2008 - Dispõe sobre decisão que ensejou a edição da Resolução CGJ Nº. 03/ 2008.(Processo Nº. 2006-181066).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN32/2008 - Dispõe sobre a metodologia aplicada na execução dos atos de registro e baixa - Parecer. (Processo Nº. 2008-023786).

([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN33/2008 - Dispõe sobre correção dos emolumentos cobrados por um apontamento para protesto.(Processo Nº. 2005-177227).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN34/2008 - Dispõe sobre emolumentos cobrados pelo Ofício de Notas e Registro de Contratos Marítimos (Processo Nº. 2006-168199).

([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN35/2008 - Dispõe sobre a aplicabilidade do Aviso CGJ Nº. 508/2007 aos serviços de Distribuição. (Processo Nº. 2007-98920).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN36/2008 - Dispõe sobre registro de nascimento de pessoa maior de 18 anos. (Processo Nº. 2007-278679).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN37/2008 Dispõe sobre devolução de emolumentos em atos extrajudiciais cancelados.(Processo Nº. 2007-301849).

([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN39/2008 - Dispõe sobre revalidação de certidões pessoais. (Processo Nº. 2008-005970).  
([índice](#))



PARECER CGJ Nº. SN40/2008 - Dispõe sobre cobrança de emolumentos em ato de averbação de pacto antenupcial. (Processo Nº. 2008-009239).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN3/2008 - Dispõe sobre pedido formulado pela ANOREG para que as procurações públicas em geral passem a estar sujeitas a distribuição. (Processo Nº. 2003-112428).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN28/2008 - Dispõe sobre ato notarial de retomada de imóvel sem legitimidade de ação judicial ( Processo Nº. 2007-173517).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN27/2008 - Dispõe sobre conflito de competência no ato de penhora de imóvel - (Processo Nº. 2008-012917).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN26/2008 - Dispõe sobre nomeação de Juiz de Paz em Cartório Extrajudicial - (Processo Nº. 2008-01281).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN24/2008 - Dispõe sobre o uso de correio eletrônico para confirmação da lavratura de atos notariais (Processo Nº. 2007-255077).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN22/2008 - Dispõe sobre cancelamento de protesto com base em carta de anuência remetida por via eletrônica - ( Processo Nº. 2005-031619).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº SN4, de 10/01/2008 - Dispõe sobre inserção de penhora no assentamento imobiliário.(Processo Nº. 2007-145641).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº SN2, de 09/01/2008 - Dispõe sobre o prazo de validade das certidões pessoais - (Processo Nº. 2001-049697).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº SN1, de 09/01/2008 - Dispõe sobre lavratura de escritura de cessão de direitos hereditários de bem singular -(Processo Nº. 2007-232738).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN279/2007 - Consulta sobre a necessidade da exigência de atestado para se proceder a elaboração de procuração para representar pessoa idosa - Parecer Processo Nº. 2007-115496.([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN253/2007 - Dispõe sobre a entrega de documentos quando da lavratura de escritura pública. (Processo Nº. 2007-193098)  
([índice](#))

PARECER CGJ SN114/2007 - Dispõe sobre cobrança de verba irregular - Parecer.  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN62/2007 - Encaminha minuta dos enunciados relativos à interpretação da Lei Nº. 11.441/07, resultante do Encontro Nacional de Corregedorias Estaduais. (Processo Nº. 2007-064378).

(índice)

ATO TJ Nº. SN18/2007 - Dispõe sobre consulta acerca da transformação de emprego em cargo público. (Processo Nº. 2005/156821).

(índice)

PARECER CGJ Nº. SN274/2007 - Dispõe sobre fornecimento de certidões pelos Tabeliães de Protesto de Títulos (Processo Nº. 2007-223750. Apenso Nº. 2007-224972).

(índice)

PARECER CGJ Nº. SN272/2007 - Dispõe sobre solicitação de adequação no layout de transmissão de dados ao link 'Do Selo ao Ato'. (Processo Nº. 2007-167170).

(índice)

PARECER CGJ Nº. SN270/2007 - Dispõe sobre procedimento a ser adotado no caso de irregularidade no CPF na lavratura de ato notarial (Processo Nº. 2007-102484).

(índice)

PARECER CGJ Nº. SN263/2007 - Dispõe sobre a exigência de documentação pelos cartórios extrajudiciais. (Processo Nº. 2007-157162)

(índice)

PARECER CGJ Nº. SN262/2007 - Dispõe sobre pedido de mudança no Boletim Estatístico Extrajudicial. (Processo Nº. 2006-115806)

(índice)

PARECER CGJ Nº. SN273/2007 - Dispõe sobre alteração de registros civis de pessoa jurídica de uma Comarca para outra. (Processo: 2006-264084).

(índice)

PARECER CGJ Nº. SN269/2007 - Dispõe sobre cancelamento de protesto de títulos (Processo Nº. 2007-052520).

(índice)

PARECER CGJ Nº. SN251/2007 - Dispõe sobre a atualização das C.T.P.S's dos empregados dos cartórios extrajudiciais - Parecer. (Processo Nº. 2007-220714).

(índice)

PARECER CGJ Nº. SN205/2007 - Dispõe sobre cancelamento de procuração - Parecer. (Processo Nº. 2006-020053).

(índice)

PARECER CGJ Nº. SN196/2007 - Dispõe sobre celebração de convênios com empresas prestadoras de serviços públicos - Parecer. (Processo nº 2004-105113).

(índice)

PARECER CGJ Nº. SN194/2007 - Dispõe sobre registro de Entidades Sindicais - Parecer. (Processo nº 2006-127509).

(índice)

PARECER CGJ Nº. SN192/2007 - Solicita orientação sobre a incorporação de uma sociedade por outra - Parecer. (Processo nº 2005.076580).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN191/2007 - Consulta sobre celebração de convênio entre cartórios extrajudiciais e instituições financeiras - Parecer. (Processo nº 2006-278244).  
([índice](#))

### Patrimônio Imobiliário

AVISO CGJ Nº 246, de 14/05/2009 - Avisa aos Juizes de Direito, Cartórios de Notas e Registros Imobiliários que não compete a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a representação legal e extrajudicial da União nos processos e contratos relacionados ao seu patrimônio imobiliário, e da outras providencias.  
([índice](#))

### Pedido de certidões vintenárias

AVISO CGJ Nº. 398/2006 - Determina medidas em relação aos pedidos de certidões criminais vintenárias, e da outras providências.  
([índice](#))

### Posto de atendimento avançado

PARECER CGJ Nº. SN155/2006 - Solicita autorização para instalar posto de atendimento na área de registro de imóveis no 6º. Distrito do Município de Magé - Piabetá. (Processo nº. 2006-187054).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN68/2006 - Requer autorização para instalação de um posto avançado de atendimento na Região de Comendador Queiroz. (Processo nº. 2006-151868).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN67/2006 - Solicita a instalação de cartório ou sucursal - Associação de Moradores de Austin Centro Candido Reis.(Processo nº. 2005-245644).  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN66/2006 - Solicita instalação de cartório ou sucursal - União Pró-Melhoramento de Miguel Couto e Adjacências - UMMA. (Processo nº. 2005-245643).  
([índice](#))

### Prestação de Serviços com Instituições Financeiras

AVISO CGJ Nº. 436/2007 - Avisa às serventias extrajudiciais que deverão se abster de contratar, ou manter contrato com instituições financeiras para a prestação de serviços de correspondentes bancários, e dá outras providências.  
([índice](#))

## Protesto de Títulos

PROVIMENTO CGJ nº 80/2022 - Regulamenta a forma de cumprimento da 5ª nota integrante da Tabela 24 da Lei Estadual nº 3.350/1999 com a redação dada pela Lei nº 9.873/2022 e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ nº 17 / 2021 - Regulamenta o funcionamento dos Tabelionatos de Notas e de Protesto de Títulos e Documentos de Dívidas e dos Ofícios de Registro do Estado do Rio de Janeiro durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (Sars-CoV2), revoga o Provimento CGJ nº 42/2020 e dá outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 06 / 2017 - Altera o Provimento CGJ n.º 12/2009, nos artigos referentes à atribuição de protesto de títulos.  
(índice)

AVISO CGJ nº 524/2013 - Avisa aos Serviços de Protesto de Títulos, para fins de sua observância, que foi editado o Provimento CNJ nº 30/2013 (cuja íntegra pode ser consultada na página do CNJ), dispondo sobre a recepção e protesto de cheques, visando coibir fraudes que possam acarretar prejuízos aos devedores e a terceiros.  
(índice)

AVISO CGJ nº 571/2012 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços de Protesto de Títulos que deverão inserir nas certidões que vierem a emitir (relação prevista no artigo 29 da Lei 9.492/97) a data de vencimento do título e se o protesto foi tirado por falta de pagamento ou de aceite.  
(índice)

AVISO CGJ N. 845, DE 06/09/2011 - Avisa aos Titulares, Delegatários e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais de Protesto de Títulos que deverão abster-se de protestar letras de cambio sem aceite e aguardar a futura regulamentação da matéria pela Corregedoria Nacional de Justiça, e dá outras providências  
(índice)

PARECER CGJ N. SN13, DE 27/01/2011 - Dispõe quanto as determinações de cancelamento de protesto sem explicitar se os emolumentos devem ser pagos ou não pelo interessado - Parecer.  
(índice)

AVISO CGJ N. 532, DE 16/07/2010 - Avisa as serventias com atribuição de Registro de Protesto de Títulos que estão autorizados a retirar, junto aos Cartórios de Protesto, as relações de protestos tiradas e dos cancelamentos efetuados, e da outras providências.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 36, DE 14/06/2010 - Resolve que na apresentação de letra de câmbio sem aceite ao Servi co de Protesto de Títulos, a intimação do sacado de vera ser feita por via postal no endereço indicado pelo apresentante e, caso a mesma não tenha resultado positivo, a sua intimação poderá ser feita por edital,observados os termos do art. 922 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte extrajudicial).  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ Nº 10, de 15/06/2009 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais relacionados que, o recolhimento do acréscimo de 20% de que trata a Lei n. 3.217/99 relativo aos Convênios de Protesto de Títulos, deverão ser recolhidos nas contas que informa.  
(índice)

AVISO CGJ N. 586, DE 17/08/2009 - Avisa as Serventias Extrajudiciais com atribuição de Protesto de Títulos que não incide cobrança de emolumentos e demais acréscimos legais pela desistência do pedido de aponte do protesto, em qualquer hipótese.  
(índice)

### Registro Central de Testamento on-line – RCTO

AVISO CGJ nº 1347/2018 - Avisa aos magistrados quanto aos procedimentos para cadastro de acesso ao Registro Central de Testamento On-Line - RCTO, previsto pelo Provimento nº 56/2016 CNJ, nos termos da comunicação recebida do Colégio Notarial do Brasil, Seção São Paulo.  
(índice)

### Registro de Imóveis

AVISO CGJ nº 561/2022 - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição para o registro de imóveis, acerca das medidas a serem adotadas nos procedimentos de regularização de ocupações relacionadas ao passivo de unidades ainda em nome da CEHAB/RJ, quando tenham por fundamento termo administrativo no âmbito de programas de regularização fundiária e de programas habitacionais de interesse social (art. 212, V, da LRP), e dá outras providências.  
(índice)

[AVISO CGJ nº 523/2022](#) - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição para o registro de imóveis, acerca das medidas a serem adotadas nos procedimentos de regularização de ocupações relacionadas ao passivo de unidades ainda em nome da CEHAB/RJ e dispor sobre o termo administrativo de transferência nessa hipótese.  
(índice)

[ATO CGJ SN9/2019](#) - Dispõe sobre a publicação de Aviso, para ciência dos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição para o Registros de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro do inteiro teor da Recomendação nº 41/2019, editada pela Corregedoria Nacional de Justiça - Decisão.  
(índice)

[AVISO CGJ nº 819/2017](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro de Imóveis e Registro de Títulos e Documentos quanto ao disposto na Portaria Conjunta nº 1/2017 da Advocacia-Geral da União.  
(índice)

[AVISO CGJ 723/2016](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente de Serviços Extrajudiciais com atribuição de registro de imóveis quanto ao cumprimento obrigatório do Provimento CNJ n.º 23/2012.  
(índice)

[ATO CGJ SN19/2014](#) - Dispõe sobre procedimento a ser adotado pelos serviços extrajudiciais com atribuição de Registro de Imóveis em relação às averbações das áreas de reserva legal, diante da criação do Cadastro Ambiental Rural - CAR - Decisão  
(índice)

[PORTARIA CGJ Nº 86/2013](#) - Resolve regulamentar a atuação dos Serviços de Registro de Imóveis no procedimento extrajudicial de averbação do auto de demarcação urbanística, instituído pela Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009.  
(índice)

[AVISO CGJ Nº 1289/2012](#) - Avisa sobre os enunciados elaborados para os Serviços de Registro de Imóveis relativos à lavratura de procurações e escrituras públicas.  
(índice)

## Área de Reserva Legal

[AVISO CGJ nº 622/2013](#) - Avisa aos Serviços de Registro de Imóveis que o Conselho Nacional de Justiça proferiu decisão liminar no sentido da obrigatoriedade

da averbação das áreas de reserva legal, enquanto não estiver implementado o Cadastro Ambiental Rural previsto na Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal).  
([índice](#))

## Arresto

[ATO SN46/2016](#) - Dispõe sobre sugestão para promover a atualização das normas da CGJ relativas ao registro de penhoras e arrestos de imóveis - Decisão.  
([índice](#))

## Atos de Averbação

[PORTARIA CGJ nº 1268/2020](#) - Resolve que ficam revogadas as Portarias CGJ nº 26/2011 e nº 86/2013.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 526/2020](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais, aos responsáveis pelas entidades coordenadoras das Centrais Registras e Notariais do estado do Rio de Janeiro, da criação, no layout de Registro de Imóveis, de um novo Tipo de Averbação, na Tabela de Referência nº 12 - Tipo de Averbação RI, que deverá ser usado pelos Serviços de Registro de Imóveis criados por desmembramento territorial de outros Serviços já existentes, para a transmissão da devida Averbação prevista no art. 439, §4º da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial, com o Código 26 - "Encerramento de Matrícula".  
([índice](#))

[AVISO CGJ 1432/2013](#) - Avisa que os atos elencados, com o fim de orientar os Oficiais dos Serviços de Registro de Imóveis, sem caráter exaustivo, deverão ser cotados como atos de averbação sem conteúdo econômico.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 384/2013](#) - Avisa aos Serviços extrajudiciais e aos usuários em geral que os atos que menciona, com o fim de orientar os Oficiais dos Serviços de Registro de Imóveis, sem caráter exaustivo, deverão ser cotados como atos de averbação com conteúdo econômico.  
([índice](#))

## Cédula de Crédito Imobiliário

[AVISO CGJ nº 500/2013](#) - Avisa às Serventias Extrajudiciais que para a averbação da emissão de Cédula de Crédito Imobiliário - CCI, prevista nos artigos 18 e seguintes da Lei nº 10.931/04, quando apresentada em momento distinto da solicitação de registro da garantia real, devem ser cobrados emolumentos com valor correspondente à averbação sem valor declarado

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN14, DE 28/01/2011](#) - Dispõe sobre procedimento para registro de cédula de crédito e averbação de imóveis - Parecer.

[\(índice\)](#)

### Certidão de Registro de Imóveis

[AVISO CGJ nº 119/2018](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição em registro de imóveis acerca da forma como devem ser expedidas certidões que contenham informação sobre ônus reais e informação sobre ações reais e pessoais reipersecutórias.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN86, DE 28/03/2011](#) - Dispõe acerca da interpretação do artigo 439, caput da Consolidação Normativa, no que tange ao prazo de cinco dias para a comunicação de novo registro de imóvel ao Serviço Extrajudicial - Parecer.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 866, DE 29/10/2010](#) - Avisa as Serventias Extrajudiciais, e a todos os interessados em geral, que poderão ser cobrados os emolumentos discriminados em anexo pela expedição das certidões pelos Ofícios de Registro de Imóveis, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

### Certidão Negativa de Débito

[AVISO CGJ Nº 254/2018](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais deste Estado, com atribuições de Notas e de Registros de Imóveis, sobre as Certidões Negativas de Débitos Fiscais - CNDs.

[\(índice\)](#)

### Contratação

[AVISO CGJ nº 927/ 2020](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição de Registro de Imóveis no Estado do Rio de Janeiro, que considerando a edição da Medida Provisória nº 996/2020, de 26 de agosto de 2020, notadamente, o comando constante do artigo 21, que os instrumentos contratuais emitidos a partir de 26 de agosto de 2020, inclusive, em contratações com agentes financeiros que operam com recursos do



FGTS, integraram o Programa Casa Verde e Amarela, sendo admitidas ressalvas, de acordo com as modalidades mencionadas.  
([índice](#))

## Custas Extrajudiciais

[PORTARIA CGJ Nº 1512/2017](#) - Altera a redação do enunciado nº 02, do Título V da Portaria CGJ 74/2013.  
([índice](#))

## Escritura de Doação com Reserva de Usufruto

[AVISO CGJ nº 1165/2018](#) - Avisa aos titulares/delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro com atribuição notarial e de registro de imóveis que nos casos de lavratura de escrituras de doação com reserva de usufruto, e seu respectivo registro, será incluído na base de cálculo dos emolumentos o valor de 50% (cinquenta por cento) do bem imóvel para o ato de doação e o valor de 50% (cinquenta por cento) do bem imóvel, referente ao ato de reserva, respeitado o valor-teto da Tabela de Emolumentos.  
([índice](#))

## Fiscalização

[AVISO CGJ Nº 436/2018](#) - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, que deverão cumprir o disposto nos artigos 231, §6º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e artigos 246, §§ 3º e 4º e 250, IV, da Lei nº 6.015/73 e o disposto no Provimento CGJ nº 8/2016, para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham como objeto o registro, a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas.  
([índice](#))

## ITBI

[PARECER CGJ N. SN71, DE 23/11/2010](#) - Dispõe acerca da exigência de certificado de não incidência de imposto de transmissão para registro de compra e venda de imóveis - Parecer.  
([índice](#))

## ITD

PARECER CGJ N. SN49, DE 14/09/2010 - Dispõe sobre exigência dos RGIS sobre colocação do nome de todos os herdeiros na guia de controle ITD - Parecer. [\(índice\)](#)

## Lei de Registros Públicos

AVISO CGJ Nº 492/2018 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro com atribuição para registro imobiliário, que a utilização e o encerramento de livros em uso antes da vigência da Lei de Registros Públicos devem obedecer às regras do parágrafo único do artigo 295 da Lei nº 6.015/73. [\(índice\)](#)

AVISO CGJ Nº 431/2018 - Avisa aos titulares, delegatários, interventores e responsáveis pelo expediente dos serviços extrajudiciais deste Estado, que os requerimentos feitos por pessoa jurídica de direito público, com o objetivo de que sejam declaradas inexistentes e canceladas a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, ou feitos em desacordo com os artigos 221 e seguintes da Lei nº 6015/73, deverão ser encaminhados ao serviço responsável pela matrícula que irá submetê-los ao Juiz de Direito com atribuição para feitos dos registros públicos. [\(índice\)](#)

AVISO CGJ Nº 430/2018 - Avisa aos delegatários, titulares, responsáveis pelo expediente e interventores das serventias extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que para a averbação de cancelamento da Cédula de Crédito Imobiliário - CCI, previsto nos artigos 24 da Lei Federal nº 10.931/2004 e 167, II, 2, da Lei Federal nº 6.015/1973, quando apresentada em momento distinto da solicitação do cancelamento da garantia real, devem ser cobrados emolumentos com valor correspondente à averbação sem valor declarado. [\(índice\)](#)

AVISO CGJ Nº 429/2018 - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, que deverão observar rigorosamente os ditames do artigo 195-A, parágrafo primeiro da Lei nº 6.015/73. [\(índice\)](#)

AVISO CGJ Nº 428/2018 - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, que atentem para as disposições do artigo 171 e seu parágrafo único da Lei nº 6.015/73.  
(índice)

### Manual de Integração Cartórios – SAEC/ONR

AVISO CGJ nº 81 / 2022 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição para o Registro de Imóveis, sobre a disponibilização do Manual de Integração Cartórios - SAEC/ONR e dá outras providências.  
(índice)

### Matrícula de Imóvel

AVISO CGJ nº 445 / 2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com atribuição para Registro de Imóveis no Estado do Rio de Janeiro para prevenir duplicidade de matrículas decorrente da ausência de baixa da matrícula originária relativamente aos desmembramentos de circunscrição imobiliária, ocorridos anteriormente ao Provimento CNJ nº 89, de 18 de dezembro de 2019, deverá a nova serventia comunicar, de ofício, à serventia de origem a abertura da nova matrícula para ns de baixa da originária, quando do primeiro ato a ser lançado na matrícula ou na hipótese de extração de certidão.  
(índice)

AVISO CGJ nº 245/2014 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo expediente dos serviços extrajudiciais com atribuição de Registro de Imóveis que o artigo 3º do Provimento CNJ nº 23 veda a abertura de matrículas para imóveis distintos com o mesmo número de ordem, ainda que diferenciados pela aposição de letra.  
(índice)

AVISO CGJ nº 82/2013 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços extrajudiciais com atribuição de Registro de Imóveis, que o artigo 3º do Provimento CNJ nº 23 veda a abertura de matrículas para imóveis distintos com o mesmo número de ordem, ainda que diferenciados pela aposição de letra, e dá outras providências.  
(índice)

### Oficial de Registro de Imóvel

PROVIMENTO CGJ nº 56/2018 - Resolve que as intimações e notificações por edital a cargo dos Oficiais de Registro de Imóveis deverão ser publicadas por meio da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis

(Central de Registradores de Imóveis), que será mantida pela Associação dos Registradores de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro - ARIRJ.  
([índice](#))

## Posse

[PORTARIA CGJ N. 26, DE 25/07/2011](#) - Resolve regulamentar a atuação dos Serviços de Registro de Imóveis no procedimento extrajudicial de legitimação de posse, instituído pela Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009.  
([índice](#))

## Secretaria da Receita Federal do Brasil

[AVISO CGJ nº 959 /2020](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais deste Estado, com atribuição de Registro de Imóveis, que deverão encaminhar dados diretamente à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SINTER), ficando suspenso temporariamente o envio de tais informações por intermédio das Centrais Eletrônicas de Serviços Compartilhados.  
([índice](#))

## Serviço de Registro Eletrônico de Imóveis

[AVISO CGJ nº 50/ 2022](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição para o Registro de Imóveis, do interior teor do Provimento CNJ nº 124, de 7 de dezembro de 2021, da Corregedoria Nacional de Justiça  
([índice](#))

[AVISO CGJ 287/2021](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro de Imóveis no Estado do Rio de Janeiro que a primeira cota do Fundo para Implementação e Custeio do Serviço de Registro Eletrônico de Imóveis - FIC/SREI (Lei nº 13.465/2017, alterada pela Lei 14.118/2021), art. 76, §§ 9º e 10; Provimento nº 115/2021, da Corregedoria Nacional de Justiça) será devida no último dia útil do mês de abril de 2021, e tomará por base os emolumentos percebidos no período de 1º a 31 de março de 2021, prosseguindo-se os recolhimentos seguintes em consonância com o § 2º do art. 6º do Provimento.  
([índice](#))

## Sistema de Atendimento Eletrônico Compartilhado – SAEC

[AVISO CGJ 51/2022](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro,

com atribuição para o Registro de Imóveis sobre o Manual de Integração ao Sistema de Atendimento Eletrônico Compartilhado - SAEC.  
([índice](#))

## Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNR

[AVISO Nº 1065 / 2016](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição para registro de imóveis que o INCRA comunica o novo Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR.  
([índice](#))

## Títulos Eletrônicos

[PROVIMENTO CGJ Nº 54/2018](#) - Regulamenta a recepção, pelos Serviços de Registro de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro, de títulos eletrônicos oriundos de entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação e do Sistema de Financiamento Imobiliário.  
([índice](#))

## Usucapião Extrajudicial

[PROVIMENTO Nº 05 / 2017](#) - Altera o parágrafo 1º do artigo 22 do Provimento CGJ nº 23/2016, que regulamenta a usucapião extrajudicial.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ 23/2016](#) - Regulamenta a Usucapião Extrajudicial nos Serviços Notariais e de Registro de Imóveis no Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

## Registro de Títulos e Documentos

[AVISO CGJ nº 819/2017](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro de Imóveis e Registro de Títulos e Documentos quanto ao disposto na Portaria Conjunta nº 1/2017 da Advocacia-Geral da União.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 1457/2012](#) - Avisa aos Serviços extrajudiciais com atribuição de Registro de Títulos e Documentos que o CNJ julgou o Pedido de Providências

mencionado, no qual decidiu garantir aos usuários o direito ao direcionamento e, aos despachantes, a dispensa de apresentação de instrumento de procuração.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 550/2012](#) - Avisa aos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro de Títulos e Documentos que é obrigatória a identificação do veículo, mediante anotação do número de seu chassi, no registro resumido das obrigações de transferência de veículos.  
([índice](#))

[AVISO TJ N. 40, DE 26/04/2010](#) - Avisa que na forma da decisão exarada pelo Conselho Nacional de Justiça, deve ser observado por todos os Oficiais de Registros de Títulos e Documentos o princípio da Territorialidade.  
([índice](#))

### Meio Eletrônico

[PROVIMENTO Nº 66/2014](#) - Instrução para a aplicação de procedimentos relativos à alteração da "Tabela 25" por força da lei nº 6.599/2013, que alterou a lei nº 6.370/2012.  
([índice](#))

### Princípio da Territorialidade

[AVISO CGJ nº 383/2013](#) - Avisa aos Oficiais dos Serviços de Registro de Títulos e Documentos que deverão continuar observando o princípio da territorialidade e, no caso particular das notificações extrajudiciais, estas deverão ser promovidas pelo Serviço registral do local em o notificando tem sede ou residência, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO TJ N. 40, DE 26/04/2010](#) - Avisa que na forma da decisão exarada pelo Conselho Nacional de Justiça, deve ser observado por todos os Oficiais de Registros de Títulos e Documentos o princípio da Territorialidade.  
([índice](#))

### Regulamentação de Recolhimento de Contribuição Previdenciárias

[PROVIMENTO CGJ Nº. 36/2007](#) - Resolve sobre o procedimento a ser seguido pelos cartórios extrajudiciais não oficializados na comprovação do recolhimento previdência rio (RIOPREVIDENCIA) dos seus empregados, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

## Requisição de busca de registro de nascimento

[AVISO CGJ Nº. 149/2003](#) - Busca de registros.

[\(índice\)](#)

## Responsabilidade Civil e Criminal

Artigos 22 a 24 da [LEI Nº. 8.935/1994](#) - Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.

[\(índice\)](#)

## Selo de Fiscalização

### Impressos de cartório

[AVISO CGJ Nº. 85/1997](#) - Avisa aos Titulares e/ou responsáveis pelo expediente dos Serviços Notariais e de registro oficializado que deverão rever e reformular todos os impressos do Cartório para que não constem nestes, referências a expressões como 'Poder Judiciário', 'Comarca', 'Juízo de Direito' e quaisquer outras que sugiram ou induzam a direta gerência ou mesmo a integração orgânico-funcional de tais repartições aos Quadros do Poder Judiciário.

[\(índice\)](#)

## Normatização do sistema de selos

[AVISO CGJ Nº 282, de 26/05/2009](#) - Avisa que o selo de fiscalização da Corregedoria Geral da Justiça constitui um meio de fiscalização indireta dos atos notariais e registrais, por parte do usuário dos Serviços e do órgão fiscalizador, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 47, de 15/01/2009](#) - Avisa que a fim de dar integral cumprimento ao art. 1. do Provimento CGJ n. 47/2008, fica instituído o Selo de Regularização, que ficará acautelado no Serviço de Selos da DIMEX/DGFEX da Corregedoria Geral da Justiça.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 667/2008](#) - Avisa as Serventias Judiciais e Extrajudiciais que o simultâneo recolhimento dos valores pertinentes a aquisição de Selos de 1 Ato e Selos de 2 Atos devesa ser efetuado em GRERJs distintas.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 555/2008](#) - Avisa aos Serviços Extrajudiciais que deverão, antes de encaminhar ofício comunicando o cancelamento, extravio, roubo ou furto de selos, proceder ao cadastro dos mesmos no Sistema de Distribuição de Selos Cartorários, no site da serventia, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº. 142/2004](#) - Altera itens do Aviso CGJ Nº. 82/2004.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº. 82/2004](#) - Avisa sobre a utilização básica dos selos de fiscalização nas serventias extrajudiciais.

[\(índice\)](#)

## Selo de Fiscalização Extrajudicial Digital

[PROVIMENTO CGJ N. 51, DE 04/08/2011](#) - Resolve regulamentar a distribuição e o protesto de títulos eletrônicos, com a observância do disposto na Lei n. 9.492/1997, no Provimento n. 12/2009 e no Provimento n. 02/2011, que instituiu o Selo Digital

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 2, DE 10/01/2011](#) - Fica instituído no âmbito do Estado do Rio de Janeiro o Selo de Fiscalização Extrajudicial Digital, e da outras providencias. Retificado no DJERJ, ADM, de 28/01/2011, p. 25.

[\(índice\)](#)

## Pareceres

[PARECER CGJ N. SN34, DE 09/11/2009](#) - Dispõe sobre falsificação quanto a reconhecimento de firma - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN33, DE 28/10/2009](#) - Dispõe sobre impossibilidade de confirmação de autenticidade de selo de fiscalização aposto em procuração - Parecer.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ Nº. SN 255/2007](#) - Dispõe sobre uso incorreto de selo de fiscalização - Parecer. (Processo Nº. 2005-257668).

[\(índice\)](#)

## Serventias com atribuições do RCPN

### Geral

[AVISO CGJ nº 715/ 2022](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro sobre o teor do Provimento CNJ nº 137/2022.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 148/2021](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, com atribuição de Registros



Civis de Pessoas Naturais, que prevalecem as atuais sistemáticas de comunicação à Justiça Eleitoral e ao Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade - CNCIAI (nos termos do art. 11 da Resolução Conjunta n. 06/2020), até que sejam ultimados o desenvolvimento e a adequação do sistema INFODIP.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 920 / 2018](#) – Avisa aos Registradores Civis e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais e demais interessados que, para elucidação do disposto no Art. 6º do Provimento CNJ Nº 63/2017, nos casos de emissão de segundas vias das Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito, fica desobrigada a apresentação de número de CPF.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 400/2018](#) - Avisa aos titulares/delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro com atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais, que a inclusão do número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito caracteriza-se como uma anotação, não sendo selada, não havendo transmissão para o Banco de Dados do Selo Eletrônico de Fiscalização, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº289 /2018](#) - Avisa aos delegatários, titulares, interventores e responsáveis pelo expediente dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro, que foi concedida Medida Cautelar, ad referendum do Plenário do Supremo Tribunal Federal, determinando a imediata suspensão da eficácia do Provimento nº 66/2018, de 25 de janeiro de 2018, editado pelo Conselho Nacional de Justiça.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 60/2018](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil das Pessoas Naturais, que deverão observar o cumprimento do artigo 2º da Lei Federal nº 8560/92, bem como do artigo 746 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça (parte extrajudicial).

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 11/2017](#) – Regulamenta procedimento de emissão de certidão de inteiro teor por cópia reprográfica nos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1616 / 2016](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição em Registro Civil de Pessoas

Naturais acerca da inexigibilidade de reconhecimento de firma nos casos que menciona.

[\(índice\)](#)

[ATO CGJ SN52/2016](#) - Dispõe sobre edição de Aviso para aprimorar a comunicação eletrônica entre as Serventias Extrajudiciais, com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais, e os órgãos da Administração Pública credenciados para utilização do módulo da CRC-RJ - Decisão.

[\(índice\)](#)

[AVISO nº 1506/2016](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição para Registro Civil de Pessoas Naturais do inteiro teor do Provimento nº 53, de 16 de maio de 2016, editado pela Corregedoria Nacional de Justiça.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 455 /2016](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, com atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais, que ainda não encaminharam a esta Corregedoria relatório do acervo, por meio do questionário disponibilizado no Sistema MAS, em observância ao Aviso 1146/2015, que enviem as informações no prazo de 30 dias.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 1083/2013](#) - Avisa aos Oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais que deverão atender gratuitamente aos pedidos de certidão formulados pelo Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha do Brasil.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1057/2013](#) - Informa a relação dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais que receberam reembolso conforme Lei Estadual nº 3001/98, referente aos atos praticados gratuitamente até julho de 2013.

[\(índice\)](#)

[AVISO Nº 929/CGJ/2013](#) - Avisa que as certidões disponibilizadas no site na Corregedoria Geral da Justiça a que se refere o Aviso CGJ nº 952/2012 não desobriga as Serventias Judiciais de Primeira Instância de expedirem certidões minuciosas, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 922/2013](#) - Informa a relação dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais que receberam reembolso conforme Lei Estadual nº 3001/98, processada pela Divisão de Monitoramento Extrajudicial no mês de julho, referente aos atos praticados gratuitamente até junho de 2013.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N° 921/2013](#) - Informa a relação dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais que receberam reembolso conforme Lei Estadual nº 3001/98, processada pela Divisão de Monitoramento Extrajudicial no mês de julho, referente aos atos praticados gratuitamente até junho de 2013.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 951/2013](#) - Avisa que a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) comum, apresentada pelos declarantes ou testemunhas, pode ser aceita para fins de registro de nascimento, no caso de ausência de outros documentos válidos de identificação civil.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N° 37/2013](#) - Autoriza os Serviços extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas a emitirem certidões dessas atribuições recebidas eletronicamente dos Serviços extrajudiciais detentores do acervo, através da Central Eletrônica de Registro Civil da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro - ARPEN-RJ (CRC-RJ), e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 83/2013](#) - Avisa aos Titulares/Delegatários e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais que o sistema desenvolvido pela ARPEN/RJ (Central Eletrônica de Registro Civil do Estado do Rio de Janeiro) estará disponível a partir de 18 de fevereiro de 2013 para todas as comunicações eletrônicas entre os Serviços de RCPN, bem como, a partir de 04 de março de 2013, para a tramitação de dados oriundos das Unidades Interligadas.

[\(índice\)](#)

[PORTARIA CGJ N° 67/2012](#) - Publica a Tabela de Reembolso com os valores referentes ao reembolso de cada ato gratuito praticado pelos Serviços de RCPN.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N° 1290/2012](#) - Avisa aos Serviços extrajudiciais com atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais - RCPN e de Interdições e Tutelas que deverão proceder à transmissão do resumo dos atos praticados, a partir de 01/01/2013, de acordo com os novos layouts, no prazo previsto no art. 197 da Consolidação Normativa - parte extrajudicial.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 1092/2012](#) - Avisa aos Magistrados com competência em matéria de Registro Civil e aos Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços de

Distribuição de feitos judiciais que os procedimentos previstos no Provimento CGJ nº 16/2012 (Projeto Pai Presente) dispensam a prévia identificação do número de CPF e de CNPJ, ficando para os mesmos excepcionada a regra do artigo 29 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 992, de 20/08/2012](#) - Avisa aos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais, que em caso de apresentação da Declaração de Nascido Vivo que menciona, para registro, devem levantar dúvida obrigatoriamente ao Juiz de Direito vinculado ao Serviço Registral nas respectivas Comarcas, haja vista a possibilidade deste documento extraviado ser utilizado para adoção ilegal, ou outro fim ilícito.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 942/2012](#) - Avisa aos Juízes das Varas de Família e aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais e dos Serviços de Distribuição, que deverão observar o disposto no Provimento CGJ n. 19/2011 e n. 09/2012, no tocante aos requerimentos de registro tardio de nascimento.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 888/2012](#) - Informa a relação dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais que receberam reembolso conforme Lei Estadual nº 3001/98, no mês de julho, referente aos atos praticados gratuitamente até junho de 2012.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 0887/2012](#) - Informa a relação dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais que receberam reembolso conforme Lei Estadual nº 3001/98, no mês de julho, referente aos atos praticados gratuitamente até junho de 2012.  
([índice](#))

[AVISO CGJ 772/2012](#) - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro que deverão observar, para fins de utilização do papel de segurança fornecido pela Casa da Moeda do Brasil, as determinações do Provimento nº 15/2011 e da Recomendação nº 06/2012 da Corregedoria Nacional de Justiça e do Provimento CGJ nº 88.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 0755/2012](#) - Informa a relação dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais que receberam reembolso conforme Lei Estadual n. 3001/98, processada no mês de junho, referente aos atos praticados gratuitamente até maio de 2012.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 0754/2012](#) - Informa a relação dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais que receberam reembolso conforme Lei Estadual n. 3001/98, processada no mês de junho, referente aos atos praticados gratuitamente até maio de 2012.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 09/2012](#) - Resolve que o Oficial do Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais devesse velar pelo cumprimento do artigo 46 e parágrafos da Lei n. 6.015/73, assim como dos artigos 731 e seguintes da CNCJ (parte extrajudicial), procedendo ao registro de nascimento fora do prazo legal ou suscitando a respectiva dúvida ao Juízo competente, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 16/2012](#) - Resolve que os Magistrados com competência para a matéria relativa a Registro Civil, no cumprimento das regras do "Projeto Pai Presente", instituído pelo Provimento CNJ nº 12, deverão observar, preferencialmente, o procedimento estabelecido neste Provimento.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 88, DE 19/12/2011](#) - Resolve que os Serviços do Registro Civil de Pessoas Naturais, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, deverão solicitar a Casa da Moeda do Brasil, gratuitamente, o papel de segurança para emissão de certidões de nascimento, casamento, óbito e respectivas segundas vias, por intermédio do seu site ([casadamoeda.gov.br](http://casadamoeda.gov.br)), acessando o guia rápido-certidões unificadas, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 1162, DE 12/12/2011](#) - Avisa aos Oficiais dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais que, nos plantões de final de semana e dias feriados, deverão praticar atos de registro de nascimento e de óbito, sendo facultativa a prática dos demais atos de registro civil.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 847, DE 24/10/2011](#) - Avisa aos Oficiais do Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca da Capital que os mandados, cartas de sentença e demais ordens judiciais oriundas de Juízos sediados na Comarca da Capital devessem ser dado imediato cumprimento, estando vedada a sua remessa ao Juízo da Vara de Registros Públicos para mera oposição de 'cumpra-se'.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 966, DE 13/10/2011](#) - Avisa aos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais que encontram-se disponíveis para download, no site que menciona, os layouts para transmissão de certidões, averbações e retificações de acervo recebido, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

AVISO CGJ N. 942, DE 04/10/2011 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais que, em caso de apresentação para registro da Declaração de Nascido Vivo (DNV) com a numeração mencionada, devem levantar dúvida obrigatoriamente ao Juiz de Direito vinculado ao Serviço Registral nas respectivas Comarcas, haja vista a possibilidade deste documento extraviado ser utilizado para adoção ilegal, ou outro fim ilícito.

(índice)

AVISO CGJ N. 743, DE 16/08/2011 - Avisa aos Magistrados com competência em matéria de registro civil e aos Oficiais do Registro Civil de Pessoas Naturais que o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu que é facultativa a intervenção do Ministério Público nos procedimentos de habilitação para casamento, e dá outras providências.

(índice)

AVISO CGJ N. 627, DE 25/07/2011 - Avisa aos Oficiais dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais que, nas hipóteses em que houver solicitação de certidões por parte da Secretaria da Comissão de Erradicação do Sub-registro, as mesmas deverão ser encaminhadas via correio, utilizando-se envelope enviado para fins de postagem reversa, cujo ônus será suportado pelo Tribunal de Justiça, através de convenio com a ECT.

(índice)

AVISO CGJ N. 607, DE 14/07/2011 - Avisa aos Oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais que deverão fazer constar no campo observações das certidões de óbito as informações sobre a existência de filhos, sobretudo menores, bens, testamento, bem como seu último domicílio.

(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 42, DE 12/07/2011 - Resolve sobre procedimentos acerca das solicitações de buscas de certidões criminais, cíveis, inventários, falências, execuções fiscais e de registro civil das pessoas naturais.

(índice)

AVISO CGJ N. 426, DE 30/05/2011 - Avisa aos Serviços Extrajudiciais de Ofício Único, com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais, que deverão encaminhar ofício para fim de cadastramento de conta-corrente destinada ao recebimento de reembolso dos atos gratuitos de registro e certidão de nascimento e óbito.

(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº 19, DE 05/04/2011 - Resolve sobre os procedimentos a serem observados a respeito da Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 20, DE 04/04/2011](#) - Resolve que os Serviços do Registro Civil de Pessoas Naturais, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, poderão solicitar a Casa da Moeda do Brasil, gratuitamente, o papel de segurança para emissão de certidões de nascimento, casamento, óbito e respectivas segundas vias, por intermédio do site que menciona, e da outras providencias.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 277, DE 30/04/2010](#) - Avisa as Serventias Extrajudiciais que, por ocasião da prática dos atos de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão observar as composições exemplificativas que menciona.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 158, DE 03/03/2010](#) - Avisa aos Oficiais dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais que o cumprimento do Provimento n. 59/2008 deverá ser feito em consonância com o disposto nas Leis n. 6.015/2008 e n. 11.790/2008 e na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, de modo que somente nos casos de suspeita de falsidade apurada no respectivo procedimento administrativo e que o Oficial do Registro Civil deverá encaminhar os autos ao Juízo competente.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 43, DE 14/01/2010](#) - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais sobre o encerramento de todos os livros em andamento atualmente denominados AA, BB, AE, CE, CE-Auxiliar, e demais porventura existentes com nomenclatura diversa aos listados no art. 79 da Consolidação Normativa, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 1027, DE 16/12/2009](#) - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais que esta disponível para download no endereço que menciona o novo layout de transmissão de atos, com início em 1. de janeiro de 2010.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 1002, DE 03/12/2009](#) - Avisa aos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais que deverão, no prazo de 5 dias, obter o programa gerador de matrículas no endereço eletrônico do CNJ que menciona, referente ao novo layout de transmissão de atos, que será utilizado a partir de 1. de janeiro de 2009.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 951, DE 25/11/2009](#) - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais sobre o teor do Provimento 3/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que trata das normas relativas a expedição de certidões de nascimento, casamento e óbito, e da outras providencias.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 938, DE 18/11/2009](#) - Avisa aos Titulares dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais que deverão, no prazo de 5

(cinco) dias, verificar no endereço eletrônico citado se a unidade já possui código de identificação junto ao sistema justiça aberta, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 76, DE 22/10/2009](#) - Autoriza aos Serviços com Atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais, que tiveram suas Sucursais extintas por força do Provimento CGJ n. 38/2009, a instalação de Postos de Atendimento com atribuição exclusiva de registro civil de pessoas naturais (nascimento, óbito, casamento e certidões), e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 785, DE 09/10/2009](#) - Avisa aos Cartórios de Registro Civil que menciona, que encaminhem as comunicações de óbitos registrados no mês de marco do corrente ano, em meio eletrônico, a Corregedoria Regional Eleitoral, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 60, DE 21/09/2009](#) - Resolve sobre a obrigatoriedade de manutenção pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Postos de Atendimento nas unidades de saúde que menciona.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ N. 59, DE 21/09/2009](#) - Resolve que os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais deverão anotar na capa do processo quando se tratar de Ação de Registro Tardio, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 540, DE 13/08/2009](#) - Avisa aos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais que, nas averbações de destituição de poder familiar, devem se abster de substituir nas certidões o nome dos pais ou a vos por 'ignorado' ou 'XXXX', e da outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 488, DE 04/08/2009](#) - Avisa aos Ofícios de Registro Civil de Pessoas Naturais que se abstenham de, nos processos de habilitação de casamento, exigir dos nubentes a apresentação de certidão de nascimento ou equivalente atualizada dentro dos noventa dias anteriores ao tombamento do processo de habilitação, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 286, DE 13/07/2009](#) - Avisa aos Serviços Extrajudiciais de Registro Civil de Pessoas Naturais não oficializados, que o encaminhamento das solicitações de reembolso dos atos gratuitos de nascimento e óbito poderá ser realizado nas formas que especifica, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 257, de 19/05/2009](#) - Determina aos Titulares, Delegatários ou Responsáveis pelo expediente dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais que enviem até o dia 15 de cada mês ao Tribunal Regional Eleitoral a comunicação impressa de óbitos de cidadãos alistáveis ocorridos no mês anterior, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)



AVISO CGJ Nº 632, de 15/01/2009 - Determina aos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais que enviem, até o dia 15 de cada mês ao TRE, a comunicação impressa de óbitos de cidadãos alistáveis ocorridos no mês anterior para cancelamento das inscrições no cadastro de eleitores, e das outras providências.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 625, de 15/01/2009 - Avisa aos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais que se encontra disponibilizado no endereço eletrônico que menciona o programa de verificação da correção dos arquivos de óbitos registrados, pelas respectivas serventias, a serem enviados para a Corregedoria Regional Eleitoral, e das outras providências.  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº.SN9, de 21/01/2009 - Dispõe sobre averbação de reconhecimento de paternidade ou maternidade no Registro Civil de Pessoas Naturais Processo n. 2008-007519.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº. 4, de 14/01/2009 - Resolve incluir artigo 539-A na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº.49, de 17/11/2008 - Avisa aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais que os Juizes de Paz mencionados, que deixaram de regularizar as respectivas contas bancárias, estão proibidos de praticarem os atos sem o devido cumprimento do disposto no art. 4. do Provimento CGJ n. 05/2000.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº. 480/2008 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais que compete, com exclusividade, aos Registros Cíveis de Pessoas Naturais do 1. Distrito ou da 1. Subdivisão Judiciária do 1. Distrito da Comarca de domicílio do registrado, a lavratura dos assentos de nascimento previstos no artigo 95 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº. 498/2008 - Determina o restabelecimento do reembolso dos registros de primeiras vias dos atos gratuitos de nascimento e óbito, a partir de 18/02/2008 em favor do Cartório do RCPN do 6. Distrito da Comarca de Nova Friburgo.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº. 191/2007 - Avisa sobre prazo máximo que deve ser observado na informação dos registros de nascimento oriundos de partos domiciliares.  
([índice](#))

PARECER CGJ Nº. SN84/2007 - Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Processo nº. 2005-284200).  
([índice](#))

PORTARIA CGJ Nº. 131/2007 - Resolve determinar que a 1ª. Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital, se abstenha da prática de atos inerentes a atribuição notarial e dá outras providências.  
([índice](#))

### Apostilamento de Haia

Aviso CGJ Nº 99/2023 - Avisa sobre a inserção no campo "complemento" do ato de apostilamento da Convenção de Haia do código alfanumérico do selo eletrônico necessária e exclusivamente.  
([índice](#))

AVISO CGJ nº 853 /2021 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais, em especial com atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro que, ao realizarem o Apostilamento da Haia nos documentos, conforme requisição formulada pelas partes, deverão apor, no campo titular da apostila, o nome de todos os participantes do ato, em especial nas certidões de casamento, que obrigatoriamente deverá constar tanto o nome do cônjuge varão, quanto o nome do cônjuge virago.  
([índice](#))

### Atestado de Óbito

AVISO CGJ nº 849 / 2021 - Avisa aos Senhores Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro com atribuição para o Registro Civil das Pessoas Naturais que o atendimento ao declarante de Registro de Óbito deve prevalecer sobre qualquer outro, sendo-lhe garantida prioridade em todos os guichês da Serventia, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 1º, da Lei nº 10.048/2000.  
([índice](#))

AVISO CGJ nº 928 / 2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais deste Estado com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais que se abstenham de lavrar registros quando a Declaração de Óbito - D.O. apresentar ADULTERAÇÃO, admitida a ressalva de informações na forma regulamentada pelo Ministério da Saúde, desde que seja a ressalva assinada pelo mesmo profissional que firmou a D.O.  
([índice](#))

AVISO nº 1106 /2018 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil das Pessoas Naturais, que na hipótese da guia amarela do formulário da declaração de óbito apresentar alteração no preenchimento de seus campos em razão de desalinho entre as suas três vias, para dirimir dúvidas quanto às informações sobre o falecimento deverão fazer uso da cópia reprográfica da primeira via quando esta também lhe for apresentada.  
([índice](#))

AVISO CGJ Nº 1053 /2018 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil das Pessoas Naturais, que forneçam ao servidor da Secretaria Municipal de Saúde na rotina já estabelecida, uma cópia reprográfica da Declaração ao lavrarem Registros de Óbitos ocorridos em outras Unidades da Federação.  
(índice)

AVISO CGJ nº 112/2017 - Dispõe sobre instrução das comunicações de óbito instituídas pela Lei nº 13.114/2015.  
(índice)

AVISO CGJ nº 820/2013 - Avisa aos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais que o CNJ divulgou a Orientação nº 04/2013 para fins de esclarecer que a ausência da indicação do Código da Classificação Internacional de Doenças (CID) da OMS na coluna "CID" do campo 40 da Declaração de Óbito não constitui impedimento para a lavratura do respectivo assento de óbito, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1092/2012 - Avisa aos Magistrados com competência em matéria de Registro Civil e aos Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços de Distribuição de feitos judiciais que os procedimentos previstos no Provimento CGJ nº 16/2012 (Projeto Pai Presente) dispensam a prévia identificação do número de CPF e de CNPJ, ficando para os mesmos excepcionada a regra do artigo 29 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial).  
(índice)

AVISO CGJ N. 40, DE 11/01/2010 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais da Comarca da Capital que registraram os óbitos resultantes dos trágicos acontecimentos ocorridos no ultimo dia 1. de janeiro na cidade de Angra dos Reis, que comuniquem ao Registro Civil das Pessoas Naturais da 1. Circunscrição daquela Comarca, o inteiro teor dos respectivos assentamentos para que este, excepcionalmente, promova-lhes a inscrição no seu livro 'E' e remissão no índice de falecimentos, tornando possível a localização dos mencionados registros.  
(índice)

Averbação da alteração do nome dos genitores em registro de nascimento e de casamento dos filhos

AVISO CGJ nº 1057/2019 – Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais do

Estado do Rio de Janeiro que deverão observar as regras e orientações do Provimento nº 82, de 03 de julho de 2019, editado pela Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre o procedimento de averbação, no registro de nascimento e no de casamento dos filhos, da alteração do nome dos genitores. (índice)

### Averbação de Divórcio

[AVISO CGJ 1153/2019](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro que se abstenham de promover a averbação de divórcio extrajudicial por declaração unilateral emanada de um dos cônjuges (Divórcio Impositivo), salvo nas hipóteses de Divórcio Consensual, Separação Consensual e Extinção de União Estável, previstas no artigo 733 do Código de Processo Civil. (índice)

### Banco de Dados de Nascimento e Óbito

[PROVIMENTO CGJ Nº 02/2015](#) - Resolve que o Banco de Dados de Nascimento e Óbito, congregando as informações relativas aos atos de registros de nascimentos e óbitos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, administrado pelo Tribunal de Justiça, passa a ser consultado através da rede mundial de computadores, no sítio da Corregedoria Geral da Justiça. (índice)

### Carta de Sentença

[AVISO CGJ nº 1081/ 2019](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição para o Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro do inteiro teor da Instrução Normativa STJ/GP nº 11, de 11 de abril de 2019, editada pelo Superior Tribunal de Justiça. (índice)

### Casamento Civil

AVISO CGJ nº 605/2021 - Avisa aos Senhores Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro do inteiro teor da Resolução CNJ nº 402/2021, que dispõe sobre ações de caráter informativo, no âmbito do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, para melhor preparação para o casamento civil, e dá outras providências. (índice)

### Casamento realizado fora da sede do cartório

AVISO CGJ nº 1530 /2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro que deverão anexar ao Requerimento de Autorização para Casamento fora da Sede e/ou Circunscrição, uma planilha discriminando o total dos valores cobrados aos usuários a título de emolumentos.

(índice)

ATO CGJ SN12/2014 - Dispõe sobre necessidade de autorização para a realização de casamentos fora da sede do cartório, porém dentro da circunscrição territorial - Decisão.

(índice)

### Central de Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais – CRC

PROVIMENTO CGJ Nº 18/2023 - Determina aos registradores do registro civil das pessoas naturais do Estado do Rio de Janeiro o estrito e pleno cumprimento do Provimento nº 46, de 16 de junho de 2015, do Conselho Nacional de Justiça, estabelecendo cronograma.

(índice)

AVISO CGJ nº 427 / 2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais no Estado do Rio de Janeiro, do inteiro teor do Provimento nº 104, de 09 de junho de 2020, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre o envio de dados registrares, das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, diretamente ou por intermédio da Central de Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais - CRC, aos Institutos de Identificação dos Estados e do Distrito Federal, para fins exclusivos de emissão de registro geral de identidade.

(índice)

AVISO CGJ nº 412 / 2020 - Avisa aos Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais que esta Corregedoria determina aos Oficiais de Registro Civil observem os prazos legais para as cargas dos registros recentes e pretéritos na Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC e ao Serviço de Informação do Registro Civil -SIRC, bem como a regularização das inconsistências apontadas, sob pena de instauração de procedimento administrativo disciplinar.

(índice)

### Certidão de Nascimento

AVISO CGJ nº 464/2022 - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais no Estado do Rio de Janeiro

com atribuição para o registro civil das pessoas naturais, do inteiro teor da Recomendação nº 50, de 18 de julho de 2022, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a prevalência do direito fundamental ao nome sobre exigências não estabelecidas na Lei de Registros Públicos, para fins de registro de nascimento ou de óbito de crianças.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ 784 / 2021](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição para o Registro Civil das Pessoas Naturais, do inteiro teor do Provimento nº 122, de 13 de agosto de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o assento de nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais nos casos em que o campo sexo da Declaração de Nascido Vivo (DNV) ou na Declaração de Óbito (DO) fetal tenha sido preenchido "ignorado".

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 1352 /2018](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil das Pessoas Naturais, que ao expedir certidão de nascimento de inteiro teor, extraída de registro lavrado em decorrência de reconhecimento tardio de paternidade, deve observar o disposto no artigo 2º, §1º, do Provimento CN/CNJ nº 63/2017, a fim de que a referência acerca da origem da paternidade somente seja feita após prévia decisão judicial.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 1456 / 2016](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais quanto ao disposto no artigo 33 da Lei nº 13.257/2016, que estabelece políticas públicas para a primeira infância.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 2048 /2015](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, com atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais, que todos os RCPNs do Estado estão aptos a emitir o Cadastro de Pessoa Física no ato do registro de nascimento.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 1480/2012](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais, que deverão observar, conforme previsto nos Provimentos nºs 2 e 3 da Corregedoria Nacional de Justiça, quanto à correta inserção do número da matrícula em certidão emitida e, para que, ocorrendo eventual expedição de certidão com erro, seja emitida nova certidão, de forma correta, com sua remessa ao interessado, sem cobrança de emolumentos ou quaisquer outras despesas.

[\(índice\)](#)

PARECER CGJ Nº SN92, DE 31/03/2011 - Dispõe sobre esclarecimentos acerca das numerações das certidões expedidas pelos Serviços de RCPN a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ Nº SN90, DE 30/03/2011 - Encaminha mandado de citação referente a ação de danos morais acerca de suposto erro na Certidão de Nascimento - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN40, DE 23/02/2011 - Dispõe sobre informações referentes ao projeto de implementação do sistema de reembolso eletrônico - Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN2, DE 17/01/2011 - Dispõe sobre a necessidade de alteração do parágrafo 4. do art.731 da CNUC para conter o incremento do subregistro de crianças - Parecer.  
(índice)

RESOLUCAO TJ/OE N. 3, DE 22/03/2010 - Altera os artigos 85 e 90 da Resolução n. 1, de 21 de março de 1975 para fixar a competência dos Juizes de Família da Comarca da Capital para apreciação dos requerimentos de registro tardio de nascimento, na forma do artigo 46, parágrafo 4. da Lei n. 6.015/1973.  
(índice)

### Comunicação de Óbito

AVISO Nº 301 / 2016 - Avisa aos Ofícios com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais quanto à comunicação de óbitos à Secretaria de Estado da Casa Civil - Diretoria de Identificação Civil do DETRAN/RJ.  
(índice)

PROVIMENTO nº 28/2015 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de os Serviços de Registros Cíveis de Pessoas Naturais Comunicarem à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública os óbitos registrados, acrescentando, como previsto na Lei Federal nº 13.114 de 16 de abril de 2015, que acrescenta o Parágrafo Único ao artigo 80 da Lei Federal nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973.  
(índice)

AVISO nº 1385/2014 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais

do Estado do Rio de Janeiro sobre a obrigatoriedade da remessa de comunicações de âmbito ao Tribunal Regional Eleitoral, até o dia 15 de cada mês, mediante correio eletrônico ou envio de mídia digital (CD), vedada a remessa por meio de relação impressa, nos termos do que foi solicitado pela Corregedoria Regional Eleitoral.  
([índice](#))

### Conversão da União Estável em Casamento

[AVISO CGJ nº 1439/2019](#) - Avisa, com a observância às tabelas 01, 03 e 04 da Portaria nº 2358/2018, desta E. Corregedoria, acerca das composições mencionadas.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 1319/2019](#) - Avisa que a conversão de união estável em casamento poderá ser requerida pelos conviventes, de comum acordo e a qualquer tempo, ao Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da Circunscrição de seu domicílio, facultada a possibilidade de que as partes elejam a via judicial para formulação do pedido.  
([índice](#))

### Criação de Sociedade Civil

[AVISO CGJ N. 865, DE 25/10/2010](#) - Avisa aos Serviços Extrajudiciais, com atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais e Registro de Títulos e Documentos, que deverão se abster de registrar os atos de criação de filiais da sociedade civil Cruz Vermelha Brasileira sem que haja a devida e expressa autorização do órgão central daquela entidade, e das outras providências.  
([índice](#))

### Cumprimento de decisão estrangeira homologada

[AVISO CGJ nº 1058 / 2019](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil das Pessoas Naturais, que o Superior Tribunal de Justiça expediu a Instrução Normativa STJ/GP nº 11/2019, em vigor desde 15 de maio do corrente ano, regulamentando a disponibilização em meio eletrônico de carta de sentença para cumprimento de decisão estrangeira homologada, para eventual adequação no que diz respeito às averbações a que se refere o Provimento CNJ nº 51, de 22 de setembro de 2014, ou para outras providências que se fizerem necessárias.  
([índice](#))



## Declaração de Nascido Vivo

AVISO CGJ nº 1525 / 2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição para o Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro do inteiro teor da Recomendação nº 43, de 30 de outubro de 2019, da Corregedoria Nacional da Justiça.  
(índice)

AVISO N.º 1.412 /2013 - Avisa aos Titulares, Delegatários ou Responsáveis pelo Expediente das Serventias com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais que, em caso de apresentação de Declaração de Nascido Vivo (DNV) mencionada para registro, devem levantar dúvida obrigatoriamente ao Juiz de Direito vinculado ao Serviço Registral nas respectivas Comarcas, haja vista a possibilidade deste documento extraviado ser utilizado para adoção ilegal ou outro fim ilícito.  
(índice)

## Divórcio

AVISO CGJ nº 689 / 2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais com atribuição para o Registro Civil de Pessoas Naturais e aos Chefes de Escrivanias Judiciais que, nos processos judiciais de divórcio que tramitarem sob o pálio da gratuidade de justiça, após o trânsito em julgado da respectiva sentença, deverá ser a Carta de Sentença encaminhada por intermédio do Malote Digital para registro no Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais que lavrou o assento à margem do qual será feita a averbação.  
(índice)

AVISO CGJ nº 596 /2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais com atribuição para o Registro Civil de Pessoas Naturais e aos Chefes de Serventias Judiciais que nos processos judiciais de divórcio que tramitarem sob o pálio da gratuidade de justiça, após o trânsito em julgado da respectiva sentença, deverá ser a Carta de Sentença encaminhada por malote digital ao Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais da residência da parte que fixou a competência do processo judicial, para registro, vedada a exigência de outros documentos para comprovar a gratuidade, quando estiver afirmada no ofício do juízo.  
(índice)

## Divórcios de Casamentos realizados no exterior

PARECER CGJ N. SN21, DE 09/07/2010 - Dispõe sobre a possibilidade de fazer escritura pública de divórcio de casamento ocorrido nos Estados Unidos cuja certidão foi transcrita no Brasil - Parecer.  
(índice)

## Elementos de Segurança para Expedição de Certidões

PROVIMENTO CGJ Nº 85/2014 - Resolve tornar obrigatório, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a partir de 1º de março de 2015, o uso de papel contendo os elementos de segurança para expedição das certidões de nascimento, casamento e óbito, inclusive das certidões de inteiro teor e das certidões de nascimento portáteis, pelos Serviços com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais - RCPN, nos moldes e padrões da Portaria Interministerial SEDH/MJ nº 1537, de 03/09/2014, do Ministro de Estado da Justiça e da Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, e seus Anexos I, II e III.

(índice)

## Encerramento de Livro

AVISO CGJ N. 43, DE 14/01/2010 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais sobre o encerramento de todos os livros em andamento atualmente denominados AA e BB, apondo no termo de encerramento cópia deste Aviso e renomeando-os como A e B, para fins de lançamento de matrícula quando da lavratura de certidões no modelo previsto no Provimento CNJ 03/2009, e da outras providencias.

(índice)

## Erradicação do Sub-registro de Nascimento

AVISO CGJ Nº 202/2023 - Avisa aos Juízes de Direito, Chefes de Serventia e demais Servidores do primeiro grau sobre a necessidade de intensificar ações visando à erradicação do sub-registro civil de nascimento.

(índice)

## Expedição de Certidão

AVISO CGJ nº 1487 /2019 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais deste Estado que é vedado expedir certidão sobre fatos estranhos a sua atribuição, nos termos do artigo 33 da Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial.

(índice)

## Formulários Padronizados do RECIVIL

AVISO CGJ Nº 1470/2016 - Determina aos Titulares, Delegatários ou Responsáveis pelo Expediente dos Serviços com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais deste Estado que remetam àquela Associação, todas as certidões de nascimento e/ou casamento solicitadas por intermédio dos formulários padronizados do Recivil expedidos com base no Projeto da Diretoria de Políticas Penitenciárias do Ministério da Justiça denominado "Identidade Cidadã no Sistema Prisional".

(índice)

## Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais do Estado do RJ

PORTARIA CGJ Nº 357 /2021 - Resolve que para efeito de compensação dos atos gratuitos abrangidos pelo Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro - FUNARPEN/RJ, instituído pela Lei estadual nº 6.281/2012, e nos termos do que estabelece o artigo 8º do Ato Executivo Conjunto nº 27/2012 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o reembolso será realizado por cada ato praticado, observando-se a Tabela mencionada.

(índice)

PORTARIA CGJ Nº 469 / 2020 - Resolve que para efeito de compensação dos atos gratuitos abrangidos pelo Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro - FUNARPEN/RJ, o reembolso será realizado por cada ato praticado, observando-se a Tabela mencionada.

(índice)

PORTARIA CGJ Nº 457/2017 - Resolve para efeito de compensação dos atos gratuitos abrangidos pelo Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro - FUNARPEN/RJ, instituído pela Lei estadual nº 6.281/2012, e nos termos do que estabelece o artigo 8º do Ato Executivo Conjunto nº 27/2012 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o reembolso será realizado por cada ato praticado, temporariamente, observando-se a Tabela em anexo.

(índice)

## Habilitação de Casamento

AVISO CGJ nº 1439/2019 - Avisa, com a observância às tabelas 01, 03 e 04 da Portaria nº 2358/2018, desta E. Corregedoria, acerca das composições mencionadas.

(índice)

PARECER CGJ N. SN84, DE 24/03/2011 - Dispõe acerca do prazo para conclusão de processo de habilitação de casamento - Parecer.  
(índice)

ATO EXECUTIVO TJ N. 5655, DE 28/10/2010 - Resolve alterar a redação do inciso VII do art. 6. do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ n. 27/1999, e da outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ N. 808, DE 15/10/2010 - Avisa aos Magistrados com competência em matéria de registro civil e aos Oficiais do Registro Civil de Pessoas Naturais que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, reconheceu como necessária a intervenção ministerial nos procedimentos de habilitação de casamento, à luz do que dispõe o art. 1.526 do Código Civil, e da outras providências. Ver também Parecer CGJ: n. SN66, de 15/10/2010. In: DJERJ, ADM, de 19/10/2010, p. 12.  
(índice)

### Informação de dados de Óbitos ao INSS

AVISO CGJ Nº 203 /2018 - Avisa aos titulares, delegatários, interventores e responsáveis pelo expediente dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado, que não deverão mais encaminhar a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), as informações de que tratam o parágrafo único do artigo 80 da Lei nº 6015/73, e o artigo 68 da Lei nº 8212/91, de registros de óbitos.  
(índice)

AVISO CGJ N. 357, DE 24/05/2010 - Avisa aos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais, para que forneçam até o dia 10 de cada mês, os dados corretos e necessários, ao Instituto Nacional do Seguro Social -INSS, em relação aos óbitos ocorridos no mês imediatamente anterior, sob pena das medidas disciplinares cabíveis a espécie.  
(índice)

### Layout para a transmissão

#### Livros de Registro

AVISO CGJ N. 366, DE 18/05/2010 - Avisa aos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais que terão novo prazo para envio da relação de livros renomeados ou renumerados a Diretoria Geral de Fiscalização Extrajudicial - DGFEX, e da outras providencias.  
(índice)

## Livro de Registro Provisório

AVISO CGJ nº 405/2014 - Avisa aos Juízes com competência nas matérias de Registro Civil, Família, Infância, Juventude e Idoso que não existe, no âmbito da organização dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais, o "Livro de Registro Provisório de Nascimento ou de Óbito".  
(índice)

## Prazos

AVISO CGJ Nº 288 /2018 - Avisa aos titulares, delegatários, responsáveis pelo expediente e interventores dos serviços extrajudiciais, com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais, que deverão observar os prazos estabelecidos pelo artigo. 1º. do Ato Executivo Conjunto nº 32/2013, que alterou a redação do artigo 6º do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 27/1999, e pelos artigos 194 e 196 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça.  
(índice)

## Proclamas de Casamento

AVISO CGJ nº 1439/2019 - Avisa, com a observância às tabelas 01, 03 e 04 da Portaria nº 2358/2018, desta E. Corregedoria, acerca das composições mencionadas.  
(índice)

AVISO TJ N. 31, DE 25/03/2010 - Avisa que a publicação de editais de proclamas de casamento no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro e gratuita, não gerando assim a incidência de valor a ser pago pelos nubentes para o fim em tela.  
(índice)

## Reconhecimento de Firma

ATO CGJ SN51/2016 - Dispõe sobre edição de aviso aos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais para que não exijam o reconhecimento de firma de diretor de unidade prisional nos casos que menciona.  
(índice)

## Reconhecimento de Paternidade

[AVISO CGJ 1271/2019](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro que deverão observar as novas regras e orientações para o reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva, estabelecidas pela Corregedoria Nacional de Justiça por intermédio do Provimento nº 83, de 14 de agosto de 2019, que alterou a Seção II do Provimento CNJ nº 63, de 14 de novembro de 2017, dando nova redação ao seu artigo 10 e acrescentando-lhe o artigo 10-A.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN42, DE 22/02/2011](#) - Dispõe sobre averiguação de reconhecimento de paternidade de que trata o Provimento CNJ 12/2010 - Parecer.

[\(índice\)](#)

## Registro Tardio de Nascimento

[AVISO CGJ nº 285 / 2020](#) - Avisa aos Juízes de Direito do Estado do Rio de Janeiro que deverão comunicar a esta Corregedoria Geral da Justiça os casos de Registro Tardio nos quais não tenham sido observados os procedimentos administrativos de averiguação oficiosa de paternidade pelo Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, conforme determinados pelo artigo 746 da Consolidação Normativa - Parte Extrajudicial.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ nº 19/2013](#) - Avisa aos Magistrados com competência para as ações de registro tardio de nascimento (cf. artigo 85, I, letra i do CODJERJ) que se tem como recomendável a atribuição de outros dados de identificação do registrando, além de seu prenome, como, por exemplo, a data de nascimento provável ou a maternidade e nome de família fictícios, mediante a técnica da atribuição de "dados de caridade", como forma de permitir a sua identificação civil e pessoal, além de possibilitar assim o pleno exercício de sua cidadania

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 228, DE 14/04/2010](#) - Avisa aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça editou a Resolução n. 03/2010, definindo a competência dos Juízos das Varas de Família para apreciar os requerimentos de registro tardio de nascimento, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

## Resolução do Conselho Nacional de Justiça

[AVISO CGJ nº 197/2023](#) - Avisa aos Senhores Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com atribuição em

registro civil das pessoas naturais deste Estado sobre a publicação do Provimento CNJ nº 141, de 16 de março de 2023, que altera o Provimento nº 37, de 7 de julho de 2014, para atualizá-lo à luz da Lei nº.14.382, de 27 de junho de 2022.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 822/2021](#) - Avisa os Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro, a edição da Resolução nº 419 pelo Conselho Nacional de Justiça.  
([índice](#))

## Serviços Itinerantes de Registro de Nascimento e de Óbito

[PARECER CGJ N. SN16, DE 23/06/2010](#) - Dispõe sobre a instituição junto aos Ofícios de Registro Civil de Pessoas Naturais, de serviços itinerantes de registros de nascimento e óbito - Parecer.  
([índice](#))

## Sistema Nacional de Informações de Registro Civil

[AVISO CGJ nº 72/ 2021](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais com atribuição para o Registro Civil de Pessoas Naturais que o envio ao INSS, em até 1 (um) dia útil, da relação dos nascimentos, dos natimortos, dos casamentos, dos óbitos, das averbações, das anotações e das retificações registradas na serventia, deve ser feito pelo Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) ou por outro meio que venha a substituí-lo e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 1272 /2019](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com atribuição para o Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro que deverão enviar diretamente os dados do Sirc, em cumprimento do disposto no art. 68 da Lei nº 8.212/91 e outras, utilizando para tal um dos outros meios de envio disponibilizados (Sirc Carga ou Sirc Web).  
([índice](#))

## Unilateralidade

[AVISO CGJ nº 1039/2018](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Registro Civil das Pessoas Naturais, que o termo "unilateral" presente no artigo 14 do Provimento nº 63/2017, editado pela Corregedoria

Nacional de Justiça, limita o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais a anotar apenas pai ou mãe socioafetivos, não possibilitando o registro de ambos ao mesmo tempo.  
([índice](#))

## Serventias com atribuições do RCPJ

[AVISO nº 814/2016](#) - Avisa aos Chefes de Serventias dos Cartórios do Distribuidor, Contador e Partidor das Comarcas do Interior, bem como, aos Serviços Extrajudiciais com atribuição para Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que as notas de distribuição deverão conter apenas a denominação da Pessoa Jurídica e os dados intrínsecos ao registro.  
([índice](#))

[AVISO CGJ. Nº 696/2013](#) - Avisa aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Jurídicas que somente devem promover o registro de empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem a atividade de Administração, como atividade preponderante, após a comprovação de sua regular inscrição no Conselho Regional de Administração, e dá outras providências.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 26, DE 11/05/2011](#) - Resolve que as informações dos atos de Remessa de Arquivos Eletrônicos deverão ser encaminhadas pelo Instituto dos Registradores de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas do Estado do Rio de Janeiro - IRTDPJ/RJ em formato de arquivo Excel, seguindo o modelo disponibilizado pela Corregedoria Geral de Justiça, e dá outras providências.  
([índice](#))

[PARECER CGJ Nº SN8/2009](#) - Dispõe sobre o registro de ato constitutivo de sociedade microempresária ou de pequeno porte, sua alteração e extinção no registro civil de pessoa jurídica. (Processo n. 2007-172929).  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº. 438/2007](#) - Avisa aos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Jurídicas que somente devem processar os pedidos de registro de empresas na área de Administração, após a comprovação de inscrição no Conselho Regional de Administração.  
([índice](#))

[PARECER CGJ Nº. SN195/2007](#) - Dispõe sobre comprovação de inscrição no Conselho Regional de Administração - Parecer. (Processo nº 2007-116626).  
([índice](#))

## Central dos Cartórios de Registro Civil



[AVISO CGJ Nº 131/2022](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro com atribuição para o Registro Civil das Pessoas Jurídicas que terão o prazo de 15 (quinze) dias para concluírem a adesão à Central dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

### Livros Contábeis

[PROVIMENTO CGJ Nº 62/2016](#) - Instrui para a aplicação do item 5 da tabela 02 da portaria CGJ 1.772/14 (item 5 da tabela 17 da Lei 6370/12) e procedimentos para recepção, autenticação, registro, guarda, recuperação de informações de livros contábeis, fiscais, societários e atos em geral.  
([índice](#))

### Serviços Extrajudiciais com atribuição de Tabelionato de Notas

[AVISO CGJ nº 698/2017](#) - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente, não remunerados pelos cofres públicos, dos Serviços Extrajudiciais não oficializados/privatizados que estão suspensos os efeitos dos Avisos CGJ nº 501/2017 e 511/2017.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 23/2017](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Tabelionato de Notas quanto à restrição disposta no artigo 9º da Lei Federal nº 8.935/94.  
([índice](#))

### Servidores não remunerados pelos cofres públicos

[AVISO CGJ Nº 657/2020](#) - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente, não remunerados pelos cofres públicos, dos Serviços Extrajudiciais não oficializados/privatizados que está revogado o Aviso nº 673/2014, não sendo permitido o pagamento ou a retenção de valores a título de 13º salário e terço constitucional de férias.  
([índice](#))

AVISO CGJ nº 1708/2014 - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente, não remunerados pelos cofres públicos, dos Serviços Extrajudiciais não oficializados/privatizados que estão suspensos os efeitos do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 24/2013 e dos Avisos CGJ nº 759/2013 e 673/2014.  
(índice)

AVISO CGJ nº 547/2013 - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente não remunerados pelos cofres públicos, dos Serviços Extrajudiciais não oficializados/privatizados, e não acobertados por decisões judiciais liminares, que o valor da remuneração mensal, limitada a 90,25% do subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal passou para R\$ 25.323,50 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e três reais e cinquenta centavos) a partir de 1º de janeiro de 2013.  
(índice)

AVISO CGJ N. 570, DE 22/07/2010 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais que deverão atender as solicitações do RIOPREVIDENCIA, para fins de regularização da situação previdenciária e revoga o Aviso CGJ n, 920/2009.  
(índice)

AVISO CGJ N. 920, DE 06/11/2009 - Avisa aos Delegatários dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que somente atendam a solicitações da Corregedoria Geral da Justiça quanto a comprovação de eventuais recolhimentos ao RIOPREVIDENCIA bem como quanto a informação sobre datas de aposentadoria e de remoções dos serventuários ainda lotados nas serventias extrajudiciais. Revogado pelo Aviso CGJ: n. 570, de 22/07/2010. In: DJERJ, ADM, de 30/07/2010, p. 11.

AVISO CGJ N. 3, DE 07/01/2010 - Avisa sobre os valores que deverão ser cobrados nos atos de reconhecimento de firmas e autenticações, nos Cartórios Extrajudiciais.  
(índice)

AVISO CGJ N. 780, DE 05/10/2009 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais que possuem em seus quadros funcionários estatutários não remunerados pelo erário que se dirijam ao RIOPREVIDENCIA para regularização da contribuição patronal, encaminhando a Corregedoria Geral de Justiça copia dos comprovantes de recolhimento previdenciário.  
(índice)

RESOLUÇÃO CM Nº. 15/2006 - Estabelece vinculação da remuneração dos servidores não remunerados pelos cofres públicos, de que trata o artigo 48, parágrafo 2., da Lei Nº. 8.935/94, em atuação em serventia extrajudicial no Estado do Rio de Janeiro aos cargos paradigma do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário, estabelecido pela Lei Nº. 4.620/2005, e dá outras providências.  
(índice)

## Serviços Notariais

PROVIMENTO CGJ nº 76/ 2022 - Prorroga, no âmbito das Serventias Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, o Provimento CGJ nº 17/2021.  
(índice)

AVISO CGJ nº 501/2017 - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente, não remunerados pelos cofres públicos, dos Serviços Extrajudiciais não oficializados/privatizados que estão suspensos os efeitos do Aviso CGJ nº 1708/2014.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 902 / 2016 - Dispõe sobre a distribuição e tramitação dos processos oriundos de Notários e Registradores até o desenvolvimento do perfil "Delegatário/Escrevente Substituto" no Portal de Serviços do TJRJ.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 90 / 2016 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com competência registral e notarial, a manutenção do disposto na Consolidação Normativa acerca da apresentação de certidões de feitos ajuizados.  
(índice)

AVISO CGJ nº 546/2013 - Avisa aos Serviços extrajudiciais com atribuição notarial e/ou registral, para fins de ciência e cumprimento, que foi apresentada pela Corregedoria Nacional de Justiça a Recomendação nº 09/2013, alterada parcialmente pela Recomendação nº 11/2013, dispondo sobre a formação e a manutenção de arquivo de segurança, nos termos que menciona.  
(índice)

AVISO CGJ Nº484/2012 - Avisa aos serviços extrajudiciais com atribuição notarial e de registro que deverão observar o disposto no § 1º do artigo 2º do Provimento nº 82/2011, no tocante à obrigação de informar à CGJ, para fins de cadastro, a celebração de contrato com o Agente de Registro e o prazo de sua validade, bem como quaisquer modificações posteriores.  
(índice)

AVISO CGJ N. 999, DE 11/10/2011 - Avisa aos Serviços Extrajudiciais Oficializados, Não Oficializados e Privatizados, que somente poderão praticar gratuitamente os atos extrajudiciais objeto de determinações judiciais quando constar, expressamente, no corpo dos Mandados, Ofícios ou Cartas de Sentenças, que a

gratuidade de justiça deferida a parte interessada e extensiva a pratica dos atos notariais/registros.  
([índice](#))

## Atividades

[PROVIMENTO CGJ nº 31/2020](#) - Regulamenta o funcionamento dos Serviços Notariais e de Registros do estado do Rio de Janeiro, durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.  
([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN18, DE 31/01/2011](#) - Dispõe sobre um conjunto de medidas sugeridas com o objetivo de restaurar e reorganizar a atividade notarial - Parecer.  
([índice](#))

[PARECER CGJ N. SN47, DE 24/08/2010](#) - Dispõe sobre a sugestão de um conjunto de medidas com o objetivo de restaurar e reorganizar a atividade notarial - Parecer  
([índice](#))

## Aquisição de imóveis para uso exclusivo de Igrejas e Templos

[AVISO TJ N. 68, DE 30/07/2010](#) - Avisa que os atos notariais e registrais concernentes a aquisição de imóveis para uso exclusivo de igrejas e templos de qualquer culto não suscitam qualquer isenção de emolumentos cartorários, que devem ser regularmente cobrados nos moldes da vigente Portaria de custas extrajudiciais (Portaria CGJ 219/2009).  
([índice](#))

## Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados

[AVISO CGJ nº 562/2022](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais com atribuição notarial do Estado do Rio de Janeiro, que deverão adotar as medidas cabíveis para efetiva regularização de todas as informações que devem ser fornecidas a CENSEC (RCTO, CEP, CESDI, CNSIP), nos moldes do disposto no Provimento CNJ nº. 18/2012, inclusive quanto aos acervos porventura recebidos.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 1392/2018](#) - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, com atribuição em Tabelionatos de Notas, que deverão manter-se adimplentes na transmissão de

dados para a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC, nos termos do art. 16, VIII do Provimento CNJ nº 18/2012, sob pena de abertura de processo administrativo disciplinar.  
([índice](#))

[AVISO CGJ nº 55/2013](#) - Avisa Titulares/Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Notariais que deverão cumprir o disposto no Provimento nº 18/2012 da Corregedoria Nacional de Justiça procedendo à alimentação de dados junto à CENSEC nos prazos definidos nos artigos 4º, 7º e 9º do referido Provimento, e dá outras providências.  
([índice](#))

### Comissão de Notários e Registradores

[AVISO CGJ N. 413, DE 09/06/2010](#) - Avisa aos cartórios extrajudiciais que e imprescindível o encaminhamento a Corregedoria Geral da documentação prevista nos parágrafos 8. e 9. do artigo 34 da Consolidação Normativa para os Serviços Extrajudiciais, e da outras providências.  
([índice](#))

[PROVIMENTO CGJ N. 14, DE 25/03/2010](#) - Determina a dissolução da Comissão Permanente de Notários e Registradores da Corregedoria-Geral da Justiça.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 84, DE 27/01/2010](#) - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais que os registros de imóveis e tabelionato de notas permaneçam cobrando os emolumentos dos atos que praticam nos moldes da legislação estadual e dos atos administrativos pertinentes, independentemente do advento do Programa Minha Casa Minha Vida.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 949, DE 01/12/2009](#) - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais com atribuição de Notas, sobre os documentos obrigatórios para lavratura de Escritura de transferência de propriedade ou de direito referente a bens imóveis, a partir do Provimento CGJ n. 72/2009.  
([índice](#))

[AVISO CGJ N. 810, DE 27/11/2009](#) - Avisa aos Cartórios com atribuição de Notas do Estado do Rio de Janeiro sobre o documento de autorização de viagem de menor para o exterior.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO TJ N. 5296, DE 24/11/2009](#) - Dispõe sobre a gestão de documentos nos serviços notariais e de registro do Estado do Rio de Janeiro e da outras providências.  
([índice](#))

[AVISO TJ Nº 15, de 22/05/2009](#) - Avisa aos Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais não privatizados, Serventuários da Justiça e demais interessados, que a pratica de atos notariais registrais pelos serviços extrajudiciais

não privatizados deve ser precedida do correto preenchimento dos emolumentos, do percentual de 20% em favor do Fundo Especial do Tribunal de Justiça e dos demais acréscimos legais, o que deve ser obrigatoriamente conferido antes da realização do ato, inclusive quanto a pertinenciado código utilizado, sob pena de responsabilidade disciplinar.

[\(índice\)](#)

[PROVIMENTO CGJ Nº 35, de 30/04/2009](#) - Resolve que na lavratura de escrituras publicas, somente o tabeliao ou o substituto, designado para esse efeito, podem assiná-las encerrando o ato notarial.

[\(índice\)](#)

[PARECER CGJ N. SN11, DE 12/03/2009](#) - Dispõe sobre consulta acerca da cobrança do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN dos prestadores de serviços notariais - Parecer.

[\(índice\)](#)

### Controle de Certidão Negativa de Débito

[AVISO CGJ N. 2, DE 29/12/2009](#) - Avisa as Serventias com atribuição notarial e registral que os Núcleos Regionais elaborarão o quadro de controle das Certidões Negativas de Débitos previdenciários e trabalhistas, atualizados semestral mente, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

### Cópias Reprográficas

[AVISO CGJ nº 521/2022](#) - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro sobre as regras instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça para o fornecimento de cópias reprográficas pelo Serviços Notariais e Registrais.

[\(índice\)](#)

### Documentos Eletrônicos

[PROVIMENTO Nº 64 /2016](#) - Regulamenta a materialização de documentos eletrônicos pelos Serviços Extrajudiciais com atribuição notarial.

[\(índice\)](#)

### Infração Disciplinar

[AVISO CGJ 560/2022](#) - Avisa aos delegatários, titulares, responsáveis pelo expediente e interventores de serviços extrajudiciais sobre a configuração de infração disciplinar, por violação aos arts. 25, caput e 43 da Lei nº 8.935/1994 e ao art. 13, § 6º, do CNCJ - Parte Extrajudicial, a adoção das práticas que menciona.

[\(índice\)](#)

## Lavratura de Atos Notariais

ATO CGJ SN19/2017 - Dispõe sobre consulta referente à exigibilidade de apresentação de certidão de feitos ajuizados para a lavratura de atos notariais - Decisão.  
([índice](#))

## Livro de Registro Diário de Receita e Despesa

AVISO CGJ nº 869/2013 - Avisa que os serviços notariais e de registro prestados mediante delegação do Poder Público a particulares, ainda que sob a responsabilidade de interinos, possuirão Livro de Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, e dá outras providências.  
([índice](#))

## Sistema de Comunicação Eletrônica de Venda de Veículos

PROVIMENTO CGJ N. 6, DE 12/01/2010 - Resolve autorizar a adoção, pelos serviços extrajudiciais com atribuição de notas, do Sistema de Comunicação Eletrônica de Venda de Veículos (CONVEM), operacionalizado pela FEBRANOR - Federação Brasileira de Notários e Registradores, e dá outras providências.  
([índice](#))

## ISS

PARECER CGJ N. SN9, DE 19/05/2010 - Dispõe sobre a incidência de ISS sobre serviços notariais e registrais - Parecer.  
([índice](#))

## Procuração para requerimento de certidões

AVISO Nº 123 / 2016 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição notarial aceitação de procuração para requerimento de certidões.  
([índice](#))

## Procurações em Causa Própria

AVISO CGJ N. 189, DE 05/04/2010 - Avisa aos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Notas que esta disponível para download no endereço que menciona o

novo layout de transmissão de procuração em causa própria, cuja obrigatoriedade de transmissão se iniciara a partir de 03 de maio de 2010.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 66, DE 19/01/2010 - Avisa as Serventias Extrajudiciais com atribuição de notas que para a lavratura de 'procurações em causa própria' incide as exigências das informações previstas no art. 242, VI, 'h' do Provimento CGJ n. 12/ 2009.  
([índice](#))

#### Requerimento de Autorização para casamento

AVISO CGJ N. 588, DE 02/08/2010 - Avisa aos serviços extrajudiciais com atribuição de registro civil de pessoas naturais que deverão adotar, a partir da publicação deste Aviso, o modelo de Requerimento de Autorização para Casamento fora da Sede e/ou Circunscrição, e da outras providências.  
([índice](#))

#### Sistema de declaração de herança por escritura pública

AVISO CGJ Nº 327/2016 - Convocação dos Serviços Extrajudiciais com atribuição Notarial, em todo o Estado do Rio de Janeiro, para apresentação do novo sistema de declaração de herança por escritura pública da SEFAZ-RJ.  
([índice](#))

#### Tabelionato de Notas

AVISO nº 51/2017 - Avisa aos Delegatários, Titulares e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais com atribuição de Tabelionato de Notas prazo para alimentação de dados do CENSEC.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 316, DE 29/04/2011 - Avisa as Serventias Judiciais e Extrajudiciais sobre a obrigatoriedade de confirmação de expedição de autorização judicial para lavratura de escritura publica (alvará expedido ha mais de 90 dias), no prazo de 48 horas, o que inclusive poderá ser feito através de e-mail, e da outras providencias.  
([índice](#))

AVISO CGJ N. 506, DE 06/07/2010 - Avisa aos Tabelionatos de Notas que não será exigível a apresentação de novas certidões por ocasião da lavratura de escritura de compra e venda entre os mesmos interessados, quando a escritura de promessa de compra e venda tiver sido lavrada pelo mesmo serviço notarial e as certidões ainda



estiverem no prazo de sua validade. Retificado no DJERJ, ADM, de 09/07/2010, p. 22.  
(índice)

### Sistema e-Notariado

AVISO CGJ nº 413 / 2020 - Avisa aos Titulares, Delegatários, Responsáveis pelo Expediente e Interventores de Serviços com atribuição de Notas no Estado do Rio de Janeiro, do inteiro teor do PROVIMENTO nº 100, de 26 de maio de 2020, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a prática de atos notariais eletrônicos utilizando o sistema e-Notariado, e cria a Matrícula Notarial Eletrônica-MNE.  
(índice)

### Sistema Integrado de Distribuidores Extrajudiciais

PARECER CGJ N. SN87, DE 28/03/2011 - Dispõe sobre a necessidade de a posição de selo de fiscalização nas certidões designadas no sistema DCP de 'certidões internas'- Parecer.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN12, DE 27/01/2011 - Dispõe sobre a implantação do Sistema Extrajudicial Integrado dos Distribuidores Extrajudiciais - SEI-DE junto as Serventias Oficializa das de registro de distribuição - Parecer.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 5, DE 27/01/2011 - Resolve instituir o Sistema Extrajudicial Integrado dos Distribuidores - SEI-DE, de uso obrigatório pelos Serviços Distribuidores, Contadores e Partidores do Estado do Rio de Janeiro - DCPs.  
(índice)

### Sistema Justiça Aberta

AVISO CGJ nº 1.071/2021 - Avisa aos delegatários, titulares, interventores e responsáveis pelo expediente dos serviços extrajudiciais, bem como aos responsáveis pelos distribuidores, contadores e partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça  
(índice)

AVISO CGJ Nº 517/2021 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos

Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
(índice)

AVISO CGJ nº 904/2020 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça  
(índice)

AVISO CGJ nº 1.559/2019 - Avisa aos Delegatários, Titulares, Interventores e Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais, bem como aos Responsáveis pelos Distribuidores, Contadores e Partidores, que deverão cumprir o Provimento n.º 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça.  
(índice)

### Sistema Módulo de Apoio às Serventias Extrajudiciais – MAS

AVISO CGJ nº 98/2023 - Avisa aos gestores dos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que a consulta prévia ao histórico funcional a que se refere o inciso VI do artigo 107 do Código de Normas, parte extrajudicial, desta Corregedoria Geral da Justiça, já se encontra disponibilizada no Sistema MAS.  
(índice)

AVISO CGJ nº 1.014/2021 - Avisa aos Senhores Titulares e Delegatários de Serventias Extrajudiciais que, a partir de 01/12/2021, torna-se obrigatório o lançamento regular no sistemas MAS - Módulos de Apoio às Serventias Extrajudiciais, das informações e documentos correspondentes às apólices anuais de seguro de responsabilidade civil, e dá outras providências.  
(índice)

### Tabela de Fiança

AVISO TJ Nº 31, DE 11/04/2011 - Divulga a tabela de fiança, corrigida pela BTN de abril de 2011.

(índice)

### Tabelas Extrajudiciais

PORTARIA CGJ Nº 1952/2022 - Resolve aprovar as Tabelas de Emolumentos Extrajudiciais que acompanham a presente Portaria, com vigência a partir de 05 de janeiro de 2023.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 1951/2022 - Resolve aprovar as Tabelas de Emolumentos Extrajudiciais que acompanham a presente Portaria, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2023.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 1863/2021 - Resolve divulgar as Tabelas de Emolumentos Extrajudiciais que acompanham a presente Portaria, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 1794/2020 - Resolve aprovar as Tabelas de Emolumentos Extrajudiciais que acompanham a presente Portaria com vigência a partir de 01 de janeiro de 2021.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 2881/2019 - Resolve aprovar as Tabelas de Emolumentos Extrajudiciais que acompanham a presente Portaria com vigência a partir de 01 de janeiro de 2020.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 2358/2018 - Resolve aprovar as Tabelas de Emolumentos Extrajudiciais que acompanham a presente Portaria, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2019.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 2.684 / 2016 - Aprova as Tabelas de Emolumentos Extrajudiciais que acompanham a presente Portaria, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2017  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 4.593 / 2015 - Resolve aprovar as Tabelas de Emolumentos Extrajudiciais que acompanham a presente Portaria com vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.  
(índice)

PORTARIA CGJ Nº 17/2013 - Resolve aprovar as Tabelas de Emolumentos Extrajudiciais que acompanham a presente Portaria, com vigência a partir do dia 21 de março de 2013, incorporando as Tabelas da Lei Estadual n.º 3.350, de 29/12/1999, com redação modificada pela Lei Estadual nº 6.370/2012, de 20/12/2012.  
(índice)

PORTARIA N.º 69/2012 - Resolve aprovar as tabelas extrajudiciais que acompanham a presente Portaria, com efeito a partir do dia 1º de janeiro de 2013, incorporando a Lei Estadual nº 3350 de 29 de dezembro de 1999.  
(índice)

PARECER CGJ N. SN32, DE 07/02/2011 - Dispõe acerca da normatização quanto à correta composição de valores devidos pelos atos extrajudiciais na tabela de custas extrajudiciais - Parecer.  
(índice)

PORTARIA CGJ N. 84, DE 22/12/2010 - Resolve aprovar as tabelas extrajudiciais que acompanham a presente portaria, com efeito a partir do dia 1. de janeiro de 2011, incorporando a Lei Estadual n. 3.350 de 29 de dezembro de 1999.  
(índice)

#### Taxa

ATO EXECUTIVO TJ Nº 2343, de 02/06/2009 - Resolve alterar a redação do art. 6. do Ato Executivo Conjunto TJ/ CGJ n. 27/1999.  
(índice)

AVISO TJ Nº 5/2009 - Avisa que encontra-se em vigor o Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ n. 36/2009, o qual deve ser observado pelos serviços extrajudiciais para fins de recolhimento do adicional de 20% devido ao FETJ, ate que a ma teria seja decidida pelo Conselho da Magistratura.  
(índice)

#### Transmissão de atos

AVISO CGJ Nº 345, de 25/06/2009 - Avisa aos Cartórios Extrajudiciais que a partir de 29 de junho de 2009 serão obrigatórias as transmissões constantes dos Avisos CGJ ns. 107, 108 e 109 de 2009, e da outras providencias.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 282, de 26/05/2009 - Avisa que o selo de fiscalização da Corregedoria Geral da Justiça constitui um meio de fiscalização indireta dos atos notariais e registrais, por parte do usuário dos Serviços e do órgão fiscalizador, e dá outras providencias.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 107/2009 - Avisa que os atos de habilitação de casamento praticados a partir de 01 de junho de 2009 deverão ser transmitidos ao link 'Do Selo ao Ato', de acordo com o prazo fixado no Artigo 573 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, e da outras providencias.  
(índice)

AVISO CGJ Nº 108/2009 - Avisa que os atos de registro de imóveis praticados a partir de 01 de junho de 2009 deverão ser transmitidos ao link 'Do Selo ao Ato', de

acordo com o prazo fixado no Artigo 573 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, e da outras providencias.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº 109/2009](#) - Avisa que os atos de escritura, procuração, reconhecimento de firma, testamento, protesto de títulos e documentos e RCPN praticados a partir de 01 de junho de 2009 deverão ser transmitidos ao link 'Do Selo ao Ato', de acordo com o prazo fixado no Artigo 573 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, e da outras providencias.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº. 741/2008](#) - Avisa aos cartórios extrajudiciais com atribuição de Registro Civil das Pessoas Naturais que os atos de habilitação de casamento prática dos a partir de 19 de janeiro de 2009, deverão ser transmitidos ao link 'Do Selo ao Ato', de acordo com o prazo fixado no art. 573 da Consolidação Normativa da Corregedoria, e da outras providencias.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº. 742/2008](#) - Avisa aos cartórios extrajudiciais com atribuição de Notas, Protesto de Títulos, Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Naturais que os atos praticados, a partir de 19 de janeiro de 2009, deverão ser transmitidos ao link 'Do Selo ao Ato', de acordo com os novos layouts disponíveis no 'Site da Serventia', e da outras providencias.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº. 743/2008](#) - Avisa aos cartórios extrajudiciais com atribuição de registro de imóveis que os atos praticados, a partir de 19 de janeiro de 2009, deverão ser transmitidos ao link 'Do Selo ao Ato', de acordo com o prazo fixado no art. 573 da Consolidação Normativa da Corregedoria, e da outras providencias.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº. 621/2007](#) - Avisa as Serventias Extrajudiciais, com atribuição de registro de títulos e documentos, que os atos praticados a partir de 7 de janeiro de 2008, deverão ser transmitidos ao link 'Do selo ao ato', de acordo com o prazo fixado no art. 573 da CNCJ, e dá outras providências.  
([índice](#))

[AVISO CGJ Nº. 622/2007](#) - Avisa as Serventias Extrajudiciais, com atribuição de protesto de títulos, que os atos praticados a partir de 7 de janeiro de 2008, deverão ser transmitidos ao link 'Do selo ao ato', de acordo com o prazo fixado no art. 573 da CNCJ, e dá outras providências.  
([índice](#))

## MATÉRIA DE PESSOAL

### ATOS DA VIDA FUNCIONAL

#### Assentamentos individuais

Artigo 110 da [CNCJ](#)

[\(índice\)](#)

[Aviso TJ/DGPES 16/2022](#) - Avisa aos servidores ativos e inativos que já tenham averbado em seus assentamentos funcionais diploma de graduação, pós-graduação (360 horas), mestrado e/ou doutorado, que consultem no Portal de Magistrados e Servidores se a anotação dos referidos títulos foi validada para efeito do citado adicional.

[\(índice\)](#)

### Atestado Médico

[ATO CGJ SN134/2013](#) - Dispõe sobre consulta formulada pela Defensora Pública com o objetivo de esclarecer se a exigência de reconhecimento de firma do médico em atestado médico que instrui dossiê para lavratura de procuração é lícita - Decisão.

[\(índice\)](#)

### Carteira de identificação para os servidores inativos

[ATO NORMATIVO TJ N. 20, DE 23/08/2011](#) - Institui a carteira de identificação para os servidores inativos, aposentados em cargo de provimento efetivo deste Poder Judiciário. Retificado no DJERJ, ADM, de 25/08/2011, p. 2.

[\(índice\)](#)

### Curso de Aperfeiçoamento

ATO REGIMENTAL EMERJ Nº 1, de 21/01/2009 - Resolve regulamentar a regra de transição do Curso de Aperfeiçoamento, como condição para promoção e remoção, pelo critério de merecimento, de Juiz de Direito de entrância do interior para entrância especial e desta para Desembargador, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

### Exame Médico Periódico

[AVISO CONJUNTO TJ/CGJ nº 19/2019](#) - Avisa aos servidores gestores ou responsáveis pelos órgãos jurisdicionais e unidades administrativas localizadas no Complexo do Fórum Central, que a Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas (DGPES), por meio do Departamento de Saúde (DESAU), iniciará, em setembro de 2019, a realização do Primeiro Exame Médico Periódico dos Servidores do TJERJ.

[\(índice\)](#)

### Frequência e horário

ATO NORMATIVO Nº 15/2013 - Resolve alterar o parágrafo 2., revogar o parágrafo 4. e acrescentar o parágrafo 5., do artigo 26 do Ato Normativo TJ n.3., de 3 de fevereiro de 2009.

(índice)

ATO NORMATIVO TJ N. 5, DE 26/03/2010 - Altera o artigo 26 do Ato Normativo TJ n. 03, de 03/02/2009, disciplinando a jornada de trabalho dos servidores.

(índice)

ATO NORMATIVO TJ N. 3, DE 03/02/2009 - Estabelece normas e diretrizes dos Atos funcionais dos Servidores do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, disciplinando os Direitos e Deveres e da outras providencias.

(índice)

PROVIMENTO CGJ N. 74, DE 14/10/2009 - Resolve que o horário individual dos servidores devera ser afixado e mantido no quadro de publicidade da Serventia na forma do artigo 175inciso V da Consolidação Normativa em vigor, e da outras providencias.

(índice)

LEI COMPLEMENTAR Nº. 110/2005 Altera dispositivos do Decreto-Lei nº. 220, de 18 de julho de 1975, e dá outras providências.

(índice)

Artigo 39 do DECRETO-LEI Nº. 220/1975 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

(índice)

Artigos 83 a 86 do DECRETO Nº. 2479/1979 Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

(índice)

Artigos 129 a 132 da CNCGJ

(índice)

AVISO CGJ Nº. 678/2006 - Avisa que o fechamento do Livro Ponto deverá ser feito até às 15h30min, sendo que o Gabinete do Corregedor, bem como o DEIAC, procederão à intensa fiscalização quanto ao cumprimento deste ato, inclusive, podendo ser solicitado a qualquer momento do expediente junto às serventias, cópias de ponto diários a serem remetidos via fax.

(índice)

AVISO NURC, 6 Nº. 4/2008 - Avisa as serventias judiciais e extrajudiciais do 6. NUR, que deverão atualizar e afixar em local próprio o quadro de horário dos servidores efetivamente lotados, incluindo servidores cedidos por outros órgãos e da outras providências.

(índice)

## Identificação funcional

Artigos 111 a 113 da [CNCGJ](#)  
([índice](#))

### Informação do Grau de Escolaridade

[AVISO TJ/DGPES nº 12/2021](#) - Avisa aos servidores ativos e inativos alcançados pelo acórdão proferido nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3782 que está prorrogado, até o dia 31 de dezembro de 2021, o prazo para informar o grau de escolaridade que possuíam à data do seu ingresso neste Poder Judiciário, por meio de declaração específica disponível no sítio eletrônico desta Corte.  
([índice](#))

[AVISO TJ/DGPES nº 09/2021](#) - Avisa aos servidores ativos e inativos alcançados pelo acórdão proferido nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3782 que está prorrogado, até o dia 30 de novembro de 2021, o prazo para informar o grau de escolaridade que possuíam à data do seu ingresso neste Poder Judiciário, por meio de declaração específica disponível no sítio eletrônico desta Corte.  
([índice](#))

[AVISO TJ/DGPES nº 08/2021](#) - Avisa aos servidores ativos e inativos alcançados pelo acórdão proferido nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3782 que, no período de 07/10 a 05/11/2021, deverão, por meio de declaração específica disponível no sítio eletrônico desta Corte, informar o grau de escolaridade que possuíam à data do seu ingresso neste Poder Judiciário.  
([índice](#))

### Movimentação de servidor

[AVISO CGJ Nº 863/2013](#) - Resolve que o servidor em exercício, em unidade administrativa ou judicial, ocupante do cargo de analista judiciário ou técnico de atividade judiciária, ambos sem especialidade, que pretender remoção para outra Comarca/Regional, conforme o disposto no anexo I, poderá manifestar seu interesse através de requerimento, e dá outras providências.  
([índice](#))

Artigos 64 a 66 (remoção) e 45 a 52 (transferência) do [DECRETO Nº. 2479/1979](#) Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

Artigo 109 da [CNCGJ](#)  
([índice](#))



[AVISO CGJ Nº. 803/2006](#) - Avisa que ficam suspensos os pedidos de remoção, de transferência de NURC e de permuta até ulterior deliberação, salvo quando apresenta da fundamentação, e dá outras providências.  
([índice](#))

### Provimento de cargos

Artigos 2º. a 17 do [DECRETO-LEI Nº. 220/1975](#) Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

Artigos 2º. a 56 do [DECRETO Nº. 2479/1979](#) Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

Artigos 107 a 108 da [CNCGJ](#)  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº. 2/2006](#) - Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a acumulação de cargos, empregos e funções públicas, ou entre uma e outra destas modalidades, bem como de qualquer destas com o exercício de atividade privada (vinculada ou não ao RGPS), desde que haja compatibilidade de horários.  
([índice](#))

[RESOLUÇÃO TJ/OE Nº. 18/2006](#) - Aplica as disposições da Resolução OE Nº. 16/2005 aos servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão e aos designados para o exercício de função gratificada do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

[RESOLUÇÃO CM Nº. 29/2006](#) - Dispõe sobre as atribuições dos cargos integrantes das carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
([índice](#))

[RESOLUÇÃO CM Nº. 11/2006](#) - Dispõe sobre pagamento de gratificação aos analistas judiciários e oficiais de justiça avaliadores que venham a ocupar a função de direção de serventia e de direção de Central de Penas e Medidas Alternativas e Prisão, respectivamente.  
([índice](#))

[RESOLUÇÃO CM Nº. 6/2005](#) - Regulamenta a Lei Nº. 4.620, de 11 de outubro de 2005, e dá outras providências.  
([índice](#))

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO CGJ Nº. 49/2005](#) - Dispõe sobre a criação do Núcleo Especial para Escrivães e Técnicos Judiciários II, denominado NEET, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[RESOLUÇÃO CM Nº. 29/2006](#) - Dispõe sobre as atribuições dos cargos integrantes das carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

[RESOLUÇÃO CM Nº. 11/2006](#) - Dispõe sobre pagamento de gratificação aos analistas judiciários e oficiais de justiça avaliadores que venham a ocupar a função de direção de serventia e de direção de Central de Penas e Medidas Alternativas e Prisão, respectivamente.

[\(índice\)](#)

[ATO EXECUTIVO CONJUNTO CGJ Nº. 49/2005](#) - Dispõe sobre a criação do Núcleo Especial para Escrivães e Técnicos Judiciários III, denominado NEET, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

[RESOLUÇÃO CM Nº. 6/2005](#) - Regulamenta a Lei Nº. 4.620, de 11 de outubro de 2005, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

### Remoção de Servidor

[AVISO CGJ N. 498, DE 30/06/2010](#) - Avisa que o servidor removido, através de Ato Executivo, devera dirigir-se a serventia de destino, a vista da publicação no DJERJ, observando o prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 1.º do Ato Normativo TJ n.º 03/2009, desde que não conste no ato supracitado outra data para entrar em exercício, e dá outras providências.

[\(índice\)](#)

## DIREITOS

### Férias

[AVISO DGPES Nº 13/2022](#) - Avisa que a escala de férias para 2023 estará disponível no Portal de Magistrados e Servidores no período de 25 a 30 de novembro.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO nº 21/2022](#) - Altera o Ato Normativo TJ nº 26, de 13 de novembro de 2009.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO TJ N. 26, DE 13/11/2009](#) - Disciplina o exercício do direito as férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

PORTARIA TJ Nº.2,de 12/02/2009 - Resolve delegar ao Corregedor-Geral da Justiça a decisão acerca dos requerimentos de licença-prêmio e férias dos servidores do primeiro grau de jurisdição e daqueles lotados nas unidades administrativas.  
(índice)

AVISO CGJ Nº. 879/2006 - Avisa sobre a suspensão para o ano de 2007 dos parcelamentos de férias, bem como, previsão de saldos de exercícios remanescentes, esclarecendo que no ano de 2007 os servidores só poderão usufruir 30 (trinta) dias consecutivos de férias, e dá outras providências.  
(índice)

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ Nº. 8/2006 - Disciplina o exercício do direito as férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº. 36/2006 - Altera o parágrafo 1. do artigo 114 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, que trata da concessão de férias aos funcionários.  
(índice)

Artigos 90 a 96 do DECRETO Nº. 2479/1979 - Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

Artigo 18 do DECRETO-LEI Nº. 220/1975 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

Artigos 114 e 115 da CNCGJ  
(índice)

## Licenças

ATO NORMATIVO TJ N. 7, DE 01/03/2010 - Resolve que as licenças médicas, as licenças para acompanhamento de pessoa da família e as licenças por acidente em serviço, ate o período de 30 dias, serão deferidas por Juiz Dirigente do NUR ou pelo Gestor de Unidade Organizacional do PJERJ, mediante atestado medico com indicação do CRM, sendo dispensada a realização de perícia medica, e da outras providências.  
(índice)

PORTARIA Nº 50/2013 - Resolve subdelegar competências ao Diretor-Geral de Administração nas matérias mencionadas relativas aos servidores das unidades administrativas da CGJ e de 1ª instância.

[\(índice\)](#)

[Resolução CM 06/2013](#) - Estabelece normas para concessão de licenças médicas aos servidores e aprova o Manual de Perícias Médicas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ Nº 800/2012](#) - Avisa a todos os servidores que no ato de pedido de agendamento de perícia para concessão de licença médica e licença para acompanhamento de pessoa da família, nos termos do Ato Normativo TJ nº 07/2012, será exigida a apresentação de original e cópia do atestado médico, sendo esta arquivada pelo Núcleo Regional/DIPES em pasta própria.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO TJ N. 7, DE 16/02/2012](#) - Dispõe sobre a exigência do Código de identificação de Doença (CID)ou laudo medico circunstanciado nos atestados médicos dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 1051, DE 01/11/2011](#) - Avisa que, para concessão de licença médica e licença para acompanhamento de pessoa da família, será exigido o fiel cumprimento do disposto nos arts. 99, parágrafo 2. e 101, parágrafo 1. do Decreto n. 2479/79, quanto ao prazo máximo de 03 dias para apresentação de atestado medico, pelo servidor ou seu representante, e da outras providências. [\(índice\)](#)

[AVISO CGJ N. 1051, DE 01/11/2011](#) - Avisa que, para concessão de licença médica e licença para acompanhamento de pessoa da família, será exigido o fiel cumprimento do disposto nos arts. 99, parágrafo 2. e 101, parágrafo 1. do Decreto n. 2479/79, quanto ao prazo máximo de 03 dias para apresentação de atestado medico, pelo servidor ou seu representante, e da outras providências. Republicado no DJERJ, ADM, de 08/11/2011, p. 12.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO TJ N. 21, DE 26/09/2011](#) - Disciplina a fruição de licença-prêmio pelos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, lotados nas unidades administrativas e judiciais vinculadas a Presidência.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ N. 25, DE 08/07/2009](#) - Avisa as Magistradas e servidoras, em gozo de licença maternidade ou aleitamento, que terão suas licenças acrescidas de sessenta dias, de acordo com a Lei Complementar n. 128, de 29 de junho de 2009.

[\(índice\)](#)

PORTARIA TJ Nº.2,de 12/02/2009 - Resolve delegar ao Corregedor-Geral da Justiça a decisão acerca dos requerimentos de licença-prêmio e férias dos servidores do primeiro grau de jurisdição e daqueles lotados nas unidades administrativas.  
(índice)

AVISO CGJ Nº. 383/2007 - Resolve sobre a concessão e o gozo da licença prêmio dos servidores do Poder Judiciário, ocupantes dos cargos de Analista Judiciário em geral e de Técnico de Atividade Judiciária, e dá outras providências.  
(índice)

AVISO CGJ Nº. 427/2007 - Resolve sobre a concessão e o gozo da licença prêmio dos servidores do Poder Judiciário, ocupantes dos cargos de Analista Judiciário em geral e de Técnico de Atividade Judiciária, e dá outras providências.  
(índice)

Artigo 19 do DECRETO-LEI Nº. 220/1975 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

Artigos 97 a 141 do DECRETO Nº. 2479/1979 Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

Artigos 116 a 123 da CNCGJ  
(índice)

PROVIMENTO CGJ Nº. 17/2007 - Altera o parágrafo 65 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça.  
(índice)

## BENEFÍCIOS

### Auxílio-creche

AVISO/DGPES nº 15 /2022 - Avisa a todos os servidores que recebem o auxílio creche, do período da comprovação da renovação de matrícula em creche ou estabelecimento particular de ensino legalmente constituído, para o exercício de 2023.  
(índice)

AVISO/DGPES nº 15 /2022 - Avisa a todos os servidores que recebem o auxílio creche, do período da comprovação da renovação de matrícula em creche ou estabelecimento particular de ensino legalmente constituído, para o exercício de 2023.  
(índice)

AVISO TJ/DGPES nº 11/2021 - Avisa a todos os servidores que recebem o auxílio creche, do período da comprovação da renovação de matrícula em creche ou estabelecimento particular de ensino legalmente constituído, onde se encontra

matriculado o filho ou dependente legal, além do valor das mensalidades para o exercício de 2022.  
([índice](#))

[AVISO TJ/DGPES nº 09/2020](#) - Avisa a todos os servidores que recebem o AUXÍLIO CRECHE, que do período da comprovação da renovação de matrícula em creche ou estabelecimento particular de ensino legalmente constituído, onde se encontra matriculado o filho ou dependente legal, além do valor das mensalidades para o exercício de 2021.  
([índice](#))

[AVISO/DGPES nº 03/2019](#) - Avisa a todos os servidores que recebem o auxílio-creche do período da comprovação da renovação de matrícula em creche ou estabelecimento particular de ensino legalmente constituído, onde se encontra matriculado o filho ou dependente legal, além do valor das mensalidades para o exercício de 2020.  
([índice](#))

[AVISO DGPES nº 05 /2018](#) - Avisa a todos os servidores que recebem o auxílio-creche do período da comprovação da renovação de matrícula em creche ou estabelecimento particular de ensino legalmente constituído, onde se encontra matriculado o filho ou dependente legal, além do valor das mensalidades para o exercício de 2019.  
([índice](#))

[AVISO TJ/DGPES nº 10/2017](#) - Avisa a todos os servidores que recebem o auxílio-creche do período da comprovação da renovação de matrícula em creche ou estabelecimento particular de ensino legalmente constituído, onde se encontra matriculado o filho ou dependente legal, além do valor das mensalidades para o exercício de 2018.  
([índice](#))

[AVISO TJ/DGPES nº 08 /2016](#) - Avisa a todos os servidores que recebem o auxílio-creche do período da comprovação da renovação de matrícula em creche ou estabelecimento particular de ensino legalmente constituído, onde se encontra matriculado o filho ou dependente legal, além do valor das mensalidades para o exercício de 2017.  
([índice](#))

[AVISO TJ/DGPES nº 06/2015](#) - Avisa a todos os servidores que recebem o auxílio-creche do período da comprovação da renovação de matrícula em creche ou estabelecimento particular de ensino legalmente constituído, onde se encontra matriculado o filho ou dependente legal, além do valor das mensalidades para o exercício de 2016.  
([índice](#))

[Aviso DGPES nº 12 /2013](#) - Avisa aos servidores que recebem o auxílio creche que a comprovação da renovação de matrícula em creche ou estabelecimento particular de ensino legalmente constituído, onde se encontra matriculado o filho ou dependente legal, além do valor das mensalidades para o exercício de 2014, deverá atender à programação descrita.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ/DGPES10/2013](#) - Avisa sobre a retificação de crédito de auxílio creche referente ao benefício do mês de agosto do corrente.

[\(índice\)](#)

[AVISO DGPES Nº 12/2012](#) - Avisa a todos os servidores que recebem o auxílio-creche que a comprovação da renovação de matrícula em creche ou estabelecimento particular de ensino legalmente constituído onde se encontra matriculado o filho ou dependente legal, além do valor das mensalidades para o exercício de 2013, deverá atender à programação que menciona.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO TJ N. 29, DE 28/11/2011](#) - Dispõe sobre a concessão de auxílio-creche no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ/DGPES N. 10, DE 29/11/2011](#) - Avisa a todos os servidores que recebem o auxílio-creche que a com provação da renovação de matrícula em creche ou estabelecimento particular de ensino legalmente constituído onde se encontra matriculado o filho ou dependente legal, além do valor das mensalidades para o exercício de 2012, devera atender a programação que menciona, e da outras providências. Republicado no DJERJ, ADM, de 01/12/2011, p. 17; de 02/12/2011, p. 27; de 06/12/2011, p. 10; de 12/12/2011, p. 15; de 14/12/2011, p. 23; de 16/12/2011, p. 20; de 19/12/2011, p. 9; de 21/12/2011, 13.

[\(índice\)](#)

[ATO NORMATIVO TJ N. 18, DE 21/07/2011](#) - Resolve alterar o artigo 1. do Ato Normativo TJ n. 01/2006.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ/DGPES N. 6, DE 03/12/2010](#) - Avisa a todos os servidores que recebem o auxílio-creche que a com provação da renovação de matrícula em creche ou estabelecimento particular de ensino legalmente constituído onde se encontra matriculado o filho ou dependente legal, além do valor das mensalidades para o exercício de 2011, devera atender a programação que menciona, e da outras providências.

[\(índice\)](#)

## Auxílio-educação

AVISO DGPES nº 14/2022 - Avisa a todos os magistrados e servidores ativos e inativos, e exclusivamente comissionados, que recebem auxílio-educação, o período de cadastro para percepção do benefício no exercício de 2023. O período de comprovação das despesas realizadas com instituições privadas de ensino no exercício de 2022.  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ nº 22/2022 - Regulamenta os artigos 17, 24, § 5º e 26, todos da Lei nº. 9.748, de 29 de junho de 2022, que dispõe sobre o Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e altera o Ato Normativo nº 11, de 18 de setembro de 2017, que regulamenta o auxílio educação.  
(índice)

AVISO DGPES nº 12/2022 - Avisa a todos os magistrados e servidores inativos e servidores exclusivamente comissionados, com dependentes elegíveis para percepção do Auxílio Educação procedimento de cadastro para percepção do benefício a partir de 01 de novembro de 2022.  
(índice)

AVISO TJ/DGPES nº 10/2021 - Avisa a todos os magistrados e servidores que recebem auxílio-educação o período de cadastro para percepção do benefício no exercício de 2022.  
(índice)

AVISO TJ/DGPES nº 08/2022 - Avisa a todos os magistrados e servidores que recebem auxílio-educação do período para comprovação de despesas realizadas no exercício de 2021.  
(índice)

AVISO TJ/DGPES nº 07 /2021 - Avisa a todos os magistrados e servidores que recebem auxílio-educação do período para comprovação de despesas realizadas nos exercícios de 2020.  
(índice)

AVISO TJ/DGPES nº 03/2021 - Avisa a todos os magistrados e servidores a prorrogação do prazo para comprovação de despesas realizadas nos exercícios de 2017, 2018 e 2019.  
(índice)

AVISO DGPES nº 01/2021 - Avisa a todos os magistrados e servidores a prorrogação do prazo para comprovação de despesas realizadas nos exercícios de 2017, 2018 e 2019.  
(índice)



[AVISO TJ/DGPES nº 10/2020](#) - Avisa a todos os magistrados e servidores que recebem auxílio educação o período de cadastro para percepção do benefício no exercício de 2021.  
(índice)

[AVISO TJ/DGPES nº 08/2020](#) - Avisa a todos os magistrados e servidores que recebem auxílio-educação do período para comprovação de despesas realizadas nos exercícios de 2017, 2018 e 2019.  
(índice)

[AVISO TJ/DGPES SN1/2020](#) - Avisa a todos os magistrados e servidores que recebem auxílio-educação do período para comprovação de despesas realizadas nos exercícios de 2017, 2018 e 2019.  
(índice)

[ATO NORMATIVO TJ nº 05/2020](#) - Altera o Ato Normativo nº 11, de 18 de setembro de 2017, que regulamenta o auxílio educação.  
(índice)

[AVISO DGPES nº 04/2019](#) - Avisa a todos os magistrados e servidores que recebem auxílio-educação o período de cadastro para percepção do benefício no exercício de 2020.  
(índice)

[AVISO DGPES nº 04/2018](#) - Avisa a todos os magistrados e servidores que recebem auxílio-educação o período de cadastro para percepção do benefício no exercício de 2019.  
(índice)

[AVISO TJ/DGPES nº 11 /2017](#) - Avisa a todos os magistrados e servidores que recebem auxílio-educação o período de cadastro para percepção do benefício no exercício de 2018.  
(índice)

[ATO NORMATIVO TJ nº 11/2017](#) - Regulamenta o auxílio educação instituído pela Lei Estadual nº 7.014 de 29 de maio de 2015, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

[AVISO TJ/DGPES nº 04/2017](#) - Avisa a todos os magistrados e servidores que receberam o auxílio-educação durante os anos de 2015 e 2016 que fica prorrogado

até 28 de abril do corrente o prazo para comprovação de despesas realizadas com mensalidades escolares nos respectivos exercícios.  
([índice](#))

[AVISO TJ/DGPESnº 02/2017](#) - Avisa a todos os magistrados e servidores que recebem auxílio-educação do período para comprovação de despesas realizadas em 2016.  
([índice](#))

[AVISO nº 07/2015](#) - Avisa a todos os magistrados e servidores o período de cadastro do auxílio-educação para o exercício de 2016.  
([índice](#))

### Auxílio-refeição e alimentação

[ATO TJ SN12/2023](#) - Dispõe sobre recomposição do valor atualmente praticado no auxílio alimentação percebido pelos magistrados, com efeitos financeiros a contar de 1º de maio deste ano - Decisão.  
([índice](#))

[ATO TJ SN11/2023](#) - Dispõe sobre recomposição dos valores atualmente praticados nos auxílios refeição/alimentação e pecúnia especial, locomoção e saúde dos servidores do Poder Judiciário, com efeitos financeiros a contar de 1º de maio deste ano - Decisão.  
([índice](#))

[AVISO TJ/ DGPES Nº 07/2022](#) - Avisa que, no período de 15/06/2022 a 31/07/2022, os servidores poderão optar pela percepção dos auxílios alimentação/refeição em uma das modalidades mencionadas.  
([índice](#))

[AVISO DGPES Nº 04/2021](#) - Avisa que, no período de 26/04/2021 a 31/05/2021, os servidores poderão optar pela percepção dos auxílios alimentação/refeição em uma das modalidades mencionadas.  
([índice](#))

[RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 18/2014](#) - Altera a Resolução nº 6/2007, que dispõe sobre a concessão dos auxílios alimentação e refeição.  
([índice](#))

[ATO NORMATIVO TJ nº 10/2014](#) - Dispõe sobre a concessão dos auxílios alimentação e refeição a que se refere a Resolução nº. 06/2007, do Órgão Especial.  
([índice](#))

Aviso DGPES nº 08/2013 - Avisa que durante o próximo mês de agosto, serão distribuídos novos cartões alimentação/refeição com a bandeira ALELO em substituição aos atuais com a bandeira Visa Vale, e dá outras providências.  
(índice)

ATO NORMATIVO Nº 08/2013 - Altera a redação dos incisos IV e V, do § 1º e do § 5º do art. 2º e acrescenta o inciso VI ao § 1º do art. 2º do Ato Normativo nº 03/2007.  
(índice)

AVISO TJ/DGPES N. 2, DE 06/02/2012 - Avisa que durante o próximo mês de fevereiro, serão distribuídos novos cartões Visa Vale Refeição e Visa Vale Alimentação aos serventuários, em substituição aqueles que perderão a validade no dia 29/02/2012, e dá outras providências.  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ N. 28, DE 09/12/2009 - Altera a redação do caput, parágrafo 1., incisos I e IV e parágrafos 2. e 3. do art. 2.; do caput do art. 3. e parágrafo 2. do art. 4., e introduz o inciso V ao parágrafo 1., e os parágrafos 4., 5. e 6. ao art. 2. do Ato Normativo TJ n. 03/2007.  
(índice)

RESOLUCAO TJ/ORGÃO ESPECIAL N. 11, DE 21/09/2009 - Altera a Resolução TJ/OE n. 6/2007, que dispõe sobre a concessão dos auxílios alimentação e refeição.  
(índice)

PORTARIA TJ/DGPES Nº. 5/2008 - Disciplina a nova opção pela percepção do auxílio-alimentação/refeição a que se refere o parágrafo 3. do art. 8. do Ato Normativo Nº. 3 de 2007.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE Nº. 22/2007 - Acrescenta o parágrafo 3º. ao artigo 1. da Resolução TJ/OE nº. 06, de 02 de abril de 2007, deste Órgão Especial (Processo nº. 2007-281133).  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/OE Nº. 6/2007 - Dispõe sobre a destinação de verba, sem aumento de despesa, para pagamento de auxílio-alimentação e de auxílio-refeição ao servidor e dá outras providências.  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ Nº. 3/2007 - Dispõe sobre a concessão dos auxílios alimentação e refeição a que se refere à Resolução Nº. 06/2007, do Órgão Especial.  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ Nº. 3/2004 - Dispõe sobre a concessão de auxílio-refeição aos servidores titulares de cargo de provimento efetivo do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

### Auxílio-locomoção

ATO NORMATIVO N.º 12/2013 - Altera a redação do artigo 5º do Ato Normativo TJ nº 06/2009.  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ N. 14, DE 17/05/2010 - Resolve alterar o art. 5. do Ato Normativo TJ n. 06/2009.  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ N. 6, DE 31/03/2009 - Dispõe sobre a concessão do auxílio-locomoção a que se refere a Resolução n. 02/2009 do Órgão Especial. Art. 5. alterado pelo Ato Normativo TJ: 14, de 17/05/2010. In: DJERJ, ADM, de 19/05/2010, p. 4.  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ Nº. 2/2009 - Dispõe sobre a concessão do auxílio-locomoção a que se refere a Resolução TJ/OE n. 02/2009.  
(índice)

RESOLUÇÃO TJ/ÓRGÃO ESPECIAL Nº. 2/2008 - Autoriza a concessão de auxílio-locomoção aos servidores ativos, titulares de cargo de provimento efetivo, aos ocupantes exclusivamente de cargo de provimento em comissão e aos servidores de outros órgãos a disposição do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.  
(índice)

### Auxílio-saúde

AVISO DGPES Nº 10 /2022 - Informa que no período de 08/11/2022 a 15/12/2022, os titulares de emprego público, servidores ocupantes exclusivamente de cargo de provimento em comissão do PJERJ e os servidores de outros órgãos ocupantes de cargo de provimento em comissão ou função gratificada no PJERJ, deverão comprovar as despesas com plano de assistência médica e/ou odontológica ou seguro saúde, realizadas no exercício de 2021, para fins de regularização da percepção do auxílio saúde.  
(índice)

Aviso TJ/ DGPES nº 06/2022 - Avisa aos servidores efetivos ativos e inativos, aos ocupantes exclusivamente de cargos de provimento em comissão e aos requisitados com ônus para o PJERJ ocupantes de cargo de confiança, optantes pelo plano de

saúde oferecido pelo PJERJ, que será possível incluir dependentes no plano de saúde, sem carência, até o dia 30/06/2022.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ/DGPES nº 04 /2022](#) - Avisa aos servidores efetivos ativos e inativos, aos ocupantes exclusivamente de cargos de provimento em comissão e aos requisitados com ônus para o PJERJ ocupantes de cargo de confiança, optantes pelo plano de saúde oferecido pelo PJERJ, que fica prorrogado do dia 01/05/2022 ao dia 31/05/2022 o prazo para o reembolso da vacina contra gripe (Tetra) para o beneficiário que resida em localidade atendida pela Beep Saúde, mas realize ou já tenha realizado o ato vacinal em prestador de serviço não credenciado à referida rede.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ/DGPES nº 03 /2022](#) - Avisa aos servidores efetivos ativos e inativos, aos ocupantes exclusivamente de cargos de provimento em comissão e aos requisitados com ônus para o PJERJ ocupantes de cargo de confiança, optantes pelo plano de saúde oferecido pelo PJERJ, que o novo contrato de prestação de saúde suplementar firmado com a empresa Amil prevê a cobertura vacinal para todas as vacinas elencadas no Calendário Vacinal da Sociedade Brasileira de Imunizações, abrangendo todos os servidores (ativos e inativos), bem como os seus dependentes.

[\(índice\)](#)

[AVISO DGPES nº 02/2022](#) - Avisa aos servidores ativos e inativos que a partir de 01/05/2022 todos os beneficiários com upgrade do plano de saúde Amil (planos One T1, Amil 150, e Amil 140) foram automaticamente incluídos no plano Amil Blue IV, que corresponde ao plano A e o ônus relativo aos servidores ativos e inativos permanece com o PJERJ.

[\(índice\)](#)

[AVISO DGPES nº 01/2022](#) - Avisa a todos os servidores que possuem dependentes e/ou upgrade do Plano de Saúde AMIL, que na folha de abril/2022 não serão implementados os descontos relativos ao plano de saúde AMIL, salvo ajustes referentes a mensalidades de meses anteriores.

[\(índice\)](#)

[AVISO – CONVOCAÇÃO - TJ/DGPES SN1/2021](#) - Convoca os servidores ativos, inativos, exclusivamente comissionados e requisitados ocupantes de cargo em comissão, titulares do plano de saúde Amil e que possuam dependentes no referido plano, para informar o(s) número(s) do(s) CPF(s) do(s) respectivo(s) dependente(s), inclusive menores de 18 anos, no período de 03/11/2021 até 30/12/2021, para que este egrégio Tribunal de Justiça possa prestar informações à Receita Federal, na ocasião da Declaração Anual de Imposto de Renda.

[\(índice\)](#)

[AVISO TJ/DGPES Nº 06/2021](#) - Informa que no período de 20/09/2021 a 05/11/2021, os titulares de emprego público, servidores ocupantes exclusivamente de cargo de provimento em comissão do PJERJ e os servidores de outros órgãos

ocupantes de cargo de provimento em comissão ou função gratificada no PJERJ, deverão comprovar as despesas com plano de assistência médica e/ou odontológica ou seguro saúde, realizadas no exercício de 2020, para fins de regularização da percepção do auxílio saúde.  
(índice)

AVISO TJ/DGPES nº 02 /2021 - Avisa, aos servidores que possuem dependentes no plano de saúde Amil com mensalidades descontadas em folha de pagamento, que foram detectadas inconsistências nas informações prestadas pela operadora de saúde Amil, o que ensejou o lançamento equivocado dos valores relativos às despesas com plano de saúde dos dependentes no comprovante de rendimentos atualmente disponível; a partir desta data está disponibilizado novo comprovante de rendimentos para declaração do Imposto de Renda de 2020, devidamente corrigido.  
(índice)

AVISO TJ/DGPES nº 07/2020 - Convoca os servidores relacionados, titulares do plano de saúde AMIL, que possuam dependentes no referido plano, para informar o(s) número(s) do(s) CPF(s) do(s) respectivo(s) dependente(s), inclusive menores de 18 anos, no prazo de 30 (trinta) dias, com o objetivo de que seja possível a este Tribunal prestar corretamente as informações à Receita Federal, na ocasião da Declaração Anual de Imposto de Renda.  
(índice)

AVISO TJ/ DGPES nº 06/2020 - Avisa que no período de 28/09/2020 a 06/11/2020, os titulares de emprego público, servidores ocupantes exclusivamente de cargo de provimento em comissão do PJERJ e os servidores de outros órgãos ocupantes de cargo de provimento em comissão ou função gratificada no PJERJ, deverão comprovar as despesas com plano de assistência médica e/ou odontológica ou seguro saúde, realizadas no exercício de 2019, para fins de regularização do auxílio saúde.  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ nº 11/ 2020 - Altera os Atos Normativos TJ nº 6, de 02 de maio de 2006, e nº 8, de 20 de abril de 2011.  
(índice)

AVISO TJ/DGPES Nº 02/2020 - Avisa que os servidores exclusivamente comissionados e os requisitados com função gratificada poderão optar por sua inclusão no plano de saúde Amil Blue IV, observando os prazos mencionados.  
(índice)

Ato Normativo TJ nº 17/2019 - Altera os Atos Normativos TJ nº 5, de 16 de julho de 2007, e nº 8, de 20 de abril de 2011.  
(índice)

AVISO TJ nº 93/2019 - Convoca os servidores efetivos ativos e inativos do PJERJ, titulares do plano de saúde AMIL, que possuam dependentes no plano e que pretendam declará-los na próxima Declaração Anual de Imposto de Renda, para informar o(s) número(s) do(s) CPF(s) do(s) respectivo(s) dependente(s) no prazo de 60 (sessenta) dias, com o objetivo de que seja possível a este Tribunal prestar corretamente essa informação à Receita Federal, bem como emitir os demonstrativos anuais para o imposto de renda compatíveis com a DIRF.  
(índice)

AVISO DGPES Nº 02/2019 - Avisa que no período de 24/06/2019 a 09/08/2019, os titulares de emprego público, servidores ocupantes exclusivamente de cargo de provimento em comissão do PJERJ e os servidores de outros órgãos ocupantes de cargo de provimento em comissão ou função gratificada no PJERJ, deverão comprovar as despesas com plano de assistência médica e/ou odontológica ou seguro saúde, realizadas no exercício de 2018, para fins de regularização do auxílio saúde.  
(índice)

AVISO TJ/DGPES/2013 - Avisa que a partir de agosto será disponibilizado o ODONTOMÓVEL, no qual irá percorrer 20 comarcas do interior, conforme cronograma em anexo.  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ Nº. 08/2011 - Estabelece regras para operacionalizar o contrato celebrado entre o Tribunal de Justiça e a empresa Amil Assistência Médica Internacional S.A., para prestação de serviços de assistência médica aos servidores efetivos ativos, aos servidores requisitados de outros órgãos ocupantes de cargo de provimento em comissão, aos servidores ocupantes exclusivamente de cargo de provimento em comissão, todos integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, e aos servidores efetivos inativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, e seus respectivos dependentes. Estabelece regras para operacionalizar o contrato celebrado entre o Tribunal de Justiça e a empresa Amil Assistência Médica Internacional S.A., para prestação de serviços de assistência médica aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e seus dependentes.  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ N. 4, DE 25/02/2011 - Altera o Ato Normativo n. 10/2007, que trata do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ-MED.  
(índice)

ATO NORMATIVO TJ Nº. 5/2007 - Dispõe sobre a concessão e a regulamentação do auxílio-saúde destinado aos servidores ativos, titulares de cargo de provimento efetivo ou emprego público, aos inativos, e aos ocupantes de cargo de provimento em comissão ou função gratificada do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

[ATO NORMATIVO TJ Nº. 14/2006](#) - Dispõe sobre a concessão e a regulamentação do auxílio-saúde destinado aos servidores ativos, titulares de cargo de provimento efetivo ou emprego público, aos inativos, e aos ocupantes de cargo de provimento em comissão ou função gratificada do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. [\(índice\)](#)

#### Averbação de comprovantes de escolaridade

[AVISO TJ/DGPES Nº 05/2022](#) - Avisa aos servidores ativos e inativos deste Tribunal que, após a aprovação do novo Plano de Cargos e Salários (Projeto de Lei nº 5941/2022), os servidores serão oportunamente convocados a registrarem seus títulos, na forma da regulamentação a ser expedida pela Alta Administração deste egrégio Tribunal de Justiça. [\(índice\)](#)

#### Averbação do tempo de serviço

[ATO EXECUTIVO TJ Nº. 4784/2006](#) - Acresce o inciso VII ao art. 3º. do Ato Executivo nº. 504, de 1º. de fevereiro de 2005. [\(índice\)](#)

#### Cargos de direção e chefia

[ATO TJ Nº. SN10/2007](#) - Cargos ou funções de direção ou de chefia, remuneração do substituto indicado. [\(índice\)](#)

[RESOLUÇÃO CM Nº. 28/2006](#) - Dispõe sobre a substituição dos titulares dos cargos ou funções contribuição de direção ou de chefia e da outras providências. [\(índice\)](#)

#### Comprovação de despesas

[AVISO TJ Nº 71/2023](#) - Avisa a todos os magistrados que receberam auxílio pré-escolar, e a todos os servidores que receberam auxílio creche, que as despesas com as mensalidades das creches/pré-escolas de seus dependentes no ano letivo de 2022 deverão ser comprovadas no período de 03/07/2023 a 31/08/2023. [\(índice\)](#)

[AVISO DGPES Nº 10 /2022](#) - Informa que no período de 08/11/2022 a 15/12/2022, os titulares de emprego público, servidores ocupantes exclusivamente de cargo de provimento em comissão do PJERJ e os servidores de outros órgãos ocupantes de cargo de provimento em comissão ou função gratificada no PJERJ, deverão comprovar as despesas com plano de assistência médica e/ou odontológica ou



seguro saúde, realizadas no exercício de 2021, para fins de regularização da percepção do auxílio saúde.  
([índice](#))

AVISO DGPES nº 03/2021 - Avisa a todos os magistrados e servidores a prorrogação do prazo para comprovação de despesas realizadas nos exercícios de 2017, 2018 e 2019.  
([índice](#))

AVISO TJ/DGPES Nº 02/2019 - Avisa que no período de 24/06/2019 a 09/08/2019, os titulares de emprego público, servidores ocupantes exclusivamente de cargo de provimento em comissão do PJERJ e os servidores de outros órgãos ocupantes de cargo de provimento em comissão ou função gratificada no PJERJ, deverão comprovar as despesas com plano de assistência médica e/ou odontológica ou seguro saúde, realizadas no exercício de 2018, para fins de regularização do auxílio saúde.  
([índice](#))

### Paralisação das atividades

AVISO CGJ Nº. 632/2006 - Avisa que as autorizações para suspensão das atividades cartorárias das serventias voltam a ser apreciadas, não perdurando a suspensão temporária determinada pelo Aviso CGJ nº. 621/2006.  
([índice](#))

PROVIMENTO CGJ Nº. 12/1999 - Revoga o Provimento nº. 29/98, e dá outras providências.  
([índice](#))

### Processamento de Licenças e Férias em Geral

PROVIMENTO CGJ 08 /2021 - Regulamenta o processamento de licenças em geral, férias, auxílios, disposição de servidor, remoção, permuta, teletrabalho e conflitos interpessoais nas unidades e orientar os servidores em processo de adaptação, readaptação e redução da carga horaria, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Administração Central e a nova reestruturação da Corregedoria.  
([índice](#))

### Reestruturação

PROVIMENTO CGJ 07 / 2023 - Revoga o Provimento CGJ nº 8/2021 e regulamenta o processamento de licenças em geral, férias, auxílios, disposição de servidor, remoção, permuta, teletrabalho e conflitos interpessoais nas unidades e orientar os servidores em processo de adaptação, readaptação e redução da carga horaria, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Administração Central e a nova reestruturação da Corregedoria.  
([índice](#))

## Remuneração

PARECER CGJ Nº. SN73/2007 - Acumulação de cargos. (Processo nº. 2005.053766).  
(índice)

## PARECERES E DECISÕES ADMINISTRATIVAS

ATO EXECUTIVO TJ N. 1357, DE 31/03/2010 - As unidades organizacionais descritas no anexo deste Ato deverão depositar, em diretório próprio, os arquivos digitais contendo os pareceres e decisões administrativas que serão disponibilizados para consulta na intranet por meio do Sistema de Enunciados, Decisões e Pareceres Administrativos (LED).  
(índice)

## GRUPO EMERGENCIAL DE AUXÍLIO PROGRAMADO – GEAP

### Hora extraordinária

ATO EXECUTIVO TJ Nº 1353/2009 - Altera a redação dos parágrafos 2. e 3. do artigo 4. do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ n. 158/2007 e dos parágrafos 2. e 3. do artigo 4. do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ n. 118/2008.  
(índice)

## GRUPO REGIONAL ESPECIAL DE APOIO CARTORÁRIO – GREAC

### Criação

PROVIMENTO Nº. 14/2006 - Resolve criar o Grupo Regional Especial de Apoio Cartorário (GREAC) nos respectivos Núcleos Regionais da Corregedoria (NURCs).  
(índice)

### Afastamento do Juiz Titular

AVISO CGJ Nº 258/2013 - Avisa aos Juízes de Direito Titulares de Serventia Judicial de 1ª instância ou Juízes em exercício, nos casos de vacância ou substituição nos períodos de afastamento do Juiz Titular por prazo superior a 60 (sessenta) dias, que os requerimentos de auxílio à serventia pelo Grupo Emergencial de Auxílio Programado Cartorário - GEAP-C sejam encaminhadas, exclusivamente, à Diretoria Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial da Corregedoria Geral de Justiça (cgjdgfaj@tjrj.jus.br), sendo considerada via imprópria encaminhar cópia da mensagem ao Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria - Coordenador dos Núcleos Regionais.  
(índice)

## ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA – ESAJ

### Critérios para atribuição de pontos aos servidores

RESOLUÇÃO CCESAJ Nº. 2/2006 - Fixa os critérios para a atribuição de pontos, relativos à educação continuada, para progressão funcional e para promoção dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.  
(índice)

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
**Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento**  
**Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Estruturação do Conhecimento da  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)